UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

JULIO CESAR PEREIRA DE CARVALHO

ANOS DE ÓLEO, SANGUE E CHUMBO:

A PETROBRAS E A DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR BRASILEIRA (1964-1988)

Niterói
2024

JULIO CESAR PEREIRA DE CARVALHO

ANOS DE ÓLEO, SANGUE E CHUMBO:

A PETROBRAS E A DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR BRASILEIRA (1964-1988)

Professora orientadora: Virgínia Fontes

Tese submetida ao programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em História, sob orientação da professora Virgínia Fontes

Niterói
2024

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG
Gerada com informações fornecidas pelo autor

C331a Carvalho, Julio Cesar Pereira de
Anos de óleo, sangue e chumbo : a Petrobras e a ditadura empresarial-militar brasileira (1964-1988) / Julio Cesar Pereira de Carvalho. - 2024.
455 f.: il.

Orientador: Virgínia Maria Gomes de Mattos Fontes.
Tese (doutorado)-Universidade Federal Fluminense, Instituto de História, Niterói, 2024.

1. Petrobras. 2. Empresariado. 3. Militares. 4. Ditadura. 5. Produção intelectual. I. Fontes, Virgínia Maria Gomes de Mattos, orientadora. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de História. III. Título.

CDD - XXX

Bibliotecário responsável: Debora do Nascimento - CRB7/6368

JULIO CESAR PEREIRA DE CARVALHO

ANOS DE ÓLEO, SANGUE E CHUMBO:

A PETROBRAS E A DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR BRASILEIRA (1964-1988)

Professora orientadora: Virgínia Fontes

Tese submetida ao programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em História, sob orientação da professora Virgínia Fontes

BANCA EXAMINADORA

Profª Dra. Virgínia Fontes – Orientadora (UFF)

Prof. Dr. Alex de Souza Ivo (IFBA)

Profª Dra. Lucieneida Dóvão Praun (FUNDACENTRO/UFAC)

Prof. Dr. Pedro Henrique Pedreira Campos (UFRRJ)

Prof. Dr. Renato Luís do Couto Neto e Lemos (UFRJ)

Niterói
2024

A todos(as) os petroleiros(as) que, mesmo amordaçados,
insistiram em tirar sonhos e óleo de pedra

Agradecimentos

A trajetória desta pesquisa de doutorado foi iniciada, formalmente, em meio a um contexto ardiloso acometido pela emergência sanitária do coronavírus. Em 11 de março de 2020, no dia seguinte à minha matrícula no PPGH-UFF, a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou a pandemia de Covid-19. Em face da constelação de infortúnios que passou a combinar entes doentes (física e psicologicamente) e em vulnerabilidade com os dissabores de um governo negacionista, tive a sorte de desfrutar de um porto seguro frente a tormenta. Esse "farol de esperança" foi composto por pessoas e grupos dos quais tive a sorte de manter contato ao longo desses mais de quatro anos.

A orientação coletiva realizada pela professora Virgínia Fontes, por meio do Grupo de Trabalho e Orientação (GTO), é um espaço raro e especial o qual tive a satisfação de participar nos últimos tempos. As avaliações criteriosas e generosas de Virgínia e dos demais componentes foram cruciais para afiarmos as análises conjunturais e estruturais em meio ao avanço truculento do capitalismo contemporâneo. No GTO fiz amigos e me senti menos desamparado para compreender o 'ofício dessa vida difícil de entender'[1]. Eu não poderia ter "casa" melhor para me abrigar. Virgínia, obrigado pela parceria, orientação e por todas as coisas incríveis que veio disso.

O professor Pedro Campos foi o meu primeiro orientador, ainda na graduação. Foi ele quem me introduziu à obra de Antonio Gramsci e me apresentou a importância de estudar a luta de classes não apenas a partir da atuação e organização dos trabalhadores – ainda que estas sejam fundamentais -, mas também a partir de uma análise detida acerca das mobilizações e agências das classes dominantes. As disciplinas e grupos de pesquisa que Pedro Campos coordenou, e que tive a satisfação de participar, foram de suma importância para que eu conseguisse chegar até o doutorado e concluísse esta pesquisa. Agradeço muito ao Pedro, pela serenidade de sempre, pela parceria e por aceitar compor a banca examinadora.

Agradeço imensamente ao professor Renato Lemos, que é um dos maiores especialistas sobre a história do Brasil republicano que eu tive a oportunidade de conhecer. Renato Lemos coordena o Grupo de Estudos René Dreifuss (GERD), junto com os colegas Vicente Gil e Elaine Bortone. A despeito de minha ausência nos últimos tempos, o GERD tem sido um espaço fundamental não apenas para estudarmos atentamente as obras do cientista

[1] Paráfrase da música "Moeda", de Toninho Nascimento e Romildo Bastos, gravada em 1978 por Clara Nunes no álbum "Guerreira", gravado pela EMI-Odeon e produzido por Renato Corrêa e Paulo César Pinheiro.

político uruguaio – um dos esteios basilares desta tese -, mas também para discutirmos análises e teorias sobre a história brasileira a partir da luta de classes. Renato Lemos foi elementar para o avanço desta pesquisa de doutorado, contribuindo tanto através de seus comentários criteriosos quanto através de refinado ferramental teórico e analítico sobre a ditadura empresarial-militar brasileira por meio de seus textos. Obrigado por aceitar compor a banca.

Em meados de 2022, tive a oportunidade de conhecer pesquisadores de diversos cantos do país, de modo a formarmos um grupo de trabalho para concorrer ao edital promovido pelo Centro de Antropologia e Arqueologia Forense da Unifesp (CAAF-Unifesp), em parceria com o MPF, para pesquisar os crimes da Petrobras contra seus trabalhadores e contra populações vulneráveis ao longo da ditadura. Ao vencermos o edital, tivemos recursos para entrevistar trabalhadores(as), para participar de eventos acadêmicos/sindicais importantes e também para divulgarmos os resultados do trabalho através de artigos, livro e documentário. Nesse projeto, tive a oportunidade de contatar os principais mantenedores do funcionamento da Petrobras na ditadura, seus operários, e também consegui fontes importantes para compor a minha tese. Entretanto, o maior saldo pessoal do GT ali constituído foram as amizades conquistadas. Agradeço imensamente, pelos mais de dois anos de parceria e encontros semanais, a Carlos Freitas, Cláudia Costa, Márcia Misi, Marcos Matos, Vitor Góis, Alex Ivo e Luci Praun. A estes dois últimos, muito obrigado por aceitarem compor a banca.

Não poderia deixar de agradecer às pessoas que estiveram ao meu lado em todos esses anos e sem as quais eu jamais teria conseguido chegar a lugar algum. Meus pais, Rejane Carvalho e Edson Carvalho, obrigado pelo apoio incondicional nos momentos mais felizes e nos mais difíceis. Parafraseando o velho poeta cearense, muitas vezes fui levado pelo movimento que a falta de vocês me fez, mas tenho certeza que tudo estará sorrindo sempre que eu voltar para casa. Essas palavras também se estendem à minha mana querida, Caroline Eloísa.

No meio disso tudo, um pedacinho do céu esteve sempre ao meu lado. Pollyana Faria Lopes, obrigado por ser estrela-guia, raio de sol e, por vezes, tempestade. Você foi o vento da vela da minha jangada. Atravessamos a pandemia juntos. Não sei para onde a vida nos levará, mas isso não importa, sempre seremos uma ‘reza maldita de benzer’.

Aos amigos e amigas Pablo Ferreira Lima, Luiz Paulo Magalhães, João Leonardo, Francisco e Lucas Andrade, Bárbara Dias, Juliana Borges, Lísia Cariello, Gabriel Kanaan, Hellen Balbinotti, Rejane Hoeveler, Luana Galoni, Mirella Barbosa, André Mantovan, Jéssica Medeiros, Ayra Garrido, Caio e Diogo Motta, todos(as) do E.C. Riachuelo e do Casarão e tantos e tantos outros. Obrigado, querido(as), vocês são tão importantes quanto um jacarandá centenário da Bahia em forma de violão e tocado pelo Dino 7 cordas.

Agradeço também à Zeldinha, minha cachorrinha sempre querida, companheira dos anos solitários e que me levava todos os dias para passear. Virou estrela em julho de 2023.

Por fim, agradeço ao financiamento concedido pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Cnpq), sem o qual essa pesquisa não seria possível. Também estendo os agradecimentos a todos(as) os funcionários da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Quando um muro separa, uma ponte une
Se a vingança encara, o remoso pune
Você vem me agarra, alguém vem me solta
Você vai na marra, ela um dia volta
E se a força é sua, ela um dia é nossa
Olha o muro, olha a ponte
Olha o dia de ontem chegando
Que medo você tem de nós?
Olha aí...[2]

[2] Trecho da música "Pesadelo", composta por Paulo César Pinheiro e Maurício Tapajós e gravada pela primeira vez no álbum "Cicatrizes", do grupo MPB4, de 1972 (Gravadora Phillips Records, produção de Mazzola e Roberto Menescal).

Resumo

O objetivo central deste estudo é analisar as relações entre a Petrobras, os militares e as classes dominantes brasileiras durante a ditadura empresarial-militar (1964-1988). O ponto de partida da pesquisa foi calcado em análise histórica das relações sociais que embasaram as políticas petrolíferas entre 1930 e 1964, exposta em capítulo específico. Constatou-se, nesta seção, que o golpe que derrubou o governo João Goulart significou a alocação da Petrobras, de forma desnuda e efetiva, no cerne da contrarrevolução preventiva que embala a estrutura de funcionamento das classes dominantes brasileiras. Tendo isso em vista, a hipótese que regeu o "núcleo duro" desta pesquisa foi fortemente influenciada pela pesquisa de René Dreifuss, mais especialmente o seu livro "1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe". O cientista político demonstrou que o golpe de 1964 e a ditadura então instituída foram construídos, elementarmente, por segmentos militares *e* empresariais. Por conseguinte, a hipótese da tese partiu da presunção de que com a Petrobras não foi diferente, sendo seus quadros constituídos, ao longo do regime, por componentes das burguesias e por membros das Forças Armadas. Com o uso do aparato teórico-metodológico marxista gramsciano foram analisadas as trajetórias coletivas de todos os componentes do alto escalão da Petrobras entre 1964 e 1988, de modo a qualificar o perfil dos militares ali inseridos e perceber a existência de *intelectuais orgânicos* empresariais naquelas funções. Além disso, foram averiguadas mobilizações de aparatos privados de hegemonia em relação às diretrizes petrolíferas do Estado. Como conclusão, verificou-se que a estrutura administrativa do sistema Petrobras foi predominantemente integrada, por um lado, por agentes vinculados ao empresariado brasileiro, o que contraria a tese de autores que afirmam que a estatal, na ditadura, passou a ser gerida por "tecnocratas" alheios às relações/interesses políticos. Por outro lado, o primeiro escalão da Petrobras também foi composto por componentes das Forças Armadas atrelados à Escola Superior de Guerra. Em decorrência desse cenário, a estatal do petróleo se configurou tanto como um importante pivô da Doutrina de Segurança Nacional de combate aos "inimigos internos" quanto como uma viabilizadora da concentração e centralização de capitais privados específicos, sobretudo aqueles atuantes no ramo petroquímico. Junto a isso, a Petrobras seguiu sendo um vetor da contrarrevolução preventiva brasileira mesmo no processo de abertura para a democracia, em um cenário no qual trabalhadores da categoria puderam atuar politicamente de forma mais enfática e que as burguesias passaram a pleitear a privatização do sistema Petrobras.

Palavras-chave: petróleo; Petrobras; empresariado; militares; ditadura empresarial-militar brasileira

Abstract

The central objective of this study is to analyze the relationships between Petrobras, the military, and the Brazilian ruling classes during the corporate-military dictatorship (1964-1988). The starting point of the research was grounded in a historical analysis of the social relations that underpinned oil policies between 1930 and 1964, presented in a specific chapter. It was found in this section that the coup that toppled the João Goulart government signified the allocation of Petrobras, in a stark and effective manner, at the heart of the preventive counter-revolution that underpins the operational structure of the Brazilian ruling classes. With this in mind, the hypothesis guiding the core of this research was heavily influenced by René Dreifuss's work, particularly his book "1964: The Conquest of the State. Political Action, Power, and Class Coup." The political scientist demonstrated that the 1964 coup and the ensuing dictatorship were fundamentally constructed by military and business segments. Consequently, the thesis hypothesis was based on the presumption that Petrobras was no different, with its ranks composed, throughout the regime, of members of the bourgeoisie and the Armed Forces. Using the Gramscian Marxist theoretical-methodological framework, the collective trajectories of all senior Petrobras officials from 1964 to 1988 were analyzed to qualify the profile of the military personnel included and to identify the presence of organic intellectuals from the business sector within the state-owned company. Furthermore, the mobilization of private hegemony apparatuses in relation to state oil policies was examined. In conclusion, it was found that the administrative structure of the Petrobras system was predominantly integrated, on one hand, by agents linked to the Brazilian business community, which contradicts the thesis of authors who claim that the state-owned company, during the dictatorship, came to be managed by "technocrats" detached from political relations. On the other hand, the senior management of Petrobras was also composed of members of the Armed Forces affiliated with the Escola Superior de Guerra (War College). As a result of this scenario, the state oil company emerged both as an important pivot of the National Security Doctrine in combating "internal enemies" and as an enabler of the concentration and centralization of specific private capitals, especially those operating in the petrochemical sector. Along with that, Petrobras continued to be a vector of the Brazilian preventive counterrevolution even during the process of liberalization, in a scenario where workers in the sector could act politically more emphatically, and the bourgeoisie began to advocate for the privatization of the Petrobras system.

Keywords: oil; Petrobras; business community; military; Brazilian corporate-military dictatorship

Sumário

Introdução..... 22

Capítulo 1 – Aparatos históricos, teóricos e metodológicos acerca da dominação burguesa no Brasil ao longo do século XX..... 29

1.1 – 'Antecipar-se à revolução, real ou imaginária': uma classe dominante dependente, antirreformista, autocrática e racista..... 29

1.2 – Estado ampliado, frações empresariais e intelectuais orgânicos: ferramentais teóricos e metodológicos..... 43

Capítulo 2 – A constituição da Petrobras enquanto um vetor da contrarrevolução preventiva brasileira: petróleo e dominação burguesa no Brasil (1930-1964)..... 50

2.1 – Nacionalismo e luta de classes em meio ao aprofundamento das relações capitalistas brasileiras (1930-1964)..... 52

2.2 - Políticas petrolíferas dos anos de 1930: as iniciativas privadas são postas em marcha, mas o Estado segue em *autonomia relativa*..... 67

2.3 – Notas sobre as classes sociais e os militares entre 1945 e 1964: caracterizando os blocos em disputa..... 85

2.4 – O monopólio estatal do petróleo e o recrudescimento da luta de classes no Brasil (1945-1953)..... 88

2.5 – Energizando as relações capitalistas: a ampliação da Petrobras e o adensamento organizativo do empresariado brasileiro (1956-1961)..... 132

2.6 – A crise da Quarta República e o triunfo da Doutrina de Segurança Nacional: a Petrobras como um dínamo da contrarrevolução preventiva (1961-1964)..... 144

Capítulo 3 – Anos de óleo e chumbo: a díade entre empresariamento e militarização ditatorial da Petrobras (1964-1988)..... 172

3.1 – Um balanço bibliográfico acerca das interpretações sobre a Petrobras na ditadura: alocando o empresariado privado no cerne do debate..... 172

3.2 - A militarização ditatorial da Petrobras: abrindo as veredas para o empresariamento das políticas petrolíferas..... 180

3.3 – Um panorama das atividades da Petrobras (1964-1988)..... 240

3.4 - A cadência orgânica entre o empresariado, as políticas econômicas e as atividades da Petrobras durante a ditadura (1964-1988)..... 255

3.5 – A sustentação da Petrobras como um vetor da contrarrevolução preventiva brasileira: perseguição operária e privatização no período final da ditadura (1974-1988)..... 338

Conclusão..... 389

Referências bibliográficas:..... 402

Fontes primárias:..... 402

Arquivos públicos:..... 402

Entrevistas:..... 402

Filmes e documentários: 402
Livros e publicações de empresas, associações, sindicatos e órgãos governamentais: 402
Obras de referência:..... 403
Jornais, revistas e periódicos: 403
Relatórios: 404
Fontes secundárias: 404
Bibliografias específicas sobre petróleo ou Sistema Petrobras (livros, capítulos de livro, artigos, teses e dissertações): 404
Demais bibliografias (livros, capítulos de livro, artigos, teses e dissertações):..... 407
Anexos 423

Índice de figuras

Figura 1 - Diretoria da ABDIB eleita em 1959 142
Figura 2 - Prontuário de Manoel Jerônimo de Carvalho produzido no âmbito da CGI-Petrobras (abril de 1964) 197
Figura 3 - Organograma do Sistema Petrobras em 1980 253
Figura 4 - Cartaz de divulgação do Seminário sobre o Polo Petroquímico do Rio de Janeiro (1988) 362

Índice de gráficos

Gráfico 1 - Evolução do lucro líquido da Petrobras, subsidiárias e controladas entre 1967 e 1988 (em US$) 251
Gráfico 2 - Taxa de lucro (lucro líquido/patrimônio líquido, %) industrial (500 maiores)* 344

Índice de quadros

Quadro 1 - Lista de presidentes da Petrobras, civis e militares (1954-1988) 219
Quadro 2 - Presidentes da Petrobras e as suas ligações com empresas (estatais ou privadas) e organizações patronais (1964-1988) 275
Quadro 3 - Diretores da Petrobras e as suas ligações com empresas (estatais ou privadas) e organizações patronais (1964-1988) 278
Quadro 4 - Conselheiros da Petrobras e as suas ligações com empresas (estatais ou privadas) e organizações patronais (1964-1988) 282
Quadro 5 - Participações acionárias da Petroquisa (1986) 296
Quadro 6 – Lista não exaustiva das coligadas da Petroquisa nos polos petroquímicos (SP, BA e RS) associadas a capitais estrangeiros (1981) 316
Quadro 7 - Posicionamento de empresários sobre o monopólio estatal no petróleo e a presença das multinacionais no país 368
Quadro 8 - Levantamento não exaustivo de empresários favoráveis à privatização da Petrobras (1985-1986) 373

Índice de tabelas

Tabela 1 – Levantamento não exaustivo de agentes estatais atrelados ao setor petrolífero brasileiro (1945-1953) 104
Tabela 2 - Estrutura de produção da Petrobras (1965) 240
Tabela 3 - Refinarias da Petrobras (1950-1988) 244

Lista de abreviaturas e siglas

ABDIB – Associação Brasileira para o Desenvolvimento das Indústrias de Base
ABI - Associação Brasileira de Imprensa
Abinee - Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica
ABIQUIM - Associação Brasileira da Indústria Química
Abrasca - Associação Brasileira de Companhias Abertas
ACRJ – Associação Comercial do Rio de Janeiro
ACSP - Associação Comercial de São Paulo
ADP - Ação Democrática Parlamentar
Aepet - Associação dos Engenheiros da Petrobras
AI - Ato Institucional
AIB – Ação Integralista Brasileira
AMCHAM - American Chamber of Commerce for Brazil
ANC - Assembleia Nacional Constituintes
ANL – Ação Nacional Libertadora
ANP - Agência Nacional de Petróleo
AP - Ação Popular
APGRJ - Associação Profissional dos Geólogos do Estado do Rio de Janeiro
APH – Aparato Privado de Hegemonia
Arena - Aliança Renovadora Nacional
ASI - Assessoria de Segurança e Informações
BB - Banco do Brasil
Befiex - Comissão Especial para Concessão de Benefícios Fiscais à Exportação
BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BNH - Banco Nacional de Habitação
Braspetro - Petrobras Internacional S.A.
BUC - Banco União Comercial
CACB - Confederação das Associações Comerciais do Brasil
CACEX - Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil
CACO - Centro Acadêmico Cândido de Oliveira
CAMDE - Campanha Mulheres pela Democracia
Camob - Caixa de Mobilização Bancária
CBA - Comitê Brasileiro pela Anistia
CBE - Companhia Brasileira de Estireno
CBP - Consórcio Brasileiro de Produtividade
CCC - Comando de Caça aos Comunistas
CCG - Comissão de Coordenação Geral
CDE - Conselho de Desenvolvimento Econômico
CDI - Conselho de Desenvolvimento Industrial
CEB - Companhia de Eletricidade de Brasília

CEDPEN - Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional
CEMCFA - Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas
Cemig - Companhia Energética de Minas Gerais
Cenap - Centro de Aperfeiçoamento e Pesquisa de Petróleo
Cenimar - Centro de Informações da Marinha
Cenpes - Centro de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Leopoldo Américo Miguez de Melo
Cepal - Comissão Econômica para o Desenvolvimento da América Latina
CFCE – Conselho Federal de Comércio Exterior
CGI - Comissão Geral de Informações
CGT - Comando Geral dos Trabalhadores
Chesf - Companhia Hidrelétrica do São Francisco
CIA - Central Intelligence Agency
CIB – Confederação Industrial do Brasil
CICYP - Conselho Interamericano de Comércio e Produção
CIE - Centro de Informações do Exército
Ciergs - Centro das Indústrias do Rio Grande do Sul
Ciesp - Centro Industrial do Estado de São Paulo
CIET - Centro Internacional para Educação, Trabalho e Transferência de Tecnologia
Ciex - Centro de Informações do Exterior
Cinpe - Comissão da Indústria Pesada
CIP - Conselho Interministerial de Preços
Ciquine - Companhia Petroquímica do Nordeste
Cisa - Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
CMBEU - Comissão Mista Brasil-Estados Unidos
CNC - Confederação Nacional do Comércio
CNI – Confederação Nacional da Indústria
CNP – Conselho Nacional do Petróleo
CNPIC - Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial
Cobrapar - Companhia Brasileira de Participação
Cobrapi - Companhia Brasileira de Peças Industriais
Cofap - Comissão Federal de Abastecimento e Preços
Colina - Comando de Libertação Nacional
CONCLAP - Conselho Superior das Classes Produtoras
CONEP - Comissão Nacional de Estímulo à Estabilização de Preços
CONSPLAN - Conselho Consultivo de Planejamento
Consultec - Sociedade Civil de Planejamento e Consultas Técnicas Ltda.
Copene – Companhia Petroquímica do Nordeste
Coperbo - Companhia Pernambucana de Borracha
Copesul - Companhia Petroquímica do Sul
CPA - Conselho de Política Aduaneira
CPC - Companhia Petroquímica de Camaçari
CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil

CPE – Comissão de Planejamento Econômico
CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito
CSG - Curso Superior de Guerra
CSN – Companhia Siderúrgica Nacional
CSN – Conselho de Segurança Nacional
CTA - Centro Técnico da Aeronáutica
CTEF – Conselho Técnico de Economia e Finanças
CVM - Comissão de Valores Mobiliários
CVRD - Companhia Vale do Rio Doce
Deten - Detergentes do Nordeste
DIVIN – Divisão de Informações
DNPM - Departamento Nacional da Produção Mineral
DOI-CODI - Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna
Dops - Departamento de Ordem Política e Social
DSI - Divisão de Segurança e Informações
DSN – Doutrina de Segurança Nacional
EBC – Empresa Brasileira de Comunicação
ECEME - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
ECOPE - Escritório Comercial de Petróleo e Derivados
EDIPE - Escritório de Distribuição de Produtos do Petróleo
EMA - Estado Maior da Armada
Embramec - Mecânica Brasileira S.A.
EME - Estado Maior do Exército
Emfa - Estado-Maior das Forças Armadas
Enape - Empresa Nacional do Petróleo
Esabras - Estaleiros Associados do Brasil
EsAO - Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais
ESG – Escola Superior de Guerra
EUA – Estados Unidos da América
Farsul - Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul
FEB – Força Expedicionária Brasileira
FEBRABAN - Federação Brasileira de Bancos
FENAPE - Federação Nacional Livre dos Trabalhadores da Indústria do Petróleo
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FGV - Fundação Getúlio Vargas
Fibase - Financiamento de Insumos Básicos S.A.
Fiega - Federação das Indústrias do Estado da Guanabara
Fiesp – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
Finor - Fundo de Investimento do Nordeste
FIRJ – Federação Industrial do Rio de Janeiro
Firjan - Federação das Indústrias do Rio de Janeiro
FMI – Fundo Monetário Internacional
FPA - Movimento Feminino pela Anistia

Fronape - Frota Nacional de Petroleiros
FSIDF - Federação dos Sindicatos Industriais do Distrito Federal
GATT - General Agreement on Trade and Tariffs
GEIFAR - Grupos Executivo das Indústrias Farmacêuticas
GEIFERC - Grupo Executivo da Indústria de Fertilizantes
GEIMAPE - Grupo Executivo da Indústria de Material Pesado
GEIQUIM - Grupo Executivo da Indústria Química
GLP - Gás Liquefeito de Petróleo
GM – General Motors
GPMI - Grupo Permanente de Mobilização Industrial
GS - Grupo Setorial
I PND - Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento
IAPI - Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários
IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática
Ibama - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais
IBESP – Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política
IBP - Instituto Brasileiro do Petróleo
IBRAM - Instituto Brasileiro de Mineração
Ibrasa - Investimentos Brasileiros S.A.
IDE – Investimento Direto Externo
IDEG - Instituto de Desenvolvimento Econômico e Gerencial da Firjan
I PDN – Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento
II PND - Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento
INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor
INPI - Instituto Nacional de Propriedade Industrial
Interbrás - Petrobras Comércio S.A.
IPC - Índice de Preço ao Consumidor
IPES – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados
IPM - Inquérito Policial Militar
IPS - Investigação Política Social
IQT - Indústria Química de Taubaté
Iseb – Instituto Superior de Estudos Brasileiros
ITA - Instituto Tecnológico de Aviação
IUCL - Imposto Único sobre Combustíveis e Lubrificantes
JK – Juscelino Kubitschek
Jucerja - Junta Comercial do estado do Rio de Janeiro
MDB - Movimento Democrático Brasileiro
MME - Ministério das Minas e Energia
MR-8 - Movimento Revolucionário 8 de Outubro
MTPS - Ministério do Trabalho e Previdência Social
NAI - Núcleos de Articulação com a Indústria
Norquisa - Nordeste Química S.A.
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

Oban - Operação Bandeirante
OEA - Organização dos Estados Americanos
OIT - Organização Internacional do Trabalho
ONU – Organização das Nações Unidas
OPEP - Organização dos Países Exportadores de Petróleo
ORTN - Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional
PAEG - Plano de Ação Econômica do Governo
Para-Sar - 1ª Esquadrilha Aeroterrestre de Salvamento
Pasep - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCBR - Partico Comunista Brasileiro Revolucionário
PCdoB - Partido Comunista do Brasil
PCI – Partido Comunista Italiano
PDC - Partido Democrata Cristão
PDS - Partido Democrático Social
Petrobras – Petróleo Brasileiro S.A.
Petromisa - Petrobras Mineração S.A.
Petroquisa - Petrobras Química S.A.
PGP - Plano Global de Pesquisa da Petrobras
PIB – Produto Interno Bruto
PIS - Programa de Integração Social
PL - Partido Libertador
PND - Programa Nacional de Desestatização
PNP - Programa Nacional de Petroquímica
PQU - Petroquímica União
PR - Partido Republicano
Proálcool - Programa Nacional do Álcool
Profarma - Programa Nacional de Apoio à Química Farmacêutica
PRT – Partido Republicano Trabalhista
PSB - Partido Socialista Brasileiro
PSD – Partido Social Democrático
PSI – Partido Socialista Italiano
PSP – Partido Social Progressista
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PTN - Partido Trabalhista Nacional
Recap - Refinaria Capuava
Reduc – Refinaria Duque de Caxias
Refap - Refinaria Alberto Pasqualini
Regap - Refinaria Gabriel Passos
Reman - Refinaria de Manaus
Repar - Refinaria Getúlio Vargas
Replan - Refinaria de Paulínia
Revap - Refinaria Henrique Lage
RLAM – Refinaria Landulpho Alves Mataripe

RM - Região Militar
RPBC – Refinaria Presidente Bernardes Cubatão
SAPP - Sociedade Agrária e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco
SEDUR - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano
Segin - Setor de Segurança
SEIC - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Cidades do Rio de Janeiro
SEMAN - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Nova Iguaçu
SEPLAN - Ministério da Secretaria do Planejamento da Presidência
SERCOM - Serviço de Comunicação Social da Petrobras
Sereg - Setor Regional
Sesi - Serviço Social da Indústria
SEST - Secretaria de Controle de Empresas Estatais
SFICI - Serviço Federal de Informações e Contrainformações
SGMB - Serviço Geológico e Mineralógico Brasileiro
SIMESP - Sindicato das Indústrias de Máquinas do Estado de São Paulo
Sinaval - Sindicato Nacional da Indústria da Construção Naval
Sindipeças - Sindicato Nacional de Componentes para Veículos Automotores
Sindipetro
SIPE - Serviço de Informações da Petrobras
SME – Setor de Mercado Externo
SNA – Sociedade Nacional da Agricultura
SNI - Serviço Nacional de Informações
SPE - Sistema Produtivo Estatal (SPE)
SRB – Sociedade Rural Brasileira
STF -Supremo Tribunal Federal
STIEP - Sindicato dos Trabalhadores de Extração de Petróleo
STM - Superior Tribunal Militar
Sudene - Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste
Sumoc - Superintendência da Moeda e do Crédito
Sunab - Superintendência Nacional de Abastecimento
SUPRA - Superintendência da Política Agrária
TAG - Transportadora Associada de Gás
TCU - Tribunal de Contras da União
TEP – Toneladas Equivalentes de Petróleo
TRT - Tribunal Regional do Trabalho
TST - Tribunal Superior do Trabalho
UB - União Brasileira de Empresa
UDN – União Democrática Nacional
UEE – União Estadual dos Estudantes
UFAL -Universidade Federal de Alagoas
UNE – União Nacional dos Estudantes
Unipar - União de Indústrias Petroquímicas S.A.
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

VAR-Palmares - Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares
VPR – Vanguarda Popular Revolucionária

Introdução

No período entre 2013 e 2021, houve uma elevação de 193% no número de integrantes das Forças Armadas ocupando posições civis em postos do alto escalão do Executivo federal[3]. Esse quadro foi significativamente intensificado a partir da derrubada de Dilma Rousseff, em agosto de 2016, que deu início ao governo de Michel Temer. Um grande sintoma da militarização do Estado brasileiro com o novo governo foi a inserção de um militar da reserva, general Joaquim Silva e Luna, no comando do ministério da Defesa, cargo exclusivamente ocupado por civis desde a criação da pasta, em 1999.

O processo de militarização foi ainda mais alastrado com o advento do governo Jair Bolsonaro, iniciado em janeiro de 2019, e as agências responsáveis pela questão petrolífera não saíram incólumes. O almirante-de-esquadra Bento Costa Lima de Albuquerque Jr. foi escolhido como ministro das Minas e Energia – ministério que a Petrobras[4] é subordinada -, posto que não era ocupado por um membro castrense desde a gestão de César Cals (1979-1985), durante a presidência do ditador João Figueiredo.

A Petrobras também foi submetida a um inédito processo de militarização desde o regime ditatorial. Após sair do ministério da Defesa com o fim do governo Temer e presidir a Itaipu Binacional entre 2019 e 2021, Joaquim Silva e Luna foi inserido na presidência da estatal do petróleo, permanecendo no posto por um ano (abril de 2021 a abril de 2022).

A inserção de militares no alto escalão da Petrobras era intensificada desde o período inicial do governo Bolsonaro. Em janeiro de 2019, o capitão-tenente da reserva da Marinha, Carlos Victor Guerra Nagem, amigo íntimo do então presidente do país, foi escolhido para assumir a chefia de Segurança da Petrobras. No mesmo período, o tenente da reserva Marcelo de Sá Dias foi inserido na gerência de Inteligência da companhia. Marcelo Dias retornava ao posto após tê-lo ocupado até 2018. Uma das marcas de sua trajetória naquele cargo foi ter sido

[3] SCHMIDT, Flávia de Holanda. Presença de militares em cargos e funções comissionadas do Executivo federal. Nota Técnica. Brasília: Ipea, 2022.

[4] Originalmente, o nome da estatal do petróleo era escrito com acento agudo (“Petrobrás”). Em 1994, o acento foi retirado para efeitos de uniformização internacional. A grafia atual, sem o acento, será a adotada neste estudo, a fim de manter a uniformização.

acusado, junto com policiais civis, de violar o sigilo funcional de potenciais funcionários da estatal[5].

O governo Jair Bolsonaro deu um novo passo em relação à militarização da Petrobras em setembro de 2021. O então presidente da companhia, general Joaquim Silva e Luna, contratou uma série de membros das Forças Armadas para a sua assessoria. O coronel Jorge Ricardo Áureo Ferreira foi escolhido como chefe de gabinete da presidência da estatal. Já o major Ângelo Martins Denicoli, o coronel Ricardo Pereira de Araújo Bezerra e os capitães Luiz Sérgio Mendes e Arceli Pedrozo de Oliveira foram contratados como assessores de Silva e Luna. A cúpula da estatal, naquele momento, estava permeada por, pelo menos, dez militares[6].

Dentre os membros das Forças Armadas que ocuparam o alto escalão da Petrobras durante o governo Bolsonaro, vale a pena frisar, brevemente, o caso de Eduardo Bacellar Leal Ferreira, contra-almirante da Marinha. No início de 2019, o militar da reserva foi escolhido para presidir um dos cargos mais importantes da estatal, a presidência do conselho de administração, permanecendo no posto até março de 2022, quando renunciou, alegando que precisava de "mais tempo com a família". No entanto, no mesmo mês, Eduardo Bacellar foi indicado pela Petrobras para assumir a vice-presidência do conselho de administração da Braskem S.A.[7], desempenhando essa função até o primeiro semestre de 2024[8].

Todos os elementos aqui destacados já eram difundidos e amplificados durante o regime ditatorial iniciado em 1964. O espraiamento de militares pela estrutura administrativa da Petrobras foi um dos principais sustentáculos do funcionamento da empresa ao longo da

[5] PODER 360a. Bolsonaro indica 'amigo de longa data' para gerência de Segurança da Petrobras. *Poder 360*, 11 de janeiro de 2019. Disponível em: https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-indica-amigo-de-longa-data-para-gerencia-de-seguranca-da-petrobras/. Acesso em: 15/06/2024; Bolsonaro indica outro militar para gerência da Petrobras. Poder 360, 11 de janeiro de 2019. Disponível em: https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-indica-outro-militar-para-gerencia-da-petrobras/. Acesso em: 15/06/2024.

[6] FUCS, José. Presidente da Petrobras coloca militares na cúpula da estatal. *Uol/Estadão*, 01 de setembro de 2021. Disponível em: https://bit.ly/4cmP4F4. Acesso em: 15/06/2024,

[7] A Braskem é uma empresa petroquímica cujo controle acionário é da empresa Norquisa, antiga Odebrecht, que detém 50,1% do capital votante, enquanto a Petrobras possui 47% das ações ordinárias. Ver: https://www.braskem-ri.com.br/a-companhia/estrutura-societaria/. Acesso em: 15/06/2024.

[8] Presidente do conselho de administração deixa Petrobras. *Poder 360*, 05 de março de 2022. Disponível em: https://bit.ly/3XjlrjY. Acesso em: 15/06/2024; JACOMINO, Giovanni Porfírio. Guido Mantega na Braskem (BRKM5)? Governo avalia nomeação para conselho, diz jornal. *Suno*, 15 de março de 2024. Disponível em: https://bit.ly/3XvekVP. Acesso em: 15/06/2024; Leal a todos os governos: Almirante que comandou a Marinha, ex-Petrobras, é agora conselheiro da Braskem, ligada a Odebrecht. *Sociedade Militar*, 03 de agosto de 2023. Disponível em: https://bit.ly/3XqiY7l. Acesso em: 15/06/2024.

ditadura, com membros castrenses ocupando presidências e outros postos de primeiro escalão. Somou-se a isso a implantação de um aparato de segurança, a Divisão de Informações (DIVIN), que perseguia, vigiava e reprimia de diversas formas os trabalhadores da companhia. Ademais, uma das grandes tendências da trajetória daqueles que comandaram a empresa (civis e militares) entre 1964 e 1988 foi o fato de eles saírem de seus postos na petrolífera – estando munidos, portanto, de informações secretas e/ou privilegiadas – e irem, pouco tempo depois, para a cúpula administrativa de empresas privadas atuantes em ramos correlatos. O decurso da carreira de Ernesto Geisel, por exemplo, se assemelha bastante com o de Eduardo Bacellar Leal Ferreira. Geisel saiu da presidência da Petrobras em julho de 1973 para se preparar para a assunção presidencial do país e, depois de seu mandato a frente da ditadura, assumiu o mais alto comando da Norquisa, uma empresa privada criada para comprar a Companhia Petroquímica do Nordeste (Copene).

A despeito de algumas importantes mediações relacionadas ao desenvolvimento do capitalismo brasileiro e da Petrobras entre o fim da ditadura e os tempos atuais, não parece equivocado afirmar que a permanência dos elementos aqui destacados está relacionada à transição democrática efetuada "pelo alto" a partir dos anos de 1970. Ainda que as mobilizações urbanas e camponesas do final da ditadura tenham cumprido importante papel no tensionamento do regime, a abertura para a democracia limitada foi construída, fundamentalmente, pelos militares e pelas classes dominantes que ocupavam o Estado naquele momento[9]. A Lei da Anistia (lei nº 6.683/1979) é um exemplo paradigmático desse processo transitório efetuado pela conciliação, haja vista que estabeleceu o "perdão" tanto às vítimas e aos que lutaram contra a ditadura – que, em sua grande maioria, já haviam sido presos, torturados e/ou exilados – quanto aos civis e militares que perpetraram o terrorismo de Estado e construíram as políticas do período.

A fim de procurar algumas das raízes históricas sobre essa relação entre militarização das políticas petrolíferas e robustecimento de capitais privados, o principal objetivo deste estudo é efetuar uma análise acerca dos nexos entre a Petrobras, os empresários e as Forças Armadas durante a ditadura empresarial-militar brasileira. Em termos temporais, inspirado na

[9] cf. LEMOS, Renato L. do C. N. e. Anistia e crise política pós-1964. *Topoi*, Rio de Janeiro, n. 5, p. 287-313, dez. 2002.

análise de René Dreifuss[10] – que retorna na década de 1930 para qualificar o desenvolvimento das relações sociais que desembocaram na ditadura de 1964 -, retornaremos até aquela época para perceber o decurso temporal das políticas petrolíferas brasileiras. Já no que tange ao período ditatorial, seguindo a cronologia proposta pelo historiador Renato Lemos[11], consideramos que o regime foi iniciado com a derrubada de João Goulart, em 1964, e só foi encerrado de forma definitiva com a promulgação da Constituição de 1988, quando a ordem social, política e econômica passou a ser direcionada nos termos de uma democracia limitada.

A hipótese que rege este estudo envereda por dois caminhos complementares. Em primeiro lugar, assentado nas concepções de Florestan Fernandes[12] e Renato Lemos[13], há o pressuposto de que o desenvolvimento capitalista brasileiro possui um elemento estrutural caracterizado pela antecipação reativa das classes dominantes frente a uma suposta emergência efetiva das classes subalternas na cena política. Esse fator é um componente central do conceito de *contrarrevolução preventiva* e a linha hipotética desta tese vai no sentido de destacar que a Petrobras foi alocada no cerne desse processo.

A Petrobras foi sendo constituída enquanto um dos vetores da contrarrevolução preventiva brasileira em um período que abrange o início das mobilizações para a sua criação, em 1948, até o golpe de 1964. Esse processo se deu não apenas pelo fato de o petróleo já ser, naquele momento, um dos principais insumos energéticos do mundo, mas também pela forte identidade política que a petrolífera gozava desde a sua concepção, com diversos segmentos sociais fortemente mobilizados para garantir a criação de uma empresa petrolífera sob monopólio estatal. Além disso, esses quesitos foram conjugados a outros dois fenômenos importantes, quais sejam, o fato de a companhia já ser percebida, àquela altura, como indispensável para a "segurança nacional" e a emergência, a partir dos anos finais da década de 1950, de uma categoria de trabalhadores com significativa capacidade organizativa.

O aprofundamento da crise no início da década de 1960, em meio a esse conjunto de fatores, desencadeou um contexto em que as relações sociais em torno da Petrobras passaram a

---

[10] DREIFUSS, René Armand. *1964*: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

[11] LEMOS, Renato L. do C. N. e. Contrarrevolução e ditadura: ensaio sobre o processo político brasileiro pós-1964. *Marx e marxismo*, v. 2, n. 2, jan/jul 2014.

[12] FERNANDES, Florestan. A *revolução burguesa no Brasil*: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020 [1974].

[13] LEMOS, Renato L. do C. N. e. Contrarrevolução e ditadura... op. cit.

ser cada vez mais percebidas como uma ameaça aos interesses das classes dominantes. É nesse cenário que propomos a segunda linha hipotética.

A reação à expansão de direitos promovidas pelo governo João Goulart e ao aprofundamento das mobilizações dos trabalhadores, como sabemos, foi efetivada através do golpe de 1964. Em consonância à linha interpretativa de René Dreifuss, concebemos que a derrubada do regime democrático e a construção da ditadura foi efetuada não apenas por militares, mas também por empresários organizados em suas entidades organizativas. Com a emergência da ditadura, membros das classes dominantes passaram a construir as principais políticas do momento, junto aos militares. A segunda hipótese deste estudo, por conseguinte, versa que, com a ditadura, a Petrobras passou a ser sistematicamente comandada por empresários e membros das Forças Armadas, afirmativa essa que contrasta com perspectivas que concebem que a estatal passou a ser gerida por uma "tecnocracia" apartada das relações políticas de outrora[14].

Embasado no estudo seminal de René Dreifuss[15] e seguindo os passos para a corroboração das hipóteses aqui elencadas objetivamos contribuir para a caracterização do regime ditatorial não apenas como militar, mas como empresarial-militar. Essa acepção, que consta no título deste estudo, não é propriamente um conceito, haja vista que carece de estudos aprofundados que coadunem elementos empíricos às devidas abstrações próprias da elaboração de um aparato teorético. No entanto, a tese aqui apresentada visa fornecer, através de um estudo de caso específico, arcabouço factual a fim de contribuir para futuras abordagens que construam a *ditadura empresarial-militar* enquanto um termo teórico. Por ora, a acepção se limita a indicar, concretamente, o *conteúdo* basilar do regime iniciado em 1964.

Nos últimos anos, diversos estudos vêm demonstrando empiricamente as relações orgânicas entre militares, empresários e a ditadura inaugurada com a derrubada do governo João Goulart, conforme será mencionado no capítulo final desta tese. Tais pesquisas vão além da concepção que é consagrada por muitos historiadores, que identifica o regime inaugurado em 1964 como *civil-militar*. Essa caracterização, em nosso entendimento, abre brechas para interpretações que advogam que o regime esteve munido de ampla legitimação popular,

[14] Essa é a tese, por exemplo, de Getúlio Carvalho: CARVALHO, Getúlio. *Petrobrás*: do monopólio aos contratos de risco. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1977.

[15] DREIFUSS, René Armand. *1964*: a conquista do Estado... op. cit.

perspectiva construída a partir de fontes frágeis ou insuficientes[16]. No estudo aqui apresentado, o elemento *civil* do regime circunscreve-se às classes dominantes, mais precisamente, aos entes empresariais e suas organizações de ação coletiva que, junto às Forças Armadas, construíram não apenas o golpe, mas também o aparato repressivo e as diretrizes políticas mais gerais do regime.

Antes de prosseguir, é importante fazer três observações. A primeira é que este estudo não pretende (re)contar a história da Petrobras, empreitada já realizada por uma diversidade significativa de autores. Ao fundo, o intento desta pesquisa é averiguar as principais relações entre a petrolífera e as classes dominantes, de modo a gerar aportes para a compreensão geral dos elementos que constituíram a dominação burguesa no Brasil durante a ditadura.

Em segundo lugar, cabe destacar que não aspiramos esmiuçar a interação do *conjunto* da burguesia com as políticas petrolíferas, mas sim daquilo que caracterizamos de burguesia/empresariado brasileiro, que foi a fração que teve maior ascendência frente aos rumos da Petrobras no período averiguado. Desse modo, as articulações das empresas multinacionais (Shell, Esso, Texaco etc.) com agentes e agências brasileiros e questões como os contratos com cláusula de risco são assuntos importantes, mas serão abordados de forma marginal, haja vista não serem os objetos analíticos prioritários desta tese.

Por fim, cabe sinalizar que a relação entre a Petrobras e os trabalhadores será um elemento coadjuvante nesta tese. Ou seja, o estudo aqui apresentado não se concentrará de forma detida nas questões referentes ao mundo do trabalho, o que demandaria ferramentais teóricos, metodológicos e interpretativos específicos desse eixo analítico. De forma diversa, trata-se de um estudo sobre as classes dominantes brasileiras, mais precisamente sobre a relação desse segmento social com o regime ditatorial inaugurado em 1964. No entanto, considerando que no capitalismo as classes sociais estão em luta permanente, o objeto central (empresariado e Petrobras) da tese será observado considerando, sempre que possível, episódios importantes

[16] A defesa de que a ditadura esteve assentada em legitimação popular pode ser observada em: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samanta. *A construção social dos regimes autoritários*. *Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010; ROLLEMBERG, Denise; CORDEIRO, Janaína. Apresentação. In: ROLLEMBERG, Denise; CORDEIRO, Janaína (orgs.). *Por uma revisão crítica*: ditadura e sociedade no Brasil. *Salvador*: Sagga, 2021. Para uma crítica a essa e outras abordagens revisionistas acerca da ditadura, ver: MELO, Demian. O golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão. In: MELO, Demian (org.). *A miséria da historiografia*: uma crítica ao revisionismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

relacionados à categoria de trabalhadores petroleiros, ainda que esse assunto seja frisado de modo marginal.

No primeiro capítulo, será apresentado o ferramental teórico, histórico e metodológico que regerá a análise do estudo. Serão definidas concepções como dependência do capitalismo brasileiro, expropriações, contrarrevolução preventiva, empresariado brasileiro, Estado integral, intelectuais orgânicos e outros aparatos conceituais.

No capítulo seguinte, são abordadas questões atinentes às relações entre as classes dominantes e as políticas petrolíferas entre a década de 1930 e o golpe de 1964. Em um primeiro momento, será efetuada uma interpretação acerca do conceito de nacionalismo e a sua relação com a luta de classes. Posteriormente, abordamos as primeiras articulações de empresários brasileiros frente à exploração de petróleo no Brasil, processo que contou com mobilizações importantes, mas insuficientes para impedir que as políticas para o segmento seguissem em autonomia relativa frente às burguesias. Em seguida, é frisado o contexto que combinou o fim da II Guerra Mundial ao término do Estado Novo, que foi acompanhado por uma maior complexificação das mobilizações sociais em relação às questões petrolíferas. A partir de então, as diretrizes estatais para o ramo e as relações em torno da Petrobras foram sendo constituídas de modo que a petrolífera se tornasse um importante vetor da contrarrevolução preventiva brasileira.

O capítulo final aborda o período da ditadura (1964-1988). Após apresentar um balanço bibliográfico sobre a história da Petrobras durante o regime, a seção traça duas linhas complementares. Em primeiro lugar, são frisadas as especificidades da militarização da Petrobras entre a queda de João Goulart e o final da década de 1980. A perpetração, no interior da petrolífera, de políticas repressivas assentadas na Doutrina de Segurança Nacional foi a tônica do período. Esse processo é percebido como um fator elementar para garantir uma maior ascendência de empresários na administração da estatal do petróleo, tema este abordado no restante do capítulo.

Capítulo 1 – Aparatos históricos, teóricos e metodológicos acerca da dominação burguesa no Brasil ao longo do século XX

O capítulo inicial desta tese tem o objetivo central de expor fundamentos teóricos e históricos que nos auxiliem a compreender alguns dos aspectos estruturais acerca da formação social brasileira, entre 1930 e 1964. Não há a intenção de construir uma nova interpretação teorética acerca de tal período, algo já feito com muito mais competência pelos autores que serão citados adiante. Pretende-se, sobretudo, expor conceitos e categorias que nos ajudem a perceber com maior consistência as relações de classe que permearam a criação da Petrobras e o seu decurso histórico. Conforme posto na parte introdutória, a hipótese geral deste estudo versa que a estatal passou a figurar como um dos vetores da contrarrevolução preventiva brasileira, processo iniciado com as movimentações para a criação da petrolífera, em fins da década de 1940, mas consumado com o golpe de 1964.

A concepção de contrarrevolução preventiva, que tem Florestan Fernandes[17] como o seu principal articulador, está relacionada e pode ser aproximada a muitas outras categorias da cepa marxista para perceber as relações sociais brasileiras no período destacado. Nesse sentido, para compreender, mais especificamente, a sociabilidade em torno da criação e trajetória da Petrobras é importante destacar, além da contrarrevolução, pelo menos outros dois aspectos fundamentais, quais sejam, as expropriações como pré-condição para a reprodução ampliada do capitalismo e o caráter dependente da economia nacional.

1.1 – ‘Antecipar-se à revolução, real ou imaginária’: uma classe dominante dependente, antirreformista, autocrática e racista

Conforme destaca Ruy Mauro Marini[18], no momento da independência dos países da América Latina, nas primeiras décadas do século XIX, a região já era desenvolvida em estreita consonância com a dinâmica do capitalismo internacional. A separação formal das colônias frente às metrópoles ocorreu em compasso com a revolução industrial e o surgimento da grande indústria no centro do capitalismo. É a partir desse momento, no século XIX, que se enraíza de forma mais efetiva a divisão internacional do trabalho, configurando a relação de

[17] FERNANDES, Florestan. A *revolução burguesa no Brasil*: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020 [1974].

[18] MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência*. Petrópolis: Editora Vozes; Buenos Aires: Clacso, 2000 [1973].

dependência. Nesse novo ordenamento do capitalismo mundial, a estrutura produtiva dos países latino-americanos recém independentes era (re)modelada, de modo a assegurar não apenas a reprodução ampliada do capitalismo central pelo abastecimento de insumos elementares, mas também a própria replicação da dependência[19].

Historicamente, a relação de dependência é lastreada pela harmonia estabelecida, no mercado mundial, entre a exportação de alimentos e matérias-primas, por parte da periferia do mundo, e a importação, pelos países da mesma região, de produtos manufaturados oriundos dos países centrais. Ou seja, no modo de produção capitalista há uma tendência estrutural à "primarização" da economia dos países dependentes.

A "contratendência", ou seja, o processo de aprofundamento da industrialização dos países da América Latina, segundo Marini, só foi possível devido à crise internacional do capitalismo no intervalo entre as guerras mundiais (1918-1939), período, inclusive, demarcado pela "Grande Depressão" econômica, em 1929. Nesses 21 anos, a dificuldade de realização das exportações latino-americanas abriu a necessidade de redirecionamento do eixo de acumulação dos países da região para o segmento industrial[20].

A expansão da industrialização brasileira a partir de 1930 não rompeu com a sua estrutura dependentista, nem mesmo na década de 1950, quando houve a efetivação da internalização produtiva do setor de bens de produção. De forma distinta, Marini destaca que esse processo constituiu, na verdade, uma *nova* divisão internacional do trabalho. Nessa configuração, ganha destaque a apropriação, pelos países imperialistas, dos aparatos tecnológicos e das etapas mais avançadas da produção industrial. Somados a esses fatores, o endividamento com instituições financeiras internacionais e os investimentos diretos externos (IDE's) também se tornaram pilares de sustentação do desenvolvimento capitalista brasileiro, reiterando sua dependência econômica frente aos países centrais[21].

Além de seu caráter dependente, o papel da agricultura e da reprodução da "acumulação primitiva" são quesitos cruciais para compreender a nova conformação do capitalismo brasileiro a partir de 1930, conforme destaca Francisco de Oliveira, em "Crítica à razão dualista" [22], publicado em 1972. A noção de "acumulação primitiva" foi originariamente

[19] MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência*... op. cit. pp. 107-109.

[20] MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência*... op. cit. pp. 135-137.

[21] MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência*... op. cit. pp. 143-146.

[22] OLIVEIRA, Francisco. Crítica à razão dualista/O Ornitorrinco. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

desenvolvida por Karl Marx no capítulo XXIV do Capital[23], denominado "A assim chamada acumulação primitiva", no qual o autor elenca os fundamentos históricos que possibilitam a formação das sociedades capitalistas.

Analisando mais detidamente o caso inglês[24] entre os séculos XV e XVIII, com ênfase na instauração e desdobramentos das leis para o cerceamento de terras comunais (Bills for Enclosures of Commons), Marx percebeu que o principal elemento que configura a "acumulação primitiva" é a expropriação dos produtores diretos. Ou seja, para Marx[25], a sistemática separação dos trabalhadores de suas terras e meios de produção, em um movimento levado a cabo pelas classes dominantes agrárias junto com o Estado, foi um fenômeno elementar para a consolidação e amadurecimento do capitalismo. Esse processo ocorreu de forma agudamente violenta, através da pilhagem, do roubo, da matança, da escravização etc.

A partir dessa abordagem, Marx[26] vai demonstrando como as expropriações foram essenciais para a formação dos grandes centros industriais, que passaram a absorver e explorar a força de trabalho dos despossuídos. Além disso, o fenômeno permitiu o acirramento da concentração de riqueza nas mãos de proprietários rurais de maior envergadura, habilitando-os a direcionar a acumulação em reinvestimentos.

Márcio Lupatini[27] realça que a "acumulação primitiva" é parte constitutiva do conteúdo basilar das relações sociais no capitalismo. Ao fazer uma digressão sobre a fórmula geral do capital[28], o autor relembra que a força de trabalho é crucial e indispensável nesse processo, pois ela é a única mercadoria capaz de formar valor e mais valor. Em termos bastante simplificados, pode-se afirmar que o possuidor do dinheiro precisa, de um lado, direcionar este para a obtenção de insumos e dos meios de produção necessários (objetos e instrumentos de

---

[23] MARX, Karl. *O Capital*: crítica da economia política. Livro I (tomo 2). São Paulo: Abril Cultural ("Os Economistas"), 1996b [1867].

[24] Marx se concentra no caso inglês a fim de frisar os aspectos basilares da formação e reprodução do capitalismo a partir da categoria das expropriações. No entanto, logo no início do capítulo o autor alerta que esse processo pode se manifestar de formas específicas e distintas, a depender do país. A opção pelo caso inglês se deu pelo fato de Marx considerar que lá a acumulação primitiva assumiu a sua forma clássica. Ver: MARX, Karl. *O Capital*... op. cit. p. 342.

[25] MARX, Karl. *O Capital*... op. cit.

[26] MARX, Karl. *O Capital*... op. cit.

[27] LUPATINI, Márcio. Notas sobre expropriação na "odisseia" do capital. In: BOSCHETTI, Ivanete (org.). *Expropriação e direitos no capitalismo*. São Paulo: Cortez Editora, 2018.

[28] Ver capítulo IV do Capital: MARX, Karl. *O Capital*: crítica da economia política. Livro I (tomo 1). São Paulo: Abril Cultural ("Os Economistas"), 1996a [1867].

trabalho). Por outro lado, ele também deve, necessariamente, comprar uma mercadoria específica, a única capaz de fazer com que haja valorização do valor, qual seja, a força de trabalho.

Para que esse processo de valorização da mercadoria ocorra é indispensável que os trabalhadores estejam "livres", que eles estejam desprovidos e impossibilitados de obter seus próprios meios de produção; é necessário que eles estejam expropriados, não tendo outra mercadoria para vender a não ser a sua própria força de trabalho[29]. Toda essa articulação entre as categorias que explicam o cerne do modo de produção capitalista e a "acumulação primitiva" é sintetizada pelo próprio Marx no trecho de abertura do capítulo XXIV do Capital:

> Viu-se como dinheiro é transformado em capital, como por meio do capital é produzida mais-valia e da mais-valia mais capital. A acumulação do capital, porém, pressupõe a mais-valia, a mais-valia a produção capitalista, e esta, por sua vez, a existência de massas relativamente grandes de capital e de força de trabalho nas mãos de produtores de mercadorias [...][30].

Alguns autores do campo marxista[31], cada qual à sua maneira, interpretaram que a "acumulação primitiva" em Marx era identificada como algo episódico. Ou seja, para eles, ainda que Marx tenha acertadamente destacado que o alastramento das expropriações tenha constituído um processo primordial para o estabelecimento da sociedade burguesa, havia uma limitação na exposição marxiana por considerar que esse fenômeno teria feito parte da "pré-história" ou tão somente da gênese do modo de produção capitalista. A partir daí, tais autores construíram a sua linha argumentativa de forma a enfatizar que as expropriações são fatores cruciais que *acompanham* a própria reprodução ampliada do capitalismo, inclusive, e principalmente, em seu momento imperialista.

Virgínia Fontes recorre ao livro III do Capital para asseverar que já em Marx é possível perceber uma concepção na qual o capitalismo necessita da conservação e reprodução das expropriações para a sua existência[32]. A historiadora assevera que esse fenômeno precisa ser constantemente aprofundado e generalizado para a manutenção das bases da acumulação

---

[29] LUPATINI, Márcio. Notas sobre expropriação... op. cit. pp. 72-73.

[30] MARX, Karl. *O Capital*: crítica da economia política. Livro I (tomo 2). São Paulo: Abril Cultural ("Os Economistas"), 1996b. p. 339.

[31] Destacam-se: LUXEMBURGO, Rosa. *A acumulação de capital*: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970 [1913]; HARVEY, David. *O novo imperialismo.* 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005 [2003].

[32] FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo*: teoria e história. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010. p. 67.

capitalista. A perenidade das expropriações no capitalismo, portanto, é fundamental para a manutenção e reprodução da sociedade burguesa, sendo eixos elementares para que populações sejam inseridas em condições críticas, as tornando cada vez mais vulneráveis e disponíveis ao mercado[33].

Para além da separação violenta dos trabalhadores do campo e populações originárias de suas propriedades, em um processo que força a criação de "exércitos de reserva" aptos a serem explorados no meio urbano-industrial, é importante destacar, conforme Francisco de Oliveira[34], que a "acumulação primitiva" que sustentou a nova conformação do capitalismo brasileiro pós-1930 também foi constituída através da expropriação do *excedente* dos trabalhadores rurais. Como destaca o autor, esse processo ocorria da seguinte forma:

> [...] o trabalhador rural ou o morador ocupa a terra, desmata, destoca, e cultiva as lavouras temporárias chamadas de "subsistência"; nesse processo, ele prepara a terra para as lavouras permanentes ou para a formação de pastagens, que não são dele, mas do proprietário. Há, portanto, uma transferência de "trabalho morto", de acumulação, para o valor das culturas ou atividades do proprietário, ao passo que a subtração de valor que se opera para o produtor direto reflete-se no preço dos produtos de sua lavoura, rebaixando-os. Esse mecanismo é o responsável tanto pelo fato de que a maioria dos gêneros alimentícios vegetais (tais como arroz, feijão, milho) que abastecem os grandes mercados urbanos provenham de zonas de ocupação recente, como pelo fato de que a permanente baixa cotação deles tenha contribuído para o processo de acumulação nas cidades; os dois fenômenos são, no fundo, uma unidade[35].

Desse modo, a alta taxa de exploração da força de trabalho rural, em um processo no qual os camponeses cultivavam, ao mesmo tempo, as lavouras para subsistência e consumo interno junto com aquelas que muitas vezes eram voltadas para a exportação, implicava em um rebaixamento nos custos reais de produção alimentícia. Esse quadro era agravado pelo fato de a legislação do trabalho nunca ter chegado ao campo. O rebaixamento dos preços gerais dos alimentos foi primordial para a baixa acomodação dos salários urbanos, haja vista que a alimentação era um dos principais componentes para determinar o nível da remuneração. Esses aspectos "primitivos" ou "arcaicos" foram substanciais para o crescimento industrial a partir da década de 1930[36].

Ademais, no que tange ao estabelecimento da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943, Francisco de Oliveira bem destaca que a lei igualava reduzindo, e não

[33] FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo*... op. cit. p. 47.

[34] OLIVEIRA, Francisco. Crítica à razão dualista/O Ornitorrinco... op. cit.

[35] OLIVEIRA, Francisco. Crítica à razão dualista/O Ornitorrinco... op. cit. p. 43.

[36] OLIVEIRA, Francisco. Crítica à razão dualista/O Ornitorrinco... p. 48.

incrementando os salários. Isso ocorria pois os trabalhadores especializados passaram a ter a sua remuneração submetida ao mesmo denominador das demais categorias, o que, ao invés de prejudicar a acumulação, beneficiou-a[37].

O acirramento da exploração da força de trabalho foi um dos esteios fundamentais para o crescimento da acumulação de capitais no Brasil nesse período de avanço da industrialização. O autor expõe uma série de dados que evidencia que o aumento da produtividade foi acompanhado pelo recrudescimento da exploração. Os momentos de contratendência, em que houve valorização salarial, foram aqueles nos quais a classe trabalhadora teve maiores condições de pleitear os seus direitos, com destaque para os governos Vargas (1951-1954) e João Goulart (1961-1964). Na maioria dos anos das décadas de 1940, 1950 e 1960 a remuneração do trabalho foi valorizada abaixo do crescimento do produto real da indústria. Esses aspectos eram agravados por conta da estrutura fiscal regressiva e pela inflação ocasionada pela garantia da reprodução da acumulação de capitais[38]. Com o advento da ditadura, em 1964, o rebaixamento salarial foi intensificado e selado institucionalmente logo no início do regime, no bojo das reformas econômicas do governo Castelo Branco.

A flexibilização de direitos trabalhistas também pode ser percebida como forma de expropriação. Virgínia Fontes estabelece dois modos de incidência das expropriações, um primário e outro secundário. As *expropriações primárias* constituem o modelo mais "tradicional" do fenômeno, caracterizadas pelas expulsões de grandes massas camponesas de suas terras e consequente concentração de capitais. Já as *expropriações secundárias* seriam constituídas por quesitos como retirada de direitos trabalhistas e sociais, privatizações, desmantelamento do caráter público da educação e da saúde, apropriação de saberes de povos tradicionais etc.[39].

Com a constatação da importância vital das expropriações e das relações sociais no campo para a expansão do capitalismo industrial brasileiro, Francisco de Oliveira contrasta com os teóricos dualistas, sobretudo aqueles que exerceram grande influência nas distintas linhagens desenvolvimentistas. Em termos gerais, esse campo de estudos criticado por Oliveira defende que a tonificação industrial brasileira, com o Estado atuando fortemente em

[37] OLIVEIRA, Francisco. Crítica à razão dualista/O Ornitorrinco... p. 39.

[38] OLIVEIRA, Francisco. Crítica à razão dualista/O Ornitorrinco... pp. 72-84.

[39] FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo*... op. cit. pp. 54-59.

áreas nas quais as iniciativas privadas não são competitivas, superaria a estrutura agrária - que possuía feições coloniais ou "pré-capitalistas"[40] -, que impedia o "desenvolvimento" da economia do país. Em outras palavras, acreditava-se que, a partir da internalização produtiva do eixo dinâmico da indústria (com destaque para o setor de bens de produção) e da retirada do segmento agro-exportador do cerne da economia, garantir-se-ia as condições para superar as "insuficiências" do desenvolvimento capitalista do Brasil e do subdesenvolvimento[41]. O combate à ideologia dualista é o mote principal do texto de Francisco de Oliveira:

> Assim, não é simplesmente o fato de que, em termos de produtividade, os dois setores – agricultura e indústria - estejam distanciando-se, que autoriza a construção do modelo dual; por detrás dessa aparente dualidade, existe uma integração dialética. A agricultura, nesse modelo, cumpre um papel vital para a virtualidade de expansão do sistema: seja fornecendo os contingentes de força de trabalho, seja fornecendo os alimentos no esquema já descrito, ela tem uma contribuição importante na compatibilização do processo de acumulação global da economia [...][42].

A construção argumentativa de Francisco de Oliveira e seu combate ao dualismo, no fundo, vão no sentido de evidenciar as especificidades do capitalismo brasileiro. A história da formação social e econômica do país é interpretada pelo autor como a expansão de uma economia eminentemente capitalista. Isso não significava, porém, que no Brasil se repetia o modelo clássico de desenvolvimento do capitalismo, tal qual aquele ocorrido nos países centrais, como França e Inglaterra[43].

Nesse sentido, Francisco de Oliveira identifica que, naqueles países europeus, não houve a possibilidade de importar bens de capital para estabelecer um processo de industrialização, o que os forçou a produzir por eles mesmos. Além disso, o desenvolvimento do capitalismo industrial nos países centrais se deu, via de regra, pela ruptura da hegemonia da burguesia agrária e da sociabilidade então prevalecente. Seguindo um rumo distinto, na formação do capitalismo brasileiro as classes proprietárias rurais mantiveram forte poderio

[40] O termo é de Celso Furtado: FURTADO, Celso. *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968 [1966].

[41] É bastante diversa a gama de pensadores desenvolvimentistas. Talvez os autores de maior repercussão, cujos estudos estruturam muitas das análises daquele campo sejam Celso Furtado e Maria da Conceição Tavares. Cf. FURTADO, Celso. *Subdesenvolvimento e estagnação*... op. cit.; TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de Importações ao capitalismo financeiro, ensaios sobre a economia brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

[42] OLIVEIRA, Francisco. Crítica à razão dualista/O Ornitorrinco... op. cit. p. 48.

[43] OLIVEIRA, Francisco. Crítica à razão dualista/O Ornitorrinco... op. cit. p. 61.

econômico e político a partir da década de 1930, ainda que de forma menos destacada que outrora[44].

Além de Francisco de Oliveira[45], uma pluralidade de autores - como o aqui já mencionado Ruy Mauro Marini[46], Florestan Fernandes[47], Caio Prado Jr.[48], Sonia Mendonça[49], Sonia Draibe[50], José de Souza Martins[51], dentre muitos outros -, contrastou, dentro de suas especificidades, com a perspectiva e conduta política daqueles que defendiam que o capitalismo brasileiro seguia e seguiria as mesmas etapas dos países centrais. Para fins deste trabalho, cabe frisar que as expropriações e as relações de produção agrárias estiveram organicamente entranhadas com o desenvolvimento da industrialização capitalista brasileira do período. Como salienta Francisco de Oliveira, uma das formas de manifestação de tal conexão pode ser percebida ao analisar-se as políticas estatais postas em voga a partir da década de 1930, que absorvia recursos do meio agrário e os convertia em proventos substanciais para a expansão da indústria:

> Regulando o preço do trabalho, já discutido anteriormente, investindo em infra-estrutura, impondo o confisco cambial ao café para redistribuir os ganhos entre grupos das classes capitalistas, rebaixando o custo de capital na forma do subsídio cambial para as importações de equipamentos para as empresas industriais e na forma da expansão do crédito a taxas de juros negativas reais, investindo na produção (Volta Redonda e Petrobras, para exemplificar), o Estado opera continuamente transferindo recursos e ganhos para a empresa industrial, fazendo dela o centro do sistema [...][52].

Para caracterizar esse entrelaçamento entre expansão industrial e recursos provenientes da agro-exportação, Sonia Mendonça apreende a noção de "industrialização restringida". Nas palavras da autora:

> uma vez que a agroexportação continuava a desempenhar papel-chave na geração das divisas necessárias à importação do que fosse necessário ao novo parque industrial, caberia ao Estado definir junto a ela uma nova forma de atuação. Isto é, ao mesmo tempo ampará-la – já que os investimentos industriais dela dependeriam – mas também desestimulá-la enquanto o setor básico canalizasse a maioria dos

[44] OLIVEIRA, Francisco. Crítica à razão dualista/O Ornitorrinco... op. cit. pp. 63-64.

[45] OLIVEIRA, Francisco. Crítica à razão dualista/O Ornitorrinco... op. cit.

[46] MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência*... op. cit.

[47] FERNANDES, Florestan. A *revolução burguesa no Brasil*... op. cit.

[48] PRADO JR., Caio. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966.

[49] MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado e economia no Brasil*... op. cit.

[50] DRAIBE, Sonia M. *Rumos e metamorfoses*: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930 - 1960. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004 [1985].

[51] MARTINS, José de Souza. *O cativeiro da terra.* 9 ed., revista e ampliada. São Paulo: Contexto, 2010 [1979].

[52] OLIVEIRA, Francisco. Crítica à razão dualista/O ornitorrinco... op. cit. pp. 40-41.

> recursos da economia. Trata-se, é evidente, de uma situação ambígua, uma contradição que marcaria o processo de industrialização brasileira no período, demonstrando seu próprio limite: sua dependência com relação ao setor agrário-exportador em termos de financiamento adequado às suas necessidades[53].

Indispensável salientar que o nexo entre recursos provenientes da agricultura e a industrialização brasileira não se limitou às políticas estatais acima referidas. Conforme bem destaca José de Souza Martins[54], setores da burguesia cafeeira paulista foram responsáveis por redirecionar os seus excedentes para fundar ou adquirir a propriedade de uma gama expressiva de capitais no meio urbano a partir do fim do século XIX. É imperioso destacar que muitos desses capitalistas, ou suas famílias, tinham vínculos com o escravagismo. Seguindo os preceitos marxianos[55], que postula que a ideologia prevalecente nas sociedades é a de suas classes dominantes, esse aspecto é uma chave substantiva para compreender não apenas o caráter autoritário da dominação de classes no Brasil, assentado na alta taxa de exploração da força de trabalho, mas também o arraigamento das diferentes formas de manifestação do racismo[56] pelo país[57]. Tendo isso em vista, não causa estranhamento o fato de alguns dos principais ideólogos da ditadura do Estado Novo, como Oliveira Viana e Azevedo Amaral, identificarem as populações negras e indígenas como uma degeneração ao "desenvolvimento nacional"[58].

---

[53] MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado e economia no Brasil*... op. cit. p. 29.

[54] MARTINS, José de Souza. *O cativeiro da terra*... op. cit. Especialmente o capítulo 5.

[55] MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã* (Feuerbach). São Paulo: Hucitec, 1991 [1846]. pp. 60-61.

[56] Racismo aqui é abordado conforme a noção de Clóvis Moura, que identifica o fenômeno como instrumento de dominação política e ideológica que serve, historicamente, para justificar a expansão das classes dominantes. Nas palavras do autor: "O racismo é um multiplicador ideológico que se nutre das ambições políticas e expansionistas das nações dominadoras e serve-lhe como arma de combate e de justificativa para os crimes cometidos em nome do direito biológico, psicológico e cultural de "raças eleitas". Há também o racismo interno em várias nações, especialmente nas que fizeram parte do sistema colonial, através do qual suas classes dominantes mantêm o sistema de exploração das camadas trabalhadoras negras e mestiças". MOURA, Clóvis. O racismo como arma ideológica de dominação. *Revista Princípios*, n. 34, 1994. p. 2.

[57] Sobre a relação entre a Petrobras e a questão racial, Alex de Souza Ivo elenca dados importantes sobre as características dos trabalhadores do refino na Bahia entre a década de 1950 e o golpe de 1964. Dentre os aspectos identificados pelo autor, está o fato de a maioria dos trabalhadores da categoria (70,4%) ser constituída de pessoas pretas ou pardas. Uma boa chave para aprofundar essa análise seria efetuar esse levantamento racial durante a ditadura, a fim de verificar se o regime *embranqueceu* o quadro funcional da estatal. cf. IVO, Alex. *Uma história em verde, amarelo e* negro: classe operária, trabalho e sindicalismo na indústria do petróleo (1949-1964). Dissertação de mestrado em História Social. Salvador: UFBA, 2008. pp. 54-72.

[58] MOURA, Clóvis. *Sociologia do negro brasileiro*. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 2019 [1988]. pp. 43-50.

Para além do fato de as classes dominantes rurais não terem sido repelidas do bloco no poder[59], um outro aspecto elementar que demarcou o período foi a não incorporação das classes subalternas no decurso da "Revolução de 1930". Essa transformação social "pelo alto" é bem interpretada por Carlos Nelson Coutinho[60], que se ampara no conceito gramsciano de revolução passiva para caracterizar aquele fenômeno.

Na acepção de Antonio Gramsci, o conceito de revolução passiva pode ser abordado não apenas para interpretar o caso da unificação italiana, por ele analisado, mas para todas as sociedades que foram submetidas a uma modernização do Estado "através de reformas ou de guerras nacionais, sem passar pela revolução política do tipo radical-jacobino"[61]. De forma sintética, o conceito, também abordado como "revolução-restauração", é caracterizado por dois movimentos. O primeiro consiste na reação das classes dominantes a qualquer possibilidade de transformação radical que implique a participação efetiva das classes subalternas, reconhecido como movimento de "restauração". O segundo quesito consiste na assimilação de algumas demandas e interesses populares e de outros segmentos não proeminentes da burguesia pelas camadas dominantes, compreendendo o movimento de "renovação"[62].

A "Revolução de 1930" é concebida como um processo de revolução passiva à medida que foi tocada, fundamentalmente, pelas oligarquias agrárias intermediárias, que produziam para o mercado interno, e por determinadas frações militares, como o segmento moderado do movimento tenentista, iniciado em 1922. Ademais, também foram apreendidas demandas das camadas médias urbanas que pleiteavam maior inserção política nos aparelhos de poder. As organizações que reivindicavam transformações mais acentuadas e as classes subalternas foram marginalizadas da "Revolução"[63].

---

[59] De forma bastante resumida, o bloco no poder é uma unidade complexa e contraditória que concentra as fricções entre classes ou frações das classes dominantes, que coexistem no nível da dominação política. cf. POULANTZAS, Nicos. O poder político e classes sociais. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1977, p. 137.

[60] COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci*: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1989 [1981].

[61] GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Vol. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. pp. 209-210.

[62] COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci*... op. cit. p. 122.

[63] COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci*... op. cit. p. 123.

A revolução passiva, elemento constitutivo do desenvolvimento do capitalismo brasileiro, pode ser combinada à noção de contrarrevolução de Florestan Fernandes[64]. Conforme realça David Maciel[65], a acomodação entre setores modernos e "arcaicos" destacada por Francisco de Oliveira a partir de 1930 teve como contraface a repressão e restrição do espaço político das classes subalternas por parte do bloco no poder. Quando não estavam subjugadas tão somente às vias repressivas, as classes trabalhadoras foram inseridas politicamente através de dispositivos transformistas, enlaçados em aparatos organizativos atrelados à burocracia estatal, comprometendo a independência de sua atuação.

Embora não reduzamos a atuação das classes trabalhadoras entre 1930 e 1964 à mera heteronomia, conforme será destacado no capítulo seguinte, consideramos que a neutralização revolucionária pela via do sindicalismo corporativo fez parte da estratégia estabelecida pelo bloco no poder que ocupava o Estado na ocasião. Esse fenômeno, aqui identificado como um dos aspectos da revolução passiva brasileira, também compõe a estruturação da contrarrevolução que reveste a dominação burguesa no Brasil.

Como destaca David Maciel[66], a dominação burguesa no Brasil "se apresenta como uma contra-revolução preventiva, indo adiante para se antecipar aos impulsos centrífugos e desagregadores de sua própria dinâmica [...]", mas o seu conteúdo é pautado por uma contrarrevolução permanente. Esse aspecto contrarrevolucionário preventivo tem suas raízes na desagregação da própria classe dominante.

As questões estruturais realçadas por Renato Lemos[67] a partir de análise de longa duração da formação histórica e social brasileira (1920-1964) evidenciam a impossibilidade de a burguesia construir consensos efetivos entre as suas próprias frações, tampouco em relação ao conjunto da sociedade. Considerando o período mais conjuntural da análise do autor, de média duração (1945-1964), a desorientação e fricções intra-burguesas puderam ser percebidas em todas as sucessões presidenciais após a eleição de Eurico Dutra, seja na deposição de Vargas em 1954, na tentativa de impedir a assunção presidencial de Juscelino Kubitschek (1955) ou na crise da legalidade (1961). Essa fragmentação basilar é um dos

[64] FERNANDES, Florestan. A *revolução burguesa no Brasil*... op. cit.

[65] MACIEL, David. Revolução burguesa e autocracia no Brasil. In: BATISTA, Alexandre Blankl et al (orgs.). *Estado, poder e revolução*: reflexões de um mundo em crise. Porto Alegre: FCM, 2019. pp. 177-181.

[66] MACIEL, David. Revolução burguesa e autocracia no Brasil... op. cit. pp. 183-184.

[67] LEMOS, Renato L. do C. N. e. Contrarrevolução e ditadura: ensaio sobre o processo político brasileiro pós-1964. *Marx e marxismo*, v. 2, n. 2, jan/jul 2014. pp. 118-119.

anteparos fundamentais que fazem o rumo político da burguesia se orientar pela contrarrevolução preventiva:

> [O rumo político impingido pela burguesia é] Contrarrevolucionário, não porque percebesse em seu horizonte uma efetiva ameaça revolucionária, mas porque, em todo o período, várias experiências históricas indicam que o seu permanente estado de desunião belicosa constituía um elemento necessário, ainda que não suficiente, para configurar-se uma situação revolucionária. Preventivo, porque era preciso evitar o surgimento de elementos que, articulando-se com os necessários, formassem um conjunto suficiente para a configuração de uma situação revolucionária[68].

Desse modo, a revolução passiva pode ser concebida como parte da contrarrevolução preventiva, haja vista que a assimilação lateral e rebaixada de algumas das demandas das classes subalternas também é uma forma de antecipação ao seu avanço revolucionário, real ou imaginário[69].

Nesse sentido, a assimilação passiva de interesses das classes trabalhadoras e também de elementos da democracia burguesa podem constituir uma espécie de "mascaramento" das burguesias brasileiras em determinado período. Isto porque as classes dominantes do país possuem um caráter eminentemente autocrático, tributário, dentre outros fatores, da dependência frente ao imperialismo e da permanência de elementos oriundos de seu passado escravocrata. Como destaca Florestan[70], 1964 significou o desmascaramento das burguesias, pois quando a democracia foi percebida como um risco, as classes dominantes não se furtaram em estabelecer uma autocracia burguesa aberta[71].

Portanto, a contrarrevolução preventiva pode assimilar mais ou menos aspectos democráticos, sempre a fim de manter a dominação burguesa. Nesse sentido, o regime instituído a partir de 1964, elemento fundamental na obra de Florestan, é considerado pelo mesmo como uma "ditadura de classe preventiva", estabelecida em meio aos conflitos sociais

---

[68] LEMOS, Renato L. do C. N. e. Contrarrevolução e ditadura... op. cit. p. 119.

[69] Outros autores, como Carlos Nelson Coutinho e Marcelo Badaró Mattos, também enfatizam a aproximação entre a categoria gramsciana de revolução passiva e a concepção de contrarrevolução preventiva de Florestan Fernandes. cf. COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci*... op. cit. p. 126; MATTOS, Marcelo Badaró. Estado e formas de dominação no Brasil contemporâneo. In: MATTOS, Marcelo Badaró (org.). Estado e formas de dominação no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017. pp. 11-15.

[70] FERNANDES, Florestan. A *revolução burguesa no Brasil*... op. cit. p. 334.

[71] Maiores considerações sobre o vínculo entre dominação burguesa e a ditadura serão expostas, naturalmente, ao longo dos próximos capítulos.

da época, em um movimento em que as burguesias *impuseram* os seus interesses particulares frente às demais classes[72].

Por fim, as Forças Armadas, que também serão levadas em consideração na análise que será efetuada sobre a Petrobras, são aqui percebidas tendo em vista o paradigma marxista, sobretudo aquele levado a cabo por René Dreifuss[73], cuja ação militar é apreendida em conjunto com as movimentações das classes dominantes. A análise do autor se distingue daqueles que concebem que a caserna age por razões estritamente endógenas ou daqueles que consideram que os militares exercem poder moderador frente às relações sociais. Portanto, neste estudo, a organização militar é considerada tendo-se em vista as dinâmicas próprias da luta de classes[74].

Os elementos aqui destacados acerca da formação social brasileira em geral e, mais especificamente, sobre as classes dominantes do país, são, sobretudo, de ordem estrutural, frisados para compreender com mais afinco as condições e os sentidos do golpe de 1964 e da ditadura então perpetrada. Os quesitos igualmente importantes, mas de caráter mais conjuntural, serão, naturalmente, expostos ao longo da análise.

A Petrobras, por ser uma empresa estratégica e por fazer parte do cerne do regime de acumulação capitalista brasileiro, figurando, na ditadura empresarial-militar, como uma das maiores empresas do país, apreendeu as características basilares da formação social brasileira aqui aventadas e também contribuiu para a replicação desses atributos. Nem todos esses aspectos poderão ser aprofundados ao longo desta tese, mas, de qualquer forma, cabe arrolar, brevemente, algumas características acerca da relação entre a Petrobras, as expropriações, a contrarrevolução e o caráter dependente do capitalismo brasileiro.

No que tange às expropriações primárias, ainda que esta tese não aprofunde esse assunto, é importante realçar que muitas das incursões feitas para prospectar e explorar novas reservas petrolíferas se deu às custas da violação de territórios indígenas, ataques a

[72] FERNANDES, Florestan. A *revolução burguesa no Brasil*... op. cit. pp. 312-314.

[73] DREIFUSS, René Armand. *1964*: a conquista do Estado... op. cit.

[74] Para um panorama dos paradigmas analíticos acerca da produção bibliográfica sobre os militares no Brasil, cf.: LEMOS, Renato L. do C. Militares e política, uma discussão de paradigmas. In: CHAGAS, Fabíola Maria da Silva et al. (orgs.). *A guerra e a formação dos Estados nacionais contemporâneos*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013.

comunidades originárias e desestabilização de seus modos de vida[75]. As expropriações secundárias também tornearam a história da Petrobras. Durante a ditadura, a difusão do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), implementado na empresa pela via da coação, aumentou a rotatividade de trabalhadores, o que constituiu um dos elementos galvanizadores da exorbitante lucratividade da estatal na década de 1970[76]. Isso foi somado à política de (des)valorização salarial da ditadura, que motivou mobilizações dos trabalhadores nos governos de Ernesto Geisel e João Baptista Figueiredo, desembocando, em 1983, em uma grande greve da categoria, em São Paulo, apoiada por outros segmentos que compunham o "Novo Sindicalismo"[77].

Também é válido destacar que, ao longo de sua história, a Petrobras se consolidou como uma das grandes condutoras da industrialização brasileira. No entanto, isso não significou um afastamento das relações da companhia com as burguesias agrárias. A criação de programas como o Proálcool e o funcionamento da Interbrás, subsidiária da estatal, estiveram em estreita consonância com os interesses do patronato rural atuante no país.

Em relação à dependência, conforme consta na pesquisa de Carlos Henrique L. Rodrigues[78], tanto a Petrobras quanto as demais empresas estatais criadas ao longo do século XX foram direcionadas a atuar em prol do capital privado e do imperialismo, intensificando o caráter dependente da economia brasileira. Conforme será exposto nos capítulos seguintes, o processo de concentração e centralização de capitais por parte da estatal catapultou uma série de segmentos privados, inclusive aqueles de origem multinacional e associado. Além

[75] cf. GÓIS, Vitor Cerqueira. *Povos indígenas isolados e hidrocarbonetos*: a atuação da Petrobras no Vale do Javari nas décadas de 1970 e 1980. Dissertação de mestrado em Geografia. Porto Velho: Universidade Federal de Rondônia (UNIR), 2022.

[76] Carlos Freitas identifica um aumento significativo de dispensas/demissões nas refinarias Landulpho Alves (BA), Duque de Caxias (RJ) e Cubatão (SP) nos primeiros anos de introdução do FGTS. cf. FREITAS, Carlos. O manejo do direito pela ditadura empresarial-militar: o caso do FGTS na Petrobras. In: PRAUN, Luci et al. Petrobras e petróleo na ditadura: trabalho, repressão e resistência. São Paulo: Boitempo, 2024; FREITAS, Carlos. A repressão de Estado aos sindicatos e sindicalistas baianos na ditadura de 1964: os casos dos petroleiros e bancários. *Revista Continentes* (UFRRJ), ano 9, n. 16, 2020; PRAUN, Luci et al. *Responsabilidade de empresas por violações a direitos durante a ditadura*: caso Petrobras. Relatório final de pesquisa. São Paulo: CAAF-Unifesp/MPF, 2023. Especialmente capítulo 6.3.

[77] cf. BRANT, Vinícius Caldeira (coord.). *Paulínia*: petróleo e política. São Paulo: CEBRAP, 1990.

[78] RODRIGUES, Carlos Henrique Lopes. *Imperialismo e empresa estatal no capitalismo dependente brasileiro* (1956-1998). São Paulo: Alameda, 2023.

disso, pelo menos até o final da década de 1970 a Petrobras dependeu substantivamente de tecnologia e "know-how" dos países centrais.

Por fim, as relações sociais em torno da Petrobras constituíram um aspecto importante no recrudescimento da contrarrevolução preventiva que permeou episódios como o golpe de 1964 e os anos finais da ditadura, conforme será realçado ao longo da tese. Desde o processo de criação da estatal é possível perceber fricções entre e intra classes frente às competências da empresa e ao seu direcionamento político, contendas essas que foram combinadas a embates entre segmentos militares. No início da década de 1960, o avanço da organização dos trabalhadores e as políticas "nacionalistas-populares" de João Goulart - com destaque para a encampação das refinarias privadas - constituíram vetores cruciais para o avanço contrarrevolucionário das classes dominantes brasileiras rumo à sedimentação do regime ditatorial.

Posto alguns dos quesitos estruturais que sedimentaram a formação histórica e social brasileira entre 1930 e 1964, é importante elencar algumas notas acerca da compreensão sobre o Estado e das classes dominantes brasileiras que ampara este estudo. Estes serão os tópicos abordados a seguir.

1.2 – Estado ampliado, frações empresariais e intelectuais orgânicos: ferramentais teóricos e metodológicos

Conforme aqui já exposto, o eixo central desta tese vai no sentido de evidenciar que a Petrobras constituiu um importante vetor da contrarrevolução preventiva brasileira. Esse prognóstico, por conseguinte, implica em conjecturar que as tentativas de apropriação dos rumos da estatal do petróleo foram um quesito fundamental para o enlace da dominação de classe no Brasil a partir da segunda metade do século XX. Isso foi possível pois, no capitalismo, o Estado, o seu sistema produtivo e as suas instituições formais são permeados pelas lutas sociais, em um arranjo cuja dinâmica "normal" de funcionamento da sociedade burguesa tende a conferir proeminência do empresariado frente ao delineamento das políticas estatais.

Por *empresariado* nos apoiamos na perspectiva abarcada por Sebastião Velasco e Cruz[79], que define a categoria como aqueles agentes sociais que desempenham o exercício diretivo de determinada unidade de capital. Ou seja, os empresários cumprem uma função de

[79] CRUZ, Sebastião V. e. *Empresariado e Estado na transição brasileira*: um estudo sobre a economia política do autoritarismo (1974-1977). Campinas/São Paulo: EdUnicamp/Fapesp, 1995.

organização e gestão do processo de valorização de determinado capital. São eles que comandam e decidem as questões estratégicas da empresa, independentemente de serem detentores da propriedade jurídica de seu capital[80]. Segue trecho do autor, se remetendo, inclusive, à sua noção de burguesia:

> [...] [a concepção de empresariado] exclui, entretanto, todos aqueles que, embora dispondo de títulos jurídicos sobre uma fração de capital, vivem de renda, não desempenhando qualquer função diretiva em seu processo cíclico de reprodução. O conceito de burguesia é muito mais amplo, na medida em que inclui – além do conjunto das categorias até aqui referidas – toda uma série de segmentos sociais que se definem pelo exercício de funções não-econômicas – jurídicas, políticas e ideológicas[81].

No que tange à ação política do empresariado, deve-se considerar o fracionamento dessa classe. Resumidamente, essa segmentação está relacionada a seu segmento de atuação – produtivo (industrial ou agrário), comercial ou bancário - e à sua condição frente ao capital dos países imperialistas, ou seja, se o capital é de origem brasileira ou estrangeira. A dominação política é exercida pelo bloco no poder, que é uma unidade complexa e contraditória, que reúne um conjunto de frações de classe, tendendo a ser hegemonizado por uma delas[82]. Apesar das diversas formas de seccionamento da burguesia, é imprescindível salientar que se trata de "diferenciações numa unidade da valorização de valor", ou seja, as segmentações da classe dominante são "elo do capital tomado como um todo", sendo que todas elas estão atadas à extração de mais-valor[83].

Para melhor entendimento dos rumos desta tese é importante salientar uma observação acerca da compreensão do capital/burguesia/empresariado brasileiro, a fim de perceber com maior afinco o objeto e objetivos aqui propostos. Conforme será tratado de forma mais detida no capítulo seguinte, quando será abordada a questão do nacionalismo, não concordamos com a concepção de alguns autores que alegam ter existido ente a década de 1950 e o golpe de 1964 uma burguesia nacional – no sentido de ser anti-imperialista e em prol da ampliação de direitos aos trabalhadores – com expressão e relevância política e apta a selar aliança de poder com as classes trabalhadoras. Também há reservas quanto à apreensão do conceito de *burguesa interna*

[80] CRUZ, Sebastião V. e. *Empresariado e Estado na transição brasileira*... op. cit. pp. 23-24.

[81] CRUZ, Sebastião V. e. *Empresariado e Estado na transição brasileira*... op. cit. p. 24.

[82] POULANTZAS, Nicos. *O poder político e classes sociais*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1977. p. 137.

[83] FONTES, Virgínia. O capital, frações, tensões e composições. In: CAMPOS, Pedro H. P.; BRANDÃO, Rafael V. da M. (orgs.). *Dimensões do empresariado brasileiro*: história, organização e ação política. Rio de Janeiro: Consequência, 2019. pp. 259-260; 269.

de Poulantzas efetuada por autores da autointitulada "Escola de Campinas" para compreender a realidade brasileira. Embora seja pertinente a caracterização de uma burguesia "pendular" – que ora se afasta, ora se aproxima dos capitais multinacionais -, alguns estudos efetuados, por exemplo, por Armando Boito Jr., acabam por instituir uma análise bastante esquemática. Isto porque, em muitos casos, o enquadramento estanque de determinada empresa ou segmento produtivo no "caixilho" de *burguesia interna* ou *burguesia multinacional* é efetivado *a priori*, dele derivando a análise sistematizada da atuação política, rede de propriedade e estratégia de acumulação de determinado grupo/agrupamento empresarial[84].

Desse modo, para caracterizar as classes dominantes nativas no Brasil a partir de 1930 - e, mais precisamente, durante a ditadura empresarial-militar -, não será efetuado o uso dos conceitos de burguesia nacional ou interna, mas a noção de burguesia/empresariado brasileiro ou local. O lastro principal que qualifica essa caracterização é o fato de uma determinada empresa ou grupo econômico ter a maioria de sua propriedade concentrada nas mãos de agentes brasileiros. É válido advertir que essa burguesia brasileira – que pode ter atuação nos diversos segmentos (industrial, comercial e bancário) – muitas vezes entra em contraste com as burguesias estrangeiras, mas também pode selar aproximações com estas a depender das circunstâncias, sobretudo no que tange a confrontar as classes trabalhadoras[85]. Essa observação

[84] Em texto originalmente publicado em 2014, por exemplo, Armando Boito Jr., sem grandes indicações empíricas, destaca que, nos três primeiros governos do Partido dos Trabalhadores, a assim chamada "cúspide do agronegócio" integrava a burguesia interna, que, por sua vez, fazia parte da "frente neodesenvolvimentista", cujos membros empresariais reivindicavam favorecimentos do Estado *contra* o capital estrangeiro. Sobre o assunto, seria interessante averiguar estudo de Sonia Mendonça que evidencia que um dos principais aparatos de organização política do agronegócio no Brasil no século XXI, a Abag – que tem vínculo orgânico com a Embrapa e com a "bancada ruralista" no Congresso -, tem como principais integrantes representantes do agrobusiness internacional, como Bayer, John Deere do Brasil, DuPont e outras. Ver: BOITO JR., Armando. As bases políticas do neodesenvolvimentismo [2014]. In: BOITO JR., Armando. Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT. São Paulo: Editora Unesp/Campinas: Editora Unicamp, 2018. pp. 108-111; MENDONÇA, Sonia R. O "sistema" Abag e a supremacia burguesa no Brasil (1993-2013). In: CAMPOS, Pedro H. P.; BRANDÃO, Rafael V. da M. (orgs.). *Dimensões do empresariado brasileiro*: história, organização e ação política. Rio de Janeiro: Consequência, 2019. Uma boa análise e apreensão crítica da concepção de classes sociais da "Escola de Campinas" pode ser percebida em: KANAAN, Gabriel L. *Sob as asas da águia*: a burguesia brasileira e o capital-imperialismo – de Lula a Bolsonaro (2003-2023). Tese de doutorado em História Social. Niterói: UFF, 2023. Especialmente o capítulo 4.3 ("A assim chamada burguesia interna brasileira e seus conflitos pontuais com o imperialismo: contribuições da Escola de Campinas").

[85] O estudo de René Armand Dreifuss é emblemático no sentido de explicitar que o empresariado local e aquele de origem multinacional estiveram juntos na construção do golpe de 1964. Ver: DREIFUSS, René Armand. *1964*: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

é fundamental para o estudo aqui proposto, pois a fração elementar que será averiguada é justamente aquela pertencente ao empresariado industrial e de origem brasileira.

Além do fracionamento quanto a origem ou área de atuação, o seccionamento da classe dominante será aqui apreendido tendo-se em conta os setores da reprodução social que já consta em Karl Marx[86], são também desenvolvidos por Michal Kalecki[87] e apreendidos por autores marxistas como Sonia Mendonça[88] e outros para caracterizar a economia brasileira. Essa setorização consiste na divisão dos segmentos capitalistas entre aqueles produtores de bens de capital (Departamento 1) – mercadorias que fabricam outras, como máquinas e equipamentos - , os produtores de bens de consumo duráveis ou de luxo (Departamento 2) – como automóveis e eletrodomésticos – e o setor de bens de consumo não duráveis (Departamento 3) – como alimentos, vestimentas, etc.

Ao longo da ditadura, as frações do empresariado foram se alternando *em termos de prioridade nas políticas econômicas*, e essas mudanças podem ser percebidas a partir de alguns marcos temporais. Baseado na perspectiva de Pedro Campos[89], pode-se perceber que a primeira fase do regime (1964 a 1967/68) foi demarcada pela proeminência dos capitais multinacionais atuantes, principalmente, na produção de bens duráveis, e por um arcabouço de políticas de viés monetarista. A segunda (1967-1974) pode ser caracterizada por uma reconfiguração na representação empresarial no Estado, que demarcou o primado do capital industrial multinacional e brasileiro, sobretudo aquele de origem paulista, concomitante a uma grande saliência econômica da indústria da construção pesada. A terceira (1974-1979), por sua vez, está associada à forte ascensão do setor de bens de capital brasileiro e relativo afastamento de frações empresariais paulistas e multinacionais que, até então, tinham posição privilegiada em relação às políticas públicas. O último estágio (1979-1988) se caracterizou por um aprofundamento das lutas intra-burguesas e populares em um período de recessão, assinalado

[86] MARX, Karl. *O Capital*: crítica da economia política. Livro II: o processo de circulação de capitais. São Paulo: Boitempo, 2014. Especialmente capítulos 20 e 21.

[87] KALECKI, Michal. *As equações marxistas de reprodução e a economia moderna*. In: MIGLIOLI, Jorge (Org.). *Crescimento e ciclo das economias capitalistas*. São Paulo: Hucitec, 1977.

[88] MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado e economia no Brasil*: opções de desenvolvimento. 3 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

[89] CAMPOS, Pedro H. P. *Estranhas catedrais*. As empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988. Niterói: Eduff, 2015. p. 333.

pela ascensão do "Novo Sindicalismo" e pelo acirramento da luta de classes em torno da ampliação de direitos e salários.

Conforme sublinhado anteriormente, a alternância da centralidade desses segmentos empresariais ocorreu em relação às *diretrizes das políticas estatais*. Isso significa que a primazia política de uma determinada fração empresarial não necessariamente equivaleu à sua proeminência em termos econômicos, embora os setores privilegiados em todos os períodos fizessem parte do grande capital. Nesse sentido, é pertinente destacar que, no que tange ao empresariado privado, as parcelas pertencentes aos campos multinacional e associado tiveram primazia em termos de rentabilidade durante todo o regime[90]. Desse modo, no que se refere às diretrizes políticas do Estado, considerando este em sua *integralidade*, conforme explicado adiante, a prevalência material não necessariamente se transmutou em prioridade política, e essa característica é fundamental para compreender os rumos da Petrobras naquele período.

As particularidades e fricções empresariais também endossam a sua organização política. Nesse movimento, as frações empresariais se arranjam através de entidades organizativas da sociedade civil (aparatos privados de hegemonia) na tentativa de universalizar os seus interesses particulares de classe por entre as estruturas do Estado.

O Estado é aqui compreendido de forma *ampliada* ou *integral*. Isso significa que o funcionamento e diretrizes das instituições estritas do Estado – como os aparatos burocrático e militar - devem ser concebidos tendo-se em consideração as mobilizações das classes sociais e suas entidades organizativas (aparatos privados de hegemonia). Não há, portanto, separação orgânica entre sociedade política e sociedade civil, sendo essas "arenas" imersas em uma relação estreita e dialética, cuja separação pode ser efetuada apenas para fins metodológicos. O Estado, desse modo, é percebido de forma relacional, não sendo nem um *objeto* que é apropriado mecanicamente pelas burguesias, e tampouco um *sujeito* que funciona apartado e/ou acima das relações sociais de classe[91].

A dominação de classe no capitalismo ainda conta com um importante promotor, que é o *intelectual*, percebido não pelos seus atributos relacionados à sapiência ou formação

[90] cf. LESSA, Carlos. *A estratégia de desenvolvimento*: sonho e fracasso. Brasília: FUNCEP, 1988.

[91] GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 3. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007; POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980; MENDONÇA, Sonia R. de. O Estado Ampliado como ferramenta metodológica. *Marx e o marxismo*, v.2, n. 2, jan/jun 2014.

escolar, mas pelo seu papel de organizador e universalizador dos intentos materiais e valorativos das burguesias por entre o Estado. Nas palavras de Sonia Mendonça[92]:

> [...] o pleno desenvolvimento de uma classe – ou fração – depende de sua capacidade de gerar seu próprio quadro de intelectuais, aptos a lhe conferirem homogeneidade e mesmo consciência de sua função, seja no âmbito econômico, político ou ideológico. A partir dessa capacidade organizativa por excelência, os intelectuais respondem não só pela organicidade de um dado aparelho de hegemonia, mas, também, pela tarefa de atingir a própria organização da sociedade em geral, o que configuraria, de modo efetivo, a plena hegemonia da fração de classe específica por eles representada.

Seguindo os passos de Sonia Mendonça, a concepção de Estado integral é abordada nesta tese não apenas como elemento teórico, mas também como ferramenta metodológica. Considerando a relação orgânica e muitas vezes contraditória entre sociedade política (Estado restrito) e sociedade civil, o método que regerá este estudo seguirá alguns pressupostos basilares.

Em primeiro lugar, está a concepção de que o funcionamento do Estado ou de uma agência estatal é o resultado do embate entre grupos sociais distintos. Diferentes frações de classe disputam a alocação de seus projetos por entre as políticas estatais. Nesse sentido, os órgãos "públicos", via de regra, comportam planos e agentes vinculados às empresas ou seus aparatos privados de hegemonia.

Assim, um pressuposto fundamental ao estabelecer-se análise sobre a Petrobras e outras entidades estatais responsáveis pelas políticas petrolíferas é averiguar quais agentes sociais estiveram inseridos nas estruturas de tais órgãos e quais são as empresas, agências ou aparatos privados de hegemonia a que eles estiveram organicamente vinculados. O mapeamento da trajetória dos que ocuparam as entidades estatais que são objetos desta tese, desse modo, é um pressuposto metodológico basilar que contribuirá para compreender os sentidos e a direção da escolha de determinadas políticas em detrimento de outras[93].

Também serão averiguados documentos e articulações dos aparatos privados de hegemonia sobre a questão petrolífera, de modo a perceber a ascendência dessas agências no delineamento das políticas do segmento. Serão analisados documentos, atas, publicações e

[92] MENDONÇA, Sonia R. de. O Estado Ampliado como ferramenta metodológica... op. cit. p. 35.

[93] Esses aparatos metodológicos assentados na concepção gramsciana de Estado ampliado é trabalhado por Sônia Mendonça em: MENDONÇA, Sonia R. de. O Estado Ampliado como ferramenta metodológica... op. cit.; MENDONÇA, Sonia R. Estado e poder no Brasil: abordagens teórico-metodológicas. *ANPUH. Anais do XXII Simpósio Nacional de História*. João Pessoa (PB): UFPB, 2003.

manifestações oficiais de entidades como a Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ), o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), a Associação Brasileira para o Desenvolvimento das Indústrias de Base (ABDIB), dentre outras. Além disso, também serão escrutinadas matérias e notícias em jornais e revistas da época.

No capítulo a seguir, a partir da abordagem teórico-metodológica aqui exposta, serão evidenciados aspectos acerca da inter-relação entre as relações de classe e as políticas petrolíferas brasileiras, em período que abarca a emergência do governo Vargas até a derrubada de João Goulart (1930-1964). Essa é considerada a fase em que as interações sociais que deram o tom do funcionamento da Petrobras passaram a constituir, efetivamente, um vetor da contrarrevolução preventiva brasileira.

Capítulo 2 – A constituição da Petrobras enquanto um vetor da contrarrevolução preventiva brasileira: petróleo e dominação burguesa no Brasil (1930-1964)

O século XX foi demarcado pela ampliação do uso do automóvel como meio de transporte pelo mundo. Consequentemente, a maior utilização de veículos implicou a expansão da produtividade de recursos petrolíferos, haja vista que as mercadorias provenientes deste óleo passaram a ser a fonte energética elementar para o funcionamento dos motores a combustão.

Ainda que os derivados de petróleo possam ser utilizados para uma pluralidade de finalidades - servindo, por exemplo, como matéria-prima para a indústria petroquímica -, a expansão da produção petrolífera mundial foi historicamente capitaneada pelo uso de combustíveis automotivos. No Brasil, o primeiro veículo automotor foi adquirido em 1893 por Alberto Santos Dummont, automóvel produzido pela francesa Peugeot. Até 1930, foi possível perceber uma tímida, mas importante, ampliação da indústria automotiva no país. O símbolo de tal crescimento pode ser identificado na implantação da fábrica de ônibus Grassi, em 1904, além da chegada das norte-americanas Ford e General Motors (GM), em 1919 e 1925, respectivamente. O consumo total de derivados de petróleo no país aumentou de 98.000 Toneladas Equivalentes de Petróleo (TEP) para 740.000 TEP entre 1910 e 1930[94].

Durante a década de 1930, período no qual a indústria foi sendo alocada como setor-chave na economia, as empresas estrangeiras dominavam o segmento de distribuição de combustíveis no Brasil, com destaque para as filiais dos monopólios norte-americanos do ramo, como a Esso, Shell e a Texaco. No mesmo período, empresários locais e militares foram aprofundando a sua mobilização a fim de deter ascendência frente aos rumos das políticas petrolíferas do país.

Este capítulo objetiva averiguar a inter-relação entre esses agrupamentos (empresários e militares) e as políticas petrolíferas brasileiras, levando em consideração, sempre que possível, a sua capacidade de mobilização política. O marco temporal desta seção abarca a ascensão do governo de Getúlio Vargas, quando a indústria foi sendo alocada como eixo central da economia, e se estende até 1964, com o encerramento do período democrático por ocasião do golpe empresarial-militar.

[94] DALLA COSTA, Luiz Allencar. *A indústria do petróleo*: disputa por territórios cada vez mais profundos. São Paulo: Expressão Popular, 2021. p. 37.

A linha argumentativa desta seção vai no sentido de demonstrar que, até 1945, as entidades organizativas empresariais (aparelhos privados de hegemonia - APHs) ainda não estavam suficientemente maturadas a ponto de influenciar de forma sistemática as políticas petrolíferas do país. A partir de 1945, no entanto, a reorganização do capitalismo em escala interna e internacional ensejou um processo gradativo de complexificação na organicidade desses agrupamentos. No campo militar, o período que sucedeu o Estado Novo também presenciou uma inserção de novo tipo da caserna nos espaços políticos e econômicos do país, sendo a criação da Escola Superior de Guerra (ESG), em 1949, um dos grandes marcos nesse sentido.

A partir da segunda metade da década de 1940, o "anticomunismo preventivo", característico da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), passou a ser a principal ferramenta ideológica empunhada por segmentos militares e frações empresariais para contrastar com aqueles agrupamentos afeitos às políticas nacionalistas, sobretudo aqueles que reivindicavam maiores direitos sociais. A Petrobras teve papel fundamental na dilatação desse imbróglio, haja vista que se tratava de uma empresa estratégica, atrelada à produção de um dos principais insumos energéticos do país e que gozava de grande identidade política junto a diversas frações sociais. Além disso, no final da década de 1950, a estatal do petróleo passou a incorporar um movimento de trabalhadores com forte inserção na política nacional. Conforme será exposto, a Petrobras esteve no cerne do processo de contrarrevolução preventiva que desembocou na implantação do regime ditatorial inaugurado em 1964.

A recuperação desses episódios ocorridos entre a década de 1930 e o golpe de 1964 é importante para compreender, mais adiante, a principal mudança qualitativa do funcionamento da Petrobras a partir da instauração da ditadura empresarial-militar, qual seja: a difusão dos preceitos da DSN pela estrutura organizativa da estatal. Assim, este capítulo visa seguir o compasso geral da tese de analisar a trajetória da Petrobras frente às organizações políticas dos militares e dos empresários em seu entorno. Ou seja, não há a pretensão de (re)contar a história da Petrobras, mas de analisar os aspectos fundamentais que indicam as classes e frações sociais que deram o tom das políticas e diretrizes da petrolífera.

Antes de adentrarmos nas especificidades da Petrobras e das mobilizações sociais frente às diretrizes das políticas petrolíferas do país, é importante explicitar algumas reflexões acerca da compreensão sobre o *nacionalismo* a partir da década de 1930. Este conceito polissêmico esteve no cerne da constituição da Petrobras e também embalou as movimentações

de partidos políticos, frações militares e organizações da sociedade civil no período aqui averiguado. Para além de estabelecermos uma definição do nacionalismo, visamos evidenciar que a sua mobilização esteve conjugada às dinâmicas próprias da luta de classes.

2.1 – Nacionalismo e luta de classes em meio ao aprofundamento das relações capitalistas brasileiras (1930-1964)

No que concerne ao aparato ideológico em torno da questão petrolífera, a partir da década de 1930 pode-se perceber que as políticas minerais passaram a ser permeadas pelo "nacionalismo energético". Esse é um argumento central da obra de Gabriel Cohn[95], um dos principais textos sobre o tema, que abarca a complexidade das relações entre Estado e sociedade em relação à produção de petróleo no país, entre 1930 e a criação da Petrobras (1953).

Pautas como "soberania nacional", "nacionalismo energético" e "defesa nacional" foram abordadas pelas classes sociais e por segmentos militares de forma polissêmica naquele período. Acontece que Gabriel Cohn[96] não definiu exatamente o que quer dizer com "nacionalismo", manuseando o termo como uma espécie de sinônimo de centralização política no poder Executivo. Dada a importância da concepção de nacionalismo para este estudo, é pertinente expor um relato conciso acerca do conceito na realidade brasileira da época.

Eric Hobsbawm[97] aponta a tarefa intrincada que é definir nacionalidade a partir de critérios objetivos. Elementos como a língua, etnia, território, história e cultura comuns, por exemplo, são fundamentos deveras simplórios e insuficientes para dar conta da complexidade e mutabilidade que caracteriza uma "nação".

Ainda que proponha uma hipótese inicial para caracterizar "nação", que consiste na definição do conceito como "[...] corpo de pessoas suficientemente grande cujos membros considerem-se como membros de uma mesma "nação""[98], o autor realça que essa é uma definição meramente provisória. Nesse sentido, ele defende uma postura "agnóstica" frente à temática, destacando que não há em seu estudo uma definição *a priori* de "nação".

[95] COHN, Gabriel. *Petróleo e nacionalismo*. São Paulo: Editora Unifesp, 2017 [1968].

[96] COHN, Gabriel. *Petróleo e nacionalismo*... op. cit.

[97] HOBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismos desde 1780*: programa, mito e realidade. 6 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2013 [1990]. pp. 13-14.

[98] HOBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismos desde 1780*... op. cit. p. 17.

Enfatizando esse posicionamento, Hobsbawm assevera que não é plausível conceber a nacionalidade como uma entidade social estática e imutável.

O autor confere alguns passos para avançar na análise e verificação das construções nacionais, dos quais vale sublinhar três fatores. O primeiro deles é o fato de que a caracterização do fenômeno nacional deve ser estabelecida tendo-se em vista características como "condições econômicas, administrativas, técnicas e políticas" que atravessam determinada sociedade[99].

O segundo quesito a assinalar é que a identidade nacional, quando existe, não é *sempre* superior a elementos sociais e ideológicos de outra ordem. Ou seja, a análise das formações de "nações" e "nacionalismos" deve ser combinada a outros componentes que também fazem parte da construção das identificações sociais[100].

Por fim, o último quesito consiste no fato de que a nacionalidade só é uma entidade social quando conjugada com a questão do Estado moderno[101]. Sobre isso, cabe relembrar que o Estado é aqui caracterizado de forma *integral*, nos termos postos no primeiro capítulo desta tese.

Antes de adentrarmos na temática acerca do nacionalismo na realidade brasileira no período "populista", cabe destacar a distinção entre nação e nacionalismo. Sobre esse tema, estamos de acordo com Lúcio Flávio Almeida. Em linhas gerais, a concepção de nação estabelecida pelo autor se aproxima da definição provisória efetuada por Hobsbawm e aqui evidenciada anteriormente. Para Lúcio Almeida, em qualquer formação capitalista há algum tipo de "nacionismo", que consiste em um "[...] elenco de práticas que expressam o sentimento de que todos os agentes da formação social constituem, em alguma dimensão, uma coletividade singular de indivíduos essencialmente iguais". Já o nacionalismo é um processo de apropriação sistemática da ideologia nacional por alguma classe ou frações de classe, que passam a questionar elementos atinentes à "forma de legitimidade de um Estado burguês já constituído"[102].

---

[99] HOBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismos desde 1780*... op. cit. p. 20.

[100] HOBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismos desde 1780*... op. cit. p. 20.

[101] HOBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismos desde 1780*... op. cit. pp. 18-19.

[102] ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. O nacionalismo popular e a crise do populismo no início dos anos 60. *Lutas Sociais*, n. 11/12, p. 98-108, jun./2004. p. 100.

No caso brasileiro, a noção de "nacionalismo" teve diferentes apreensões ao longo do século XX, a depender do tempo histórico e dos grupos sociais que empunharam a categoria. Não consideramos cabível realizar uma exposição da integralidade dos argumentos presentes na obra de Daniel Pécaut[103] – que, aliás, merece ser abarcado de forma crítica. O autor, no entanto, estabelece um marco temporal importante, que evidencia diferentes caracterizações do *nacionalismo* em duas etapas distintas no período abarcado por este capítulo (1930-1964).

Na década de 1930, é possível perceber a primazia de um nacionalismo de feição autoritária, que defendia o fortalecimento das funções do Estado e reivindicava a existência de uma elite dirigente a fim de estabelecer a "coesão nacional". Além disso, pode-se perceber a contraposição ao individualismo e a negação das entidades de representação política, como os partidos formais. Em suma, essa corrente visava neutralizar as divergências sociais através da construção de identidades nacionais comuns. A expressão intelectual desses valores pode ser identificada, dentro de suas especificidades, em autores como Oliveira Vianna[104] e Azevedo Amaral[105]. Segundo Pécaut, as formulações de tais autores eram uma espécie de síntese e reflexo das perspectivas de agentes sociais presentes na cena política daquele momento, tais como os chefes da corporação militar nos anos de 1930, Góis Monteiro e Eurico G. Dutra, e até mesmo de Getúlio Vargas[106].

Pécaut aborda a questão do nacionalismo considerando, fundamentalmente, as suas apreensões no campo das ideias ou da "intelectualidade". De forma complementar, sobre a década de 1930, cabe pontuar a perspectiva de Lúcio Flávio Almeida, que trabalha o assunto considerando as lutas de classes. Para o autor, o nacionalismo vigente era calcado no combate aos setores "agromercantis" e às organizações independentes dos trabalhadores. Além disso, o fenômeno também tinha o binômio que conjugava o fomento à indústria de base à segurança nacional como mote. Analisando as manifestações de Getúlio Vargas e das classes sociais do período, Lúcio Almeida caracteriza o nacionalismo proeminente entre 1930 e 1945 como "nacionalismo militar". Essa caracterização se deu pois, segundo o autor, a burguesia

[103] PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil.* São Paulo: Ed. Ática, 1990.

[104] VIANNA, Oliveira. *Problema de política objetiva.* São Paulo: Nacional, 1930; VIANNA, Oliveira. *O idealismo da Constituição*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1939.

[105] AZEVEDO AMARAL, Antônio J. *O Estado autoritário e a realidade nacional.* Brasília: UnB, 1981; AZEVEDO AMARAL, Antônio J. "O exército e a educação nacional". *Nação Armada,* n. 16, março 1941.

[106] PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil...* op. cit. pp. 60-66.

industrial não foi o lugar privilegiado de irradiação do nacionalismo à época, tendo a caserna cumprido um papel mais assertivo nesse sentido[107].

A partir de meados da década de 1950 até o golpe de 1964, Pécaut identifica um outro tipo de nacionalismo, cujos adeptos mais extremados conjugavam a luta contra a dominação estrangeira na economia aos esforços de industrialização do país, acompanhado pela reivindicação de maiores ganhos sociais às classes subalternas. Conforme indica o autor, dois acontecimentos marcaram a combinação entre participação popular e esse "novo" nacionalismo, assentando as bases para a sua galvanização. O primeiro deles foi a Campanha do Petróleo (1948-1953), que, como será abordado adiante, reuniu uma série de frações de classe e militares em prol do monopólio estatal da produção petrolífera. O outro foi a carta-testamento de Getúlio Vargas, na qual, dentre outros argumentos, há a denúncia contra "a campanha subterrânea dos grupos internacionais [que] aliou-se à dos grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia de trabalho" [108]. Além disso, cabe salientar que na carta também há a citação direta sobre a fundação da Petrobras e a tentativa de criação da Eletrobrás:

> Quis criar a liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da Petrobras e mal começa a funcionar a onda de agitação se avoluma. A Eletrobras foi obstaculada [sic] até o desespero. Não querem que o trabalhador seja livre. Não querem que o povo seja independente[109].

Esse fenômeno que Pécaut denomina "nacionalismo populista" teve como um grande marco a criação da Comissão Econômica para o Desenvolvimento da América Latina (Cepal), da Organização das Nações Unidas (ONU), em Santiago, Chile, em 1948. A entidade foi criada sob influência do argentino Raul Prebisch e, no Brasil, Celso Furtado foi um dos expoentes de maior destaque. No entanto, a principal entidade de articulação intelectual para a construção desse nacionalismo foi o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb). Criado oficialmente em julho de 1955, no governo Getúlio Vargas, e vinculado ao Ministério de Educação e Cultura, o Iseb teve como predecessor o Grupo Itatiaia, de 1952, que se reorganizou sob o nome de Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP)

---

[107] ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. *Ideologia nacional e nacionalismo*. 2 ed. São Paulo: Educ, 2014. pp. 158-159.

[108] PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil...* op. cit. pp. 99-100.

[109] VARGAS, Getúlio. Carta testamento de Getúlio Vargas: duas versões. Instituto Moreira Salles, s/d. Disponível em: https://correio.ims.com.br/carta/cartas-testamento-de-getulio-vargas-duas-versoes/. Acesso em: 25/08/2023.

no ano subsequente. Alberto Guerreiro Ramos, Roland Corbisier, Nelson Werneck Sodré e Hélio Jaguaribe foram alguns dos pesquisadores do Instituto.

No entanto, é importante fazer uma ressalva. O nacionalismo nesses moldes, de orientação popular, realmente foi proeminente entre a década de 1950 e o golpe de 1964. Isso não significa que outras parcelas sociais - como o campo civil-militar afinado à Doutrina de Segurança Nacional (DSN) - não invocassem, retoricamente, a questão do nacionalismo como ferramenta de luta política. Isso fica evidente na análise das publicações e posicionamentos de membros permanentes da Escola Superior de Guerra (ESG) no período, realizada por José Kunhavalik. De modo geral, esses militares mobilizavam os termos nacionalismo/patriotismo, afirmando que o "nacionalismo sadio" era aquele que estava em consonância com as "aspirações da nação", sendo estas, porém, tendo de ser definidas pelas "elites". Ademais, o próprio *nacionalismo popular* era muito polissêmico, abrangendo desde o então major Nelson Werneck Sodré, que era próximo ao comunismo e ao Iseb, até o capitão de fragata Primo Nunes de Andrade, um "nacionalista/legalista", que expressava a defesa da economia nacional e a justiça social, mas estava imerso a um pensamento profundamente cristão e anticomunista[110].

Uma análise interessante do nacionalismo dos anos de 1950 é efetuada por André Kaysel em sua tese de doutorado, que denomina o fenômeno como *nacionalismo popular*, noção que vale apreender criticamente. Kaysel destaca que o único elo de ligação entre esse nacionalismo proeminente na década de 1950 e aquele presente entre na década de 1930 estava na crítica à transplantação de modelos culturais e políticos estrangeiros para o cenário brasileiro[111]. O autor faz uma boa síntese desse nacionalismo que obteve primazia a partir da década de 1950 (nacionalismo popular), listando as suas características centrais[112]:

[110] Cf. KUNHAVALIK, José Pedro. *Os militares e o conceito de nacionalismo*: disputas retóricas na década de 1950 e início dos anos 1960. Tese de doutorado em Sociologia Política. Florianópolis: UFSC, 2009. Especialmente o capítulo 5 ("Militares nacionalistas").

[111] CRUZ, André Kaysel Velasco e. *Entre a nação e a revolução*: o marxismo de matriz comunista e o nacionalismo popular no Peru e no Brasil (1928-1964). Tese de doutorado em Ciência Política. São Paulo: USP, 2014. p. 162.

[112] CRUZ, André Kaysel Velasco e. *Entre a nação e a revolução...* op. cit. pp. 17-21.

1. atribuição das mazelas nacionais ou regionais às estruturas econômicas, sociais e políticas vigentes, marcadamente identificadas enquanto elementos atrelados à dominação da oligarquia fundiária e à presença do imperialismo, sobretudo o estadunidense;

2. identificação de que o imperialismo e as oligarquias agrárias trazem problemas, como o "subdesenvolvimento", o atraso econômico, a pobreza, desigualdade etc. Para combater essas mazelas, os adeptos da corrente do nacionalismo popular defendem reformas econômicas e sociais estruturais, "tais como reforma agrária, nacionalização de empresas ou ramos da produção, industrialização com base no mercado interno e expansão de direitos sociais e políticos";

3. os pontos 1 e 2 também podem ser notados em vertentes socialistas e comunistas. Uma importante diferença entre os nacionalistas populares e os comunistas era a defesa por parte dos primeiros de que o programa de transformações deve ser construído e sedimentado não por uma classe revolucionária, como o "proletariado", mas sim pelo "povo". Para ilustrar o pluriclassismo da noção de "povo", Kaysel cita um trecho do livro "A crise do poder no Brasil", de Guerreiro Ramos[113]. Para este autor, a noção de "povo" abarcaria os operários, os camponeses, as classes médias urbanas e a “burguesia nacional”, que era a fração burguesa voltada para o mercado interno. O autor cita que em estudos posteriores Guerreiro Ramos passou a defender que o seu entendimento de “povo” é pluriclassista, mas assevera que essa noção é majoritariamente constituída por trabalhadores;

4. o nacionalismo popular também buscava construir uma "nova teoria", capaz de abarcar as especificidades da América Latina. Isso se dava no bojo da crítica à transplantação de modelos teóricos europeus para a região, de forma a desconsiderar as idiossincrasias sociais da América Latina;

5. por fim, o nacionalismo popular pautava a defesa da integração econômica e política da América Latina, mobilizando concepções como o "continentalismo" ou "bolivarianismo". Um desdobramento dessa característica foi a aproximação com o "terceiro-mundismo", haja vista a solidariedade de muitos dos adeptos do nacionalismo popular a outras regiões, como a Ásia e a África. Aliás, no Brasil, pontua Kaysel, a perspectiva "terceiro-mundista" era mais difundida

[113] RAMOS, Alberto Guerreiro. *A crise do poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

que as "latino-americanistas", dado o pouco contato entre os intelectuais brasileiros e os de outros países da região, quadro que se alterou somente após a Revolução Cubana (1959).

Assim como Daniel Pécaut, a pesquisa de André Kaysel não se deteve fundamentalmente nas práticas dos grupos vinculados ao nacionalismo popular. O seu método confere ênfase à produção teórica, abordando autores brasileiros, como os já citados Guerreiro Ramos e Roland Corbisier, e peruanos, como Victor Raúl Haya de La Torre, José Carlos Mariátegui e outros, de modo a averiguar a relação desses movimentos intelectuais com o nacionalismo e com as perspectivas comunistas produzidas em cada um desses países.

Estamos inteiramente de acordo com a caracterização do nacionalismo proeminente entre a década de 1950 e o golpe de 1964 efetuada por Kaysel e sintetizada nos cinco pontos acima. No entanto, há divergências importantes entre a sua interpretação das relações sociais brasileiras daquele período e o arcabouço teórico e historiográfico que ampara esta tese. Mais especificamente, os dissensos principais estão relacionados à substituição do conceito de "classe social" por "povo" e a defesa tácita de uma estratégia à esquerda que abarca a "burguesia nacional", algo que está em consonância com a naturalização da conciliação de classes realizada pelo autor. Esses pontos não apenas são identificados como componentes que foram mobilizados pelos autores e agrupamentos sociais afinados ao nacionalismo popular, mas são assumidamente enquadrados de forma apologética pelo autor:

> Antes de encerrar esta introdução, não posso me furtar a discutir os *pressupostos normativos* envolvidos nesta pesquisa. Para além de saber que a própria escolha de um objeto nas Ciências Sociais é carregada de valores, estou consciente de que isso é ainda mais verdadeiro no caso de um estudo que se volta para a história de disputas ideológicas que marcaram e ainda marcam a atribulada vida política latino-americana. Antes de mais nada, não tenho, nem pretendo ter uma posição neutra neste terreno. Como ficará claro já no primeiro capítulo, ainda que eu faça uso de referências teóricas do campo marxista, possuo uma visão simpática dos discursos nacionalistas populares, por identificar neles a forma ideológica que, no mais das vezes, ordenou o universo político das classes subalternas do subcontinente, transformando-as em agentes capazes de intervir em uma vida política, tradicionalmente marcada pelo elitismo oligárquico, impulsionando-a no sentido da reforma social[114].

Percebendo o decurso do capitalismo brasileiro no período de proeminência do nacionalismo popular (1954-1964) como uma revolução passiva, em termos gramsicanos, o

[114] CRUZ, André Kaysel Velasco e. *Entre a nação e a revolução...* op. cit. p. 34. Grifos meus.

próprio autor sugere que faz uma apreensão peculiar do pensamento do filósofo sardo[115]. Ao abordar os escritos de Antonio Gramsci sobre Maquiavel, Kaysel destaca a centralidade que a "vontade coletiva nacional-popular" tem para a formação de uma nova ordem intelectual e moral, tendo, no caso italiano, sido mobilizada pelo sujeito coletivo de modo a incorporar política e socialmente as classes subalternas no processo de unificação do Estado[116]. A partir dessa reflexão, o autor desfecha o argumento acerca da questão da "vontade nacional-popular" da seguinte forma:

> Nesse sentido, a constituição de uma "vontade coletiva nacional-popular" seria, para Gramsci, um momento crucial da luta pela hegemonia, na medida em que uma classe só se tornaria "classe nacional", ou seja, potencialmente hegemônica, se *incorporasse outras classes* em um "bloco histórico" capaz de empreender a "reforma intelectual e moral" da sociedade[117].

O encadeamento argumentativo do autor evidencia que a "vontade nacional-popular" no Brasil foi levada a cabo, entre 1954 e 1964, pelos segmentos sociais incutidos no nacionalismo popular. Desse modo, se no caso da revolução passiva italiana os entraves a serem superados eram identificados na questão meridional e eclesiástica, no Brasil, os elementos a serem combatidos eram a "questão agrária" e o "imperialismo". Esses obstáculos tornavam inconclusas a "formação da nação", o que significava a "ausência de incorporação dos trabalhadores à esfera da cidadania política e social", além de reproduzir o caráter dependente do país[118].

A grande questão no enredamento interpretativo de Kaysel frente às concepções gramscianas é que, ao longo do estudo, o autor - que, conforme trecho supracitado, realça que Gramsci identificou no *Risorgimento* italiano a incorporação subordinada de variadas classes para a efetivação da "vontade nacional popular" - acaba por indicar que o filósofo sardo *propunha* uma conciliação entre classes antagônicas. Nesse movimento, que parece estar

---

[115] Ao anunciar que vai apresentar as principais abordagens gramscianas que ampara a sua tese, André Kaysel discorre, em nota de rodapé de número 8: "Não tenho a pretensão, na discussão que se segue, de fornecer uma apresentação "verdadeira" do pensamento de Gramsci. O que faço aqui é, na realidade, uma apropriação da obra do marxista italiano, a qual permite usos variados. Sobre as distintas possibilidades de apropriação de Gramsci cf. (Portantiero, 1979) [trata-se da bibliografia PORTANTIERO, J. C. "Los Usos de Gramsci". *In.* GRAMSCI, A. *Escritos Políticos.* México D. F.: Pasado y Presente, 1979". CRUZ, André Kaysel. *Entre a nação e a revolução...* op. cit. p. 22.

[116] CRUZ, André Kaysel Velasco e. *Entre a nação e a revolução...* op. cit. p. 22.

[117] CRUZ, André Kaysel Velasco e. *Entre a nação e a revolução...* op. cit. pp. 22-23. Grifos meus.

[118] CRUZ, André Kaysel Velasco e. *Entre a nação e a revolução...* op. cit. p. 23; 289.

imerso em uma confusão entre as constatações e as proposições de Antonio Gramsci, Kaysel naturaliza aquilo que chama de "poli-classismo" na construção de movimentos de transformação social:

> Porém, cabe a pergunta: os sujeitos políticos capazes de transformar a ordem vigente não seriam necessariamente heterogêneos do ponto de vista classista? Dito de outro modo, existe política bem-sucedida sem "poli-classismo"? O comunista italiano Antônio Gramsci se pôs corajosamente essa pergunta e sua resposta, a meu ver, tende, no mínimo, para a negativa. Esse parece ser o sentido de formulações como "vontade coletiva nacional-popular" ou "bloco histórico", as quais apontariam para a necessidade de as classes que lutam pela hegemonia superarem seus horizontes corporativos[119].

Como referência indireta ao trecho acima elencado, André Kaysel faz uma citação imprecisa dos Cadernos do Cárcere, de Antonio Gramsci, não indicando em qual dos seis volumes editados por Carlos Nelson Coutinho, Luiz S. Henriques e Marco A. Nogueira se encontra a defesa do filósofo sardo ao "poli-classismo". A interpretação de Kaysel em relação aos escritos gramscianos poderia ter congruência caso o cientista político estivesse se remetendo à aliança entre diferentes segmentos da *classe trabalhadora*. Gramsci realmente argumenta positivamente nesse sentido, destacando, por exemplo, a importância da união entre camponeses e trabalhadores urbanos na luta política. Isso é possível perceber no Caderno 13:

> Tradicionalmente, as forças opostas foram a aristocracia rural e, de modo mais geral, a propriedade agrária em seu conjunto, com seu característico traço italiano, que é o de ser uma específica "burguesia rural", herança de parasitismo legada aos tempos modernos pela dissolução, como classe, da burguesia comunal (as cem cidades, as cidades do silêncio). As condições positivas devem ser buscadas na existência de grupos sociais urbanos, adequadamente desenvolvidos no campo da produção industrial e que tenham alcançado um determinado nível de cultura histórico-política. Qualquer formação de uma vontade coletiva nacional-popular é impossível se as grandes massas dos camponeses cultivadores não irrompem *simultaneamente* na vida política"[120].

Ademais, a preocupação em incorporar trabalhadores industriais e do campo em movimentos de transformação social era uma preocupação de Gramsci antes mesmo de sua prisão pelo Estado fascista, sendo um dos elementos centrais de muitos de seus escritos

[119] CRUZ, André Kaysel Velasco e. *Entre a nação e a revolução...* op. cit. pp. 62-63.

[120] GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 3. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2007. pp. 15-16. Grifo do autor.

jornalísticos de 1921. Frente ao crescimento do fascismo italiano, Gramsci fez críticas severas ao Partido Socialista Italiano (PSI) e demais movimentos reformistas que conferiam superioridade do Norte sobre o Sul do país em termos de mobilização e direcionamento da luta antifascista e da revolução. Em texto publicado em 13 de janeiro de 1921, poucos dias antes da fundação do Partido Comunista Italiano (PCI) sob liderança de Gramsci e Amadeo Bordiga, o filósofo sardo destacou que a emancipação da classe trabalhadora só poderia ocorrer "[...] através da aliança entre os operários industriais do Norte e os camponeses pobres do Sul, com o objetivo de derrubar o Estado burguês, de fundar o Estado dos operários e dos camponeses [...]"[121].

Essa defesa da conciliação de classes por parte de André Kaysel está atrelada ao endossamento dos cinco pontos citados anteriormente não como elementos observáveis nos autores e movimentos do período, mas também como quesito normativo. Sobre esse tema, o foco é, sobretudo, o terceiro ponto, sobre o "pluriclassismo". Este tópico, que é desenvolvido ao longo de todo o estudo, evidencia a defesa da existência de uma burguesia nacional e anti-imperialista, que, inclusive, era (e deveria ser) incorporada na noção de "povo" e na *estratégia* de construção da "nação inacabada". Importante salientar que essa é uma das características que aproximaram os "nacionalistas populares" do Partido Comunista (PCB).

Na Declaração Sobre a Política do PCB de março de 1958 o comitê central do partido evidenciou que os principais elementos a serem combatidos no Brasil eram o imperialismo norte-americano e as supostas relações de produção semifeudais. Defendendo, no momento, não uma revolução socialista, mas anti-imperialista e "antifeudal", o PCB propunha o firmamento de uma aliança policlassista, consubstanciada em uma frente ampla, que deveria envolver tanto trabalhadores e camponeses quanto parcelas de uma suposta burguesia "interessada no desenvolvimento independente e progressista da economia nacional"[122].

Em sua interpretação dos Cadernos do Cárcere acerca da passagem de uma classe subalterna para uma posição contra-hegemônica, Edmundo Fernandes Dias acertadamente afirma que a formação de uma "vontade nacional-popular" deve ser efetuada pela construção de uma "coletividade individualizada", que pressupõe a heterogeneidade da classe

[121] GRAMSCI, Antonio. O congresso de Livorno. *L'ordine Nuovo*, 13 de janeiro de 1921. In: GRAMSCI, Antonio. *Escritos políticos*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. p. 36.

[122] Comitê Central do Partido Comunista do Brasil. Declaração sobre a política do PCB. Transcrição de Daniel Domingos Monteiro. Março de 1958. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/tematica/1958/03/pcb.htm. Acesso em 03/10/2023.

trabalhadora. Nesse sentido, Edmundo Dias afirma que o papel do partido é "[...] construir com a classe, e não sobre ela, a questão da vontade coletiva recusando permanentemente as posturas economicistas e/ou voluntaristas"[123].

Se por um lado a perspectiva de Edmundo Dias exposta acima possa indicar uma consonância entre a sua interpretação e a de André Kaysel, essa similitude logo se rompe quando Dias trata da formação da "vontade nacional-coletiva" em Gramsci. Para Dias, a reforma intelectual e moral que a construção da contra-hegemonia pressupõe, através da integração entre os elementos estruturais e superestruturais, não pode prescindir de uma "visão de mundo" que esteja em antagonismo com as classes dominantes. Esse processo necessita de uma:

> Visão de mundo que trabalhe as visões erráticas, fragmentárias, parcelares e subordinadas das *classes subalternas*. Processo de crítica sobre todo o acúmulo de experiências anteriores do mundo do trabalho que deve, necessariamente, estar em debate crítico com a racionalidade dominante. Movimento duplo de buscar autonomizar-se dentro de um campo minado por outras racionalidades[124].

A interpretação de Gramsci que ampara essa tese, desse modo, compreende que as noções normativas e revolucionárias do filósofo italiano em torno da luta política das classes subalternas não pressupõem a incorporação da burguesia, seja ela de qualquer ordem, nacional ou não.

Um outro contraste entre a abordagem de Kaysel e os pressupostos teóricos que regem esta tese está na sua percepção sobre a noção de "povo". Uma das veias argumentativas do autor está pautada em sua acusação de que os autores marxistas da época, como Jacob Gorender, defendiam categorias com validade universal, válidas para todos os países, o que significava não abarcar as complexidades e especificidades dos países da periferia[125]. A partir da crítica daquilo que denomina "marxismo ortodoxo", uma das proposições do autor é endossar a substituição de "classe" por "povo" como ferramenta de ação política da esquerda em prol de reformas sociais. Essa transmutação de noções afiançada pelo autor foi efetuada pelos autores "nacionalistas populares", com destaque para Guerreiro Ramos.

O esteio argumentativo de André Kaysel é pautado, em grande medida, pela crítica aos "uspianos" que caracterizaram o período de vigência do nacionalismo popular como um

[123] DIAS, Edmundo Fernandes. Hegemonia: racionalidade que se faz história. In: DIAS, Edmundo Fernandes et al. *O outro Gramsci*. São Paulo: Xamã, 1996. pp. 38-39.

[124] DIAS, Edmundo Fernandes. Hegemonia... op. cit. pp. 44-45.

[125] CRUZ, André Kaysel Velasco e. *Entre a nação e a revolução...* op. cit. pp. 268-269.

regime “populista”. Em suma, as contraposições do autor vão no sentido de identificar, sobretudo nos escritos de Francisco Weffort[126] e Octavio Ianni[127], reflexões que indicam que as classes trabalhadoras, no “populismo”, eram desprovidas de consciência de classe, sendo organizadas e incorporadas “pelo alto”. Kaysel denuncia que tais autores privilegiaram os quesitos negativos e conservadores no que tange à incorporação dos “grupos subalternos” na vida política, marginalizando os aspectos progressistas.

Uma das principais críticas que Kaysel utiliza para conferir centralidade à noção de “povo” ao invés da de “classe” é em relação a um trecho do primeiro capítulo do livro “Populismo na política brasileira”, de Francisco Weffort[128]. No excerto, o teórico do populismo faz menção ao discurso de posse de Miguel Arraes, de modo a evidenciar que, na manifestação do então governador de Pernambuco, a mobilização das noções de “povo” e “nacionalismo” obliterava o conflito de classes, implicando em um falseamento da realidade. A partir de então, Kaysel lança diversos argumentos para defender que as noções de “povo” e “nacionalismo” não significam ofuscar as classes e tampouco afirmar que estas eram desprovidas de consciência.

A exposição das diferentes perspectivas em relação aos estudos sobre o mundo do trabalho no Brasil excederia os limites deste subcapítulo[129], porém, vale pontuar que estamos de acordo com as críticas de André Kaysel sobre a forma como os teóricos do populismo percebiam as classes trabalhadoras. Sobretudo em relação a alguns textos de Francisco Weffort, realmente há uma abordagem equivocada no que tange às suas argumentações que advogam que as classes subalternas estavam imersas em uma heteronomia no período “populista”. Ou seja, em certos estudos Weffort resumia a organização dos trabalhadores como débil, estando submissa à estrutura sindical oficial e aos políticos populistas, além de

[126] WEFFORT, Francisco. “Bases Sociais do Populismo em São Paulo”. *In. Civilização Brasileira.* N. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965; WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003 [1978].

[127] IANNI, Octavio. *Formação do Estado populista na América Latina.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991 [1975]; IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

[128] WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*... op. cit.

[129] Uma boa síntese sobre o assunto pode ser verificada em: MELO, Demian. *Crise orgânica e ação política da classe trabalhadora*: a primeira greve geral nacional (5 de julho de 1962). Tese de doutorado em História. Niterói: UFF, 2013. Especialmente o capítulo 2 (A evolução dos estudos sobre trabalho no Brasil e a controvérsia do *populismo*).

geralmente limitar seus esforços reivindicatórios a questões salariais, e não nacionais[130]. Essa perspectiva foi contraposta por estudos efetuados por uma série de historiadores e cientistas sociais recentemente.

Apenas para citar alguns exemplos, Marcelo Badaró Mattos[131] efetuou um importante esforço de levantamento das greves ocorridas na cidade do Rio de Janeiro (Guanabara a partir de 1960), entre 1945 e 1964. O historiador identificou cerca de 500 paredes, sendo muitas delas construídas pela base e contra a direção da estrutura sindical oficial. É válido destacar que muitas dessas mobilizações foram violentamente reprimidas pelas forças policiais, inclusive nos governos Getúlio Vargas (1951-1953) e João Goulart (1961-1964).

No que tange aos petroleiros, Alex Ivo[132], em sua tese de doutorado, evidenciou que as movimentações sindicais da categoria na Bahia não apenas pleiteavam melhorias salariais e maiores direitos para os operários da área, mas defendiam o caráter estatal da Petrobras. O autor realça como que, incutidos nos valores do nacionalismo popular, os petroleiros conseguiram ganhos reais para a categoria e para a luta política mais geral.

Focando também na relação entre mobilização dos trabalhadores e a política nacional, Demian Melo[133] demonstrou como que diversas categorias se organizaram nacionalmente através de um comando unificado para eclodir a primeira greve geral do Brasil, a de 5 de julho de 1962. A mobilização, encampada contra o avanço de setores militares golpistas e em contraste ao posicionamento do Legislativo que atravancava as indicações de João Goulart para a chefia do Conselho de Ministros, teve como atores fundamentais as organizações sindicais não oficiais, como as intersindicais estaduais. Esse processo também foi relevante para a posterior promulgação da lei que instituiu o 13º salário, em 13 de julho de 1962.

Portanto, ainda que realmente tenha existido uma gama considerável de entidades sindicais e mobilizações dos trabalhadores que podem ser enquadradas nos aspectos levantados por Weffort, é simplório resumir as mobilizações das classes trabalhadoras no

---

[130] cf. WEFFORT, Francisco. Origens do sindicalismo populista no Brasil (a conjuntura de após-Guerra). *Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 4, p. 66-105, abr./jun. 1973.

[131] MATTOS, Marcelo Badaró. Greves e repressão aos sindicatos no Rio de Janeiro – 1945-1964. In: XXII Simpósio Nacional de História da ANPUH - João Pessoa, 2013.

[132] IVO, Alex. *O sindicalismo petroleiro e a questão nacional*... op. cit.

[133] MELO, Demian. *Crise orgânica e ação política da classe trabalhadora*... op. cit.

regime democrático estabelecido após o Estado Novo como movimentos heterônomos. No entanto, no que tange especificamente às relações entre classes dominantes e o Estado a partir de 1930 há um elemento válido e que merece atenção na pesquisa de Weffort, mais precisamente em seu texto "O populismo na política brasileira", publicado originalmente em 1968 e republicado em versão modificada em livro homônimo. Me refiro à percepção do cientista político de que, a partir de 1930, a política brasileira foi caracterizada por uma crise de hegemonia, o que implicou a assunção do Estado como ente intermediador dos distintos interesses conflitantes na conciliação então aventada. O equilíbrio tortuoso entre as classes dominantes e a recém integrada massa urbana assalariada era decorrente da incapacidade de alguma fração da classe dominante entabular uma ampla hegemonia política. Em outros termos, nenhum segmento da burguesia, por razões diversas, conseguia universalizar nacionalmente os seus interesses e valores particulares[134]. A caracterização do período como um momento de ausência de hegemonia, sendo permeado por uma conciliação instável entre as classes sociais são compreensões caras a esta tese.

Indispensável salientar que a identificação da incidência de uma crise de hegemonia não significa considerar que o empresariado cumpriu papel meramente passivo no processo político entre 1930 e 1964. De modo contrário, conforme será possível verificar ao longo desta tese, diversas pesquisas apontam a ascendência dos empresários e suas entidades organizativas na definição das políticas do Estado no período em questão. A perspectiva aqui adotada, no entanto, considera que, naquele interregno, nenhuma fração da burguesia foi capaz de garantir a *direção* sistematizada da ordem capitalista de modo a forjar consensos amplos frente ao conjunto das classes sociais, e nem mesmo entre as demais parcelas da burguesia.

Cabe, por fim, enfatizar que, diferentemente de André Kaysel, consideramos que as mobilizações sociais brasileiras, principalmente entre a década de 1950 e o golpe de 1964, tiveram um viés eminentemente de classe. Sobretudo ao analisar-se as relações sociais em torno da Petrobras no período, é possível perceber que as principais lutas dos trabalhadores estiveram pautadas por temas sensíveis ao empresariado. Nesse sentido, o maior destaque foi a lei que visava encampar as refinarias privadas de petróleo levada a cabo no governo de João Goulart, que culminou na contraposição do conjunto das burguesias, sendo um elemento

[134] WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*... op. cit. pp. 77-78.

importante para compreender o processo de contrarrevolução preventiva que desembocou na ditadura estabelecida em 1964.

Portanto, esta tese propõe uma apreensão crítica acerca das concepções de nacionalismo presentes no estudo de André Kaysel. O *nacionalismo popular*, resumido nos cinco pontos propostos pelo autor, anteriormente elencados, foi um fenômeno observável entre a década de 1950 e o golpe de 1964 e que constituiu uma das principais "bandeiras" das lutas sociais e políticas brasileiras. O fato de o nacionalismo popular ter pleiteado a substituição da categoria de "classe social" pela noção de "povo" e isso ter sido empunhado como ferramenta de luta por partidos e movimentos não significa que, objetivamente, a luta de classes tenha deixado de ser o fator determinante da política brasileira no período em tela, o que não quer dizer que acatemos a abordagem de Francisco Weffort em sua integralidade, conforme aqui já tratado. A perspectiva adotada por este estudo considera que os "nacionalismos" devem ser compreendidos conjugados a outros elementos que constituem a historicidade e a dinâmica de atuação dos seres sociais, conforme advertência de E. Hobsbawm aqui já destacada. Desse modo, temas eminentemente atrelados à luta de classes, como a questão salarial e a estatização de propriedades privadas, foram os pontos nodais das relações entre os militares, o empresariado e a Petrobras. Utilizaremos, desse modo, a concepção de *nacionalismo popular* ao longo da tese, tendo em vista as críticas aqui expostas.

Já em relação ao nacionalismo preeminente na Era Vargas (1930-1945), consideramos que seus atributos principais estiveram assentados em uma perspectiva autoritária, sendo seus adeptos favoráveis ao estabelecimento da "coesão nacional", sendo esta carreada por uma elite dirigente, conforme Pécaut[135]. No entanto, é importante complementar esses atributos com as contribuições de Lúcio Almeida[136], que pontua que o nacionalismo foi uma ferramenta mobilizada para combater os segmentos agromercantis e as organizações autônomas dos trabalhadores. Além disso, naquele contexto, a segurança nacional esteve atrelada ao fomento da indústria de base, ramo no qual a produção petrolífera é inserida.

As partes subsequentes deste capítulo evidenciarão a relação entre as políticas do Estado frente à questão petrolífera e as relações sociais em torno desse processo. Como será possível perceber, a díade petróleo-nacionalismo foi empunhada, entre a década de 1930 e

[135] PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil...* op. cit.

[136] ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. *Ideologia nacional e nacionalismo...* op. cit.

1943, fundamentalmente por segmentos militares e agentes do Estado restrito, de modo a combinar o nacionalismo energético à segurança nacional.

No que tange às políticas do Estado restrito para o ramo, entre 1943 e 1948 o nacionalismo energético foi escanteado, abrindo caminho para uma diretriz que visou abrir a economia brasileira para a exploração petrolífera estrangeira. Em contrapartida, a defesa da centralização do Estado na produção do óleo ressurgiu em 1948, no bojo da campanha "O petróleo é nosso", em um processo que esboçava traços de um nacionalismo de novo tipo, o nacionalismo popular.

2.2 - Políticas petrolíferas dos anos de 1930: as iniciativas privadas são postas em marcha, mas o Estado segue em *autonomia relativa*

Durante a década de 1920, as políticas estatais estiveram fortemente direcionadas para defender os interesses dos produtores de café, sendo os instrumentos de defesa dos preços daquele insumo uma das principais ferramentas nesse sentido. A crise de 1929 trouxe consequências deletérias para a cafeicultura, que era o principal ente a carrear o conjunto da economia até então. O setor estivera em superprodução desde 1928, característica que agravou a sua estabilidade devido às consequências da redução da demanda oriundas da crise internacional. Esse quadro significou a ruína daquilo que Paul Singer[137] denomina "Setor de Mercado Externo (SME)", sendo fator determinante para o severo enfraquecimento da burguesia agrária e consequente perda de sua primazia política.

Como já destacado no capítulo anterior, a "revolução" de 1930 foi levada a cabo, fundamentalmente, pelas burguesias intermediárias, produtoras para o mercado interno, e por frações militares, como parcela do movimento tenentista. O novo arranjo do capitalismo foi sedimentado a partir da crise de hegemonia de outrora, sendo esse um dos desdobramentos do processo de revolução passiva brasileiro. A partir de então, o Estado passou a instituir um equilíbrio instável entre as classes sociais. Em um contexto em que as massas populares

[137] SINGER, Paul. "Interpretação do Brasil: uma experiência histórica de desenvolvimento". In: PIERUCCI, Antônio Flávio de Oliveira et al. *O Brasil Republicano, v. 11*: economia e cultura. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007 (História geral da civilização brasileira, tomo 3, v. 11, dir. Boris Fausto). p. 269.

reivindicavam ser habilitadas como sujeitos políticos, o Estado as incorporava seletivamente através de dispositivos transformistas[138].

Embora não tenha feito parte do conteúdo social que dirigiu o movimento de 1930, o empresariado industrial foi o principal beneficiário das transformações econômicas e políticas impingidas naquela década. Válido relembrar que o avanço do segmento era fortemente dependente dos recursos oriundos do meio rural, configurando uma "industrialização restringida" [139].

Se entre 1928 e 1932 a produção industrial decresceu 1,7%, entre 1932 e 1939 houve um crescimento de 10% no setor. A ênfase do governo de Getúlio Vargas foi direcionada, sobretudo, a três segmentos, quais sejam, petróleo, siderurgia e energia elétrica. Internacionalmente, como já elencado no capítulo anterior, esse acirramento da industrialização no período só foi possível por conta da crise internacional, que forçou os países da periferia a realocarem o seu eixo de acumulação na indústria, no bojo da inviabilidade de escoamento de seus produtos primários[140].

Se, por um lado, nenhuma fração da classe dominante era capaz de entabular uma hegemonia ampla[141], no sentido de universalizar os seus interesses materiais e valorativos para o conjunto da sociedade, por outro, seria falso afirmar que as frações burguesas eram desarticuladas e incapazes de ter ascendência no direcionamento de políticas específicas. O empresariado rural já vinha articulando-se na sociedade civil desde, pelo menos, o início da "República Velha" (1889-1930), com entidades como a Sociedade Nacional da Agricultura (SNA) (1897) e a Sociedade Rural Brasileira (SRB) (1919) organizando-se para direcionar as políticas do Estado[142]. No que tange à parcela industrial, já na década de 1920 era possível perceber um avanço em sua organicidade, cujo corolário foi a criação da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), em 1928, órgão central na representação daquele segmento de classe[143].

---

[138] WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*... op. cit.; COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci*... op. cit.; MACIEL, David. Revolução burguesa e autocracia no Brasil... op. cit.

[139] MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado e economia no Brasil*... op. cit.

[140] MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência*... op. cit. pp. 135-137.

[141] WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*... op. cit. pp. 77-78.

[142] cf. MENDONÇA, Sonia Regina de. *O ruralismo brasileiro* (1888-1931). São Paulo: Hucitec, 1997.

[143] MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado e economia no Brasil*... op. cit. p. 21.

Ao longo da década de 1930, a multiplicação de agências e institutos do Estado propiciou a canalização dos interesses de distintos setores sociais, constituindo uma forma de administração de conflitos entre as diferentes frações de classe. No que tange à burguesia industrial, era possível notar a presença de seus representantes em alguns desses órgãos, como o Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE) e o Conselho Técnico de Economia e Finanças (CTEF), por exemplo[144].

A questão energética era um componente vital para garantir o processo de industrialização almejado. Naquela época, o país dependia largamente do bagaço de cana e da lenha para ativar os maquinários das indústrias. Os produtos refinados de petróleo logo foram percebidos como um componente promissor para o fornecimento de energia. Em meados da década de 1930, estimuladas por incentivos governamentais, algumas refinarias privadas foram criadas, utilizando petróleo importado. Entre 1935 e 1937 foram inauguradas 25 destilarias, sendo as refinarias Mattarazo (SP), a Ipiranga (SP) e a Uruguaiana (RS) as de maior destaque[145].

No que tange à exploração de petróleo cru, a partir da década de 1930, passaram a existir movimentações importantes por parte de iniciativas particulares. Essas mobilizações ocorreram no bojo das mudanças institucionais do Estado direcionadas às políticas minerais do país.

Em 1933, no âmbito do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, foi criada a Diretoria Geral de Produção Mineral, substituindo o Serviço Geológico e Mineralógico Brasileiro (SGMB). A Diretoria foi sucedida pelo Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM), em 1934. A pasta ministerial era chefiada por Juaréz Távora e as mudanças objetivavam desvencilhar o Estado da burocracia herdada da República Velha, com a pretensão de conferir um caráter mais técnico ao segmento[146].

Juaréz Távora foi um oficial do Exército que teve participação fundamental no movimento tenentista iniciado em 1922. Em 1924, passou a ser um dos cabeças da Coluna Prestes, ao lado de Miguel Costa, Isidoro Lopes e Luís Carlos Prestes. No processo que

[144] MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado e economia no Brasil*... op. cit. p. 22.

[145] LEOPOLDI, Maria Antonieta. "A economia política do primeiro governo Vargas (1930-1945): a política econômica em tempos de turbulência". In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. N. (orgs.). *O Brasil republicano*. O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 253.

[146] COHN, Gabriel. *Petróleo e nacionalismo*.... op. cit. p. 24.

culminou na assim chamada Revolução de 1930, Távora foi um dos chefes militares que comandou o movimento no Nordeste.

Com o desfecho do movimento de 1930 e assunção do Governo Provisório (1930-1934), comandado por Getúlio Vargas, Juaréz Távora assumiu o cargo de delegado militar junto às interventorias do Norte e Nordeste. Em maio de 1932, a convite de Osvaldo Aranha, então ministro da Fazenda, passou a integrar a Comissão de Estudos Econômicos e Financeiros dos Estados e Municípios, criada para solucionar questões atinentes ao endividamento externo dos estados. Em julho de 1932 atuou na dissuasão da "Revolução Constitucionalista" de São Paulo e, em dezembro de 1932, assumiu a pasta da Agricultura[147]. Como será possível perceber mais adiante, na segunda metade da década de 1940 Távora foi um dos mais notórios defensores da abertura da produção petrolífera aos capitais estrangeiros, postura que destoou de seu posicionamento frente às políticas minerais do país datadas do início da década de 1930.

Uma das principais medidas do primeiro governo Vargas para o segmento petrolífero foi a instituição do Código de Minas (Decreto nº 26.642, de 10/7/1934), redigido sob influência de Juaréz Távora e implementado quase que simultaneamente à promulgação da Constituição de 16 julho de 1934. O novo ordenamento estabelecia uma separação entre propriedade do solo e do subsolo, sendo este último patrimônio da União. A partir de então, a exploração do subsolo só poderia ser efetuada através do aval do governo Federal. Aos proprietários das terras onde, eventualmente, fosse localizado petróleo era assegurada a devida indenização ou participação dos lucros da lavra mineral[148]. Válido destacar, conforme Lúcio Flávio Almeida[149], que o estabelecimento do Código de Minas, assim como o Código de Águas e a implantação da siderurgia, já eram reivindicações do movimento tenentista, que considerava tais medidas como vitais à "integridade nacional".

Até o estabelecimento do Código de Minas, a exploração petrolífera no Brasil era regida pelos marcos legais presentes na Constituição de 1891. Resumidamente, a despeito de algumas flexibilizações que sofreu, os dispositivos presentes na primeira Carta Constitucional da República sobre o tema tinham como elemento central a inclusão da propriedade do subsolo

[147] PANTOJA, Sílvia. Verbete: Juaréz Távora. In: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da FGV. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Disponível em: https://bit.ly/475UQd8. Acesso em: 13/10/2023.

[148] DALLA COSTA, Luiz Allencar. *A indústria do petróleo*... op. cit. p. 46.

[149] ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. *Ideologia nacional e nacionalismo*. 2 ed. São Paulo: Educ, 2014. p. 138.

à propriedade do solo. Esse quesito não apenas significava a habilitação de potenciais atividades exploratórias à iniciativa privada, inclusive a capitais estrangeiros, mas também implicava a combinação entre exploração petrolífera e as diversas querelas atinentes às disputas de terra no país, como conflitos entre herdeiros, contenda sobre limites de propriedade, incertezas quanto ao título de posse etc.

Além disso, os dispositivos presentes na Constituição de 1891 conferiam amplo controle dos estados federados nas concessões para a exploração de petróleo[150]. Os dispositivos presentes no Código de Minas de 1934, desse modo, respaldavam os anseios mais gerais do governo de Getúlio Vargas de obliterar o poderio das oligarquias regionais.

É no contexto das mudanças legais e institucionais da década de 1930 que algumas iniciativas privadas passaram a reagir às políticas então instituídas. Os episódios de maior repercussão aconteceram em torno das empreitadas do empresário Oscar Cordeiro e das ações conjuntas entre o engenheiro Edson de Carvalho e o escritor Monteiro Lobato, criador das obras infantis que influenciaram a série televisiva "Sítio do pica-pau amarelo". Ambos os episódios foram caracterizados pela insatisfação desses atores com as políticas estatais, em um cenário tensionado pelas movimentações de técnicos estrangeiros pelos órgãos do Estado.

O caso que envolveu Oscar Cordeiro, presidente da Bolsa de Mercadorias da Bahia, começou em 1933 e esteve atrelado à associação entre ele e o engenheiro Manuel Ignácio de Barros para a fundação de uma sociedade a fim de explorar petróleo em regiões baianas. O que animou a iniciativa foi uma ação orquestrada por Barros que culminou na descoberta de petróleo na região de Lobato, em Salvador (BA). Ao solicitarem assistência técnica ao Estado, o DNPM negou auxiliar a produção na localidade, alegando a impossibilidade de haver petróleo no Recôncavo Baiano[151].

Oscar Cordeiro insistiu, apresentando ao Departamento parecer positivo do engenheiro Teodoro Sampaio, mas, ainda assim, a entidade persistiu na defesa da inexistência de petróleo na localidade. A resistência de Juaréz Távora a essa investida era lastreada tanto no laudo do DNPM, baseado nas análises do geólogo letão Victor Oppenheim, quanto em pareceres do

[150] Sobre as especificidades das leis do petróleo na República Velha, ver: DIAS, José L. de M.; QUAGLINO, Maria Ana. *A questão do Petróleo no Brasil*: uma história da Petrobras. Rio de Janeiro: CPDOC/Petrobras, 1993. pp. 7-16.

[151] MOURA, Mariluce *et al*. *Petrobras 50 anos*: uma construção da inteligência brasileira. Rio de Janeiro: Petrobras, 2003. pp. 81-83.

SGMB da década de 1920. Cordeiro, indignado, persistiu de diversas formas na tentativa de obter amparo estatal às suas atividades, sem sucesso[152].

O episódio teve forte repercussão na imprensa. Por um lado, Oscar Cordeiro era atacado em sua honorabilidade e, por outro, o DNPM era acusado de favorecer interesses estrangeiros, sendo o escritor Monteiro Lobato o principal expoente do ataque ao órgão do Estado, conforme será destacado adiante. A validação ou não da existência de óleo em Alagoas deixaria uma das partes ainda mais vulneráveis às críticas[153].

O imbróglio teve um avanço a partir da difusão do estudo geológico efetuado por Glycon de Paiva, Sílvio Fróes de Abreu e Irnack Carvalho do Amaral[154], publicado em formato de livro em 1936 e intitulado "Contribuições para a geografia de petróleo do Recôncavo (Bahia)"[155]. A pesquisa indicava a existência de petróleo na região do Recôncavo Baiano e aprofundou a repercussão do caso na imprensa, que exigia uma resposta definitiva sobre a existência ou não de óleo no local. Em 1938, o DNPM intensificou as perfurações na área. Em janeiro de 1939, já sob a ditadura do Estado Novo, a reserva petrolífera foi descoberta pelo órgão, sob direção de Avelino Inácio de Oliveira, sendo a primeira jazida reconhecida oficialmente pelas entidades do Estado restrito[156]. A área localizava-se em Lobato (Salvador)

---

[152] MOURA, Mariluce *et al*. *Petrobras 50 anos...* op. cit. p. 82; DIAS, José L. de M.; QUAGLINO, Maria Ana. *A questão do Petróleo no Brasil.* p. 20.

[153] DIAS, José L. de M.; QUAGLINO, Maria Ana. *A questão do Petróleo no Brasil*... op. cit. pp. 19-20.

[154] Sílvio Fróes de Abreu fazia parte do Instituto Nacional de Tecnologia e aspirava participar da exploração privada de petróleo na Bahia, conforme destacam Dias e Quaglino. Irnack Carvalho e Glycon de Paiva faziam parte dos quadros do DNPM. O primeiro ocupou diversos postos no Estado restrito, como a assessoria do então presidente do Conselho Nacional do Petróleo, Julio Caetano Horta Barbosa, entre 1938 e 1939; foi membro da Comissão Mista Brasileiro-Americana de Estudos Econômicos (1948); assessor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE, atual BNDES); dentre outros. Em 1966, foi alocado na presidência da Petrobras pelo ditador Castelo Branco. Já Glycon de Paiva passou a ser um forte crítico da atuação do Estado no ramo petrolífero; na década de 1950 foi dirigente do BNDE e foi um dos organizadores da entidade anticomunista denominada Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), que será recobrada adiante. DIAS, José L. de M.; QUAGLINO, Maria Ana. *A questão do Petróleo no Brasil*... op. cit. p. 35, nota de fim de capítulo n. 36; Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Verbete: Irnack Carvalho do Amaral. In: _____. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Disponível em: https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/amaral-irnack-carvalho-do. Acesso em: 04/02/2023; DREIFUSS, René Armand. *1964*: a conquista do Estado ... op. cit.

[155] ABREU, Sívio F.; PAIVA, Glycon de; AMARAL, Irnack C. *Contribuições para a geologia de petróleo no Recôncavo* (Bahia). Rio de Janeiro: Tip. Germania, F. Timon, 1936.

[156] O Conselho Nacional do Petróleo (CNP) foi criado oficialmente em abril de 1938 e passaria a ser a principal autoridade do Estado no ramo petrolífero. No entanto, a descoberta de petróleo em Lobato, em janeiro de 1939, deve ser creditada ao DNPM, haja vista que as funções desta entidade só foram transferidas para o CNP a partir

e, nesse ponto, houve uma contrariedade em relação ao estudo de Paiva, Abreu e Carvalho citado anteriormente, uma vez que aquela pesquisa sugeria a existência de óleo mais próximo à região de Camaçari[157]. De qualquer forma, o saldo da empreitada conferiu razão a Oscar Cordeiro.

O episódio envolvendo Oscar Cordeiro e o petróleo na Bahia evidencia a atuação controversa dos órgãos estatais responsáveis pela produção petrolífera. Essas inconsistências iriam ganhar um forte saneamento com a criação do Conselho Nacional do Petróleo (CNP) em 1938 e, principalmente, a partir da descoberta do primeiro campo comercial, em Candeias, em 1941.

O outro evento que gerou forte repercussão e que evidencia algumas das características e vulnerabilidades da produção mineral brasileira da época teve início em 1932. Na ocasião, o engenheiro Edson de Carvalho comunicou ao governo Federal a descoberta de petróleo em Riacho Doce, na cidade de Maceió, no estado de Alagoas. A ação havia sido efetivada, primeiramente, com o auxílio de uma sonda do SGMB emprestada ao estado. Em um segundo momento, a empreitada foi assessorada por Dr. F. B. Romero, um técnico mexicano, que portava um duvidoso aparelho "descobridor" de petróleo que podia localizar "com absoluta precisão o ponto exato em que a sondagem deve ser feita" e também "o número de barris que se poderiam obter em qualquer poço"[158]. Eusébio de Oliveira, diretor-geral do SGMB, alegou a impossibilidade de existência do insumo na região. A equipe técnica do órgão também contava com a presença de Mark Malamphy, dos Estados Unidos.

O embate repercutiu na imprensa e Monteiro Lobato solidarizou-se com Edson de Carvalho, criando com este a Companhia Petróleo Nacional, ainda em 1932. Em 1934, o escritor levantou fundos para participar dos trabalhos de uma antiga sondagem do governo de São Paulo, em Araquá, investida esta que também foi frustrada após negativa de apoio técnico do DNPM, que relatava a inexistência de petróleo no local[159].

---

do Decreto n. 1369, de 23 de junho de 1939. DIAS, José L. de M.; QUAGLINO, Maria Ana. *A questão do Petróleo no Brasil*... op. cit. p. 35, nota de fim de capítulo n. 35.

[157] DIAS, José L. de M.; QUAGLINO, Maria Ana. *A questão do Petróleo no Brasil*... op. cit. pp. 20-22.

[158] apud MARINHO Jr., Ilmar P. *Petróleo*: política e poder. Um novo choque do petróleo? Rio de Janeiro, José Olympio, 1989. p. 228.

[159] COHN, Gabriel. *Petróleo e nacionalismo*... op. cit. pp. 29-40; DIAS, José L. de M.; QUAGLINO, Maria Ana. *A questão do Petróleo no Brasil*... op. cit. pp. 17-18.

O interesse do escritor pela questão petrolífera se deu após sua viagem aos Estados Unidos, em 1927, quando era adido comercial do Brasil naquele país. Lobato retornou ao Brasil com a ideia de que a produção de petróleo e de minério de ferro era a chave da "eficiência" da economia dos EUA. Fomentar esses segmentos no Brasil seria, portanto, fundamental para a garantia do "desenvolvimento nacional"[160].

Após a instituição do Código de Minas, em 1934, o escritor Monteiro Lobato criticou as diretrizes estatais para o campo petrolífero em obra intitulada "O escândalo do petróleo e ferro"[161]. De modo geral, a crítica de Lobato ia no sentido de denunciar que o Código de Minas e as demais ações dos órgãos administrativos estatais conformavam uma estratégia do governo e empresas dos países centrais que, implicitamente, tinham se vinculado às entidades do Estado para impedir a intensificação da exploração de petróleo no Brasil.

O embasamento da crítica de Monteiro Lobato se robustecia devido à existência de técnicos estrangeiros nos departamentos e instituições estatais, com destaque para os já mencionados Mark Malamphy e Victor Oppenheim. Este último, conforme realçam Dias e Quaglino[162], era a figura mais controvertida no episódio. Nascido na Letônia, foi empregado na Ludovick Barreau em 1927, empresa de consultoria em engenharia e mineração, sediada em Paris. Por essa empresa, foi enviado pela companhia para trabalhar na América do Sul, em 1929[163]. As informações encontradas não evidenciam até quando Oppenheim esteve a mando da Ludovick Barreau. De qualquer forma, o letão chegou ao Brasil em janeiro de 1933, após passagem pela Argentina e Paraguai, onde passou a trabalhar como geólogo do petróleo, ao que tudo indica, sem ter experiência no ramo[164]. Oppenheim veio ao Brasil contratado pelos próprios Monteiro Lobato e Edson de Carvalho para atuar na prospecção em Riacho Doce, Alagoas. Depois de um mês de sondagem Oppenheim firmou parecer explicitando a impossibilidade da existência de petróleo em quantidades consideráveis em Alagoas devido à

---

[160] CARVALHO, Daniel Alencar. *Monteiro Lobato, "general do petróleo"*: controvérsias científicas, ficções e futuros em disputa na campanha pró-petróleo (1931-1941). Tese de doutorado em História. Fortaleza: UFC, 2021. pp. 14-15.

[161] LOBATO, Monteiro. *O escândalo do petróleo e ferro.* São Paulo: Brasiliense, 1955 [1936].

[162] DIAS, José L. de M.; QUAGLINO, Maria Ana. *A questão do Petróleo no Brasil*... op. cit. pp. 34-35, nota de fim de página n. 31.

[163] Informações presentes no portal da University Libraries. Disponível em: https://library.unt.edu/rarebooks/exhibits/southborder/oppenheim.htm. Acesso em: 02/11/2023.

[164] DIAS, José L. de M.; QUAGLINO, Maria Ana. *A questão do Petróleo no Brasil*... op. cit. pp. 34-35, nota de fim de página n. 31.

baixa profundidade sedimentar da região. Como a avaliação de Oppenheim era distinta das percepções de seus então contratantes, estes o demitiu. Ainda em 1933, o técnico letão foi admitido no SGMB tendo sido marcado por escrever uma quantidade significativa de relatórios pessimistas quanto à existência de petróleo no país[165].

Para Monteiro Lobato, as negativas por parte dos técnicos estrangeiros no DNPM iam no sentido de obstaculizar o desenvolvimento da produção petrolífera brasileira, pois lhes era pertinente coibir a emergência de um grande ente concorrencial contra os capitais internacionais atuantes no ramo, dada a alta gama de petróleo (potencial) no Brasil. Além disso, Lobato alegava que os trustes petrolíferos receavam a diminuição de suas exportações para o país.

Diante da forte repercussão midiática da contenda, azeitada pelos questionáveis laudos de Dr. Romero, o DNPM enviou, em 1935, o engenheiro Bourdot Dutra para verificar empiricamente a existência de uma reserva de gás em Maceió, no estado de Alagoas. A avaliação contrariava os números elencados pelo técnico a mando de Lobato e Carvalho e a negativa do parecer do engenheiro do DNPM induziu o órgão a pedir de volta a sonda do Departamento presente naquele estado[166]. Estava, portanto, inviabilizado o empreendimento dos empresários em Alagoas.

Em 1936, o Ministério da Agricultura, comandado por Odilon Braga, em resposta às críticas dos opositores, sobretudo as de Monteiro Lobato, lançou o documento denominado "Bases para o inquérito sobre o petróleo". No documento, o órgão estatal alegava que o insucesso na produção petrolífera por parte do DNPM não se dava por insuficiência de esforços próprios, mas pela falta de uma "orientação mais segura em seus trabalhos"[167].

Segundo a resposta do Ministério da Agricultura, os críticos se debruçavam em dois argumentos para afirmar que havia petróleo no Brasil: (I) a grande extensão territorial brasileira e (II) o fato de países que fazem fronteira com o Brasil terem descoberto petróleo em seus territórios. Em resposta ao primeiro quesito, o documento destacava não haver nenhuma relação entre extensão territorial e a existência de petróleo. No que tange à segunda contraposição, a pasta explicitou que os críticos do Ministério, para indicar que há petróleo no país, afirmam que quase todos os países vizinhos do Brasil têm reservas, porém, os grupos privados, ao invés de

[165] MARINHO Jr., Ilmar P. *Petróleo*: política e poder... op. cit. p. 228.

[166] DIAS, José L. de M.; QUAGLINO, Maria Ana. *A questão do Petróleo no Brasil*... op. cit. p. 18, 34, 35; MARINHO Jr., Ilmar P. *Petróleo*: política e poder... op. cit. pp. 229-230.

[167] apud COHN, Gabriel. *Petróleo e nacionalismo*... op. cit. p. 35.

concentrar esforços de prospecção nas regiões fronteiriças, se empenhavam em se instalar em zona litorânea. A referência, nesse caso, era os agentes privados que possuíam empresas em São Paulo e Alagoas (Monteiro Lobato e associados), contra os quais o relatório rebatia as críticas[168].

As polêmicas fomentadas pela mídia sobre o assunto mantiveram-se intensas na segunda metade da década de 1930, sendo arrefecidas a partir da instauração de um inquérito aberto por Getúlio Vargas em 1936, a fim de investigar "a atuação oficial e privada desenvolvida no Brasil em relação às pesquisas petrolíferas". Monteiro Lobato, no entanto, após as negativas dos órgãos estatais em auxiliar os seus negócios, permaneceu criticando acirradamente a postura do DNPM. Como já realçado, em 1936 o escritor publicou um livro sobre a questão, continuando suas críticas até 1939, quando dirigiu ofensas ao então presidente do Conselho Nacional do Petróleo (CNP), Julio Caetano Horta Barbosa, em carta endereçada à presidência da República. O ato lhe rendeu um processo movido pelo Tribunal de Segurança que lhe rendeu três meses de prisão[169].

Ainda que as críticas de Lobato tivessem coerência com alguns elementos factuais, tendemos a concordar com Gabriel Cohn, que assevera que a perspectiva do escritor incorre em uma simplificação da realidade a partir de uma perspectiva linear. Os episódios relacionados às tentativas de exploração petrolífera no Brasil naquela década indicam que as relações eram mais complexas e intricadas. Um exemplo nesse sentido é que, ainda que Victor Oppenheim tenha barrado de forma equivocada iniciativas como a de Oscar Cordeiro, seu companheiro, Mark Malamphy, chegou a destacar textualmente em um boletim que havia boas expectativas frente à exploração petrolífera em Alagoas[170].

Ainda em relação aos capitais locais aspirantes a atuar no segmento petrolífero, é importante também destacar que Euvaldo Lodi se movimentou politicamente frente à temática. Com a dissolução do Legislativo decorrente do estabelecimento da ditadura do Estado Novo, em novembro de 1937, Lodi perdeu seu mandato de deputado federal, assumindo, em seguida, a vice-presidência da Confederação Industrial do Brasil (CIB), cujo presidente era Roberto Simonsen. Naquele momento, o representante empresarial já fazia parte do CFCE, onde sugeriu que o governo estimulasse a criação de refinarias privadas, em uma estratégia cujo Estado

[168] COHN, Gabriel. *Petróleo e nacionalismo...* op. cit. pp. 35–36.

[169] MARINHO Jr., Ilmar P. *Petróleo*: política e poder... op. cit. p. 232.

[170] COHN, Gabriel. *Petróleo e nacionalismo...* op. cit. p. 40, nota de rodapé n. 29

importaria o petróleo cru para que as unidades de refino particulares produzissem os derivados. A proposta foi aprovada, mas não surtiu grandes efeitos no sentido de ampliação do segmento, pois havia significativa dependência de importação de equipamentos e a necessidade de suprimento estável do óleo, algo que as companhias estrangeiras não estavam dispostas a garantir[171].

No que tange aos trustes internacionais do petróleo[172], não havia grande interesse desses grupos em atuar no Brasil na década de 1930 devido ao cenário de superprodução em outros países. Conforme destaca Gerson Moura[173], naquela época havia certo desinteresse pela lavra e prospecção por parte das corporações estrangeiras pelo fato do México e Venezuela serem áreas mais atraentes nesse ramo.

No entanto, é importante perceber algumas nuances sobre esse tema. A abundância petrolífera em reservas estrangeiras não significou a completa inação dos trustes internacionais no Brasil. A carência de técnicos brasileiros habilitados para atuar na área petrolífera era uma grande vulnerabilidade do país. A única saída vista pelas autoridades estatais era contratar técnicos dos países centrais do capitalismo. Apesar da fragilidade dos argumentos de Monteiro Lobato sobre a questão do petróleo, alguns de seus textos traziam indícios que indicam que, em certas ocasiões, esses agentes estrangeiros apreendiam informações geológicas brasileiras para fins particulares. Nesse movimento, eles chegaram a criar uma organização, a Malop, para fornecer dados a grupos estrangeiros, que, a partir do acesso a tais informações, passavam a adquirir terrenos potencialmente petrolíferos no país[174].

A Malop era um acrônimo para Malamphy e Oppenheim, os dois técnicos estrangeiros que atuavam no DNPM. A denúncia da existência da firma e de que esta atuava para fornecer dados geológicos para empresas estrangeiras, especialmente a Standard Oil e a Royal Dutch-Shell, foi publicada no Correio Paulistano em fevereiro de 1936, em uma carta aberta ao ministro Odilon Braga, redigida por Monteiro Lobato. No texto, o escritor evidencia a existência de anúncios da Malop em uma revista britânica, a Mining Magazine, e outra dos Estados Unidos, a Professional Directories of Mining and Metallurgy. Na ocasião, Lobato

[171] LEOPOLDI, Maria Antonieta. "A economia política do primeiro governo Vargas... op. cit. pp. 253-254.

[172] Truste é a união vertical ou horizontal de empresas de um mesmo segmento. Na década de 1930, Standart Oil e Royal Dutsch Shell eram, basicamente, os dois trustes internacionais que tinham alguma atuação no Brasil.

[173] MOURA, Gerson. *A campanha do petróleo*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 21.

[174] COHN, Gabriel. *Petróleo e nacionalismo...* op. cit. p. 41–42.

realça que as firmas "Annunciam em revistas estrangeiras, para uso de quem lá fóra queira apossar-se das terras petrolíferas brasileiras [...] Vendem, pois, os segredos do sub-sólo nacional, de que são detentores de primeira mão"[175].

Ainda segundo o escritor, os trustes internacionais também sabiam como tirar informações dos potenciais campos petrolíferos brasileiros sem depender das instâncias e agentes do Estado restrito. Em uma ocasião, M. Lobato recebeu uma carta de um geólogo destacando ter feito pesquisas no Brasil em 1934 a serviço de uma subsidiária da Standard Oil. As áreas localizadas com potencial petrolífero foram mapeadas e foi orientada a compra de terrenos nessas regiões[176].

Entretanto, um aspecto chama atenção em relação à atuação de técnicos e empresas estrangeiros no Brasil na década de 1930. Diferentemente dos agentes oriundos da Letônia e dos Estados Unidos - Victor Oppenheim e Mark Malamphy, respectivamente -, os alemães parecem ter tido mais empenho em auxiliar na descoberta de petróleo no Brasil, tendo sucesso em algumas ocasiões. Isso se dava de acordo com os interesses germânicos às vésperas da guerra.

Foram as firmas e os especialistas alemães aqueles que apontaram de forma mais enfática as potencialidades petrolíferas do país naquele momento. Em 1936, foi uma empresa daquele país que fez o levantamento geofísico para o governo de Alagoas, que chegou a resultados positivos. Foi essa a área considerada pouco promissora pelo geólogo norte americano Mark Malamphy e por Victor Oppenheim, em episódio aqui já mencionado. A área prospectada pelos alemães, posteriormente, realmente se mostrou com um grande potencial produtivo.

Um outro caso está relacionado à atuação do geólogo alemão Kurt Diertz, que foi responsável por dirigir os trabalhos da instalação de uma usina projetada, mas nunca construída, de destilação de xisto betuminoso em Maraú, na Bahia. Diertz disse ao então governador daquele estado, Juracy Magalhães, que ali havia grande potencial petrolífero, mas o geólogo

[175] LOBATO, Monteiro. Porque o Brasil não tem petróleo (carta aberta ao sr. ministro da Agricultura). *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 3, quinta-feira, 13 de fev. 1936. apud CARVALHO, Daniel Alencar. *Monteiro Lobato, "general do petróleo"...* op. cit. p. 184.

[176] COHN, Gabriel. *Petróleo e nacionalismo...* op. cit. p. 42.

não conseguiu avançar na empreitada por ter sido chamado para dirigir trabalhos geológicos no Terceiro Reich[177].

Em parte expressiva da década de 1930 a disposição entre a situação petrolífera brasileira e os capitais privados que operavam ou almejavam atuar no segmento pode ser sintetizada da seguinte maneira:

1. por parte do Estado, as suas entidades ainda eram mal estruturadas e dependentes de técnicos estrangeiros. Não há como saber exatamente se esses técnicos, com destaque para Victor Oppenheim e Mark Malamphy, agiram por má fé ou erro de cálculo. Mesmo se a denúncia de Monteiro Lobato sobre a criação da Malop for verdadeira, o que indicaria uma tendência ao auto-interesse por conta de tais agentes, a realidade é mais complexa e intricada, como foi exposto;
2. pelas razões presentes no item 1, os empresários locais procuravam apoio dos órgãos governamentais para prospectar petróleo, mas geralmente não eram atendidos;
3. por fim, os grandes grupos petrolíferos internacionais ainda não atuavam de forma relevante na produção petrolífera no Brasil devido à situação de superprodução em outros países. Esse quadro se alterou com a eclosão da II Guerra Mundial. A distribuição de combustíveis, no entanto, seguia dominada pelas empresas estrangeiras desde a "República Velha".

As principais mudanças institucionais do campo petrolífero na década de 1930, portanto, podem ser enquadradas na concepção de Nicos Poulantzas de autonomia relativa do Estado[178]. Nenhum segmento empresarial, individual ou coletivamente, foi capaz de impingir o direcionamento das políticas petrolíferas no período, embora os dispositivos institucionais do Estado estivessem direcionados para garantia da ordem burguesa, como não poderia deixar de ser em uma sociedade capitalista.

O golpe que culminou no Estado Novo (1937) e a criação do Conselho Nacional do Petróleo (CNP), em 1938, significou um aprofundamento político e econômico do segmento petrolífero brasileiro, calcado em uma significativa centralização decisória no Executivo federal. Junto a isso, a cooperação militar com os Aliados na II Guerra Mundial e as

[177] COHN, Gabriel. *Petróleo e nacionalismo...* op. cit. pp. 45–46.

[178] POULANTZAS, Nicos. Poder político e classes sociais. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2019 [1972]. pp. 261-262.

reconfigurações internacionais após o término do conflito estimularam uma mobilização mais acirrada por parte da caserna e de empresários frente aos rumos das políticas petrolífera do país. As movimentações encetadas a partir do Estado Novo e que desembocaram na criação da Petrobras, bem como as interações entre os atores envolvidos na questão do petróleo brasileiro, serão o foco da próxima parte deste subcapítulo.

2.2.1 – A criação do Conselho Nacional do Petróleo e os primeiros efeitos da II Guerra Mundial nas políticas energéticas brasileiras: os empresários avançam

Em novembro de 1937, Getúlio Vargas instituiu um golpe que deu início ao Estado Novo, firmando uma ditadura que durou quase oito anos. O movimento de Vargas ocorreu no bojo de mobilizações sociais que avançavam naquela época e pressionavam o governo, como a Frente Negra Brasileira (1931), o agrupamento fascista denominado Ação Integralista Brasileira (AIB) (1932) e as movimentações da Aliança Nacional Libertadora (ANL), que abrigava integrantes do PCB e tentou derrubar o governo através de um levante armado em 1935. A ação de Vargas foi ratificada pelas burguesias, cujas frações, inclusive, estavam em embate naquele período[179].

O aprofundamento da centralização política no poder Executivo decorrente da instauração da ditadura, em 1937, foi conjugado à percepção governamental acerca da eventual escassez petrolífera nacional por conta da iminência da Segunda Guerra. As inquietações sobre a questão do petróleo foram aprofundadas por, pelo menos, mais dois elementos, sendo um deles a preocupação em impulsionar a industrialização do país, em uma estratégia que tinha como um de seus eixos diretivos a ampliação da malha rodoviária. O outro quesito consistia na percepção dos militares de que a consolidação e ampliação da indústria de base, sobretudo os ramos siderúrgico e petrolífero, constituíam um componente elementar para a garantia da segurança nacional[180]. Os componentes desse panorama foram fatores importantes para o fortalecimento de políticas em áreas estratégicas, como mineração, aço e petróleo.

[179] DREIFUSS, René Armand. *1964*: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981. pp. 21-23.

[180] ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. *Ideologia nacional e nacionalismo*... op. cit. p. 136; COHN, Gabriel. *Petróleo e nacionalismo*... op. cit. p. 58.

Foi nesse contexto que Getúlio Vargas instituiu o Decreto-Lei nº 395 de 1938[181], que delegou exclusivamente ao governo federal a possibilidade de importar, exportar, transportar, distribuir e comercializar petróleo bruto e derivados no país, sendo o refino permitido apenas a empresas de brasileiros natos. A execução dessa tarefa ficou a cargo do Conselho Nacional do Petróleo (CNP), criado no mesmo Decreto-Lei, sob presidência de Júlio Caetano Horta Barbosa[182], subchefe do Estado-Maior do Exército[183].

O CNP possuía elevado grau de autonomia financeira e administrativa, o que caracterizava sua particularidade, consagrando uma mudança substancial na forma e conteúdo frente ao cabedal de órgãos da administração estatal[184]. De acordo com o Decreto-Lei nº 538, de 7 de julho de 1938[185], que organizou o Conselho e lhe deu as suas diretrizes, a entidade deveria ser composta por oito Conselheiros, além do presidente, todos designados por decreto presidencial. A composição do Conselho do CNP deveria ter a seguinte composição: um representante do Ministério da Guerra; um representante do Ministério da Marinha; um representante do Ministério da Fazenda; um representante do Ministério da Agricultura; um representante do Ministério da Viação e Obras Públicas; um representante do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; um representante das organizações de classe da indústria; um representante das organizações de classe do comércio[186]. Em setembro de 1941, por ocorrência

---

[181] BRASIL. Decreto-lei nº 395, de 29 de abril de 1938. Declara de utilidade pública e regula a importação, exportação, transporte, distribuição e comércio de petróleo bruto e seus derivados, no território nacional, e bem assim a indústria da refinação de petróleo importado em produzido no país, e dá outras providências. Disponível em: https://bit.ly/3SXGlCC. Acesso em: 15/02/2024.

[182] Júlio Caetano Horta Barbosa sentou praça em 1897, conquistou o cargo de coronel do Exército em 1930, após lutar contra a Revolução Constitucionalista em 1932 e passar por diversos cargos dentro do Exército. Assumiu a vice-presidência do Clube Militar em 1933. Foi um dos principais defensores da ampliação dos poderes do CNP no sentido de reivindicar ao órgão o controle total de todas as atividades relativas ao petróleo. Ver: LEMOS, Renato L. do C. Verbete: Júlio Caetano Horta Barbosa In: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da FGV. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/julio-caetano-horta-barbosa. Acesso em:15/02/2022.

[183] CARVALHO, Getúlio. *Petrobrás*: do monopólio aos contratos de risco. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1977. pp. 22-23.

[184] COHN, Gabriel. *Petróleo e nacionalismo*... op. cit. p. 63

[185] BRASIL. Decreto-lei nº 538, de 7 de julho de 1938. Organiza o Conselho Nacional de Petróleo, define suas atribuições e dá outras providências. Disponível em: https://bit.ly/49CeCg9. Acesso em: 15/02/2024.

[186] Os representantes das organizações de classe da indústria e do comércio eram escolhidos, respectivamente, pela Confederação Industrial Brasileira (CIB), que depois foi renomeada Confederação Nacional da Indústria (CNI), e pela Federação das Associações Comerciais do Brasil (art. 3º).

da criação do Ministério da Aeronáutica oito meses antes, o Conselho do CNP passou a ter mais um integrante, da nova pasta militar[187].

Em setembro de 1938, a presidência publicou um decreto que designava os componentes do CNP, com mandato de três anos, conforme decreto-lei nº 538/1938:

- representante do Ministério da Guerra: major da arma de Engenharia, João Valdetaro de Amorim e Melo;
- representante do Ministério da Marinha: capitão de Corveta do Corpo de Oficiais da Armada, Helvécio Coelho Rodrigues;
- representante do Ministério da Agricultura: engenheiro Domingos Fleury da Rocha;
- representante do Ministério da Viação e Obras Públicas: engenheiro Erico de Lamare São Paulo;
- representante do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio: engenheiro Ernesto Lopes da Fonseca Costa;
- representante do Ministério da Fazenda: engenheiro Itrio Correia da Costa;
- representante das organizações de classe da indústria: Alaor Prata Soares;
- representante das organizações de classe do Comércio: João Daudt de Oliveira[188].

Apesar de aparentar uma certa "pluralidade conservadora"[189], os membros do Conselho, de fato, gozavam de poderes diferenciados. Isso ocorria pelo fato de haver uma distribuição de poder assimétrica em torno das deliberações, sendo os Ministérios da Guerra e da Marinha providos de poderes mais plenos que os demais membros. Além de, naquela ocasião, encabeçar a presidência do CNP e obter dois assentos permanentes no Conselho (três a partir de 1941), os militares eram providos de uma espécie de poder de veto "especial" conferido pelo § 2º do artigo 7º:

> Aos representantes dos Ministérios da Guerra e da Marinha, isolada ou conjuntamente, caberá o direito de, sem declaração de motivos, recorrer, com efeito

[187] BRASIL. Decreto-lei nº 3.594, de 5 de setembro de 1941. Modifica a alínea 6 do art. 1º do decreto-lei n. 538, de 7 de julho de 1938. Disponível em: https://bit.ly/49CBrk0. Acesso em: 15/02/2024.

[188] DOU de 05/09/1938, p. 4.

[189] Conservadora pois diversificava as fontes de representação, mas não incluía representantes da classe trabalhadora.

> suspensivo, para o Presidente da República, de qualquer decisão do Conselho que possa afetar a defesa ou a segurança militar do País[190].

Em linhas gerais, os primeiros anos do CNP foram demarcados por debilidades nas esferas técnica e administrativa, dada a ineficiência constatada em seus trabalhos de campo por conta da carência de equipamentos e pessoal habilitado. Em termos de produção, em janeiro de 1939 o Conselho descobriu petróleo em Lobato, na Bahia, mas as atividades foram paralisadas em 1940 devido ao baixo potencial da unidade. A única empreitada de sucesso nesse período foi a descoberta ocorrida na cidade baiana de Candeias, fazendo com que a produção petrolífera brasileira alcançasse 32.829 barris em dezembro de 1942 e um total de 48.151 barris um ano depois[191].

A despeito dos tímidos avanços em termos de produção, o Conselho implementou importantes diretrizes a fim de conceder uma maior centralização fiscal e também conferir proteção às empresas privadas nacionais do setor. Duas medidas tomadas nesse sentido foram o impedimento da entrada de capital estrangeiro em todas as fases de produção do petróleo e a unificação dos impostos em relação aos combustíveis líquidos, que até então eram de competência também dos estados e municípios[192].

Como realçado anteriormente, na década de 1930 os capitais estrangeiros se mostraram relativamente passivos frente à produção de petróleo no Brasil, condição que foi alterada com o início da Segunda Guerra Mundial. Essa inflexão se deu não apenas pelo avanço gradativo do uso do petróleo como fonte energética para a indústria mundial, mas também por ser um insumo fundamental para a manutenção e atuação das tropas militares. As primeiras mobilizações significativas em prol dos interesses estrangeiros em torno da produção petrolífera brasileira foram organizadas pelas Forças Armadas.

A partir de 1942, a cooperação militar entre Brasil e Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial contribuiu para a reconfiguração dos rumos e percepções políticos por parte dos militares membros do CNP. Esta fração castrense passou a ter maior afinidade ideológica com os EUA, dificultando a manutenção das políticas de cunho nacionalista do governo Vargas.

---

[190] BRASIL. Decreto-lei nº 538, de 7 de julho de 1938... op. cit. Art. 7º, § 2º.

[191] MOURA, Mariluce *et al*. *Petrobras 50 anos*... op. cit. p. 86.

[192] Uma parcela desses impostos era destinada a uma conta especial, denominada "Fundo Rodoviário dos Estados e Municípios", cujos recursos eram atribuídos exclusivamente ao desenvolvimento e conservação das rodovias. Em 1945, esse dispositivo foi aperfeiçoado, criando-se o Fundo Rodoviário Nacional. Ver: COHN, Gabriel. *Petróleo e nacionalismo*... op. cit. pp. 70-72.

Esse rearranjo, juntamente às pressões dos grupos privados brasileiros que reivindicavam a participação nas fases da produção petrolífera, implicou o pedido de exoneração de Horta Barbosa da presidência do Conselho em 1943, um dos maiores expoentes da defesa do monopólio total do processo[193].

Com a saída de Horta Barbosa e a assunção do coronel João Carlos Barreto, o ímpeto estatizante e nacionalista se distanciou gradativamente das elaborações políticas do Conselho. Em 6 de maio de 1945, através da Exposição de Motivos 2.558, o CNP recomendou a Vargas a atração de capitais estrangeiros, permitindo-lhes participar da pesquisa e lavra do petróleo e gases naturais, bem como de seu beneficiamento e distribuição. Uma outra resolução, de outubro de 1945, abria a possibilidade de instalação de refinarias de petróleo por empresas privadas nacionais, o que estava dentro da legislação, mas se contrapôs à orientação estatizante de Horta Barbosa[194].

O fim do Estado Novo e a maior saliência dos ideais liberais em torno da abertura do mercado brasileiro após a vitória dos Aliados na Segunda Guerra Mundial acarretou uma descontinuidade econômica no país. O governo de Eurico Gaspar Dutra era composto por árduos defensores do "livre mercado", preceito este que visava estimular o caráter "essencialmente agrícola" do Brasil, ao passo que a produção de bens de maior valor agregado ficaria a cargo dos países centrais.

É válido salientar, no entanto, que o governo Dutra também foi demarcado por uma continuidade político-institucional. Se a reabertura do Legislativo e o surgimento de novos partidos em 1945 ensejava um horizonte democrático, essa prerrogativa era logo contraposta pelos fortes resquícios de outrora.

As repressões aos partidos de esquerda e ao movimento operário foram uma marca do período, sendo, em grande medida, assentadas no argumento de combate ao "movimento comunista internacional". Essa percepção era intensificada não apenas com o recrudescimento da bipolaridade mundial - que ainda na segunda metade da década de 1940 iria desembocar na Guerra Fria -, mas também pela memória relacionada ao levante comunista de 1935, levado a cabo pela Ação Libertadora Nacional (ANL). O partido que era visto como representante direto da mentalidade revolucionária era o Partido Comunista do Brasil (PCB), que foi o partido

[193] MOURA, Gerson. *A campanha do petróleo*. São Paulo: Brasiliense, 1984. pp. 27-29.

[194] COHN, Gabriel. *Petróleo e nacionalismo...* op. cit. pp. 87–88.

construtor daquele levante. Após ter retornado à legalidade em 1945, o PCB teve seu registro cassado em 1947. Além disso, a emergência de uma margem de liberdade de organização permitiu o aumento dos movimentos operários, que logo foram combatidos sob acusação de serem instrumentos a serviço da União Soviética.

A mudança nos rumos políticos do CNP estava relacionada à já citada aproximação de parte dos militares brasileiros com os EUA, no contexto da Segunda Guerra Mundial. Essa cooperação foi um marco importante para que alguns oficiais da Força Expedicionária Brasileira (FEB) aderissem a uma postura de contraposição ao nacionalismo econômico que era presente na corporação nos anos de 1930. As guias condutoras desse processo estavam assentadas nas doutrinas de *segurança nacional* e *segurança hemisférica* propaladas pelos Estados Unidos[195].

As alterações políticas no meio castrense logo viriam a ser acompanhadas por rearranjos no seio das classes dominantes brasileiras no pós-II Guerra. A vigência da Guerra Fria e a disseminação da Doutrina de Segurança Nacional desencadearam significativos embates em torno da nacionalização do sistema de produção petrolífera brasileiro, envolvendo diversos segmentos sociais. A próxima subseção será dedicada a caracterizar os blocos sociais em disputa entre 1945 e 1964 para, em seguida, destacar aspectos acerca da relação entre a Petrobras, a intensificação da luta de classes e o avanço da contrarrevolução preventiva brasileira.

2.3 – Notas sobre as classes sociais e os militares entre 1945 e 1964: caracterizando os blocos em disputa

Antes de adentrarmos nas questões atinentes à Petrobras e à luta de classes entre 1945 e 1964, é importante tecermos algumas breves considerações teóricas e históricas, de modo a caracterizar os blocos sociais em disputa naquele período. O fim coetâneo da ditadura do Estado

[195] A apreensão de ideais relacionados à *segurança nacional* permeia o meio militar, pelo menos, desde a Constituição varguista de 1937, porém sem definição precisa. Ao longo de todo o século XX, a questão da *segurança nacional* foi sofrendo alterações, mas, desde a década de 1930, já era possível perceber essa noção atrelada a uma certa obrigação das Forças Armadas em garantir a ordem no plano interno. No entanto, como será exposto a seguir, as percepções militares acerca daquele conceito sofreram alterações decisivas a partir da influência dos oficiais atuantes na Força Expedicionária Brasileira (FEB) ao lado dos Aliados e posterior criação da Escola Superior de Guerra. Esses episódios induziram o vínculo da *segurança nacional* ao anticomunismo e a um modelo conservador de desenvolvimento capitalista. Ver: LENTZ, Rodrigo. *República de Segurança Nacional*. São Paulo: Expressão Popular/Fundação Rosa Luxemburgo, 2022.

Novo (1937-1945) e da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) ensejou importantes reconfigurações políticas e ideológicas nos atores e organizações sociais brasileiros. Esse processo foi impulsionado, sobretudo, pelo início da Guerra Fria (1947), que antagonizou mundialmente socialismo e capitalismo, ocasionando um movimento cujos valores e contendas relacionados aos embates entre os dois blocos (URSS e EUA) balizaram de forma substantiva as relações sociais do país.

Uma vez que o Brasil integrava o bloco liderado pelos Estados Unidos, significativas composições políticas e sociais foram mobilizadas no sentido de reafirmar a defesa do capitalismo e o combate ao comunismo, real ou imaginário. Desse modo, a luta de classes foi demarcada pelo anticomunismo, que, por sua vez, foi combinado, de forma harmônica ou conflituosa, a dois outros elementos fundamentais. Trata-se do nacionalismo – seja aquele de orientação popular, como o carreado por parcelas do Partido Trabalhista Brasileira (PTB), pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) e, até mesmo, pelo Partido Comunista do Brasil (PCB) -, seja aquele presente na alçada da Escola Superior de Guerra (ESG), de feição elitista. E também pelo reformismo – seja o de matiz mais revolucionária e comunista, seja aquele protagonizado por determinados agentes e agrupamentos empresariais. De forma geral, entre 1945 e 1964 as entidades políticas e os partidos brasileiros se organizaram, de forma complexa e muitas vezes contraditória, em torno desses elementos (nacionalismo, anticomunismo e/ou reformismo)[196].

Na esfera militar, como será exposto mais detalhadamente nas partes subsequentes, no final da década de 1940 foi criada a ESG. Junto com o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), de 1961, a Escola militar foi uma das principais responsáveis pela formulação e disseminação da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), construída a fim de combater os supostos "inimigos internos" da nação – leia-se, agentes e agrupamentos que pleiteassem maiores direitos às classes subalternas e/ou defendessem a economia nacional, a despeito de serem eminentemente comunistas[197].

No campo empresarial do país, após significativo protagonismo no delineamento das políticas estatais entre 1930 e 1945, as lideranças tradicionais do segmento industrial mais afeitas ao varguismo - como Morvan Dias Figueiredo, Euvaldo Lodi, Armando de Arruda

[196] LEMOS, Renato L. do C. N. e. Contrarrevolução e ditadura... op. cit. pp. 119-122.

[197] Cf. ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil*: 1964 - 1984. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

Pereira e Roberto Simonsen (este falecido em 1948) -, foram dividindo espaço na cena política com outros atores importantes. A partir dos anos finais da década de 1940, surgia um movimento conhecido como "geração dos cadetes" na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e na Federação Industrial do Rio de Janeiro (FIRJ), formado por diretores de empresas, como Manoel da Costa Santos, Humberto Reis Costa, Eduardo Garcia Rossi, dentre outros. Muitos desses "cadetes" tinham relações íntimas e diretas com os grupos econômicos estrangeiros[198]. Ao longo da década de 1950, e sobretudo nos anos iniciais do decênio subsequente, uma parcela importante do empresariado foi atuando cada vez mais orientada pela DSN, sendo a própria Fiesp uma das importantes entidades que agiram nesse sentido[199], conforme será abordado adiante.

Como destaca Renato Lemos[200], em torno de um ajuste complexo entre o nacionalismo, o reformismo e o anticomunismo foram articulados campos políticos. De um lado, pode-se perceber aquilo que o autor denomina "campo civil-militar nacional-popular", que era composto pelas forças do nacionalismo popular retratadas no início deste capítulo (sobretudo PTB, Iseb e PCB), segmentos militares, sindicais etc[201]. Em contraste a esse agrupamento, foi solidificado um bloco civil-militar que Lemos alcunhou de "liberal e integracionista", ou "multinacional e associado"[202], eminentemente antivarguista, cuja expressão partidária era consubstanciada na União Democrática Nacional (UDN). Como destaca o autor:

> Neste campo, a defesa do liberalismo econômico combinou-se com o anticomunismo para engendrar um antiliberalismo político, traduzido na vocação golpista da UDN e na identificação com entidades – efetivos aparelhos ideológicos da burguesia - defensoras de reformas da democracia em sentido elitista e antipopular, como a Escola Superior de Guerra (ESG - 1949), o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD - 1959) e o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES - 1961)[203].

[198] LEOPOLDI, Maria A. P. *Política e interesses na industrialização brasileira*: as associações industriais, a política econômica e o Estado. São Paulo: Paz e Terra, 2000. pp. 87–88.

[199] cf. LEMOS, Renato L. do C. N. e. A aliança empresarial-militar no Brasil: anticomunismo e segurança nacional (1949-1964). In: CAMPOS, Pedro H. P.; BRANDÃO, Rafael V. da M; LEMOS, Renato L. do C. N. e (orgs.). *Empresariado e ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

[200] LEMOS, Renato L. do C. N. e. Contrarrevolução e ditadura... op. cit. pp. 119-122.

[201] Neste capítulo, esse campo é tratado como *nacionalista popular*, nos termos de André Kaysel. Cf. CRUZ, André Kaysel Velasco e. *Entre a nação e a revolução*... op. cit.

[202] O autor se baseia no conceito aqui já destacado de René Dreifuss. cf. DREIFUSS, René Armand. *1964*: a conquista do Estado... op. cit.

[203] LEMOS, Renato L. do C. N. e. Contrarrevolução e ditadura... op. cit. p. 120.

As caracterizações das classes sociais e as suas formas e orientações políticas aqui expostas são importantes para compreender a Petrobras, haja vista que o Estado não é aqui percebido como uma entidade etérea, que age de forma autônoma, sendo tocada por tecnocratas ou por uma burocracia supostamente despolitizada. De forma distinta, como já salientado no primeiro capítulo, o Estado é aqui compreendido enquanto uma *relação social* e em seu sentido *integral*, sendo que a sociedade política é organicamente embrenhada à luta de classes que permeia a sociedade civil. Essa percepção, portanto, tributária de Antonio Gramsci, considera que a separação entre Estado e sociedade – ou entre estrutura e superestrutura - constitui apenas a forma, ou aparência, das relações capitalistas, podendo essas "arenas" serem apartadas em termos estritamente metodológicos[204].

2.4 – O monopólio estatal do petróleo e o recrudescimento da luta de classes no Brasil (1945-1953)

A trajetória da Petrobras e as relações sociais em sua volta constituem elementos importantes para compreender uma das facetas acerca da contrarrevolução preventiva que foi acirrada a partir da década de 1950 e que permeou a instauração da ditadura, em 1964. Desde o processo de criação da estatal, frações de classe e militares se mobilizaram de forma assertiva para garantir o monopólio estatal da produção petrolífera, em um movimento que desembocou na campanha "O petróleo é nosso" (1948-1953). Esse processo constituiu um episódio fulcral para a formação e disseminação de um nacionalismo de tendência popular na década de 1950.

Por outro lado, o monopólio estatal da produção petrolífera também contou com a contraposição por parte de segmentos da classe dominante. Esse movimento foi acompanhado por cisões políticas no meio militar. O objetivo desta subseção é evidenciar os principais episódios pelos quais as políticas para o ramo do petróleo estiveram no centro do recrudescimento da luta de classes do país, em um período que abrange o fim do Estado Novo (1945) até a criação da Petrobras (1953).

[204] cf. MENDONÇA, Sonia R. de. O Estado Ampliado como ferramenta metodológica. *Marx e o marxismo*, v.2, n. 2, jan/jun 2014.

2.4.1 – As diretrizes petrolíferas do Estado e as articulações empresariais brasileiras: ascensão e declive das políticas pró-capital estrangeiro (1945-1953)

O pós-Segunda Guerra Mundial foi demarcado por uma reconfiguração das relações capitalistas e por uma acirrada disseminação de preceitos do liberalismo econômico pelo assim chamado mundo ocidental. A hegemonia dos Estados Unidos estava em vias de edificação, uma vez que o país saiu do conflito como grande potência militar, status consolidado, sobretudo, pela retenção da tecnologia atômica. Para além disso, a construção da primazia mundial estadunidense foi conformada a partir da criação das instituições oriundas do acordo de Bretton Woods, pacto este firmado na Conferência Monetária e Financeira Internacional das Nações Unidas e Associadas, ocorrida em julho de 1944.

Da conferência de Bretton Woods surgiu o General Agreement on Trade and Tariffs[205] (GATT), que estabeleceu diretrizes a fim de instituir o livre comércio, câmbio livre e a conversibilidade de moedas. Para além do GATT, foram criados dois organismos que passaram a ser corolários da proeminência econômica dos EUA no período, quais sejam, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Bank for Reconstruction and Development (BIRD), também conhecido como Banco Mundial[206].

O FMI era direcionado a conceder ajuda técnica e financeira para os países-membro que demonstrassem déficit em sua balança comercial e que eram desprovidos de reservas internacionais suficientes. Dentre outras diretrizes, aos membros do Fundo foi estabelecida a necessidade de conservar suas reservas internacionais na forma de dólar americano ou libras esterlinas. Ademais, os Estados que recebessem ajuda financeira do organismo teriam que cumprir uma série de condicionalidades, voltada a reduzir o déficit público, controlar a inflação, coibir os gastos governamentais, conter os salários etc.[207].

---

[205] Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio, em tradução livre.

[206] Até a década de 1990, um conjunto de instituições passaram a integrar o que ficou conhecido como Grupo Banco Mundial (GPM): (1) BIRD, (2) Associação Internacional de Desenvolvimento (AID), (3) Corporação Financeira Internacional (CFI), (4) Centro Internacional para Solução de Divergências em Investimentos, (5) Agência Multilateral de Garantias de Investimentos, (6) Instituto de Desenvolvimento Econômico e, por fim, o (7) Painel de Inspeção. Após esse rearranjo, constitui a alçada institucional do Banco Mundial apenas o BIRD e a AID, mas a entidade possui estreita ligação com as demais instituições do GBM. Ver: PEREIRA, João Márcio Mendes. Banco Mundial, reforma dos Estados e ajustes das políticas sociais na América Latina. *Ciência & Saúde Coletiva*, 23(7), p. 2187-2196, 2018.

[207] BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Formação do império americano*: da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque. 4ª ed., revista e atualizada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014 [2005]. pp. 135-138.

Já o Banco Mundial, a princípio, tinha como principal finalidade auxiliar na reconstrução e no "desenvolvimento" dos países-membro, através de medidas como aportes financeiros e viabilização de investimentos privados estrangeiros. Ao longo do século XX, o organismo tornou-se um ator político, intelectual e financeiro fundamental para a replicação do capitalismo e da divisão internacional do trabalho[208].

Em linhas gerais, as entidades oriundas de Bretton Woods foram direcionadas para estabilizar a economia mundial e padronizar a moeda conversível sob a égide do dólar. O desdobramento desse processo desembocou em um movimento de coação e convencimento rumo à abertura de outras economias aos capitais oriundos dos países centrais. Além disso, o desenvolvimento capitalista dos países periféricos tornou-se significativamente dependente das condições impostas pelos Estados Unidos[209].

Foi nesse contexto pós-Segunda Guerra que o capital-imperialismo foi sedimentado de forma efetiva, como destaca Virgínia Fontes. Essa nova etapa do capitalismo é caracterizada pela intensificação dos processos de concentração e centralização de capitais pelo mundo. No âmago desse movimento, nota-se a primazia do capital monetário, caracterizando, dentre outros fatores, um predomínio do controle da propriedade por grupos que comandam as atividades de múltiplos setores, em uma relação de distanciamento entre gestores e proprietários. A reprodução do capitalismo via capital-imperialismo é pautada por novas e permanentes formas de expansão via expropriação de direitos, terras e do meio ambiente, caracterizando um sistema que passou a afetar todos os níveis da vida social[210].

No Brasil, na primeira metade da década de 1940 já era possível perceber um acirramento do embate entre os atores pró e contra uma maior abertura econômica do país. Uma dessas contendas ocorreu dentro da própria estrutura do Estado Novo, em uma divergência selada entre o economista liberal Eugênio Gudin e o então presidente da Fiesp, Roberto Simonsen.

No final de 1943 foi oficialmente criado o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (CNPIC), que entrou em funcionamento em março de 1944. O órgão era subordinado

---

[208] Sobre a atuação do Banco Mundial, ver: PEREIRA, João Márcio mendes. *O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro* (1944-2008). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010; PEREIRA, João Márcio M. Banco Mundial, reforma dos Estados... op. cit.

[209] WOOD, Ellen. O império do capital. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 101.

[210] FONTES, Virgínia. O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010. 145-204.

ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e tinha o intuito de definir as diretrizes das políticas comerciais e industriais que iriam nortear a passagem da economia de guerra para a de paz. Com exceção dos representantes das pastas ministeriais, a grande maioria dos membros do Conselho era de origem empresarial ou liderava entidades organizativas da burguesia[211].

Roberto Simonsen era um dos membros do CNDIC e o então ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, Alexandre Marcondes Filho, o escolheu para redigir um estudo que iria subsidiar a formulação de uma política voltada para o estímulo industrial e comercial do país. O estudo saiu em agosto de 1944 e foi denominado "A planificação da economia nacional". Em linhas gerais, o texto tinha uma inspiração "desenvolvimentista", no sentido de indicar a necessidade de uma maior participação do Estado no planejamento econômico e na industrialização do país, de forma complementar à iniciativa privada. A perspectiva de Simonsen visava abarcar estímulos estatais não apenas para o setor industrial, mas também para os segmentos comercial e agrário, conjugando esses esforços ao enfrentamento de "problemas sociais"[212].

O texto de Simonsen foi enviado para a Comissão de Planejamento Econômico (CPE), subordinada ao Conselho de Segurança Nacional. A CPE foi criada e instalada em setembro de 1944 e a sua função era tornar permanente os atributos da Coordenação de Mobilização Econômica, órgão criado em 1942 e que atuava em frentes como o controle de preços. Os economistas Luiz Roberto Azevedo Cunha e Jorge Vianna Monteiro, a partir de entrevista

[211] O CNDIC era presidido pelo ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, Alexandre Marcondes Filho. Além dele, os membros do Conselho eram os seguintes: Artur Pereira de Castilho (representante do Ministério de Viação e Obras Públicas), Henrique Dória de Vasconcelos (representante do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio), Tito Vieira de Resende (representante do Ministério da Fazenda); Euvaldo Lodi (presidente da Confederação Nacional da Indústria - CNI), Roberto Simonsen (presidente da Fiesp), Brasílio Machado Neto (presidente da Associação Comercial de São Paulo - ACSP), João Daudt d'Oliveira (presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro), o engenheiro Ari Frederico Torres (ligado à ACSP), o advogado Berto Condé (ligado à ACSP), o advogado João Pinheiro Filho (membro do sindicado das Indústrias Metalúrgicas), o empresário industrial Oton Lynd Bezerra de Melo e o advogado Francisco Clementino de San Tiago Dantas. cf. DINIZ, Eli. Verbete: Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (CNPIC). In: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da FGV. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Disponível em: https://bit.ly/3T1u7ss. Acesso em 15/02/2024.

[212] MARINGONI, Gilberto. Parte II: o personagem e as ideias. In: TEIXEIRA, Aloísio; MARINGONI, Gilberto; GENTIL, Denise. *Desenvolvimento*: o debate pioneiro de 1944-1945/Ensaios e comentários de Aloísio Teixeira, Gilberto Maringoni e Denise Gentil. Brasília: IPEA, 2010. p. 59.

realizada com Eugênio Gudin, lançam a hipótese de que a CPE foi fundada para limitar a repercussão das propostas do CNDIC, destaca Mônica Kornis[213].

Apesar do nome, a CPE tinha uma composição fortemente favorável à liberalização e abertura econômica. Um de seus membros mais destacados era Eugênio Gudin, que contrapôs o estudo de Roberto Simonsen com um texto intitulado "Rumos da política econômica", publicado em março de 1945. Dentre outros pontos, Gudin criticava a "intervenção do Estado" na economia, defendia a livre circulação de capitais estrangeiros no país e criticou a "tutela" estatal ao setor industrial, como no caso do aço, álcool e petróleo.

O documento escrito por Eugênio Gudin teve uma réplica de Simonsen. Nesse novo texto, o representante do empresariado paulista acusou Gudin de estar advogando contra a indústria nacional, além de criticar a intervenção do Estado amparado em experiências dos países centrais, ou seja, desconsiderando as especificidades da economia brasileira.

Em 24 de agosto de 1945, Eugênio Gudin escreveu uma carta extensa à CPE, em resposta aos argumentos de Roberto Simonsen. Dentre seus argumentos, o economista disse não ser verdade que fazia "guerra à indústria nacional". Citando o economista liberal austríaco Ludwig Von Mises – que, diga-se de passagem, foi um apoiador do fascismo[214] -, Gudin alega que, na verdade, Simonsen não queria ter concorrência[215].

Ao longo dessas discussões, o projeto foi arquivado. No entanto, a contenda é importante para evidenciar um dos elementos que permeou o fracionamento da classe dominante naquele período e, dentro de suas especificidades, nos decênios subsequentes. Como será exposto adiante, debates relacionados aos temas tratados no embate entre Eugênio Gudin e Roberto Simonsen podem ser percebidos em encontros empresariais como, por exemplo, no I Congresso Brasileiro de Economia, ocorrido em 1943.

Roberto Simonsen faleceu em maio de 1948 e a sua perspectiva econômica foi relevante para induzir que uma fração importante do empresariado industrial orientasse a sua

---

[213] KORNIS, Mônica. Verbete: Comissão do Planejamento Econômico. In: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da FGV. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Disponível em: https://bit.ly/42FQsz6. Acesso em: 15/02/2024.

[214] cf. AUGUSTO, André Guimarães. "O que está em jogo no "Mais Mises, menos Marx"". *Esquerda Online*, 23/06/2016. Disponível em: https://bit.ly/3UK6c26. Acesso em: 15/02/2024.

[215] Os termos dos debates entre Roberto Simonsen e Eugênio Gudin são bastante extensos. Optamos por apresentar apenas um resumo. Para uma apresentação detalhada do embate, ver: MARINGONI, Gilberto. Parte II: o personagem e as ideias... op. cit.

ação política por um viés "nacional desenvolvimentista", com destaque para a Fiesp, entidade que presidiu entre 1937 e 1945. Como será exposto ao longo deste estudo, essa perspectiva, que ajudava a dar o tom da atuação da Federação paulista, e que, inclusive, a aproximava do varguismo, foi sendo gradativamente repelida do seio da organização a partir do final da década de 1950.

Eugênio Gudin, por sua vez, ao analisarmos o decurso da história, apesar de sua retórica, sempre pleiteou a disputa do Estado para a implementação das políticas que lhe eram pertinentes. Prova disso foi o seu apoio e articulação em prol da ditadura empresarial-militar. Além disso, o economista veio a ocupar cargos importantes no Estado restrito, sobretudo nos governos que tiveram uma orientação mais voltada à liberalização econômica. Gudin participou da elaboração do Estatuto do Petróleo da gestão de Eurico Gaspar Dutra e foi ministro da Fazenda de Café Filho (09/1954 – 04/1955).

Em 1945, Eurico G. Dutra venceu a eleição presidencial pelo Partido Social Democrático (PSD) com 55,39% dos votos, batendo o brigadeiro udenista Eduardo Gomes (34,4%) e o engenheiro Iedo Fiuza, que saiu pelo PCB e obteve 9,71% dos votos. O governo Dutra pautou a sua política econômica na liberalização e abertura comercial. Essa orientação teve como um de seus principais suportes a imobilização da tendência centralizadora de outrora, que era direcionada para o avanço interno da industrialização.

A emergência eleitoral de Eurico G. Dutra ocorreu no bojo de uma crescente mobilização de segmentos sociais em prol de uma maior liberalização econômica do país. Esse movimento ocorreu tanto em termos políticos quanto econômicos e passou a ter repercussões mais acentuadas a partir dos anos finais do Estado Novo. Em relação ao quesito político, o "Manifesto dos mineiros", de 24 de outubro de 1943, foi a primeira manifestação pública e organizada de setores liberais contra a ditadura liderada por Getúlio Vargas. Até então, as movimentações contra o regime eram feitas, sobretudo, através das ações de organizações socialistas e comunistas. Pleiteando liberdade partidária e maior poder político ao estado de Minas Gerais, os principais articuladores do "Manifesto dos mineiros" vieram a integrar a criação da UDN em torno da candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes na eleição presidencial de 1945[216].

[216] BENEVIDES, Maria Vitória. Verbete: Manifesto dos mineiros. In: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da FGV. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Disponível em:

No que tange à liberalização em termos econômicos, segmentos agroexportadores e grupos de importadores contrários às políticas cambiais de Vargas figuravam como importantes setores em defesa do esmorecimento das políticas produtivas nacionalistas[217]. Em meio a esses fenômenos de ordem interna e externa, os princípios liberais (de cariz político e econômico) passaram, gradativamente, a ser empunhados pelos movimentos de oposição ao Estado Novo.

Com a abertura política no final de 1945, a UDN se consagrou enquanto o principal partido representante do liberalismo econômico - sobretudo no que concerne à defesa da abertura comercial - conjugando estes princípios a um perfil político conservador. No entanto, foram os Partidos Trabalhista Brasileiro (PTB) e Social Democrático (PSD) que conquistaram proeminência eleitoral em âmbito nacional, pelo menos até 1960, quando pela primeira vez as pautas elitistas e moralistas da UDN chegaram ao poder, com a eleição de Jânio Quadros[218].

No período entre 1946 e 1951, pode-se perceber a supressão de diversas entidades estatais responsáveis pela planificação e coordenação da atividade econômica. Esse processo foi caraterizado pela extinção ou paralisação de órgãos como o CNPIC, a CPE, o Departamento Nacional do Café, dentre outros[219].

O ímpeto do governo de Eurico Dutra de inserir capitais estrangeiros na economia brasileira teve desdobramentos diretos nas políticas petrolíferas. Esse processo esteve longe de ocorrer de forma linear, desembocando em contraposições por parte do campo nacionalista popular. Os subtópicos a seguir serão dedicados a destacar alguns aspectos acerca das movimentações políticas, sociais e empresariais em torno do processo de criação da Petrobras.

2.4.1.1 – A escalada dos interesses estrangeiros pelas políticas petrolíferas brasileiras: da Constituição de 1946 ao anteprojeto do Estatuto do Petróleo

No período da II Guerra Mundial, segmentos empresariais efetuaram grandes reuniões com autoridades estatais para traçar estratégias políticas que garantissem os interesses das frações negociantes e assegurassem o aprofundamento da industrialização do país. O I

https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/manifesto-dos-mineiros. Acesso em 11/01/2023.

[217] MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado e economia no Brasil*... op. cit. p. 46.

[218] MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado e economia no Brasil*... op. cit. pp. 46-47.

[219] DRAIBE, Sonia M. *Rumos e metamorfoses*: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930 - 1960. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004. pp. 126–128.

Congresso Brasileiro de Economia (1943), o I Congresso Brasileiro da Indústria (1944) e a I Conferência Nacional das Classes Produtoras (1945), realizada em Teresópolis (RJ), foram as três principais convenções realizadas naquele período.

Para além das reivindicações particulares emanadas a partir de representantes patronais de setores específicos, em ambas as reuniões a tônica empresarial consistia na exigência do papel do Estado na economia, mas como complementar à empresa privada[220]. No que tange às políticas petrolíferas, cabe precisar de forma resumida as diretivas estabelecidas no I Congresso Brasileiro de Economia e na I Conferência Nacional das Classes Produtoras.

O I Congresso Brasileiro de Economia, promovido em 18 de dezembro de 1943, foi organizado pela Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ). O evento teve Getúlio Vargas como presidente de honra, contando com a participação de 234 membros, abarcando a representação de 192 entidades patronais, que estabeleceram diversas comissões a fim de apresentar propostas políticas referentes à produção industrial e agrícola.

O evento contou com representantes do comércio, da indústria, do setor financeiro, agentes do Estado, economistas, professores e técnicos. A organização ficou a cargo de Roberto Simonsen e a convenção contou com a presença de intelectuais orgânicos da burguesia como Eugênio Gudin, Otávio Gouveia de Bulhões, Gastão Vidigal, Glycon de Paiva, Gileno de Carli, Euvaldo Lodi, João Daudt d'Oliveira, dentre outros[221].

Naquela reunião, a reivindicação de maior protagonismo privado na economia brasileira foi formulada em termos genéricos, diferentemente da Carta de Teresópolis, que será tratada a seguir. No que tange às questões petrolíferas, a síntese das discussões da convenção traçava orientações que pleiteavam um maior protagonismo de empresas estrangeiras nos segmentos minerais brasileiros, mas destacava que os capitais locais deveriam ter preferência:

> Deve ser recomendada aos poderes públicos a admissão da colaboração, de maneira não preponderante, de capitais estrangeiros em empresas de mineração, permitindo-se a subscrição de ações nessas empresas e pessoas físicas estrangeiras ou entidades

[220] É importante destacar, no entanto, que Eugênio Gudin, no I Congresso de Economia, liderou uma oposição minoritária que defendia os princípios da "livre iniciativa", espelhando os argumentos do debate do economista com Roberto Simonsen. cf. KELLER, Vilma. Verbete: Eugênio Gudin. In: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da FGV. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Disponível em: https://bit.ly/48kzirW. Acesso em: 15/02/2024.

[221] KORNIS, Mônica. Verbete: Congresso Brasileiro de Economia. In: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da FGV. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Disponível em: https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/congresso-brasileiro-de-economia-i. Acesso em: 04/01/2023.

> jurídicas brasileiras, ainda que nestas haja elementos estrangeiros; a administração, todavia, deve ser confiada, na sua maioria, a brasileiros natos[222].

Roberto Simonsen, que àquela época era presidente da Fiesp e membro do Conselho de Política Industrial e Comercial da entidade, foi um dos principais defensores da inserção dos capitais locais na produção petrolífera. O representante da burguesia industrial reivindicou uma quota de 60% de empresas locais e de 40% de capitais estrangeiros na produção de petróleo do país[223].

Já a Conferência Nacional das Classes Produtoras, realizada em maio de 1945, também conhecida como Congresso de Teresópolis, foi estabelecida por iniciativa da Federação das Associações Comerciais do Brasil e da Confederação Nacional da Indústria (CNI). O evento foi presidido por João Daudt d'Oliveira e teve o objetivo de indicar quais eram os principais problemas produtivos do país, de modo a estabelecer diretrizes para superá-los em um contexto de conflito mundial. A conferência contou com representantes de 680 entidades vinculadas ao comércio, indústria e agricultura[224].

A síntese analítica e propositiva do evento foi consubstanciada na "Carta Econômica de Teresópolis". Sobre a questão petrolífera, o documento é mais assertivo que aquele emanado da Conferência das Classes Produtoras, explicitando uma defesa mais enfática dos capitais privados no setor petrolífero:

> As Classes Produtoras encarecem a necessidade de estimular prospecções e perfurações de poços para a descoberta de petróleo, pois que sua exploração intensiva é uma das maiores aspirações nacionais. Aconselham o amparo à iniciativa particular, bem como se admita a cooperação de técnicos e capitais estrangeiros para a realização deste objetivo[225].

A defesa empresarial acerca da necessidade de abertura do sistema de produção petrolífera do país a capitais privados - locais e estrangeiros – ocorreu no bojo de uma série de posicionamentos institucionais e medidas legais que estava sendo estabelecida no intuito de viabilizar a participação de empresas particulares no segmento. Como já destacado na subseção

---

[222] I Congresso Brasileiro de Economia, vol. I, apud COHN, Gabriel. *Petróleo e nacionalismo*... op. cit. p. 86.

[223] LEOPOLDI, Maria Antonieta. "A economia política do primeiro governo Vargas... op. cit. p. 254.

[224] Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Verbete: Conferência Nacional das Classes Produtoras, I (I Conclap). In: _____ Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Disponível em: https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/conferencia-nacional-das-classes-produtoras-i-i-conclap. Acesso em 03/12/2022.

[225] Conferência das Classes Produtoras do Brasil, "Carta Econômica de Teresópolis", apud COHN, Gabriel. *Petróleo e nacionalismo*... op. cit. p. 86.

anterior, a saída de Horta Barbosa da presidência do CNP reconduziu os rumos da entidade, de modo a validar com maior vigor os interesses dos trustes internacionais. Nesse sentido, destacaram-se a já mencionada Exposição de Motivos 2.558, de 6 de maio de 1945, na qual o Conselho recomendava a atração da iniciativa externa para atuar na produção de petróleo, bem como a Resolução n. I do CNP, que permitia a instalação e exploração de refinarias no país por iniciativas privadas. Essa orientação traçada pela entidade expressava de forma desnuda a diretriz que seria instituída de modo mais discreto no Estatuto do Petróleo de 1948.

A direção impingida à produção petrolífera na Constituição de 1946 também seguiu a toada em torno da liberalização econômica que se acirrava na política brasileira no período pós-II Guerra Mundial. Na ocasião, os grupos mais afeitos à abertura da economia do país tinham as suas posições mais bem organizadas no Legislativo, diferentemente dos demais setores. No contexto de elaboração da nova Carta constitucional, esses congressistas, opositores ao varguismo, concebiam a opinião pública como um elemento negativo. Isso se dava, em grande medida, devido ao maior aceno à população que Vargas estabelecera à medida em que seu governo ia se desgastando[226].

A gestão de João Carlos Barreto a frente do CNP e a conduta da entidade de favorecer os interesses estrangeiros se tornou uma das fontes basilares do conjunto de pressões parlamentares que viriam conquistar, na Constituição de 1946, a possibilidade de capitais externos se inserirem nas atividades petrolíferas brasileiras. Essa mudança constitucional significou uma importante alteração das diretrizes legais de cunho nacionalista presentes na Carta de 1937[227].

Na Constituição de 1946, na seção sobre "Ordem Econômica e Social", estavam dispostas as políticas petrolíferas. Em seu artigo 152 se mantiveram as diretivas presentes na Constituição de 1934 e mantidas na de 1937, que versavam que "As minas e demais riquezas do subsolo, bem como as quedas d'água, constituem propriedades distintas da do solo para efeito da exploração ou aproveitamento". Já o artigo seguinte, de número 153, era contrário aos dispositivos nacionalistas das Cartas de 1934 e 1937, realçando que "O aproveitamento dos recursos minerais e de energia hidráulica depende de autorização ou concessão federal, na forma da lei". E segue, em seu primeiro parágrafo:

[226] COHN, Gabriel. *Petróleo e nacionalismo*... op. cit. pp. 89–90.

[227] COHN, Gabriel. *Petróleo e nacionalismo*... op. cit. pp. 104–105.

> As autorizações ou concessões serão conferidas exclusivamente a brasileiros *ou a sociedades organizadas no país*, assegurada ao proprietário do solo preferência para a exploração. Os direitos de preferência do proprietário do solo, quanto às minas e jazidas, serão regulados de acordo com a natureza delas[228].

Ao permitir as concessões às "sociedades organizadas no país", abria-se a possibilidade de o petróleo ser explorado não apenas pelos capitais privados brasileiros, mas também pelos grupos econômicos estrangeiros.

Comparando a validação de interesses estrangeiros pelas políticas petrolíferas brasileiras entre os anos 1930 e a Constituição de 1946, é possível perceber que, na primeira década do governo Vargas, as parcas condições técnicas e administrativas do país configuravam um cenário no qual os capitais extranacionais conseguiam tirar proveito das condições minerais brasileiras sem grandes percalços, ainda que não priorizassem a atuação no Brasil naquele momento. Já na Constituição de 1946, de forma distinta, a salvaguarda dos intentos das empresas estrangeiras ganhou uma dimensão propriamente política, como destaca Gabriel Cohn[229].

O início da Guerra Fria, os planos de reconstrução europeia, o avanço da industrialização em países da periferia capitalista, a criação de novas e distintas formas de organização do empresariado a nível local e mundial, a alocação do petróleo como principal fonte energética do planeta e o processo de abertura política no país foram alguns dos quesitos que permearam o aprimoramento da mobilização empresarial frente às políticas minerais do país. A penetração e arraigamento (material e ideológico) dos preceitos capitalistas estadunidenses em parcela da sociedade brasileira, concomitante à ausência de uma melhor organização por parte de deputados e agentes sociais nacionalistas, resultaram na abertura do campo petrolífero do país à exploração de capitais privados.

Em 24 de fevereiro de 1947 uma comissão especial nomeada pelo presidente da República trabalhava para elaborar um novo anteprojeto de legislação do petróleo. O órgão era presidido por Odilon Braga, ex-ministro da Agricultura até 1937. Além dele, integravam a comissão o coronel Artur Levy, então representante do Estado-Maior do Exército no CNP, além dos engenheiros Avelino Inácio de Oliveira, Antônio José Alves de Souza, Glycon de Paiva e Ruy de Lima e Silva. Um dos principais objetivos da comissão era:

---

[228] apud COHN, Gabriel. *Petróleo e nacionalismo*... op. cit. pp. 90–91. grifos nossos.

[229] COHN, Gabriel. *Petróleo e nacionalismo*... op. cit. pp. 94–95.

> [...] rever as leis atinentes à pesquisa, lavra e industrialização de petróleo, gases naturais, rochas betuminosas e pirobetuminosas, assim como, em parte, o Código de Minas, de sorte a ajustá-los à Constituição e às modificações recomendadas pela prática[230].

A partir dos trabalhos desse grupo, saiu o anteprojeto do Estatuto do Petróleo, apresentado ao Legislativo pelo então presidente Eurico Gaspar Dutra em fevereiro de 1948. Nota-se que o intuito de flexibilizar o Código de Minas exprimia a reprodução e aprofundamento dos preceitos dispostos no artigo 153 da Constituição de 1946, aqui já destacados.

Outro quesito combatido pelo governo Federal foi o conteúdo da Resolução n. I do CNP de outubro de 1945, que autorizava a constituição de empresas privadas nacionais para a exploração de refinarias no país. Para contrapor esse dispositivo e abrir a atividade a capitais estrangeiros, Eurico G. Dutra estabeleceu um projeto de lei por ele denominado de "anteprojeto relativo ao incremento da indústria do petróleo". Essa diretiva foi remetida ao Congresso no dia 31 de janeiro de 1948, e foi predecessora do Estatuto do Petróleo, que seria expedido quatro dias depois.

Em suma, o texto da Mensagem n. 61 se contrapunha aos "princípios exageradamente contrários ao capital estrangeiro contidos na Lei Magna de 1937", que na perspectiva da presidência obstaculizavam o desenvolvimento do refino no país[231]. Assim, aquele projeto enviado ao Legislativo, não contente com a garantia de participação privada de capitais locais na área do refino, como assegurava a Resolução n. I do CNP, também visava permitir a participação de capitais forâneos naquele segmento.

É importante destacar que essa maior abertura econômica do setor petrolífero estabelecida pelo governo de Eurico G. Dutra teve um ingrediente adicional com o estabelecimento da Comissão Mista Brasileiro-Americana de Estudos Econômicos, conhecida como Missão Abbink. A iniciativa estabelecida entre os governos brasileiro e estadunidense foi instituída em setembro de 1947 para ter início no ano subsequente. Sob a presidência de John Abbink e Otávio Gouveia de Bulhões, o objetivo oficial da cooperação era identificar os óbices ao "desenvolvimento" do capitalismo brasileiro, de forma a traçar estratégias de estímulo à

[230] BRAGA, Odilon. O Anteprojeto do Estatuto do Petróleo. Câmara dos Deputados, *DP*, vol. 11, p. 496 apud COHN, Gabriel. *Petróleo e nacionalismo*... op. cit. p. 104

[231] COHN, Gabriel. *Petróleo e nacionalismo*... op. cit. pp. 105-106.

produção do país. O militar Artur Levy, um dos membros da equipe de Dutra que elaborou o Estatuto do Petróleo, fazia parte da comissão de combustíveis da Missão Abbink[232].

O relatório final da Missão foi publicado no início de 1949. Um dos pontos centrais do documento consistia no fato de não haver previsibilidade de operação de empréstimo ao Brasil por parte do governo dos Estados Unidos para a instauração das políticas sugeridas pela Comissão. De forma distinta, as proposições ali presentes reforçavam a necessidade de as políticas brasileiras serem balizadas de modo a constituir um ambiente atrativo para o capital privado estrangeiro, angariando, dessa forma, os recursos externos necessários[233].

No que tange não apenas ao setor energético, mas à indústria de base em termos gerais, o relatório final da Missão Abbink sugeria uma maior cooperação de capitais estrangeiros, visto que, segundo o documento, as iniciativas locais eram desprovidas de recursos suficientes para aprofundar o sistema produtivo em tais segmentos. Essa cooperação entre Brasil e EUA intensificou as críticas nacionalistas em torno do anteprojeto do Estatuto do Petróleo, que foi enviado ao Legislativo no início de 1948, sendo mais um dos contributos de seu arquivamento[234], conforme será tratado adiante.

Como foi possível perceber, o período entre 1945 e 1948 foi demarcado por um escalonamento da garantia dos interesses de capitais estrangeiros por entre as políticas petrolíferas brasileiras. A seguir, verificar-se-á que o primeiro acordo atinente à fundação de refinarias particulares no Brasil, que, mesmo tendo sido firmado por empresas locais, também esteve submetido à dinâmica de atuação dos trustes internacionais.

2.4.1.1.1 – A disposição das refinarias brasileiras no pós-Estado Novo: os capitais locais conquistam espaço, mas de forma dependente

[232] Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Verbete: Artur Levy. In: _____. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Disponível em: https://bit.ly/3ulGOF3. Acesso em: 29/01/2024.

[233] RIBEIRO, Thiago R. M. *Das missões à comissão*: ideologia e projeto desenvolvimentista nos trabalhos da "Missão Abbink" (1948) e da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. Dissertação de mestrado em História Social. Niterói: UFF, 2012. p. 80.

[234] Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Verbete: Pedro Luís Correia e Castro. In:_____. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Disponível em: https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/pedro-luis-correia-e-castro. Acesso em 04/01/2023.

Uma vez que os projetos de lei para o campo petrolífero elaborados pelo governo Dutra ainda tramitavam nas instâncias legislativas, o aparato legal que tratava do refino brasileiro era a Resolução n. I do CNP, de 1 de outubro de 1945. A normativa foi publicada no Diário Oficial no dia 30 daquele mês e, como já destacado, garantia a possibilidade do estabelecimento de refinarias por parte de empresas privadas nacionais. O documento era aberto com a seguinte redação:

> O Conselho Nacional do Petróleo resolve:
>
> a. permitir, de acordo com a legislação em vigor, a instalação e a exploração de refinarias no país, por companhias nacionais privadas, utilizando inicialmente o petróleo importado, desde que a aparelhagem e o processo de operação sejam de alto rendimento, a juízo do Conselho, - consoante os projetos que forem apresentados pelos interessados[235].

Após processo licitatório, em 18 de janeiro de 1946 o CNP emitiu a Resolução n. 2, listando os grupos empresariais classificados para explorarem refino no Brasil e as condições para tanto. Os vitoriosos da concorrência foram os seguintes:

- Aristides de Almeida, que se comprometeu em construir uma refinaria com capacidade de refinar dez mil barris diários de óleo bruto, no estado de São Paulo;
- Alberto Soares Sampaio e Pedro Luís Correia e Castro, cuja obrigação firmada era de construir uma refinaria com capacidade inicial de oito mil barris/dia no Distrito Federal, com vistas a elevar para dez mil à medida que o mercado se expandisse;
- Drault Ernany de Mello e Silva, em condições semelhantes às de Alberto Sampaio;
- Edgar Raja Gabaglia, que se comprometeu obter capacidade para refinar seis mil barris/dia, no estado de São Paulo[236].

Segundo o próprio CNP, a justificativa central para a criação dessas refinarias privadas era o direcionamento de parte dos lucros dessas empresas para financiar pesquisas a cargo do próprio Conselho. Isso seria efetivado através de uma contribuição compulsória das refinarias.

As condições estabelecidas pelo CNP para o funcionamento das refinarias privadas eram as seguintes:

---

[235] apud COHN, Gabriel. *Petróleo e nacionalismo*... op. cit. p. 107.

[236] COHN, Gabriel. *Petróleo e nacionalismo*... op. cit. p. 108.

> Cada refinaria deveria contribuir:
> a. com uma parte fixa, de 9% sobre o preço CIF [Cost Insurance and Freight] do óleo bruto elaborado pela refinaria;
> b. com 50% do saldo do lucro líquido, depois de deduzidos;
> 1. a porcentagem destinada às deduções legais e determinadas do estatuto da Sociedade, até o máximo de 30%;
> 2. a cota fixa estipulada na letra *a* acima;
> 3. a quantia que for necessária para a distribuição de 10% de dividendos[237].

Após as condições serem apresentadas, apenas dois dos candidatos aceitaram levar adiante o projeto. O primeiro deles foi Soares Sampaio-Correia e Castro, que fundaram a sociedade Refinaria e Exploração de Petróleo União S.A., em São Paulo, localidade na qual foi transferida devido à desistência dos candidatos desse estado. O outro foi o grupo Drault Ernany-Eliezer Magalhães, que instituíram a sociedade Refinaria de Petróleo do Distrito Federal S.A. Cabe enfatizar que Pedro Luís Correia de Castro, sócio de Alberto Soares Sampaio naquele empreendimento, logo se tornaria ministro da Fazenda de Dutra, em outubro de 1946[238] (ver *Tabela 1*).

As condições impostas pelo CNP pareciam mais rígidas do que realmente eram. Gabriel Cohn explicita que aqueles requisitos eram excepcionalmente favoráveis às empresas classificadas. Dentre os elementos que favoreciam aqueles grupos estava o papel auxiliar que o CNP cumpria no aprofundamento da construção das refinarias que haviam logrado a licitação:

> [...] este [o CNP], em vez de valer-se das contribuições das refinarias em benefício de seus trabalhos de pesquisa, na realidade transformava-se em prolongamento daquelas, no qual elas aplicavam recursos tendo em vista a obtenção preferencial de matéria-prima, em volume proporcional à "inversão" feita[239].

Além disso, a disposição geográfica das empresas remanescentes contrariava uma das preocupações do CNP de não conferir a primazia de um só grupo no mercado, visto que o resultado da concorrência inseriu as companhias para atuarem, sozinhas, em duas das regiões econômicas de maior recurso (Rio de Janeiro e São Paulo).

A única condição do CNP que tendia a conformar embaraços para as refinarias privadas era a exigência do órgão de que as companhias tinham a obrigação de assegurar o

[237] apud COHN, Gabriel. *Petróleo e nacionalismo*... op. cit. p. 110.

[238] Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Verbete: Pedro Luís Correia e Castro... op. cit.

[239] COHN, Gabriel. *Petróleo e nacionalismo*... op. cit. p. 110.

abastecimento de óleo cru por um determinado período com fornecedores estrangeiros. Ou seja, a despeito da baixa produtividade de petróleo no país, os próprios requisitos que o CNP instituiu para as refinarias privadas locais as forçava a enlaçar relações estreitas e contratuais com companhias estadunidenses[240]. Dos dois grupos, apenas a Refinaria União satisfazia aquela exigência, visto que um de seus controladores, Correia e Castro, tinha vínculos com a Gulf-Oil, dos Estados Unidos[241].

Já o grupo Drault Ernany-Eliezer Magalhães teve dificuldades nesse sentido. Os controladores da Refinaria do Distrito Federal tentaram fechar um contrato de fornecimento com a Standard Oil de New Jersey, que negou a parceria, afirmando desinteresse em contribuir com empresa fora de seu controle. Após esse episódio, o grupo Drault Ernany-Eliezer Magalhães fechou, com dificuldades, contrato com a Standard Oil da Califórnia, tendo que recorrer ao embaixador dos EUA no Brasil em 1946, Adolf Berle, que teve ação decisiva no processo[242].

Cabe destacar que, posteriormente, Wingate Man Anderson, presidente da Standard Oil of Brazil, subsidiária da Standard de New Jersey, manifestou à mídia de Nova York que a Standard desejava adquirir o controle de refinarias no Brasil, se assim fosse possível. Na ocasião, o agente da companhia estadunidense comentava um projeto do governo brasileiro que ia no sentido de permitir a participação estrangeira na seara do refino até o limite de 40%[243].

Esse conjunto de medidas que configurava a abertura econômica do segmento petrolífero brasileiro para o setor privado favoreceu a aproximação entre as empresas locais e os grupos estrangeiros atuantes no setor. Além dos benefícios mais imediatos de ordem econômica, tal ligação possibilitava uma maior ascendência política por parte dos grupos locais, o que pode ser percebido a partir da disseminação no Estado de agentes que conciliavam os seus interesses (políticos e econômicos) a companhias internacionais de energia. Nesse sentido,

[240] Cabe destacar que em 1963, momento no qual o país também não era autossuficiente na produção de petróleo, foi instituído o monopólio da importação de óleo cru pela Petrobras. Isso não apenas aumentou o poder de barganha da Petrobras frente aos trustes internacionais, mas cortou um importante canal de vinculação entre estes e as refinarias privadas brasileiras, conforme será abarcado na parte final deste capítulo.

[241] Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Verbete: Pedro Luís Correia e Castro... op. cit.

[242] COHN, Gabriel. *Petróleo e nacionalismo*... op. cit. p. 111.

[243] COHN, Gabriel. *Petróleo e nacionalismo*... op. cit. p. 111, nota de rodapé n. 26.

é notável a profusão de pessoas que ocupavam cargos estatais e que, ao mesmo tempo, tinham vínculo com o campo petrolífero privado no Brasil (ver *Tabela 1*).

Tabela 1 – Levantamento não exaustivo de agentes estatais atrelados ao setor petrolífero brasileiro (1945-1953)

Nome	**Vínculo com o Estado restrito**	**Vínculo com o campo petrolífero**	**Vínculo com outras empresas ou aparatos privados de hegemonia**
Pedro Luís Correia e Castro	Ministro da Fazenda do governo de Eurico G. Dutra (21/10/1946 - 10/06/1949)	Controlador da Refinaria e Petróleo União S.A.	Sem informações
Daniel de Carvalho	Ministro da Agricultura no governo Dutra (15/10/1946 - 24/04/1950); Deputado Federal (12/1945 - 10/1946 e 04/1950 - 11/1955)	Acionista da Companhia de Gás Esso, subsidiária da Standard Oil de New Jersey	Presidente da Companhia Construtora Meridional S.A.; presidente do Banco Industrial de Minas Gerais S.A.; presidente do Instituto de Economia da ACRJ; consultor jurídico do Conselho da OAB; membro do Instituto dos Advogados Brasileiros; membro da Sociedade de Geografia; membro do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais; Membro da Sociedade Mineira de Agricultura; membro da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres
Horácio Kablin	Primo de Horácio Lafer, ministro da Fazenda de Getúlio Vargas (01/02/1951 - 15/06/1953)	Acionista da Companhia de Gás Esso, subsidiária da Standard Oil de New Jersey	Sem informações

João Daudt de Oliveira	Membro do Conselho Nacional do Trabalho (1942); membro da Missão Sousa Costa, presidida melo min. da Fazenda Artur de Sousa Costa (1942); membro do conselho consultivo da Coordenação da Mobilização Econômica (1942); membro do Conselho Nacional do Petróleo (1943); membro do conselho fiscal do Banco do Brasil; conselheiro do BNDE (1952-1953); membro da junta consultiva da ESG.	Presidiu o I Congresso Brasileiro de Economia (1943) e a I Conferência das Classes Produtoras (1945).	Fundador do laboratório farmacêutico Daudt, Oliveira e Cia.; presidente da ACRJ (1942-1951); membro do Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (1945-1946); presidente da Federação das Associações Comerciais do Brasil; presidente da Confederação Nacional do Comércio; presidente do Conselho Interamericano de Comércio e Produção (CICYP) (1950); membro da Comissão Mista Brasileiro-Americana de Estudos Econômicos (Missão Abbink) (1948-1949); presidente da Federação das Câmaras de Comércio Estrangeiras no Brasil (1950); presidente de honra da Câmara de Comércio Brasil-Tchecoslováquia; presidente da Companhia Internacional de Capitalização, da Revista do Comércio.
João Neves da Fontoura	Membro do conselho consultivo da Coordenação de Mobilização Econômica (1942); embaixador do Brasil em Portugal (05/1943 - 02/1945); ministro das Relações Exteriores do segundo gov. Vargas (01/1946 - 11/1946 e 01/1951 - 06/1953);	Presidente do grupo Ultragaz, ligado à Standard Oil de New Jersey.	Sem informações
Manuel Guilherme da Silveira Filho	Presidente do Banco do Brasil (09/1929 - 10/1930 e 10/1945 - 06/1949) e ministro da Fazenda no governo Dutra (10/06/1949 - 31/01/1951)	Acionista da Companhia de Gás Esso, subsidiária da Standard Oil de New Jersey	Acionista majoritário e presidente da Companhia Progresso Industrial Fábrica Bangu (1922); presidente do Banco Português (1928-1929); vice-presidente do Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem do RJ (1936); membro da Comissão de Financiamento da Produção (1943); presidente da Comissão para Instalação da Indústria de Material Elétrico; membro do conselho da Caixa de Mobilização Bancária (Camob) (07/1945 - 10/1945).

Morvan Dias Figueiredo	Ministro do Trabalho no governo Dutra (30/10/1946 - 30/09/1948); membro da comissão especial para elaboração do anteprojeto do Estatuto do Petróleo	Acionista da Companhia de Gás Esso, subsidiária da Standard Oil de New Jersey; participou do I Congresso Brasileiro de Economia (1943), do Congresso das Indústrias (1944) e da I Conferência Nacional das Classes Produtoras (1945)	Proprietário da empresa Nadir Figueiredo e Cia.; fundador da Liga de Comércio e da Indústria de Louças e Ferragens de SP; presidente do Sindicato do Comércio Atacadista de Louças, Ferragens e Tintas; presidente do Sindicato da Indústria de Vidros e Cristais Planos e Ocos; membro do conselho fiscal da CNI; vice-presidente da Fiesp (1945); um dos fundadores do Serviço Social da Indústria (Sesi); presidente da Fiesp (1948)

Fontes: COHN, Gabriel. *Petróleo e nacionalismo*. São Paulo: Editora Unifesp, 2017. p. 112; Centro de Pesquisa e Documentação de História contemporânea do Brasil. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV. Elaboração própria.

A *Tabela 1*[244] elenca de forma não exaustiva agentes que atuaram diretamente no Estado restrito entre 1945 e 1953 e que tinham vínculo com empresas privadas do ramo petrolífero ou estiveram envolvidos com atividades que trataram de viabilizar os interesses particulares do setor. Em primeiro lugar, é salutar destacar o emaranhado de relações que os ocupantes de cargos no Estado tinham com aparatos privados de hegemonia das mais diversas ordens. Dos sete nomes listados, quatro tiveram passagem por entidades de representação da burguesia. Daniel de Carvalho, que foi ministro da Agricultura de Dutra e deputado Federal entre 1945 e 1946, presidiu o Instituto de Economia da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ), foi consultor jurídico do Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), integrou o Instituto dos Advogados Brasileiros, a Sociedade de Geografia, o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, a Sociedade Mineira de Agricultura e a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres; João Daudt de Oliveira, que, dentre outros cargos no Estado, foi membro do CNP e do conselho fiscal do BNDE, presidiu a ACRJ, a Federação das Associações Comerciais do Brasil, a Confederação Nacional do Comércio, o Conselho Interamericano de Comércio e Produção (CICYP) e a Federação das Câmaras de Comércio Estrangeiras no Brasil, além de ter integrado o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial e a Missão Abbink; Manuel

[244] Todas as figuras, quadros, listas e tabelas da tese estão com hiperlink. Assim, no corpo do texto, basta clicar em cima da palavra que indica a figura/quadro/lista/tabela para que o documento seja imediatamente direcionado para a ilustração referida.

Guilherme da Silveira Filho, que presidiu o Banco do Brasil e foi ministro da Fazenda de Dutra, também foi vice-presidente do Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem do Rio de Janeiro; já Morvan Dias Figueiredo, que foi ministro do Trabalho de Dutra e integrou a comissão de elaboração do Estatuto do Petróleo, presidiu a Fiesp, o Sindicato do Comércio Atacadista de Louças, Ferragens e Tintas, o Sindicato da Indústria de Vidros e Cristais Planos e Ocos, além de ter integrado o conselho fiscal da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e ter sido um dos fundadores do Serviço Social da Indústria (Sesi).

Dos sete agentes listados, seis tinham vínculo direto com empresas do ramo petrolífero, com destaque para as companhias controladas pela Stantard Oil de New Jersey. Pedro Luís Correia e Castro, que ocupou a pasta da Fazenda entre 1946 e 1949, era controlador da Refinaria e Petróleo União S.A., sendo o único dos seis que não esteve ligado diretamente com empresas estrangeiras do ramo, ainda que sua empresa tivesse interlocução com elas, conforme aqui destacado; o ministro da Fazenda do segundo governo de Getúlio Vargas, Horácio Kablin, bem como Daniel de Carvalho, Manuel Guilherme da Silveira Filho e Morvan Dias Figueiredo, eram acionistas da Companhia de Gás Esso, subsidiária da Standard Oil de New Jersey; já João Neves da Fontoura, ministro das Relações Exteriores em 1946 e entre 1951 e 1953, foi presidente do grupo Ultragaz, também ligado à Standard Oil de New Jersey.

As informações presentes na *Tabela 1* evidenciam que as políticas de orientação liberalizante impingidas no segmento petrolífero e que estiveram em vias de institucionalização entre os anos finais do Estado Novo e a criação da Petrobras estavam em consonância com o perfil dos ocupantes do Estado naquele período. Além disso, a origem social dos agentes estatais listados indica que as políticas do setor tendiam a espelhar os seus interesses materiais, haja vista que ocupavam cargos-chave no Estado restrito no período em questão. Portanto, entre 1945 e 1948 os capitais de origem estrangeira estavam em processo gradativo de ampliação de seus intentos através das políticas energéticas em fase de consolidação, contando, inclusive, com representantes lotados na ossatura material do Estado.

Mesmo quando se tratou de iniciativas empresariais locais, a atuação destas companhias esteve condicionada a associações com capitais estrangeiros. Nesse sentido, ainda considerando o conteúdo da *Tabela 1*, mesmo Pedro Luís Correia e Castro, controlador da Refinaria União e representante do capital de origem local, tinha uma estreita conexão com o capital estrangeiro, dado o seu vínculo com a Gulf Oil, aqui já retratado.

No que tange ao resultado da inserção da atuação das empresas particulares na refinação, o insucesso era eminente. Em linhas gerais, em 1948, momento no qual o governo enviara ao Congresso o projeto sobre a possibilidade de o capital estrangeiro atuar no segmento petrolífero, as refinarias classificadas não haviam conseguido cumprir nenhuma das exigências fundamentais estabelecidas pelo CNP. Àquela altura, as unidades produtivas já deveriam estar em processo de finalização. A construção das unidades de produção, no entanto, nem mesmo estava iniciada. A Refinaria União de Capuava, em São Paulo, só viria ser inaugurada em 1954. O Estado concedeu uma série de prorrogações, sem a abertura de novas concorrências. Além disso, o direcionamento dos recursos das refinarias privadas para fortalecer as pesquisas do CNP, que era o principal objetivo do Conselho ao abrir o setor ao segmento privado, não foi concretizado[245].

Mesmo assim, o governo seguiu estabelecendo incentivos às refinarias privadas. No bojo do envio ao Congresso do plano SALTE[246], Eurico G. Dutra também remeteu ao Legislativo uma diretiva que possibilitou às duas unidades particulares de refino obter divisas para comprar máquinas e equipamentos do exterior[247].

Dada essa situação, frente aos percalços para o aprofundamento do refino no país pela iniciativa dos grupos privados, somado ao aprofundamento da dependência externa de derivados do petróleo, as políticas estatais poderiam ser direcionadas por alguma das duas vias de opção: ou concentrar o processo de fomento das refinarias nacionais nas mãos do Estado ou agir de modo a aprofundar ainda mais a participação direta das empresas particulares no segmento, inclusive com a entrada de capitais estrangeiros. O Estatuto do Petróleo e o projeto de Dutra enviado ao Congresso para permitir a participação externa no setor indicavam que as políticas brasileiras caminhavam para a segunda opção. Esse processo, no entanto, esteve longe de ocorrer de forma linear, uma vez que o campo oposicionista começava a se movimentar de forma organizada para forçar a cena política a um direcionamento mais nacionalista para o segmento energético brasileiro.

[245] COHN, Gabriel. *Petróleo e nacionalismo*... op. cit. p. 114.

[246] Acrônimo para Saúde, Alimentação, Transporte e Energia.

[247] CARVALHO, Getúlio. *Petrobrás*: do monopólio aos contratos de risco... op. cit. p. 37.

A criação do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo[248], em 21 de abril de 1948, que reunia jornalistas, "profissionais liberais", políticos, estudantes e militares, foi um forte elemento impulsionador do nacionalismo popular, cumprindo um importante papel de informar e mobilizar a população contra o Estatuto do Petróleo. No campo estudantil, a União Nacional dos Estudantes (UNE) e as Uniões Estaduais dos Estudantes (UEE's) também exerceram grande influência na contraposição a inserção do capital estrangeiro no campo petrolífero, organizando congressos e manifestações de rua sob o lema "O petróleo é nosso!"[249].

As movimentações parlamentares, midiáticas e sociais contrárias ao anteprojeto do Estatuto do Petróleo impulsionaram o seu arquivamento. Em outubro de 1950, Getúlio Vargas conquistou o pleito presidencial por 48,7% dos votos, tendo sido eleito pela coligação entre o PTB e o Partido Social Progressista (PSP). Na ocasião, Vargas derrotou o brigadeiro Eduardo Gomes, que saiu pela UDN e teve 29,7% dos votos, e Cristiano Machado, que disputou o pleito pelo Partido Social Democrático (PSD), tendo 21,5% dos votos. Em 1951, Vargas foi empossado e, em dezembro deste ano, calcado no ímpeto nacionalista que animara mobilizações nas ruas e em entidades organizativas, a presidência deu a largada institucional para a criação da Petrobras, a partir de projeto de lei enviado ao Congresso.

2.4.1.2– As movimentações para a criação da Petrobras: as nuances da mobilização empresarial

Desde a sua campanha, Getúlio Vargas propunha um projeto de fomento à indústria que ensejasse a independência econômica do país. A questão energética era um dos principais problemas identificados, sendo imprescindível a ampliação da capacidade produtiva de energia elétrica, petróleo e derivados para a consecução do desenvolvimento capitalista planejado[250].

O governo de Getúlio Vargas não elaborou um projeto sistematizado que evidenciasse suas diretrizes de planejamento econômico, como foi o caso do plano SALTE da gestão de Eurico G. Dutra (1946-1951) ou o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek (1956-1961). Sonia

[248] Em 26 de agosto de 1949 o nome da entidade foi alterado para Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional (CEDPEN).

[249] MOURA, Gerson. *A campanha do petróleo*... pp. 65-69.

[250] LEOPOLDI, Maria Antonieta. O difícil caminho do meio: Estado, burguesia e industrialização no segundo governo Vargas (1951-1954). In: GOMES, Ângela de Castro (org.). *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. pp. 163-164.

Draibe[251] compilou as principais linhas econômicas do segundo governo Vargas a partir das Mensagens Presidenciais[252]. Conforme alerta a autora, como as Mensagens tinham uma verve retórica, ela pontuou cinco frentes do planejamento de Vargas que vieram a se concretizar através das políticas estatais, mesmo que tenham sido frustradas em seus objetivos. Os pontos eram os seguintes:

1. intento de aprofundar a industrialização de forma acelerada, mobilizando, para isso, uma gama significativa de investimentos públicos e privados na indústria de base e na infra-estrutura. A empresa estatal teria um papel fundamental na dinamização da economia;
2. modernização da agricultura, com incentivos estatais à mecanização e à concessão de créditos e financiamentos;
3. redistribuição de renda e projetos de melhoria de condições básicas das populações urbanas, priorizando projetos de transporte e alimentação;
4. organização de um sistema de crédito através de um banco estatal central e também a partir de bancos regionais. Além disso, o governo pretendia direcionar a arrecadação tributária de modo a fomentar fluxos de investimentos, públicos e privados;
5. abertura da economia brasileira, incentivando a atuação de capitais externos em áreas preferenciais. Pretendia-se, também, limitar a remessa de lucros.

No que tange mais especificamente ao estímulo à industrialização, o intento era garantir a expansão dos setores atuantes na infraestrutura e na indústria de base. Era a velha preocupação relacionada ao transporte e à energia. Em relação a este último quesito, em um contexto em que ainda era elevado o consumo de energia de origem vegetal, como o carvão, o programa de governo visava priorizar a expansão da geração de energia elétrica e sua distribuição, e também objetivava fazer uma revisão tarifária.

Em relação ao petróleo, o foco era a substituição de importação dos produtos refinados. Para isso, foram duplicadas as instalações da primeira refinaria do país, a Landulpho Alves

[251] DRAIBE, Sonia M. *Rumos e metamorfoses*: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930 - 1960. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004 [1985]. pp. 169-170.

[252] Mensagem Presidencial é um ritual político que existe desde 1890 e consiste em documento anual enviado ao Congresso por parte da presidência da República, constando uma descrição do estado econômico, político e social do país, assim como as propostas governamentais para essas áreas.

(1950), e intensificada as obras de construção da refinaria de Cubatão, que viria ser inaugurada em 1955, já no governo de Café Filho[253].

No plano governamental encaminhado junto ao projeto de lei de criação da Petrobras (Projeto n. 1.516/1951), de dezembro de 1951, havia a constatação de que o petróleo e seus derivados lideravam a lista de produtos importados. Isso evidenciava a impossibilidade de manutenção da dependência estrangeira do insumo, sobretudo por conta do estrangulamento do balanço de pagamentos.

O avanço da industrialização a partir da década de 1930 foi gradativamente intensificando a importância do petróleo como fonte energética no país. O consumo do óleo naquela década (1930) cresceu 6,4%, ao passo que na década seguinte (1941-1950) esse percentual bateu os 11,9%[254]. Ademais, no início do segundo governo de Getúlio Vargas, o CNP não tinha condições financeiras e administrativas de suprir as necessidades energéticas de uma economia industrial em expansão. Os recursos do Conselho eram provenientes do orçamento da União, o que amarrava as suas finanças à distribuição das verbas para o setor público.

O projeto de criação da Petrobras foi elaborado pela Assessoria Econômica da presidência. A composição da entidade indica a ascendência política de parcelas importantes do empresariado. O organismo era chefiado por Rômulo de Almeida, que, dentre outras funções, havia participado de diversas subcomissões da Missão Abbink. Entre 1946 e 1950 Rômulo de Almeida foi assessor de Euvaldo Lodi e Roberto Simonsen na Confederação Nacional da Indústria (CNI). Simonsen também integrava a equipe econômica de Vargas. Pelo fato de as verbas para a Assessoria Econômica serem reduzidas, a CNI complementava o salário de Almeida nos primeiros momentos de sua atuação à frente do organismo, mesmo ele não tendo mais vínculo com a Confederação.

Para além de Rômulo Almeida, outros agentes que representavam o empresariado ocupavam cargos no Executivo, como Horácio Lafer e Ricardo Jafet, que chefiavam, respectivamente, o Ministério da Fazenda e o Banco do Brasil. Ambos faziam parte da burguesia industrial paulista. Além disso, o próprio presidente da CNI, Euvaldo Lodi, era deputado federal pelo PSD na ocasião e tinha frequente acesso ao gabinete presidencial[255].

[253] DRAIBE, Sonia M. *Rumos e metamorfoses*... op. cit. pp. 170-171.

[254] LEOPOLDI, Maria Antonieta. O difícil caminho do meio... op. cit. p. 177.

[255] LEOPOLDI, Maria Antonieta. O difícil caminho do meio... op. cit. pp. 165-166.

Ademais, Roberto Campos, que era membro da diplomacia brasileira com significativa atuação junto aos Estados Unidos, também fez parte da Assessoria Econômica de Vargas[256].

A inserção de pessoas vinculadas ao corpo empresarial do país explicita uma das facetas que caracterizou a grande conciliação de classes aventada por Getúlio Vargas em seu último mandato. Tal composição e as políticas de incentivo aos capitais privados eram contrabalançadas de forma instável com medidas que atendiam parcela dos intentos das classes trabalhadoras, sendo a valorização de 100% do salário mínimo, firmada em 1º de maio de 1954, um dos atos mais emblemáticos nesse sentido. Essa concertação também abarcava o empresariado multinacional, haja vista que Vargas, embora tenha atuado para aprofundar a substituição de importações, jamais tenha proposto políticas antagônicas aos capitais forâneos, permitindo e estimulando a entrada de empresas estrangeiras em áreas tidas como estratégicas[257].

Em 1951, junto ao projeto de criação da Petrobras (Projeto n. 1.516/1951), Getúlio Vargas enviou ao Congresso uma proposta legislativa que visava reformular o imposto único sobre lubrificantes e combustíveis. O novo projeto se transformou na Lei n. 1.749, de 28 de novembro de 1952, que designava 25% do imposto único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos a empreendimentos atrelados à indústria do petróleo, ao passo que os 75% restantes seriam concentrados no Fundo Rodoviário Nacional. Até a aprovação daquela diretiva, o imposto único ficava integralmente na alçada do Fundo Rodoviário Nacional[258].

O projeto que deu início à legislação que resultou na criação da Petrobras, o Projeto n. 1.516, do Poder Executivo, tratava da constituição da Sociedade por Ações Petróleo Brasileiro S.A. e foi enviado ao Congresso em 5 de dezembro de 1951. Acompanhava o Projeto a Mensagem n. 469 de 1951, elaborada por Jesus Soares Pereira e supervisionada diretamente por Getúlio Vargas. A Mensagem estabelecia os objetivos e algumas das diretrizes atinentes ao estabelecimento da Sociedade por Ações Petróleo Brasileiro S.A. A criação da empresa tinha como objetivo central intensificar as pesquisas em áreas potencialmente produtivas, como jazidas já descobertas na Bahia, e ampliar as refinarias, através das unidades em construção.

---

[256] KELLER, Vilma; LEMOS, Renato. Verbete: Roberto Campos. In: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da FGV. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. Disponível em: https://bit.ly/4ddxIvE. Acesso em: 25/03/2023.

[257] LEOPOLDI, Maria Antonieta. O difícil caminho do meio... op. cit. p. 165.

[258] COHN, Gabriel. *Petróleo e nacionalismo*... op. cit. pp. 142-143.

Sobre a distribuição das ações, o Projeto elaborado pelo governo Federal e enviado ao Congresso previa que a União deteria, no mínimo, 51% das ações com direito a voto da Sociedade e de suas subsidiárias. O intuito autodeclarado do governo era conferir primazia à iniciativa nacional no campo petrolífero, visto que havia uma "tendência monopolística internacional dessa indústria [...] [de modo a] criar focos de atritos entre povos e entre governos". A Mensagem indicava, ainda, a necessidade de articulação da exploração petrolífera com outros segmentos da economia, como os setores da indústria de base, contrastando com a falta de planejamento integrador que havia no âmbito do CNP[259].

Na Mensagem presidencial enviada por Getúlio Vargas ao Congresso acerca do projeto de criação da Petrobras, consta também como justificativa da criação da estatal um problema central para a economia brasileira do século XX, que era o balanço de pagamentos. Para o governo, a consolidação de uma empresa nos moldes propostos era essencial para ampliar a produção petrolífera nacional, de modo a reduzir os níveis de importação do insumo[260].

No que tange à estrutura de propriedade da empresa a ser criada, conforme artigo 13 do Projeto n. 1.516/51, só poderia ser acionista com direito a voto:

> I. pessoas jurídicas de direito público interno; II. pessoas físicas brasileiras, limitada a aquisição de ações ordinárias a vinte mil; III. pessoas jurídicas de direito privado [...] limitada a aquisição de ações ordinárias a cem mil; IV. as demais jurídicas de direito privado, brasileiras, até o limite de vinte mil ações ordinárias[261].

O projeto foi alvo de críticas severas por parte dos adeptos do monopólio estatal, que destacavam que, em pontos importantes, a proposta se aproximava do Estatuto do Petróleo. A primeira das críticas era direcionada à decisão do governo em estabelecer não uma empresa propriamente estatal, mas uma sociedade de economia mista, com participação do capital privado.

Outro ponto de contraposição por parte do campo estatista era o disposto no artigo 13 do Projeto n. 1.516/51, mais especificamente a possibilidade de "pessoas jurídicas de direito privado brasileiro" terem participação na estrutura acionária com direito a voto. Essa orientação era equivalente àquela de "empresas organizadas no país", presente no anteprojeto do Estatuto do Petróleo.

---

[259] COHN, Gabriel. *Petróleo e nacionalismo*... op. cit. pp. 145-146.

[260] CARVALHO, Getúlio. *Petrobrás*: do monopólio aos contratos de risco... op. cit. p. 48.

[261] apud COHN, Gabriel. *Petróleo e nacionalismo*... op. cit. p. 147.

A orientação de Vargas aos redatores do projeto era a de estabelecer diretrizes que pudessem neutralizar, pelo menos parcialmente, a oposição afeita ao Estatuto do Petróleo[262]. As brechas para que empresas privadas pudessem entrar na exploração petrolífera estavam em consonância com o perfil de muitos daqueles que estiveram no Estado e, mais especificamente, na Assessoria Econômica de Vargas, como aqui já realçado. A maior estatização da produção de petróleo foi decorrente, sobretudo, das mobilizações sociais e das reviravoltas no Legislativo.

Em linhas gerais, no Congresso, a maior parte das críticas ao Projeto de Lei de criação da Petrobras foram no sentido de denunciar as brechas que poderiam viabilizar a participação privada no segmento petrolífero. As primeiras reações com peso político partiram do próprio PTB, quando o deputado trabalhista Eusébio Rocha estabeleceu uma proposta substitutiva, que visava eliminar definitivamente toda a forma de participação privada, nacional ou estrangeira, em todas as fases da produção petrolífera, com exceção da distribuição[263].

Ainda que a UDN fosse favorável à proposta de Eusébio Rocha, o partido não se furtou a apresentar a sua própria proposta substitutiva. Em 6 de junho de 1952, amparada pelas pautas estabelecidas pelo Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional (CEDPEN), a UDN propôs a criação de uma outra empresa, a Empresa Nacional do Petróleo (Enape), de modo a resguardar ao Estado o monopólio de exploração de todas as fases da produção, incluindo o refino[264].

Após diversas articulações, o governo Federal conseguiu retomar a direção do Projeto no Legislativo. Em 16 de junho de 1952, dois meses após os parlamentares da situação terem efetuado pedido de urgência para a votação do Projeto de Lei, que fora negado, a oposição apresentou requerimento no mesmo sentido, amplamente apoiado pelo governo[265].

Se no Congresso as movimentações parlamentares foram no sentido de aprofundar o conteúdo estatista do projeto de criação da Petrobras, no Senado as discussões foram em sentido

[262] CARVALHO, Getúlio. *Petrobrás*: do monopólio aos contratos de risco... op. cit. p. 47.

[263] CARVALHO, Getúlio. *Petrobrás*: do monopólio aos contratos de risco... op. cit. p. 53.

[264] Um dos maiores entusiastas do novo projeto foi o deputado udenista Bilac Pinto. No entanto, ainda que fosse uma iniciativa udenista, o projeto teve adesão de parlamentares de todos os grandes partidos na Câmara, como Artur Bernardes (PR-MG), Coelho de Souza (PL-RS), Lima Figueiredo (PSD-SP), além do próprio Eusébio Rocha (PTB-SP). Ver: CARVALHO, Getúlio. *Petrobrás*: do monopólio aos contratos de risco... op. cit. pp. 57-58.

[265] Sobre os detalhes acerca dos debates da proposta do governo Vargas na Câmara ver: CARVALHO, Getúlio. *Petrobrás*: do monopólio aos contratos de risco... op. cit. pp. 45-72.

oposto. Um grupo significativo de senadores pleiteava a participação privada no processo de produção petrolífera brasileira. Um dos defensores mais ardilosos na Casa, nesse sentido, era o senador Othon Mäder.

Paranaense, Othon Mäder havia sido prefeito de Foz do Iguaçu e Ponta Grossa no início dos anos de 1930. Em 1950, foi eleito para o Senado a partir do apoio da coligação que reunia a UDN, o PR, o PST, o PL e o PRT. Notório anticomunista, o parlamentar endossou o coro de senadores que se manifestaram pela renúncia de Getúlio Vargas em 1954. Nos anos subsequentes, durante o governo Juscelino Kubitschek, Mäder seguiu no Senado, compondo as comissões de Trabalho e Legislação Social e Finanças, ocasião na qual combateu a criação da Eletrobrás. Também foi contra as reformas de base de João Goulart e integrou a célula parlamentar anticomunista Ação Democrática Parlamentar (ADP), criada em 1961 e composta sobretudo por parlamentares da UDN e do PSD. Além disso, foi também banqueiro no Paraná e participou de diversos aparatos privados de hegemonia, como o Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, o Sindicato dos Engenheiros do Paraná, dentre outros[266].

Othon Mäder foi um árduo defensor do predomínio dos grupos privados no segmento petrolífero, independentemente da origem, nacional ou estrangeira. No Senado, outros legisladores também seguiam a toada privatizante, tais como Assis Chateaubriand (PSD), Alencastro Guimarães (PTB) e Plínio Pompeu (UDN). Esses parlamentares se mostravam mais afinados ao ideário liberalizante do governo de Eurico G. Dutra, diferentemente dos deputados udenistas na Câmara, que defenderam uma pauta nacionalista para a questão, em grande parte devido à apreensão das mobilizações da sociedade civil, como a campanha "o petróleo é nosso" e, principalmente, às diretrizes traçadas pelo CEDPEN[267].

Othon Mäder organizou manifestações dos representantes patronais do comércio de todo o país sobre a matéria. A partir dessas mobilizações, o senador apresentou emenda que visava fixar a possibilidade da admissão de empresas privadas na exploração de petróleo no Brasil.

Após aprovada pela Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, a emenda de Mäder sofreu diversas críticas. Nesse processo, o senador pelo Paraná começou a receber apoio através de uma série de telegramas de entidades do Comércio de todo o país, em

[266] Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Verbete: Oton Mäder. In: _____. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Disponível em: https://bit.ly/49SyN9s. Acesso em 07/01/2023.

[267] CARVALHO, Getúlio. *Petrobrás*: do monopólio aos contratos de risco... op. cit. p. 62.

mensagens com fortes indícios de terem sido estimuladas ou estruturadas pelo próprio parlamentar. Nesse sentido, os documentos enviados pelas associações comerciais de Manaus, Belém, Recife, Fortaleza, Teresina, Aracaju, Cuiabá, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre tinham todos a mesma referência à "efetiva exploração do nosso petróleo com a colaboração da iniciativa privada nacional e estrangeira (ou "alienígena")".

O senador Landulpho Alves (PTB) combateu a articulação entre Mäder e as entidades patronais do comércio, lançando dúvidas sobre a representatividade daquelas manifestações, as quais batizou de "missa encomendada". Esse posicionamento de Landulpho Alves foi logo rebatido por Mäder e pela própria Confederação Nacional do Comércio (CNC). Neste caso, o presidente da CNC destacou que o conteúdo dos telegramas estava inteiramente de acordo com as reuniões nacionais do setor, como o Congresso Brasileiro de Economia e a Conferência de Teresópolis, aqui já apresentadas.

Mesmo com indícios de que as manifestações das associações comerciais no Senado refletiam parte de um plano, as denúncias de Landulpho Alves não tiveram alcance político significativo, mesmo tendo apoio da Associação Comercial de Minas Gerais, que, isolada, foi em prol do monopólio estatal da exploração petrolífera. Os representantes das associações comerciais, embora declarassem não estar diretamente atrelados ao problema petrolífero, estavam, ao fundo, receosos de que a estatização da pesquisa, lavra e transporte viesse a atingir a distribuição a granel de combustíveis[268].

As manifestações e articulações dos segmentos patronais do comércio vinham sendo levadas a cabo com certa frequência em suas reuniões e meios de comunicação. É possível perceber essas movimentações a partir das edições da Revista da Associação Comercial, que era o veículo de comunicação oficial da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ) e da Federação das Associações Comerciais do Brasil[269]. Ainda que a ACRJ não tivesse enviado documento para Othon Mäder contra o monopólio do Estado na produção petrolífera, as edições quinzenais de sua revista, em diversas ocasiões, avalizaram a defesa da atuação privada naquele segmento.

[268] COHN, Gabriel. *Petróleo e nacionalismo*... op. cit. pp. 180-182.

[269] A revista teve diversos títulos. Em 1951, teve o seu nome alterado de "Revista do Comércio" para "Revista da Associação Comercial". O periódico foi renomeado novamente em abril de 1961, passando a ser chamado "Revista das Classes Produtoras". Em abril de 1972, a revista voltou a ser denominado de "Revista da Associação Comercial", título adotado até dezembro de 1989, quando passou a se chamar "Associação Comercial do Rio de Janeiro".

Em uma das edições de janeiro de 1953, por exemplo, momento no qual o projeto de lei de criação da Petrobras já circulava no Senado, há um editorial da revista que comenta uma fala de Getúlio Vargas daquele período. Em tom elogioso, o texto sublinha questões abordadas pelo então presidente, realçando que ele havia focado em problemas "fundamentais para que se incentivem a produção e circulação dos bens em todo país", que eram as áreas vinculadas à energia e transporte. Sobre a questão petrolífera, o editorial segue argumentando que a presidência havia lançado "definitivamente sobre o Congresso a responsabilidade pela solução do problema do petróleo [...]". E segue criticando o impasse no Senado a respeito do Projeto de Lei de criação da Petrobras, endossando o fato de que a Casa poderia "modificar o projeto no sentido de dar uma participação ampla à iniciativa privada na exploração petrolífera, o que seria gesto de grande patriotismo, em face da *demagogia excessivamente nacionalista* que nos assola"[270].

Cabe sublinhar, ainda, as recomendações emanadas da Nona Mesa Redonda da Federação das Associações Comerciais do Brasil. O evento ocorreu entre os dias 14 e 18 de setembro de 1954 na sede da ACRJ e, mesmo já sedimentada a Petrobras enquanto estatal detentora do monopólio, as recomendações insistiam em pleitear a participação privada no segmento.

No encontro, representantes de Associações de todo o país se reuniram para identificar aquilo que julgavam ser os principais problemas econômicos, em diversas áreas. Enviaram delegados as entidades do Amazonas, Alagoas, Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraná, Paraíba, Piauí, estado do Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e Acre[271]. Fato notório foi a participação direta de agentes do alto escalão do Estado restrito representando o governo Café Filho (1954-1955), com destaque para o general Pantaleão da Silva Pessôa, diretor da Comissão Federal de Abastecimento e Preços (Cofap), e do ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, Napoleão de Alencastro Guimarães[272].

A Nona Mesa Redonda da Federação das Associações Comerciais do Brasil dividiu os trabalhos em diversas comissões temáticas. No final da convenção, cada uma delas expediu as suas conclusões. A comissão de número 6 foi a responsável por tratar da questão energética.

[270] Revista da Associação Comercial, ano XVIII, n. 739, jan/1953. p. 7. grifos nossos.

[271] Revista da Associação Comercial, ano XVIII, n. 780, set/1954. p. 30.

[272] Revista da Associação Comercial, ano XVIII, n. 780, set/1954. p. 24.

Criticando o monopólio estatal no sistema petrolífero brasileiro, os membros do grupo recomendavam que:

> [...] seja permitida em todas as fases da industrialização e comercialização do petróleo (pesquisa, extração, refinação, transporte, comércio, etc.) ao lado da iniciativa estatal e assegurada á o [sic] Estado ou a [sic] Petrobrás 50%, no mínimo das áreas concedidas para prospecção e lavra do petróleo no País, a mais ampla participação do capital privado, nacional e estrangeiro, quer por intermédio de firmas em nome individual, quer por intermédio de sociedades de qualquer tipo, ressalvados, na legislação interesses do Brasil, como o objetivo precípuo de se tornar efetiva em nosso País a descoberta, a industrialização e o comércio de petróleo, sem nenhum caráter monopolista[273].

A conduta anti-estatizante dos aparatos privados de hegemonia do comércio tinha como um importante esteio a postura e articulação políticas do primeiro escalão da entidade. João Daudt d'Oliveira era amigo pessoal de Getúlio Vargas e presidiu a ACRJ – e, por conseguinte, a Federação das Associações Comerciais – entre 1942 e 1951[274]. Como pode-se presumir, a entidade representante do empresariado comercial, chefiada por Daudt d'Oliveira, apoiou a volta de Vargas à presidência do país. Porém, na eleição da ACRJ de 1951 foi organizado um inédito movimento oposicionista, que teve Rui Gomes de Almeida como principal liderança, e que conseguiu eleger Carlos Brandão de Oliveira na cabeça da chapa.

Rui Gomes de Almeida era um empresário vinculado ao setor cafeeiro, tendo criado a exportadora de café Macial, Gomes e Cia. Ltda em 1942. Ele compôs a diretoria da ACRJ entre 1942 e 1946, integrou a Missão Abbink entre 1948 e 1949 e presidiu o Centro de Comércio de Café do Rio de Janeiro entre 1948 e 1952. No pleito que elegeu Carlos Brandão no comando da ACRJ, Rui Gomes de Almeida assumiu a primeira vice-presidência. Posteriormente, foi eleito presidente da entidade por cinco mandatos (1955-1957. 1957-1959, 1961-1963 e 1969-1971). O empresário foi um dos fundadores do Conselho Superior das Classes Produtoras (CONCLAP) e membro do IPES, entidades anticomunistas que atuaram sistematicamente na construção do golpe de 1964[275].

---

[273] Revista da Associação Comercial, ano XVIII, n. 780, set/1954. p. 109.

[274] Quem era o cabeça de chapa eleito para a ACRJ assumia, automaticamente, a presidência da Federação das Associações Comerciais. Os mandatos tinham duração de dois anos.

[275] LAMARÃO, Sérgio. Anos de confronto: a ACRJ e o Estado no interregno democrático. In: MOREIRA, Regina da Luz; FONTES, Paulo (orgs.). *A Casa do Empresário. Trajetórias da Associação Comercial do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2009. pp. 229-230; SOMBRA, Marcus. Presidentes da ACRJ – Minibiografia. In: MOREIRA, Regina da Luz; FONTES, Paulo (orgs.). *A Casa do Empresário. Trajetórias da Associação Comercial do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2009. p. 342.

Sérgio Lamarão[276] destaca que Rui Gomes de Almeida foi a principal liderança da ACRJ a partir da década de 1950. Em 1959, o empresário foi aclamado presidente de honra da entidade, passando a ser membro vitalício do primeiro escalão da Associação, congratulação concedida apenas a D. Pedro II e a Affonso Vizeu[277].

A assunção de Rui Gomes de Almeida no comando da ACRJ significou uma inflexão na diretriz política da entidade, que passou a ter um direcionamento pautado mais acentuadamente a criticar as diretrizes governamentais, ensejando um viés mais combativo ao organismo. Uma das principais verves da Associação sobre comando do empresário foi o anti-estatismo, defendido em diversas reuniões e plenárias por Rui Gomes, às vezes de forma geral e indiscriminada, e outras vezes atacando quesitos como a inflação supostamente ocasionada pela intervenção do Estado no controle dos preços[278].

É sob o contexto de proeminência da linha política de Rui Gomes de Almeida na ACRJ que foram firmados os posicionamentos da entidade aqui explicitados, contrários à criação da Petrobras. Em junho de 1955, no discurso de posse de Rui Gomes de Almeida à presidência da entidade, a inviabilização da participação de capitais estrangeiros na exploração petrolífera foi tida como "ridícula", constituindo o ponto culminante dos "exageros" de Vargas:

> [...] Antes de 30, apresentava, ainda, a economia brasileira características nitidamente coloniais e o nacionalismo de Vargas constituiu uma reação no sentido da emancipação econômica brasileira.
> A reação contra o colonialismo que caracterizou o período posterior a 30, teve, como é natural, a toda reação, os seus exageros, atingindo o seu ponto culminante na solução estatista dada ao problema do petróleo.
> As condições nacionais e internacionais, hoje, muito diversas das reinantes em 1930, quando se iniciou essa revolução, exigem dos responsáveis pela direção política de nosso país, uma revisão dos valores ideológicos predominantes nessa época já ultrapassada, a fim de que se tracem as diretrizes ditadas pelos interesses e pelas necessidades gerais. [...][279].

E tratando, mais detidamente, da política de petróleo, destacou Rui Gomes de Almeida:

> É simplesmente ridículo, na altura dos acontecimentos, bloquear o encaminhamento de capitais estrangeiros, através de empresas privadas, para o setor petrolífero, sob alegação de perigo para a soberania nacional quando outros países, altamente ciosos

[276] LAMARÃO, Sérgio. Anos de confronto... op. cit. p. 237.

[277] SOMBRA, Marcus. Presidentes da ACRJ – Minibiografia... op. cit. p. 342; Revista da Associação Comercial, ano XXVI, n. 952, out/1963. p. 14

[278] LAMARÃO, Sérgio. Anos de confronto... op. cit. pp. 237-251.

[279] Revista da Associação Comercial, ano XVIII, n. 798, jun./1955. p. 9.

> de sua soberania e de seus direitos, encontraram fórmulas que possibilitam a atuação das empresas particulares, em coexistência ou não com empreendimentos estatais. [...][280].

Em suma, o empresário chegava a tolerar a participação estatal na exploração petrolífera, desde que não inviabilizasse a participação de capitais privados, locais e estrangeiros, nos termos daquilo que expressava ser um "nacionalismo sadio" [281].

No que tange ao empresariado industrial, a Fiesp, no final de 1952, enviou um telegrama a Getúlio Vargas realçando a sua postura contrária à inviabilização da iniciativa privada no segmento. No documento, a entidade também informava que já havia comunicado o então vice-presidente do Senado, Alexandre Marcondes Filho (PTB), sobre o seu posicionamento favorável à inserção de capitais particulares naquele ramo.

Em um contexto de avanço de novos membros empresariais nas entidades regionais do empresariado industrial, vinculados aos capitais de origem estrangeira, como aqui já destacado, os posicionamentos da Federação paulista contra o governo Vargas eram menos acentuados que a sua congênere fluminense, a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJ). Contrastando com interpretações como a de Armando Boito[282], Maria A. Leopoldi[283] sublinha que a Fiesp se posicionava contrária a muitos pontos das políticas do governo Vargas, mas não pleiteava a sua derrubada, mesmo na ocasião da valorização de 100% do salário mínimo, em 1954.

A partir do estudo da autora, pode-se perceber que a conduta mais branda do empresariado industrial paulista em relação ao governo Vargas e ao varguismo de modo geral era resultante de, pelo menos, dois fatores. O primeiro deles era a forte presença de indústrias com capital local em São Paulo, o que tornava os empresários atuantes naquele estado menos vulneráveis às ideias de seus pares vinculados aos capitais estrangeiros.

O outro fator era que, em São Paulo, a geração nova que emergia (os "cadetes") tinha forte influência das ideias de Roberto Simonsen e outros líderes da geração "antiga", como Morvan Dias Figueiredo e Armando de Arruda Pereira. Além disso, como destaca a autora, Nadir Figueiredo, irmão de Morvan, era o verdadeiro "eminência parda" na Fiesp, contribuindo

[280] Revista da Associação Comercial, ano XVIII, n. 798, jun./1955. p. 10.

[281] SOMBRA, Marcus. Presidentes da ACRJ – Minibiografia... op. cit. p. 342.

[282] BOITO Jr., Armando. *O golpe de 1954. A burguesia contra o populismo*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

[283] LEOPOLDI, Maria Antonieta. O difícil caminho do meio... op. cit. pp. 161-164.

para uma certa manutenção de bandeiras caras a Simonsen, como a proteção tarifária, a defesa da participação do Estado em áreas tidas como estratégicas, reserva de mercado etc.

Já em relação à FIRJ, sua tônica conjugava a crítica ao varguismo à defesa da participação privada na exploração de petróleo. Na I Reunião Plenária da Indústria, realizada em meados de 1953 para discutir a crise industrial ocasionada, sobretudo, pela escassez de divisas cambiais, pela greve geral dos trabalhadores e pelo racionamento de energia, a delegação da FIRJ criticou não apenas o monopólio estatal do petróleo, mas também o controle estatal do câmbio e a forma como o governo encaminhara a greve[284].

Em outra ocasião, em reunião da entidade ocorrida em setembro de 1953 - portanto um mês antes da aprovação da lei que concebeu a Petrobras -, Mário Leão Ludolf[285] fez o relato de sua viagem à Bahia. O empresário retratou que a segunda unidade da refinaria Landulpho Alves, que estava em vias de entrar em funcionamento em setembro de 1953, só poderia operar se a primeira unidade paralisasse as suas operações. Isto porque não havia petróleo suficiente para suprir a demanda das unidades de refino. Ludolf vincula o problema ao monopólio estatal: "Isto é o monopólio estatal, que ainda hoje continua na ordem do dia na Câmara dos Deputados com a Petrobras". O presidente da FIRJ, Zulfo Malmann, um árduo defensor da abertura produtiva brasileira a capitais estrangeiros, sugeriu que Ludolf comunicasse à imprensa a situação, enfatizando que havia petróleo no Brasil, mas não havia capacidade estatal capaz de fazer com que o insumo fosse proveitoso à indústria brasileira[286].

No Legislativo, em contraposição às movimentações que tinham como principal baluarte Othon Mäder, senadores favoráveis ao monopólio também tiveram protagonismo e se organizaram na Casa. Dentre estes, destacaram-se Landulpho Alves (PTB-BA), Kerginaldo Cavalcanti (PSP-PE), Domingos Velasco (PSB-GO) e Alberto Pasqualini (PTB-RS).

---

[284] LEOPOLDI, Maria Antonieta. O difícil caminho do meio... op. cit. pp. 181-184.

[285] Mário Leão Ludolf era um engenheiro civil e herdeiro da Companhia Cerâmica Brasileira, empresa que passou a presidir a partir da década de 1930. Tradicional defensor da "livre iniciativa", em 1937 foi um dos fundadores da Federação dos Sindicatos Industriais do Distrito Federal (FSIDF), que se tornou a FIRJ em 1942, representando o Sindicato das Indústrias da Cerâmica e Vidro. Em 1944, passou a ser a voz dos segmentos industriais no CNP, permanecendo na entidade até 1956. Foi dirigente da construção da refinaria de Mataripe, em São Francisco do Conde, na Bahia. Também foi um ativista do IPES e, após o golpe de 1964, passou a ser um dos membros do Conselho Consultivo de Planejamento (CONSPLAN). Ver: DIAS, Sônia. Verbete: Mário Leão Ludolf. In: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da FGV. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. Disponível em: https://bit.ly/49mNcv2. Acesso em 23/02/2024; DREIFUSS, René A. *1964*: a conquista do Estado... op. cit. p. 426.

[286] Revista da Associação Comercial, ano XVIII, n. 755, set/1953. p. 52.

Apesar das divergências, o saldo do projeto ao sair do Senado praticamente desestruturava o cerne da proposta oriunda da Câmara[287]. O enfraquecimento da formulação original se dava pelas emendas então estabelecidas. Dentre estas, cabe destacar a de número 11, que exigia a nacionalidade na estrutura de propriedade da Petrobras apenas em relação às ações ordinárias com direito a voto. As ações preferenciais poderiam ser adquiridas por capitais privados, locais ou estrangeiros. Além disso, as alterações do Senado abriam brecha para que os acionistas preferenciais pudessem votar para o Conselho Fiscal. Ademais, Othon Mäder conseguiu instituir emenda que flexibilizava a gestão do Executivo na Petrobras. A diretiva criada pelo parlamentar obrigava a participação do Senado na escolha dos presidentes do Conselho Administrativo e da Diretoria Executiva da entidade[288].

Ao retornar à Câmara, foi constituída uma comissão especial para avaliar as emendas do Senado, em julho de 1953. Dois meses depois, o parecer da comissão rejeitava a maior parte das modificações estabelecidas pela outra Casa, posição aprovada pelo conjunto da Câmara em seguida, em votação encerrada no dia 15 de setembro.

Em 3 de outubro de 1953, o presidente Getúlio Vargas sancionou a lei que saíra da Câmara, de número 2004, criando a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras). A empresa passou a deter o monopólio de todo o processo produtivo do petróleo, da pesquisa, do transporte marítimo e do refino, abrindo exceção apenas para as refinarias privadas que já atuavam no setor e às distribuidoras de combustíveis, permeadas por capitais estrangeiros. No que tange ao CNP, o órgão passou a atuar na orientação e fiscalização da produção, ao passo que a Petrobras ficou a cargo de executar a política do petróleo[289].

Postos os pontos centrais acerca do processo de criação da Petrobras, é válido elencar brevemente o balanço interpretativo e teórico que Gabriel Cohn e Getúlio Carvalho fizeram acerca das relações entre aquele episódio e os grupos sociais envolvidos. Comecemos por Getúlio Carvalho.

A perspectiva teórico-interpretativa do autor vai no sentido de conceber que, ao lidar com uma proposta política, o legislador ou administrador não age apenas amparado em fatos objetivos. Mais que isso, esses agentes tendem "a avaliar as alternativas de acordo com seus

[287] O conjunto de emendas estabelecidas pelo Senado pode ser conferido em: COHN, Gabriel. *Petróleo e nacionalismo*... op. cit. pp. 185-191.

[288] COHN, Gabriel. *Petróleo e nacionalismo*... op. cit. p. 147.

[289] CARVALHO, Getúlio. *Petrobrás*: do monopólio aos contratos de risco... op. cit. p. 52.

sentimentos, frustrações, preconceitos e valores"[290]. O autor destaca que os parlamentares da Câmara, como Eusébio Rocha e Arthur Bernardes, agiram amparados por aquilo que denomina "ideologia nacionalista". Isso significa que eles tinham *a priori* a definição de sua escolha em prol do monopólio. Carvalho realça que essa escolha da Câmara não se ampara no "modelo racional" da teoria da escolha de decisão[291], visto que nesse aparato teórico "a escolha das alternativas depende de fatores como os custos e benefícios de cada estratégia". E segue o autor:

> [...] [na Câmara,] o objetivo básico da Petrobrás não foi formulado pela maioria dos deputados em termos de uma produção eficiente de petróleo, mas em termos de segurança nacional, uma expressão capaz de abrigar toda a sorte de prenoções e preconceitos, tal a sua indefinição"[292].

Em relação à passagem do Projeto no Senado, Getúlio Carvalho destaca que tanto os senadores favoráveis à tese do monopólio quanto aqueles que eram contrários "exageraram os possíveis benefícios e subestimaram os prováveis custos de suas preferências"[293].

Temos acordo que as decisões de legisladores e administradores são assentadas não apenas em fatores objetivos, mas também subjetivos. Porém, os valores e crenças desses agentes não têm um caráter meramente individual e tampouco é descolado da materialidade da vida social. Nesse sentido, a análise acerca de suas escolhas deve levar em consideração tanto a sua *condição* de classe – elemento primordial, de ordem mais estática e vinculado ao fator estrutural/socioeconômico – quanto a sua *posição* de classe – sendo esta mais fluida, podendo estar atrelada a uma miríade de instâncias de construção valorativa, como igreja, escolas etc[294]. Nesse sentido, a atuação do CEDPEN enquanto elemento de mobilização e de formulação de diretivas sobre o Projeto, configurou um quesito fundamental no amparo das teses em prol do monopólio por parte dos deputados.

Já Gabriel Cohn estabelece duas tipologias sobre o comportamento dos atores institucionais presentes naquele processo. Esse modelo teórico é explicita que as ações dos grupos são assentadas na *política* ou na *técnica*.

---

[290] CARVALHO, Getúlio. *Petrobrás*: do monopólio aos contratos de risco... op. cit. p. 67.

[291] Getúlio Carvalho se baseia nos modelos de tomada de decisão categorizados por SIMON, Herbert A. *Models of man, Social and Rational*. Nova Iorque: John Wiley & Sons, 1957.

[292] CARVALHO, Getúlio. *Petrobrás*: do monopólio aos contratos de risco... op. cit. p. 68-69.

[293] CARVALHO, Getúlio. *Petrobrás*: do monopólio aos contratos de risco... op. cit. p. 71.

[294] MENDONÇA, Sonia R. de; FONTES, Virgínia. História e teoria política. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2012. p. 67.

De forma resumida, o autor concebe que tanto os agrupamentos que se posicionaram assentados na política quanto aqueles que se orientaram pela técnica agiram de forma mediatizada. O critério *técnico* é assentado na ciência e propõe diretrizes a um horizonte temporal mais expandido. Como destaca o autor, "no caso do técnico trata-se, como vimos, da ciência, entendida como um conhecimento instrumental, voltado para a ação". Assim, o técnico age com uma maior "margem de racionalidade", de forma a dar um contorno mais ordenado ao sistema em conjunto "e não apenas para os interesses a prazo relativamente curto de cada uma das classes dominantes". O autor concebe que a proposta e posicionamentos do governo Federal, que teve como principal elaborador do projeto de criação da Petrobras Rômulo Almeida, assessor econômico da presidência, foi regido pela "técnica"[295].

Já a atuação lastreada na política seria mediada pela *ideologia* caso o agrupamento ou partido político não tivesse vínculo muito bem estabelecido com o que chama de "tipos sociais" (empresários, latifúndio, etc.), ou então seria mediatizado pelo *interesse*, caso a relação com tais "tipos sociais" fosse mais bem estabelecida. O autor concebe que a UDN, o partido de maior protagonismo no tensionamento do projeto de criação da Petrobras, estava na órbita da tipologia política assentada na ideologia, ou seja, era o partido "menos vinculado a grupos sociais bem definidos"[296].

A despeito de o autor não precisar a sua concepção de *ideologia*, levando a sua linha argumentativa a vincular o conceito tão somente à categoria igualmente não aferida de *nacionalismo,* é possível problematizar a sua concepção sobre a UDN acerca da questão do petróleo a partir dos quesitos aqui elencados e através dos próprios elementos explicitados pelo autor em sua obra. Conforme aqui já destacado, as primeiras críticas da UDN às diretrizes do Projeto de Lei de criação da Petrobras que poderiam abrir brechas à participação privada no setor foram consubstanciadas em uma contra-proposta legislativa de criação de uma outra empresa, a Empresa Nacional do Petróleo (Enape). Esse projeto, elaborado pelo udenista Bilac Pinto e lançado na Câmara em junho de 1952, foi sedimentado a partir da articulação do CEDPEN, como retratou o deputado Roberto Moreira (PRT-DF)[297]. O próprio CEDPEN, na III

[295] COHN, Gabriel. *Petróleo e nacionalismo*... op. cit. pp. 167-170.

[296] COHN, Gabriel. *Petróleo e nacionalismo*... op. cit. pp. 167-171.

[297] COHN, Gabriel. *Petróleo e nacionalismo*... op. cit. pp. 153-154.

Convenção Nacional de Defesa Nacional do Petróleo, realizada em julho de 1952, manifestou apoio ao projeto de Bilac Pinto[298].

Não se trata de afirmar que o posicionamento da UDN no Congresso era direcionado de forma linear e categórica pelas convenções firmadas pelo CEDPEN. A própria composição desta entidade era bastante plural[299] e a mesma tinha membros eleitos no Legislativo, como o deputado e engenheiro Fernando Lobo Carneiro (PRT-DF), que fazia parte do conselho consultivo da entidade, e Matias Olímpio de Melo, udenista e vice-presidente do CEDPEN[300]. Lobo Carneiro era filiado ao Partido Republicano Trabalhista (PRT), que apoiara a eleição de Vargas e que havia servido, inclusive, de legenda a candidatos sem suporte partidário, sobretudo os comunistas[301].

De forma distinta, trata-se de constatar que, na Câmara, a UDN se colocava como representante da "opinião pública" e que esta estava sendo mobilizada, sobretudo pelo CEDPEN. Ou seja, as diretrizes oriundas da miríade de segmentos sociais que compunham aquela entidade tiveram ascendência significativa no direcionamento da atuação de parte dos candidatos atuantes no Legislativo, inclusive aqueles filiados à UDN.

Ademais, o entrelaçamento entre o senador udenista Othon Mäder e as associações comerciais, como aqui destacado, indica que o parlamentar agiu como um intelectual orgânico do segmento naquela ocasião. Portanto, no que tange às políticas petrolíferas do período, não nos parece acurada a afirmação de que a UDN era desprovida de vínculo com grupos sociais bem definidos, como defendeu Gabriel Cohn.

Uma outra conclusão do autor, no entanto, nos parece mais acertada, que é sintetizada na seguinte passagem:

> De modo geral, não há como apontar um grupo social de influência decisiva na instituição do monopólio estatal do petróleo no Brasil. Não foi, portanto, a Campanha do Petróleo a causa da criação da Petrobras; nem a ação de Getúlio Vargas, ou dos técnicos governamentais; tampouco a oposição parlamentar. Houve, isso sim, uma interação complexa entre esses grupos, e outros mais, suscitada e dinamizada por

[298] COHN, Gabriel. *Petróleo e nacionalismo*... op. cit. p. 165.

[299] A lista com todos os componentes do CEDPEN em 1949 consta no anexo 1.

[300] Nota oficial do Centro Nacional de Estudos e Defesa do Petróleo. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 21 jan. 1949, primeira seção – quinta página.

[301] Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Verbete: Partido Republicano Trabalhista (PRT). In: _____. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Disponível em: https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-republicano-trabalhista-prt. Acesso em 09/01/2023.

> problemas prementes para a sustentação do processo global de mudança que se efetuava em todos os níveis da sociedade nacional; e essa interação poderia ter outro desenlace, como o teve, de resto, em outras nações latino-americanas [...][302].

A concepção teórica de Estado apreendida nesta tese contrasta com a perspectiva de Gabriel Cohn, que concebe que os grupos sociais exercem um papel apenas de *influenciadores* das políticas do Estado. De modo distinto, as políticas estatais são aqui compreendidas não como resultado apenas da *influência* dos "grupos sociais", mas sim das múltiplas determinações a partir da ação e mobilização de diversas frações de classe, que delineiam tais políticas de acordo com seus interesses particulares, de forma complexa e contraditória.

Apesar disso, tendemos a concordar que a criação da Petrobras foi resultado não apenas da determinação de um só grupo – social ou político-institucional -, mas da interação complexa entre estes. Porém, não nos parece coerente perceber as decisões daqueles que atuavam no Estado restrito - seja parlamentares, ministros ou "especialistas" - como deliberações meramente guiadas por critérios *técnicos* ou *políticos*, como defende Gabriel Cohn[303].

Via de regra, há uma linha porosa que separa a técnica da política. Ora, como destacamos, o próprio economista Rômulo Almeida, percebido por Gabriel Cohn como regido pela "técnica", tinha relações orgânicas com o empresariado industrial paulista e teve passagem pela missão que resultou em relatório em prol da entrada de capitais estrangeiros na economia brasileira (Missão Abbink). É evidente que o projeto de criação da Petrobras por ele coordenado não pode ser percebido meramente como um processo de causa e efeito entre a efetivação da proposta política e a origem de classe de Almeida. No entanto, seria imprudente não levar em consideração a trajetória coletiva de Almeida ao analisar a sua conduta frente à Assessoria Econômica de Vargas, de modo a desconsiderar que o seu vínculo com a burguesia constituiu um dos fatores determinantes na definição das diretrizes de seus projetos.

Portanto, este subcapítulo buscou enfatizar o conteúdo de classe que permeou a criação da Petrobras, considerando a intrincada relação entre as distintas frações e as relações destas com agentes do Estado restrito. Foi possível perceber que a criação da estatal do petróleo significou a acentuação das fricções entre tais segmentos sociais.

---

[302] COHN, Gabriel. *Petróleo e nacionalismo*... op. cit. pp. 197-198.

[303] COHN, Gabriel. *Petróleo e nacionalismo*... op. cit.

No campo “popular”, a campanha do petróleo mobilizou estudantes, trabalhadores, além de frações militares e políticas em prol do monopólio estatal da produção petrolífera. O movimento foi fundamental para repelir a conduta política favorável aos capitais estrangeiros, premente no governo Dutra, e também foi elementar para o fortalecimento de uma esfera política calcada nos princípios de um nacionalismo popular, como aquele empunhado por frações do PTB, pelo Iseb e, em alguma medida, pelo PCB.

Por outro lado, a inviabilização da iniciativa privada no processo de produção petrolífera desagradou o conjunto das burguesias. As nuances em relação à contraposição do empresariado à criação da Petrobras, no entanto, são importantes e devem ser vinculadas à sua postura mais geral frente ao varguismo, como aqui exposto de forma breve. Nesse sentido, pode-se perceber que as Associações Comerciais do país e a FIRJ se colocaram de forma mais enfática contra o monopólio estatal, haja vista que essas frações tinham laços mais estreitos com os capitais estrangeiros e, por conseguinte, eram mais avessas às políticas de Vargas. A Fiesp, por sua vez, criticou a inviabilização da iniciativa privada na seara petrolífera, mas ainda estava incutida em um ideário que induzia certo apoio, ou tolerância, às políticas governamentais.

Ao longo da década de 1950, no entanto, o acirramento da luta de classes e diversos episódios atinentes às relações internacionais – sendo o de maior destaque a revolução cubana (1959) – induziram parte majoritária das frações burguesas a acirrarem a sua conduta contrarrevolucionária preventiva. Esse processo foi decisivamente temperado pelas doutrinas de Segurança Nacional e de Guerra Revolucionária nos meios militares e empresariais, sobretudo a partir do início da década de 1960, sendo um dos principais aspectos que viriam dar sustentação ao golpe de 1964.

Conforme será destacado adiante, a Petrobras foi um dos vetores do acirramento da contrarrevolução preventiva brasileira, tendo sido um dos esteios pelos quais as classes dominantes se debruçaram para atuar em prol da derrubada de João Goulart. Esse processo contou com mobilizações empresariais e militares, geralmente atuando em conjunto. A subseção seguinte é dedicada a destacar alguns aspectos acerca das mobilizações castrenses frente à criação da Petrobras, em um contexto de ascensão de uma fração vinculada à lógica de combate aos “inimigos internos”, encampada a partir da Escola Superior de Guerra (ESG).

2.4.2 – A questão petrolífera, a Escola Superior de Guerra e a contenda de seus membros com os militares nacionalistas

Fundada oficialmente em 1949 e subordinada ao Estado-Maior das Forças Armadas (Emfa), a Escola Superior de Guerra (ESG) foi concebida como um centro de formação militar inspirada no National War College dos Estados Unidos. Quem liderou a criação da entidade foi o então general-de-divisão Cordeiro de Farias, um tenentista histórico de 1924, quadro egresso da Força Expedicionária Brasileira (FEB), ex-estagiário da Escola de Comando e Estado-Maior de Fort Leavenworth, nos Estados Unidos, e que viria participar ativamente do golpe de 1964[304].

Farias visou conjugar a sua experiência militar influenciada pelos norte-americanos aos fins políticos em torno da disputa pelo poder. Com isso, ele uniu dois elementos que, nos EUA, eram tratados separadamente na formação militar, quais sejam, a *segurança*, que era circunscrita à War College, e o *desenvolvimento*, corporificado na Industrial College[305]. Esses quesitos, que eram traduzidos nos termos de uma modernização econômica conservadora e uma política de defesa interna contrarrevolucionária, se consolidaram como os dois pilares da Doutrina de Segurança Nacional (DSN).

As atividades da ESG não se restringiam aos militares, haja vista que civis eram integrados à entidade, seja como professores - visitantes ou permanentes -, seja como alunos (estes últimos alcunhados de "estagiários"). A estratégia de atuação da ESG ia no sentido de entabular os preceitos da doutrina nas Forças Armadas, na elite dirigente que planejava os rumos do Estado, bem como nas instâncias da sociedade civil brasileira. Desde os seus primórdios, o combate às forças supostamente "comunistas" ou "subversivas" esteve no cerne dos objetivos da Escola, assim como uma perspectiva econômica de fortalecimento do capitalismo e com viés liberalizante, condescendente à introjeção de capitais estrangeiros a fim de "desenvolver" o país contra o "comunismo".

---

[304] Para além do então general Cordeiro de Farias, segue a relação de alguns dos militares integrantes da ESG no momento de criação da entidade, a maioria oficiais de escalão médio: Golbery do Couto e Silva, Orlando Geisel, Ernesto Geisel, Aurélio de Lyra Tavares, Jurandir Bizarria Mamede, Heitor Almeida Herrera, Edson de Figueiredo, Geraldo de Menezes Cortes, Idálio Sardenberg, Belfort Bethlem, João Bina Machado, Liberato da Cunha Friedrich, Ademar de Queiroz e o general Juaréz Távora. Ver: DREIFUSS, René Armand. *1964*: a conquista do Estado... op. cit. pp. 77-78.

[305] LENTZ, Rodrigo. *República de segurança nacional*: militares e política no Brasil. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo/Expressão Popular, 2022. p. 105.

A ESG e, posteriormente, o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES)[306], criado em 1961, foram as principais entidades responsáveis por articular e fomentar a DSN no Brasil. Dentre as diversas conceituações de guerra, como a guerra total (típica da Guerra Fria, na qual todo o território mundial está imerso às consequências da guerra) ou guerra limitada e localizada (tipo tradicional de guerra, restrita a determinados territórios), os manuais básicos da ESG enfatizavam a *guerra revolucionária* como a principal preocupação do "Terceiro Mundo".

Conforme consta na análise dos documentos formativos da ESG feita por Maria Helena Moreira Alves[307], a guerra revolucionária focalizava a lógica de combate ao inimigo interno. Por essa perspectiva, o confronto não envolveria apenas a força armada, uma vez que os componentes ideológico e psicossocial constituíam quesitos igualmente centrais a suprimir. Esse tipo de guerra definido pela ESG era vinculado, automaticamente, a uma suposta infiltração comunista no Brasil.

Além disso, tal concepção de segurança estava organicamente conectada à garantia de um determinado tipo de industrialização do país. Sendo secundária a salvaguarda dos componentes sociais básicos para a reprodução da vida da população, a compreensão de fomento econômico da ESG previa o intenso desenvolvimento de recursos produtivos, inclusive nas áreas tidas como "inabitadas". Para isso, a estratégia deveria ser assentada na forte atuação do Estado, juntamente a capitais estrangeiros e locais. A partir de tal entendimento, o controle da segurança nacional era percebido como as vias de promoção do domínio político e societário, de forma a abonar a máxima acumulação de capital e investimentos externos e, com isso, consequentemente, repelir a "ameaça comunista"[308].

O estabelecimento da ESG estava imerso em um movimento mais amplo marcado pela atuação política e econômica de membros do alto escalão militar no período em questão. Entre o final da Segunda Guerra e o golpe de 1964, uma parcela de oficiais das Forças Armadas atuava diretamente junto a partidos políticos - como a UDN, o PSD e o Partido Democrático Cristão (PDC) -, possuía participação em empresas privadas, compunha o quadro de

[306] O IPES foi uma entidade decisiva para a conflagração do golpe de 1964 e para a estruturação da ditadura então instituída. A entidade será apresentada de forma mais acurada na subseção final deste capítulo.

[307] ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil*... op. cit. p. 37.

[308] ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil*... op. cit. pp. 50-51; VASCONCELOS, Claudio B. Os tecnoempresários, a ESG e a ditadura. In: In: CAMPOS, Pedro H. P.; BRANDÃO, Rafael V. da M.; LEMOS, Renato L. do C. *Empresariado e ditadura no Brasil*. 1 ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2020. p. 191.

organizações do empresariado transnacional, e também integrava agências estatais, como o CNP e a Petrobras.

Em suma, a aproximação de militares brasileiros com os EUA foi fundamental para incutir em parcela das Forças Armadas o ideário modernizante-conservador estruturado pela DSN. O espraiamento dessa doutrina em parcelas significativas das Forças Armadas e da sociedade civil desencadeou a ampliação do anticomunismo e consequente incorporação no Brasil das atitudes maniqueístas da Guerra Fria. Além disso, a ESG contribuiu para o desenvolvimento de uma mentalidade que concebia um modelo de crescimento cujo curso industrial seria levado a cabo, sobretudo, por multinacionais, seus associados e um Estado supostamente técnico. Indispensável destacar que uma diversidade de membros e alunos da ESG (civis e militares), junto aos empresários, veio a compor o IPES, um ator decisivo na construção do golpe de 1964[309].

A intensificação da postura do corpo militar em direção ao ideário anticomunista e contrarrevolucionário não foi linear. Um campo militar nacionalista popular ou "nacionalista/legalista" teve um protagonismo fundamental entre 1945 e 1964, sendo obliterado da cena política somente após o golpe que defenestrou João Goulart.

No que tange às políticas petrolíferas, a mudança de rumo do CNP, entre 1944 e 1945, com a queda de Horta Barbosa, provocou uma cisão entre os pró e contra a atração de capitais estrangeiros para atuar na produção de petróleo no país. Essa fragmentação aguçava e refletia um atrito significativo entre segmentos das Forças Armadas, contenda que perduraria até o golpe de 1964.

O embate mais emblemático em torno da abertura ou não da exploração petrolífera brasileira aos grupos privados, naquele período, se deu entre os militares Juaréz Távora e Horta Barbosa. O estopim daquela divergência esteve relacionado ao Estatuto do Petróleo, que, como aqui já realçado, permitia a concessão da pesquisa e desenvolvimento mineral no Brasil à iniciativa privada, inclusive a capitais forâneos.

Em linhas gerais, Távora argumentava que o monopólio estatal seria a melhor opção, porém a longo prazo. A curto prazo o mais coerente seria introduzir o modelo de concessão ao capital estrangeiro, devido à insuficiência de base tecnológica brasileira para exploração das jazidas.

[309] cf. DREIFUSS, René Armand. *1964*: a conquista do Estado... op. cit.

Já Horta Barbosa enfatizava a importância do investimento estatal em refino devido ao monopólio exercido pelos *trustes* nessa fase, o que delegava às corporações estrangeiras o controle dos preços dos produtos oriundos dessa etapa. Além disso, Barbosa defendia que a indústria de refino deveria ser estatal, pois o capital privado priorizava o aumento de sua lucratividade. Contra essa tendência, o Estado poderia regular os preços de modo a condicionar a melhora dos resultados econômicos nacionais.

Em 1948, Juarez Távora foi vencido pelo grupo de Horta Barbosa no Clube Militar. Quem assumiu a presidência da entidade foi o general-de-divisão Salvador César Obino, que se tornou um dos principais articulistas da orientação estatista em torno da Campanha do Petróleo, ocorrida entre 1948 e 1953. A formação e atuação desse agrupamento, ademais, foi um marco importante para o amadurecimento de uma fração castrense mais orientada pelos preceitos do que estamos chamando aqui de nacionalismo popular[310].

As divergências entre Távora e Horta Barbosa logo ultrapassaram os limites do Clube Militar e inflamaram os debates públicos. Os embates entre os militares constituíram a fagulha que incendiou as mobilizações sociais, reunindo organizações estudantis, veículos midiáticos e entidades como o CEDPEN em torno da campanha "o petróleo é nosso", conforme aqui já destacado.

As divergências castrenses em relação às políticas petrolíferas refletiam as contendas mais gerais das Forças Armadas. Se o segmento militar mais afeito ao nacionalismo popular conquistou a vitória no pleito do Clube Militar em 1948 e 1950, além de realizar a efetivação da campanha do petróleo, em 1952 os militares pertencentes ao "bloco multinacional" fundaram o agrupamento anticomunista "Cruzada Democrática", conseguindo eleger a sua chapa para o Clube em 1952 e 1954.

Daí em diante, semelhante e vinculado ao movimento que acirrou a luta entre as classes sociais, sobretudo nos anos de 1960, as frações castrenses recrudesceram os embates entre si. As divergências acerca da estatização da produção petrolífera constituíram um dos eixos primordiais que conduziu, dentro de suas especificidades, as contendas sociais em torno da questão energética brasileira até a derrubada de João Goulart. Nesse processo, as parcelas militar e empresarial afinadas ao anticomunismo e ao capital multinacional tentaram assumir o poder através de estratégias golpistas em todas as transições presidenciais após a eleição de

[310] LENTZ, Rodrigo. *República de segurança nacional*... op. cit. p. 107.

Eurico Dutra, mas só conseguiram conferir proeminência ao seu projeto político através do golpe de 1964.

O agravamento dos embates entre as frações castrenses esteve relacionado a uma série de episódios domésticos e internacionais que implicaram o aprofundamento do anticomunismo em parte da sociedade a partir do final da década de 1950. Nesse contexto, teve fundamental relevância para os processos políticos e econômicos nacionais a aliança contrarrevolucionária enlaçada entre empresários e militares, temática a ser abordada na última seção deste capítulo.

Posto o quadro no qual se estabeleceu as principais contendas envolvendo empresários e militares em torno das políticas energéticas entre 1930 e a criação da Petrobras, a próxima parte desta subseção é dedicada em analisar a relação entre os empresários e a Petrobras na década de 1950. Mais especificamente, evidenciaremos aspectos acerca da complexificação organizativa da sociedade civil em um contexto de recrudescimento da contrarrevolução preventiva.

2.5 – Energizando as relações capitalistas: a ampliação da Petrobras e o adensamento organizativo do empresariado brasileiro (1956-1961)

A significativa mobilização social em torno da criação da Petrobras fincou as bases para que a petrolífera tivesse uma ampla identidade política, diferentemente das demais estatais criadas entre as décadas de 1940 e 1960, como a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) (1941) e a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf) (1945), por exemplo[311]. A petrolífera chegou a constar na carta-testamento de Getúlio Vargas, conforme destacado anteriormente.

Após o suicídio de Vargas, em 24 de agosto de 1954, seu vice, Café Filho, foi quem assumiu a presidência. Filiado ao Partido Social Progressista (PSP) e com uma orientação que conjugava o anti-varguismo à liberalização econômica, conduta que o aproximava de setores da UDN, Café Filho não conseguiu impingir alterações substantivas nos rumos da Petrobras. Isso ocorreu, em grande medida, pela autonomia financeira desfrutada pela estatal desde a sua concepção. Ou seja, o fato de os recursos da petrolífera serem provenientes de fontes como o Imposto Único sobre Combustíveis e Lubrificantes (IUCL), e não do orçamento federal,

[311] cf. ALVEAL CONTRERAS, Edelmira Del Carmen. *Os desbravadores*: A Petrobras e a construção do Brasil industrial. Rio de Janeiro: Relume Dumará: ANPOCS, 1994.

garantia significativa independência da empresa frente às movimentações político-institucionais[312].

Em outubro de 1955, Juscelino Kubitschek venceu as eleições pelo PSD com 35,68% dos votos, derrotando o seu adversário, Juarez Távora, por uma pequena margem de 5,41%. Como vice, pelo PTB, foi eleito João Goulart, ex-ministro do Trabalho de Getúlio Vargas, com 44,25% dos votos, 2,55% a mais que o seu principal adversário, Milton Temer, que saiu pela UDN mineira.

A partir de uma peculiar interpretação constitucional, o campo civil-militar "multinacional e associado" tentou, novamente, instituir um golpe, argumentando que JK não poderia ascender ao cargo por não ter tido maioria absoluta dos votos. O intento foi obstruído com o contragolpe legalista chefiado pelos generais Henrique Teixeira Lott e Odílio Denis.

No que tange à disposição industrial, na década de 1950 passou a haver um aumento significativo na porcentagem de grandes indústrias, sendo estas assim caracterizadas por empregar mais de 250 pessoas[313]. Essa etapa de aprofundamento das relações de produção capitalista no Brasil, que teve o acirramento da substituição de importações como uma de suas facetas, galvanizou as bases do "tripé" do sistema industrial. Em linhas gerais, a setorização da produção ficou dividida entre o capital local – atuante no segmento de bens de consumo, sobretudo os não duráveis; o capital multinacional – que, através dos investimentos diretos externos, dominavam os bens duráveis e também possuíam forte atuação em outros ramos, como o de bens de capital; e o estatal – responsável pelos bens de produção, sobretudo os insumos básicos como petróleo, minério de ferro e aço. As empresas de origem estrangeira obtinham primazia financeira nesse ordenamento produtivo. Providas de alto grau de concentração de capitais, dominavam as instâncias mais dinâmicas da economia[314].

O acirramento da industrialização do país nessa década, no entanto, esteve assentado no aprofundamento da exploração da força de trabalho. Conforme já retratado no capítulo anterior, durante a década de 1950 a remuneração do trabalho tendeu a ser valorizada abaixo

[312] cf. ALVEAL CONTRERAS, Edelmira Del Carmen. *Os desbravadores*... op. cit. pp. 72-73.

[313] MORAIS, Maria. Considerações sobre a crise de 1964. In: MANTEGA, Guido; MORAIS, Maria. *Acumulação monopolista e crises no Brasil.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 25.

[314] MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado e Economia no Brasil*... op. cit. pp. 57-58.

do produto real da indústria. A situação das classes subalternas ainda era agravada pela inflação e pela estrutura fiscal regressiva[315].

O avanço do desenvolvimento capitalista nesses moldes foi combinado à expansão de entidades organizativas das classes subalternas e, em contraface, também houve o surgimento de novas formas de mobilização e representação política por parte do empresariado. A subseção a seguir é dedicada a tratar dessa complexificação da sociedade civil brasileira enfatizando uma entidade em particular, a Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústria de Base[316] (ABDIB).

É evidente que outros aparatos organizativos do empresariado tiveram ascendência no decurso das políticas petrolíferas dos anos de 1950, haja vista a abrangência de ramos produtivos afetados pelas atividades da Petrobras. No entanto, a escolha da ABDIB nos é cara por 4 motivos específicos, quais sejam:

1. a entidade reflete o surgimento de uma nova forma de organização política da burguesia, que passou a ter uma nova ferramenta para garantir os seus intentos particulares por entre as políticas do Estado;
2. eram partícipes da Associação empresas atuantes no ramo de máquinas e equipamentos, segmento que constitui o âmago do setor de bens de capital, ramo este que esteve no coração da expansão da industrialização do país e no cerno do desenvolvimento da própria Petrobras;
3. a ABDIB foi criada com o patrocínio da Petrobras.
4. com a ditadura, a organização empresarial passou a compor um espaço estratégico na política econômica, com os seus representantes ocupando diretamente cadeiras em organismos do Estado restrito em determinados momentos.

2.5.1 - A expansão dos negócios da Petrobras e a complexificação organizativa da sociedade civil: o caso da ABDIB

Durante o governo de Juscelino Kubitschek, a Petrobras expandiu notavelmente as suas atividades, sendo esse crescimento ligado diretamente ao projeto de desenvolvimento

[315] OLIVEIRA, Francisco. Crítica à razão dualista/O Ornitorrinco... pp. 72-84.

[316] Este é o nome atual, escolhido em 1997. Originalmente, a entidade era denominada "Associação Brasileira para o Desenvolvimento das Indústrias de Base". Com a mudança, porém, foi mantida a mesma sigla (ABDIB).

presente no programa governamental. O Plano de Metas instituiu diretrizes de fomento segmentadas para os ramos de energia, alimentação, transporte, indústrias básicas, educação e para a construção de Brasília. O enfoque acentuado em infraestrutura pode ser notado a partir dos recursos governamentais desembolsados em energia e transporte: 43,4% e 29,9% do montante total previsto, respectivamente[317].

O Plano de Metas também tinha o objetivo de fazer o país conquistar a autossuficiência em derivados de petróleo. O programa visava ampliar a capacidade produtiva das duas refinarias então em operação, a Landulpho Alves (RLAM) e a de Presidente Bernardes Cubatão (RPBC), além de iniciar a construção de uma nova unidade, em Duque de Caxias (Reduc), no Rio de Janeiro. Para esse intento, foi aprovada a Lei nº 2.795, de 27 de novembro de 1956, garantindo os recursos necessários. Como resultado desses investimentos, em 1961, pela primeira vez, o país conseguiu fazer com que a capacidade de refino instalada fosse maior do que a demanda, em grande parte por conta da inauguração da Reduc, em setembro daquele ano[318].

As estratégias econômicas de JK estiveram assentadas na profusão de capitais estrangeiros no Brasil. Kubitschek aprofundou e aprimorou a viabilização da entrada de empresas externas no país em um movimento que já contava com importantes precedentes. Destaca-se, nesse sentido, além das medidas presentes na gestão de Eurico G. Dutra, as cooperações com os Estados Unidos consubstanciadas, sobretudo, na American Technical Comission (Missão Cooke) (1943), a Comissão Brasileiro-Americana de Estudos Econômicos (1948) e a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU) que, inclusive, forjou a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). Além disso, é importante sublinhar a instituição da Instrução 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc) de janeiro de 1955, que liberou de taxas cambiais as importações de bens de capital efetuadas por investidores estrangeiros no Brasil[319].

A defesa por parte de frações políticas e empresariais de que a inserção de capitais estrangeiros constituía a única via para garantir a continuidade da industrialização brasileira era uma constante em diversas entidades organizativas de tais atores. Essa perspectiva era

[317] MOURA, Mariluce. *Petrobras 50 anos...* op. cit. p. 111.

[318] BERCOVICI, Gilberto. *Direito econômico do petróleo e dos recursos minerais*. São Paulo: Quartier Latin, 2011. p. 167.

[319] cf. RIBEIRO, Thiago. *Das missões à comissão*... op. cit.

fortalecida pelo quadro de crise econômica que acometia o país no início da década de 1950. As debilidades no balanço de pagamentos e as pressões inflacionárias sustentavam as críticas dos setores mais conservadores, que pleiteavam, como solução, medidas de austeridade e vinculavam a situação às políticas trabalhistas de Getúlio Vargas[320].

Como destaca René Dreifuss[321], os interesses econômicos dos capitais multinacionais ou dos de origem local associados à burguesia estrangeira foram garantidos, em grande medida, devido às novas e diversificadas formas de inserção dos empresários na política brasileira. A organicidade das classes dominantes nas décadas de 1950 e 1960 passou a ser consubstanciada a partir de entidades privadas tais como os conselhos consultivos de ordem "técnica", como o Consórcio Brasileiro de Produtividade (CBP) e a Sociedade Civil de Planejamento e Consultas Técnicas Ltda. (Consultec); além de órgãos de articulação político-institucional e irradiação ideológica, como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES). No caso do ramo petrolífero, foi criado o Instituto Brasileiro do Petróleo (IBP), em 1957, entidade construída pela Petrobras e por membros do empresariado local e estrangeiro, que expressavam fomentar a pesquisa e desenvolvimento no setor petrolífero, mas que, de fato, mobilizaram o Instituto como um disseminador de uma certa pedagogia da dominação burguesa no setor[322]. Naquele período, houve também o estabelecimento das "associações industriais paralelas"[323] [324], agrupamento que abarcava entidades como a ABDIB, que será abordada de forma mais aprofundada adiante.

No bojo de criação das organizações empresariais de ação coletiva acima elencadas, foram criados os Grupos Executivos na estrutura do Estado, robustecendo significativamente a validação política dos interesses do empresariado multinacional e associado. Esses grupos, criados na gestão JK, eram compostos por diretores de empresas privadas, empresários com qualificação profissional, militares e demais agentes estatais, viabilizando, assim, um canal

[320] MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado e Economia no Brasil*... op. cit. pp. 50-51.

[321] DREIFUSS, René Armand. *1964*: a conquista do Estado... op. cit. p. 71.

[322] Sobre as relações entre o IBP e as classes dominantes naquele momento, ver: SIQUEIRA, Thiago Vasquinho. *Petróleo e poder*: as estratégias do partido do ouro negro no Brasil (1957-1997). Tese de doutorado em Educação. Rio de Janeiro: UFRJ, 2021; SIQUEIRA, Thiago Vasquinho. A pedagogia política da burguesia do petróleo na ditadura e as entranhas do tripé da industrialização. *Revista Germinal*: marxismo e educação em debate, v. 16, n.1, p. 341-363, 2024.

[323] O termo é de LEOPOLDI, Maria Antonieta P. *Política e interesses*... op. cit. p. 88.

[324] cf. DREIFUSS, René Armand. *1964*: a conquista do Estado... op. cit.

institucional mais direto para os entes envolvidos delinearem as diretrizes governamentais. Sob a chancela ideológica embasada em uma suposta "racionalidade técnica", aquelas frações sociais foram proficientes em fazer valer os seus intentos particulares à revelia das estruturas de representação partidária e social do regime[325].

Essas reestruturações dos aparatos privados de hegemonia da burguesia se inseriram no quadro de reorganização da ação política do empresariado ocorrida sobretudo a partir do governo JK. Na entrada da década de 1950, o modelo organizacional dos representantes da indústria formado nos anos de 1940 estava em crise. Segundo Maria Antonieta Leopoldi[326], essa crise se manifestava em pelo menos três frentes.

A primeira delas consistiu na maior centralidade política conquistada pela Fiesp em detrimento da Confederação Nacional das Indústrias (CNI). No segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954) e de JK (1956-1960), empresários industriais paulistas como Jorge Rezende, da indústria de máquinas, Ramiz Gattás, da indústria de autopeças, e Villares, do segmento de aço, foram alguns dos principais representantes do segmento nas instâncias governamentais. Cabe destacar, ainda, que a marginalização da CNI da cena política foi intensificada pelas acusações de que o seu presidente entre 1938 e 1954, Euvaldo Lodi, esteve envolvido no atentado na rua Tonelero, em agosto de 1954, perpetrado contra Carlos Lacerda, que culminou na morte do major-aviador Rubens Florentino Vaz e contribuiu para o avanço da oposição em prol da deposição de Vargas[327].

Conforme destacado anteriormente, é válido sublinhar que, na década de 1950, os agentes mais "tradicionais" da Fiesp, como Morvan Dias Figueiredo e Armando de Arruda Pereira, que estiveram próximos do governo Vargas, foram dividindo espaço na entidade com uma nova geração, os "cadetes", mais atrelados aos capitais estrangeiros. Esses novos atores passaram a ocupar cadeiras em muitos desses novos canais institucionais do Estado restrito criados no governo JK[328].

A segunda consequência da crise do modelo representativo da indústria da década de 1940 foi a reorganização dos Centros Industriais do Rio de Janeiro e de São Paulo.

[325] DREIFUSS, René Armand. *1964*: a conquista do Estado... op. cit. pp. 34-35.

[326] LEOPOLDI, Maria Antonieta P. *Política e interesses*... op. cit. pp. 88-89.

[327] TAVARES, Anderson. *O Estado ampliado*: formas de representação do setor industrial e o capitalismo brasileiro (1955-1962). Dissertação de mestrado em História. Niterói: UFF, 2014. pp. 88-89.

[328] cf. LEOPOLDI, Maria Antonieta. O difícil caminho do meio... op. cit. pp. 161-164.

Desmobilizados desde os anos iniciais da década de 1940, esses espaços organizativos passaram a se rearranjar na década de 1950. No decurso deste decênio e no início dos anos de 1960, agentes que pertenciam àqueles Centros passaram a atuar junto a agrupamentos golpistas mobilizados em torno de aparatos como o IBAD, a Ação Democrática Popular (Adep) e o IPES.

Por fim, a crise organizacional do empresariado industrial foi acompanhada pelo surgimento daquilo que Maria A. Leopoldi[329] denominou de "associações paralelas". Nesse processo, o empresariado industrial se aproveitou das disposições estabelecidas pelo Decreto 2.381/1940 para sofisticar a sua ação coletiva. Aquela disposição legal assegurava uma dupla possibilidade de mobilização política por parte das burguesias. Era, assim, assegurado tanto a manutenção da estrutura corporativa de suas organizações, submetida ao Estado - como os sindicatos, Federações e Confederações – quanto a possibilidade de fundarem organismos de representação de classe de caráter privado.

Como assevera Anderson Tavares[330], "na prática, uma mesma entidade patronal poderia cumprir os papéis de elaborar os planos da burguesia de maneira autônoma, agregando outras associações e entidades, e de defender seus interesses "corporativos", isto é, de grupo, no interior do Estado". Indispensável salientar que esse duplo caráter organizativo não foi permitido às instituições representativas dos trabalhadores, que ficaram legalmente circunscritas à atuação corporativista.

Além dessa maior autonomia frente ao Estado, as "associações paralelas" também foram disseminadas devido à simetria decisória que caracterizava a organização das entidades de cúpula, como a CNI e a Fiesp. Nesses organismos os sindicatos e Federações que representavam eixos industriais com baixa participação no produto de determinado estado tinha o mesmo peso de voto que as organizações sindicais das empresas de produção mais expressiva.

A simetria decisória em tais entidades implicava a neutralização da possibilidade de uma ação proeminente nesses órgãos por parte das organizações representativas das empresas dos ramos elétrico e automobilístico, que contavam com elevado porte financeiro. Ou seja, a paridade de voto nas entidades de cúpula induziu as corporações que gozavam de maior nível

[329] LEOPOLDI, Maria Antonieta P. *Política e interesses*... op. cit. pp. 88-89.

[330] TAVARES, Anderson. *O Estado ampliado*... op. cit. p. 66.

de concentração de capitais a mobilizarem-se politicamente nas Associações seccionais, de modo a ter maior poderio setorial em termos de organização política[331].

Assim, ao lado dos sindicatos e demais formas de organização oficiais, atreladas ao Estado, o empresariado passou a expandir entidades privadas que lhes permitia, ao mesmo tempo, agir com maior independência e concentrar as empresas de maior porte. Nesse processo, foram criados organismos como a Associação da Indústria de Autopeças (1951), que instituiu, em seguida, o Sindicato Nacional de Componentes para Veículos Automotores (Sindipeças); a ABDIB (1955); a Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee) (1963), dentre outras.

Os primeiros anos da Petrobras favoreceram diretamente o fomento da consistência organizativa das empresas que atuavam em torno da indústria de base. Proibida de criar uma subsidiária para produzir equipamentos, a estatal articulou o setor privado para essa finalidade. É válido ressaltar dois aspectos nesse sentido. O primeiro é a criação da Comissão da Indústria Pesada (Cinpe), engajada pelo então presidente da Petrobras, Arthur Levy, que constituiu o primeiro órgão do Estado voltado para o tratamento de problemas específicos da indústria de bens de capital. O segundo fator foi o incentivo da Petrobras para a criação da Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Indústria de Base (ABDIB), formada em 1955, estímulo esse relacionado à política de nacionalização de equipamentos iniciada pelo CNP. Nas palavras de Carmen Alveal Contreras[332]:

> [...] ao patrocinar a fundação da ABDIB, a liderança da Petrobras se inscreveu entre os atores pioneiros a incentivar o processo de formação de estruturas de representação extracorporativas. Esse processo ganharia ampla dimensão sobretudo após 1964, em particular no meio empresarial.

As raízes do surgimento da ABDIB, porém, antecedem o nascimento da própria Petrobras. Em 1951, o engenheiro Plínio Reis Cantanhede, então presidente do CNP, reuniu um grupo de empresários do ramo industrial paulista para verificar as possibilidades de fornecimento de máquinas e equipamentos para a refinaria de Mataripe, inaugurada no ano anterior. O presidente da Máquinas Piratininga, Jorge de Sousa Rezende, organizou um grupo com sete indústrias, para fazer o estudo, e os resultados apontavam a incapacidade de tais firmas

[331] LOUREIRO, Felipe P. *Empresários, trabalhadores e grupos de interesse*: a política econômica nos governos Jânio Quadros e João Goulart, 1961-1964. Tese de doutorado em História Econômica. São Paulo: USP, 2012. pp. 70-71.

[332] ALVEAL CONTRERAS, Edelmira del Carmen. *Os desbravadores*... op. cit. p. 76.

fornecerem os materiais necessários para a refinaria. O agrupamento era composto pelas seguintes empresas: Bardella, Aço Villares, Cobrasma, Cavallari, Dedini, Fichet-Schwatz Hautmont, além da própria Máquinas Piratininga.

Nos anos subsequentes, alguns desses empresários decidiram reunir recursos de diversas indústrias a fim de, coletivamente, angariar os quesitos necessários para habilitar tais firmas a fornecerem equipamentos para as refinarias de petróleo do país[333]. Foi assim que, em 1955, foi criada a ABDIB, direcionando suas mobilizações sobretudo para o ramo petrolífero[334].

No bojo do abandono das políticas de estabilização monetária por parte do governo JK, arranjo econômico que estava em consonância com as diretrizes do Fundo Monetário Internacional (FMI), as articulações entre a ABDIB e o Sindicato das Indústrias de Máquinas do Estado de São Paulo (SIMESP) induziu a criação do Grupo Executivo da Indústria de Material Pesado (GEIMAPE) no seio do Executivo, através do decreto 46.753, de 26 de agosto de 1959. A medida significou uma tentativa de intensificar a expansão industrial por parte das instâncias estatais, sendo acompanhada pela substituição de Lucas Lopes por Sebastião Paes de Almeida no Ministério da Fazenda e de Roberto Campos por Lúcio Meira no BNDES[335].

As medidas de incentivo no âmbito do GEIMAPE eram suportadas principalmente pelo direcionamento de créditos ao setor, concomitante a medidas aduaneiras de proteção. A entidade era presidida por Lúcio Meira e composta por representantes do BNDES, da SUMOC, da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (CACEX), Carteira de Câmbio, do Conselho de Política Aduaneira (CPA), do Ministério da Guerra, da Petrobras e da ABDIB. A participação da ABDIB no GEIMAPE era permanente, fato que constituía um ineditismo, visto que os representantes privados dos demais Grupos Executivos eram convocados de forma

[333] Os fundadores da Associação foram os representantes das empresas Cavallari (caldeiraria e mecânica fina), Dedini (equipamentos para a agroindústria de açúcar e álcool), Jorge de SouzaResende – Máquinas Piratininga (equipamentos para as indústrias de algodão e mandioca), Cobrasma (fabricante de vagões), Bardella (caldeiras e guindastes) e Villares (equipamentos médicos e pesados). As três últimas empresas estiveram diretamente ligadas às políticas de fomento à indústria durante a presidência de Ernesto Geisel. Ver: ALVEAL CONTRERAS, Edelmira del Carmen. *Os desbravadores*... op. cit. p. 76.

[334] ABREU, Alzira Alves de; LOURENÇO NETO, Sydenham. Verbete: Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústria de Base. *In: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da FGV. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Disponível em: https://bit.ly/3HDpRsL. Acesso em: 30/01/2024.

[335] TAVARES, Anderson. *O Estado ampliado*... op. cit. p. 139.

provisória, através do conselho consultivo[336]. O SIMESP também teve ascendência significativa nos rumos do GEIMAPE.

Como demonstra Anderson Tavares[337], em um primeiro momento, representantes das empresas que compunham a ABDIB e o GEIMAPE tiveram papel importante no direcionamento de máquinas e equipamentos para o setor de papel e celulose. Em relação à indústria petrolífera, a ABDIB atuou como pivô na indicação de indústrias para a construção das refinarias da Petrobras. A entidade foi responsável por viabilizar 20% dos equipamentos utilizados para a expansão da Refinaria Landulpho Alves (RLAM-BA), além de atuar na construção da Refinaria de Duque de Caxias (Reduc-RJ), que foi inaugurada em 1961[338].

Esse processo de expansão da Petrobras, para além da RLAM e REDUC, foi somado ao seu avanço produtivo. Em 1961, a estatal bateu a meta de auferir a auto-suficiência na produção de derivados, como aqui já destacado. Além disso, a descoberta de novos campos como o de Carmópolis (SE), em 1963, robusteceu o potencial produtivo da petrolífera[339].

Ao assumir a presidência da República, JK delegou o tenente-coronel Janary Nunes para o comando da Petrobras, que teve papel de destaque no intenso desempenho produtivo da estatal no período. O militar passou a ter maior visibilidade e apoio no meio político, dentre outros fatores, por ter superado as metas estipuladas. Em 1958, dos 40.000 barris/dia prometidos, a empresa produziu 60.000 barris/dia, partindo de 6.977 barris/dia em 1956[340].

A ABDIB reunia as principais indústrias que passaram a compassar, de forma direta, a sua dinâmica de acumulação junto aos negócios da Petrobras. O aumento da produtividade ou a intensificação produtiva da estatal aumentava a demanda por máquinas e equipamentos e, nesses movimentos, a ABDIB se articulava para inserir as empresas a ela associadas para serem as fornecedoras dos materiais.

---

[336] TAVARES, Anderson. *O Estado ampliado*... op. cit. p. 141.

[337] TAVARES, Anderson. *O Estado ampliado*... op. cit. pp. 138-153.

[338] TAVARES, Anderson. *O Estado ampliado*... op. cit. p. 143.

[339] MOURA, Mariluce. *Petrobras 50 anos*... op. cit.

[340] ALVEAL CONTRERAS, Edelmira del Carmen. *Os desbravadores*... op. cit. p. 78.

Figura 1 - Diretoria da ABDIB eleita em 1959

Membros	Cargo	Principais Ligações e Empresas.
Jorge de Souza Rezende	Presidente	Máquinas Piratininga
Alberto Pereira de Castro	Vice-Presidente	Cia Bras. de Material Ferroviário Cobrasma
Otton Barcelos	1°Secretário	Fábrica Nacional de Vagões S.A.
Louis Pierre Raymond Daegent	2°Secretário	Mecânica Pesada S.A.
Aldo Bardella	1°Tesoureiro	Bardella S.A. Inds Mecânicas
José Assis Ribeiro	2°Tesoureiro	General Electric S.A.

Conselho Consultivo ABDIB 1959:
Cia Bras. De Constr. Fichet & Schwartz-Hautmont; Ibesa Indústria Brasileira de Embalagens S.A.; Indústria Mecânica Cavallari S.A.; Aços Villares S.A., S.A. White Martins, Arno S.A. Indústria e Comércio, Babcock & Wilcox (Caldeiras) S.A., Indústria Elétrica Brown Boveri S.A., Laminação Nacional de Metais S.A., M. Dedini S.A. Metalurgica, Companhia Siderúrgica Nacional e Sanson Vasconcellos Comércio e Indústria de Ferro S.A.

Fonte: Revista da Indústria Automobilística, n. 9, jun/1959, p. 19 apud TAVARES, Anderson. *O Estado Ampliado*... op. cit. p. 144.

Como pode-se perceber a partir da *Figura 1*, o corpo diretivo e o conselho consultivo da ABDIB eram compostos por agentes vinculados a grandes indústrias do segmento. Na entidade estavam representadas tanto empresas de origem local, como a Aço Villares S.A. e a Bardella S.A. Inds. Mecânicas quanto grupos estrangeiros, como a sueca Brown Bovery S.A. e a estadunidense General Electric S.A.

Ao longo de sua atuação, os representantes da ABDIB foram diversificando os ramos da economia pelos quais seus produtos foram sendo destinados. Porém, como aqui já destacado, muitas das empresas pertencentes à entidade forneciam máquinas e equipamentos diretamente para os setores petrolífero e petroquímico. Considerando apenas a diretoria da ABDIB disposta na *Figura 1*, frisando como exemplo o anuário de 1974 da entidade, é possível perceber que todas as empresas representadas no corpo diretivo eram ou viriam a ser grandes fornecedoras de mercadorias para a Petrobras, com exceção da Fábrica Nacional de Vagões[341]. A Piratininga fornecia materiais como misturadores para petróleo bruto; a Cobrasma, tubulações, reatores, coluna de destilação etc.; a Bardella, motores elétricos; a Mecânica Pesada, trocadores de calor, coluna de destilação e outros.; e a General Electric fornecia motores, transformadores etc.[342].

[341] No processo de construção do golpe de 1964, muitos dos componentes do alto escalão da ABDIB (figura 1) viriam apoiar ou fazer parte de entidades que atuaram para a derrocada de João Goulart, como o IPES, que teria o próprio Jorge Rezende como componente. Com o estabelecimento da ditadura, representantes das empresas que compunham a Associação não apenas atuavam exercendo pressão para que as políticas governamentais lhes beneficiassem, mas passaram a atuar direta e oficialmente em entidades do Estado restrito, como será abordado adiante.

[342] Anuário ABDIB, 1974. pp. 27-29.

Importante destacar que, embora as empresas que integrassem a ABDIB tivessem proprietários locais, muitas delas eram associadas ao capital estrangeiro. Isso fica evidente em ofício de 19 de agosto de 1960 assinado por João Cavallari, então presidente do Grupo de Trabalho de Máquinas e Assessórios para a Indústria de Papel e Celulose, e por Einar Kok, presidente do SIMESP. No documento, os *tecno-empresário*s realçam que o crescimento das empresas atuantes na indústria de base e correlatas naquele momento teve os investimentos e associação com as firmas internacionais como condição necessária[343].

Foram diversas as diretrizes do Estado direcionadas a ampliar os negócios do segmento empresarial atuante no ramo de máquinas e equipamentos. O relatório dos Grupos Executivos e de Trabalho analisados por Anderson Tavares destacam que o GEIMAPE formulou uma série de projetos de lei e decretos enviados diretamente para a aprovação da presidência da República. Dentre as propostas, destaca-se a Mensagem nº 163, de 18 de maio de 1960, que conquistou isenção de 4 anos nos impostos de importação de materiais destinados à indústria da mecânica pesada que não tivessem similar nacional.

Também foram instituídas diretrizes básicas para a "racionalização, instalação ou ampliação" da indústria de mecânica pesada. As diretrizes estabelecidas pelo GEIMAPE consolidadas em forma de decreto foram as seguintes:

> - preferência, nas aquisições feitas por entidades governamentais, paraestatais, autárquicas, sociedades de economia mista e empresas concessionárias de serviços públicos, para os materiais de fabricação nacional ou para os que apresentem menor conteúdo de partes ou componentes de importação;
>
> - proibição da concessão de favores fiscais ou cambiais nas importações de equipamento ou acessórios que possam ser produzidos no País;
>
> - concessão de financiamentos e subscrição de ações por parte de entidades oficiais de natureza bancária;
>
> - classificação dos empreendimentos como essenciais ao processo do desenvolvimento econômico ou à segurança nacional e de relevante interesse para a economia nacional[344].

No início dos anos de 1960, já era possível perceber que a ABDIB tinha uma forte ascendência na determinação das diretrizes das políticas estatais de modo geral, e da Petrobras

[343] TAVARES, Anderson. *O Estado ampliado*... op. cit. p. 145.

[344] Relatório sobre os Grupos Executivos e de Trabalho. Conselho de Desenvolvimento. Rio de Janeiro, 1960. pp. 31-34 apud TAVARES, Anderson. *O Estado Ampliado*... op. cit. p. 152.

de forma específica. As indústrias inseridas na entidade contavam com um grau considerável de concentração de capitais e eram, em grande medida, associadas ao empresariado estrangeiro.

Em suma, as mobilizações da ABDIB no governo JK e a garantia de políticas de proteção e investimentos a empresas a ela associadas foram algumas das primeiras medidas que traduziram e fortaleceram a ação política da entidade. A partir de então, a Associação passou a ser o principal aparato privado de hegemonia a combinar a dinâmica de atuação de suas indústrias às atividades centrais da Petrobras (exploração de petróleo, petroquímica e refino).

Os elementos dispostos nesta subseção demonstram que os primeiros anos da Petrobras foram desenvolvidos de forma orgânica aos negócios da burguesia industrial, com destaque para as empresas produtoras de máquinas e equipamentos. Ao longo da ditadura, como poder-se-á perceber no capítulo seguinte, as inter-relações entre a estatal do petróleo e o empresariado privado foram intensificadas, tendo primazia um outro segmento da indústria de base, a petroquímica.

Para além das mobilizações relacionadas às medidas econômicas *stricto sensu,* aqui elencadas, um elemento de ordem ideológica chamou a atenção na abordagem realizada nesta subseção. Conforme disposto nas diretrizes do GEIMAPE transformadas em decreto, citadas diretamente acima, é possível perceber, no último item, o enaltecimento da indústria da mecânica pesada não apenas para o "desenvolvimento econômico", mas também para a "segurança nacional". Esse posicionamento está imerso nos princípios da Doutrina de Segurança Nacional aqui já destacados e reflete um movimento mais amplo caracterizado pela organização de parcelas expressivas do empresariado em torno da contrarrevolução preventiva. A aliança entre empresários industriais e militares, inclusive, foi uma marca da virada da década de 1950 para a de 1960. Na próxima subseção, será destacado como que a mobilização reacionária da burguesia e frações castrenses foi sendo gradativamente acentuada a partir do final do governo de JK, tendo consequências diretas no futuro da Petrobras.

2.6 – A crise da Quarta República e o triunfo da Doutrina de Segurança Nacional: a Petrobras como um dínamo da contrarrevolução preventiva (1961-1964)

A Escola Superior de Guerra (ESG) significou a fundação de um polo irradiador da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) pela política brasileira. Na virada da década de 1950 para a de 1960, uma série de levantes, revoluções e organizações de movimentos da esquerda

pelo mundo serviram de pretexto para que frações da burguesia e das Forças Armadas brasileiras acirrassem as suas articulações em torno do anticomunismo e da contrarrevolução preventiva. Ao mesmo tempo, as classes trabalhadoras urbanas angariavam novas formas de organização, de modo a amplificar a sua força política e tensionar as medidas do Estado em prol de seus interesses.

Esse conjunto de elementos não apenas teve desdobramentos na Petrobras e na correlação de forças em seu entorno, como também teve a direção inversa. Ou seja, a Petrobras foi mobilizada pelo governo de João Goulart e pelas classes trabalhadoras como ferramenta para repelir capitais estrangeiros e também como símbolo do nacionalismo popular, endossado como garantia de maiores direitos ao operariado[345].

Este subcapítulo tem o objetivo de analisar as mobilizações empresariais e militares em torno da Petrobras em um período no qual as políticas petrolíferas estiveram no cerno da crise do "populismo". Para isso, na primeira parte será apresentada a aliança reacionária enlaçada entre segmentos castrenses e parcela da burguesia industrial a partir do final da década de 1950. Em seguida, serão elencados alguns episódios de modo a ilustrar o acirramento da luta de classes no período. Por fim, serão apresentadas as reações militares e empresariais acerca de algumas medidas do governo João Goulart para o campo petrolífero, com destaque para a encampação das refinarias privadas. O intuito dessa etapa da tese é evidenciar que as relações sociais em torno da Petrobras constituíram um dos vetores da contrarrevolução preventiva que desembocou no golpe de 1964.

2.6.1 – O alastramento da contrarrevolução nas Forças Armadas e o estreitamento da aliança empresarial-militar

O anticomunismo, que já era uma pauta que circulava entre as instâncias das Forças Armadas desde pelo menos os anos de 1940, foi severamente amplificado na virada da década de 1950 para a de 1960. O agravamento desse processo, que galvanizou uma postura reacionária e contrarrevolucionária em parte do corpo castrense, esteve vinculado a uma miríade de fenômenos, os quais pode-se dividir em, pelo menos, dois agrupamentos.

[345] A mobilização da questão nacional pelos operários da Petrobras e pelas classes trabalhadoras em geral como ferramenta política e de conquista de direitos no início dos anos de 1960 é uma das linhas argumentativas presentes na tese de doutorado de Alex Ivo: IVO, Alex. *O sindicalismo petroleiro e a questão nacional*... op. cit.

O primeiro deles consiste em uma série de fatores exógenos, atinentes à Guerra Fria, relacionados à erosão dos impérios coloniais. Esse conjunto de fenômenos, que ameaçava a hegemonia estadunidense, foi caracterizado pela emergência de movimentos de libertação nacional por diversos países da periferia capitalista, muitos deles de orientação socialista. Nota-se diversos casos marcantes nesse sentido, como o alcance da autonomia política da Índia (1947); a revolução camponesa na China (1949); a perda de territórios franceses na Indochina (1954); o início dos movimentos descolonizadores na Argélia (1954); a mobilização dos movimentos de libertação nas colônias portuguesas, com início da luta armada em 1961; assim como a conquista da independência de 25 países africanos na primeira metade dos anos de 1960[346]. Um dos eventos internacionais de maior impacto no que tange ao aprofundamento da contrarrevolução preventiva no Brasil foi a Revolução Cubana, de 1959.

O segundo fator que instigou o recrudescimento da contrarrevolução preventiva foi de ordem interna e esteve atrelado à eclosão de movimentos e organizações de cunho popular pelo país. Destaca-se, por exemplo, o surgimento da Sociedade Agrária e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco (SAPP), também conhecida como Ligas Camponesas (1955); as criações do Partido Comunista do Brasil (1961), do Comando Geral dos Trabalhadores (1962), da Ação Popular (1962), dentre outros. No que se refere ao segmento petrolífero, em 1957 foi criado o Sindicato dos Trabalhadores de Extração de Petróleo da Bahia (STIEP) e, em 1959, foi fundado o Sindicato dos Petroleiros no Refino (Sindipetro), a partir do processo de expansão da refinaria de Mataripe (RLAM)[347].

Esses dois componentes vieram a se somar, no início dos anos de 1960, ao cenário de crise econômica e a escalada de políticas que contemplavam intentos do campo nacionalista popular, como a Política Externa Independente e as reformas de base de João Goulart. Todo esse quadro foi um contributo fundamental para instigar as mobilizações "anticomunistas preventivas" por parte dos militares afinados à DSN, tendo fortes impactos nas lutas políticas ocorridas no interior da Petrobras, como será possível perceber adiante.

É nesse contexto da virada da década de 1950 para a de 1960 que é possível perceber uma reconfiguração doutrinária em parcelas importantes das Forças Armadas. A DSN, que

[346] NETTO, José Paulo. *Pequena história da ditadura brasileira* (1964-1985). São Paulo, SP: Cortez Editora, 2014. p. 35.

[347] Informações retiradas no sítio oficial do Sindipetro Bahia: http://www.sindipetroba.org.br/2019/o-sindicato/historia/. Acesso em: 01/09/2022.

tinha forte influência do pensamento militar norte-americano, foi sobreposta pela "doutrina francesa" ou "doutrina da guerra revolucionária". A introdução desse ideário e dessa prática dissuasória se deu a partir do intercâmbio entre militares de países da América do Sul - sendo a Argentina a pioneira - e o pensamento militar francês. Esse fundamento castrense foi originado nas guerras de independência na Indochina (1946-1954) e na Argélia (1954-1962), onde os movimentos populares de libertação nacional lutaram (e venceram) o colonialismo da França em seus respectivos países. Como destaca João Roberto Martins Filho, "trata-se [...] de uma doutrina que extraía seu nome do fenômeno que visava combater – a *guerra revolucionária*" [348].

Com o intuito de eliminar a "subversão comunista", a principal característica da doutrina da guerra revolucionária era conceber o conflito sem distinção entre meios militares e não militares. Ou seja, o enfrentamento combinava elementos políticos, ideológicos e operações bélicas, sendo o recurso às armas colocado no final, ao invés do início, do combate. Ademais, o controle das informações e mecanismos de ação psicológica também eram acoplados à doutrina[349].

A visão geral da doutrina da guerra revolucionária percebia que, na América Latina, não prevalecia a noção de guerra total, ancorada na disputa atômica, priorizada pelos países centrais. O conflito a ser empreendido pelas forças militares e sociais na região deveria ser aquele direcionado à eliminação física, política e/ou psicológica dos "inimigos internos".

No Brasil, a doutrina francesa começou a ser ventilada nas Forças Armadas em 1959, a partir de uma conferência ministrada pelo coronel Augusto Fragoso, na ESG, evento que seria reiterado e ampliado no ano seguinte. Nessas duas ocasiões, o coronel traçou uma diferenciação entre guerra insurrecional e guerra revolucionária, sendo a primeira caracterizada por seu caráter mais "empírico", sem grandes elucubrações teóricas, além de se restringir a um só país. Já a guerra revolucionária, que era aquela que supostamente acometia o Brasil, aspirava a "conquista do mundo" e era assentada na doutrina marxista leninista.

Vale sublinhar que, na mesma conferência, o coronel Augusto Fragoso destacou que a guerra interna tinha duas etapas, a revolucionária, que seria a tomada violenta do poder, e a sua predecessora, a pré-revolucionária, ou clandestina, que era considerada mais perigosa, uma

[348] MARTINS FILHO, João R. A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 23, n. 67, p. 39-50, 2008. p. 42. Grifos do autor.

[349] MARTINS FILHO, João R. A influência doutrinária francesa... op. cit. pp. 40-42.

vez que nessa fase as instituições estavam despreparadas para enfrentar a ameaça "subversiva". Para o cel. Fragoso, no final dos anos de 1950 já era possível identificar que o país estava na fase pré-revolucionária, haja vista que a estratégia pacifista do Partido Comunista (PCB) seria a antessala da revolução violenta. Na perspectiva do militar, o PCB buscava arregimentar o movimento "nacionalista" para instaurar a revolução. Na mesma ocasião, Fragoso realçou que a democracia era incapaz de viabilizar uma contraposição "enérgica" e "preventiva" aos movimentos "subversivos", devido aos "abusos de liberdades" que aquele regime propiciava[350].

O recrudescimento do anticomunismo nas Forças Armadas é analisado de forma detalhada por Renato Lemos[351], que assenta as suas análises em documentos da Marinha e de outros órgãos das Forças Armadas. Alguns episódios ocorridos entre o final da década de 1950 e os anos iniciais de 1960 expressam com nitidez que, naquele momento, já havia uma ampla disseminação de uma conduta contrarrevolucionária preventiva, calcada nos princípios da DSN, no seio da corporação castrense.

Em 1959, o então chefe do Estado Maior das Forças Armadas (Emfa), general Edgar Amaral, enviou um documento para a Secretaria do Conselho de Segurança Nacional solicitando informações sobre a "situação do comunismo no Brasil". Além disso, o oficial também pediu estudos ou plano "habilitando o Governo e as autoridades civis e militares a agir coordenadamente na prevenção ou repressão de qualquer subversão de caráter comunista ou de perturbação da ordem Interna"[352]. Além disso, Lemos destaca trechos do Relatório do Emfa de 1961 que explana que a entidade "desenvolveu estudo sobre a conceituação de guerra revolucionária, guerra insurrecional etc. [...]", além de ter elaborado "parecer sobre o Programa para o Ciclo de Estudos de Guerra Revolucionária"[353].

No início dos anos de 1960, é possível notabilizar a disseminação da doutrina francesa nos cursos de formação de oficiais. Como destaca João Roberto Martins Filho, em 1961 o general Cordeiro de Farias, chefe do Emfa, aprovou a conceituação de "guerra insurrecional",

[350] MARTINS FILHO, João R. A influência doutrinária francesa... op. cit. pp. 43-44.

[351] LEMOS, Renato L. do C. A aliança empresarial-militar no Brasil: anticomunismo e segurança nacional (1949-1964). In: CAMPOS, Pedro H. P.; BRANDÃO, Rafael V. da M.; LEMOS, Renato L. do C. *Empresariado e ditadura no Brasil*. 1 ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2020. p. 512.

[352] apud LEMOS, Renato L. do C. A aliança empresarial-militar no Brasil... op. cit. pp. 241-242.

[353] apud LEMOS, Renato L. do C. A aliança empresarial-militar no Brasil... op. cit. p. 242.

"guerra revolucionária", "guerra subversiva", "guerra psicológica" e de "guerra fria" como elementos a serem abarcados na formação ideológica e no comando das Forças Armadas[354].

Tais episódios indicam que, àquela altura, a DSN não era mais um elemento restrito aos cercos de treinamento da ESG, mas estava em vias de fazer parte do *modus operandi* do cerne da máquina militar. É importante destacar, no entanto, que, apesar de significativa adesão, a DSN não foi apreendida unívoca e linearmente pelo conjunto da Forças Armadas. Um exemplo emblemático foi a Campanha da Legalidade, de 1961. Organizada pelo então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, com o apoio fundamental do III Exército, o movimento garantiu a derrubada dos vetos dos ministros das Forças Armadas e viabilizou a posse presidencial de João Goulart após a renúncia de Jânio Quadros.

Esse processo de insuflamento do anticomunismo em parcela das Forças Armadas brasileiras antes da ditadura ocorreu em duas direções. A primeira foi de ordem interna à corporação, caracterizada pelo espraiamento sistematizado de punições e perseguições a membros da corporação tidos como comunistas. Exemplo disso foi a prisão de 1000 militares na década de 1950, no bojo da Campanha do Petróleo e dos embates no Clube Militar[355].

A segunda direção pode ser notada a partir das mobilizações de oficiais para além da circunscrição da corporação castrense. As alas militares anticomunistas passaram a se organizar de forma estreita a políticos e empresários, de modo a afinar e disseminar os preceitos da DSN.

Um dos principais aparatos mobilizados nesse sentido foi o complexo anticomunista que reunia o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES)[356]. Esses *think tanks* eram compostos fundamentalmente por empresários vinculados aos capitais estrangeiros e por militares pertencentes à ESG, tendo aporte e ligações com órgãos estadunidenses, como a Central Intelligence Agency (CIA). Através do financiamento de campanhas políticas, da articulação conspiratória em prol do golpe e da profusão de seu ideário pelos meios midiáticos, tais entidades atuaram ativamente contra as mobilizações sociais e as políticas de reformas propostas por João Goulart[357].

No que tange ao empresariado, esse tipo de movimento de viés reacionário ocorreu devido ao fato de o nacionalismo popular não ter mais aderência no meio empresarial a partir

[354] MARTINS FILHO, João R. A influência doutrinária francesa... op. cit. p. 44.

[355] LEMOS, Renato L. do C. A aliança empresarial-militar no Brasil... op. cit. p. 238, nota 86.

[356] O IBAD foi criado em 1959 e o IPES em 1961.

[357] cf. DREIFUSS, René Armand. *1964*: a conquista do Estado... op. cit.

dos anos finais da década de 1950. Essa inflexão ocorreu pois o aceno às "massas" propalado pelas políticas de matiz popular, sobretudo durante o último governo Vargas (1951-1954), desencadeara um incremento na ação coletiva dos trabalhadores. Esse fator e o acirramento da luta de classes no Brasil nos anos iniciais da década de 1960 estimularam a consolidação de uma sólida associação entre segmentos militares e setores da burguesia.

Junto ao complexo IPES/IBAD, uma das entidades de maior destaque para selar a aliança entre militares e empresários foi a Fiesp. Pelo menos desde 1961 a entidade era incentivada pela caserna a adaptar a indústria paulista para a defesa da *segurança nacional*[358]. Em 1963, a Federação também foi informalmente articulada junto a oficiais castrenses e ao governo paulista de Adhemar de Barros para fornecer armas e equipamentos militares aos golpistas de São Paulo. O estabelecimento dessa cooperação confluiu na formalização desse grupo após o golpe de 1964 no seio da Fiesp, sendo o mesmo denominado de "Grupo Permanente de Mobilização Industrial (GPMI)"[359].

Outro quesito importante para alicerçar a aliança entre empresários e militares no período foram as interações ocorridas no Fórum Roberto Simonsen. Criado pelo Centro Industrial do Estado de São Paulo (Ciesp) em 1948, a entidade foi concebida para incrementar a politização das pautas empresariais e também foi sendo, gradativamente, mobilizada para estreitar os laços entre os oficiais castrenses e os empresários da indústria[360].

Fundamentado na análise de Renato Raul Boschi[361], Renato Lemos[362] destaca que a maioria das pautas discutidas no Fórum Roberto Simonsen tendia a representar com grande fidelidade os pontos de vista das lideranças industriais de São Paulo. Nos anos iniciais da década de 1960, a ênfase na defesa da indústria brasileira contra o capital estrangeiro foi perdendo força no Fórum para uma discussão sobre segurança nacional e questões sobre a legislação social e politização dos trabalhadores. Os palestrantes daquele momento eram mais conservadores que os de outrora, condenavam a legislação do trabalho e mobilizavam o comunismo como um

[358] LEMOS, Renato L. do C. A aliança empresarial-militar no Brasil... op. cit. p. 237.

[359] cf. LEMOS, R. L. do C. N. e. O Grupo Permanente de Mobilização Industrial (GPMI) e o regime ditatorial no Brasil pós-1964. In: MARTINS, Mônica de S. N.; CAMPOS, Pedro H. P.; BRANDÃO, Rafael V. da M. *Política econômica nos anos de chumbo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

[360] LEMOS, Renato L. do C. A aliança empresarial-militar no Brasil... op. cit. p. 223.

[361] BOSCHI, Renato R. *Elites industriais e democracia* (Hegemonia burguesa e mudança política no Brasil). Rio De Janeiro: Graal, 1979.

[362] LEMOS, Renato L. do C. A aliança empresarial-militar no Brasil... op. cit. p. 223.

deturpador da sociedade ocidental cristã[363]. No capítulo seguinte, ficará evidente que a Federação patronal paulista passou a ser um dos principais componentes da base social da ditadura.

O recrudescimento da contrarrevolução preventiva aqui retratado, em um movimento composto por parcelas militares e empresariais, teve as políticas petrolíferas como um de seus vetores. A parte final deste capítulo é dedicada a analisar as mobilizações das classes dominantes frente às relações sociais que sustentaram o funcionamento da Petrobras durante o governo de João Goulart. Antes disso, no intuito de fornecer uma contextualização, será realizado um movimento de elencar alguns dos aspectos conjunturais que estiveram no cerne do recrudescimento da luta de classes nos primeiros anos da década de 1960.

2.6.2 – As reformas e mobilizações populares avançam, a contrarrevolução também

Jânio Quadros venceu a eleição presidencial de outubro de 1960 pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN), em uma coligação que reunia a UDN, o Partido Republicano (PR), o Partido Libertador (PL) e o Partido Democrata Cristão (PDC). Quadros teve 48,26% dos votos contra 32,94% angariado pelo general Henrique Teixeira Lott, que saíra pelo PSD e levou o segundo lugar. Àquela época, o vice-presidente também era eleito. Quem levou o posto foi João Goulart (PTB), que teve 41,63% dos votos, batendo o udenista Milton Campos, que conquistou 38,80% dos votos.

A candidatura de Jânio Quadros foi amparada por importantes segmentos da classe dominante. A Associação Comercial de São Paulo (ACSP), a Fiesp, o grupo Matarazzo, setores da indústria automobilística, José Ermírio de Moraes (Votorantin) e Moinho Santista foram os responsáveis por contribuir financeiramente pela candidatura[364].

Membros pertencentes ao bloco multinacional e associado, como aqueles integrantes da Sociedade Civil de Planejamento e Consultas Técnicas Ltda. (Consultec)[365], quadros do IBAD, da Fiesp e outras organizações empresariais passaram a ocupar cargos no Estado restrito

[363] LEMOS, Renato L. do C. A aliança empresarial-militar no Brasil... op. cit. pp. 224-225.

[364] DREIFUSS, René Armand. *1964*: a conquista do Estado... op. cit. p. 147. Nota de fim de capítulo nº 5.

[365] A Consultec também era conhecida como "Companhia Sul-Americana de Estudos Técnicos". A entidade era um escritório técnico que tinha conexões estreitas com o grupo de poder formado pelos interesses multinacionais/associado e dispunha de ampla penetração nos organismos formais do Estado. Cf. DREIFUSS, René Armand. *1964*: a conquista do Estado... op. cit. Especialmente o capítulo 3.

a partir da ascensão presidencial de Jânio Quadros. Além desses representantes, militares da ESG também foram inseridos em organismos do Estado naquele momento[366].

Jânio Quadros assumiu a presidência em janeiro de 1961 em meio a uma crise econômica que vinha sendo agudizada desde os anos finais do governo de Juscelino Kubitschek. A inflação escalonava, tendo alcançado o patamar acumulado de 14,15% naquele ano (índice IPC). No mesmo período, o déficit no balanço de pagamentos foi de cerca de US$ 420 milhões, sendo puxado, em grande medida, pelas remessas de lucro para o exterior. A dívida externa alcançava os US$ 3,4 bilhões, sendo que os primeiros compromissos deveriam ser saldados no início de 1962[367].

Conforme destacado anteriormente, desde o final da década de 1950 as classes subalternas expandiam as suas formas de mobilização e organização. Também data desse período uma maior contestação de certos aspectos da estrutura sindical vertical. Nos anos iniciais da década de 1960 esse movimento foi recrudescido, sendo a criação do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) - organização intersindical criada em agosto de 1962 por fora da legislação do trabalho corporativista – um dos episódios mais emblemáticos nesse sentido.

Como saída da crise pela qual o governo de Jânio Quadros estava imerso, setores do bloco nacionalista popular pleiteavam medidas como reforma agrária, barreiras à remessa de lucro para o exterior e uma política externa que aproximasse o Brasil de países do bloco soviético ou daqueles pertencentes às regiões da África e América Latina. Por outro lado, segmentos do bloco multinacional reclamavam políticas de austeridade econômica, como a liberação do câmbio, contenção de créditos e dos salários[368].

Em meio aos componentes do bloco civil-militar multinacional e associado passava a ser intensificada uma percepção que considerava inviável implementar os ajustes políticos e econômicos necessários em um regime "pluralista" com base eleitoral. O sistema político da época, como destaca Dreifuss[369], "apesar de restrito, era aberto a interesses e pressões conflitantes que, segundo a política comum do populismo, deviam ser parcialmente

[366] DREIFUSS, René Armand. *1964*: a conquista do Estado... op. cit. p. 127.

[367] MELO, Hildete P.; BASTOS, Carlos P.; ARAUJO, Victor L. A política macroeconômica e o reformismo social: impasses de um governo sitiado. In: ARAUJO, Victor L.; MATTOS, Fernando A. M. (orgs.). *A economia brasileira de Getúlio a Dilma* – novas interpretações. São Paulo: Hucitec, 2021. pp. 228-229.

[368] BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart*: as lutas sociais no Brasil (1961-1964). 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978a. p. 19.

[369] DREIFUSS, René Armand. *1964*: a conquista do Estado... op. cit. p. 129.

conciliados". O equilíbrio tortuoso que caracterizava o regime assentado na Constituição de 1946 passava a ser gradativamente intolerado por essa parcela da classe dominante.

Com a renúncia de Jânio Quadros em agosto de 1961, novamente uma mobilização castrense, capitaneada, sobretudo, pelos chefes das pastas militares – Odylio Denys (ministro da Guerra), Gabriel Grün Moss (ministro da Aeronáutica) e Sílvio Heck (ministro da Marinha) -, tentaram instituir um golpe de Estado, fazendo investidas para impedir o vice-presidente de assumir a chefia do Executivo. Devido às mobilizações sociais, como a aqui já mencionada Campanha da Legalidade, bem como as articulações de políticos "tradicionais", segmentos da burguesia industrial de médio porte e setores agrários do sul do país, foi garantida a assunção presidencial de João Goulart em setembro do mesmo ano. Goulart, porém, assumiu após um "golpe brando" instituído no sentido de estabelecer um regime parlamentarista, reduzindo o seu poderio. O presidencialismo só viria ser retomado em janeiro de 1963, após escolha popular através de referendo firmado no mesmo mês[370].

A tentativa de golpe, que fracassou, empenhada contra a assunção presidencial de João Goulart aprofundou os ressentimentos populares e contribuiu para a emergência de políticas que tinham um rumo "nacional-reformista". A luta de classes era recrudescida. As diretrizes do governo e as organizações dos trabalhadores acentuavam a sua contraposição ao bloco civil-militar multinacional e associado, em um contexto partidário em que cada vez mais parecia haver uma aproximação entre UDN e PSD[371].

Em 5 de julho de 1962, entidades organizativas dos trabalhadores, muitas delas de cunho extralegal, encamparam a primeira greve geral do país. O estopim das mobilizações estava relacionado aos entraves impostos pelo Legislativo aos nomes indicados por João Goulart para chefiar o Conselho de Ministros. No fundo, as articulações da parede eram estimuladas em contraposição a uma nova tentativa de golpe, denunciada por oficiais castrenses[372].

---

[370] Sobre o governo João Goulart e a luta de classes no Brasil, cf. BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart*... op. cit.; DREIFUSS, René Armand. *1964*: a conquista do Estado... op. cit. Especialmente o capítulo 4.

[371] DREIFUSS, René Armand. *1964*: a conquista do Estado... op. cit. p. 130.

[372] Cabe destacar que um dos oficiais a denunciar a existência de uma articulação conspiratória a fim de instituir uma ditadura naquele contexto foi o nacionalista Osvino Ferreira Alves, que veio a ser presidente da Petrobras entre janeiro e abril de 1964. cf. MELO, Demian. A primeira greve nacional da classe trabalhadora brasileira: 5 de julho de 1962. *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 8, n. 16, p. 131-147, jul./dez. 2016. p. 134.

A greve foi considerada vitoriosa pelos movimentos sindicais, tendo tido peso fundamental para a aprovação legislativa do novo nome indicado por João Goulart para encabeçar o Conselho de Ministros, o jurista Brochado da Rocha, do PSD[373]. Além disso, o movimento grevista também foi decisivo para que fosse aprovada a lei que instituiu o 13º salário, sancionada em 13 de julho de 1962[374].

João Goulart subiu à presidência com as reformas de base no centro de sua plataforma política. Essas reformas, que visavam instaurar renovações socioeconômicas de viés nacionalista popular nas áreas administrativa, agrária, constitucional, eleitoral, bancária, tributária e educacional, foram aprofundadas e levada como bandeira política com o retorno do presidencialismo, em janeiro de 1963.

O ápice da implementação das reformas de base foi o Comício da Central, realizado em 13 de março de 1964. Na ocasião, dentre outras medidas, João Goulart assinou o decreto da Superintendência da Política Agrária (SUPRA), que declarava que propriedades subutilizadas estavam sujeitas à desapropriação. O evento reuniu centenas de milhares de pessoas na Central do Brasil, na cidade do Rio de Janeiro.

As medidas relacionadas às reformas de base estiveram na esteira de outras políticas reformistas implementadas no governo João Goulart, como a lei de remessa de lucros, a valorização do salário mínimo e o controle de preços. Concomitante a esse processo, as mobilizações populares autônomas eram expandidas, gerando tensões e passando a exercer pressões para o estabelecimento das medidas de cunho nacionalista popular do governo[375].

O avanço das articulações das classes subalternas e o aprofundamento das políticas reformistas não ocorreram sem a reação das classes dominantes. Em termos político-institucionais, emergiam blocos interpartidários. Ao passo que organizações da esquerda, como a CGT, a UNE e a Ação Popular compunham a Frente Parlamentar Nacionalista, criada em 1956, o bloco multinacional e associado, através do deputado udenista João Mendes da Costa Filho, criou a Ação Democrática Parlamentar (ADP), em 1961. A ADP reunia atores pró-golpe e abrangia os partidos PSD-UDN-PSP e PDC[376]. Na sociedade civil, o IPES seguia

[373] Dentre outros aspectos de sua trajetória, Brochado da Rocha teve ação importante no processo de encampação de empresas estrangeiras levado a cabo pelo governo de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul.

[374] MELO, Demian. A primeira greve nacional da classe trabalhadora brasileira... op. cit. pp. 145-146.

[375] DREIFUSS, René Armand. *1964*: a conquista do Estado... op. cit. p. 135.

[376] DREIFUSS, René Armand. *1964*: a conquista do Estado... op. cit. p. 139.

aprofundando a sua articulação e suas ações de doutrinação ideológica contra a mobilização das classes subalternas e as medidas de "comunização" do país.

No campo militar, as divergências também eram acentuadas. Um ponto culminante que demarcou o esgarçamento no relacionamento entre as frações militares vinculadas ao bloco multinacional e associado e o governo João Goulart foi a Revolta dos Marinheiros, ocorrida em 25 de março de 1964. O levante foi chefiado por José Anselmo dos Santos, o Cabo Anselmo, então presidente da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais – entidade tida como ilegal - e que, durante a ditadura, se tornou informante da CIA, tendo atuado em organização de esquerda para, depois, traí-la. Em reunião comemorativa do segundo aniversário da Associação, que contou com a participação de dois mil marinheiros, além de João Cândido, Leonel Brizola e representantes da CGT e da UNE, o ministro da Marinha, Silvio Mota, ordenou a prisão dos principais organizadores. Os fuzileiros, ao invés de prender os sediciosos, aderiram à mobilização, permanecendo na sede dos Sindicatos dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, onde ocorreu a comemoração. Em meio às negociações, João Goulart conferiu anistia aos detidos, desagradando setores da alta oficialidade das Forças Armadas, implicando em um maior impulsionamento das forças favoráveis ao golpe[377].

Frente ao avanço dos movimentos subalternos, as percepções políticas assentadas na DSN eram aprofundadas por parte do bloco civil-militar multinacional e associado. Após os recorrentes insucessos eleitorais nos pleitos presidenciais e as sucessivas tentativas de golpe, aquele campo político avançava rumo à quebra da legalidade democrática, dessa vez de forma eficaz.

2.6.3 – A consumação da Petrobras como um vetor da contrarrevolução preventiva

No momento de ascensão do governo Jânio Quadros, os trabalhadores da Petrobras já estavam fortemente mobilizados em suas entidades sindicais, que tinham sido criadas a partir do final dos anos de 1950, conforme destacado anteriormente. Entre 1957 e 1963, foram criadas, além das duas entidades da Bahia aqui já mencionadas (STIEP-BA e Sindipetro-BA), organizações sindicais com jurisdição em Cubatão (SP), Rio de Janeiro (RJ), Sergipe/Alagoas,

[377] Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Verbete: Revolta dos Marinheiros. In: _____. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Disponível em: https://bit.ly/47ZLuOM. Acesso em: 05/02/2024.

Mauá (SP), Caxias (RJ), Pará/Amazonas/Maranhão, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraná[378].

No início da década de 1960, a estatal contava com cerca de 35 mil funcionários[379] e a taxa de sindicalização era expressivamente alta. Em documento presente no Arquivo Arthur Levy, há um quadro denominado "empregados sindicalizados", que explicita que 26.389 funcionários eram filiados em entidade sindical[380] em 1964, o que indica que a taxa de sindicalização atingia cerca de 75% dos trabalhadores.

A depender das mudanças nas diretrizes da Petrobras, a chance de greve era iminente. Além disso, os trabalhadores constantemente estiveram articulados frente aos assuntos mais gerais da política brasileira.

Na Bahia, os petroleiros organizaram uma grande movimentação na luta pela legalidade, engrossando o coro direcionado a forçar a assunção presidencial de João Goulart. Em 4 de setembro de 1961, para somar esforços na Campanha da Legalidade, a categoria aderiu a uma greve geral, reuniu cerca de duas mil pessoas na Associação de Empregados do Comércio e enviou comunicado a Leonel Brizola colocando-se à disposição da mobilização encabeçada pelo então governador do Rio Grande do Sul. Dois meses depois, os trabalhadores da Bahia fizeram a primeira greve da categoria, conquistando a equiparação de seus salários à remuneração dos empregados da Petrobras de Cubatão (SP)[381]. Em julho de 1962, os petroleiros também integraram a primeira greve geral do país, aqui já mencionada[382]. Não demorou para que as classes dominantes passassem a perceber as relações em torno da petrolífera como uma ameaça à "segurança nacional".

João Goulart inseriu o jurista Francisco Mangabeira na presidência da Petrobras, o segundo civil[383] a ocupar o posto. Seu nome foi escolhido em meio às articulações dos sindicatos dos trabalhadores da categoria. Mangabeira tivera uma atuação importante em

---

[378] DALLA COSTA, Luiz Allencar. *A indústria do petróleo*... op. cit. p. 73.

[379] "Quadro de funcionários sindicalizados". Fundação Getúlio Vargas. Centro de Documentação em História do Brasil. Arquivo Arthur Levy, notação AL p/cg 1964.01.30, I-119. fl. 92.

[380] "Mensário estatístico de pessoal, maio de 1964". Fundação Getúlio Vargas. Centro de Documentação em História do Brasil. Arquivo Arthur Levy, notação AL p/cg 1964.01.30. fl. 6.

[381] IVO, Alex de Souza. *O sindicalismo petroleiro e a questão nacional*... op. cit. pp. 47-58.

[382] MELO, Demian. A primeira greve nacional da classe trabalhadora brasileira... op. cit..

[383] O primeiro foi o seu antecessor, o engenheiro Geonísio Carvalho Barroso. Escolhido por Jânio Quadros, Barroso ocupou o cargo entre fevereiro de 1961 e janeiro de 1962.

organizações de esquerda. Na década de 1930, fez parte da criação da Aliança Nacional Libertadora (ANL). Em 1950, passou a integrar o Partido Socialista Brasileiro (PSB) no movimento de candidatura de seu pai, João Mangabeira, à presidência da República.

No decurso de sua gestão à frente da Petrobras, Mangabeira manteve permanente ligação com setores do campo nacionalista popular. Um dos fatos emblemáticos nesse sentido foi a escolha do general Carlos Pacheco Dávila e do estudante Válter Gomes, do Centro Acadêmico Cândido de Oliveira (CACO), para intermediar a relação entre a Petrobras, os militares e os agrupamentos sociais que defendiam o monopólio produtivo da estatal[384]. A maior organicidade das classes subalternas em torno da Petrobras, em um contexto em que os meios de participação democrática eram expandidos, passou a ser combinada com políticas petrolíferas que contrariavam os interesses do campo multinacional e associado.

A abordagem aqui realizada não pretende (re)contar a história da Petrobras no período, logo, não serão esmiuçados os detalhes de todas as cinco gestões da Petrobras entre 1961 e o golpe de 1964[385]. Para os fins aqui propostos, é válido salientar algumas medidas importantes que contrariaram substantivamente os interesses do empresariado brasileiro, sobretudo da fração pertencente ao bloco civil-militar multinacional e associado. Essas diretrizes passaram a ser aprofundadas na gestão de Francisco Mangabeira (01/1962 – 06/1963) e prosseguiram nas presidências de Albino Silva (04/1963 – 01/1964) e Osvino Ferreira Alves (01/1964 – 04/1964).

Uma dessas medidas ocorreu em 1962 e consistiu na entrada da Petrobras na distribuição de derivados de petróleo a partir da criação do Escritório de Distribuição de Produtos do Petróleo (EDIPE). Naquele momento, aquela era uma área dominada pela iniciativa privada, com primazia das companhias estrangeiras, como a Esso, Shell e Texaco.

Na mesma época, o CNP aprovou resoluções que garantiam a participação da Petrobras como fornecedora de derivados ao sistema produtivo estatal e outros órgãos governamentais, além de possibilitar a sua atuação como distribuidora em território nacional. Em outra ocasião, em dezembro de 1963, a partir da Resolução nº 8, o Conselho afirmou que

---

[384] DIAS, Sonia. Verbete: Francisco Mangabeira. In: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da FGV. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Disponível em: https://bit.ly/47U3PNa. Acesso em: 01/02/2024.

[385] Os presidentes da Petrobras entre 1961 e o golpe de 1964 foram os seguintes: o coronel Idálio Sardenberg (12/1968 – 02/1961), Geonísio Barroso (02/1961 – 01/1962), Francisco Mangabeira (02/1962 – 01/1963), general Albino Silva (06/1963 – 01/1964) e o marechal Osvino Alves (02/1964 – 04/1964). Para uma análise acerca das mudanças institucionais e diretrizes da Petrobras, cf. MOURA, Mariluce *et al*. *Petrobras 50 anos*... op. cit.

previa expandir o monopólio do Estado para a distribuição de produtos refinados. Uma outra medida importante foi firmada em 23 de dezembro de 1963, quando João Goulart assinou o Decreto nº 53.337, que reforçou o monopólio estatal presente na Lei n. 2004/1953, estendendo-o para a importação de petróleo e derivados[386].

João Goulart escolheu o general Albino Silva para suceder Francisco Mangabeira na presidência da Petrobras. O militar, que assumiu o cargo máximo da estatal em junho de 1963, ocupava desde setembro de 1962 a chefia do Gabinete Militar da Presidência da República. Embora tenha se declarado um "anticomunista" em Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre a Petrobras, em resposta às acusações que era submetido, Albino Silva tinha um histórico que o aproximava do campo nacionalista popular. Isso pode ser verificado quando Albino foi enviado para Havana, no contexto da crise dos mísseis de outubro de 1962, onde se encontrou com Fidel Castro e expressou que desejava que o país fosse reinserido como membro na Organização dos Estados Americanos (OEA)[387]. Ou seja, ele estava longe de fazer parte do bloco multinacional e associado, como era o caso de outros presidentes que tinham gerido a Petrobras, como Juracy Magalhães - que chegou a ser presidente da UDN entre 1957 e 1959 - ou Janary Nunes - que, com o golpe, filiou-se ao partido oficial da ditadura, a Aliança Renovadora Nacional (Arena) e, no fim do regime, veio a fazer parte do corpo diretivo da ACRJ[388].

A CPI supracitada foi implantada em setembro de 1963 por setores da oposição e presidida pelo udenista mineiro Guilherme Machado, no bojo das mobilizações sindicais da categoria e do avanço das políticas petrolíferas que contrariavam o campo multinacional e associado, aqui já destacados. Albino Silva foi convocado a depor e em seu relato é possível perceber que o militar foi cobrado a conceder satisfações pelas medidas da Petrobras que estavam em consonância com o campo popular, como o financiamento, por parte da estatal, de publicações do Iseb e do CGT, a participação dos operários da categoria em mobilizações pró-

[386] BERCOVICI, Gilberto. *Direito econômico do petróleo*... op. cit. pp. 177-178.

[387] Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Verbete: Albino Silva. In: _____. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Disponível em: https://bit.ly/3uofeHn. Acesso em: 06/02/2024.

[388] Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Verbete: Janari Nunes. In: _____. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Disponível em: https://bit.ly/4bprR5J. Acesso em: 06/02/2024; COUTINHO, Amélia. Verbete: Juracy Magalhães. In: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da FGV. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Disponível em: https://bit.ly/3SLIvFl. Acesso em: 06/02/2024.

João Goulart e a diretiva que habilitava a petrolífera a fornecer derivados para outras instituições do Estado, como a Marinha brasileira[389]. Nos meses subsequentes, as tensões em relação ao decurso da Petrobras foram aprofundadas.

Albino Silva foi retirado da presidência da Petrobras após uma contenda com um diretor e alguns chefes de serviço da empresa, em um imbróglio envolvendo o fechamento de contratos de importação de petróleo tidos como maléficos para a petrolífera[390]. Em seu lugar, foi alocado o general Osvino Ferreira Alves, que assumiu o posto em janeiro de 1964 e que desde setembro de 1961 comandava o I Exército[391].

Osvino era um dos oficiais integrantes do campo nacionalista popular. O militar teve forte atuação na Campanha da Legalidade e foi alocado no comando do I Exército poucos dias após a posse de João Goulart. Duas semanas após assumir o posto, em visita a uma unidade da Vila Militar, no Rio de Janeiro, o general proferiu depoimento que gerou apreensão às alas mais reacionárias do Exército. Se referindo à crise da legalidade de agosto de 1961, Albino explicitou: "Não foram os navios nem os aviões que contribuíram espetacularmente para que hoje não estivéssemos vivendo alheios às nossas convicções. Foi o povo: falaram mais alto a opinião pública e seus lídimos representantes"[392].

Osvino passou a ser um dos principais conselheiros de João Goulart e, enquanto comandante do I Exército, agiu para garantir as mobilizações das forças populares, inclusive permitindo comícios em locais outrora proibidos. Como já destacado, foi uma declaração do militar explicitando que estava em curso uma conspiração castrense a fim de estabelecer uma ditadura pelas forças da direita que contribuiu para inflamar a greve de julho de 1962[393]. Em outra ocasião, discursando para o 1º Grupo de Canhões Automáticos Antiaéreos, Osvino Alves se colocou explicitamente contrário à ditadura: "Vivemos em uma democracia que é muito mais

[389] Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Verbete: Albino Silva... op. cit.

[390] cf. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Verbete: Albino Silva... op. cit.

[391] O I Exército, ou 1ª Região Militar (1ª RM), tinha sede na cidade do Rio de Janeiro e a sua jurisdição abrange os estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo. No Brasil, há mais 11 Regiões Militares e todas - com exceção da 2ª, 3ª e 4ª - têm jurisdição para além do estado em que estão sediadas. São as seguintes: 2ª RM (São Paulo – SP), 3ª RM (Porto Alegre – RS), 4ª RM (Belo Horizonte – MG), 5ª RM (Curitiba-PR), 6ª RM (Salvador – BA), 7ª RM (Recife – PE), 8ª RM (Belém – PA), 9ª RM (Campo Grande – MS), 10ª RM (Fortaleza – CE), 11ª RM (Brasília – DF), 12ª RM (Manaus – AM).

[392] Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Verbete: Osvino Ferreira Alves. In: _____. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Disponível em: https://bit.ly/4bw0rej. Acesso em: 06/02/2024.

[393] MELO, Demian. A primeira greve nacional da classe trabalhadora brasileira... op. cit. p. 134.

capaz de atingir as legítimas aspirações nacionais do que a mais bem organizada das ditaduras" [394].

As articulações políticas envolvendo Osvino Alves foram cruciais para instigar reações contrarrevolucionárias por parte do campo militar do bloco multinacional e associado. Isso fica evidente nos relatos presentes no diário do general golpista Olímpio Mourão Filho.

Em janeiro de 1962, quando comandava a 3ª Divisão de Infantaria, em Santa Maria (RS), Olímpio Mourão recebeu um convite de Osvino Alves – que tirava férias na cidade - para jantar em sua casa, juntamente ao então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola. Segundo Mourão, até aquele momento ele estava "meio alheio aos fatos" políticos do país, e o evento foi crucial para que ele percebesse "[...] sem sombra de dúvida, que estava diante de vasta e perigosa conspiração contra o regime"[395].

Segundo o relato de Olímpio Mourão, naquele almoço Osvino e Brizola pensavam que ele "**pertencia ao lado político deles!**", pelo fato de Mourão ter sido favorável à assunção presidencial de João Goulart no episódio da crise da legalidade[396]. O general retrata os três elementos que supostamente evidenciavam o "grande plano articulado e em marcha" para subverter a ordem[397]:

> a) Campanha intensa pelo plebiscito para a volta ao presidencialismo.
> b) Campanha intensa para a obtenção das reformas de base, das quais a principal é a Reforma Agrária que será possível com a reforma do parágrafo 16 do artigo 141 da Constituição, permitindo o pagamento das desapropriações à base de títulos da dívida da União.
> c) Abordaram também a questão da elegibilidade dos Sargentos e dos soldados e a extensão do voto aos soldados e aos analfabetos.

Essa declaração do general Olímpio Mourão nos ajuda a compreender alguns dos aspectos conjunturais que atiçaram a percepção do campo político que o militar integrava, a ponto de este bloco acirrar a contrarrevolução preventiva. Isto porque, conforme salientado, os três elementos supracitados pelo comandante castrense foram, de fato, implementados (ou em vias de ser) ao longo do governo João Goulart. Esses tópicos estavam longe de ser exatamente

[394] Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Verbete: Osvino Ferreira Alves... op. cit.

[395] MOURÃO FILHO, Olympio. *Memórias*: a verdade de um revolucionário. Porto Alegre: L&PM, 1978 (apresentação e arquivo de Hélio Moura). p. 26 (versão e-book).

[396] MOURÃO FILHO, Olympio. *Memórias*... op. cit. p. 121. Grifos do autor.

[397] MOURÃO FILHO, Olympio. *Memórias*... op. cit. p. 121. Grifos do autor.

revolucionários, haja vista que os três quesitos (presidencialismo, reforma agrária e voto militar) eram habilitados em países que tiveram a modernização capitalista "clássica", como os Estados Unidos. No entanto, tais elementos não eram passíveis de tolerância por parte do bloco multinacional e associado brasileiro, cuja formação histórica lhe impingiu características eminentemente antirreformistas.

Conforme indica o conteúdo dos relatos presentes no diário de Olímpio Mourão, foi após o encontro com Osvino Alves e Leonel Brizola que ele adentrou na articulação da conspiração golpista para derrubar o governo Goulart. Fato "curioso", que escancara a orgânica aliança entre o empresariado e a caserna naquele processo, foi que, poucos dias após o jantar, a primeira pessoa que Mourão fez questão de se reunir para comunicar o "perigo que o país corria" foi Saint Pastous, presidente da entidade patronal denominada Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul (Farsul). Na ocasião, essa organização estava mobilizada contra as ocupações de terra por movimentos de trabalhadores rurais do estado, que tinham o apoio de Leonel Brizola. No encontro, que ocorreu em Porto Alegre, foram tratadas estratégias para contrapor o governo Jango, começando pela articulação de candidatos oposicionistas para as eleições legislativas de outubro de 1962. Nos momentos posteriores, além de se comunicar com outros oficiais, Mourão foi a São Paulo se reunir com Edmundo Monteiro, jornalista e um dos líderes do IPES[398], juntamente a um grupo de integrantes do empresariado paulista, convidados pelo também ipesiano Othon Barcelos Correia[399], presidente da Fábrica Nacional de Vagões[400].

A estada do general Olímpio Mourão no Rio Grande do Sul fez parte da primeira fase de sua conspiração golpista. A segunda fase conspiratória abrange tanto a sua transferência para São Paulo, em março de 1963, para assumir o comando da 2ª RM, quanto a sua atuação em

[398] Além de jornalista e líder do IPES, Edmundo Monteiro era presidente da Associação das Emissoras de São Paulo (AESP), entidade patronal das empresas de comunicação. Monteiro teve participação ativa no golpe, como "bom" ipesiano. Ele foi um dos principais responsáveis pela propagação doutrinária do IPES através dos meios midiáticos. Ele também providenciou muitos dos transportes aéreos utilizados pelo gal. Mourão, de modo a expandir a conspiração golpista pelo país. cf. DREIFUSS, René Armand. *1964*: a conquista do Estado... op. cit. p. 233, 376-377.

[399] Olímpio Mourão, em seu diário (p. 26, versão e-book) chama o líder empresarial de "Otto Barcelos". René Dreifuss chama o mesmo sujeito de "Othon Barcelos Correia", grafia a que aderimos (p. 377). MOURÃO FILHO, Olympio. *Memórias*... op. cit.; DREIFUSS, René Armand. *1964*: a conquista do Estado... op. cit.

[400] MOURÃO FILHO, Olympio. *Memórias*... op. cit. p. 26; Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Verbete: Olímpio Mourão Filho. In: _____. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Disponível em: https://bit.ly/3SxPH6u. Acesso em: 06/02/2024.

Minas Gerais, quando foi para o comando da 4ª RM, em agosto de 1963. Ao ir para o Sudeste, Mourão passou a estar mais próximo dos integrantes do complexo IPES/IBAD, que despendiam esforços principalmente nos estados do Rio de Janeiro, Guanabara, São Paulo e Minas Gerais[401].

O fato de Osvino Alves ter sido identificado por Mourão como um agente que visava "subverter a ordem" é importante para compreender uma das razões da severa truculência perpetrada na Petrobras já nos primeiros dias após o golpe. A outra razão, evidentemente, era a mobilização dos trabalhadores da companhia. O Jornal do Brasil retrata que Olímpio Mourão chegou a assumir a presidência da Petrobras nos primeiros dias de abril de 1964. Em diálogo com a reportagem do jornal, o general comunicou que não visava apenas estabelecer um plano "para expulsar os comunistas e seus seguidores da Petrobrás, como também para pôr na cadeia os desonestos, fazendo uma total limpeza da área"[402]. Conforme será exposto no próximo capítulo, essa perspectiva e conduta expressa por Mourão foi logo consubstanciada nas instituições internas da Petrobras, implicando em uma ampla repressão e perseguição aos trabalhadores da companhia.

Foi durante a gestão de Osvino Alves a frente da Petrobras que o governo João Goulart deu largada à medida do campo petrolífero que mais gerou insatisfação ao bloco multinacional e associado. Trata-se da encampação das refinarias privadas, anunciada no Comício da Central. O decreto determinava a desapropriação em favor da Petrobras da Refinaria e Exploração de Petróleo União, da Refinaria de Petróleo Manguinhos S.A., da Companhia de Petróleo da Amazônia S.A., da Indústrias Matarazzo de Energia S.A., da Refinaria de Petróleo Ypiranga S.A. e da Destilaria Riograndense de Petróleo S.A.[403].

Àquela altura, a base sindical da Petrobras instigava e endossava enfaticamente as medidas petrolíferas de João Goulart em curso. Em panfleto de campanha para a eleição sindical do Sindipetro-Caxias, cuja chapa era denominada "2004", em referência ao "movimento 2004" - que reivindicava os princípios da lei de mesmo número, aquela de criação da Petrobras – é possível perceber o seguinte trecho:

---

[401] DREIFUSS, René Armand. *1964*: a conquista do Estado... op. cit. pp. 373-374.

[402] Mourão assume a Petrobrás e promete tirar os comunistas. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, ano 73, edição nº 78, 3 abr. 1964. 1º Caderno. p. 4.

[403] BRASIL. Decreto nº 53.701, de 13 de março de 1964a. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-53701-13-marco-1964-393663-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em 18/10/2023.

> Diante dos fatos apresentados no GRANDE COMÍCIO DAS REFORMAS, no dia 13 p. p., como resultado das lutas encetadas pelas forças nacionalistas e democráticas, o MOVIMENTO 2004 assume maior responsabilidade perante o seu PROGRAMA e o compromisso de redobrar a luta pelo MONOPÓLIO DA DISTRIBUIÇÃO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO, ENCAMPAÇÃO DAS PETROQUÍMICAS DE BASE [...]

E prossegue o panfleto:

> COMPANHEIROS, efetiva-se a vitória da Encampação de todas as Refinarias Particulares, em especial Capuava, como resultado de amplo movimento popular alicerçado na decidida luta dos trabalhadores de petróleo[404].

Como pode-se notar, além das refinarias privadas, os petroleiros almejavam estender o monopólio estatal não apenas para a área de distribuição de derivados, mas também para o ramo petroquímico. Também é possível notar a defesa dessa pauta pelo ex-presidente da Petrobras, Francisco Mangabeira, em livro lançado em 1864, antes do golpe[405].

O panfleto que consta esses posicionamentos traz pelo menos mais três informações importantes. A primeira delas é o fato de o documento constar no acervo de Arthur Levy, oficial do Exército que fora alocado na presidência da Petrobras pelo presidente Café Filho, ocupando o posto entre 1954 e 1956, e, posteriormente, assumiu a superintendência da Reduc, saindo deste cargo para integrar a chefia da presidência da estatal, em março de 1964. No panfleto da chapa sindical, não há identificação de quem o entregou para Levy, mas quem o fez escreveu a palavra "comunistas", escrita a mão, para se referir aos sindicalistas. Além disso, há uma seta apontando para um dos suplentes da chapa, Nízio Luis de Sá, explicitando "Lembra-se deste nome? Seu ex-motorista ingrato"[406].

A indicação de que se tratava de uma reunião de "comunistas" e a imputação de "ingrato" a um trabalhador, que sugere que a falta de gratidão se dava por ser "comunista", já indica que Arthur Levy era incutido na DSN. Essa postura não gera espanto quando sabemos que o militar tinha uma forte atuação no complexo IPES/IBAD[407]. Ademais, é bom lembrar que Levy foi um dos elaboradores do anteprojeto de Eurico Dutra que desembocou no Estatuto

[404] "Boletim 7 – conseguimos mais uma vitória nacionalista". Fundação Getúlio Vargas. Centro de Documentação em História do Brasil. Arquivo Arthur Levy, notação AL p/da 1964.01.30. fl. I-3 e sgs. Grifos originais.

[405] MANGABEIRA, Francisco. *Imperialismo, petróleo, Petrobras.* Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964.

[406] Uma cópia do documento mencionado encontra-se no anexo 4 desta tese.

[407] DREIFUSS, René Armand. *1964*: a conquista do Estado... op. cit. p. 365.

do Petróleo e, além disso, o oficial teve duas passagens pela ESG, como aluno em 1956 e em curso de atualização doutrinária em 1970[408]. Ou seja, o campo multinacional e associado tinha um aliado de peso no alto escalão da Petrobras antes mesmo do golpe de 1964[409]. Com a ditadura, o militar passou a ser superintendente-geral do Departamento Industrial da Petrobras (1965-1967)[410].

A outra informação importante presente no documento consta na fala de Cid de Cesaire Salgado, então presidente do Sindipetro-Caxias:

> Não teríamos conseguido levar aos companheiros as PALAVRAS DE ORDEM da Diretoria, como do COMANDO GERAL DOS TRABALHADORES, se não tivéssemos companheiros identificados no seio da massa, levando essas resoluções saídas das Assembleias. É o caso do companheiro Souza, do companheiro Rodrigues e outros mais que enquanto discutíamos nas altas cúpulas, com o Presidente da República e mesmo com a Direção da Empresa, discutíamos na S.I.P (Secretaria Inter-Sindical de Petróleo), estes companheiros ficavam junto a massa para garantir as nossas decisões (aplausos). E mesmo para defender os companheiros serventes que iam ser postos na rua, se o companheiro Silas, o companheiro Cavalcante, o companheiro Zé dos Santos não tivessem estudado a maneira de resolver o problema[411].

Embora a declaração do líder sindical seja direcionada à agitação da base e à campanha eleitoral da entidade então em voga, é válido perceber a importância que as mobilizações sociais tinham para o direcionamento das políticas petrolíferas citadas. Além disso, é salutar notar a possibilidade de barganha sindical diretamente com atores da alta cúpula do Estado restrito, algo que, evidentemente, suscitava aversão por parte do bloco multinacional e associado e veio a ser completamente coibido após o golpe de 1964.

Por fim, ainda sobre o documento aqui referido, é válido notar a forma como o mesmo é fechado. Todas as informações ali presentes, que, como aqui salientado, faziam parte de

---

[408] "Boletim 7 – conseguimos mais uma vitória nacionalista"... op. cit.; Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Verbete: Arthur Levy. In: _____. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Disponível em: https://bit.ly/3ulGOF3. Acesso em: 07/02/2024.

[409] A assunção de ativistas do complexo IPES/IBAD em postos-chave da gestão João Goulart não se circunscreveu à Petrobras. Muitos deles atuavam em tais organizações sem levantar suspeitas. Os próprios ministros da Guerra João de Segadas Viana (09/1961 – 06/1962) e Nélson de Melo (06/1962 – 09/1963), por exemplo, eram membros bastante ativos do complexo IPES/IBAD. cf. DREIFUSS, René Armand. *1964*: a conquista do Estado... op. cit. pp. 365-366.

[410] No contexto do golpe, Arthur Levy, no alto escalão da Petrobras, atuou para fornecer amparo material às tropas golpistas e, com a sedimentação da ditadura, foi cúmplice das demissões políticas e arbitrárias perpetradas contra diversos trabalhadores da companhia. cf. Fundação Getúlio Vargas. Centro de Documentação em História do Brasil. Arquivo Arthur Levy, notação AL p/da 1964.01.30.

[411] "Boletim 7 – conseguimos mais uma vitória nacionalista"... op. cit. Grifos originais.

campanha sindical, iam no sentido de expressar um resumo da assembleia dos trabalhadores da Reduc realizada para estabelecer um balanço do Comício das Reformas. Ao final, o panfleto fecha com uma fala do secretário-geral do CGT, Oswaldo Pacheco, que participou da assembleia e proferiu as seguintes palavras: "A vitória da Encampação das Refinarias Particulares, não deve servir para empanar com euforia a LUTA PELO MONOPÓLIO DA DISTRIBUIÇÃO E AS REFORMAS DE BASE". O vínculo estreito com o CGT, entidade extralegal, que, inclusive, foi também citada na fala de Cid Salgado, indica que os petroleiros estavam mobilizados para além das entidades corporativistas de organização, contrariando o argumento de parte da literatura que limita as articulações dos trabalhadores aos sindicatos tutelados pelo Estado, como realçado na primeira parte deste capítulo.

Dado esse contexto, as diretrizes políticas em relação à Petrobras e à questão petrolífera cada vez mais passaram a ser tidas como uma ameaça à ordem vigente, não apenas por membros castrenses, mas também por parcelas importantes da classe dominante. Nas entidades representativas do empresariado comercial, que já se colocavam peremptoriamente contra a estatização da produção petrolífera desde o processo de criação da Petrobras, era possível perceber forte reverberação e contraposição às políticas de Goulart para o segmento. Em reunião de 26 de fevereiro de 1964, quando João Goulart já evidenciava o intento de desapropriar as refinarias, houve uma reunião ordinária da ACRJ. Na ocasião, Fernando Mibielli de Carvalho[412] se manifestou contra a encampação da refinaria de Capuava da seguinte maneira, conforme consta em matéria da revista da Associação:

> O orador [Fernando Mibielli de Carvalho] diz não entender como queira o Governo encampar florescente empresa privada, que vem distribuindo bons lucros e realizando ótimos serviços, constituindo um exemplo do que deve ser a administração de uma companhia dirigida exclusivamente por brasileiros[413].

Em outra ocasião, em março de 1964, portanto momentos antes do golpe, houve uma reunião empresarial para a criação do Comando Nacional das Classes Produtoras, convocada pelas Associações Comerciais do Brasil. A mesa diretora era composta por Haroldo Cavalcanti, presidente da CNI; Charles Edgar Moritz, presidente da Confederação Nacional do Comércio;

[412] Fernando Mibielli de Carvalho era um jurista que também tivera passagem em comissões dos Ministérios da Fazenda e da Viação e Obras Públicas. Ingressou na Esso em junho de 1954, sendo eleito Tesoureiro da empresa em outubro de 1957. Fazia parte da diretoria da ACRJ. Informações obtidas em: Revista das Classes Produtoras, ano XXVI, n. 957, mar/1964. p. 21.

[413] Revista das Classes Produtoras, ano XXVI, n. 957, mar/1964. p. 64.

Iris Meinberg, presidente da Confederação Rural Brasileira; Daniel de Carvalho, que fora ministro da Agricultura de Eurico G. Dutra e diretor da filial mineira do Banco Industrial de Minas Gerais; Rui Gomes de Almeida, integrante do IPES e presidente das ACRJ; além de Alberto Byington Jr., membro da American Chambers of Commerce, presidente do Conselho das Classes Produtoras (CONCLAP) e filho do ipesiano Alberto Byington[414].

Naquele evento, a linha condutora dos argumentos de seus participantes ia no sentido de criticar a inflação, a estatização e a "comunização" do país por conta do governo de João Goulart. Na ocasião, Jorge Bhering de Mattos, do Centro Industrial do Rio de Janeiro, reclamou que as reivindicações das classes produtoras eram completamente ignoradas pelo governo. A matéria da revista da ACRJ que cobriu a reunião destaca o seguinte, a partir da fala de Bhering:

> Chegamos a um ponto tal que precisamos criar núcleos de bairros, ensinar nossas esposas e filhos a atirar, e nos preparar para enfrentar a ação comunista, ação que leva ônibus e veículos do DNER [Departamento Nacional de Estradas e Rodagem] e da Petrobrás a transportarem invasores de fazendas[415].

A ACRJ esteve envolvida de forma explícita na construção do golpe de 1964. Em março daquele ano, a Associação lançou um manifesto contra o governo denominado "Mensagem ao povo brasileiro", redigido por Rui Gomes de Almeida, Raul de Góes, Antônio Carlos Osório e Pedro Leão Veloso. O texto da ACRJ teve grande repercussão, sendo a entidade, inclusive, ameaçada de ser fechada por João Goulart, algo que não chegou a se concretizar. Um dos apoiadores do manifesto no momento da crise foi o então governador do estado da Guanabara e grande articulador do golpe, Carlos Lacerda. Ao longo da ditadura, a ACRJ apoiou as diversas medidas de exceção expedidas pelo regime, inclusive o Ato Institucional nº 5[416].

Como síntese desses episódios, cabe salientar, em primeiro lugar, que tais mobilizações indicam que diversas frações do empresariado brasileiro - abarcando parcelas comerciais, rurais e industriais - consentiam que o governo João Goulart era desprovido de

---

[414] Revista das Classes Produtoras... op. cit. p. 18; DREIFUSS, René Armand. *1964*: a conquista do Estado... op. cit.

[415] Revista das Classes Produtoras... op. cit. p. 22.

[416] LAMARÃO, Sérgio; PINTO, Simone C. A.; MOREIRA, Regina da L. Verbete: Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ). In: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da FGV. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Disponível em: https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/associacao-comercial-do-rio-de-janeiro-acrj. Acesso em: 04/02/2023.

legitimidade devido à "estatização" e "comunização" de suas políticas, como, aliás, já apontou Dreifuss[417] de forma sistematizada. Em segundo lugar, aqueles segmentos concordavam que as medidas em torno da Petrobras e da encampação das refinarias privadas conformavam um dos eixos fundamentais daquele imbróglio.

As companhias estrangeiras, naturalmente, também se posicionaram abertamente contra a estatização das refinarias. Foi o caso, por exemplo, da família Rockefeller, que manifestou oposição à decisão, realçando que o ato desagradava a Standard Oil[418].

Posição análoga foi empunhada pelo IPES. No boletim da entidade de janeiro de 1964, em artigo escrito por Heitor Herrera, há a seguinte manifestação sobre o tema:

> [...] surge claramente o verdadeiro objetivo dos que pretendem a encampação daquelas refinarias: o ataque insidioso e tenaz contra a propriedade privada, como primeiro passo visando à destruição do regime de livre empresa[419].

Conforme destacado anteriormente, a orientação doutrinária da entidade era eminentemente reacionária, perspectiva que enquadrava no rol do comunismo qualquer movimento que pleiteasse a ampliação de direitos às classes subalternas e/ou a defesa de nacionalizações econômicas. Essa linha ideológica foi mobilizada para contrapor a encampação das refinarias, conforme consta no trecho a seguir:

> Para melhor impressionar o grande público, não se pejam os falsos patriotas em baralhar o problema, omitindo dados, adulterando informações, difundindo meias verdades, no propósito deliberado de apresentar o caso das refinarias particulares como de espoliação estrangeira, de atividades lesivas aos interesses nacionais, de entraves à expansão da Petrobrás – enfim, recorrendo ao vasto arsenal de **slogans** que a técnica soviética forneceu aos "nacionalistas" indígenas[420].

As movimentações políticas que amparavam o funcionamento da Petrobras passaram a contrastar com os interesses das burguesias por dois caminhos. De um lado, as mobilizações dos trabalhadores estavam em processo de aprofundamento, acompanhando os movimentos mais gerais da grande política. Por outro, o governo levava a cabo as encampações, que não

[417] DREIFUSS, René Armand. *1964*: a conquista do Estado... op. cit. p. 139.

[418] SPOHR, Martina. *American way of business:* empresariado brasileiro e norte-americano no caminho do golpe empresarial-militar de 1964. Tese de doutorado em História Social. Rio de Janeiro: UFRJ, 2016. p. 273.

[419] Arquivo Nacional. IPÊS – Boletim informativo n. 18 – ano III – janeiro de 1964. Fundo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, notação BR_RJANRIO_QL_0_CDI_0003_D0001DE0010. p. 12.

[420] Arquivo Nacional. IPÊS – Boletim informativo n. 18... op. cit. p. 12. grifo original.

apenas contrariavam diretamente os intentos dos capitais atuantes na área, mas eram percebidas, pelo conjunto da burguesia, como uma ameaça à própria propriedade privada.

As medidas envolvendo a Petrobras no período engrossaram o tom do processo de expansão das conquistas das classes subalternas, rurais e urbanas – destacam-se medidas como a aprovação de leis que acenavam rumo à reforma agrária e à habilitação do sufrágio a soldados e analfabetos, a Política Externa Independente, a restrição de remessas de lucros ao exterior, a instituição do 13º salário, dentre outras. As relações sociais em torno das políticas petrolíferas constituíram um dos vetores da contrarrevolução preventiva em marcha, temperada pela DSN. Os rumos instituídos frente à produção do ouro negro foi um dos ingredientes que instigou as movimentações das classes dominantes em direção ao golpe de 1964.

Com o decisivo acirramento das conspirações golpistas, sobretudo após o Comício da Central, João Goulart não cedeu às pressões reacionárias. Em reunião no Automóvel Clube do Rio de Janeiro, organizada pela Associação dos Sargentos e Sub-Oficiais da Polícia Militar, o presidente apelou para que os militares não-oficiais defendessem a legalidade. O encontro aconteceu três dias após a Revolta dos Marinheiros, aqui já mencionada.

A reiterada aproximação de Jango com os militares de baixo escalão foi intolerada por parte da oficialidade. Em 31 de março, com a anuência de Magalhães Pinto (UDN), governador de Minas Gerais, Olímpio Mourão pôs sua tropa em marcha de Juiz de Fora para o Rio de Janeiro.

Alguns generais, como Amaury Kruel, comandante do II Exército, e Jair Dantas Ribeiro, ministro da Guerra, condicionaram seu apoio ao governo Jango ao rompimento com a esquerda, sobretudo com as alas consideradas mais "radicais", como o CGT. Não tiveram sucesso.

A operação golpista foi fortemente amparada pelas forças estadunidenses. Para além da articulação de longa-data das entidades norte-americanas (empresariais ou oficiais do Estado) na construção e financiamento de atividades conspiratórias e oposicionistas ao governo, como o já citado caso do complexo IPES/IBAD, foi estabelecida a Operação Brother Sam, em um movimento em que a Marinha dos Estados Unidos forneceu apoio material ao golpe em marcha. O processo de derrubada de Jango contou com fundamental articulação do embaixador dos EUA no Brasil, Lincoln Gordon, do adido militar no país, coronel Vernon Walters – amigo

de Castelo Branco - e do secretário de Estado, John Foster Dulles. Com a implantação da ditadura, tais atores também atuaram para melhorar a imagem do Brasil internacionalmente[421].

As movimentações envolvendo a Petrobras no período constituíram um peso fundamental na balança golpista da diplomacia norte-americana. Em telegrama ultra secreto datado de 28 de março de 1964, redigido por Lincoln Gordon e endereçado ao Departamento de Estado dos Estados Unidos, a petrolífera brasileira é identificada como um dos pontos estratégicos de concentração de "comunistas":

> O movimento Goulart, incluindo os seus afiliados comunistas, representa uma pequena minoria – não mais do que 15 a 20 por cento do povo ou do Congresso. No entanto, os comunistas assumiram sistematicamente o controle de muitos pontos estratégicos, nomeadamente a Petrobras (que, segundo o decreto de 13 de março, está agora a assumir o controle das cinco refinarias de petróleo privadas restantes que ainda não estavam sob o seu controle), o Departamento de Correios e Telégrafos, a liderança sindical no petróleo, nas ferrovias, nos portos, na navegação mercante, nas recém-formadas associações de trabalhadores rurais e em algumas outras indústrias importantes, nas casas civis e militares da presidência, em unidades importantes dos Ministérios da Justiça e da Educação e em elementos de muitas outras agências governamentais [...][422].

No mesmo documento, o então embaixador dos EUA no Brasil faz uma série de recomendações ao Departamento de Estado a fim de contribuir para a conspiração contra o governo João Goulart. Identificando que Castelo Branco, então chefe do Estado-Maior do Exército, demonstrava ser uma "liderança competente" e também estava munido de "amplo apoio", Lincoln Gordon defende que ele, junto com seus "conselheiros seniores", acredita que os EUA deveriam apoiar a escalada contra o suposto engajamento de Goulart para tomar o poder por via "ditatorial"[423]. Para tanto, o embaixador recomendava "uma entrega clandestina de armas de origem não norte-americana, a ser disponibilizada aos apoiadores de Castelo

---

[421] Sobre a participação de entidades norte americanas no golpe de 1964, ver: SILVA, Vicente Gil da. *Planejamento e organização da contrarrevolução preventiva no Brasil*: atores e articulações transnacionais (1936-1964). Tese de doutorado em História Social. Rio de Janeiro: UFRJ, 2020. BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil* (dois séculos de história). 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1978b [1973] (especialmente capítulos XLVII e XLVIII); FICO, Carlos. *O grande irmão*: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

[422] GORDON, Lincoln. 187. Telegram From the Ambassador to Brazil (Gordon) to the Department of the State. In: National Archives. and Records Administration. Foreign Relations of the United States, 1964-1968, volume XXXI, South and Central America; Mexico. RG 59, Central Files, 28 mar. 1964. p. 413 [tradução livre]. Disponível em: https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1964-68v31/d187. Acesso em: 26/03/2024.

[423] GORDON, Lincoln. 187. Telegram From the Ambassador to Brazil... op. cit. pp. 415-416, 412.

Branco em São Paulo", destacando que a colaboração estadunidense deveria ocorrer "sem qualquer participação logística aberta dos EUA", e que deveria vir acompanhada do imediato reconhecimento dos Estados Unidos do novo "governo legítimo"[424].

Em 1º de abril, Jango voou para Porto Alegre, onde Leonel Brizola e o general Ladário Teles, comandante do III Exército, estavam dispostos a resistir, contrastando com a postura de Goulart. Os movimentos sindicais apelaram para greve geral. Na Petrobras, os trabalhadores da Refinaria de Mataripe aprovaram uma paralização para o mesmo dia, em um movimento em que o Sindipetro-BA e o Stiep-BA articularam-se com o Sindicato dos Estivadores, o Sindicato dos Portuários, o Sindicato dos Trabalhadores da Administração do Porto, a União dos Ferroviários, a Associação dos Ferroviários e o Sindicato dos Conferentes em defesa da legalidade. Assim como outras mobilizações dos trabalhadores, os petroleiros logo foram reprimidos e muitos deles presos, com casos relatados de demissões sumárias e torturas em dependências da Petrobras[425].

Na madrugada do dia 1 para o dia 2 de abril, Aldo de Moura Andrade, presidente do Senado, rasgando a Constituição, declarou vaga a presidência da República, considerando que o presidente saíra do país sem o aval do Congresso. João Goulart encontrava-se em Porto Alegre. Estava consumado, institucionalmente, o golpe de 1964.

O presidente da Câmara, Ranieri Mazzili, foi empossado presidente. No entanto, quem realmente passou a dar as cartas do Executivo foi o "Comando Supremo da Revolução", integrado pelos autonomeados ministros da Guerra (general Artur da Costa e Silva), Marinha (vice-almirante Augusto Rademaker) e Aeronáutica (tenente-brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo).

A implantação da ditadura significou uma imediata repressão e perseguição aos considerados desafetos do regime. Já nos primeiros momentos, governadores foram depostos - Miguel Arraes (PE), Seixas Dória (SE) e Mauro Borges (GO) -, políticos e militares oposicionistas foram presos ou expurgados e implementou-se o terrorismo de Estado contra as classes subalternas[426].

---

[424] GORDON, Lincoln. 187. Telegram From the Ambassador to Brazil... op. cit. p. 416.

[425] IVO, Alex de Souza. *O sindicalismo petroleiro e a questão nacional*... op. cit. pp. 87-108; PRAUN, Luci et al. (orgs.). Petrobras e petroleiros na ditadura: trabalho, repressão e resistência. São Paulo: Boitempo, 2024.

[426] Para um relato mais detalhados acerca do golpe de 1964, cf. DREIFUSS, René Armand. *1964*: a conquista do Estado... op. cit.; BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart*... op. cit.

Na Petrobras, Olímpio Mourão assumiu a presidência nos primeiros dias do regime. A DSN logo foi institucionalizada pela estrutura organizativa da companhia. A repressão aos operários abria as alas para uma escalada mais eficaz das classes dominantes frente às políticas petrolíferas do país. Erigia-se a fundação de um modelo produtivo calcado em óleo e sangue.

Capítulo 3 – Anos de óleo e chumbo: a díade entre empresariamento e militarização ditatorial da Petrobras (1964-1988)

Durante a ditadura empresarial-militar (1964-1988), a lucratividade e a estrutura produtiva da Petrobras foram fartamente ampliadas. Apenas para ilustrar o crescimento da empresa, se considerarmos somente as atividades de refino e produção de petróleo cru, a petrolífera possuía, em 1965, três refinarias em funcionamento e realizou a extração de 5.460 mil m³ de óleo no mesmo ano[427]. Quinze anos depois, em 1980, a companhia fechou o ano obtendo dez refinarias em seu sistema e, em 1981, bateu a produção de 12.384 mil m³ de óleo[428]. Além disso, no mesmo intervalo temporal, a Petrobras criou seis subsidiárias e passou a ter um leque diversificado de participações acionárias em empresas privadas atuantes em ramos correlatos (empresas coligadas).

Os fundamentos de tal crescimento estiveram atrelados à acirrada exploração e repressão política contra os trabalhadores da categoria. Esses fatores estiveram atados a um enlace econômico mais geral que conjugou o terrorismo de Estado ao aprofundamento da concentração de capitais e à intensificação das desigualdades sociais no país.

Contrastando com interpretações que consideram que a ditadura significou a emergência, no interior da Petrobras, de uma certa tecnocracia apartada das relações políticas, este capítulo objetiva evidenciar que o regime significou uma maior validação dos intentos particulares de determinadas frações do capital frente à estrutura da estatal. Nesse processo, a militarização da companhia foi um pressuposto elementar.

3.1 – Um balanço bibliográfico acerca das interpretações sobre a Petrobras na ditadura: alocando o empresariado privado no cerne do debate

Esta subseção é dedicada a evidenciar algumas das principais interpretações historiográficas acerca da Petrobras no contexto da ditadura empresarial-militar. No entanto, antes de aprofundarmos nessa investida, é importante firmar brevemente uma posição teórico-analítica a partir de uma consideração acerca do *conteúdo* fundamental do golpe de 1964 e do regime que o sucedeu.

[427] Relatório de atividades da Petrobras, 1965, p. 2, 24.

[428] Relatório de atividades da Petrobras, 1981, p. 20.

Fugiria dos propósitos deste capítulo explicitar as diversas interpretações historiográficas acerca das causas e raízes do golpe de 1964, empreitada que, inclusive, já foi argutamente realizada pelo historiador Demian Bezerra de Melo[429]. Para os fins aqui almejados, é pertinente salientar que a implantação da ditadura foi resultado de uma intrincada e complexa imbricação de fatores e interesses resultantes do padrão de acumulação impingido pelo menos desde a década de 1950.

Apenas para demarcar a posição teórico-interpretativa deste capítulo, em continuidade ao que já foi exposto nas seções anteriores, cabe realçar que a análise aqui proposta é antitética à vertente historiográfica que ainda parece ser hegemônica nos meios acadêmicos. Me refiro à interpretação inaugurada por Argelina de Figueiredo[430], que identifica que, no período antecedente à ditadura (1961-1964), tanto esquerda quanto direita agiram em direção contrária à democracia. Ou seja, a autora imputa a responsabilidade do golpe tanto àqueles que o construiu quanto aos segmentos sociais que pleiteavam reformas sociais e foram obliterados da cena política, demarcando, assim, o que muitos denominam "teoria dos dois demônios" ou "teoria da ferradura".

De forma diversa à interpretação de Argelina Figueiredo, Renato Lemos[431], calcado na perspectiva de René Dreifuss[432], estabelece uma interpretação cujo enlace fundamental para a construção do golpe é percebido a partir da luta de classes. Na visão de Lemos[433], o avanço da contrarrevolução preventiva no período transcendia o governo de João Goulart. As classes dominantes percebiam que o problema estava no próprio regime político inaugurado com a Constituição de 1946. Neste período, após o Estado Novo, a ordem social capitalista era lastreada por estratégias de conciliação entre as burguesias com as classes trabalhadoras, estas

[429] MELO, Demian. O golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão. In: MELO, Demian (org.). *A miséria da historiografia*: uma crítica ao revisionismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

[430] FIGUEIREDO, Argelina. *Democracia ou reformas?* Alternativas democráticas à crise política, 1961-1964. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

[431] LEMOS, Renato L. do C. N. e. Contrarrevolução e ditadura... op. cit. p. 126.

[432] Cabe informar que, em grande medida, é a partir da contraposição à obra de René Dreifuss que Argelina Figueiredo estrutura o seu estudo. Para uma crítica das críticas à obra de René Dreifuss, ver: MELO, Demian; HOEVELER, Rejane C. Muito além da conspiração: uma reavaliação crítica da obra de René Dreifuss. *Tempos Históricos*, vol. 18, p. 13-43, 1º semestre de 2014.

[433] LEMOS, Renato L. do C. N. e. Contrarrevolução e ditadura... op. cit. p. 126.

inseridas no "pacto" de forma subordinada. Portanto, como destaca o próprio René Dreifuss[434], a intensificação das mobilizações dos trabalhadores e as políticas reformistas de João Goulart acirraram a percepção de insegurança por parte das classes dominantes, estas sim as grandes responsáveis pela implantação da ditadura, em conjunto com frações militares.

Em relação à Petrobras, em boa parte dos livros que tratam da empresa e que abarca o período ditatorial não há uma dedicação em assentar as análises em formulações teóricas sistematizadas, tampouco há a disposição de vincular o decurso da estatal às relações mais gerais no nível econômico e político do país. Em alguns desses estudos, a interpretação consegue ir mais à direita do que a de Argelina Figueiredo, praticamente adotando *ipsis litteris* a linha argumentativa da ditadura.

Essa perspectiva é possível ser percebida no livro redigido por Ilmar Penna Marinho Jr.[435]. Formado nas áreas do Direito e Administração, o autor foi funcionário da Petrobras a partir de 1965, tendo, inclusive, assessorado diretamente a presidência da empresa quando esta foi comandada pelo vice-almirante Floriano Peixoto Faria Lima[436]. Em 1987, formou-se no Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia da ESG.

Apenas para ilustrar o nível de aderência de Marinho Jr. às diretrizes do regime frente à Petrobras, ao expor o caso da revogação da encampação das refinarias privadas por Castelo Branco e a assunção do marechal Ademar de Queiroz à presidência da empresa, o autor realça:

> O marechal se saíra tão bem de sua missão de *ressuscitar* a Petrobrás que o presidente o quis mais perto. [...] Os êxitos superaram a promessa feita no ato de posse de deixar o monopólio estatal engrandecido e prestigiado. A Petrobrás, quem diria, se tornara a 88ª maior empresa do mundo[437].

Em outra passagem, destaca o autor:

> Quando o monopólio estatal do petróleo mais precisou de um condestável, de fala macia e de ação enérgica, para comandar a recuperação econômica da empresa, foi que mais contou com o amigo e confidente do presidente da República [Ademar de Queiroz], que conseguiu reerguê-la e reestruturá-la, *despolitizando* e realinhando seus

[434] DREIFUSS, René Armand. *1964*... op. cit. p. 140.

[435] MARINHO Jr., Ilmar P. *Petróleo*: política e poder. Um novo choque do petróleo? Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.

[436] FARIA LIMA, Floriano Peixoto. Entrevista concedida a Américo Freire, Marly Motta, Carlos Eduardo Sarmento, Celso Castro e Hildete Melo entre 7 de maio e 4 de setembro de 1997. In: MOTTA, Marly; SARMENTO, Carlos Eduardo. *A construção de um Estado*: a fusão em debate. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. p. 38.

[437] MARINHO Jr., Ilmar P. *Petróleo*: política e poder... op. cit. p. 345. grifo meu.

> objetivos, *desintoxicando* e restabelecendo um clima de confiança jamais visto dentro da Petrobrás[438].

Em toada semelhante, o cientista político Getúlio Carvalho[439] lança uma linha argumentativa no sentido de evidenciar que a ascensão do novo regime conferiu à estatal maior autonomia frente aos interesses políticos e societais que a rodeavam até o final do governo de João Goulart. Segundo essa abordagem, o ponto crucial dessa "despolitização" consistiu no estabelecimento do Decreto-Lei 200/67 (reforma administrativa), que instituiu uma maior descentralização administrativa às empresas e entidades estatais e fundamentou a sua organização em um regime análogo ao das empresas privadas.

O autor interpreta a instituição do que chama "regime militar" como um momento liderado pela caserna e no qual se disseminou um movimento de despolitização e organização gerencial do Estado. Esse processo é por ele caracterizado como um momento de crescente influência de técnicos pela burocracia, que foram sendo alçados ao centro das instituições, em detrimento dos "grupos de interesse" de outrora, estes corporificados, sobretudo, nos sindicatos trabalhistas.

Getúlio Carvalho reconhece que os "burocratas" também desempenhavam um importante papel na "articulação de interesses", mas este termo não é aprofundado pelo autor, se referindo a ele de forma genérica quando se remete ao Legislativo. Ademais, embora identifique favorecimentos empresariais por conta das reformas de Castelo Branco, não atrela tais modificações às mobilizações e atuações mais diretas por parte das burguesias. Ou seja, há uma esplêndida desconsideração acerca da existência de classes sociais e de sua ascendência por entre as políticas estatais e petrolíferas durante a ditadura[440].

Em outros casos, em parceria ou contratados pela Petrobras, os autores se dedicaram a elaborar análises mais descritivas. Destacam-se, nesse sentido, a obra de comemoração dos 50 anos da Petrobras[441], a de 50 anos da Refinaria Landulpho Alves[442], a edição especial sobre

---

[438] MARINHO Jr., Ilmar P. *Petróleo*: política e poder... op. cit. p. 346. grifos meus.

[439] CARVALHO, Getúlio. *Petrobrás:* do monopólio aos contratos de risco. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1976.

[440] CARVALHO, Getúlio. *Petrobrás:* do monopólio aos contratos de risco... op. cit. pp. 157-161.

[441] MOURA, Mariluce *et al*. *Petrobras 50 anos*: uma construção da inteligência brasileira. Rio de Janeiro: Petrobras, 2003.

[442] MATTOS, Wilson Roberto de et al. *50 anos de história da Refinaria Landulpho Alves*. Salvador: Solisluna Design e Editora, 2000.

internacionalização da Petrobras[443] - todas encomendadas pela própria empresa - e aquela redigida por José Luciano de Mattos Dias e Maria Ana Quaglino[444].

Todas essas obras trazem informações importantes, sobretudo pelo fato de terem acesso a fontes privilegiadas, em muitos casos devido à sua condição frente a estatal. Ilmar Penna Marinho Jr. era funcionário da empresa e chegou a atuar junto ao alto escalão da mesma. Mariluce Moura, Cristina Chacel e Wilson Mattos foram contratados pela Petrobras junto a uma equipe para redigir edições especiais relacionadas à história da petrolífera, o que lhes proporcionou acesso ao acervo documental da empresa. José Dias e Maria Quaglino, além de terem efetuado a pesquisa pelo Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV) em parceria com o Serviço de Comunicação Social da Petrobras (SERCOM), tiveram a possibilidade de realizar 38 entrevistas com funcionários, superintendentes, ministros e outros agentes que atuaram atrelados à empresa. No mesmo sentido, Getúlio Carvalho conseguiu entrevistar atores importante, como alguns dos ex-presidentes da Petrobras (Irnack Carvalho do Amaral, Arthur Duarte Candal Fonseca, Arthur Levy, Juracy Magalhães e Janary Nunes).

Em pesquisa mais recente, o jurista Gilberto Bercovici[445] efetua um amplo apanhado legislativo acerca da questão petrolífera e mineral brasileira, desde a Constituição de 1891 até o início do século XXI. O autor se ancora em abordagem que concebe o direito econômico como a economia política da forma jurídica, o que significa, dentre outros aspectos, "esclarecer a origem social e teórica dos textos normativos" e "jogar luz sobre os interesses e conflitos ocultos e compreender melhor o direito, especificamente o direito econômico, como parte da realidade social"[446].

Apesar dessa abordagem, o autor enfatiza a importância histórica do controle estatal sobre a produção petrolífera como ferramenta de garantir a soberania nacional e contribuir para a superação do "subdesenvolvimento". Ou seja, esse prisma, tributário da matriz cepalina-furtadiana, acaba exercendo uma análise cujo enfoque central recai na questão de maior ou

---

[443] CHACEL, Cristina. *O tatu saiu da toca*: histórias da internacionalização da Petrobras. Rio de Janeiro: Petrobras, 2007.

[444] DIAS, José L. de M.; QUAGLINO, Maria Ana. *A questão do Petróleo no Brasil*: uma história da Petrobras. Rio de Janeiro: CPDOC/Petrobras, 1993.

[445] BERCOVICI, Gilberto. *Direito econômico do petróleo e dos recursos minerais*. São Paulo: Quartier Latin, 2011.

[446] BERCOVICI, Gilberto. *Direito econômico do petróleo*... op. cit. pp. 12-13.

menor nacionalização dos recursos energéticos. Essa perspectiva é salutar, sobretudo por contrastar com as análises de cepa liberal, mas consideramos insuficiente. Isso porque concebemos que a contradição fundamental não se concentra na dualidade entre nacionalização ou abertura da produção petrolífera, ainda que esta seja importante, mas sim na luta de classes, que persiste – ainda que em novos arranjos - mesmo nos contextos de maior estatização de tais recursos.

Um estudo paradigmático sobre a Petrobras é aquele de autoria da economista Edelmira del Carmen Alveal Contreras[447]. No intuito de instituir um aparato teórico para caracterizar aquilo que denomina Sistema Produtivo Estatal (SPE), a autora se assenta na metáfora do Jano Bifronte. Esse recurso qualifica as empresas estatais criadas a partir dos governos de Getúlio Vargas por sua *bifacialidade*. Ou seja, os componentes produtivos do Estado estavam imbuídos em uma lógica de dupla inserção, no mercado e no Estado. Em outros termos, a face estatal estaria atada aos objetivos políticos e macroeconômicos, ao passo que a face empresarial estaria vinculada ao sentido privado da própria estatal, referente a quesitos estritamente microeconômicos, como a eficiência organizativa e obtenção de lucro.

Segundo a autora, essa lógica *bifronte*, juntamente ao forte grau de identidade política e a existência de um projeto estratégico próprio por parte da Petrobras, foi possibilitando à empresa a "apropriação de espaços relativos de autonomia" frente ao jogo político. No período da ditadura, Alveal Contreras chega a utilizar uma metáfora inspirada no clássico de Thomas Hobbes[448] para definir a condição de autonomia da petrolífera, realçando que esta se configurou como um "Leviatã produtivo", haja vista que passou a atuar como "agregador, articulador e intermediador de interesses"[449].

A autora compreende a autossuficiência financeira da Petrobras e a reforma administrativa de 1967 como elementos basilares para a consecução de tal autonomia. Se por um lado houve uma maior independência frente aos demais organismos estatais, por outro esse processo ensejou, segundo a autora, uma maior articulação entre a empresa e aquilo que

[447] ALVEAL CONTRERAS, Eldemira del Carmen. *Os desbravadores:* a Petrobras e a construção do Brasil industrial. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Anpocs, 1994.

[448] HOBBES, Thomas. *Leviatã, ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*. 2 ed. São Paulo: Martin Claret, 2012.

[449] ALVEAL CONTRERAS, Eldemira del Carmen. *Os desbravadores...* op. cit. pp. 128-129.

denomina "interesses estruturais"[450]. Uma síntese da perspectiva da autora acerca da interação entre tais interesses, a reforma administrativa e a Petrobras pode ser constatada na seguinte passagem:

> Para esta análise, interessa destacar que essa reforma legal [Decreto-Lei n. 200/67] constituiu um dos incentivos a consolidar uma nova cultura empresarial do Estado, *alargando os espaços para a combinação de interesses públicos e privados*, métodos de gestão pública e privada, experiência pública e privada, colaboração de homens de negócios e "executivos" de empresas públicas[451].

Pode-se perceber que Carmen Alveal confere centralidade a um ponto importante no que concerne às diretrizes da Petrobras, que são os interesses econômicos privados que a circunda. Porém, há pelo menos dois pontos possíveis de perceber no encadeamento argumentativo da autora que merecem atenção.

O primeiro consiste numa perspectiva que, embora enfatize a articulação dos grupos privados com a Petrobras, confere à estatal um papel de *intermediação* entre as suas práticas e os *interesses estruturais*. Isso fica evidente quando a autora realça que a Petrobras se constituía enquanto uma "organização *solidária* com os interesses privados nacionais", tendo um papel de "intermediação", de modo a promover "práticas associativas setoriais e específicas, de cunho neocorporativo, com grupos de atores estratégicos privados e públicos, nacionais e internacionais"[452].

O outro elemento que vale enfatizar é a abordagem da autora em relação ao que chama de "regime político pós-64" e a suposta despolitização da Petrobras. Em determinada passagem, citando Maria de Lourdes Covre[453], Carmen Alveal destaca que o golpe significou uma liquidação do "clima contextual de politização que antes cercava as atividades das empresas estatais". Além disso, ela prossegue destacando que a ditadura estabeleceu "uma cultura de eficiência tecnocrática" na estatal[454].

---

[450] Resumidamente, *interesses estruturais* consiste nos grupos e interesses, locais e internacionais, "à procura de uma redistribuição de recursos e poder". Ver: ALVEAL CONTRERAS, Eldemira del Carmen. *Os desbravadores...* op. cit. p. 50.

[451] ALVEAL CONTRERAS, Eldemira del Carmen. *Os desbravadores...* op. cit. p. 82. Grifos meus.

[452] ALVEAL CONTRERAS, Eldemira del Carmen. *Os desbravadores...* op. cit. p. 57. Grifos meus.

[453] COVRE, Maria de Lourdes M. *A Fala dos Homens. Análise do pensamento tecnocrático.* 1964-1981. São Paulo: Brasiliense, 1981.

[454] ALVEAL CONTRERAS, Eldemira del Carmen. *Os desbravadores...* op. cit. p. 79.

Embora o estudo da autora seja paradigmático e leve em consideração a interface entre a Petrobras e o empresariado, é importante problematizar as duas abordagens da autora aqui mencionadas a partir do desenvolvimento teórico e histórico estabelecido por René A. Dreifuss[455]. Em primeiro lugar, temos de considerar que essa tal "eficiência tecnocrática" que adquiriu o seu contorno mais bem acabado, segundo a autora, com a reforma administrativa da ditadura, era levada a cabo sobretudo por intelectuais orgânicos da burguesia. Como bem destaca Dreifuss, especialmente a partir da década de 1950 os "técnicos" ou "burocratas" que passaram a ocupar grande parte das entidades do Estado eram, em sua maioria, empresários. Levando em consideração a análise da ocupação dessas instâncias estatais, o autor identificou que parte expressiva desses cargos era preenchida por agentes que possuíam assento no corpo diretivo de grandes companhias privadas, principalmente aquelas de origem multinacional ou associada. É por essa razão que Dreifuss não apreende as interpretações que compreendem a ditadura como o primado de uma tecnocracia constituída por especialistas[456], propondo uma nova alcunha em substituição aos "burocratas" ou aos "técnicos", qual seja, *tecno-empresários*[457].

Portanto, se compreendermos a política para além da institucionalidade liberal dos três poderes, é possível perceber que essa maior autonomia relativa da Petrobras frente às demais instâncias do Estado a partir da reforma administrativa não significou a despolitização de seu funcionamento. De forma distinta, conforme pretendemos realçar ao longo deste capítulo, a ditadura significou a viabilização social e institucional que permitiu a existência de uma cadeia de transmissão mais direta entre a estatal e os segmentos empresariais. Essa maior inter-relação entre os interesses econômicos privados e as políticas petrolíferas teve como condição necessária, em primeira instância, a neutralização das formas de organização da classe trabalhadora, consolidada através de uma sistematizada rede de repressão e vigilância.

Em segundo lugar, conforme já destacado anteriormente, René Dreifuss compreende que o golpe de 1964 e a ditadura que lhe sucedeu foram encampados não apenas por segmentos militares, mas também empresariais. Logo após a derrubada de João Goulart, a composição de instâncias fundamentais para a construção das políticas do regime contou com a participação

[455] DREIFUSS, René Armand. *1964*... op. cit.

[456] Um dos estudos emblemáticos assentado nessa perspectiva é o de Celso Lafer: LAFER, Celso. *O sistema político brasileiro.* São Paulo: Editora Perspectiva, 1975.

[457] DREIFUSS, René Armand. *1964*... op. cit. pp. 72-73.

direta de agentes civis e castrenses vinculados ao IPES e/ou à ESG. Se, como evidencia Dreifuss, o golpe de 1964 significou a "conquista" do Estado pelo bloco civil-militar multinacional/associado, é válido averiguar se esse avanço acometeu a estrutura de funcionamento da Petrobras naquele mesmo período.

Conforme salientado no capítulo anterior, a Petrobras constituiu um dos vetores da contrarrevolução preventiva acirrada entre as décadas de 1950 e 1960 e que teve seu ponto culminante no golpe de 1964. Esse fator foi um ingrediente fundamental para uma validação mais efetiva dos interesses empresariais pelas políticas petrolíferas do país. Esses elementos, que resumem as hipóteses da tese, podem ser colocados em outros termos: as relações sociais em torno da Petrobras eram percebidas como uma ameaça à segurança nacional e à salvaguarda dos interesses das burguesias, logo, o sufocamento e abrupta repressão à categoria petroleira com a ditadura abriu as veredas para as classes dominantes delinearem as diretrizes da estatal de forma mais assertiva. No desencadeamento desse processo, a introdução dos interesses das burguesias no interior da Petrobras teve a militarização da companhia como pressuposto elementar, conforme será detalhado a seguir.

3.2 - A militarização ditatorial da Petrobras: abrindo as veredas para o empresariamento das políticas petrolíferas

A presença de militares em entidades que gozavam de autoridade para desenvolver a produção petrolífera brasileira é uma constante desde o surgimento do CNP, em 1938. Com a criação da Petrobras, em 1953, não foi diferente. Conforme salientado em capítulo anterior, desde os primeiros anos de funcionamento da companhia já era possível perceber a presença de membros das Forças Armadas em seu alto escalão. Este subcapítulo é dedicado a evidenciar as especificidades da militarização da petrolífera a partir da ditadura inaugurada em 1964.

O processo de "militarização" é aqui compreendido tanto em relação à profusão de militares pela estrutura operacional e organizativa da Petrobras, quanto no que tange ao aparato de repressão, vigilância e disciplinamento difundido no interior da companhia. Esse processo será analisado tendo-se em consideração episódios importantes atinentes à institucionalização dos dispositivos perpetradores da violência coercitiva nas estruturas do Estado restrito, bem como as movimentações e disposições das Forças Armadas ao longo do regime. Em conjunto com as próximas subseções, os esforços aqui empregados visam contribuir para fortalecer a

hipótese de que o avanço da militarização da empresa, assentada na DSN, constituiu uma via para salvaguardar uma maior ascendência empresarial pelas políticas petrolíferas do país.

3.2.1 - A estrutura repressiva da ditadura após o golpe de 1964 e o fracionamento das Forças Armadas

Constatando que a Constituição em vigor não funcionou para "destituir o governo [João Goulart], que deliberadamente se dispunha a bolchevizar o País", o "Comando Supremo da Revolução" resolveu modificar a Carta de 1946 através de um Ato Institucional. O objetivo central daquele aparato legal, segundo os golpistas, era:

> [...] assegurar ao novo governo a ser instituído, os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil, de maneira a poder enfrentar, de modo direto e imediato, os graves e urgentes problemas de que depende a restauração da ordem interna e do prestígio internacional da nossa Pátria[458].

O dispositivo foi estabelecido em 9 de abril de 1964, com vigor até 31 de janeiro de 1966. Naquele momento, os golpistas de 1964 não concederam um número ao Ato Institucional, calculando que a medida seria suficiente para repelir as forças tidas como ameaçadoras e para implementar as reformas econômicas consideradas necessárias, restabelecendo, desse modo, a "ordem" política.

O primeiro dos Atos Institucionais implicou a ampliação dos poderes do Executivo em detrimento do Legislativo e do Judiciário. Dentre os seus 11 artigos, foram habilitados instrumentos como a suspensão por 6 meses da estabilidade dos servidores públicos federais, estaduais e municipais, podendo estes serem demitidos sumariamente (art. 7º). A cúpula ditatorial também passou a estar provida do direito de declarar estado de sítio sem prévia autorização do Congresso (art. 6º). Além disso, o chefe do Executivo Nacional adquiriu o poder de suspender os direitos políticos por 10 anos de qualquer cidadão e de cassar mandatos legislativos de todas as esferas, sem a necessidade de apreciação judicial (art. 10º)[459].

O Ato Institucional veio selar institucionalmente aspectos das arbitrariedades que já vinham ocorrendo desde os primeiros momentos do golpe de 1964. Os dias que iniciaram o mês

[458] BRASIL. Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964. Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução Vitoriosa. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm. Acesso em: 22/02/2024.

[459] BRASIL. Ato Institucional nº 1... op. cit.

de abril daquele ano foram marcados pela deposição e/ou prisão arbitrárias de governadores e parlamentares oposicionistas; detenções de lideranças de organizações do campo nacionalista popular; depuração nos movimentos sindicais, em um processo que implicou a intervenção em 452 sindicatos, 43 federações e 3 confederações de trabalhadores entre abril e dezembro; perseguição e detenção de membros dos movimentos de trabalhadores rurais, sendo um dos episódios mais dantescos a prisão de Gregório Bezerra, membro do PCB que organizava os sindicatos rurais em Pernambuco e que, após o golpe, foi arrastado pelas ruas de Recife amarrado a um carro das forças policiais; sem contar os expurgos em andamento nas Forças Armadas, assassinatos e outros casos de tortura[460]. Estavam postos ali alguns dos principais quesitos que habilitavam o regime como eminentemente *ditatorial*, apesar da existência de um verniz democrático que ainda adornava as instituições do Estado.

Em 11 de abril, o Congresso Nacional já mutilado e sob as rédeas dos ditadores "elegeu" Humberto de Alencar Castelo Branco para a presidência. Em 15 de abril, o militar foi empossado, afirmando entregar o cargo em 1966, algo que, como sabemos, não ocorreu.

Conjugado aos elementos presentes no Ato Institucional, o bloco no poder que assumiu o controle do Estado com a ditadura dispunha de algumas instituições repressivas para auxiliar o processo de eliminação da "ameaça comunista". Eles tinham à sua disposição polícias estaduais (civis e militares) profundamente violentas, com o histórico de terem, desde a década de 1950, agentes atuando em grupos clandestinos mobilizados para assassinar "marginais considerados irrecuperáveis", agrupamentos esses conhecidos como "Esquadrões da Morte"[461]. Os ditadores também podiam contar com os Departamentos de Ordem Política e Social (Dops),

[460] NETTO, José Paulo. *Pequena história da ditadura brasileira*... op. cit. pp. 69-70.

[461] A categoria "Esquadrões da Morte" passou a ser difundida principalmente a partir do final da década de 1950. Em um primeiro momento, o termo foi disseminado pelo jornal Última Hora para se referir à atuação da Turma Volante de Repressão aos Assaltos à Mão Armada (TVRAMA), criada em 1957 pelo então chefe do Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP), Amaury Kruel, que, aliás, embora não composse o bloco IPES/IBAD/ESG, confluiu com este grupo na construção do golpe de 1964. Ao longo do tempo, o termo "Esquadrões da Morte" foi sendo utilizado para caracterizar as ações de outros agrupamentos clandestinos de "justiceiros", em sua maioria integrados por policiais. No decurso da ditadura, a atuação desses grupos foi ampliada, sendo as operações firmadas, em muitos casos, por demanda de empresários. Um dos esquadrões mais famosos foi o "Scuderie Detetive Le Cocq", criado em 1965 e que viria se tornar o primeiro grupo de extermínio do estado do Rio de Janeiro, sendo um precursor do que atualmente conhece-se por "milícias". cf. MELLO NETO, David Maciel. "Esquadrão da Morte", "Grupos de Extermínio" e os Movimentos Sociais: Mudanças em uma Categoria da "Violência Urbana". *Revista Antropolítica*, nº 52, p. 322-347, 2º quadrimestre 2021; ALVES, José Cláudio Souza. *Dos barões ao extermínio*: uma história da violência na Baixada Fluminense. 2ª edição, revista e ampliada. Rio de Janeiro: Consequência, 2020. DREIFUSS, René A. *1964*: a conquista do Estado... op. cit. pp. 371-373.

que foram criados na década de 1920 e ampliados nos decênios seguintes, tendo sido permanentemente articulados para reprimir dissensões políticas. O Conselho de Segurança Nacional (CSN), criado na década de 1930 para estudar questões atinentes à "segurança nacional", também foi acoplado ao cabedal repressivo da ditadura. Desde 1958 o CSN foi habilitado para defender o país de "ideologias extremistas", e, ao longo do regime, mais precisamente a partir do Decreto-Lei nº 900 de 29 de setembro de 1969, o Conselho tornou-se o "órgão de mais alto nível no assessoramento direto do presidente da República, na formulação e na execução da política de segurança nacional". Nas Forças Armadas, a única entidade de inteligência existente em 1964 era o Centro de Informações da Marinha (Cenimar)[462], criado em 1955[463].

Instituições como as polícias ou os Dops eram considerados ineficientes ou com jurisdição restrita pelos ditadores. Para sanar tais "debilidades" foi criado o Serviço Nacional de Informações (SNI), diretamente controlado pelo Executivo Nacional e com o raio de atuação para além do âmbito dos estados.

O SNI foi criado em 13 de junho de 1964 com o objetivo central de coordenar atividades de informações e contra-informações sobre grupos e agentes que supostamente ameaçavam a "segurança nacional". O órgão era dirigido pelo general Golbery do Couto e Silva e foi ramificado para diversas regiões do país. A partir de julho de 1967, a estrutura do SNI passou a contar com as Divisões de Segurança e Informações (DSIs), acopladas aos ministérios civis, e também com as Assessorias de Segurança e Informações (ASIs), incorporadas às universidades e empresas estatais. Junto a essa estrutura havia o Centro de Informações do Exterior (Ciex), criado em 1966, responsável por monitorar atividades políticas de estrangeiros atuantes no Brasil e de brasileiros no exterior. Com exceção do Ciex, todos esses órgãos eram comandados por oficiais generais, a maioria do Exército. Além disso, o SNI também tinha rede de informações infiltradas em movimentos dos estudantes, dos trabalhadores e dos militares[464].

---

[462] O órgão foi fundado sob o nome de "Serviço de Informações da Marinha", sendo rebatizado em 1957 para Cenimar.

[463] JOFFILY, Mariana. O aparato repressivo: da arquitetura ao desmantelamento. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil*: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014 (versão e-book). p. 121; KORNIS, Mônica. Verbete: Conselho de Segurança Nacional. In: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da FGV. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Disponível em: https://bit.ly/49OV1tj. Acesso em: 26/02/2024.

[464] JOFFILY, Mariana. O aparato repressivo... op. cit. p. 122; DREIFUSS, René A. *1964*: a conquista do Estado... op. cit. p. 422.

O SNI era um aparato que consubstanciava uma estratégia de atuação fundamental para assegurar a ditadura nos moldes da contrarrevolução preventiva. Como destaca René Dreifuss[465], "no cumprimento das funções de estabilização e previsibilidade, o SNI desempenhou um papel importante, afastando-se da repressão ostensiva e coerção e aproximando-se da manipulação preventiva e de controles sociais menos visíveis"[466]. Emílio Garrastazu Médici e João Batista Figueiredo assumiram a presidência do país após ter passado pela chefia do SNI, o que evidencia a importância da entidade para o regime[467].

Este subcapítulo visa realizar uma análise acerca do avanço dos militares e das instituições repressivas frente ao funcionamento da Petrobras ao longo da ditadura. No que tange ao espaço temporal entre o golpe e o final da década de 1960, dentre os diversos estudos que serão abordados, esta subseção será conduzida, elementarmente, pela pesquisa de René Dreifuss[468] e também tendo-se como pressuposto o fracionamento das Forças Armadas verificado pelo cientista político João Roberto Martins Filho[469]. Antes de prosseguirmos a análise, vale a pena abrir um parêntese importante a fim de destacar algumas ressalvas em relação à obra deste último autor.

Analisando os momentos de acentuação das divergências entre os segmentos das Forças Armadas, sobretudo nas crises relacionadas às transições na chefia do Executivo Nacional, João Roberto Martins Filho identificou seccionamentos na corporação militar para além da dualidade entre castelistas e "linha dura", cisão bastante difundida na literatura sobre o tema. A abordagem do autor vem se tornando paradigmática nas pesquisas sobre os militares e apreende elementos importantes acerca da complexa composição da caserna entre 1964 e 1969. Um de seus pressupostos, porém, contrasta com prerrogativas caras à esta tese e merece ser explicitado.

---

[465] DREIFUSS, René Armand. *1964*: a conquista do Estado... op. cit. pp 492-493, nota de fim de capítulo nº 22.

[466] Imprescindível salientar que, a princípio, embora o SNI não atuasse diretamente na repressão ostensiva, a entidade era um esteio fundamental para municiar de informações e estratégias de atuação agências habilitadas a operar com virulência em práticas coercitivas, através de sequestros, prisões e torturas, como eram os casos dos Centros de Informações das três Forças (Exército, Marinha e Aeronáutica). cf. FIGUEIREDO, Lucas. *Lugar nenhum*: militares e civis na ocultação dos documentos da ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2015 (Coleção Arquivos da Repressão no Brasil).

[467] Emílio Médici chefiou o SNI entre 1967 e 1969 e João B. Figueiredo entre 1974 e 1978.

[468] DREIFUSS, René Armand. *1964*: a conquista do Estado... op. cit.

[469] MARTINS FILHO, João R. *O Palácio e a caserna*: a dinâmica militar das crises política da Ditadura (1964-1969). 2ª ed. São Paulo: Alameda, 2019 [1995].

Trata-se da afirmativa do autor de que a pesquisa de René Armand Dreifuss[470] subestima os aspectos militares do regime estabelecido com o golpe de 1964[471]. Como bem destacam os historiadores Demian Melo e Rejane Hoeveler[472], João Roberto M. Filho desconsidera a importância que Dreifuss concede ao componente militar do complexo IPES/IBAD/ESG. Pode-se notar a relevância da caserna em todo o livro de Dreifuss, mas basta ler, por exemplo, o capítulo VIII ("A ação de classe da elite orgânica: o complexo IPES/IBAD e os militares") para perceber que as articulações para a construção da conspiração contra o governo João Goulart foram efetuadas fundamentalmente por membros castrenses esguianos em parceria com um grande cabedal de lideranças e organizações empresariais. No capítulo seguinte ("O complexo IPES/IBAD no Estado – a ocupação dos postos estratégicos pela elite orgânica"), o autor evidencia que, com a ditadura, os ipesianos e esguianos que tramaram o golpe, civis *e* militares, passaram a ocupar (ou tiveram representantes em) cargos estratégicos no Estado restrito, definindo as diretrizes basilares para o desenvolvimento do regime.

João Roberto Martins Filho considera que a crise de hegemonia burguesa que permeou a emergência da ditadura implicou uma militarização do aparelho do Estado, sendo que as Forças Armadas passaram a representar um "partido político da burguesia"[473]. Ao longo de sua análise, pode-se verificar que o autor concebe que o componente "civil" da ditadura é composto, elementarmente, pelos membros do poder Legislativo. Ao abrir o segundo capítulo de seu livro, que trata da dinâmica militar do regime, João Roberto, ao anunciar que as forças castrenses passaram a ter um poder decisório que sobrepunha o Parlamento, realça:

> Nos episódios mais importantes do imediato pós-golpe, a *vanguarda civil do movimento* de março parece ter pautado suas decisões e seu cálculo tático pela constatação de que, no calor da hora, *aos políticos* caberia apenas marcar sua presença na arena das decisões; o palco decisório real eram os generais vitoriosos[474].

No desfecho do mesmo capítulo, o autor destaca que o objetivo daquela seção foi mostrar:

> [...] através do exame dos conflitos políticos centrais nos primeiros meses após a "Revolução" de 1964, que o regime marcou-se desde o início por uma dinâmica política cujo quadro mais amplo se configura na crucial unidade castrense frente ao

[470] DREIFUSS, René Armand. *1964*: a conquista do Estado... op. cit.

[471] MARTINS FILHO, João R. *O Palácio e a caserna*... op. cit. p. 44.

[472] MELO, Demian; HOEVELER, Rejane C. Muito além da conspiração... op. cit. p. 31.

[473] MARTINS FILHO, João R. *O Palácio e a caserna*... op. cit. p. 47.

[474] MARTINS FILHO, João R. *O Palácio e a caserna*... op. cit. p. 73, grifos meus.

> mundo político, na dependência civil diante dos militares e na *impotência paisana* face ao avanço da militarização[475].

Como se pusesse sua crítica a Dreifuss num "espelho", João Roberto M. Filho apreende aquilo que considera um equívoco na análise do autor de *1964* de forma invertida. Ou seja, se, como alega o autor, Dreifuss marginalizou o componente militar de sua análise, João Roberto faz o mesmo, só que com o ator que ele considera privilegiado na análise de Dreifuss, colocando em segundo plano, portanto, o papel fundamental que os empresários desempenharam junto à caserna na construção do regime.

Essa conduta pode ser verificada mesmo no fragmento em que João Roberto M. Filho trata de forma mais detida sobre o empresariado, exercício realizado para ilustrar que segmentos da burguesia perceberam o "costismo" como um ponto de referência para contrapor as políticas econômicas que desagradavam a classe no final do governo Castelo. O autor frisa os posicionamentos da CNI entre 1965 e 1966, de modo a evidenciar as contraposições da entidade patronal às políticas econômicas do governo Castelo Branco, que privilegiavam o combate à inflação em detrimento das "políticas de desenvolvimento". Mesmo trazendo esse elemento como um importante componente para compreender o acirramento da contraposição ao "castelismo" no período em tela, pode-se perceber que João Roberto M. Filho considera a atuação desse setor da burguesia como fundamentalmente *reativa* frente às ações dos militares. Nas palavras do autor, a ação de órgãos empresariais como a CNI constituía um "sintoma da dependência civil face à dinâmica militar do regime"[476].

Desse modo, sem rejeitar o papel elementar que os militares tiveram na construção da ditadura, a perspectiva analítica que rege esta tese considera que os membros castrenses partilharam com o empresariado o *conteúdo* basilar do regime. A nossa análise vai além da afirmativa de que o sentido da ditadura foi burguês ou que as burguesias atuaram diretamente nas operações de repressão. Conjugado a esses fatores, compreendemos que as diretrizes mais

[475] MARTINS FILHO, João R. *O Palácio e a caserna*... op. cit. p. 101, grifos meus.

[476] MARTINS FILHO, João R. *O Palácio e a caserna*... op. cit. p. 111.

gerais do regime, como, por exemplo, as políticas habitacional[477], agrária[478], energética[479], de mobilidade[480] e macroeconômica[481], estiveram, em grande medida, sob a batuta das classes dominantes brasileiras. Como destaca René Dreifuss[482]:

> A aliança de dependência mútua entre o Estado e as empresas privadas não tinha raízes apenas no aprofundamento do processo capitalista, mas, em termos bem concretos, na presença desses interesses no Estado, assegurando assim as garantias políticas indispensáveis à reorganização e ao controle da sociedade e da economia.

Fechando o parêntese, ficam aqui as ressalvas que anunciam uma apreensão crítica da análise de João R. Martins Filho.

O autor, no entanto, é feliz ao identificar que, já nos primeiros momentos da ditadura, era possível perceber que o Legislativo foi sendo marginalizado do centro do poder político, cumprindo um papel de coadjuvante. Em dois dos principais episódios do início do regime, a escolha do novo chefe do Executivo e o estabelecimento do primeiro Ato Institucional, os parlamentares tiveram pouca ou nenhuma agência[483].

Em contrapartida, outra faceta do poder civil teve atuação categórica no decurso da ditadura. Trata-se dos empresários. Em conjunto com os militares da ESG, segmentos da classe dominante tiveram força decisiva na montagem do quadro de membros do Estado restrito, sendo o IPES um polo estratégico e organizativo fundamental.

---

[477] PESTANA, Marco Marques. *A ampliação seletiva do Estado e remoções de favelas no Rio de Janeiro*: embates entre empresariado do setor imobiliário e movimentos de favelados (1957-1973). Tese de doutorado em História. Niterói: UFF, 2018.

[478] MENDONÇA, Sonia Regina de. *O patronato rural no Brasil recente* (1964-1993). Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2010; GALVÃO, Elisandra. A ação política da Confederação Nacional de Agricultura (CNA) na ditadura militar. In: CAMPOS, Pedro Henrique P.; BRANDÃO, Rafael Vaz da M.; LEMOS, Renato Luís do C. N (orgs.). *Empresariado e ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2020; GALVÃO, Elisandra. Mobilizações do empresariado rural no pré-1964. *Germinal*: marxismo e educação em debate, 16 (1), p. 184-207, 2024.

[479] BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. *O negócio do século*: o acordo de cooperação nuclear Brasil – Alemanha. Rio de Janeiro: Editora Autografia, 2017; CAMPOS, Pedro H. P.; BRANDÃO, Rafael Vaz da M. A construção da hidrelétrica de Itaipu durante a ditadura: violações de direitos e favorecimento a grandes grupos econômicos. *Projeto História*, v. 77, p. 7-34, 2023.

[480] CAMPOS, Pedro H. P. *Estranhas catedrais*. As empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988. Niterói: Eduff, 2015.

[481] MAGALHÃES, Viviane de F. *Antônio Delfim Netto*: trajetória acadêmica, interface junto ao empresariado e atuação como ministro da ditadura de um intelectual orgânico da burguesia (1948-1974). Dissertação de mestrado em História. Seropédica: UFRRJ, 2019.

[482] DREIFUSS, René Armand. *1964*: a conquista do Estado... op. cit. p. 455.

[483] MARTINS FILHO, João R. *O Palácio e a caserna*... op. cit. p. 74.

Em 2 de abril de 1964, a burguesia e setores religiosos comemoraram o golpe promovendo mobilizações em distintas capitais do país, em um episódio que ficou conhecido como "Marcha da família com Deus pela liberdade". O evento foi organizado ou apoiado por entidades como a Campanha Mulheres pela Democracia (CAMDE), Sociedade Rural Brasileira (SRB), Fiesp, IPES e outras, e reuniu centenas de milhares de pessoas em capitais do país[484].

Empresários que assistiam e saudavam a Marcha no Rio de Janeiro reuniram-se no escritório do IPES, no centro da cidade, com o general Heitor Herrera, que era um dos pivôs entre o Instituto e a ESG. Os empresários expuseram para o membro castrense as "qualidades que desejavam ver no próximo presidente do Brasil", reforçando que este não deveria estar associado a nenhum dos três governadores mais importantes, quais sejam, Carlos Lacerda (RJ), Magalhães Pinto (MG) e Adhemar de Barros (SP). O nome apoiado pelos partícipes foi o de Castelo Branco, que logo ganhou suporte da mídia corporativa, que empenhou intensa campanha de propaganda pelo país[485].

Heitor Herrera era amigo íntimo de Ernesto Geisel. Este, junto com os generais Golbery do Couto e Silva, Ademar de Queiróz, Cordeiro de Farias, Nélson de Melo e Orlando Geisel foram os principais membros das Forças Armadas a articular o nome de Castelo Branco para o Executivo Nacional junto à cúpula militar.

A ascendência dos empresários pertencentes ao bloco multinacional/associado na escolha do chefe do Executivo é um dos episódios que ilustra o poder que o complexo

[484] As marchas organizadas pelo país foram utilizadas pelos ditadores para evidenciar uma suposta adesão popular ao regime. Recentemente, o episódio é constantemente mobilizado por setores da extrema direita brasileira para explicitar que "o Brasil inteiro estava a favor de 1964", como pode-se perceber, por exemplo, no documentário falsificador da história denominado "1964: o Brasil entre armas e livros", produzido pela empresa "Brasil Paralelo". A pesquisa de opinião realizada pelo Ibope entre 20 e 30 de março de 1964 traz um quadro factível acerca da percepção política popular da época: mais de 50% da população avaliava o governo Goulart como ótimo, bom ou regular. A pesquisa foi doada pelo Ibope ao Arquivo Edgard Leuenroth da Unicamp e o resumo de seus resultados pode ser conferido em: SUGIMOTO, Luiz. O golpe que deu Ibope. *Jornal da Unicamp*, edição 204, 24/02 a 12/03 de 2003. Disponível em: https://www.unicamp.br/unicamp_hoje/ju/fevereiro2003/ju204g03.html. Acesso em: 23/02/2024. O documentário da "Brasil Paralelo" está disponível no canal da produtora no Youtube (https://bit.ly/3wr9Fsv). Uma análise crítica acerca da produtora "Brasil Paralelo" pode ser verificada em: BALESTRO, Mayara. *Agenda conservadora, ultraliberalismo e "guerra cultural"*: "Brasil Paralelo" e a hegemonia das direitas no Brasil contemporâneo (2016-2020). Dissertação de mestrado em História. Marechal Cândido Rondon – PR: Unioeste, 2021. João Cezar de Castro Rocha defende que a Brasil Paralelo representou para o bolsonarismo papel semelhante que o IPES desempenhou para o golpe de 1964. Ver: ROCHA, João Cezar de C. Brasil Paralelo: autorretrato involuntário? *Rascunho*, ed. 245, set. 2020.

[485] DREIFUSS, René Armand. *1964*: a conquista do Estado... op. cit. pp. 419-420.

IPES/ESG passou a ter após o golpe de 1964. Como destaca Dreifuss[486], os membros desse campo "assumiram a formulação das diretrizes básicas do novo governo, bem como a deliberação sobre as pessoas que deveriam ocupar os postos-chave na nova administração".

Conforme será abordado de forma mais detida adiante, membros ligados direta ou indiretamente ao IPES passaram a assumir diversos cargos em órgãos do Estado restrito, como, por exemplo, os ministérios da Fazenda e do Planejamento. Entretanto, o avanço da organização anticomunista na definição dos quadros e diretivas estatais não se restringiu aos organismos civis.

O general Golbery do Couto e Silva era uma das principais lideranças militares no IPES e, ao assumir o recém criado SNI em junho de 1964, continuou atuando por um tempo na organização. A saída formal do militar do IPES ocorreu em julho do mesmo ano, mas ele continuou tendo vínculo com a entidade, fazendo parte de seu Conselho Orientador. Com o término do governo de Castelo Branco, Golbery retornou ao IPES para articular a ascensão de Ernesto Geisel à presidência do país[487].

Entre 1961 e 1964 o IPES possuiu uma rede militar e de informações operando em dois grupos, quais sejam, o Grupo Especial da Conjuntura e o Grupo de Levantamento da Conjuntura. Este último agrupamento possuía um compilado de dados que reunia informações de 400 mil brasileiros, documentos estes que foram levados por Golbery para compor a base de dados do SNI.

Um dos objetivos que embasaram a criação do SNI foi o intento de fazer com que o órgão substituísse algumas das funções do Serviço Federal de Informações e Contrainformações (SFICI). A necessidade de obliterar parte das atividades do SFICI se dava pelo fato de o então ministro da Guerra, o general Arthur da Costa e Silva, ter inserido o coronel Jaime Portela para ser secretário do Conselho de Segurança Nacional, entidade que o SFICI era submetido[488].

Essa divergência entre a cúpula do governo Castelo Branco e o então ministro da Guerra evidencia uma cisão importante nas Forças Armadas já nos primeiros anos do regime.

[486] DREIFUSS, René Armand. *1964*: a conquista do Estado... op. cit. p. 421.

[487] DREIFUSS, René Armand. *1964*: a conquista do Estado... op. cit. p. 421.

[488] DREIFUSS, René Armand. *1964*: a conquista do Estado... op. cit. pp. 421-422.

Trata-se da divergência entre "castelistas" e "costistas"[489], que iria permear um dos fracionamentos fundamentais no meio castrense ao longo da ditadura.

Além dessas frações, os primeiros anos do regime também contaram com um segmento das Forças Armadas conhecido como "linha dura". Como evidencia João Roberto M. Filho[490], há duas características basilares desse campo castrense: (1) reivindicação de maior rigor na "depuração" do sistema político, com a intensificação das punições e perseguições; e (2) expectativa de influenciar o decurso da tomada de decisões do governo.

Os "linha dura", cuja composição era fortemente atravessada por uma jovem oficialidade, contrastavam com os militares "castelistas", que aqui identificamos como os membros castrenses vinculados ao complexo ESG/IPES, na chave de René Dreifuss. Segundo João Roberto M. Filho, os "castelistas" eram o núcleo dirigente do governo, sendo seus principais membros os generais Golbery do Couto e Silva (chefe do SNI), Ernesto Geisel (chefe do Gabinete Militar), bem como os marechais Ademar de Queiróz (presidente da Petrobras) e Cordeiro de Farias (que assumiu cargo equivalente ao de ministro de Interior).

O autor realça três quesitos fundamentais da ala castelista: (1) seu caráter antipopular, (2) sua postura antinacionalista e (3) experiência em missões/treinamentos no exterior e capacidade técnica, sendo esta última característica mais "atípica"[491]. Na esteira interpretativa de Dreifuss, é importante adicionar um quarto e decisivo elemento desse campo castrense, que é o seu vínculo orgânico com segmentos empresariais multinacionais/associados, conforme aqui já realçado.

João Roberto M. Filho ainda elenca mais um segmento das Forças Armadas existente nos primeiros anos da ditadura. Trata-se de militares que, assim como o Legislativo, foram sendo gradativamente marginalizados do poder político. Os generais Mourão Filho, Amaury Kruel, Justino Alves de Barros e Peri Bevilacqua faziam parte daquele campo. Os três primeiros são percebidos por Dreifuss como "tradicionalistas". Identificados já nos primeiros anos da década de 1960, os "tradicionalistas" eram oficiais contrários ao "comunismo", mas que não foram treinados no âmbito da ESG e nem possuíam uma proposta de mudança política, social

[489] Após o governo de Castelo Branco, os "costistas" foram definidos por João Roberto Martins Filho como "palacianos", caracterização esta que será abordada adiante.

[490] MARTINS FILHO, João R. *O Palácio e a caserna*... op. cit. pp. 82-83.

[491] MARTINS FILHO, João R. *O Palácio e a caserna*... op. cit. pp. 89-91.

e econômica como os membros castrenses do complexo IPES/ESG[492]. Ao longo da ditadura, como será evidenciado adiante, o seccionamento das Forças Armadas foi sofrendo alterações e a configuração do aparato repressivo no interior da Petrobras foi sendo influenciado pelas mudanças do regime no campo da segurança nacional.

3.2.2 - A Doutrina de Segurança Nacional irrompe os muros da Petrobras

Ademar de Queiróz fazia parte do núcleo do complexo IPES/IBAD/ESG e também da cúpula do governo de Castelo Branco. O marechal foi escolhido para presidir a Petrobras ainda pelo "Comando Supremo da Revolução", assumindo o posto em 7 de abril de 1964.

Em sua formação militar, Queiroz passou pela Escola Militar do Realengo, Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Vila Militar, Escola de Estado-Maior do Exército, além da ESG. Dentre as funções cumpridas antes de entrar na Petrobras, pode-se destacar a sua participação na Comissão de Estudos para a Indústria Militar Brasileira na Europa (1934), a sua integração no Estado-Maior da Artilharia Divisionária da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária na Força Expedicionária Brasileira (FEB), o comando da 9ª Região Militar (1958-1961) e da 1ª Divisão de Infantaria (RJ) (1961-1963), além de ter dirigido a Artilharia da Costa e Antiaérea (1963-1964). Na sociedade civil, foi colaborador do IPES. O marechal era amigo próximo de Castelo Branco.

Inaugurando um caminho que seria comum a muitos daqueles que passaram pelo alto escalão da Petrobras, Ademar de Queiroz foi para o corpo diretivo de empresas privadas após passagem por cargos no Executivo Federal. Ele ocupou as direções da Bakol Petroquímica, da Oxigênio S.A. e da Oxigênio do Nordeste S.A. O militar também fez parte do Conselho de administração da Petrobras entre 1970 e 1984[493].

Ademar de Queiroz gozava de prestígio no meio empresarial. Em maio de 1965, em reunião da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ), o presidente da entidade realçou ter boa interlocução com Ademar de Queiroz, e frisou que o então presidente da Petrobras tinha

[492] DREIFUSS, René Armand. *1964*: a conquista do Estado... op. cit. pp. 371-373.

[493] Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Verbete: Ademar de Queiroz. In: _____. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Disponível em: https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/queiros-ademar-de. Acesso em: 04/02/2023.

"grande probidade"[494]. Durante a sua passagem pela estatal, o militar participou de diversas atividades da Associação.

René Dreifuss[495] ressalta que a disseminação de membros da ESG pelo Estado serviu para legitimar a suposta neutralidade do regime, haja vista que se tratava da emergência aos postos de poder de membros com caráter "tecnocrático", de modo a reforçar que as diretrizes políticas estavam imbuídas em critérios "científicos" e não "políticos". Na realidade, a invocação da "tecnocracia" serviu para repelir a influência dos trabalhadores e de suas organizações, bem como das frações burguesas alheias ao campo multinacional/associado[496], das diretrizes do Estado. No que tange mais especificamente à Petrobras, a mesma toada do argumento "tecnocrático" pode ser percebida em autores como Ilmar Penna Marinho Jr.[497] e Getúlio Carvalho[498], que explicitam que o regime significou a emergência de diretrizes demarcadas pela "técnica" na estatal, diferentemente da "politização" de outrora, conforme aqui já destacado.

O resumo do perfil de Ademar de Queiróz exposto acima é um dos elementos que explicita a fragilidade em torno do argumento da "tecnicidade" da Petrobras com o início da ditadura. O militar era desprovido de qualquer formação técnica na área. Ao analisarmos a estrutura organizativa e de atuação da petrolífera durante a sua gestão, é possível perceber que o aspecto mais marcante de sua trajetória e que teve grande influência na nova configuração da Petrobras foi a sua conduta incutida na DSN.

Foi na gestão de Ademar de Queiroz que foi instituída na Petrobras, assim como em outras entidades estatais, uma Comissão Geral de Informações (CGI)[499]. O órgão, que seria

---

494 Revista da Associação Comercial, ano XXVI, n.959, mai/1965.

495 DREIFUSS, René Armand. *1964*: a conquista do Estado... op. cit. pp. 485-486.

496 Uma análise acerca das mobilizações empresariais contra o governo Castelo Branco pode ser verificada em: BORTONE, Elaine. *O IPES e a ditadura empresarial-militar:* os casos das estatais federais e da indústria farmacêutica. Tese de doutorado em História. Rio de Janeiro: UFRJ, 2018. Especialmente o capítulo 5 ("Frações da burguesia contra o governo Castelo Branco (1964-1967)").

497 MARINHO Jr., Ilmar P. *Petróleo*: política e poder... op. cit.

498 CARVALHO, Getúlio. *Petrobrás:* do monopólio aos contratos de risco... op. cit.

499 Não confundir com a Comissão Geral de Informações (CGI) criada em 17 de dezembro de 1968, logo após o Ato Institucional de número 5. Este órgão, conhecido como "Sistema CGI", foi instituído no âmbito do Ministério da Justiça, servindo supostamente para combater a corrupção. A instituição desse sistema foi fruto das pressões dos setores militares ligados à "linha dura" e, no decurso do tempo, também foi mobilizado para reprimir a "subversão". cf. FICO, Carlos. *Como eles agiam*. *Os subterrâneos da Ditadura Militar*: espionagem e polícia

submetido ao SNI em julho do mesmo ano, tinha o objetivo de fazer a "limpeza" da empresa, eliminando aqueles considerados "comunistas" ou "sindical-subversivos" através da condução dos Inquéritos Policiais Militares (IPMs). A operação da CGI funcionou de forma secreta entre abril e outubro de 1964 e resultou na demissão de pelo menos 516 trabalhadores, acometidos pelos IPMs[500].

A CGI-Petrobras era presidida pelo general Antônio Luiz de Barros Nunes, sendo a condução também efetuada pelo general Ayrton Salgueiro de Freitas e por Cândido Álvaro Gouveia, delegado da polícia civil do Rio de Janeiro[501]. É importante salientar, no entanto, que a perseguição a funcionários tidos como "subversivos" começou antes mesmo da instauração da Comissão, sob o escrutínio do próprio Ademar de Queiróz.

A CGI-Petrobras foi instaurada oficialmente em 8 de abril de 1964 e, no dia anterior, é possível perceber uma ordem de serviço assinada por Ademar de Queiroz em seu primeiro dia a frente da estatal. No documento, pode-se verificar a determinação do então presidente da companhia para a retirada de 16 funcionários de cargos de confiança, como superintendências, gerências e postos de chefia. Não é explicitada na ordem a justificativa da investida, informando tão somente que os remanejamentos ocorreram "face às contingências da situação atual"[502].

Entretanto, o fato de a ordem de serviço ser parte de um IPM, como pode-se verificar no timbre presente no canto inferior direito das folhas, indica que se tratava de perseguição política[503]. Essa perspectiva é corroborada ao analisar-se o fichamento militar de alguns dos agentes que foram retirados de cargos de confiança na estatal, como Francisco Luciano Gurgel do Amaral e Carlos Santana.

Francisco Luciano Gurgel do Amaral era diretor da Petrobras e havia chefiado as obras da construção da refinaria Gabriel Passos, em Minas Gerais. No fundo do SNI presente no Arquivo Nacional, há uma ficha de Francisco Amaral datada de 1º de julho de 1964, com o

política. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001. Especialmente o capítulo 4 (O discurso moral contra a corrupção). pp. 149-164.

[500] PRAUN, Luci; COSTA, Cláudia. Pistas sobre a estrutura e as ações de repressão do Estado brasileiro no pós 1964 e sua configuração no interior da Petrobras. *Revista do Arquivo*, v.2, p. 2-20, 2016. p. 5.

[501] PRAUN, Luci; COSTA, Cláudia. Nem episódicas, nem acidentais: ditadura brasileira, estrutura repressiva e violações de direitos na Petrobras. In: PRAUN, Luci et al. (orgs.). Petrobras e petroleiros na ditadura: trabalho, repressão e resistência. São Paulo: Boitempo, 2024. p. 83.

[502] "Ordem de serviço nº 24/64". Fundação Getúlio Vargas. Centro de Documentação em História do Brasil. Arquivo Arthur Levy, notação AL p/cg 1964.01.30. fls. 62-63.

[503] O documento pode ser visualizado no anexo 5 desta tese.

carimbo da SFICI-CSN, cuja a assinatura legível é do general Barros Nunes. No relato dos ditadores, consta que Francisco Amaral tinha "grande penetração nos Sindicatos comunizados", sendo ele "comunista militante do grupo intelectual e ainda aliciador de elementos de projeção". O documento ordena a exclusão imediata de Francisco Amaral dos quadros da Petrobras, "entregando-se o caso aos órgãos competentes"[504].

Já Carlos Santana, na ocasião, chefiava o Escritório Comercial de Petróleo e Derivados (ECOPE). As acusações contra ele estavam relacionadas à sua aproximação com Emerson Serbeto de Barros, ex-chefe do ECOPE, que era considerado elemento "esquerdista". Ademais, os ditadores também o responsabilizava por desviar um navio de combustível para o Rio Grande do Sul no contexto do golpe, onde, segundo relato dos militares, ainda havia focos de resistência[505].

As investidas contra Carlos Santana evidenciam o caráter *preventivo* da perseguição, haja vista que ele estava longe de ser um "subversivo" e, com a ditadura, se não aceitou, pelo menos acomodou-se politicamente ao regime. A sua trajetória após o golpe é exemplar nesse sentido. Ao longo da ditadura, ele voltou a exercer cargos de confiança, chegando a ser diretor da Braspetro e vice-presidente da Interbrás, subsidiárias da Petrobras. Além disso, ironicamente, em entrevista realizada no âmbito do Cpdoc-FGV em 1988, Santana afirmou que, com a assunção de Ademar de Queiroz à presidência da estatal – que, como evidenciado, assinou a sua remoção de cargo de destaque - a Petrobras "começou a entrar nos eixos"[506].

Além das perseguições políticas aqui explicitadas, os agentes mencionados também foram presos, conforme consta em lista de detidos do DOPS presente no Arquivo Arthur Levy depositada no Cpdoc/FGV[507]. Segundo relato do próprio Carlos Santana, ele foi um dos únicos que conseguiu sair da prisão, tendo permanecido na detenção por poucos dias, devido ao fato

---

504 Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Notação: br_rjanrio_hf_0_ptr_000109_d0001de0001. fl. 27

505 Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Notação: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_76099650_d0001de0001. Fls. 8-9.

506 SANTANA, Carlos. Entrevista concedida a Cláudia Maria Cavalcanti de Barros Guimarães, Zairo Cheibub e José Luciano de Mattos Dias. *Serviço de Comunicação Social da Petrobras/Cpdoc-FGV*, Rio de Janeiro, jun./1988. p. 60.

507 "Relação dos empregados presos, à disposição do D.O.P.S". Fundação Getúlio Vargas. Centro de Documentação em História do Brasil. Arquivo Arthur Levy, notação AL p/cg 1964.01.30. fl. 104.

de sua esposa conhecer um agente próximo ao Carlos Lacerda, então governador da Guanabara, e também por conta das boas recomendações de chefes remanescentes na Petrobras[508].

Os demais detidos na operação da CGI, que, em sua maioria, não ocupavam cargos de chefia, tiveram um destino bastante diferente do de Carlos Santana. Os trabalhadores presos na Refinaria Landulplho Alves (RLAM), na Bahia, por exemplo, ou ficavam reclusos em uma corveta atracada perto da unidade da Petrobras ou iam para um alojamento da empresa, conhecido como "Alojamento 200".

Raimundo Lopes era vigilante da RLAM no momento do golpe. Membro do PCB e ligado às forças sindicais, foi preso no contexto das paralisações operárias realizadas com a derrubada de João Goulart. Em entrevista, o trabalhador relatou que foi preso na corveta aqui citada, em situações deploráveis, com má alimentação e com muitos dias sem possibilidade de fazer higiene pessoal. Em relação ao alojamento, a situação era de repressão explícita. Raimundo destacou que, naquele momento, quem ficava preso no "Alojamento 200" era torturado. Ele retrata o caso de um outro vigilante, Vivaldo Fernandes das Neves, que foi preso na RLAM, levado para o alojamento e barbaramente torturado:

> **Entrevistador** - Então houve tortura no Alojamento Duzentos?
> **Raimundo** - Sim, eu falei, o Vivaldo Fernandes das Neves teve suas unhas, ele deitou no chão e eles [os militares] com calcanhar de coturno arrancaram as unhas desse colega. Até quando eu falo assim me dá, até fico emocionado porque foi um ato de covardia.
> **Entrevistador** - O senhor encontrou com Vivaldo depois?
> **Raimundo** - Foi na prisão.
> **Entrevistador** - Foi na Corveta ou...
> **Raimundo** - Não, não. Ele veio para o hospital. Porque além das unhas arrebentaram ele todo, boca, entendeu?
>
> [...]
>
> **Entrevistador** - E além de Vivaldo, quem mais foi pro Alojamento Duzentos?
> **Raimundo** - Carlos Brondi, foi Milton Oliveira, Emanuel… quem foi para o Duzentos foi torturado[509].

[508] SANTANA, Carlos. Entrevista... op. cit. pp. 42-44.

[509] LOPES, Raimundo. Entrevista concedida a Alex Ivo e Carlos Freitas em 26/08/2022, no âmbito do projeto "A responsabilidade de empresas por violações de direitos durante a ditadura", organizado pelo CAAF/Unifesp em parceria com o MPF. Minutagem da citação: 51m20s – 56m18s.

Vivaldo Fernandes foi acusado pelos ditadores de confeccionar coquetéis molotov para, supostamente, lançar na tropa militar. Foi também taxado de "agitador comunista muito atuante", cujo local de trabalho "lhe oferecia lugar ideal para tomar contato com os recém-admitidos na Empresa, onde procurava incutir-lhes o ideal comunista, muitas vezes atemorizando-os". Além de torturado, o operário foi preso e demitido por justa causa da Petrobras[510].

É importante também destacar que, assim como os casos mencionados de tortura, muitas das prisões ocorreram dentro das próprias instalações da estatal, o que evidencia a participação direta da empresa em ações repressivas. Os casos de detenções no interior da companhia ficam explícitos na fala de Raimundo Lopes:

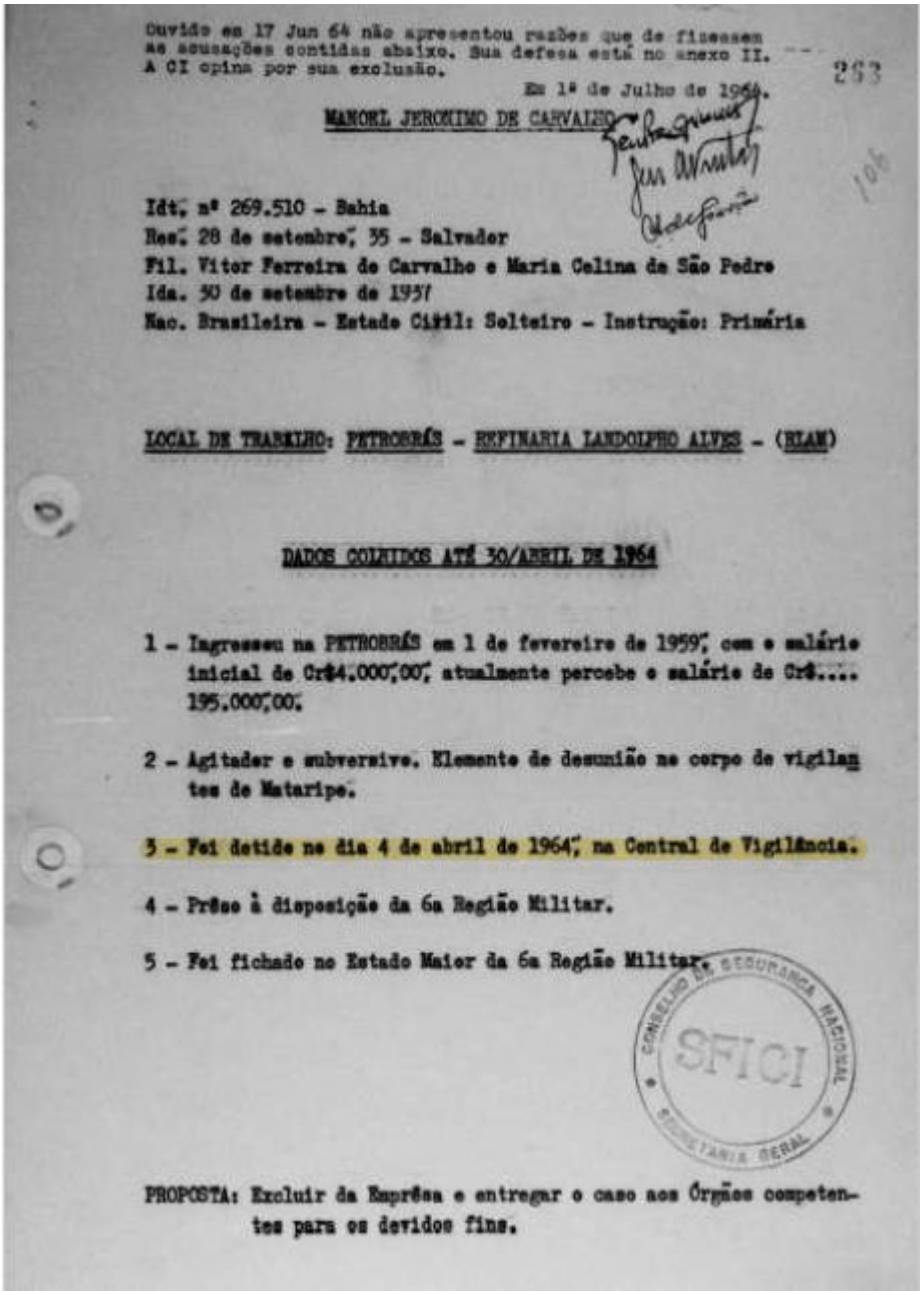
> **Entrevistador -** Ou seja, a maior parte das prisões acontecem dentro da refinaria?
> **Raimundo -** Dentro da refinaria.
> **Entrevistador -** Do setor de segurança foi só o senhor e o Jerônimo?
> **Raimundo -** Não, foram quatro. Raimundo, Jerônimo, Adroaldo e Silva, que era o inspetor.
> **Entrevistador -** Dentro da refinaria?
> **Raimundo -** Dentro da refinaria[511].

O caso de detenções dentro das unidades da Petrobras é corroborado pelo prontuário de Manoel Jerônimo de Carvalho produzido no âmbito da CGI-Petrobras. Manoel Jerônimo, citado acima por Raimundo, também era vigilante da RLAM. Como pode-se perceber no documento, exposto abaixo, o trabalhador é taxado de "agitador e subversivo" pelas entidades policialescas, tendo sido detido na Central de Vigilância da Petrobras e demitido da empresa:

[510] Arquivo Nacional. Fundo: Divisão de Informações da Petrobras. Notação: br_rjanrio_hf_0_ptr_001877_d0001de0001. fls. 5, 10.

[511] LOPES, Raimundo. Entrevista realizada por Alex Ivo e Carlos Freitas em 26/08/2022, no âmbito do projeto "A responsabilidade de empresas por violações de direitos durante a ditadura", organizado pelo CAAF/Unifesp em parceria com o MPF. Minutagem da citação: 44m20s – 46m20s.

Figura 2 - Prontuário de Manoel Jerônimo de Carvalho produzido no âmbito da CGI-Petrobras (abril de 1964)



Ouvido em 17 Jun 64 não apresentou razões que de fizessem as acusações contidas abaixo. Sua defesa está no anexo II. A CI opina por sua exclusão.

Em 1º de Julho de 1964.

MANOEL JERONIMO DE CARVALHO

Idt. nº 269.510 - Bahia
Res. 28 de setembro, 35 - Salvador
Fil. Vitor Ferreira de Carvalho e Maria Celina de São Pedro
Ida. 30 de setembro de 1937
Nac. Brasileira - Estado Civil: Solteiro - Instrução: Primária

LOCAL DE TRABALHO: PETROBRÁS - REFINARIA LANDULPHO ALVES - (RLAM)

DADOS COLHIDOS ATÉ 30/ABRIL DE 1964

1 - Ingressou na PETROBRÁS em 1 de fevereiro de 1959, com o salário inicial de Cr$4.000,00, atualmente percebe o salário de Cr$.... 195.000,00.

2 - Agitador e subversivo. Elemento de desunião no corpo de vigilantes de Mataripe.

3 - Foi detido no dia 4 de abril de 1964, na Central de Vigilância.

4 - Preso à disposição da 6a Região Militar.

5 - Foi fichado no Estado Maior da 6a Região Militar.

CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL SFICI SECRETARIA GERAL

PROPOSTA: Excluir da Emprêsa e entregar o caso aos Órgãos competentes para os devidos fins.

Fonte: Arquivo Nacional. Fundo: Divisão de Informações da Petrobras. Notação: BR_RJANRIO_HF_0_PTR_000590_d0001de0001. fl. 15.

Como decorrência desse episódio, que também teve atos de tortura, Manoel Jerônimo cometeu suicídio[512].

[512] BRASIL. Relatório final da Comissão Nacional da Verdade. Volume 2: Violações de direitos humanos dos trabalhadores. Brasília: CNV, 2014. p. 77.

Esses episódios constituem uma pequena amostra do encargo persecutório e repressivo que veio a ser perpetrado com a instauração da CGI na Petrobras, sendo tais operações mantidas e aprofundadas ao longo do regime. Embora tenha sido encabeçada pelas instituições militares, a operação contou com a participação ativa de agentes do alto escalão da companhia.

No relatório final da CGI há uma seção denominada "Comunismo e corrupção" na qual os militares da ditadura fazem um resumo do perfil de todos os presidentes da Petrobras, desde a criação da empresa até o fim do governo de João Goulart. É válido apresentar uma síntese de seus posicionamentos frente a cada administração.

Os dois primeiros presidentes da Petrobras, Juracy Magalhães (02/04/1954 - 02/09/1954) e Artur Levy (11/09/1954 - 01/02/1956), possuíam avaliações positivas de suas gestões por parte dos militares golpistas a frente da CGI. No relatório consta que o primeiro "deu um ambiente de confiança" à petrolífera e o segundo "deu grande apoio à CCG (Comissão de Coordenação Geral) e conseguiu, graças a isto, unificar a política administrativa da empresa"[513].

Estranho seria se os ditadores tivessem má impressão dos dois primeiros presidentes da Petrobras. Como salientado no capítulo anterior, Juracy Magalhães era uma das lideranças da UDN, chegando a presidir o partido entre 1957 e 1958, e participou ativamente da conspiração para a derrubada de João Goulart. Com a ditadura, filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido oficial do regime, e foi designado embaixador do Brasil nos Estados Unidos. Neste cargo ganhou repercussão a sua fala no momento em que recebeu homenagem da Câmara de Comércio Norte-Americana de São Paulo, quando proferiu a frase "o que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil". Juracy Magalhães permaneceu no cargo diplomático até outubro de 1965. Durante o regime ainda foi ministro da Justiça (1965-1966) e ministro das Relações Exteriores (1966-1967)[514].

Arthur Levy, por sua vez, conforme também exposto em capítulo anterior, atuou na construção do golpe por dentro da Petrobras, estando inserido na chefia do Gabinete da Presidência da empresa. Em 1965, foi posto para encabeçar a superintendência-geral do Departamento Industrial da Petrobras.

---

[513] Arquivo Nacional. Coordenação de Documentos Escritos/Documentos do Executivo e do Legislativo. Fundo: Divisão de Informações da Petrobras, notação BR.RJANRIO.HF.0.AVU.03. p. 325.

[514] COUTINHO, Amélia. Verbete: Juracy Magalhães. In: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da FGV. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Disponível em: https://bit.ly/3SLIvFl. Acesso em: 21/02/2024.

Em relação ao terceiro presidente da Petrobras, Janary Nunes (03/02/1956 - 09/12/1958), o documento enfatiza que ele começou orientando-se pela "técnica estatal", sendo responsável por lançar as bases da Refinaria Duque de Caxias (Reduc). Mas, no final de sua passagem pela Petrobras, ele é acusado de iniciar a "politização da empresa", visto que, segundo o documento dos militares, ele "popularizou-se no país inteiro por meio de conferências" e usou a verba da empresa para auxiliar as eleições do Clube Militar[515].

Já Idálio Sardenberg (11/12/1958 - 02/02/1961), que sucedeu Janary Nunes e iniciou a sua gestão à frente da estatal pouco antes da criação do Sindipetro (1959), foi acusado de ser conivente com o começo da "comunização" da Petrobras. O relatório da CGI aponta três operários como símbolo dessa ascensão "subversiva" por entre os quadros da petrolífera, quais sejam, Geraldo Silvino da refinaria de Cubatão, Mário Lima e Wilton Valença, estes últimos da refinaria de Mataripe, na Bahia[516].

O relatório elaborado pelos militares golpistas aponta que os trabalhadores acima mencionados, juntamente a Fernando Autran - que trabalhava no quadro administrativo da sede, situada no então estado da Guanabara -, foram coordenando, de forma gradativa, a escalada "comunista" na estrutura da Petrobras. Eles apontam a gestão do presidente da estatal indicado por Jânio Quadros, Geonísio Barroso (20/02/1961 - 05/01/1962), como aquela na qual "os comunistas passam a interferir na orientação técnica da empresa"[517], mas não acusam Barroso de ter postura ativa de colaboração com tais operários.

No governo João Goulart, como já salientado, Francisco Mangabeira (17/01/1962 - 06/01/1963) assumiu a frente da Petrobras, sendo o segundo civil a ocupar o posto (ver *Quadro 1*). O relatório da CGI realça que Mangabeira "teve que ceder à pressão vermelha", se referindo à ocupação de 30 postos-chave por trabalhadores supostamente subversivos. Ainda sobre a gestão Mangabeira, o documento realça que, devido à suposta coação dos operários aqui já mencionados, que atuavam junto aos sindicatos, a "PETROBRAS foi INVADIDA por vermelhos de toda a espécie [...]"[518].

Nota-se que o relatório dos ditadores concebia que, desde o começo da "comunização" da Petrobras, ocorrida durante a administração de Idálio Sardenberg, até o fim da presidência

[515] Arquivo Nacional. Coordenação de Documentos... op. cit. p. 326.

[516] Arquivo Nacional. Coordenação de Documentos... op. cit. p. 327.

[517] Arquivo Nacional. Coordenação de Documentos... op. cit. 328.

[518] Arquivo Nacional. Coordenação de Documentos... op. cit. p. 329, grifos originais.

de Mangabeira (12/1958 a 01/1963), todos os presidentes da companhia são vistos apenas como sujeitos passivos frente ao forte avanço dos "subversivos" nos quadros da empresa. Já no que concerne à administração de Albino Silva (11/06/1963 - 28/01/1964), há uma mudança de entendimento. O documento da Comissão realça que "logo após assumir, Albino inicia a fase efetiva da comunização da PETROBRÁS"[519]. Essa percepção se deu pois, segundo o relatório, Albino alocou dois diretores "comunistas" na companhia para conseguir aderência operária à sua gestão[520].

A reprovação ao sucessor de Albino Silva e último presidente pré-ditadura, general Osvino Alves (28/01/1964 - 03/04/1964), foi ainda maior. O relato é iniciado retratando que "com grande alegria dos comunistas, OSVINO foi nomeado presidente da PETROBRÁS"[521]. No item seguinte, continua o relatório: "Cercou-se, desde logo de comunistas ou "inocentes úteis" e o PC [Partido Comunista] passou a dominar completamente a Empresa"[522]. Emblemático é o desfecho do relato dos ditadores sobre a administração de Osvino, que expressa de forma desnuda que os preceitos da DSN balizaram a conduta da operação:

> Foi nesta situação que a Revolução [sic] veio encontrar a PETROBRÁS. Estava a Empresa completamente entregue aos comunistas que mantinham OSVINO no poder juntamente com dois diretores fracos politicamente e outro comunista e corrupto[523].

Com o golpe de 1964, Osvino foi destituído do cargo e preso no forte de Copacabana, figurando como um dos primeiros alvos da cassação dos direitos políticos estabelecida pelo Ato Institucional. Uma característica importante a destacar é que tanto Albino Silva como Osvino Alves fizeram parte do Centro de Estudos e Defesa da Petrobras e da Economia Nacional (CEDPEN), criado em 1948. Como destaca Cláudio Beserra de Vasconcelos[524], um dos primeiros agrupamentos a sofrer com a repressão após o golpe de 1964 foi o próprio corpo militar. O autor demonstra que parte expressiva dos membros castrenses identificados com o

[519] Arquivo Nacional. Coordenação de Documentos... op. cit. p. 330, grifos originais.

[520] Arquivo Nacional. Coordenação de Documentos... op. cit. p. 330.

[521] Arquivo Nacional. Coordenação de Documentos... op. cit. p. 335, grifos originais.

[522] Arquivo Nacional. Coordenação de Documentos... op. cit. p. 335.

[523] Arquivo Nacional. Coordenação de Documentos... op. cit. p. 336, grifos originais. O diretor "comunista e corrupto" era o aqui já mencionado Francisco Luciano Gurgel do Amaral. Os demais dirigentes eram o engenheiro Francisco Paula de Medeiros e o general Arnaldo Augusto da Matta. cf. Relatório anual da Petrobras, 1963. p. 37.

[524] VASCONCELOS, Cláudio B. de. *Repressão a militares na ditadura pós-1964*. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça, Arquivo Nacional, 2018.

campo nacionalista foi expurgada da corporação. Um dos elementos que eram levados em consideração para identificar que um componente das Forças Armadas fazia parte do campo "nacionalista" era a sua atuação junto ao CEDPEN. Além de ter sido preso, Osvino Alves também foi cassado pelo regime, assim como seu predecessor na presidência da Petrobras, Albino Silva, e outros 21 oficiais que haviam apoiado o CEDPEN[525].

O relatório da CGI foi um prenúncio da introdução de uma rede de vigilância, repressão e disciplinamento do trabalho que foi introduzida no interior da Petrobras ao longo do regime. Antes mesmo da instituição da Lei de Segurança Nacional de 1967[526], a estatal institucionalizava uma cadeia repressiva em suas instalações imbuída na DSN.

Após o golpe, em abril de 1964, o coronel Adolpho Rocca Dieguez foi inserido na diretoria da petrolífera. O militar fora superintendente da Refinaria Presidente Bernardes (RPBC), em Cubatão (SP), entre 1956 e 1959. Antes de assumir o posto no alto escalão da Petrobras o oficial chefiava a 2ª Seção do Estado-Maior do II Exército. Adolpho R. Dieguez cursou a ESG e foi o articulador da implementação do Serviço de Informações da Petrobras (SIPE), em 1965, uma estrutura definitiva de vigilância e repressão que sucedeu a CGI, que era temporária[527].

O SIPE precedeu a Divisão de Informações (DIVIN) da Petrobras, entidade instituída em 1966 com o objetivo de manter a "DISCIPLINA e a ORDEM essencial [sic] para o normal desenvolvimento" das atividades da empresa[528]. A DIVIN teve reestruturações em 1969, 1972 e 1976, indicando que, assim como a estrutura repressiva nacional, a dinâmica coercitiva não era estanque, sofrendo alterações em seu dinamismo ao longo de todo o regime. Através desse arcabouço institucional as forças dirigentes da Petrobras estabeleceram um sistema de vigilância com alta capilaridade, distribuído em diversas regiões do país e direcionado a perpetrar práticas persecutórias contra trabalhadores diretos e terceirizados.

---

[525] VASCONCELOS, Cláudio B. de. *Repressão a militares*... op. cit. pp. 94-98.

[526] BRASIL. Decreto-Lei nº 314, de 13 de março de 1967. Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social e dá outras providências. Disponível em: https://bit.ly/3IdOaxO. Acesso em: 27/02/2024,

[527] Arquivo Nacional. Coordenação de Documentos Escritos/Documentos do Executivo e do Legislativo. Fundo: Divisão de Informações da Petrobras, notação BR.RJANRIO.HF.O.SEG.2. pp. 119-121; Arquivo Nacional. Fundo: Divisão de Informações da Petrobras, notação br_rjanrio_hf_0_ptr_000889_d0001de0001 fl. 8.

[528] Arquivo Nacional. Coordenação de Documentos Escritos/Documentos do Executivo e do Legislativo. Fundo: Divisão de Informações da Petrobras, notação BR.RJANRIO.HF.O.SEG.2. pp. 119-121, grifos originais.

Indispensável também salientar que, se o sistema repressivo (CGI/SIPE/DIVIN) teve primazia no exercício do controle político dos trabalhadores da estatal, esses aparatos tiveram uma pedagogia da dominação como elemento coadjuvante. Conforme demonstra Alex Ivo[529], a ditadura desfrutou da Campanha do Operário Padrão, existente desde a década de 1950 e promovida pelo Serviço Social da Indústria (Sesi) em âmbito nacional e também nos estados. Fortemente estimulada pelos altos escalões da petrolífera, a disputa premiava os trabalhadores considerados exemplares e que estivessem alinhados à ideologia do regime, contribuindo para uma maior disputa individual entre os operários e, consequentemente, impulsionando a produtividade. Concomitante a esse disciplinamento, a Petrobras impulsionou iniciativas para o apassivamento das lideranças sindicais da categoria, através de projetos de formação que visavam evitar mobilizações que contrariassem os interesses do empresariado. Todo esse processo, conforme o autor, constituiu uma forma de reprodução do pilar psicossocial da DSN.

Em linhas gerais, como evidencia Octávio Ianni[530], durante a ditadura, o capital, a divisão do trabalho, a tecnologia e o planejamento governamental foram combinados com a violência estatal na caracterização das forças produtivas do capitalismo brasileiro. No caso da Petrobras, sob a justificativa de repelir a "ameaça subversiva" de seus quadros, foi instaurado um aparato repressivo no interior da empresa e selado o amordaçamento das entidades de representação política dos petroleiros. Eram abertas, dessa forma, veredas para uma maior inserção das classes dominantes no processo de definição das políticas petrolíferas do país, processo combinado a outras diretrizes da ditadura, como a Reforma Administrativa, conforme será possível perceber ao longo deste capítulo[531].

A seguir, será realizado um panorama da escalada repressiva na Petrobras, concomitante a uma análise sobre o perfil dos presidentes da companhia, de modo a qualificar o seu processo de militarização. Tendo sempre em vista a dinâmica nacional das instituições militares e de repressão, o intuito principal é analisar a relação entre a DSN e o funcionamento da empresa no período em tela. Antes disso, porém, é importante tecer algumas notas acerca do

[529] IVO, Alex. *O sindicalismo petroleiro e a questão nacional...* op. cit. Especialmente o capítulo 3 ("A política da ditadura para a integração dos trabalhadores do petróleo").

[530] IANNI, Octávio. *A ditadura do grande capital.* São Paulo: Expressão Popular, 2019 [1981]. p. 106.

[531] Flávia Silva realça que a disseminação da DSN na Petrobras também esteve relacionada à flexibilização do monopólio estatal no petróleo com os contratos de risco. Ver: SILVA, Flávia. Apontamentos sobre a Petrobras sob a ditadura militar de 1964: as lutas dos trabalhadores do petróleo e o monopólio estatal nos limites da Doutrina do Desenvolvimento com Segurança (1962-1975). In: Anais do XI Encontro de Pós-graduação em História Econômica & 9ª Conferência Internacional de História de Empresas, Campinas, 2022.

gradativo processo de fechamento da ditadura entre 1964 e 1974, momento que significou a fase da *contrarrevolução terrorista*[532] do regime e que também foi acompanhada por um novo fracionamento da força castrense.

3.2.3 – Notas sobre o novo fracionamento militar e o enrijecimento da ditadura (1965-1974)

Conforme exposto anteriormente, no primeiro ano da ditadura já era possível perceber que o regime possuía fundamentos eminentemente ditatoriais, em uma estrutura cuja dominação passou a ser exercida prioritariamente através dos aparatos repressivos do Estado. Até 1967, porém, ainda estava em voga dispositivos democráticos remanescentes da Carta de 1946, estes vigorando de forma secundária[533].

Em 1965, apesar das fraturas impingidas pelo primeiro Ato Institucional, a Constituição de 1946 ainda em funcionamento garantia a realização de eleições para a presidência da República e para o governo de onze estados, que deveriam ser realizadas em outubro daquele ano. As medidas econômicas estabelecidas até aquele momento se, por um lado, haviam reduzido a inflação de 87,8% para 55,4% entre 1964 e 1965, por outro cercearam os salários dos trabalhadores, além de ter implicado em um decréscimo nas atividades do setor industrial no mesmo período (-4,7%)[534]. Esse processo foi acompanhado pela ampliação da insatisfação popular em relação ao governo. Uma pesquisa de opinião pública realizada pela empresa Marplan no estado da Guanabara indicava que 63% dos entrevistados desaprovavam as medidas do novo governo, ao passo que 18% não opinaram e apenas 19% aprovavam. Como destaca Maria Helena Moreira Alves, as eleições começavam a assumir um "caráter plebiscitário" em relação às políticas do regime[535].

No que tange aos militares, os segmentos da "linha dura" pressionavam pela prorrogação do Ato Institucional e pela suspensão das eleições. Para atenuar o conflito, o governo fez aprovar uma emenda constitucional em 22 de julho de 1965 e prorrogou seu mandato até 15 de março de 1967, remanejando a eleição presidencial de outubro de 1965 para outubro do ano subsequente.

---

[532] O termo é de Renato Lemos (LEMOS, Renato L. do C. N. e. Contrarrevolução e ditadura... op. cit.).

[533] LEMOS, Renato L. do C. N. e. Contrarrevolução e ditadura... op. cit. p. 130.

[534] As medidas econômicas do regime serão tratadas com maior profundidade no próximo subcapítulo.

[535] ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil*... op. cit. pp. 80-81.

Em relação às eleições para os governos estaduais de 1965, algo que especialmente desagradava a "linha dura" era a possibilidade de candidatura de agentes que tinham sido processados no bojo do Ato Institucional, mas não tiveram seus direitos políticos cassados. Três candidatos foram enfaticamente repudiados, Hélio de Almeida (PTB), Sebastião Paes de Almeida (PSD) e o marechal Henrique Teixeira Lott (PTB). O governo Castelo Branco manteve as eleições, apesar das pressões contrárias, mas retirou tais candidatos do pleito através de manobras na legislação eleitoral e de recursos como a Lei das Inelegibilidades[536].

As eleições foram realizadas em 3 de outubro de 1965 nos estados do Pará, Maranhão, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Minas Gerais, Guanabara, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso e Goiás. A oposição levou o pleito nos quatro estados mais importantes e industrializados, quais sejam: Guanabara (Francisco Negrão de Lima - PSD), Minas Gerais (Israel Pinheiro - PSD), Santa Catarina (Ivo Silveira – PSD) e Mato Grosso (Pedro Pedrossian – PSD).

Particularmente nos estados de Minas Gerais e Guanabara, a eleição de Francisco Negrão de Lima e Israel Pinheiro trouxe grandes preocupações por parte da "linha dura", dado o fato de a vantagem dos vencedores ter sido bastante expressiva em relação aos candidatos da ditadura[537]. Esse campo castrense logo se mobilizou para forçar o cancelamento dos resultados e a indicação de novos governadores.

Como solução à crise, Castelo Branco não fez as intervenções exigidas pela "linha dura", mas determinou que os secretários de segurança de Minas Gerais e da Guanabara fossem escolhidos diretamente pelo Executivo Nacional. Nesse movimento, as polícias de todos os estados foram submetidas ao controle do governo Federal. Esse processo foi importante, uma vez que as polícias estaduais tinham sido mobilizadas para o golpe de 1964, com destaque justamente para a Guanabara e Minas Gerais. Desse modo, as novas medidas da ditadura impediam que as forças policiais fossem utilizadas para realizar operação semelhante, dessa vez contra o regime, em um cenário em que estados importantes passavam a ser capitaneados por atores oposicionistas.

[536] ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil*... op. cit. pp. 83-87.

[537] Na GB, Negrão de Lima teve 53,68% dos votos contra 40,04% do candidato da UDN, Carlos Otávio Flexa Ribeiro. Em MG, Israel Pinheiro levou o pleito com 53,21% dos votos contra 45,03% do udenista Roberto Resende.

As investidas contra o governo, no entanto, continuaram. Com algum apoio do I e II Exércitos e subsidiada por agitações nos quarteis, a "linha dura" aprofundava as pressões em direção ao acirramento da perseguição aos considerados inimigos da "Revolução", chegando a cogitar a derrubada do presidente. Na tentativa de cessar a crise e o desgaste de seu governo, Castelo Branco enviou uma emenda constitucional ao Congresso que enfraquecia consideravelmente os poderes Judiciário e Legislativo. Diferentemente de outras ocasiões, o Congresso indicou não acatar a medida proposta pelo Executivo. Em resposta, Castelo Branco baixou o Ato Institucional nº 2, em 27 de outubro de 1965, com validade até 15 de março de 1967, data de término do mandato presidencial já prorrogado[538].

Dentre as diversas arbitrariedades instituídas pelo novo Ato Institucional, pode-se destacar: o fim das eleições diretas para presidente e vice-presidente da República, sendo estes eleitos, a partir de então, por um Colégio eleitoral composto por membros do Congresso, mediante voto aberto e nominal; a extinção de todos os partidos políticos; a extensão do poder do Executivo para cassar mandato, prorrogando a medida presente no AI-1 e que iria perder validade em janeiro de 1966; anulação do poder do Legislativo para definir quesitos como a decretação do estado de sítio e a aprovação do orçamento; suspensão de garantias constitucionais de juízes, como a estabilidade e a vitaliciedade; aumento no número de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) escolhidos pela presidência da República; etc.[539]. Um dos principais desdobramentos do AI-2, sobretudo no que tange ao maior cerceamento do Legislativo, esteve relacionado à ampliação do controle dos ditadores frente à eleição para o novo chefe do Executivo e também em relação à elaboração e aprovação da Carta Constitucional então em construção[540].

O AI-2 foi acompanhado por diversos atos complementares, sendo um dos mais importantes instituído em 20 de novembro de 1965, que criou condições para o surgimento de dois partidos, um oficial da ditadura, denominado Aliança Renovadora Nacional (ARENA), e outro que se tornou a oposição consentida pelo regime, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Os novos partidos foram registrados entre março e abril de 1966.

---

[538] NETTO, José Paulo. *Pequena história da ditadura brasileira*... op. cit. pp. 98-100.

[539] ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil*... op. cit. pp. 90-95; NETTO, José Paulo. *Pequena história da ditadura brasileira*... op. cit. pp. 99-100.

[540] MARTINS FILHO, João R. *O Palácio e a caserna*... op. cit. p. 119.

Em meio às fricções entre as alas das Forças Armadas, Costa e Silva se colocou como candidato à presidência em 1966, a contragosto de Castelo Branco. Apoiado pela "linha dura" e mobilizando o Ministério da Guerra para a sua candidatura, os castelistas percebiam que a assunção de Costa e Silva à presidência já era certa no início daquele ano. Nesse período, o nome do militar possuía o apoio do II, III e IV Exércitos. Sem bases militantes nos quartéis, Castelo Branco, para não corroer ainda mais a coesão militar, acabou aceitando a assunção presidencial de Costa e Silva. A "eleição" do novo ditador aconteceu em outubro de 1966 pelo Colégio Eleitoral e a posse ocorreu em 15 de março de 1967[541].

Frente ao avanço de um oposicionista na presidência, o governo Castelo Branco resolveu "coroar" o seu mandato com o estabelecimento de uma nova Constituição, elaborada pelo jurista Carlos Medeiros Silva, que sucedeu Mem de Sá no Ministério da Justiça em julho de 1966. O conteúdo da Carta era tão antidemocrático que até mesmo uma das principais empresas de comunicação a contribuir na construção do golpe – O Estado de São Paulo - e parlamentares apoiadores da ditadura, como Pedro Aleixo e Daniel Krieger, teceram críticas ao texto[542].

A nova Constituição foi aprovada em janeiro de 1967 e abarcou os dispositivos dos Atos Institucionais, além de ter consagrado constitucionalmente o conceito de segurança nacional. Este conceito foi objeto de decreto-lei específico lançado em 13 de março de 1967, denominado "Lei de Segurança Nacional", baixado por Castelo Branco dois dias antes do término de seu mandato. Como destaca João R. Martins Filho:

> Fundada na doutrina da ameaça revolucionária interna, a lei definia conceitos, enumerava crimes e estabelecia penas: especificava, assim, as violações que, segundo disposição constitucional, passavam a ser passíveis de julgamento pela Justiça Militar[543].

O regime passava a estar submetido, constitucionalmente, aos princípios da Doutrina de Segurança Nacional.

Antes de seu término, o governo Castelo Branco também lançou a Reforma Administrativa através do decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. Para além da

---

[541] NETTO, José Paulo. *Pequena história da ditadura brasileira*... op. cit. pp. 103-104; MARTINS FILHO, João R. *O Palácio e a caserna*... op. cit. pp. 109-110.

[542] MARTINS FILHO, João R. *O Palácio e a caserna*... op. cit. pp. 121-131; NETTO, José Paulo. *Pequena história da ditadura brasileira*... op. cit. pp. 104-105.

[543] MARTINS FILHO, João R. *O Palácio e a caserna*... op. cit. p. 135.

reorganização administrativa de todos os setores estatais, que será retomada adiante, a medida legal implicou a criação de um importante órgão militar. Trata-se do Alto Comando das Forças Armadas, que veio a ter um papel fundamental no campo castrense. A entidade era composta pelo chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, ministros militares e os chefes dos estados-maiores de cada uma das armas. A sua atribuição era a de assessorar a presidência em decisões envolvendo a polícia militar e as Forças Armadas[544].

O aprimoramento da repressão também abrangeu as agências de inteligência. No governo Costa e Silva, em maio de 1967, o general Aurélio Lyra Tavares encabeçou a criação do Centro de Informações do Exército (CIE), sendo este chefiado por Milton Tavares. A Marinha deixava de ser a única das forças a possuir um centro de informações (Cenimar). Em 1968, o coronel João Paulo Moreira Burnier criou agência congênere na aeronáutica, o Serviço de Informações da Aeronáutica, que foi reformulado em 1970 sob o nome de Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (Cisa), ficando sob a chefia do brigadeiro Carlos Afonso Dellamora[545]. Como salienta Lucas Figueiredo[546], esses aparatos, que, junto com o SNI, constituíam o rol de entidades elementares do serviço secreto da ditadura, foram transformados "em grupos de elite trabalhando ao mesmo tempo com informação e força. Uma espécie de superpolícia política voltada para o estudo, o combate e a aniquilação do chamado "inimigo interno" [...]".

Durante o governo Costa e Silva, é possível perceber que o complexo IPES/ESG foi marginalizado da cena política[547]. Se o gabinete de Castelo Branco possuía 80% de militares com passagem pela ESG, no governo do ditador Costa e Silva este percentual caiu para 50%. Poucos cargos importantes passaram a ser comandados por membros daquele campo. Dos quadros militares de destaque, Aurélio Lyra Tavares ocupou o Ministério do Exército. O militar não fazia parte do núcleo castelista, mas dirigira a ESG no governo Castelo Branco. A chefia do Estado-Maior do Exército ficou com Orlando Geisel, e, em 1968, o irmão mais velho do futuro presidente passou a chefiar o EMFA. Ademais, Ernesto Geisel foi para o Superior

[544] MARTINS FILHO, João R. *O Palácio e a caserna*... op. cit. p. 135.

[545] JOFFILY, Mariana. O aparato repressivo... op. cit. p. 123.

[546] FIGUEIREDO, Lucas. *Lugar nenhum*... op. cit. p. 16.

[547] DREIFUSS, René Armand. *1964*: a conquista do Estado... op. cit. pp. 454-455.

Tribunal Militar (STM) e Golbery do Couto e Silva foi substituído por Emílio Médici no SNI para assumir as funções de ministro do Tribunal de Contas da União (TCU)[548].

Com a ascensão presidencial de Costa e Silva, em março de 1967, em um quadro castrense cujas polarizações do final do governo Castelo Branco estavam dirimidas, entrava em fase de consolidação um cenário demarcado pela atualização do fracionamento das Forças Armadas. Em linhas gerais, os militares passaram a estar seccionados em quatro agrupamentos. Esses campos estiveram em constante embate, mas agiam de forma unificada quando se tratava de defender os princípios da "Revolução de 1964" e de se contrapor às movimentações políticas mais enfáticas da oposição[549].

Uma das tendências militares era a já mencionada ala "castelista", que, no início do governo Costa e Silva continuava mobilizada, ainda que marginalizada da cena política. Ao longo de 1967, os membros desse campo proferiam pronunciamentos em contraposição a determinadas personalidades civis anti-castelistas, como Carlos Lacerda e Magalhães Pinto. Eles também acenavam em direção à defesa de uma política de desenvolvimento com orientação aparentemente "nacionalista". Nesse sentido, houve uma aparente reorientação em termos de política externa, em um movimento em que os castelistas diziam defender uma perspectiva que negava o atrelamento automático com os Estados Unidos, assumindo uma visão que concebia o mundo a partir da divisão países "desenvolvidos" x países "subdesenvolvidos". Os castelistas tinham alguma ressonância em setores civis, inclusive no Legislativo, mas a morte de Castelo Branco em julho de 1967 retirou daquele campo um componente substancial de articulação.

Uma outra tendência militar continuava a ser a "linha dura", então atualizada. Costa e Silva, embora tenha desfrutado de importante apoio dessa ala, não pode ser compreendido como componente da mesma, haja vista que, em diversos episódios, os "duros" estiveram em atrito com setores centrais do governo. Os membros da "linha dura" eram, basicamente, o núcleo de oficiais em torno dos coronéis Rui Castro e Francisco Boaventura Cavalcanti. Uma das características que acompanhou a atuação dessa tendência castrense foi a incapacidade de enlaçar relações orgânicas com a hierarquia militar.

[548] LENTZ, Rodrigo. *República de segurança nacional*... op. cit. pp. 172-174.

[549] MARTINS FILHO, João R. *O Palácio e a caserna*... op. cit. pp. 160. A descrição das tendências militares a seguir é pautada na mesma obra (pp. 162-170).

No governo, os “duros” estavam representados por José Costa Cavalcanti, ministro das Minas e Energia, e no importante comando do I Exército, sediado no Rio de Janeiro e que agrupava a maior concentração de forças militares do país. Os “linha dura” apresentavam uma tendência à marginalização. Um dos episódios que evidencia essa afirmativa foi a investida do grupo para derrubar os chefes das casas civil e militar, Rondon Pacheco e Jaime Portela, respectivamente. Os desentendimentos ocorreram sobretudo contra o chefe desta última casa, e os planos dos “duros” foram frustrados.

Um terceiro campo castrense era o que João R. Martins Filho denomina de “albuquerquista”, nomenclatura proveniente do nome do então ministro do Interior, Affonso de Albuquerque Lima. Essa corrente era portadora de um “nacionalismo militar” mais articulado que a “linha dura”, direcionado para contrapor a política econômica de Castelo Branco. Os adeptos dessa tendência expressavam defender o “desenvolvimento” de áreas consideradas marginalizadas, como o Centro Oeste, Nordeste e Amazônia, além de advogarem em prol de uma política nuclear autônoma. Embora despertasse interesse de segmentos civis, como setores do MDB, Albuquerque tinha a intenção de manter o governo militarizado.

Por fim, mas não menos importante, havia os “palacianos”, campo este composto por um grupo de colaboradores próximos a Costa e Silva, cujos expoentes eram Jaime Portela (chefe do Gabinete Militar) e o coronel Mário Andreazza (ministro do Transporte). Também podem ser considerados membros desse campo o general Emílio Garratazu Médici (chefe do SNI) e o coronel Jarbas Passarinho (ministro do Trabalho). O autor não denomina esse campo de “grupo costista”, pois considera que atuações vacilantes e indefinidas do ditador o impedia de ser um elemento aglutinador como foi, por exemplo, Castelo Branco para os “castelistas”.

Os “palacianos” eram desprovidos de um ideário definido, estavam em constante atrito com outros segmentos militares e tinham como trunfo a proximidade com Costa e Silva. No início da gestão do novo ditador, em 1967, os “palacianos” atuaram, basicamente, em duas frentes. Em uma, eles buscavam estabelecer limites à influência da “linha dura” no governo. Por outra, organizavam um conjunto de iniciativas subterrâneas que vieram à tona no ano seguinte. Dentre essas operações estava a reorganização do Conselho de Segurança Nacional (CSN), em um movimento em que Jaime Portela teve papel de destaque.

Tendo iniciado o seu mandato, Costa e Silva proferia declarações que indicavam a defesa da “democracia” ou uma “política de alívio”, postura essa que não passou de miragem e que logo foi contradita pelas reações do ditador às primeiras mobilizações da oposição. Em

1967, houve a emergência da Frente Ampla, capitaneada por Carlos Lacerda, que, após contribuir para a construção do golpe, perder a eleição na Guanabara em 1965 e ter suas aspirações à presidência frustradas pelo AI-2, rompeu com a ditadura.

A Frente Ampla tinha o objetivo de rearticular a oposição ao regime na busca de mobilização em prol da "redemocratização". A organização também buscava representar os intentos de setores da média burguesia em prol de uma política de retomada do "desenvolvimento nacional"[550].

As movimentações da Frente Ampla foram iniciadas em 1966, quando Lacerda e Juscelino Kubitscheck reconciliaram-se para lançar a "Declaração de Lisboa", que se comprometia a lutar pela "restauração da democracia". No ano subsequente, o ex-governador da Guanabara aliou-se a João Goulart. Com o aumento das atividades da Frente Ampla, demonstrando que estava em curso um aprofundamento da rearticulação da oposição, em abril de 1968 o governo Costa e Silva proibiu todas as atividades da organização[551].

No que tange aos militares, as tendências em fricção agiram de modo a conformar uma "unidade na desunião"[552] contra a Frente Ampla. Essa união na divergência foi uma constante no governo Costa e Silva, tendo sido instigada pelo aprofundamento das manifestações operárias e estudantis.

Em 1968, houve uma intensa difusão das mobilizações contra a ditadura. No campo da esquerda, disseminava-se a atuação das organizações armadas, como aquelas provenientes do racha do PCB, quais sejam, a Aliança Libertadora Nacional – surgida em 1967, mas que tomou forma no ano seguinte – e o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), criado em abril de 1968. Essas organizações vieram a compor o leque de alas da esquerda que atuavam pela via armada, como o PCdoB, também criado a partir de uma dissidência do PCB, só que em 1962, e que, àquela altura (1968), já atuava no Araguaia (1966-1974); a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), atuante desde 1966 e que, em 1969, selou fusão com o Comando de Libertação Nacional (Colina) para formar a Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-Palmares); dentre outras[553].

---

[550] MARTINS FILHO, João R. *O Palácio e a caserna*... op. cit. p. 150.

[551] NETTO, José Paulo. *Pequena história da ditadura brasileira*... op. cit. pp. 110-111.

[552] O termo é de João Roberto Martins Filho. cf. MARTINS FILHO, João R. *O Palácio e a caserna*... op. cit. pp. 184-192.

[553] Sobre o tema, ver: RIDENTI, Marcelo. Esquerdas armadas urbanas: 1964-1974. In: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão (orgs.). *História do marxismo no Brasil*. Volume 6: partidos e movimentos após os anos 1960.

No meio estudantil, a morte do estudante Edson Luís de Lima Souto a tiros pela Polícia Militar, em uma manifestação pacífica, realizada em 28 de março de 1968, no Rio de Janeiro, gerou imediata revolta popular, reunindo cerca de 50 mil pessoas em seu funeral. As mobilizações dos estudantes contra o regime foram aprofundadas ao longo do ano. Os episódios mais marcantes foram a "sexta-feira sangrenta", de 22 de junho - que consistiu em uma manifestação estudantil em frente à embaixada norte-americana, que resultou em 28 mortos pelas forças policiais -, e a "passeata dos cem mil", no dia 28 do mesmo mês, carreada pelos estudantes e que também contou com uma forte presença de artistas, reunindo cerca de 100 mil pessoas no centro do Rio de Janeiro[554].

A intensificação das lutas logo incendiou movimentos operários, que passaram a se articular sobretudo contra o arrocho salarial estabelecido desde o governo Castelo Branco. Em 16 de abril de 1968, uma greve puxada pelos trabalhadores da Belgo Mineira, em Contagem (MG), pegou os ditadores de surpresa e logo se alastrou para outras unidades fabris da região, gerando ganhos reais às categorias mobilizadas. Em 16 de julho do mesmo ano, os funcionários da Cobrasma, em Osasco (SP), também construíram um movimento grevista que se estendeu para outras empresas. Mais atentas às mobilizações operárias, as forças coercitivas da ditadura agiram rapidamente. Dois dias após o início da greve, o sindicato da categoria sofreu intervenção a mando do Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS), policiais invadiram a fábrica, torturaram e prenderam muitos dos trabalhadores do movimento, com a contribuição dos escalões superiores da Cobrasma[555].

O ano de 1968 já havia iniciado sinalizando um maior enrijecimento do regime. Nos primeiros dias de janeiro, os ditadores instituíram uma reestruturação do CSN, tornando-o mais poderoso. Com o novo projeto, foram alargadas as funções da Secretaria-Geral da entidade, que, por sua vez, passou a ser ocupada pelo chefe do Gabinete da Presidência, Jaime Portela, e

Campinas: Editora Unicamp, 2007; MORAIS, Taís; SILVA, Eumano. *Operação Araguaia*: os arquivos secretos da guerrilha. São Paulo: Geração Editorial, 2005.

554 Sobre o movimento estudantil em 1968, ver: VALLE, Maria R. do. *O diálogo é a violência*: movimento estudantil e ditadura militar em 1968. Dissertação de mestrado em Educação. Campinas: Unicamp, 1997.

555 Sobre o tema, ver: MATTOS, Marcelo Badaró. Continuidades e rupturas no movimento sindical brasileiro: o impacto da ditadura militar. In: MATTOS, Marcelo Badaró; VEGA, Rubén (orgs.). *Trabalhadores e ditaduras*: Brasil, Espanha e Portugal. Rio de Janeiro: Consequência, 2014; ANTUNES, Ricardo; RIDENTI, Marcelo. Operários e estudantes contra a ditadura: 1968 no Brasil. *Revista Mediações*, v. 12, n. 2, p. 78-79, jul./dez. 2007; LEAL, Murilo et al. *Cobrasma*. In: CAAF/Unifesp (org.). Projeto "A responsabilidade de empresas por violações de direitos durante a ditadura" – Informe público. São Paulo: Unifesp, 2023. Disponível em: https://bit.ly/3PtdHXN. Acesso em: 16/03/2024.

ganhou status de ministério. Além disso, o CSN tornou-se o centro de formulação estratégica do governo. Assim, praticamente todo o planejamento governamental era centralizado no CSN, haja vista que a política de segurança nacional balizava todo o funcionamento e organização das atividades administrativas dos órgãos estatais. Nessa reorganização do Conselho, as áreas de instalação da Petrobras passaram a ser definidas como "indispensáveis à Segurança Nacional"[556].

Nos meses subsequentes, a militarização do regime foi sendo enrijecida, mas esse processo não ocorreu de forma consensual no meio castrense. Se, por um lado, as tendências militares uniram-se estrategicamente contra a série de investidas oposicionistas, por outro, em termos táticos, as formas de combater os grupos contrários ao regime geravam divergências.

Conforme destaca João R. Martins Filho, o segmento militar que se posicionava e atuava de modo mais veemente em prol de um maior endurecimento do regime foram os "palacianos". O autor destaca que o Gabinete Militar, com destaque para Jaime Portela, foi o "motor" da nova etapa da militarização da ditadura. Partiu da ala palaciana, por exemplo, a proposição de proibir a Frente Ampla e era essa tendência castrense aquela que mais acenava rumo à decretação de estado de sítio ou até mesmo de um novo Ato Institucional[557].

No início de setembro de 1968 veio à tona no Congresso a informação que expunha a operação frustrada da 1ª Esquadrilha Aeroterrestre de Salvamento (Para-Sar), entidade especializada em missões de resgate a acidentados. Chefiada pelo brigadeiro João Paulo Moreira Burnier, que encabeçava a seção de informações do gabinete do Ministério da Aeronáutica, a Para-Sar foi mobilizada para inserir bombas em empresas e embaixada norte-americanas, tendo também a represa de Ribeirão das Lages (RJ) e o gasômetro do Rio de Janeiro como alvos a serem destruídos. O intuito era imputar o atentado aos "subversivos" da esquerda[558].

---

[556] BRASIL. Decreto-Lei nº 348, de 4 de janeiro de 1968. Dispõe sobre a organização, a competência e o funcionamento do Conselho de Segurança Nacional e dá outras providências. Art. 8º. Disponível em: https://bit.ly/3SWBkZB. Acesso em: 16/03/2024; MARTINS FILHO, João R. *O Palácio e a caserna*... op. cit. pp. 170-171.

[557] MARTINS FILHO, João R. *O Palácio e a caserna*... op. cit. pp. 189-190.

[558] NETTO, José Paulo. *Pequena história da ditadura brasileira*... op. cit. p. 132.

A investida foi desarticulada pelo capitão Sérgio de Miranda Carvalho e gerou grande celeuma nas alas militares. Entidades como a EsAO e a ECEME publicaram manifestos contra os rumos do regime[559].

No Legislativo, embora com atuação restrita, os parlamentares movimentavam-se contra o governo. Até mesmo membros da ARENA exigiam maior participação nas decisões políticas e adotaram postura menos subserviente.

No segundo semestre de 1968, a repressão contra a esquerda era acentuada. Em 28 de agosto as forças policiais espancaram e prenderam estudantes da Universidade de Brasília que protestavam contra a morte de Edson Luís de Lima Souto. Em 12 de outubro, o XXX Congresso da UNE, em Ibiúna (SP), foi invadido pela Polícia Militar, acossando e prendendo diversos estudantes. Os atos contra os opositores do regime também envolviam grupos paramilitares da direita, como foi o caso do Comando de Caça aos Comunistas (CCC), que contava com membros do Exército e que executaram diversos atentados contra movimentos de esquerda.

Em 2 de setembro, o jornalista e deputado pelo MDB, Márcio Moreira Alves, defendeu boicote popular às comemorações do 7 de setembro. A fala do parlamentar serviu de pretexto para que os ditadores, sobretudo os "palacianos", fabricassem o alastramento da crise. O chefe do Gabinete da Presidência, Jaime Portela, e o ministro da Justiça, Luís Antônio Gama e Silva, encaminharam ao Legislativo um pedido para processar Moreira Alves. A medida foi negada pelo Congresso em 12 de dezembro de 1968, o que deixou evidente que até mesmo uma parcela de parlamentares da ARENA votou contra o governo[560].

Em resposta, no dia seguinte, sexta feira, 13 de dezembro, o CSN baixou o Ato Institucional de número 5 (AI-5), elaborado por Gama e Silva, o Ato mais severo da ditadura, que foi acompanhado por Ato Complementar que suspendia o funcionamento do Congresso por tempo indefinido. Diferentemente dos outros Atos Institucionais, o AI-5 não possuía prazo para ser encerrado. Os seus principais aspectos podem ser percebidos a partir da síntese efetuada por Maria Helena Moreira Alves[561]:

> Os poderes atribuídos ao executivo pelo Ato Institucional Nº 5 podem ser assim resumidos: 1) poder de fechar o Congresso Nacional e as assembleias estaduais e municipais; 2) direito de cassar os mandatos eleitorais de membros dos poderes Legislativo e Executivo nos níveis federal/estadual e municipal; 3) direito de

[559] MARTINS FILHO, João R. *O Palácio e a caserna*... op. cit. pp. 196-197.

[560] NETTO, José Paulo. *Pequena história da ditadura brasileira*... op. cit. pp. 132-134.

[561] ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil*... op. cit. p. 131.

> suspender por dez anos os direitos políticos dos cidadãos, e reinstituição do "Estatuto dos Cassados"; 4) direito de demitir, remover, aposentar ou pôr em disponibilidade funcionários das burocracias federal, estadual e municipal; 5) direito de demitir ou remover juízes, e suspensão das garantias ao Judiciário de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade; 6) poder de decretar estado de sítio sem qualquer dos impedimentos fixados na Constituição de 1967; 7) direito de confiscar bens como punição por corrupção; 8) suspensão da garantia de *habeas corpus* em todos os casos de crimes contra a Segurança Nacional; 9) julgamento de crimes políticos por tribunais militares; 10) direito de legislar por decreto e baixar outros atos institucionais ou complementares; e finalmente 11) proibição de apreciação pelo Judiciário de recursos imperados por pessoas acusadas em nome do ato Institucional Nº 5. Os réus julgados por tribunais militares não teriam direito a recursos. Todas as disposições do ato permaneceriam em vigência até que o Presidente da República assinasse decreto específico para revogá-lo.

Como destaca a autora, com o AI-5, o Estado de Segurança Nacional, inaugurado com o golpe de 1964, chegou a um novo patamar, conjugando a repressão desenfreada à viabilização de profundas transformações econômicas. Assim, os dispositivos de controle habilitados no Estado de Segurança Nacional de modo permanente:

> deu origem a um novo período em que o modelo de desenvolvimento econômico podia ser plenamente aplicado, enquanto o Aparato Repressivo buscava a Segurança Interna absoluta, impedindo a dissensão organizada contra as políticas econômicas e sociais do governo. O Ato Institucional nº 5 forneceria assim o quadro legal para profundas transformações[562].

É importante salientar o posicionamento das linhagens castrenses frente ao aprofundamento da militarização do regime. Albuquerque Lima colocava-se como candidato à sucessão de Costa e Silva em 1970. Manifestando ser porta-voz da oficialidade insatisfeita, o militar foi favorável ao recrudescimento da ditadura, aliando-se, nesse sentido, ao núcleo duro do governo. No entanto, diferentemente dos "palacianos", Albuquerque Lima tentava incitar o baixo escalão da oficialidade.

Os coronéis da "linha dura" se opuseram à investida do governo contra Moreira Alves. Além disso, aquele campo castrense denunciava a forma como o Gabinete Militar levava a militarização do regime, colocando-se favorável a eleições diretas em 1970.

Os "castelistas", por sua vez, estiveram contrários ao AI-5. Em 5 de dezembro de 1968, Lyra Tavares, ministro do Exército, lançou notas destacando que as Forças Armadas não iriam pressionar o Congresso e respeitariam a decisão soberana do Legislativo. Nessa manifestação,

[562] ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil*... op. cit. pp. 135-136.

foram mencionados como "contrários ao golpe" os generais Jurandir Bizarria Mamede, Orlando e Ernesto Geisel, Alfredo Souto Malan e o marechal Cordeiro de Farias[563].

Nos primeiros dias após o AI-5, já era possível perceber os seus efeitos no sentido de anular toda e qualquer possibilidade legal de exercício das atividades de agrupamentos oposicionistas. O Congresso, além de ter suspenso o seu funcionamento, foi alvo de mais uma leva de cassações; diversas assembleias municipais e estaduais foram fechadas; o recrudescimento da censura foi amplamente alastrado; ministros do STM e STF foram aposentados compulsoriamente. O CSN passou a ser a sede das decisões fundamentais do regime. As polícias militares estaduais, através de decreto presidencial, ficaram sob coordenação e maior controle do Ministério do Exército.

O fechamento peremptório do regime acirrou a percepção de muitos agrupamentos da esquerda de que a resistência só poderia ser efetivada através da luta armada. Entre 1969 e 1971, houve uma significativa ampliação das ações desses grupos. Um episódio que gerou grande alvoroço nas Forças Armadas foi a fuga do capitão Carlos Lamarca do quartel de Quitaúna, em Osasco (SP), em janeiro de 1969. Na ocasião, o oficial roubou 63 fuzis e 10 submetralhadoras, saindo do Exército para assumir o comando da VPR, entidade receptora do material bélico desviado[564].

Em 1969, também foi sendo criada uma estrutura militar paralela. Esse aparato, reivindicado desde 1968 pelo "núcleo duro" do governo, era comandado pelas Forças Armadas e foi sedimentado de forma mais aprofundada após Costa e Silva substituir Carvalho Lisboa pelo general Canavarro Pereira a frente do II Exército. Como resultado dessa mobilização surgiu a Operação Bandeirante (Oban), em 2 de julho de 1969, em São Paulo, região considerada pelos ditadores como um centro irradiador dos movimentos de esquerda[565].

A Oban foi constituída enquanto uma organização extraoficial, direcionada para perseguir e torturar antagonistas da ditadura. O organismo foi o precursor do Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), criado em

[563] MARTINS FILHO, João R. *O Palácio e a caserna*... op. cit. pp. 208-209.

[564] Vale destacar que a operação da ditadura que assassinou Carlos Lamarca e José Campos Barreto (Zequinha), em setembro de 1971, em Ipupiara, interior da Bahia, investida conhecida como "Operação Pajuçara", contou com a contribuição de um motorista da Petrobras. PRAUN, Luci et al. *Responsabilidade de empresas por violações a direitos durante a ditadura*: caso Petrobras. Relatório final de pesquisa. São Paulo: CAAF-Unifesp/MPF, 2023. p. 234.

[565] MARTINS FILHO, João R. *O Palácio e a caserna*... op. cit. pp. 220-222.

setembro de 1970, e era sustentado a partir dos recursos doados por agentes atrelados a grupos econômicos, como Camargo Corrêa, General Eletric, Nestlé, Folha de São Paulo, dentre outros[566].

No início de setembro de 1969, uma Junta Militar assumiu o comando do Executivo Nacional após o ditador Costa e Silva ter sido afastado por problemas de saúde. O Alto Comando das Forças Armadas passou a ser o canal central das decisões políticas, tomando o espaço até então ocupado pelo CSN.

No quarto dia da Junta Militar ao poder, em 4 de setembro de 1969, o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e a ALN sequestraram Charles Burke Elbrick, embaixador norte-americano no Brasil. Os grupos guerrilheiros exigiram a soltura de 15 presos e a publicização de um manifesto por eles redigido. Os ditadores acataram as exigências, que implicou a soltura do agente estadunidense em 7 de setembro, mas setores castrenses consideraram a atitude do governo como "rendição", provocando novas cisões nas Forças Armadas. Os dias que sucederam ao sequestro foram demarcados por diversas manifestações castrenses e ensaios de atos de rebelião militar[567].

Em termos institucionais, a arbitrariedade perpetrada pelo AI-5 veio a ser robustecida após o sequestro do embaixador norte americano a partir de medidas estabelecidas entre setembro e outubro de 1969. Destacam-se, por exemplo, o AI-13 e o AI-14, que instituíram dispositivos como a pena de banimento e morte em casos de "guerra revolucionária"; a nova Lei de Segurança Nacional, baixada no final do mesmo mês, que suspendeu de forma absoluta as liberdades de expressão, reunião e associação; e a Emenda Constitucional n. 1, conhecida como "Constituição de 1969", de outubro de 1969, que enterrou de vez qualquer adorno liberal presente na Carta magna. Nem mesmo esse novo arcabouço repressivo foi suficiente para dirimir o desapontamento de setores das Forças Armadas frente à "rendição" do governo[568].

As divergências dentro das Forças Armadas por conta das resoluções relacionadas ao sequestro do embaixador norte-americano foram intensificadas pela necessidade de escolha do sucessor de Costa e Silva através de eleições indiretas. Foi travada uma dura luta pela sucessão no interior das Forças Armadas.

---

[566] MELO, Demian et al. "Civis que colaboraram com a ditadura". In: *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*. Vol. II. Brasília: CNV, 2014.

[567] MARTINS FILHO, João R. *O Palácio e a caserna*... op. cit. pp. 244-246.

[568] MARTINS FILHO, João R. *O Palácio e a caserna*... op. cit. pp. 244-246.

Depois de muitos conflitos em torno das candidaturas e dos métodos de escolha, foi decidido pela indicação dos nomes a partir de um seleto colégio de eleitores, composto por generais das três armas[569]. O pleito resultou na escolha do general Emílio Garrastazu Médici, que até então comandava o III Exército. Em 30 de outubro de 1969, o Congresso Nacional mutilado foi retirado do recesso para aprovar a "eleição" do novo ditador, que veio a governar o país até 15 de março de 1974.

A ascensão presidencial de um componente da ala "palaciana" implicou o fato de o direcionamento militar do regime seguir sem ter a tendência da ESG em seu cerne. Apesar disso, a ascendência de esguianos nos quadros governamentais esteve longe de ser insignificante.

Praticamente todas as pastas militares eram compostas por membros castrenses com passagem pela ESG. O general Orlando Geisel saiu do comando do EMFA para assumir o Ministério do Exército. O EMFA, por sua vez, passou a ser chefiado pelo Almirante Murillo Vasco do Valle e Silva, egresso da turma de 1960 do Curso Superior de Guerra da ESG (CSG/ESG). A partir de 1971, o posto passou a ser ocupado por Idálio Sardenberg, ex-presidente da Petrobras e um dos fundadores da ESG, que foi sucedido no posto por Arthur Duarte Candal da Fonseca, egresso da turma de 1962 do CSG/ESG e que presidira a Petrobras entre 1967 e 1969. O Gabinete Militar passou a ser ocupado pelo general João Batista Figueiredo, ligado a Golbery do Couto e Silva e egresso da turma de 1960 do Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas da ESG (CEMCFA/ESG). Apenas dois componentes das pastas militares não tinham passagem pela ESG, quais sejam, o general Carlos Alberto Fontoura, que assumiu a importante chefia do SNI e foi um dos principais articuladores da intensificação do terrorismo de Estado à época, e o almirante Adalberto de Barros Nunes, que assumiu o ministério da Marinha.

Nos ministérios que não eram eminentemente militares, pode-se perceber agentes formados pela ESG nas pastas dos Transportes (Mário Andreazza), do Trabalho (Júlio Barata), Relações Exteriores (Mário Gibson Barbosa) e da Saúde (Francisco de Paula Rocha Lagoa)[570]. Como será aprofundado adiante, um outro posto que foi ocupado por um esguiano no governo Médici foi a presidência da Petrobras, assumida pelo general Ernesto Geisel.

---

[569] Sobre os detalhes da escolha do novo ditador pelos militares, ver: MARTINS FILHO, João R. *O Palácio e a caserna*... op. cit. pp. 246-253.

[570] LENTZ, Rodrigo. *República de segurança nacional*... op. cit. pp. 188-191.

O governo de Emílio Médici demarcou o período de maior acirramento do terrorismo de Estado, com o alastramento de casos de censura, repressão, tortura e morte à classe trabalhadora, com destaque para os grupos guerrilheiros, rurais e urbanos; aprofundamento do controle midiático, afetando até mesmo mídias condescendentes com o regime; maior aproximação entre Exército e políticas militares e incorporação destas à DSN; rígido controle às candidaturas eleitorais e ao funcionamento das instituições políticas, etc. O conjunto de dispositivos repressivos inaugurado com o AI-5 e recrudescido ao longo de toda a fase da contrarrevolução terrorista (1968-1974) permitiu que a ditadura derrotasse as "oposições extrassistêmicas". Como realça Renato Lemos, o regime chegara em seu fastígio[571].

A exposição acerca do aprofundamento da militarização do regime e do fracionamento das Forças Armadas entre 1964 e 1974 aqui efetuada é importante para percebermos, a seguir, alguns aspectos acerca da institucionalização da repressão na Petrobras ao longo da ditadura. Conforme poder-se-á verificar, apesar da existência de diversas tendências em fricção nas Forças Armadas, os agentes próximos ao complexo ESG/IPES tiveram maior inserção nos quadros da estatal.

3.2.4 – Qualificando a militarização da Petrobras (1964-1988)

A parte final deste subcapítulo tem o objetivo de traçar um perfil coletivo daqueles que comandaram a Petrobras ao longo da ditadura, com ênfase nas questões atinentes ao campo militar[572]. Pretende-se, dessa forma, fornecer aportes para uma melhor compreensão acerca da direção política e do tipo de militarização da estatal do petróleo ao longo do regime. De modo concomitante, serão evidenciados aspectos da relação entre a petrolífera e os aparatos repressivos do regime. Em conjunto com as subseções seguintes, o objetivo mais amplo é apontar que a forma como a companhia conduziu o seu sistema repressivo foi um contributo fundamental não apenas para garantir a estratégia de acumulação da própria petrolífera, mas também para salvaguardar os interesses econômicos de parcelas importantes do grande empresariado brasileiro.

[571] LEMOS, Renato L. do C. N. e. Contrarrevolução e ditadura... op. cit. pp. 130-131.

[572] No anexo 2 desta tese consta um quadro que sintetiza a biografia coletiva dos presidentes da Petrobras durante a ditadura (1964-1988).

Quadro 1 - Lista de presidentes da Petrobras, civis e militares (1954-1988)

	Nome	Militar/ Civil		Nome	Militar/ Civil
1	Juracy Magalhães (02/04/1954 - 02/09/1954)	Militar*	11	Arthur Duarte Candal da Fonseca (27/03/1967 - 24/03/1969)	Militar*
2	Artur Levy (11/09/1954 - 01/02/1956)	Militar*	12	Waldemar Levy Cardoso (03/1969 - 11/1969)	Militar
3	Janary Gentil Nunes (03/02/1956 - 09/12/1958)	Militar	13	Ernesto Geisel (06/11/1969 - 06/07/1973)	Militar*
4	Idálio Sardenberg (11/12/1958 - 02/02/1961)	Militar*	14	Floriano Peixoto Faria Lima (17/07/1973 - 01/10/1974)	Militar*
5	Geonísio Carvalho Barroso (20/02/1961 - 05/01/1962)	Civil	15	Araken de Oliveira (03/10/1974 - 13/03/1979)	Militar*
6	Francisco Mangabeira (17/01/1962 - 06/01/1963)	Civil	16	Shigeaki Ueki (23/03/1979 - 28/08/1984)	Civil*
7	Albino Silva (11/06/1963 - 28/01/1964)	Militar*	17	Thelmo Dutra de Rezende (28/08/1984 - 19/03/1985)	Militar*
8	Osvino Ferreira Alves (28/01/1964 - 03/04/1964)	Militar	18	Hélio Beltrão (19/03/1985 - 15/05/1986)	Civil *
9	Ademar de Queiroz (07/04/1964 - 30/06/1966)	Militar*	19	Ozires Silva (19/05/1986 - 21/06/1988)	Militar
10	Irnack Carvalho do Amaral (30/06/1966 - 17/03/1967)	Civil	20	Armando Guedes Coelho [interino] (21/06/1988 – 23/01/1989)	Civil

* Foi membro ou teve participação junto às atividades do complexo ESG/IPES.
Fontes: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (CPDOC/FGV); Relatórios de atividades da Petrobras; DREIFUSS, René Armand. *1964*... op. cit.; BORTONE, Elaine. *O IPES e a ditadura empresarial-militar:* os casos das estatais federais e da indústria farmacêutica. Tese de doutorado em História. Rio de Janeiro: UFRJ, 2018 (elaboração própria).

O *Quadro 1* elenca todos os presidentes da Petrobras, desde o início de seu funcionamento, em 1954, até o fim da ditadura, em 1988. É possível perceber a histórica militarização da companhia devido à grande profusão de membros das Forças Armadas em sua presidência. Dos 20 que lideraram a empresa no período em tela, apenas 6 eram civis. Dos 14 militares, a maioria (10) teve passagem pela ESG, antes ou depois de assumir a liderança da petrolífera. Ademais, cabe destacar que, durante a ditadura (1964-1988), dos quatro civis que presidiram a Petrobras, 2 deles (Shigeaki Ueki e Hélio Beltrão) haviam tido vínculo com o IPES, algo que indica a ligação de tais agentes com o empresariado, tema que será aprofundado nas partes subsequentes deste estudo.

Uma característica que é importante ser frisada é que a inserção de militares no comando da Petrobras não foi ineditismo da ditadura instaurada em 1964, assim como a introdução de oficiais atrelados à ESG também não foi. A alocação de membros castrenses no

comando da empresa esteve associada à histórica percepção de que as instalações e recursos da petrolífera eram fundamentais para a segurança e soberania nacionais, mentalidade difundida desde pelo menos a década de 1930, conforme realçado no capítulo anterior. No que tange à profusão de militares com passagem pela ESG na presidência da estatal durante os dez primeiros anos da empresa, é relevante destacar que, antes do golpe de 1964, por mais que tais agentes fossem incutidos na DSN, não havia viabilidade política para que os mesmos sedimentassem a Doutrina como coluna de sustentação da empresa.

A institucionalização da DSN - ou, em outros termos, a transformação da Doutrina em um aparato organizativo/administrativo que conjugue perseguição aos trabalhadores à ampliação dos negócios dos grandes capitais - não foi disseminada na Petrobras antes da ditadura fundamentalmente por conta da pujante mobilização tanto dos operários da categoria quanto de partidos e organizações nacionalistas populares. Conforme abordado anteriormente, as entidades sindicais petroleiras possuíam significativa ascendência nas diretrizes da empresa, sobretudo nos primeiros anos da década de 1960, tendo, inclusive, participação decisiva na escolha de suas presidências.

Não foi por acaso que entidades como o CEDPEN[573], sindicatos trabalhistas e organizações populares foram imediatamente cerceadas e reprimidas após o golpe de 1964. No caso do setor petrolífero, diversos dirigentes sindicais foram presos, perseguidos e/ou torturados logo após a derrubada de João Goulart.

Neste capítulo já foi salientado que o primeiro presidente da Petrobras, Ademar de Queiroz, que presidiu a companhia entre abril de 1964 e junho de 1966, fazia parte do núcleo duro do campo civil-militar multinacional e associado, tendo sido peça-chave no governo de Castelo Branco. Desde o alvorecer do regime, Queiroz atuou sistematicamente para efetivar a perseguição política contra os trabalhadores tidos como "subversivos".

Em sua gestão, as principais investidas da estatal ficaram concentradas em algumas áreas de exploração de óleo cru, sobretudo no Recôncavo Baiano, na petroquímica e na segurança interna da empresa. O militar chegou a ser cogitado por Castelo Branco para sucedê-lo na chefia do Executivo Nacional, mas foi alocado no ministério da Guerra para substituir

[573] Com o golpe, o CEDPEN teve a sua atuação severamente limitada, tendo a sua sede invadida pela polícia de Carlos Lacerda em 1964, 1965 e 1966. Ver: LAMARÃO, Sérgio; PINTO, Simone Araújo. Verbete: Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional (CEDPEN). *In: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da FGV. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Disponível em: https://bit.ly/3xcMu5g. Acesso em 21/03/2024.

Costa e Silva quando este saiu do cargo para tornar-se elegível para a presidência da República[574].

No decurso da ditadura, a complexificação da rede de vigilância e perseguição interna da Petrobras sofreu influências do aprimoramento dos aparatos repressivos do regime. Foi durante a vigência do AI-2 e ainda sob a gestão de Ademar de Queiroz que o Serviço de Informações da Petrobras (SIPE) foi sucedido pela Divisão de Informações da Petrobras (DIVIN-Petrobras), em 10 de março de 1966. O arcabouço repressivo da estatal ampliou, dessa forma, as suas atividades e atribuições[575].

Três meses após a implantação da DIVIN na Petrobras, em junho de 1966, a presidência da companhia foi assumida pelo engenheiro Irnack Carvalho do Amaral, que ocupou o posto após Ademar de Queiroz ser alocado no Ministério da Guerra. Irnack Amaral tinha formação em Engenharia de Minas e Engenharia Civil pela Escola de Minas de Ouro Preto e foi um dos poucos civis a presidir a estatal durante o regime.

Irnack Amaral ocupara diversos postos no Estado. Dentre eles, cabe destacar o seu cargo de Engenheiro no Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil (RJ) (1932-1934); a sua alocação como assistente especial de Júlio Caetano Horta Barbosa no CNP (1938-1939); a composição da Comissão Mista Brasileiro-Americana de Estudos Econômicos (1948); representação do Departamento Nacional de Produção Mineral junto às autoridades dos EUA (1949-1950); direção da divisão de fomento do Departamento Nacional de Produção Mineral (1951-1953); representante da Divisão de Fomento da Produção Mineral no Conselho Nacional de Energia Nuclear (1958-1961); consultor do BNDE em 1958; dentre outros.

Na Petrobras, Irnack Amaral ocupara a direção da empresa de 1954 a 1957 e de 1961 a 1963. Após a sua passagem pela presidência da estatal, foi alocado no Conselho de administração da mesma, em 1969[576]. Como será possível perceber ao longo deste capítulo, o engenheiro foi o único presidente da Petrobras que tinha um perfil técnico e que não teve

[574] Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Verbete: Ademar de Queiroz... op. cit.

[575] cf. PRAUN, Luci; COSTA, Cláudia. Nem episódicas, nem acidentais... op. cit.

[576] Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Verbete: Irnack Carvalho do Amaral. In: _____. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Disponível em: https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/amaral-irnack-carvalho-do. Acesso em: 04/02/2023.

relações diretas nem com o complexo ESG/IPES, nem com as empresas privadas. Sua gestão à frente da estatal, entretanto, durou pouco menos de nove meses (30/06/1966 – 27/03/1967).

Na montagem da equipe do novo governo, Costa e Silva alocou o general Arthur Duarte Candal da Fonseca na presidência da Petrobras. Assim como no caso de Ademar de Queiroz, a "tecnicidade" não figurou como um pré-requisito para a definição do novo nome a gerir a estatal. A decisão esteve relacionada, fundamentalmente, à reacomodação das forças políticas que amparavam a gestão do novo ditador.

Até o início de março de 1967, Candal da Fonseca estava cotado para a pasta das Comunicações. Porém, líderes políticos da Bahia, com destaque para o então governador Lomanto Júnior e aquele que iria sucedê-lo no mês seguinte, Luís Viana Filho, emitiram queixas a Costa e Silva, destacando que seu estado não estava contemplado com nenhum ministério. Acolhendo as reivindicações, o novo ditador acatou o nome de Carlos Furtado Simas, indicado pelos políticos baianos, e o inseriu nas Comunicações, remanejando Candal da Fonseca para a presidência da Petrobras[577].

Candal da Fonseca teve formação pela Escola Militar do Realengo (1925-1929), pelo Curso da Escola de Comunicação do Exército (1932), pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) (1935) e pela ECEME (1940). Além disso, fez o Curso de comando e Estado-Maior em Fort Leavenworth, nos EUA (1946), e o Curso de classificação de pessoal do Exército (1950).

Cumpriu várias atividades em sua carreira castrense, dentre as quais pode-se destacar o cargo de Instrutor-Chefe dos cursos de engenharia e comunicação da ECEME (1955), a Chefia da 1ª Seção do Estado-Maior do Exército (1955) e da Divisão de Planejamento da Diretoria Geral de Ensino do Exército (1957); o comando do Batalhão de Serviços e Engenharia, na Paraíba (1962), e do 1º Grupamento de Engenharia de Construção no mesmo estado (1964). O militar ainda foi representante do EMFA no conselho deliberativo da Superintendência para o Desenvolvimento do Sudeste (Sudene) (1964); foi também comandante da 5ª Região Militar e da 5ª Divisão de Infantaria, no Paraná (1966). Embora não tenha feito parte do núcleo "castelista", os indícios apontam que Candal da Fonseca era próximo àquele campo, haja vista que teve formação pelo Curso Superior de Guerra da ESG, finalizado

[577] OPERAÇÃO Impacto respeita decretos. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, nº 22.676, ano LXVI, 9 mar. 1967. Disponível em: https://bit.ly/3vj30QM. Acesso em: 19/03/2024; D'ARAUJO, Maria C.; CASTRO, Celso. *Ernesto Geisel*. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 1997 (versão e-book). p. 288.

em 1962, período em que a DSN já era significativamente difundida pela oficialidade castrense. Ademais, entre 1966 e 1967 Candal da Fonseca chefiou o Departamento de Estudos da Escola, acumulando a função de comandante interino da mesma em março de 1967. O militar também foi para a iniciativa privada, se inserindo na empresa Parati Desenvolvimento Turístico[578].

Em 1968, em meio à efervescência decorrente das mobilizações dos trabalhadores e estudantes, os operários da Petrobras retomaram de forma mais enfática as suas articulações políticas. Ainda providos de alguns resquícios de capacidade organizativa, os sindicatos da categoria passaram a promover eleições com a participação de chapas assentadas em plataformas de reivindicação de direitos e críticas às medidas da ditadura. A DIVIN-Petrobras, em sintonia com outros órgãos, como a Divisão de Segurança e Informações (DSI) do ministério do Trabalho, atuou de forma sistematizada para coibir as rebarbas de autonomia sindical. Em pleitos como aqueles organizados pelo Sindipetro-GB e pelo Sindipetro-BA em 1968, houve casos de intervenção, afastamento de trabalhadores "subversivos" e anulação de eleição de chapa. As lutas dos petroleiros, no entanto, não cessaram.

No início de julho de 1968, houve o V Encontro Nacional dos Dirigentes Petroleiros, realizado em Belo Horizonte (MG). Na ocasião, os dirigentes criaram a Federação Nacional Livre dos Trabalhadores da Indústria do Petróleo (FENAPE), entidade considerada ilegal pela ditadura e que visava reunir a categoria em uma modalidade organizativa situada às margens da estrutura sindical oficial.

Nas resoluções do V Encontro houve diretrizes firmadas não apenas para reivindicar a recomposição e equiparação salarial dos trabalhadores da área petrolífera, mas também para exigir que a DIVIN-Petrobras fosse extinta imediatamente. O decurso do aprofundamento das mobilizações da categoria foi acompanhado pela escalada da repressão da ditadura contra os petroleiros.

Em 17 de julho de 1968, poucas semanas após o V Encontro, o Exército invadiu as sedes do Sindipetro-Caxias e do Sindiquímica-Caxias, levando preso Paulo Fernandes Rangel Sampaio, presidente da FENAPE. Em setembro daquele ano, 10 dirigentes sindicais da categoria petroleira foram presos, acometidos pelos IPMs e com base na Lei de Segurança

[578] Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Verbete: Artur Duarte Candal Fonseca. In: _____. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Disponível em: https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/artur-duarte-candal-fonseca. Acesso em: 04/02/2023.

Nacional, estabelecida em março do ano anterior. Além disso, também em setembro, o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Destilação e Refinação do Petróleo no Estado da Bahia sofreu intervenção, sendo a chapa dirigente destituída[579].

Após a reemergência das mobilizações políticas dos petroleiros e do estabelecimento do AI-5, a DIVIN-Petrobras passou por uma importante reestruturação. Entre janeiro e fevereiro de 1969, quando a Petrobras ainda estava sob a presidência de Candal da Fonseca, o órgão de vigilância e repressão da companhia passou a incorporar a Divisão de Segurança e Informação (DSI) do MME e de outros ministérios, ampliando a sua capilaridade. A partir de então, a DIVIN, subordinada ao Gabinete da Presidência da Petrobras, passou a ter canais oficiais de ligação e informações diretamente atados à sua estrutura interna (subsidiárias, escritórios, diretoria, departamentos etc.) e também aos demais aparatos de repressão da ditadura, como o SNI, as já citadas DSI's, as Secretarias de Segurança Pública dos Estados, órgãos de informações militares etc.[580].

Na reestruturação da DIVIN de 1969 também foram formalizados os Setores Regionais (Seregs) da Petrobras. Os Seregs eram órgãos espalhados em diversas áreas do país nas quais a Petrobras atuava. Dentre outras atribuições, esses órgãos executavam os processos de Investigação Política Social (IPS) aplicados aos trabalhadores contratados pela petrolífera e também pelas empresas terceirizadas. Na ocasião, foram criados sete Setores Regionais, sendo que suas jurisdições abarcavam 19 estados mais o Distrito Federal[581].

Naquele período, um fato que indica a importância que as Forças Armadas concediam à Petrobras para a "segurança nacional" pode ser notado pela defesa de alguns militares para que a estatal fosse considerada "empresa de segurança nacional" e a sua presidência passasse a ser considerada função militar. É possível perceber essa informação em matéria do Correio da Manhã que noticiava que Candal da Fonseca pedira demissão da presidência da companhia para retornar à caserna, haja vista que estava para estourar o limite de seu afastamento castrense, de dois anos. Nas informações trazidas pelo jornal, há uma passagem que destaca que "setores militares ligados à Petrobras comentavam que continuam de pé as esperanças no decreto que

[579] Sobre as mobilizações dos petroleiros entre 1967 e 1968, ver: PRAUN, Luci; IVO, Alex. Às margens do controle? Ciclo de lutas de 1967-1968, recomposição da ação sindical petroleira e seus desfechos pós AI-5. In: PRAUN, Luci et al. (orgs.). Petrobras e petroleiros na ditadura: trabalho, repressão e resistência. São Paulo: Boitempo, 2024.

[580] cf. PRAUN, Luci; COSTA, Cláudia. Nem episódicas, nem acidentais... op. cit.

[581] PRAUN, Luci; COSTA, Cláudia. Nem episódicas, nem acidentais... op. cit.

está em mãos do presidente da República, transformando a Petrobrás em empresa de segurança nacional passando sua presidência a ser considerada função militar"[582]. O decreto não foi instituído, haja vista que alguns anos depois, em 1974, um civil veio a ocupar o comando da companhia, mas a militarização da empresa e o recrudescimento de seu aparato repressivo seguiram sendo a tônica do regime.

A partir do AI-5, em meio à escalada da repressão em âmbito nacional, a Petrobras era mobilizada para atuar como uma das difusoras das estratégias punitivas e persecutórias da ditadura. Nesse processo, os elementos atinentes aos aparatos repressivos do regime não foram apenas internalizados pela estatal. Os agentes que atuavam nos altos escalões da companhia também trabalharam para exportar práticas e métodos de opressão.

Sobre esse assunto, é importante apresentar um episódio envolvendo o Cenimar. Este órgão que, como já destacado, era a agência de informações mais antiga, resolveu microfilmar o seu arquivo no início da década de 1970. A iniciativa foi estimulada devido a alta gama de documentos produzidos pela entidade, que demandava cada vez mais espaço físico para armazenamento. Além disso, os agentes estavam preocupados em preservar as documentações, sobretudo as mais antigas, que corriam o risco de ser inutilizadas devido ao desgaste ocasionado por avarias de toda sorte.

No movimento de introdução da microfilmagem no Cenimar, uma série de empresas ofereceu suporte. Furnas (empresa estatal geradora de energia elétrica), a Biblioteca Nacional, a Rede Ferroviária Federal, o Banco Nacional de Habitação e o Banco do Brasil forneceram orientações a agentes da Seção de Microfilmagem do Cenimar, sendo o acervo e os setores de microfilmagem de tais entidades o objeto do treinamento. No processo de inserção de equipamentos no Cenimar, a Petrobras emprestou por trinta dias uma leitora de microfilmes à agência secreta, conferindo, portanto, apoio material à repressão[583].

Em outros episódios, de maior gravidade, a Petrobras atuou exportando métodos repressivos a empresas públicas e privadas. Essa empreitada era realizada através das Comunidades de Informações, também conhecidas como Comunidades de Segurança. Essas entidades reuniam representantes empresariais e de agências policiais do Estado para trocar informações e aprimorar práticas de vigilância e repressão aos trabalhadores. A estatal

[582] CANDAL demite-se da Petrobras para voltar ao quartel. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, nº 23.289, ano LXVIII, 18 mar. 1968, caderno 1, p. 2. Disponível em: https://bit.ly/4aquKBP. Acesso em: 22/03/2024.

[583] FIGUEIREDO, Lucas. *Lugar nenhum*... op. cit. pp. 28-30.

participou de pelo menos três Comunidades, em Minas Gerais, na Baixada Santista (SP) e no Vale do Paraíba (SP-RJ)[584].

Uma das principais atividades das comunidades de informações era a elaboração de "listas sujas", que consistia na formação de uma listagem com nomes de trabalhadores tidos como "comunistas", "agitadores", "subversivos" etc., documento este que circulava entre as empresas pertencentes à Comunidade de Informações. Após perder o emprego por perseguição política, os trabalhadores, muitas vezes, não conseguiam ser reinseridos no mercado de trabalho, o que contribuía para casos de desemprego prolongado, muitas vezes acompanhados pela depauperação material e psicológica de tais operários e de seus familiares[585].

Em uma das reuniões da Comunidade de Segurança em Minas Gerais, realizada em 11 de julho de 1972, reuniram-se representantes de órgãos da segurança pública do estado e de empresas atuantes nas áreas de minas e energia, como a Cia. de Cimento Portland Barroso, a Cia. Vale do Rio Doce, a Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), dentre outras. Na ocasião, após os mandatários de outras empresas terem feito um relato de aspectos relacionados à segurança interna de suas companhias, o chefe do Setor Regional nº 4 da DIVIN-Petrobras, João Cândido de Rezende Filho, relatou que o sistema de proteção das demais corporações "nenhuma novidade trouxe" à Petrobras, "já que se tratava, de um modo geral, de uma miniatura do que se faz em nossa empresa"[586]. Além disso, um dos militares presentes, coronel Aviz, explicitou que as empresas da Comunidade necessitavam de um "Sistema social atuante e uma Segurança Industrial capacitada a atender à sua missão", assim como dispunha a Petrobras[587]. A estrutura repressiva da petrolífera constituía um modelo a ser seguido por outras empresas. A Petrobras continuava a figurar como um importante indutor da contrarrevolução preventiva brasileira pela via do pilar sobressalente da ditadura, a repressão.

Em março de 1969, quando Candal da Fonseca resolveu sair da presidência da Petrobras, Costa e Silva o substituiu pelo marechal Waldemar Levy Cardoso, posto que ocupou rapidamente entre março e outubro de 1969. No que tange à formação do novo presidente da

---

[584] Sobre as Comunidades de Informações com participação da Petrobras, ver: PRAUN, Luci; FREITAS, Carlos. Tecituras da colaboração empresarial-militar: regime fabril, comunidades de informações e listas sujas. In: PRAUN, Luci et al. (orgs.). Petrobras e petroleiros na ditadura: trabalho, repressão e resistência. São Paulo: Boitempo, 2024.

[585] cf. PRAUN, Luci; FREITAS, Carlos. Tecituras da colaboração empresarial-militar... op. cit.

[586] Arquivo Nacional. Fundo: Divisão de Informações da Petrobras, notação BR_RJANRIO_HF.0.SEG.6. p. 32.

[587] Arquivo Nacional. Fundo: Divisão de Informações da Petrobras, notação BR.RJANRIO.HF.0.SEG.6. p. 33.

estatal, além de passar pela Escola Militar do Realengo (04/1918 a 03/1921), o militar também fez parte da Escola de Artilharia a partir de 1933, além da Escola de Estado-Maior entre fevereiro de 1935 e dezembro de 1937. Levy Cardoso foi um dos únicos militares que presidiu a estatal na ditadura que não teve passagem pela ESG.

O militar assumiu diversos postos nas Forças Armadas, dentre os quais, a chefia da 3ª seção do EME (01/1943 - 01/1944); chefia do gabinete do EME (01/1944 - 04/1944); comandou o 2º Grupo de Obuses Auto-Rebocados (01/1944), condição na qual integrou a FEB (09/1944 - 08/1945), retornando ao EME (12/1945 - 05/1948); chefiou o gabinete do ministro da Guerra, Canrobert Pereira da Costa (03/1949 - 01/1951); foi adido militar nas embaixadas do Brasil na Espanha e na França (04/1951 - 03/1953); chefiou do Estado-Maior da Zona Militar Centro (09/1954 - 01/1957); chefiou o gabinete do ministro da Guerra, general Henrique Teixeira Lott (01/1957 - 03/1960); comandou interinamente a 2ª RM (03/1960 - 04/1964); e também chefiou o Departamento de Provisão Geral do Exército (04/1964 - 10/1966).

Pelo que as informações levantadas indicam, até 1967, quando foi nomeado presidente do CNP, Levy Cardoso não possuía qualquer formação ou experiência na área do petróleo. O militar saiu do Conselho para assumir o comando da Petrobras, em março de 1969. Após a passagem neste cargo, Levy Cardoso foi conselheiro da estatal entre 1971 e 1985[588].

O escolhido por Emílio Médici para ocupar a presidência da Petrobras foi um castelista "puro sangue". Ernesto Geisel assumiu o comando da empresa em novembro de 1969.

Em sua formação, Geisel foi egresso em 1938 da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) e, entre 1941 e 1943, esteve na Escola de Estado-Maior do Exército. Além disso, o militar fez estágio no Army Command and General Staff College, em Fort Leavenworth, Estados Unidos, em 1945, e foi um dos fundadores da ESG.

Dentre as diversas funções exercidas em sua carreira militar, cabe salientar a chefia da secretaria geral do Conselho de Segurança Nacional (1946-1947); a sua inserção como membro permanente da ESG (1952); a subchefia do Gabinete Militar do presidente João Café Filho, tendo ficado sob a chefia direta de Juaréz Távora, titular do Gabinete (02/1955 - 05/1955); a chefia da Seção de Informações do EME (1957); representante do Ministério da Guerra no

[588] Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Verbete: Waldemar Levy Cardoso. In: _____. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Disponível em: https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/cardoso-valdemar-levi. Acesso em: 04/02/2023.

Conselho Nacional do Petróleo (CNP) (1957-1958 e 1959-1961); chefia do Gabinete Militar do governo Castelo Branco (1964-1967); e o cargo de ministro do STM (1967-1969). Na Petrobras, o militar tinha sido superintendente-geral da Refinaria Presidente Bernardes (RBPC), em Cubatão (SP), entre setembro de 1955 e janeiro de 1956. Ernesto Geisel saiu da Petrobras diretamente para a presidência da República (1974-1979) e, após a sua gestão, foi fazer parte da presidência da empresa privada de química fina Norquisa, posto que ocupou entre junho de 1980 e abril de 1990[589].

Apesar de Ernesto Geisel e Emílio Médici pertencerem a tendências militares distintas, o primeiro, em entrevista, destacou que eles tinham uma relação de amizade, ainda que não fosse íntima. Desde o governo Costa e Silva, Médici fazia articulações para que Geisel assumisse o comando da estatal, não conseguindo por conta das questões políticas envolvendo o remanejamento de Candal da Fonseca aqui já explicitadas. Segundo Geisel, o então ditador movimentou-se para inseri-lo na chefia da petrolífera por conta de sua experiência na RBPC e no CNP[590].

No plano da militarização da empresa, durante a gestão de Ernesto Geisel, em 1972, a Divisão de Informações passou a ser chamada Divisão de Segurança e Informações, sendo fortalecida por um Setor de Segurança (Segin), que complementava as atividades dos Seregs. Em palestra realizada provavelmente em 1972, o chefe da DIVIN-Petrobras iniciava da seguinte maneira a apresentação do aparato repressivo da Petrobras: "Como se vê, foi consagrada na lei básica da Empresa, a expressão "segurança interna" em consonância com o espírito e as conceituações da Lei de Segurança Nacional"[591]. Àquela altura, as práticas persecutórias baseadas no combate aos "inimigos internos" e à "guerra revolucionária", presentes na Petrobras desde o golpe de 1964, estavam efetivamente institucionalizadas.

Ernesto Geisel saiu da Petrobras em junho de 1973, quando foi oficialmente lançado para a sucessão de Emílio Médici na presidência do país. Em seu lugar, foi alocado mais um esguiano, Floriano Peixoto Faria Lima, oficial da Marinha. O militar tinha formação pela Escola

[589] COUTINHO, Amélia; GUIDO, Maria C. Verbete: Ernesto Geisel. In: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da FGV. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Disponível em: https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/geisel-ernesto. Acesso em: 04/02/2023.

[590] D'ARAUJO, Maria C.; CASTRO, Celso. *Ernesto Geisel*... op. cit. p. 288.

[591] Apud PRAUN, Luci; COSTA, Cláudia. Nem episódicas, nem acidentais... op. cit. p. 116.

de Guerra Naval, onde efetuou o curso básico. Além disso, Faria Lima também fez o Curso Superior de Comando da Escola de Guerra Naval e o Curso Superior de Guerra da ESG.

Foram diversas as funções militares que Faria Lima exerceu. Dentre elas, cabe destacar a Subchefia da Casa Militar da presidência da República do governo Jânio Quadros; a sua inserção como membro do corpo permanente da ESG, tendo chefiado a Divisão de Assuntos Militares, a Divisão de Assuntos Doutrinários, além de ter feito parte da Coordenação da Escola; foi adido naval junto às embaixadas em Washington e Ottawa; Delegado do Brasil na junta Interamericana de Defesa; membro da Comissão Mista de Defesa Brasil-EUA; e também Vice-chefe do Estado-Maior da Armada (EMA).

Na Petrobras, o militar permaneceu pouco mais de um ano, saindo em outubro de 1974, quando o posto foi assumido por Arakén de Oliveira. Faria Lima também foi governador do Rio de Janeiro pela ARENA entre 1975 e 1979. Ao final de seu mandato, passou para a presidência da União de Indústrias Petroquímicas S.A. (Unipar), ficando no cargo até 1992. Ele também ocupou a vice-presidência da Petroquímica União[592].

Arakén de Oliveira havia sido oficial de tiros do primeiro grupo de Obuses na Força Expedicionária Brasileira (FEB) (1944-45), chefe de gabinete do presidente do CNP, marechal Levi Cardoso (1967-1969) e presidente do CNP (1969-1974). Sua formação militar foi iniciada na Escola militar do Realengo (1928-1932), além disso, o militar cursou o Command and General Staff Officer Course (Kansas-EUA) (1939-1945), a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, a Escola de Comando, a Escola do Estado-Maior do Exército, o Curso Superior de Guerra da ESG e, a partir de 1967, iniciou o curso de planejamento de empresas na PUC-Rio. Seguia-se a linha proeminente da ditadura de alocar um esguiano a frente da Petrobras.

Arakén assumiu a presidência da estatal na última fase da ditadura, denominada por Renato Lemos[593] de *contrarrevolução democrática* (1974-1988). Essa nova etapa, iniciada em 1974, sucedeu o período da contrarrevolução terrorista, quando o regime cumpriu suas metas principais, quais sejam, a derrota dos segmentos oposicionistas mais aguerridos ou "extremados" e a configuração de um cenário marcado pela estabilização monetária e por expressivo crescimento econômico, que, aliás, ocorreu assentado na intensificação da concentração de renda e retração de gastos com educação e saúde. Cumprida as suas metas, a

[592] Arquivo Nacional. Fundo: Divisão de Informações da Petrobras, notação BR_RJANRIO_HF_0_PTR_008669_d0001de0001.

[593] LEMOS, Renato L. do C. N. e. Contrarrevolução e ditadura... op. cit. pp. 130-136.

cúpula ditatorial passou a construir uma abertura "por cima", pavimentando os caminhos para o estabelecimento de uma democracia limitada.

Vejamos como estavam dispostos os membros das Forças Armadas na estrutura institucional do Estado durante o governo Geisel. A maioria das pastas militares seguiu sendo chefiada por agentes com passagem pela ESG. O Ministério da Guerra ficou com Sílvio Frota, egresso da turma de 1956 do CEMCGA/ESG, entidade esta que também era membro permanente. No Ministério da Aeronáutica, foi alocado o brigadeiro Joelmir Campos de Araripe Macedo, egresso da turma de 1957 do CSG/ESG. A pasta da Marinha ficou com Souza Mello, que foi idealizador do projeto do SNI na ESG em 1959. O EMFA passou a ser chefiado pelo general Antônio Jorge Corrêa, egresso da turma de 1954 do CEMCFA/ESG e, em outubro de 1977, o militar foi sucedido pelo general Tácito Teófilo Gaspar de Oliveira, que concluiu o CSG/ESG em 1966. Também fez o Curso do Estado-Maior e Comando da ESG o general Hugo de Andrade Abreu, que ocupou o Gabinete Militar. João Batista Figueiredo foi inserido na chefia do SNI[594].

Renato Lemos identifica duas subfases nessa nova etapa do regime, sendo a primeira periodizada entre 1974 e 1978, cujo objetivo estratégico foi estabelecer um centro político conservador, de modo a conferir legitimidade à nova forma de dominação burguesa pretendida. Alguns episódios que expressam esse momento de abertura controlada foi o reconhecimento da vitória eleitoral do MDB nas eleições de 1974 e o retorno dos movimentos estudantis em diversas regiões do país.

O governo Geisel esteve em atrito com frações oposicionistas não apenas da esquerda, mas também da extrema direita, que, na iminência da abertura "lenta, gradual e segura", tentavam boicotar o movimento através de torturas/assassinatos de presos políticos e atentados a bomba. Nas Forças Armadas, houve uma ala que defendia a permanência da ditadura e a manutenção dos aparatos mais rígidos da repressão, tendência essa liderada por Sílvio Frota.

Conforme evidencia Rodrigo Lentz[595], essa fricção na Forças Armadas expressava uma dualidade entre um campo castrense que defendia que ainda havia um "estado de guerra" e aquele que pleiteava a volta da "normalidade" com "salvaguardas". Essa cisão também afetou o campo militar esguiano, então proeminente na cúpula do poder. O exemplo mais evidente é

[594] LENTZ, Rodrigo. *República de segurança nacional*... op. cit. pp. 198-201.

[595] LENTZ, Rodrigo. *República de segurança nacional*... op. cit. pp. 198-201.

justamente o caso de Sílvio Frota que, como já mencionado, tinha larga passagem e atuação na Escola.

O general Sílvio Frota reagiu sistematicamente contra os passos de Ernesto Geisel rumo à transição pactuada. O militar tinha um importante apoio no II Exército e também possuía suporte político por parte de agentes atuantes nos organismos repressivos. Em nome do "anticomunismo", apresentou a sua candidatura à sucessão presidencial. Contrário às políticas de descompressão e à candidatura de João B. Figueiredo para a presidência, que era o nome escolhido por Geisel, Frota construiu um plano de destituição do então ditador, que não contou com o aval dos comandantes das três armas, que ficaram com Geisel. Sílvio Frota foi demitido em outubro de 1977, sendo o Ministério da Guerra ocupado pelo general Fernando Belfort Bethlem.

Em oposição à candidatura de Figueiredo também havia a Frente Nacional de Redemocratização, criada por militares, mas que logo ganhou aderência de parcela do MDB e de segmentos empresariais, estes intermediados por Severo Gomes, ministro da Indústria e Comércio entre março de 1974 e fevereiro de 1977. Esse agrupamento tentava erigir a candidatura do general Euler Bentes Monteiro à sucessão presidencial[596].

Ainda que o governo de Ernesto Geisel tivesse embates com os segmentos da extrema direita militar, é importante frisar que os aparatos terroristas do Estado continuaram em funcionamento, sendo mobilizados, sobretudo, contra os agrupamentos da esquerda contrários à transição levada a cabo pela ditadura. Vale relembrar que, entre 1974 e 1976, diversos militantes do PCB e do PCdoB foram presos, mortos e/ou torturados pelo regime, em um movimento que culminou na chacina da Lapa, quando os agentes do DOI-Codi executaram três militantes do PCdoB a tiros. Ademais, em abril de 1974, o próprio Ernesto Geisel, visto por muitos como um moderado, chancelou diretamente a política do CIE de executar sumariamente os "subversivos perigosos", conforme consta em memorando escrito pelo diretor da CIA, William Colby, e liberado em 2018 pelo Departamento de Estado dos EUA[597].

[596] Sobre a dinâmica militar durante o governo de Ernesto Geisel, ver: OLIVEIRA, Eliezer Rizzo de. Conflitos militares e decisões políticas sob a presidência do general Geisel (1974-1979). In: ROUQUIÉ, Alain (coord.). *Os partidos militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1980.

[597] cf. VALENTE, Rubens; URIBE, Gustavo. Chefe da CIA disse que Geisel assumiu controle sobre execuções sumárias na ditadura. *Folha de São Paulo*, 10 mai. 2018. Disponível em: https://bit.ly/4aqd2OU. Acesso em: 25/03/2024.

Na Petrobras, o aparato repressivo não apenas era mantido em funcionamento, mas também aprimorado. Em 1976, foi criada a Assessoria de Segurança e Informações da Petrobras (ASI-Petrobras), a fim de promover os serviços de "Segurança Interna, de Mobilizações e Informações". A criação do órgão se deu por demanda do próprio Gabinete da Presidência da estatal, apoiada em projeto realizado pela DIVIN-Petrobras. Esta manteve-se como peça fundamental no exercício de vigilância e repressão da companhia, mas passou a ter a ASI como linha auxiliar, em uma reestruturação em que o novo órgão absorveu o Setor de Informações da DIVIN-Petrobras[598].

A segunda subfase da etapa da contrarrevolução democrática, conforme Renato Lemos[599], teve início em 1978, com a implementação da Emenda Constitucional número 11, também conhecida como "pacote de reformas", que, dentre outras medidas, suspendeu todos os Atos Institucionais e Complementares. Se, por um lado, essa nova diretriz legal restaurava alguns direitos importantes, como o *habeas corpus* e o impedimento de o Executivo determinar o recesso ou fechamento dos Legislativos nacional e estaduais, por outro, reintroduzia aparatos presentes nos Atos Institucionais por meio das "salvaguardas de emergência".

As "salvaguardas" introduzidas na Constituição garantiam ao Executivo Nacional a possibilidade de decretar estado de sítio em casos de "guerra externa, de ameaça à existência do Estado ou em casos de sublevação interna", sem consulta ao Congresso. Nas regiões do país escolhidas como em "estado de emergência", o Executivo tinha carta branca para promover detenção em residências e outros locais; nessas regiões, a ditadura passava a gozar de poder de censura à imprensa e outros meios de comunicação; a liberdade de associação e reunião era suspensa; etc. Além disso, vale lembrar que a suspensão dos Atos Institucionais implicava a retomada da vigência da Constituição de 1967, que, como aqui já posto, tinha a DSN como mote fundamental[600].

Esse novo momento de distensionamento do regime também foi demarcado pela intensificação da luta dos movimentos pela anistia, como o Movimento Feminino pela Anistia (FPA) ou os Comitês Brasileiros pela Anistia (CBA). Embora tais agrupamentos tenham cumprido papel importante na campanha, a efetivação da Lei da Anistia, assinada em agosto de

[598] PRAUN, Luci; COSTA, Cláudia. Nem episódicas, nem acidentais... op. cit. pp. 114-116.

[599] LEMOS, Renato L. do C. N. e. Contrarrevolução e ditadura... op. cit. pp. 130-136.

[600] ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil*... op. cit. pp. 217-219; LEMOS, Renato L. do C. N. e. Contrarrevolução e ditadura... op. cit. p. 133.

1979 pelo ditador João B. Figueiredo, só se concretizou quando os ditadores a consideraram coerente com o projeto de transição construído pelo menos desde 1974 no intuito de manter os interesses fundamentais das classes dominantes[601]. Ademais, o período também foi caracterizado pelo surgimento de novos partidos políticos[602] e pela intensificação das mobilizações das classes trabalhadores por direitos e contra a ditadura, constituindo o assim chamado "Novo Sindicalismo".

Em suma, a segunda subfase da contrarrevolução democrática foi caraterizada, dentre outros fatores, pela permanência de dispositivos legais que habilitavam e mantinham um forte aparato repressivo de feição ditatorial. Esses elementos, em conjunto com as práticas do regime que sucederam à Emenda Constitucional n. 11, como, por exemplo, a severa repressão e intervenção aos sindicatos dos trabalhadores nos primeiros anos da década de 1980, nos impedem de defender que o final da década de 1970 significou o início de um momento de transição, demarcado pelo fim de uma ditadura aberta, como defendem autores como Daniel Aarão Reis, Marco Antônio Villa e Elio Gaspari[603].

No caso da Petrobras, o momento final do regime não significou o esmorecimento do encargo repressivo contra os trabalhadores da companhia. Em meados da década de 1970, houve a emergência de uma nova geração de militantes petroleiros, que passou a efetuar atos de enfrentamento ao regime. Um deles ocorreu na Refinaria de Cubatão (RBPC), em 1978, quando os funcionários fizeram greve de fome a fim de pressionar o regime para que seus salários tivessem a devida reposição do índice inflacionário. As movimentações dos trabalhadores foram acompanhadas de perto pelos instrumentos de repressão da ditadura, como o SNI[604].

---

[601] cf. LEMOS, Renato L. do C. N. e. Anistia e crise política pós-1964. *Topoi*, Rio de Janeiro, n. 5, p. 287-313, dez. 2002.

[602] O retorno do pluripartidarismo se deu a partir da Lei 6.767, de 20 de dezembro de 1979. A ARENA se transformou em Partido Democrático Social (PDS), que continuava sendo o sustentáculo partidário da ditadura. A oposição foi segmentada em quatro partidos, quais sejam, o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Democrático Trabalhista (PDT), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Popular (PP).

[603] REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2000; VILLA, Marco Antônio. Ditadura à brasileira. *Folha de São Paulo*, 05 de março de 2009. p. 3; GASPARI, Elio. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

[604] cf. IVO, Alex de Souza. Punhos erguidos: a resistência avança e a repressão continua (1978-1983). In: PRAUN, Luci et al. (orgs.). Petrobras e petroleiros na ditadura: trabalho, repressão e resistência. São Paulo: Boitempo, 2024.

Em 1983, os petroleiros aprofundaram a mobilização contra as políticas econômicas do governo, sendo o alinhamento do governo Figueredo com as imposições do FMI o alvo principal. Em 5 de julho daquele ano, os trabalhadores da Refinaria de Paulínia (Replan) decidiram realizar uma paralisação para o dia seguinte, movimentação que adquiriu adesão dos operários da RLAM e também do ABC paulista. As manifestações efetuadas pelos petroleiros foram duramente reprimidas pela ditadura[605].

A repressão à greve dos petroleiros se deu em meio ao governo de João B. Figueiredo. Após Ernesto Geisel ter minado os caminhos políticos a fim de efetivar a candidatura do militar, o novo ditador assumiu o posto em março de 1979.

Houve uma significativa redução no número de militares com passagem pela ESG no gabinete presidencial do novo ditador. Ao longo do mandato, muitos postos foram distribuídos para agentes ligados aos partidos políticos ou a grupos econômicos, quesito este, aliás, que foi uma constante ao longo de todo o regime.

No entanto, as pastas eminentemente militares foram ocupadas quase que em sua integralidade por militares com passagem pela ESG. Na chefia do EMFA, o general Samuel Alves Corrêa tinha passagem pelo CEMCFA/ESG e pelo CSG/ESG e José Ferraz da Rocha era egresso do CSG/ESG. Apenas o último chefe do EMFA, almirante Valdir Vasconcelos, não tinha passagem pela Escola.

Os ministérios do Exército e da Aeronáutica foram ocupados, respectivamente, pelo general Walter Pires Carvalho e Albuquerque e pelo brigadeiro Délio Jardim de Matos, ambos com passagem pela ESG. Das pastas militares, apenas o ministério da Marinha não foi assumido por um membro castrense esguiano, sendo chefiado pelo almirante Maximiano da Fonseca[606].

Dentre as medidas do campo da segurança então estabelecidas cabe destacar a nova Lei de Segurança Nacional, ainda em vigor. Estabelecida a partir da Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983, o novo arranjo legal suprimiu termos que remetessem diretamente à DSN e à teoria da Guerra Revolucionária. Porém, esses preceitos foram embutidos na nova Lei de maneira camuflada, através de conceitos penais que se a quesitos como “organizações clandestinas ou subversivas”, “processos violentos ou ilegais para alteração da ordem política ou social”, “subversão da ordem política ou social”, dentre outros[607].

[605] As greves e mobilizações dos petroleiros no período serão retomadas na última parte deste capítulo.

[606] LENTZ, Rodrigo. *República de segurança nacional*... op. cit. pp. 212-214.

[607] LENTZ, Rodrigo. *República de segurança nacional*... op. cit. pp. 224-225.

Na Petrobras, não foi alocado um militar, mas também não foi escolhido alguém alheio ao complexo ESG/IPES. Shigeaki Ueki foi o oitavo a presidir a Petrobras na ditadura, sendo escolhido por João B. Figueiredo para assumir a estatal em março de 1979, cargo que ocupou até agosto de 1984. Shigeaki Ueki teve formação pela Escola Técnica de Comércio Brás Cubas (Mogi das Cruzes-SP), bacharelou-se em direito pela Faculdade de Direito da PUC-São Paulo (1959), formou-se em Ciências Contábeis pela Fundação Álvares Penteado e também fez cursos de especialização em Organização e Superintendência de Empresas, Projetos Industriais, Mercado Financeiro, Contabilidade e Custos de Produção.

Antes de sua inserção na Petrobras, Shigeaki Ueki tinha passagem por diversas empresas privadas. Ele foi escriturário no Banco Moreira Salles (hoje Unibanco), contador de custos em laboratório farmacêutico, consultor de empresas comerciais nas áreas de café solúvel, têxtil, petroquímica e indústria elétrica, presidente da indústria de lâmpadas Sadokin S.A., além de vice-presidente da Bakol e da Cevekol Indústria e Comércio (1967-1968).

Shigeaki Ueki era um civil que integrava o campo anticomunista multinacional/associado, tendo sido um colaborador do Ipes[608]. Ele assumiu a direção da Petrobras pouco depois de sair da iniciativa privada, permanecendo no alto escalão da petrolífera entre 1969 e 1974. Neste último ano, foi escolhido ministro de Minas e Energia por Ernesto Geisel, cargo que assumiu no mês de março de 1974, permanecendo no posto até março de 1979, quando foi para a presidência da Petrobras[609].

Na sucessão de Shigeaki Ueki, João B. Figueiredo escolheu o general Thelmo Dutra de Rezende para comandar a estatal, que ocupou o cargo por menos de sete meses (08/1984 até 03/1985). Thelmo Rezende compunha o corpo diretivo da Petrobras desde 1979, além de ter sido conselheiro de todas as subsidiárias da estatal (Braspetro, BR Distribuidora, Petroquisa, Petrofértil, Interbrás e Petromisa). O militar integrava a Marinha, tendo tido formação na Escola de Guerra Naval (1943) e na ESG, entidade na qual foi diplomado em 1977.

Em janeiro de 1985, a eleição presidencial indireta refletiu o tom político da abertura em curso. A vitória do pleito se deu por Tancredo Neves na presidência, membro histórico do PMDB e, portanto, componente da oposição consentida pela ditadura. A vice-presidência seria

[608] DREIFUSS, René A. *A conquista do Estado*... op. cit. p. 472.

[609] VELLOSO, Verônica. Verbete: Shigeaki Ueki. In: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da FGV. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Disponível em: https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ueki-shigeaki. Acesso em: 04/02/2023.

ocupada por José Sarney, que disputou o pleito pelo PMDB, mas era ex-presidente da Arena e havia sido filiado ao partido da ditadura, o PDS, até 1985. Poucos dias antes de assumir, Tancredo Neves faleceu, em 21 de abril de 1985, implicando a assunção de José Sarney na presidência do país.

Se por um lado o governo Sarney expedia importantes medidas estranhas à ditadura, como a emenda que implicou o retorno do PCB e do PcdoB à legalidade, por outro dava fortes sinais de continuidade. Ainda que a presidência estivesse ocupada por um civil, militares foram alocados em postos estratégicos, com prevalência daqueles que tiveram inserção na ESG. O EMFA foi ocupado por três militares com formação pela Escola, quais sejam, o almirante Valbert Lisieux Medeiros de Figueiredo, o almirante José Maria do Amaral Oliveira e o general Paulo Campos Paiva. Dos ministérios militares, apenas a Aeronáutica era chefiada por um não esguiano, o brigadeiro Octávio Júlio Moreira Lima. Os ministérios da Marinha e do Exército foram entregues, respectivamente, ao almirante Henrique Saboia e ao general Leônidas Pires Gonçalves, este último um notório anticomunista, que, dentre outros atos, solidarizou-se com o coronel e torturador Carlos Alberto Brilhante Ustra quando este foi denunciado como perpetrador de sevícias pela atriz e então deputada federal Bete Mendes, em 1983[610].

Um outro quesito importante que demonstra a continuidade da ditadura, ainda que em transição, na segunda metade da década de 1980 foi a manutenção da existência do SNI, que, aliás, veio a ser extinto apenas em 1990. No governo Sarney, o órgão foi chefiado pelo general Ivan de Souza Mendes, que fazia parte do corpo permanente da ESG.

Na presidência da Petrobras Sarney alocou um civil. No entanto, mais uma vez, o perfil do novo ocupante do posto esteve vinculado ao complexo ESG/IPES. Hélio Beltrão assumiu a presidência da estatal entre março de 1985 e maio de 1986. Há muito tempo imerso no mundo empresarial, Beltrão também teve passagem por diversos aparatos privados de hegemonia. Sua trajetória é marcada por uma atuação alternada ou conjunta entre cargos em empresas/órgãos privados e instituições do Estado restrito. Foi funcionário público no Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (IAPI) a partir de 1936, entidade na qual ocupou diversos cargos de chefia até meados da década de 1940; chefiou o gabinete e a assessoria técnica do presidente do CNP a partir de 1953; foi secretário do Interior e do Planejamento do estado da Guanabara, na gestão de Carlos Lacerda (1960-1965); integrou o Conselho

[610] LENTZ, Rodrigo. *República de segurança nacional*... op. cit. pp. 229-230.

Administrativo do Banco Nacional de Habitação (BNH) (1966-1969); foi ministro do Planejamento entre 1967 e 1969; membro do Conselho Monetário Nacional a partir de 1967; enquanto ministro do Planejamento integrou o Conselho Interministerial de Preços (CIP) a partir de agosto de 1967, a coordenação do Grupo de Trabalho da Reforma Agrária a partir de setembro de 1967 e instalou a Comissão Consultiva para o Planejamento Energético, em 1969; integrou o Conselho de Desenvolvimento Comercial a partir de julho de 1969; neste ano, também foi alocado na vice-presidência da Companhia Brasileira de Participação (Cobrapar), empresa holding do Grupo Ultra, associada à Phillips Petroleum Co.; no mesmo ano, passou a integrar o corpo diretivo da Mesbla S.A.; foi vice-presidente da Companhia de Cimento Portland Paraíso, cargo que assumiu em 1971; foi membro do conselho administrativo da Itaipu Binacional, a partir de 1978; membro do conselho administrativo da Companhia Siderúrgica Nacional, entre 1978 e 1979; foi ministro da Desburocratização entre 1979 e 1983; ministro da Previdência Social entre 1982 e 1983; e também membro do Conselho de Administração da Oxiteno do Nordeste S.A., empresa do ramo petroquímico, entre 1983-1985, saindo deste cargo diretamente para a presidência da Petrobras. Em relação aos APHs, na década de 1930 foi membro da comissão de pesquisa e estudos do Congresso Brasileiro de Economia (1936), presidiu o Instituto Brasileiro do Petróleo (IBP) entre 1958 e 1962, era integrante do Ipes e, também, teve passagem pela Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)[611].

Hélio Beltrão foi sucedido pelo coronel Ozires Silva, que ocupou a presidência da estatal entre maio de 1986 e junho de 1988. *Ozires foi o único militar* da Aeronáutica que ocupou o cargo. Ele teve formação em engenharia aeronáutica pelo Instituto Tecnológico de Aviação (ITA) em 1962. Dentre os cargos que passou antes de liderar a petrolífera, destaca-se a liderança do Departamento de Aeronaves do Centro Técnico da Aeronáutica (CTA), a partir de 1962, e a presidência da Embraer, entre 1969 e 1986. Após a presidência da Petrobras, Ozires ocupou a pasta da Infraestrutura, entre 1990 e 1991; as presidências da Embraer, entre 1991-1994, e da Varig, entre 2000 e 2002; foi criador da empresa Pele Nova Biotecnologia, 2003;

[611] VELOSO, Verônica Pimenta. Verbete: Hélio Beltrão. In: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da FGV. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. Disponível em: https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/helio-marcos-pena-beltrao. Acesso em: 13/06/2023; FOLHA de São Paulo. Beltrão vê problema para democracia. 25 dez. 1996. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/12/25/brasil/8.html. Acesso em 11/07/2023.

reitor da Unimonte (Grupo Ânima Educação), entre 2008 e 2018; e presidente do Conselho Estratégico da Universidade São Judas, a partir de 2018[612].

Por fim, o último presidente da Petrobras antes da Constituição de 1988 foi Armando Guedes Coelho, que assumiu o posto de modo interino. Escolhido por José Sarney, Guedes Coelho era um servidor de carreira da Petrobras. Com formação em Química Industrial e Engenharia Química pela Escola Nacional de Química da Universidade do Brasil, ele entrou na Petrobras em 1964 como engenheiro de processo na RLAM; foi instrutor na cadeira de ensaios e especificações de produtos de petróleo do Centro de Aperfeiçoamento e Pesquisa de Petróleo (Cenap-BA); professor da cadeira de operações unitárias II (Cenap-BA); integrou a divisão de refinação do Departamento Industrial da Petrobras, entre 1967 e 1968; chefiou o setor de suprimento de combustíveis da divisão de derivados e produtos químicos do Departamento Comercial da Petrobras, entre 1968 e 1969; foi superintendente-geral adjunto do Departamento Comercial, a partir de 1974; foi superintendente-geral do Departamento Comercial da Petrobras, a partir de 1977; diretor da Petrobras entre 1981 e 1987; presidente da Petroquisa, a partir de 1982; presidente da Interbrás, a partir de 1985; além de ter presidido a Petrobras Distribuidora, a partir de 1986.

Seguindo a tendência da maior parte da trajetória dos presidentes da Petrobras durante a ditadura[613], Armando Guedes também passou a integrar o alto escalão de empresas/entidades de ramos correlatos à Petrobras. A partir de 1989, ele passou a presidir o conselho consultivo da Fábrica Carioca de Catalisadores e, posteriormente, foi para a direção da mesma empresa; ocupou o corpo diretivo da divisão petroquímica da Companhia Suzano de Papel e Celulose, a partir de 1990; foi membro dos conselhos de administração da Associação Brasileira da Indústria Química (ABIQUIM), da Politeno, da Petroflex, da Polibrasil, da Polipropileno, e também da Petroquímica União. Além disso, Guedes Coelho presidiu o conselho empresarial de energia da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan)[614].

---

[612] SUNO. Biografia de Ozires Silva. [s/d]. Disponível em: https://www.suno.com.br/tudo-sobre/ozires-silva/. Acesso em: 11/07/2023; Blog do Ozires Silva. Disponível em: https://www.blogdoozires.com.br/biografia/. Acesso em: 14/06/2023; AGÊNCIA Força Aérea. Tenente-coronel Ozires Silva, Oficial da FAB, completa 90 anos. Força Aérea Brasileira, 08/01/2021. Disponível em: https://www.fab.mil.br/noticias/mostra/36819. Acesso em: 14/06/2023

[613] A relação entre o empresariado e o alto escalão da Petrobras será frisada no subcapítulo seguinte.

[614] VELOSO, Verônica. Verbete: Armando Guedes Coelho. In: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da FGV. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. Disponível em:

Em todo o período aqui analisado (1964-1988) as agências de vigilância e repressão da Petrobras seguiram atuantes. Nem mesmo o estabelecimento da Constituição de 1988 suplantou o funcionamento de tais organismos. No ano de 1990, a ASI-Petrobras estava em pleno funcionamento, como pode-se perceber em um informe produzido pelo órgão e difundido para o SNI comunicando o resultado eleitoral da Federação Nacional dos Petroleiros, discriminando os nomes da nova diretoria[615].

Considerações parciais

Como síntese da análise aqui empreendida, cabe salientar que, durante a ditadura, o alto escalão da Petrobras foi um *locus* que concentrou estratégias contrarrevolucionárias assentadas na DSN. Isso esteve relacionado ao perfil de atuação e formação daqueles que presidiram a estatal. Como apontado no início desta subseção, dos 12 presidentes da companhia durante o regime, apenas dois não tiveram passagem pelo complexo ESG/IPES (Irnack Carvalho do Amaral e Waldemar Levy Cardoso), agentes estes que ficaram no posto por poucos meses. Mesmo quando o cerne do poder do Estado esteve ocupado por grupos militares alheios à ESG, como nos governos de Costa e Silva e de Emílio Médici, a Petrobras seguiu sendo presidida por agentes daquele campo.

As principais modificações do aparato repressivo da Petrobras ocorreram quando a estatal estava chefiada por militares esguianos. O estabelecimento da CGI, da SIPE e da DIVIN ocorreu durante a gestão de Ademar de Queiroz, membro histórico do complexo IPES/ESG. As reformas da DIVIN, ocorridas em 1969, 1972 e 1976 foram estruturadas, respectivamente, pelas gestões de Candal da Fonseca, Ernesto Geisel e Araken de Oliveira, todos com profícua atuação na ESG.

O avanço de militares oriundos da ESG na Petrobras, entidade que foi uma das principais difusoras da DSN, teve implicações diretas na caracterização do aparato repressivo instituído no interior da companhia ao longo do regime. Os organismos coercitivos da estatal foram pautados pelo "anticomunismo" e pelo combate aos "inimigos internos", em um sistema

https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/coelho-armando-guedes. Acesso em: 29/05/2023.

615 Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Notação: BR_DFANBSB_V8.MIC, GNC.AAA.90074096.

no qual preponderou a vigilância e perseguição preventivas. Esses quesitos constituem o ineditismo qualitativo da militarização da petrolífera quando comparado ao período pré-1964.

Porém, tal qual os preceitos mais gerais da DSN, o controle coercitivo dos trabalhadores da Petrobras, nos moldes aqui descritos, ocorreu enlaçado ao desenvolvimento do grande capital. As próximas partes deste capítulo serão dedicadas a perceber a relação entre a estatal e as empresas privadas. Em um contexto de imobilização política dos trabalhadores, combinado a um conjunto de incentivos econômicos a diferentes setores produtivos, frações importantes do empresariado brasileiro passaram a ter maior ascendência nos quadros e diretrizes da petrolífera no decurso do regime.

3.3 – Um panorama das atividades da Petrobras (1964-1988)

Antes de aprofundarmos a análise acerca da interface entre a Petrobras e as empresas privadas, é importante expor um panorama das atividades da companhia ao longo da ditadura (1964-1988). Desse modo, o(a) leitor(a) obterá um esteio contextual para compreender com mais afinco as formas pelas quais as frações empresariais estiveram relacionadas às atividades da Petrobras durante o regime.

No início da ditadura, o campo produtivo da estatal contava com um considerável grau de disseminação, portando unidades em quase todas as regiões do país. Para além do refino e da produção do óleo cru, a Petrobras já dava os seus primeiros passos no segmento petroquímico. No final de 1965, a estrutura produtiva da empresa abarcava três refinarias, um oleoduto de São Paulo a Belo Horizonte, uma fábrica de asfalto, dois terminais marítimos, uma usina de protótipo de xisto, uma fábrica de fertilizantes, uma fábrica de borracha sintética, regiões de exploração e produção em Belém/PA e em estados do Sul e do Nordeste, além das unidades em construção (*Tabela 2*).

Tabela 2 - Estrutura de produção da Petrobras (1965)

Refinaria Landulpho Alves (São Francisco do Conde/BA)	Oleoduto Tramandaí/RS*
Refinaria Presidente Bernardes (Cubatão/SP)	Fábrica de asfalto de Cubatão/SP
Refinaria Duque de Caxias (Caxias/RJ)	Fábrica de asfalto do Nordeste (Fortaleza/CE)*
Refinaria Gabriel Passos (Betim/MG)*	Fábrica de asfalto de Madre de Deus/BA*
Refinaria Alberto Pasqualini (Canoas/RS)*	Term. marítimo Almirante Alves (Madre de Deus/BA)
Região de Exploração do Norte (Belém/PA)	Term. marítimo Almirante Tamandaré (Guanabara)
Região de Exploração do Sul (Ponta Grossa/PR)	Term. marítimo de Aracaju (Sergipe)*

Região de produção do Nordeste (Fortaleza/CE)	Term. marítimo Almirante Barroso (São Sebastião/SP)*
Região de produção da Bahia (Salvador)	Term. marítimo Soares Dutra (Tramandaí/RS)*
Campo de produção de Carmópolis/SE	Usina de protótipo de xisto (Tremembé/SP)
Campo de produção do Recôncavo/BA	Usina de protótipo de xisto em São Mateus/PR*
Oleoduto Rio-Belo Horizonte	Fábrica de fertilizantes de Cubatão/SP
Oleoduto Carmópolis/SE*	Fábrica de borracha sintética (Duque de Caxias/RJ)
Oleoduto São Sebastião/SP*	Conjunto petroquímico de Camaçari/BA*

*Em construção
Fonte: adaptado de Relatório de atividades da Petrobras, 1965. p. 4.

Como destacado no capítulo anterior, a Petrobras foi instituída como uma empresa de capital misto, ou seja, uma sociedade anônima de capital aberto. À estatal era resguardado o monopólio da pesquisa, do transporte marítimo e por duto, além de todo o processo produtivo de óleo cru e do refino, com exceção das refinarias privadas constituídas até 1953. Na composição dos capitais, as ações eram divididas entre preferenciais e ordinárias, sendo obrigatório a Petrobras deter pelo menos 51% das ações com direito a voto (ordinárias).

A lei que instituiu a Petrobras também estabeleceu dispositivos de autofinanciamento da empresa, direcionando fontes como o Fundo Rodoviário Nacional e o Imposto Único sobre Combustíveis e Lubrificantes (IUCL) como formas de abastecimento do caixa da estatal. A sustentação financeira da companhia era garantida independentemente da verba oriunda do orçamento Federal. Como destacado anteriormente, esse dispositivo foi importante para a manutenção da existência da petrolífera nos moldes da lei 2004/1953, mesmo quando submetida a governos de orientação oposta à atuação estatal na área, como foi a gestão de Café Filho, por exemplo[616].

Com o advento da ditadura, houve mudanças significativas nas políticas minerais do país. Em junho de 1964, o Senado considerou a medida do STF de 1963 que proibia a atuação de capitais estrangeiros no setor da mineração como inconstitucional. É importante salientar que essa chancela do Legislativo à abertura do segmento às empresas estrangeiras ocorreu após a ditadura ter baixado o primeiro Ato Institucional, que implicou a cassação e suspensão de direitos políticos de muitos dos que eram considerados desafetos do regime. O monopólio estatal do petróleo, no entanto, foi mantido a partir do projeto de Constituição enviado pelo ditador Castelo Branco ao Congresso em 1966, que virou o artigo 162 da Carta de 1967[617].

[616] ALVEAL CONTRERAS, Edelmira Del Carmen. *Os desbravadores*... op. cit. pp. 72-73.

[617] BERCOVICI, Gilberto. *Direito econômico do petróleo*... op. cit. pp. 178-181.

No final do governo Castelo Branco foi efetuada a reforma do setor público através da promulgação do Decreto-Lei nº 200 de 1967 (reforma administrativa). Este projeto foi construído pelo Conselho Consultivo de Planejamento (CONSPLAN), uma entidade formuladora de diretrizes políticas e que contava com diversos membros próximos ao IPES[618]. Essa legislação definiu os contornos da descentralização na administração pública, submetendo as empresas e entidades estatais ao regime jurídico de direito privado. O artigo 27 do Decreto-Lei enfatizava "o princípio da descentralização", garantindo às empresas públicas e sociedades de economia mista condições de funcionamento idênticas às do setor privado, sendo essas companhias compelidas a ajustarem-se ao plano geral do governo[619].

Os dispositivos presentes na reforma administrativa e o arcabouço de autofinanciamento da Petrobras concederam maior independência à estatal frente aos demais organismos político-institucionais[620]. Por outro lado, esse fato tornou mais viável a ascendência do empresariado nos quadros e diretrizes da petrolífera, fator esse que foi agudizado devido a repressão às organizações sindicais dos petroleiros.

Após a revogação da encampação das refinarias particulares, o segundo decreto do regime na seara petrolífera foi o de número 56.571/1965, que previa a participação conjunta dos capitais nacional, estrangeiro e estatal na indústria petroquímica[621]. Com forte articulação de Otávio Gouvêa de Bulhões e Roberto Campos para garantir a habilitação da iniciativa privada no negócio, essa disposição legal viria a influenciar a estrutura de capitais e os moldes de atuação da Petrobrás Química S.A. (Petroquisa), primeira subsidiária da Petrobras, atuante no setor petroquímico, criada no início do governo de Artur da Costa e Silva[622].

Em paralelo à consolidação de estruturas repressivas dentro das instalações da Petrobras, o governo Castelo Branco estabeleceu uma reestruturação organizacional da

---

[618] Dentre os agentes que tinham proximidade ou eram membros do IPES na CONSPLAN destacaram-se: Hélio Pena Marcos Beltrão, Paulo de Assis Ribeiro, Eudes de Souza Leão, José Rotta, Nylton Velloso e Pe. Fernando Bastos D'Ávila. cf. BORTONE, Elaine. *A participação do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) na construção da reforma administrativa na ditadura civil-militar* (1964-1968). Dissertação de mestrado em Administração. Niterói: UFF, 2013. pp. 90-91.

[619] BRASIL. *Decreto-lei nº 200*, de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Brasília, DF, 1967. Disponível em: https://bit.ly/3u1VZTR. Acesso em: 23/09/2022.

[620] ALVEAL CONTRERAS, Edelmira Del Carmen. *Os desbravadores*... op. cit. pp. 79-83.

[621] MOURA, Mariluce *et al*. *Petrobras 50 anos*... op. cit. pp. 141-142.

[622] As políticas petroquímicas da Petrobras contaram com uma significativa ascendência de entidades empresariais privadas. Esse tema será abordado com maior profundidade adiante.

companhia. Lastreada nos critérios da reforma administrativa, a gestão de Ademar de Queiroz conduziu uma departamentalização da empresa, baseada na verticalização do comando e na instituição de unidades intermediárias de coordenação[623]. Essa nova disposição institucional contribuiu para conferir maior poderio e controle aos escalões gerenciais da petrolífera[624].

Além das diretivas frente à Petrobras estabelecidas pelo governo Castelo Branco aqui já destacadas, cabe salientar duas deliberações que foram decisivas para a posterior ampliação dos negócios da estatal, ambas adotadas no ano de 1966. A primeira delas foi a liberação de uma gama significativa de recursos para a compra de equipamentos, ainda no bojo do Decreto-Lei nº 200, o que viria beneficiar as áreas de maior lucratividade à época, quais sejam, refino e petroquímica. A segunda foi a permissão para que a estatal gerasse um cadastro, junto ao recém criado Banco Central, como sociedade de capital aberto, de forma a viabilizar a penetração de capitais privados pela via acionária. É importante enfatizar, no entanto, que o mercado financeiro não foi uma forma significativa de financiamento dos negócios da estatal no decurso da ditadura[625], conforme será realçado na parte final deste capítulo.

A primeira fração empresarial que se configurou como grande beneficiária dos negócios do sistema Petrobras foi a indústria de base, atingindo com maior ênfase as empresas atuantes no segmento petroquímico. Como será abordado adiante, a criação da primeira subsidiária da Petrobras, a Petroquisa, para atuar no segmento petroquímico, significou não apenas a salvação da falência de companhias privadas do setor, mas também a ampliação de seus capitais, sobretudo a partir da consolidação dos complexos petroquímicos.

Em linhas gerais, a despeito da petroquímica, os destaques das operações da Petrobras entre 1964 e 1968 se concentraram na expansão da exploração marítima e na ampliação do parque de refino. Em 1965, a empresa confirmava ter obtido êxito na exploração do campo de Carmópolis (Sergipe), descoberto dois anos antes. Também em 1965, a companhia anunciou a localização de novos campos no Recôncavo Baiano, sendo o de Miranga o mais promissor. Essa região da Bahia se tornou responsável por 92% do total da produção nacional em 1967.

---

[623] Os departamentos criados foram os seguintes: o de Exploração e Produção, o Industrial, o de Transportes e o Comercial.

[624] Para mais detalhes acerca das mudanças organizacionais da Petrobras nesse período, ver: CARVALHO, Getúlio. *Petrobrás*... op. cit. pp. 161-171.

[625] ALVEAL CONTRERAS, Edelmira del Carmen. *Os desbravadores*... op. cit. pp. 92-97. Sobre a composição do financiamento da Petrobras, ver: ALVEAL CONTRERAS, Edelmira del Carmen. op. cit. pp. 157-168.

Dado o insucesso das pesquisas em Barreirinhas, no estado do Maranhão, em Nova Olinda, no estado do Amazonas, e na bacia de Tucano, na Bahia, a Petrobras decidiu mudar definitivamente os rumos da exploração de petróleo em 1967, preferindo as empreitadas no mar (offshore). Em 1968, a companhia descobriu petróleo em área marítima, em Sergipe, dando origem ao campo de Guaricema. Posteriormente, esse empreendimento impulsionou as investidas na Bacia de Campos, no Rio de Janeiro, que logo se tornaria a área mais promissora do país[626].

Naquela época, também se aprofundava a estruturação do Centro de Pesquisas e Desenvolvimento da Petrobras (Cenpes). A entidade, criada oficialmente em 1963 e que teve as suas atividades iniciadas em 1966, era sediada em um prédio situado na Universidade do Brasil, que viria a ser a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), na Ilha do Fundão. A entidade teve papel fundamental para o aprimoramento da capacidade técnica e de pesquisa da Petrobras, contribuindo para o incremento das atividades de refino e exploração. Em 1971, em consonância com o I Plano Nacional de Desenvolvimento, o Centro instituiu o Plano Global de Pesquisa da Petrobras (PGP-I), que sublinhava que o futuro promissor da companhia estava nas operações offshore[627].

Tabela 3 - Refinarias da Petrobras (1950-1988)

Nome	Estado	Cidade	Data de inauguração
Refinaria Landulpho Alves Mataripe (Rlam)	Bahia	São Francisco do Conde	Setembro/50
Refinaria Presidente Bernardes (RPBC)	São Paulo	Cubatão	Janeiro/55
Refinaria Duque de Caxias (Reduc)	Rio de Janeiro	Duque de Caxias	Janeiro/61
Refinaria Gabriel Passos (Regap)	Minas Gerais	Betim	Março/68
Refinaria Alberto Pasqualini (Refap)	Rio Grande do Sul	Canoas	Setembro/68
Refinaria do Planalto (Replan)	São Paulo	Paulínia	Maio/72
Refinaria de Capuava (Recap)	São Paulo	Capuava	Junho/74[628]

[626] MOURA, Mariluce *et al*. *Petrobras 50 anos*... op. cit. pp. 143-145.

[627] MOURA, Mariluce *et al*. *Petrobras 50 anos*... op. cit. pp. 151-152.

[628] Este é o ano de aquisição da refinaria pela Petrobras, a sua inauguração é de dezembro de 1954.

Refinaria de Manaus (Reman)	Amazonas	Manaus	Maio/74[629]
Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar)	Paraná	Araucária	Maio/77
Refinaria Henrique Lage (Revap)	São Paulo	São José dos Campos	Março/80

Fonte: MOURA, Mariluce et al. Petrobras 50 anos: uma construção da inteligência brasileira. Rio de Janeiro: Petrobras, 2003. Elaboração própria.

Para sanear parte da demanda energética do processo de desenvolvimento capitalista ditatorial em curso, houve uma profunda ampliação do parque de refino da Petrobras durante o regime. A *Tabela 3* expõe o quadro de refinarias da Petrobras em um período que abrange a data de inauguração de sua primeira unidade de refino (1950) – à época sob a alçada do CNP - até a redemocratização brasileira, em 1988. Pode-se perceber que a maior parte das unidades entraram na estrutura da empresa no período ditatorial, mais precisamente a partir de 1968. No início da ditadura, a Petrobras possuía somente três refinarias, a RLAM, a RBPC e a Reduc. Entre 1968 e 1980, a estatal finalizou a construção de 5 unidades de refino (Regap, Refap, Replan, Repar e Revap) e adquiriu a propriedade de outras duas, fundando a Recap e a Reman, ambas incorporadas ao seu patrimônio em 1974. Até o final do regime ditatorial, a Petrobras possuía 10 refinarias, distribuídas entre os estados da Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná e Amazonas, abarcando todas as regiões do país, com exceção do Centro Oeste. A petrolífera passou a ter um papel crucial no abastecimento nacional de derivados e no fornecimento dos insumos básicos das indústrias petroquímicas.

Em 1968, com a inauguração da Refap, a Petrobras precisava comprar apenas 8% de derivados do exterior[630]. Em 1970 o país já era praticamente autossuficiente na produção de óleo diesel[631]. Em 1972, com a Replan já em funcionamento, o país importou somente 179 metros cúbicos de gasolina, número que, em 1969, alcançara os 405.810 metros cúbicos.

A forte ampliação dos segmentos industriais durante a ditadura intensificou a posição estratégica da Petrobras e de suas subsidiárias na economia, em um contexto de elevação expressiva do consumo brasileiro de petróleo cru, adquirido massivamente do exterior. Entre

[629] Este é o ano de aquisição da refinaria pela Petrobras, a sua inauguração é de 1957.

[630] MOURA, Mariluce *et al*. *Petrobras 50 anos*... op. cit. p. 247.

[631] Números de importação obtidos no portal do IPEADATA: http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx.

1968 e 1974 houve um aumento de 15,28% na importação do óleo, totalizando 78,2% de dependência estrangeira do insumo em 1974, ano que fez do Brasil o maior importador de petróleo entre os países da periferia do capitalismo e o sétimo em escala global[632]. A ainda pequena atuação brasileira na prospecção de novas reservas não se dava tanto pela falta de conhecimento técnico ou acesso a equipamentos necessários para tal empreitada, mas, sobretudo, devido aos baixos preços internacionais do produto, que no período anterior à deflagração do primeiro choque do petróleo, entre 1968 e 1973, custava cerca de US$ 3 o barril[633].

No contexto do "milagre econômico", Ernesto Geisel esteve na presidência da Petrobras. O militar ocupou este posto entre novembro de 1969 e julho de 1973. A sua chegada à frente da estatal representou três linhas gerais de direcionamento. A primeira delas foi a retirada das custosas e arriscadas atividades de exploração/produção interna do patamar de prioridade. Isso conduziu à contenção dos investimentos nessa área, reduzindo de um patamar médio de 50% das inversões totais da estatal entre 1965 a 1969 para uma média de 32% entre 1970 e 1974. Em segundo lugar, houve um redirecionamento dos investimentos para as atividades de refino, compassando, em muitos casos, com o desenvolvimento da indústria petroquímica. Por fim, cabe destacar o estabelecimento de uma diversificação das atividades, com maior incentivo aos setores de transporte, distribuição, subsidiárias e coligadas[634].

Durante o governo Emílio Médici (1969-1973), houve a reabilitação[635] por parte do regime de uma concepção que explicitava que o Brasil estava em vias de se tornar uma "grande potência". Esse movimento ia no sentido de transformar os "êxitos" econômicos do regime – com destaque para o alto crescimento que embalou a ideia de "milagre" - em um artefato político e ideológico de viés ufanista.

---

[632] VOIGT, Márcio Roberto. *O impacto dos choques petrolíferos na diplomacia brasileira*. Tese de doutorado em Ciência Política. Porto Alegre: UFRGS, 2010. p. 81.

[633] VOIGT, Márcio Roberto. *O impacto dos choques petrolíferos na diplomacia brasileira*... op. cit. p. 57.

[634] ALVEAL CONTRERAS, Edelmira Del Carmen. *Os desbravadores...* op. cit. p. 95.

[635] Me refiro à "reabilitação" pois, no meio militar, a apreensão e difusão de uma perspectiva que advogava que o país iria se tornar uma grande potência é uma constante desde, pelo menos, a década de 1930, presente sobretudo nos escritos sobre geopolítica. Originariamente pensada em termos regionais, no sentido de advogar que o país seria uma potência continental, a noção de "Brasil Potência" passou a ser enlaçada a uma visão modernizadora e de combate ao "inimigo interno" com a ESG. Entre a década de 1950 e o fim da ditadura, os generais Golbery do Couto e Silva e Carlos de Meira Mattos foram os principais intelectuais mentores desse ideário. cf. MENEZES, Fernando D. *Enunciados sobre o futuro*: ditadura militar, Transamazônica e a construção do "Brasil Grande". Dissertação de mestrado em História. Brasília: UnB, 2007. pp. 76-85.

Essa ideia de um "Brasil Grande Potência", que era eminentemente ligada a uma concepção processual, que percebia o Brasil em vias de ser uma potência, mas que ainda não era, constituiu uma estratégia exaltativa a fim de conferir legitimidade e apassivamento social ao regime[636]. A associação entre esse ideário e o governo Médici era corrente na imprensa, nas declarações de militares e agentes políticos. O estabelecimento das chamadas "grandes obras" do regime, como a Transamazônica e a ponte Rio-Niterói, eram elementos frisados para o robustecimento dessa exaltação, que expressava que o Brasil seguia os rumos de ser um país "desenvolvido".

A ideia de "Brasil Potência" também passou a ser o estofo do planejamento econômico do regime, sendo a Petrobras uma das peças-chave dos programas de desenvolvimento produtivo. O primeiro documento oficial do período a propagar a ideia do Brasil enquanto uma futura potência mundial foi o "Metas e Bases para a Ação do Governo", publicado em setembro de 1970. O primeiro objetivo-síntese do plano era o:

> [...] ingresso do Brasil no mundo desenvolvido, até o final do século. Conforme já se esclareceu, construir-se-á, no País, uma sociedade efetivamente desenvolvida e soberana, assegurando-se, assim, a viabilidade econômica, social e política do Brasil como grande potência[637].

O documento era animado pelo sentido de continuidade da "Revolução", cujos dois primeiros governos teriam, supostamente, cumprido a tarefa de "reconstrução econômica do país" e teria criado as "bases para o desenvolvimento acelerado e auto-sustentável"[638]. Sobre a Petrobras, em um cenário em que o país já havia conquistado a autossuficiência em derivados, o programa do governo atribuía "toda prioridade ao desenvolvimento da produção de petróleo bruto, incrementando-se a produção em terra até o limite possível e ampliando-se sobretudo a exploração da plataforma continental [...]"[639].

A estratégia da Petrobras durante o governo Médici destoou das "Metas e Bases". A gestão de Ernesto Geisel a frente da estatal (1969-1973) privilegiou os investimentos em refino e na diversificação das atividades através da centralização de capitais, em detrimento dos esforços em prospecção/exploração. No entanto, a confluência entre o ideário assentado no

[636] MENEZES, Fernando D. *Enunciados sobre o futuro*... op. cit. pp. 70-71.

[637] BRASIL. Presidência da República. *Metas e bases para a ação do governo*. Brasília, jan. 1971 [set. 1970]. p. 15.

[638] BRASIL. Presidência da República. *Metas e bases*... op. cit. pp. 3-4.

[639] BRASIL. Presidência da República. *Metas e bases*... op. cit. p. 142.

"Brasil Potência", o planejamento econômico e a Petrobras veio a ser incorporada no II PND, lançado em 1974 e que será abordado adiante.

A sustentação do molde econômico brasileiro se tornou mais difícil com os primeiros sinais do choque do petróleo de 1973 e a gradual necessidade de melhorar os resultados na balança de pagamentos. No início daquela década, percebendo as alterações nos preços e os primeiros sinais da crise energética mundial, Ernesto Geisel encabeçou uma reformulação na configuração institucional da estatal, que acarretou em consideráveis alterações em âmbito doméstico e encetou a sua ação externa.

Na virada da década de 1960 para a de 1970 a Petrobras começou a verticalizar a sua estrutura produtiva. O sistema de subsidiárias da estatal foi consolidado da seguinte maneira. Em 1967 foi criada a já citada Petrobras Química S.A. (Petroquisa), no governo de Artur da Costa e Silva, primeira subsidiária do grupo, responsável por atuar no ramo petroquímico. Até o final da década de 1970, o complexo fabril da petrolífera contaria, além da Petroquisa, com mais cinco subsidiárias: a Petrobras Distribuidora, fundada em 1971 para atuar na distribuição de combustíveis; a Braspetro, de 1972, responsável pela atuação internacional da companhia; a Petrofértil, de 1974, da área de fertilizantes; a Interbras, de 1976, responsável pela comercialização internacional de produtos brasileiros como moeda de troca nas compras de petróleo; e a Petrobras Mineração S.A. (Petromisa), consolidada em 1977. Esse processo de verticalização produtiva culminou na caracterização da estatal enquanto uma empresa integrada, atuando em quase toda a cadeia do petróleo, da produção à distribuição.

O governo de Ernesto Geisel (1974-1979) ocorreu em meio a um conturbado contexto internacional, que estava acometido pelas consequências do choque do petróleo de 1973. No segundo semestre de 1974, o governo lançou o II PND, contendo constatações e metas econômicas para o quinquênio 1975-1979.

Mesmo em um cenário de crise do capitalismo, a concepção de "Brasil Potência" foi a mola propulsora do planejamento econômico do governo. Isso fica patente já no título da primeira parte do II PND, "Desenvolvimento e grandeza: o Brasil como potência emergente", e o capítulo 1 ("Sentido da tarefa nacional") é iniciado da seguinte forma: "O Brasil pode, validamente, aspirar ao desenvolvimento e à grandeza"[640].

[640] BRASIL. Presidência da República. II Plano Nacional de Desenvolvimento. Brasília, set. 1974. pp. 22-23. Disponível em: https://bit.ly/3W6JgLp. Acesso em: 06/04/2024.

As propostas do II PND estiveram fundamentalmente atadas às preocupações em torno da crise do petróleo. Nas primeiras palavras do documento, em que é salientado que, naquele momento, o empenho da "Revolução" era "cobrir a área de fronteira entre o subdesenvolvimento e o desenvolvimento", há a seguinte frase: "Essa nova etapa [da "Revolução"] será, necessariamente, marcada pela influência de fatores relacionados com a situação internacional, principalmente quanto a crise energética"[641].

Constatando que o Brasil importava 48% do petróleo bruto utilizado internamente e que o insumo correspondia por 48% da energia utilizada no país[642], o II PND instituiu diretrizes a fim de reduzir a dependência externa de óleo cru e também para diversificar as fontes energéticas. O primeiro plano nessa seara consistia em um "programa maciço de prospecção (na plataforma, em áreas sedimentares em terra e no exterior) e de produção [...]". Junto a isso, visava-se diversificar as fontes através de programas como o de eletrificação de ferrovias, ampliação do uso de carvão nos meios industriais etc.[643].

Dessa vez, as ações da Petrobras estiveram em consonância com o plano governamental. Além de habilitar a estatal para atuar na prospecção de petróleo internacionalmente, como será elencado adiante, a ditadura ampliou as regiões de exploração interna. Tiveram destaque as novas áreas descobertas na Bacia de Campos (RJ), dentre as quais se sobressaiu o campo de Garoupa, posto para a exploração em 1974.

Em novembro de 1975 foi instituído o Programa Nacional do Álcool (Proálcool), que diversificou as possibilidades de distribuição de combustíveis. Em outubro do mesmo ano, Ernesto Geisel anunciou o estabelecimento dos contratos de serviço com cláusula de risco. A medida possibilitava a entrada de capitais privados para prospectar petróleo em áreas selecionadas pela Petrobras. A estatal também manteria a propriedade sobre o petróleo e demais recursos eventualmente descobertos, ficando os custos e riscos da empreitada a cargo da companhia contratada. O ressarcimento dos gastos só ocorreria caso o óleo fosse descoberto.

No contexto de descobrimento das reservas da bacia de Campos, a justificativa do governo para a implementação dos contratos de risco foi o déficit tecnológico da Petrobras. No entanto, a estatal já estava envolvida com esse tipo de contrato desde 1972, mas na condição de empresa contratada. Parte expressiva da atuação internacional da Braspetro se deu através

[641] BRASIL. Presidência da República. II Plano Nacional de Desenvolvimento... op. cit. p. 15.

[642] BRASIL. Presidência da República. II Plano Nacional de Desenvolvimento... op. cit. p. 17.

[643] BRASIL. Presidência da República. II Plano Nacional de Desenvolvimento... op. cit. pp. 143-144.

daquela modalidade contratual. Na prática, a medida significou uma flexibilização do monopólio estatal, quesito que contrastava com os termos presentes na Constituição. Após mais de doze anos de duração e a firmação de 243 contratos com 35 empresas estrangeiras, os contratos de risco não tiveram nenhum resultado expressivo, sendo o gás na bacia de Santos a única descoberta relevante e o único empreendimento comercializável. O avanço tecnológico para a prospecção de exploração de petróleo no país, com destaque para as atuações em águas profundas, ficou a cargo da Petrobras[644].

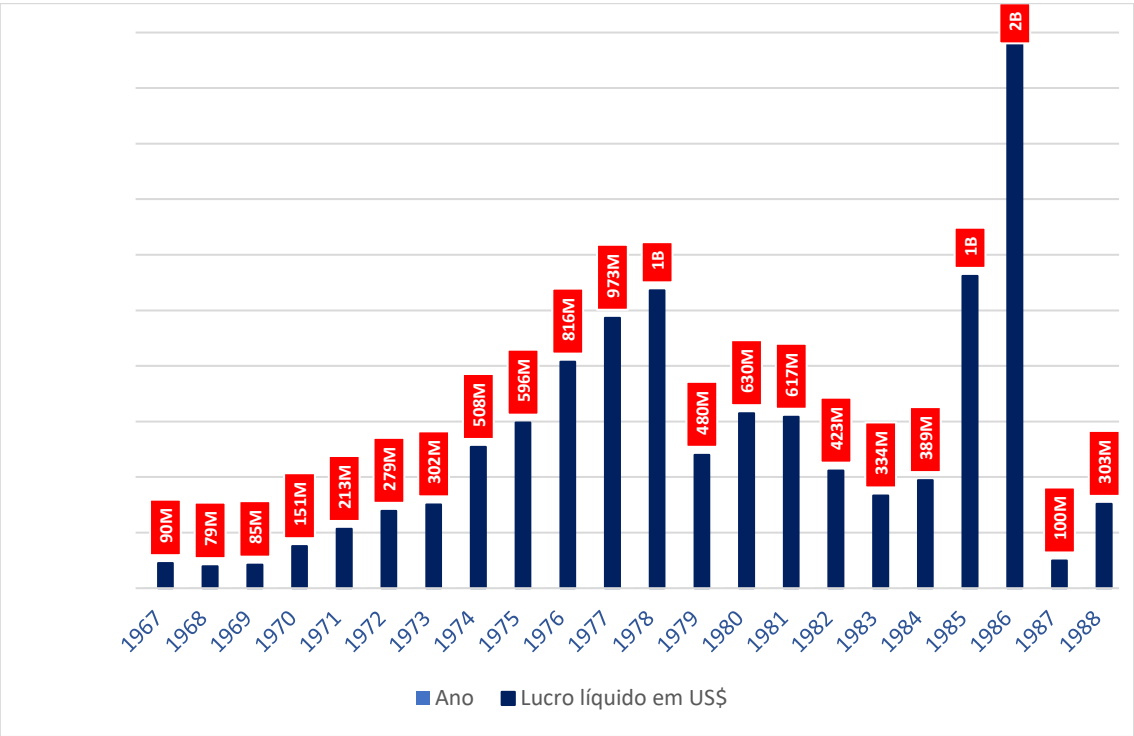
Ainda afinado ao II PND, que concebia os produtos petroquímicos como grupo prioritário[645], foi consolidado o Polo Petroquímico de Camaçari, em 1978, e no início da década seguinte foi instituído o Polo Petroquímico do Sul. Esses polos se somaram ao complexo petroquímico paulista, situado na cidade de Capuava, consolidado no final da década de 1960 pela Petroquisa, em parceria com a Refinaria União e o Grupo Moreira Salles. Além desses empreendimentos, a companhia chegou em 1980 detendo dez refinarias. Em 1981, a produção de óleo cru chegou a 12,3 milhões m³, 2 milhões m³ a mais do que em 1974[646].

[644] cf. SILVA, Flávia Ferreira da. *Capital internacional e a Petrobras na ditadura*: um estudo a partir dos 'contratos de risco' (1964-1984). Dissertação de mestrado em Desenvolvimento Econômico. Campinas: Unicamp, 2018; CUPERTINO, Fausto. *Os contratos de risco e a Petrobrás* (O petróleo é nosso, o risco é deles?). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

[645] BRASIL. Presidência da República. II Plano Nacional de Desenvolvimento... op. cit. p. 39.

[646] Relatório de atividades da Petrobras, 1974. p. 17; Relatório de atividades da Petrobras, 1981. p. 20.

Gráfico 1 - Evolução do lucro líquido da Petrobras, subsidiárias e controladas entre 1967 e 1988 (em US$)[647]



Fonte: Relatórios de atividades da Petrobras[648]. Elaboração própria.

Esse processo de conglomeração e expansão das atividades cumpriu papel elementar para a manutenção do crescimento da lucratividade da companhia. O *Gráfico 1* ilustra o lucro líquido da Petrobras entre 1964 e 1988. Como pode-se perceber, em dez anos (1968-1978) o lucro líquido da empresa teve um ascenso contínuo, tendo aumentado em mais de treze vezes, puxado principalmente pelas atividades de refino. Em 1978, o lucro líquido da empresa alcançou o valor de US$ 1,07 bilhão. Em 1969, a estatal já figurava como a maior empresa

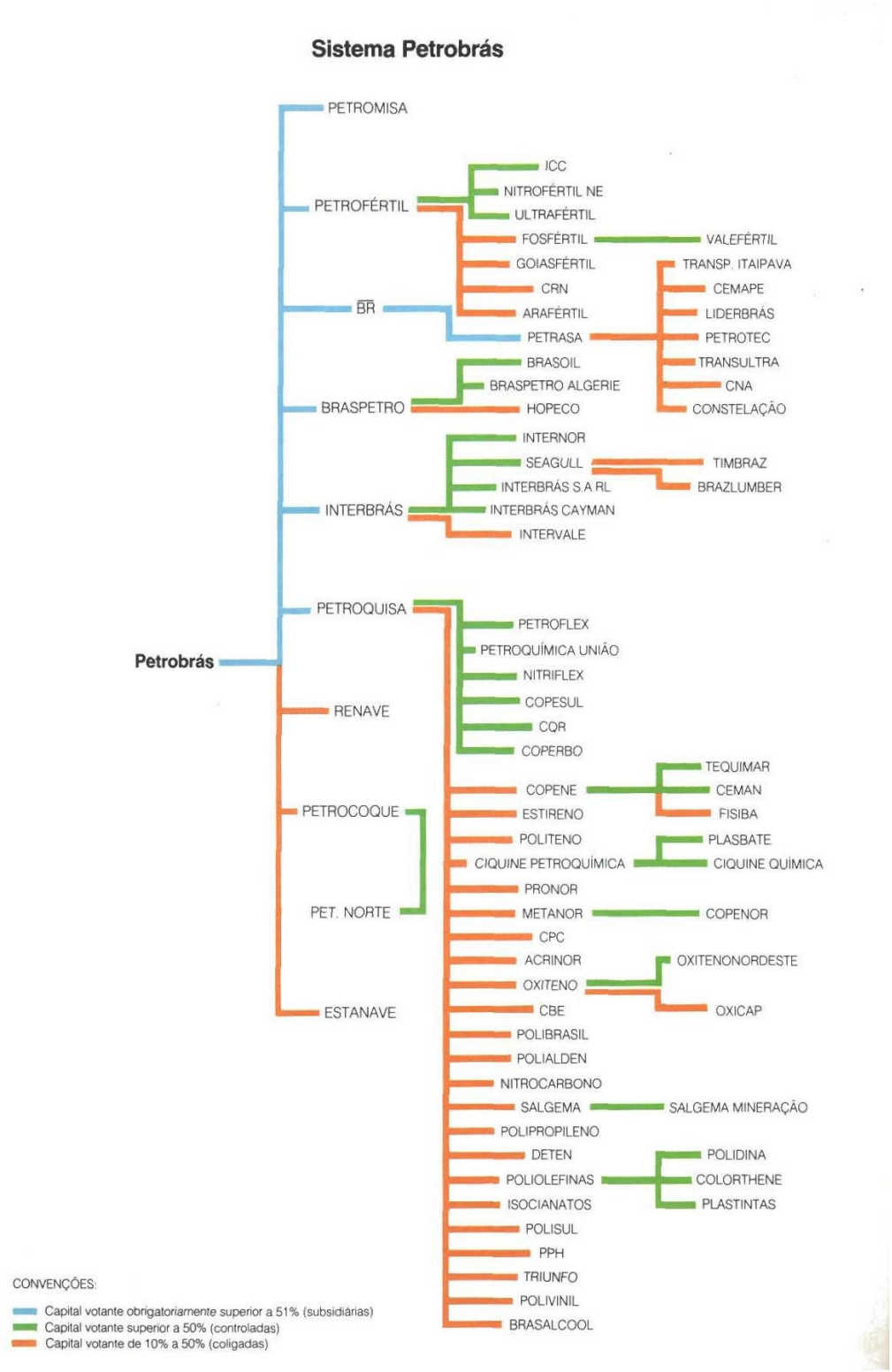
[647] No balanço financeiro da Petrobras de 1970 consta apenas o lucro líquido deste ano sem considerar a provisão para imposto de renda. Para deixar o número mais perto do real, optamos por fazer uma projeção, reduzindo do lucro líquido de 1970 o valor médio para a provisão de imposto de renda dos dois anos anteriores (1968 e 1969). Para efeitos de deflação dos dados, todos os valores foram convertidos em US$ de seus respectivos anos.

[648] Relatório de atividades Petrobras, 1967, p. 64; Relatório de atividades Petrobras, 1968, p. 54a; Relatório de atividades Petrobras, 1969, p. 63; Relatório de atividades Petrobras, 1970, p. 69; Relatório de atividades Petrobras, 1971, fl. 40; Relatório de atividades Petrobras, 1972, p. 47; Relatório de atividades Petrobras, 1974, p. 59; Relatório de atividades Petrobras, 1975, p. 4; Relatório de atividades Petrobras, 1977, p. 2; Relatório de atividades Petrobras, 1978, p. 38; Relatório de atividades Petrobras, 1979, fl. 28; Relatório de atividades Petrobras, 1980, p. 36; Relatório de atividades Petrobras, 1981, p. 50; Relatório de atividades Petrobras, 1982, p. 33; Relatório de atividades Petrobras, 1983, p. 28; Relatório de atividades Petrobras, 1984, p. 28; Relatório de atividades Petrobras, 1985, p. 34; Relatório de atividades Petrobras, 1986, p. 34; Relatório de atividades Petrobras, 1987, p. 38; Relatório de atividades Petrobras, 1988, p. 42.

atuante no país em termos de patrimônio[649]. Além dos benefícios estatais concedidos diretamente à petrolífera, esses resultados também estavam atrelados à expansão do projeto de desenvolvimento capitalista então em voga, com fortes incentivos monetários e fiscais para o avanço do processo de industrialização.

[649] Revista Visão. Quem é quem na economia brasileira. Vol. 37, nº 4, ago. 1970. p. 355.

Figura 3 - Organograma do Sistema Petrobras em 1980



Fonte: Relatório de atividades da Petrobras, 1980. p. 28.

A Petrobras chegou na década de 1980 com os seus capitais amplamente disseminados e diversificados. A *Figura 3* elenca todas as empresas que a estatal tinha ações em 1980, seja detendo de 10% a 50% do capital votante (coligadas), seja tendo capital votante superior a 50% (controladas) ou tendo capital votante obrigatoriamente superior a 51% (subsidiárias).

A estatal detinha diretamente como empresas coligadas a Estanave e a Renave, que eram dois estaleiros, e também a Petrocoque, do ramo petroquímico. Como subsidiárias, a Petrobras detinha as seis empresas aqui já mencionadas (Petroquisa, Petrofértil, Braspetro, Interbrás, BR Distribuidora e Petromisa), que também possuíam coligadas e controladas, muitas destas, por sua vez, também detendo coligadas e controladas. Ao todo, de forma direta ou indireta, os capitais da Petrobras envolviam 77 empresas em 1980.

No que tange ao declínio da lucratividade da estatal, é importante frisar que, em 1979 - portanto um ano após o período de elevação contínua dos lucros da Petrobras (1968-1978) anteriormente mencionado - o quadro da economia brasileira era bastante adverso. Na escala internacional, houve o segundo choque do petróleo, que elevou, consequentemente, os preços mundiais do insumo, produto que a economia brasileira era fortemente dependente de sua importação. Além disso, no início da década de 1980 houve o aumento das taxas de juros do Banco Central norte-americano, fato que agudizou a dívida externa brasileira. Esses elementos aprofundaram as debilidades econômicas do país, recrudescendo o déficit no balanço de pagamentos e agravando o contexto inflacionário[650].

Foram esses componentes atinentes à crise sistêmica do capitalismo que constituíram os principais quesitos responsáveis pelo rebaixamento do lucro da Petrobras a partir de 1979. Os lucros extraordinários em 1985 e 1986 constituíram um período de exceção frente ao quadro de rentabilidade rebaixada da Petrobras. Esses resultados foram decorrentes, em grande medida, das políticas econômicas de combate à inflação estabelecidas pelo governo de José Sarney[651]

A próxima parte deste capítulo avançará na análise acerca das relações entre o empresariado e o sistema Petrobras. Serão evidenciados os setores do capital que tiveram mais ascendência junto aos rumos da estatal, de modo a conjugar essa abordagem à averiguação da

[650] CARNEIRO, Ricardo. *Desenvolvimento em Crise*: A economia brasileira no último quarto do século XX. São Paulo: Editora UNESP/IE – Unicamp, 2002; MACARINI, José P. Crise e política econômica: o governo Figueiredo (1979-1985). Texto para Discussão, IE/Unicamp, nº 144, 2008.

[651] A análise do desempenho e lucratividade da Petrobras no período final da ditadura será abordada de forma mais detida no final deste capítulo.

relação entre o recrudescimento da contrarrevolução preventiva do final da ditadura e as políticas petrolíferas brasileiras.

3.4 - A cadência orgânica entre o empresariado, as políticas econômicas e as atividades da Petrobras durante a ditadura (1964-1988)

O objetivo principal deste subcapítulo é estabelecer uma análise acerca da relação entre frações do grande empresariado e as políticas petrolíferas da ditadura. O intuito mais amplo em explicitar a cadência orgânica entre a Petrobras e as classes dominantes é gerar aportes a fim de corroborar a hipótese de que a Petrobras seguiu sendo um vetor da contrarrevolução preventiva brasileira e assim permaneceu até o fim da ditadura – e, quiçá, até os dias atuais -, característica esta que se apresenta de forma desnuda nos momentos de crise e transição política. Tendo-se em vista que as atividades da estatal estimulavam e/ou contrariavam uma gama considerável de segmentos empresariais, será dedicada especial atenção – ainda que não exclusiva - à interface entre a estatal e a indústria de base, com destaque para o setor petroquímico, que tinha capitais organicamente entrelaçado ao sistema Petrobras.

Antes de adentrarmos propriamente na análise aqui anunciada, é importante traçar um panorama sobre a relação entre a ditadura e as classes dominantes no momento de edificação das linhas-mestras do regime, período aqui caracterizado como contrarrevolução terrorista (1964-1974), conforme já exposto. Como será possível perceber, as parcelas da burguesia ocuparam posições distintas no bloco no poder, ainda que os segmentos atrelados aos capitais estrangeiros tenham tido primazia econômica ao longo de toda a ditadura.

3.4.1 – Empresariado, Estado e a consolidação dos eixos econômicos basilares do regime (1964-1974)

A recuperação econômica dos Estados Unidos no período pós-Segunda Guerra foi acompanhada por uma situação inédita, que consistiu no fato de os norte-americanos não mais conseguirem sustentar a sua necessidade petrolífera através de sua produção nacional. Como solução a esse entrave, o Estado e as empresas estadunidenses buscaram consolidar seus interesses energéticos pelo mundo, de modo a sobrepor a atuação dos pequenos produtores da

periferia do sistema capitalista. Investidas semelhantes foram encetadas pelo Japão e países da Europa Ocidental[652].

Como destaca Igor Fuser[653], o desenvolvimento das fontes energéticas está organicamente interligado ao decurso do capitalismo em escala mundial. Desse modo, cabe destacar que a referida expansão dos países centrais ocorreu durante a conformação do sistema Bretton Woods. Nos países do centro capitalista, esse período, reconhecido por muitos autores como *compromisso keynesiano*, foi caracterizado, em linhas gerais, pela garantia do pleno emprego via estímulo da demanda agregada, associada à ampliação dos direitos sociais, em uma conformação política reconhecida como *welfare state* (Estado de bem-estar social). Em suma, as características dessa formação política foram demarcadas pela conjugação de forte crescimento econômico, baixa inflação, expansão do consumo de massas e ampliação dos gastos governamentais em áreas sociais, como saúde e educação[654].

Essa fase de "bonança econômica", que perdurou aproximadamente 30 anos após a Segunda Guerra Mundial, exigiu maiores fluxos de capitais para a periferia. Esse direcionamento de crédito e investimentos fez parte de um movimento das burguesias daqueles países de se instalarem nas nações periféricas, muitas vezes se associando com o empresariado local. Esse processo configurou um método de fortalecimento e reprodução do capitalismo em escala global.

Nesse processo de aprofundamento da internacionalização do capitalismo, foi constituído um quadro no qual o exercício do controle político em alguns países subdesenvolvidos e dependentes foi levado adiante por burguesias locais fortalecidas. Quanto mais se acirravam as transformações capitalistas em nível global, mais as burguesias das nações centrais necessitavam da tonificação das classes dominantes locais. Esse movimento garantiu a efetivação das funções políticas repressivas e auto defensivas fundamentais para a solidificação do capitalismo na periferia em um contexto de Guerra Fria[655].

O processo de expansão de capitais dos países centrais para economias da periferia do sistema capitalista possibilitou, em um primeiro momento, o financiamento de seu

---

[652] POÇAS, Bernardo Galheiro. *1964-1979*: a luta pela hegemonia na petroquímica brasileira. Dissertação de mestrado em História. Niterói: UFF, 2013. p. 135.

[653] FUSER, Igor. *Energia e Relações internacionais.* São Paulo: Saraiva, 2013.

[654] Sobre a construção e características do *compromisso keynesiano*, ver: DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. *A crise do neoliberalismo*. São Paulo: Boitempo, 2014. Especialmente parte 1.

[655] FERNANDES, Florestan. A *revolução burguesa no Brasil*... op. cit. pp. 289-290.

desenvolvimento industrial. Posteriormente, esse movimento constituiu uma das causas fundamentais da eclosão de suas crises, dado o endividamento oriundo dos créditos internacionais.

Nesse contexto de expansão do capitalismo no pós-II Guerra, mais especificamente entre os anos de 1949 e 1972, o consumo mundial de energia triplicou e o de petróleo quintuplicou, substituindo, na Europa, o carvão como principal matriz energética[656]. Já no cenário brasileiro, os anos finais da década de 1960 vieram a se caracterizar pela escalada de seu crescimento econômico, o que acarretou a intensificação da evolução industrial do país e consequente elevação de sua demanda por petróleo.

Ao chegar ao poder após o golpe de abril de 1964, a equipe econômica do governo Castelo Branco, constituída por Roberto Campos na pasta do Planejamento e Otávio Gouveia de Bulhões na Fazenda, ambos ipesianos, instituiu o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG). As debilidades da economia do país que se acentuavam de forma gradativa desde a gestão de Jânio Quadros, caracterizadas pelo baixo crescimento, escalada inflacionária, déficit público e fraturas na balança comercial, foram diagnosticadas pela ditadura como um problema de expansão monetária dos gastos públicos.

Diferentemente da percepção de alguns economistas à direita, como André Lara-Resende[657], a análise aqui empreendida concebe o modelo econômico implementado por Campos e Bulhões a partir de 1964 como sendo marcadamente de viés ortodoxo. Essa orientação conservadora ficou patente nas medidas estabelecidas para debelar a crise, demarcadas pela redução de gastos públicos, contenção ao crédito, elevação da carga tributária e arrocho salarial. Para angariar os objetivos econômicos dispostos no PAEG, o governo Castelo Branco implementou as assim chamadas reformas institucionais nos âmbitos tributário, financeiro e administrativo[658].

A reforma financeira, que extinguiu a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) com a criação do Banco Central, foi estabelecida no intuito de controlar a base monetária e estabelecer uma nova forma de financiamento do Tesouro. Aprovada em 31 de

[656] POÇAS, Bernardo Galheiro. *1964-1979*: a luta pela hegemonia... op. cit. p. 135.

[657] LARA-RESENDE, André. Estabilização e reforma: 1964-1967. In: ABREU, Marcelo de P. (Org.). *A ordem do progresso*: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

[658] OLIVEIRA, Fabrício A. de. Política fiscal e política monetária no Brasil: o estrangulamento imposto pela dívida externa. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, nov. 1990. p. 53.

dezembro de 1964, uma das principais medidas daquela diretiva foi a instituição das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTNs) para cobrir os déficits do Tesouro. Esses títulos emitidos pelo Banco Central passaram a ser a principal forma de financiamento do setor público[659]. Até então, o déficit era coberto através da emissão de papel-moeda[660].

A elaboração da reforma financeira contou com uma comissão, organizada pelo governo, composta por banqueiros e diversos membros do IPES. Como destaca Ary Minella[661], as políticas da ditadura incrementaram significativamente os negócios dos grandes bancos atuantes no país. Durante a ditadura, muitas das medidas econômicas impingidas pelo Estado estiveram atreladas às articulações dos aparatos privados de hegemonia regidos pelos banqueiros brasileiros.

Apenas para pontuar algumas dessas políticas, pode-se elencar a Resolução 63 de agosto de 1967, que permitiu que os bancos públicos absorvessem empréstimos no exterior para repassar aos tomadores nacionais. Também é possível destacar a Resolução 184, de maio de 1971, que estabeleceu diversos dispositivos, como a redução de 0,5% do depósito compulsório com obrigatoriedade de alocar o excedente em ações. Ademais, o próprio crescimento da dívida interna durante a ditadura robusteceu a rentabilidade das instituições financeiras brasileiras, haja vista o seu papel de intermediação entre as ORTNs e os clientes[662]. Um dos principais resultados do conjunto de políticas da ditadura que galvanizou o setor bancário foi a concentração e centralização[663] de capitais no segmento[664].

Já a reforma administrativa de 1967 teve o intuito de conferir um contorno organizacional e de autofinanciamento do setor produtivo estatal semelhante ao das empresas

---

[659] No início dos anos de 1970 surgiram as Letras do Tesouro Nacional (LTNs), inaugurando efetivamente as operações de *open market*.

[660] OLIVEIRA, Fabrício A. de. Política fiscal e política monetária no Brasil... op. cit. pp. 54-55.

[661] MINELLA, Ary Cesar. Bancos e banqueiros durante os 'anos de chumbo'. In: BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta; CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; MARTINS, Monica de Souza Nunes (org.). *Política Econômica nos Anos de Chumbo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

[662] MACARINI, José Pedro. A política bancária do regime militar: o projeto de conglomerado (1967-1973). *Economia e Sociedade* (Unicamp), v. 16, p. 343-369, 2007. pp. 364-368.

[663] De forma resumida, pela chave marxista, *concentração* de capitais consiste em um processo natural da acumulação, permeado pela elevação da escala de produção na qual o capital se realiza. Já a *centralização* se refere à alteração da distribuição dos capitais existentes, em um processo no qual um capital expropria o outro, transformando muitos capitais pequenos em poucos grandes. BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e Capital Monopolista*: a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987. p. 210.

[664] MINELLA, Ary Cesar. Bancos e banqueiros durante os 'anos de chumbo'... op. cit. pp. 120-121.

privadas. A partir dessa medida, as empresas e entidades estatais reduziram ou até mesmo suprimiram a necessidade de recursos oriundos do orçamento público[665].

A reforma tributária de 1966, por sua vez, estabeleceu, dentre outras medidas, a poupança compulsória através do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e consolidou o Programa de Integração Social (PIS) e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP). A reforma contribuiu para que a carga tributária brasileira passasse de 19,1% do PIB, em 1965, para 25,7% em 1970[666].

Indispensável destacar que a perda de estabilidade do emprego depois de 10 anos de carteira assinada, acarretada pelo advento do FGTS, precarizou as relações trabalhistas. O efeito mais drástico foi a elevação da rotatividade da força de trabalho, em um processo no qual as empresas demitiam os funcionários para contratar outros a níveis salariais inferiores. A parcela da população de menor nível salarial foi a mais prejudicada por aquelas alternâncias, uma vez que os trabalhadores sem qualificação eram repostos mais facilmente, diferentemente das camadas mais especializadas[667].

O principal sustentáculo das inflexões sociais e econômicas decorrentes das políticas de Castelo Branco, no entanto, foi o desmantelamento da valorização salarial e dos direitos trabalhistas. Esses quesitos conformaram a pedra de toque tanto para o crescimento econômico que consolidar-se-ia a partir dos anos finais de 1960 quanto para a sustentação da estreita associação entre a ditadura e o empresariado. É imperioso realçar que tais elementos foram conjugados à disseminação de uma rede sistematizada de repressão e vigilância contra a classe trabalhadora, permanentemente aprimorada pelo regime.

Cabe pontuar, ainda, que a primeira entre todas as reformas da ditadura foi a Lei de Greve. Promulgada em 1º de junho de 1964, a lei proibia a greve de servidores públicos e de serviços tidos como essenciais, além de estabelecer regras extremamente rígidas sobre quórum e votações nas assembleias sindicais. Estas, por sua vez, deveriam ter suas apurações

665 OLIVEIRA, Fabrício A. de. Política fiscal e política monetária no Brasil... op. cit. pp. 53-54.

666 OLIVEIRA, Fabrício A. de. Política fiscal e política monetária no Brasil... op. cit.

667 SILVA, Ana Beatriz. *O desgaste e a recuperação dos corpos para o capital*: acidentes de trabalho, prevencionismo e reabilitação profissional durante a ditadura militar brasileira (1964-1985). Tese de doutorado em História. Recife: UFPE, 2016. p. 95.

necessariamente efetuadas por membros do governo. Esse conjunto de quesitos tornava as greves praticamente inviáveis[668].

Em relação ao crescimento econômico a partir do governo de Arthur da Costa e Silva, conforme realça Victor Araújo[669], pode-se perceber uma severa flexibilização da orientação das políticas monetária e fiscal estabelecidas no período de Castelo Branco. Entretanto, os efeitos das reformas propaladas por Castelo sobre os salários - que, ao serem valorizados pela média salarial do biênio anterior passaram a ser permanentemente desvalorizados em termos reais, independentemente do nível inflacionário -, permaneceram como um dos pilares principais do regime de acumulação então constituído.

É importante salientar que as medidas econômicas da ditadura espelhavam demandas de parcelas importantes do empresariado. Um dos principais aparatos privados de hegemonia do país era a Fiesp/Ciesp, representante das empresas paulistas que, à época, concentravam 50% do parque fabril do país. Como exposto na seção anterior, a Federação se mobilizou junto aos militares em torno da ideologia da DSN já na década de 1950. Participando diretamente do golpe de 1964, muitos dos membros da entidade faziam parte do IPES e de outras entidades organizativas, como a ACSP[670].

Em sua análise dos Boletins Informacionais da Fiesp/Ciesp, Rafael Moraes[671] enfatiza que a entidade respaldou amplamente o plano econômico de Castelo Branco. Embora houvesse críticas pontuais, sobretudo relacionadas à contenção ao crédito e aos encargos fiscais, aquele organismo manifestou agrado frente às orientações do PAEG, principalmente no que se referia aos privilégios concedidos às empresas privadas e às delimitações impostas às companhias estatais.

---

668 BARONE, R. S.; BASTOS, P. P. Z.; MATTOS. F. A. M. O "debate pioneiro" sobre distribuição de renda no Brasil: como o padrão de acumulação gestado no governo militar de 1964 afetou o perfil distributivo da economia brasileira. In: BRANDÃO, Rafael Vaz da BRANDÃO, Rafael; CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; MARTINS, Monica de Souza Nunes (org.). *Política Econômica nos Anos de Chumbo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2018. p. 27.

669 ARAUJO, Victor L. A macroeconomia do governo Costa e Silva (1967-1969). Niterói: Universidade Federal Fluminense/Faculdade de Economia, Texto para Discussão n. 336, 2018. p. 31.

670 cf. DREIFUSS, René Armand. *1964*... op. cit.

671 MORAES, Rafael. O governo Castello Branco e o empresariado industrial paulista: as bases do "milagre". In: Anais do X Congresso Brasileiro de História Econômica e da XI Conferência Internacional de História das Empresas, v. 1. Juiz de Fora: ABPHE/UFJF, 2013.

No entanto, o principal ponto de contentamento da Fiesp/Ciesp estava atrelado à política de desvalorização salarial. Se no governo João Goulart eram frequentes as críticas aos "excessivos" reajustes da remuneração dos trabalhadores, a partir do golpe o assunto praticamente desapareceu dos boletins da entidade. Uma das únicas notas por eles manifestada sobre o assunto se resumia no seguinte trecho:

> Examinou ainda o Ministro da Fazenda o problema dos aumentos salariais. Encareceu toda a cooperação da indústria com o governo, no sentido de evitar revisões salariais acima das preconizadas pelo Conselho Nacional de Política Salarial[672].

No último ano do governo Castelo Branco, porém, os descontentamentos da Fiesp/Ciesp com as políticas econômicas então instituídas foram aprofundados. A contenda esteve relacionada à postura de Campos e Bulhões que visava aprofundar a abertura comercial do país. Um dos pontos centrais dessa controvérsia se deu em torno do Decreto-Lei n. 63, de 21 de novembro de 1966, que reduzia as alíquotas de importação de produtos industrializados. A retórica da equipe econômica era abrir os mercados brasileiros para dar um choque de produtividade e melhorar a eficiência das empresas[673].

Essas medidas de Campos e Bulhões indicavam o segmento empresarial mais beneficiado durante o governo de Castelo Branco. Os capitais de origem multinacional ou associada foram significativamente contemplados naquele período, o que aprofundou a sua proeminência econômica.

Uma das medidas consolidadas nesse sentido pode ser percebida a partir da instituição da Instrução 289 de 1965, que possibilitou às empresas captarem empréstimos externos diretamente com outras que operavam no exterior. Embora todas as empresas pudessem habilitar essa ferramenta, apenas as subsidiárias estrangeiras tinham condições de realizar as operações, perfazendo um processo de direcionamentos expressivos de recursos ao empresariado multinacional. Além disso, cabe enfatizar que os primeiros anos da ditadura foram demarcados por um recrudescimento das desnacionalizações, tendo as companhias internacionais assumido o controle acionário de, pelo menos, 74 empreendimentos brasileiros entre 1964 e 1968, segundo Comissão Parlamentar de Inquérito de setembro de 1968[674].

---

[672] Boletim Informacional do Ciesp/Fiesp, n. 785, 1964 apud MORAES, Rafael. O governo Castello Branco... op. cit. p. 16.

[673] MORAES, Rafael. O governo Castello Branco... op. cit. p. 18.

[674] BANDEIRA, Moniz. *Carteis e desnacionalização:* a experiência brasileira, 1964-1974. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974. pp. 103-104.

A partir de 1966, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) também acirrou as críticas contra as políticas econômicas de Castelo Branco. Acusando a orientação governamental de "anti-industrialista", a entidade passou a depositar apoio a Costa e Silva no processo de sucessão presidencial[675].

Não foi por acaso que a chegada de Artur da Costa e Silva ao poder, em março de 1967, ensejou mudanças em matéria de organização empresarial e política econômica. No primeiro quesito, a política de acentuado incentivo ao capital estrangeiro do governo Castelo Branco acabou por motivar a reorganização do empresariado brasileiro, que se vinculou a agentes do regime mais afeitos à nacionalização econômica, como Mário Andreazza e Albuquerque Lima[676]. Além disso, o ministério da Indústria e Comércio foi ocupado por Edmundo de Macedo Soares e Silva, então presidente da CNI.

No campo da política econômica, Costa e Silva alocou na Fazenda Antônio Delfim Netto. O economista paulista teve participação intensa em todos os governos da ditadura, com exceção do período Castelo Branco (1964-1967). Foi ministro da Fazenda entre 1967 e 1974, embaixador do Brasil na França entre 1975 e 1978 e, após uma breve passagem no Ministério da Agricultura, assumiu o Ministério da Secretaria do Planejamento da Presidência (SEPLAN), entre 1979 e 1985.

Delfim tinha vínculos estritos com o empresariado paulista, tendo composto, dentre outras entidades, as assessorias econômicas da Fiesp e do Centro de Estudos Econômicos da ACSP, além de ter integrado o quadro do Grupo de Doutrina e Estudos (GDE) do IPES de São Paulo. O economista também foi o responsável por angariar os recursos da Oban com a burguesia paulista[677].

Considerado por Viviane Magalhães[678] como um intelectual orgânico da burguesia paulista, Delfim Netto, ao chegar na Fazenda, adotou uma orientação econômica que estava em consonância com as reivindicações de entidades como a CNI e a Fiesp/Ciesp. O ministro queria priorizar o combate à inflação e o seu diagnóstico era que o aumento geral de preços se dava

675 MARTINS FILHO, João R. *O Palácio e a caserna*... op. cit. pp. 111-117.

676 CAMPOS, Pedro H. P. *Estranhas catedrais*... op. cit. p. 339.

677 MAGALHÃES, Viviane de F. *Antônio Delfim Netto*: trajetória acadêmica, interface junto ao empresariado e atuação como ministro da ditadura de um intelectual orgânico da burguesia (1948-1974). Dissertação de mestrado em História. Seropédica: UFRRJ, 2019. p. 38, 49-54.

678 MAGALHÃES, Viviane de F. *Antônio Delfim Netto*... op. cit.

junto a um contexto de estagnação, o que pressupunha que a inflação era de oferta[679]. Essa constatação, que destoava dos diagnósticos mais ortodoxos, como os de Campos-Bulhões, já sugeria que as medidas de contenção ao aumento dos preços seriam diversas daquelas pautadas pela restrição à demanda, tônica da política de estabilização do governo Castelo Branco.

Nessa toada, a política econômica de Costa e Silva visou conjugar a expansão dos gastos governamentais com desonerações fiscais, em um movimento de estímulos vultosos ao empresariado. Dentre algumas medidas fiscais, cabe destacar o prolongamento dos prazos para o recolhimento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), firmado nos primeiros meses da gestão do general. Em novembro de 1967 foi estabelecido o Decreto-Lei nº 37, que estornava às empresas os impostos sobre matérias-primas importadas. Além disso, os gastos governamentais com formação bruta de capital fixo tiveram elevação de 40% em 1969, frente ao aumento de 12% em 1968[680], o que, evidentemente, favoreceu a indústria produtora de bens de capital.

As políticas monetárias também foram alargadas no período, com mobilização significativa dos recursos do Banco do Brasil (BB), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE, atual BNDES) e Banco Nacional de Habitação (BNH). Em relação aos bancos públicos, entre 1967 e 1969 a carteira de empréstimos do BNH e do BNDE, juntas, ultrapassavam 4% do PIB. As operações de crédito do BNH como porcentagem do PIB eram de 0,63% em 1967, 1,89% no ano seguinte e 2,72% em 1969[681]. Como destaca Pedro Campos[682], a instituição e fortalecimento do BNH esteve em consonância com as articulações e interesses políticos das grandes empreiteiras de obras públicas à época. No mesmo período de aumento dos recursos do BNH aqui destacado a variação anual do produto da indústria da construção foi de 6,2%, 10,2% e 16,6% entre 1967 e 1969, respectivamente.

Data de fins de 1969 a consciência do vigor da recuperação econômica do país por parte dos agentes governamentais, o que possibilitou o abandono do manejo mais cauteloso das políticas de outrora. O planejamento econômico a partir da chegada de Emílio Médici à presidência, em outubro de 1969, foi permeado por divergências entre o Planejamento de Reis

[679] ARAUJO, Victor L. A macroeconomia do governo Costa e Silva (1967-1969). Texto para Discussão nº 336 na Faculdade de Economia. Niterói: UFF, 2018. p. 16.

[680] ARAUJO, Victor L. A macroeconomia do governo Costa e Silva... op. cit. pp. 17-18.

[681] ARAUJO, Victor L. A macroeconomia do governo Costa e Silva... op. cit. pp. 22-23.

[682] CAMPOS, Pedro H. P. *Estranhas catedrais*... op. cit. p. 113.

Velloso e a Fazenda, que continuou ocupada por Delfim Netto. Enquanto o primeiro defendia o "pleno desenvolvimento", mas realçava a necessidade de prudência em ditar o ritmo de expansão da economia, Delfim aspirava alcançar uma meta de crescimento na ordem de 9%. Ainda que o ministério do Planejamento tenha tido destaque na elaboração do I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), de novembro de 1971, ele cumpriu, como assevera José Macarini[683], apenas papel retórico, visto que a concretização das políticas econômicas se deu lastreada na perspectiva da Fazenda, no sentido de ir na contramão de medidas econômicas restritivas. O resultado foi a elevação média do PIB de 11,9% entre 1970 e 1973, acompanhado por uma queda na inflação.

Esse desempenho do crescimento brasileiro ficou conhecido como "milagre econômico" (1968-1973), processo que conjugou a repressão e o aumento das desigualdades sociais à intensificação da concentração e centralização de capitais no país. Nesse período ficou patente o abandono das políticas estatais voltadas às classes trabalhadoras, o que pode ser notabilizado, por exemplo, a partir da retirada da obrigatoriedade dos mínimos constitucionais em gastos sociais da Constituição de 1967. A queda, entre 1965 e 1975, de 6,2% do Orçamento Geral da União em educação e a redução de 3,31% do orçamento em saúde entre 1966 e 1974 retrata aspectos da contraface que revestiu a tonificação dos capitais brasileiros da época[684].

A partir dos pontos aqui destacados, seguindo a perspectiva estabelecida por Pedro Campos[685], elencada no primeiro capítulo, é possível perceber uma alteração na fração do empresariado a ser priorizada nas políticas da ditadura entre 1964 e 1973. Se com a instituição do regime a repressão e expropriação das classes trabalhadoras unificou as burguesias, estas logo entraram em fricção, instigadas pelo modelo das políticas econômicas então implementadas.

As medidas de restrição fiscal e monetária de Castelo Branco, conjugadas à abertura econômica, refletiu os interesses da fração empresarial proeminente à época, qual seja, aquela de origem multinacional/associada. Já as providências levadas a cabo por Delfim Netto, entre 1967 e 1974, permeadas por vultuosos estímulos tributários e creditícios, demarcou uma maior centralidade do segmento industrial local - sobretudo o paulista – no âmago das medidas na

[683] MACARINI, J. P. A política econômica do governo Médici: 1970-1973. *Nova Economia*, vol. 15, n° 3, 2005.

[684] CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. "Empresariado e ditadura no Brasil: o estado atual da questão e o caso dos empreiteiros de obras públicas", *In: Revistas Transversos*, nº 12, p. 335-358, 2018.

[685] CAMPOS, Pedro H. P. *Estranhas catedrais*... op. cit. p. 333.

área da economia. Essas alterações se deram entrelaçadas às articulações empresariais em torno da definição das diretrizes do Estado.

As reorientações econômicas ocorridas entre 1967 e 1973, no entanto, não alteraram a disposição do tripé do sistema produtivo brasileiro (empresas estatais, capitais estrangeiros e nacionais). De forma distinta, esse padrão foi intensificado, sob a proeminência das empresas privadas multinacionais.

Isso fica evidente ao constatarmos a porcentagem de capitais estrangeiros, sobretudo norte-americanos, nos diversos segmentos da economia brasileira em 1969, conforme enfatiza René Dreifuss[686]:

> Companhias multinacionais controlavam 37,7% da indústria do aço, 38% da indústria metalúrgica, 75,9% dos produtos químicos e derivados de petróleo, 81,5% da borracha, 60,9% das máquinas, motores e equipamentos industriais, 100% dos automóveis e caminhões, 77,5% de peças e acessórios para veículos, 39,8% da construção naval, 71,4% do material para construção de rodovias, 78,8% dos móveis de aço e equipamentos para escritório, 49,1% dos aparelhos eletrodomésticos, 37,1% do couro e peles, 55,1% dos produtos alimentícios, 47% das bebidas, 90,6% do fumo, 94,1% dos produtos farmacêuticos, 41% dos perfumes e cosméticos e 29,3% da indústria têxtil.

Em 1974, das 200 maiores empresas atuantes no país em termos de faturamento, 41,6% eram estrangeiras, 35,3% estatais e 23,1% locais[687]. O carro-chefe da economia brasileira no período, além das estatais, era a indústria de bens de consumo durável, dominada quase que exclusivamente por capitais estrangeiros. A indústria automobilística, por exemplo, cresceu mais que o PIB brasileiro no período do "milagre econômico" (1968-1973). O crescimento do segmento era tão vertiginoso que no ano de 1978 somente a produção da Volkswagen representou 1% do PIB do país[688]. Conforme será destacado adiante, o plano econômico de Ernesto Geisel buscou reorganizar essa disposição do empresariado, concedendo maior ênfase às estatais, à indústria de insumos básicos e de bens de capital, juntamente a políticas de incremento das empresas tidas como nacionais.

Era esse o ordenamento empresarial que afetava e era afetado pelas políticas petrolíferas durante a ditadura. Ao longo deste e do próximo capítulo será possível perceber

---

686 DREIFUSS, René Armand. *1964*... op. cit. p. 62.

687 NETTO, José Paulo. *Pequena história da ditadura brasileira*... op. cit. p. 149

688 SILVA, Marcelo A. de C. *As práticas de normalização da violência operacionalizadas pela Volkswagen do Brasil na ditadura militar brasileira* (1964-1985). Tese de doutorado em Administração. Rio de Janeiro: PUC, 2018. p. 313.

como que diferentes frações do sistema industrial estiveram articuladas a fim de delinear as diretrizes do sistema Petrobras.

Considerações parciais

São infindas as consequências deletérias do padrão de acumulação gestado durante a ditadura. Poder-se-ia destacar a piora incisiva nas condições alimentares da população, acompanhada por um aprofundamento nos casos de desnutrição e mortalidade infantil; as 140 mil pessoas de 80 favelas removidas compulsoriamente, entre 1962 e 1973, em benefício do mercado imobiliária e da indústria da construção[689]; o fortalecimento da estratégia de acumulação e da capacidade organizativa do patronato rural, assentado no recrudescimento das relações de trabalho e na luta por terra no campo[690]; assim como os recordes mundiais de mortes e acidentes de trabalho[691].

Se o período do "milagre" significou a concessão de subsídios primorosos à ampliação, concentração e centralização de determinados segmentos produtivos, esse processo se deu lastreado na concentração da renda, supressão da organização trabalhista, piora dos indicadores sociais, repressão, perseguição e cassação de direitos políticos. Esse "preço" do modelo de desenvolvimento capitalista na ditadura assentou as bases para a galvanização econômica de determinadas frações empresariais. Como indicado anteriormente, sempre sob a primazia *econômica* das parcelas empresariais de origem multinacional/associada, os (re)arranjos no bloco no poder implicaram em estímulos a distintos segmentos da burguesia, a depender do período. O quadro de pauperismo das classes subalternas, no entanto, não foi revertido, sendo acirrado ao longo do tempo.

As partes seguintes desta tese são dedicadas a averiguar aspectos acerca da cadência orgânica entre a Petrobras e frações empresariais brasileiras.

---

689 PESTANA, Marco M. *Ampliação seletiva do Estado e remoções de favelas no Rio de Janeiro*: embates entre empresariado do setor imobiliário e movimento de favelados (1957-1973). Tese de doutorado em História. Niterói: UFF, 2018.

690 MENDONÇA, Sonia Regina de. *O patronato rural no Brasil recente* (1964-1993). Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2010; GALVÃO, Elisandra. A ação política da Confederação Nacional de Agricultura (CNA) na ditadura militar. In: CAMPOS, Pedro Henrique P.; BRANDÃO, Rafael Vaz da M.; LEMOS, Renato Luís do C. N. (orgs.). *Empresariado e ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2020.

691 SILVA, Ana Beatriz. *O desgaste e a recuperação dos corpos para o capital*... op. cit.

3.4.2 – O avanço do bloco multinacional e associado sobre a Petrobras após o golpe de 1964

No início da década de 1960, as relações sociais que ampararam o funcionamento da Petrobras estiveram no rol de elementos que instigaram uma postura contrarrevolucionária-preventiva por parte das burguesias. Conforme evidenciado anteriormente, membros vinculados ao IPES articularam intensa campanha contra as políticas de João Goulart para o ramo petrolífero. Com a ditadura, agentes vinculados àquela entidade passaram a ocupar parte expressiva dos organismos estatais responsáveis pelas diretrizes energéticas do Estado.

Como demonstra Elaine Bortone[692], o primeiro presidente da Petrobras na ditadura, o marechal Ademar de Queiroz, fazia parte do "Estado-Maior" do IPES. Também pertenciam à entidade: o ministro de Minas e Energia da época, Mauro Thibau; os conselheiros da Petrobras Manoel da Costa Santos, Silvio Fróes de Abreu e Carlos Medeiros Silva; além de Emílio Mauro Maurell Filho e Haroldo Lisboa da Graça Couto, que ocuparam, respectivamente, a presidência e o conselho do CNP.

Mais especificamente sobre a Petrobras, outros presidentes que comandaram a empresa durante a ditadura (1964-1988) colaboraram com o IPES, para além de Ademar de Queiroz, aqui já citado. Foram os casos de Ernesto Geisel (que presidiu a estatal entre 11/1969 e 07/1973), Shigeaki Ueki (03/1979 – 08/1984) e Hélio Beltrão (03/1985 – 05/1986). No corpo diretivo da petrolífera também circularam ipesianos. O próprio Shigeaki Ueki fez parte da diretoria da estatal a partir de 1969, permanecendo no cargo até assumir o MME, em 1974. Além dele, Paulo Vieira Belotti também teve vínculos com o Instituto e foi membro-diretor da estatal entre 1977 e 1989[693].

A ascendência empresarial em entidades estatais responsáveis pelas políticas petrolíferas durante a ditadura é uma boa chave para compreendermos os interesses por trás das primeiras diretrizes do regime para o segmento. Nesse sentido, é importante frisar dois conjuntos de medidas importantes, sedimentados logo após a derrubada de João Goulart.

Em primeiro lugar, cabe destacar que, com exceção do monopólio das importações de petróleo e derivados, as principais diretrizes no campo petrolífero instituídas no governo João Goulart, elencadas na seção anterior, foram suspensas pela ditadura. Com a instauração do

[692] BORTONE, Elaine. *O IPES e a ditadura empresarial-militar*... op. cit. pp. 200-206.

[693] DREIFUSS, René Armand. *1964*: A conquista do Estado... op. cit. p. 472; BORTONE, Elaine. *O IPES e a ditadura empresarial-militar*... op. cit. p. 468.

regime, nenhuma providência relacionada ao avanço do monopólio estatal para os campos da distribuição e da petroquímica foi estabelecida, searas estas permeadas por capitais estrangeiros. Além disso, uma das primeiras medidas de Castelo Branco para o segmento foi a promulgação do decreto 56.570 de 9 de julho de 1965, que revogou a encampação das unidades privadas de refino. Em segundo lugar, e mais importante, pode-se destacar o sistemático aparato repressivo perpetrado contra os sindicatos dos trabalhadores da categoria e também introduzido no interior da companhia, conforme destacado anteriormente.

Em meio a esse conjunto de medidas em relação às políticas petrolíferas pós-golpe, uma série de empresários proferiu declarações adulando a instituição da ditadura e realçando que o regime "salvou a Petrobras". Em reunião da ACRJ do dia 09 de dezembro de 1964, Raul de Góes, membro do conselho diretor da entidade, proferiu elogios a uma fala recente de Castelo Branco. O conteúdo do comentário de Góes abordava a parte do discurso de Castelo Branco que tratava da Petrobras. Sobre a manifestação do ditador, comentou: "[o discurso de Castelo Branco] nos dá a grata certeza, a firme convicção de que o Brasil tem, de fato, um Presidente, à altura dos seus destinos" e, comentando sobre o tópico abordado por Castelo Branco sobre a Petrobras, Raul de Góes constatou:

> o contraste moral, funcional e técnico entre a Petrobrás de hoje e a Petrobrás de ontem; entre o nacionalismo autêntico, honesto e construtivo da nossa política petrolífera nos dias atuais e o falso nacionalismo demagógico e suspeito, que afivelava a máscara vermelha do "PETRÓLEO É NOSSO".

E finaliza o diretor:

> A recuperação da Petrobrás; a extinção das irregularidades e abusos que a desfiguravam; o expurgo das víboras e dos ratos que a infestavam; a democratização dos seus quadros dirigentes; a sua reposição nas finalidades para as quais foi instituída; os novos rumos de uma política petrolífera racional e patriótica – constituem um dos fatos mais positivos e consagradores da Revolução [sic] de 31 de março e do Governo honrado do Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco[694].

A fala de Raul de Góes, além de exprimir que o controle dos trabalhadores da Petrobras e a revogação da estatização das refinarias constituíam um dos principais pontos que o levava a apoiar o novo regime, também lança luz à percepção do dirigente patronal em relação à campanha do "Petróleo é Nosso". Ao retratar que o "falso nacionalismo demagógico" amparava a "máscara vermelha" daquela campanha, Raul de Góes se afina aos argumentos dos entes civis e militares que concebiam as mobilizações em prol do nacionalismo econômico antes do golpe

[694] Revista das Classes Produtoras, ano XXVII, n. 967, jan./1965. pp. 49-50.

como um aparato "comunista" e uma ameaça à segurança nacional. Como disposto no capítulo anterior desta tese, embora as entidades e agentes que atuaram em torno da campanha "O Petróleo é Nosso" pleiteasse, de fato, o monopólio do Estado sobre a produção petrolífera, uma fração diminuta deste movimento era efetivamente comunista.

No decurso da ditadura, diversos ministros e componentes de instâncias do Estado participaram das reuniões e eventos da ACRJ. Em um desses episódios, em 25 de setembro de 1964, o presidente da entidade, Antônio Carlos do Amaral Osório, ofereceu um almoço no Clube Comercial em homenagem aos "líderes do petróleo". Na ocasião, membros de órgãos estatais do petróleo e de distribuidoras privadas de combustíveis foram os contemplados pela congratulação. Emblemático foi a lista de participantes, que abarcou as autoridades do Estado e do capital privado. Para além dos dirigentes da Associação, estiveram presentes: marechal Ademar de Queiroz (presidente da Petrobras), Geonísio Barroso (diretor da Petrobras), Adolpho Rocca Dieguez (diretor da Petrobras), Jorge Bailly (secretário da Petrobras), marechal Emílio Maurell Filho (presidente do CNP), general Agenor Monte (chefe de gabinete de Emílio Maurell Filho), George W. Potts (presidente da Esso), A. A. Walters (presidente da Texaco), Mário Cabral Ramos (vice-presidente da Shell), Douglas Mcnair (diretor da Atlantic) e Carlos Nabuco (presidente do Sindicato do Comércio Atacadista de Minérios e Combustíveis Minerais)[695].

Afora os episódios aqui destacados, a ACRJ teve forte ascendência na definição das políticas da Petrobras durante a ditadura. Como ficará evidente ao longo deste capítulo, a estrutura e estratégia de atuação da Petrobras Química S.A. (Petroquisa), bem como os diversos incentivos do Estado para a garantia e ampliação do setor petroquímico privado, estiveram de acordo com as movimentações da entidade.

Para além do IPES e da ACRJ, líderes empresariais de outros segmentos também estiveram mobilizados a fim de evidenciar contentamento em relação às políticas petrolíferas do governo Castelo Branco. Isso fica evidente em carta assinada por diversos chefes de organizações patronais enviada ao ditador após o golpe de 1964, que tratava da revogação das encampações das refinarias privadas.

Com um tom elogioso ao regime então instaurado, um dos argumentos desses agentes, explicitado na carta, indicava que o movimento de estatização levado a cabo por Goulart tinha

[695] Revista das Classes Produtoras, ano XXVII, n. 965, nov./1964. p. 53.

como objetivo "anular os pontos de resistência às greves gerais na indústria petrolífera". Ou seja, a percepção dos empresários era de que as refinarias privadas possuíam maior capacidade de neutralizar as greves, diferentemente das estatais. Dentre as mais de quinze assinaturas[696], pode-se perceber a dos presidentes da Confederação Nacional do Comércio, do Sindicato dos Bancos do Estado da Guanabara, da Federação Nacional dos Despachos Aduaneiros, da Federação das Empresas de Seguros Privados e Capitalização, dentre outros[697].

Um fato importante que realça a histórica ascensão do empresariado nos quadros da Petrobras foi a inserção de Manoel da Costa Santos no conselho da estatal. Costa Santos era ligado a diversas entidades organizativas da burguesia, tais como a Fiesp[698], a American Chamber of Commerce for Brazil (AMCHAM), além de presidir, em 1964, a Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica. Ademais, o empresário também era colaborador do IPES, como aqui já destacado[699], e possuía ações em empresas como a Cia. de Cimento Portland Barroso[700].

Outro quesito notável sobre Manoel da Costa Santos é que ele foi o primeiro vice-presidente executivo do Fórum Roberto Simonsen, entidade criada por ele em conjunto com Eduardo Garcia Grassi e Paulo Caruso. Conforme exposto no capítulo anterior, o Fórum era um espaço de formação e interação política que representava rigorosamente os anseios e perspectivas de parte expressiva do empresariado industrial paulista. A Federação também foi crucial para a aproximação dessa parcela da burguesia brasileira com oficiais castrenses. Tanto na criação do Fórum quanto no momento da reforma de seu estatuto, em 1959, Manoel da Costa Santos exaltou o objetivo do órgão de firmar parceria "técnica" com as Forças Armadas para atuar em prol de interesses comuns, a fim de garantir a "segurança nacional"[701].

Considerando o período entre a criação da Petrobras e o fim da ditadura (1954-1988), Manoel da Costa Santos e José Baptista Pereira foram os mais longevos conselheiros da

[696] O nome desses líderes empresariais aparece de forma não legível.

[697] Arquivo Nacional. Coordenação de Documentos Escritos/Documentos do Executivo e do Legislativo. Fundo: Conselho de Segurança Nacional, notação BR_DFANBSB_N8_0_PSN_EST_0708. pp. 652-654.

[698] Ver capítulo 2.6 deste estudo.

[699] BORTONE, Elaine. *O IPES e a ditadura empresarial-militar*... op. cit. p. 591.

[700] DOU de 30/12/1955. p. 140.

[701] LEMOS, Renato L. do C. A aliança empresarial-militar no Brasil: anticomunismo e segurança nacional (1949-1964). In: CAMPOS, Pedro H. P.; BRANDÃO, Rafael V. da M.; LEMOS, Renato L. do C. *Empresariado e ditadura no Brasil*. 1 ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2020. p. 223.

Petrobras, dividindo este marco apenas com Ademar de Queiroz, que fez parte do Conselho entre 1969 e 1983. Manoel C. Santos e José B. Pereira entraram no Conselho de Administração da estatal nos primeiros anos de funcionamento da empresa, em 1956, permanecendo no posto por pelo menos 15 anos. Os conselheiros foram os únicos membros do alto escalão da Petrobras a votarem contra a encampação das refinarias privadas durante o governo João Goulart[702]. Outro fato instigante é que os dois, junto a outro conselheiro, Osório da Rocha Diniz, foram os únicos membros do primeiro escalão da estatal a não serem retirados de seus postos após o golpe de 1964[703].

Osório da Rocha Diniz ficou no Conselho da estatal até 1965. Já Manoel da Costa Santos permaneceu no cargo até 1969 e José Baptista Pereira até 1970. Os motivos da permanência de tais conselheiros em seus postos após o golpe necessitam de maiores investigações, mas sua proximidade com as pautas empresariais nos parece uma boa chave para compreender essa longa estada no alto escalão da petrolífera.

As movimentações empresariais aqui destacadas indicam que, já nos primeiros momentos após o golpe de 1964, as frações empresariais partícipes da desestabilização do governo João Goulart passaram a ter maior ascendência na Petrobras e a respaldar as medidas da ditadura para o ramo petrolífero. O empresariamento da petrolífera foi uma constante durante todo o regime, embora tenha sofrido reconfigurações ao longo do tempo.

O empresariado agiu ativamente na construção do golpe de 1964. Com a implantação da ditadura, suas frações passaram a colher as recompensas de seus "esforços (contra)revolucionários" e a Petrobras esteve no cerne desse processo. As próximas etapas desta subseção têm o objetivo de trazer aportes a fim de realçar que a relação entre empresariado e as políticas da Petrobras era mais entranhada do que supunham os estudos elencados na primeira parte deste capítulo.

3.4.3 – Para além do "parasitismo": as relações orgânicas entre o alto escalão da Petrobras e os grupos econômicos brasileiros

[702] Arquivo Nacional. Coordenação de Documentos Escritos/Documentos do Executivo e do Legislativo. Fundo: Conselho de Segurança Nacional, notação BR.DFANBSB.N8.0.PSN.EST.0708. pp. 884-891.

[703] cf. Relatórios Anuais da Petrobras.

Este subcapítulo é uma síntese da análise prosopográfica[704] efetuada em relação a todos os agentes que ocuparam o alto escalão da Petrobras durante a ditadura (1964-1988). As informações que serão dispostas a seguir foram selecionadas a fim de enfatizar as vinculações dos presidentes, diretores e conselheiros da estatal com o empresariado privado e/ou entidades patronais de organização política (aparatos privados de hegemonia)[705].

Antes de expor a análise, cabe salientar uma importante observação acerca do aspecto "público" ou privado das empresas cujos membros do alto escalão da Petrobras atuaram antes ou depois de ocuparem o cargo de comando na estatal, com destaque para os grupos econômicos petroquímicos. Como será abordado na subseção seguinte, a Petroquisa deteve participação acionária em parte acachapante das indústrias do ramo petroquímico ao longo do regime. A empresa chegou em meados dos anos de 1980 com capitais aplicados, direta ou indiretamente, em cerca de 80% das empresas petroquímicas no país[706].

Como será evidenciado adiante, parte expressiva do alto escalão da Petrobras no período teve passagem por grupos econômicos do segmento petroquímico. Em alguns casos, essas empresas que receberam os agentes que ocuparam o comando da Petrobras faziam parte da rede de propriedade da Petroquisa. Nesse sentido, cabe indagar se essas companhias devem ser percebidas como privadas ou estatais.

Em termos jurídicos, as empresas estatais são basicamente divididas em dois grupos, as empresas "públicas" e as Sociedades de Economia Mista. De acordo com o Decreto-Lei nº 200/1967, uma "empresa pública" tem como um de seus pré-requisitos a obrigatoriedade de a União deter a exclusividade de seus capitais. Logo, descarta-se de antemão a possibilidade de as empresas pertencentes à rede de propriedade da Petroquisa serem assim caracterizadas, uma vez que a estrutura de propriedade dos empreendimentos era dividida com capitais privados. Já a *Sociedade de Economia Mista* é definida da seguinte maneira, a partir do inciso III do artigo 5º da referida lei:

---

[704] A técnica prosopográfica consiste em um método de análise de biografias coletivas no qual, a partir de um enfoque sociológico da história, são evidenciadas características comuns do passado de um grupo de agentes. Através da codificação de uma série de fatores padronizados a partir dos documentos analisados, o método visa conceder subsídios para apreender as características sociais mais ou menos constantes de tais agentes, de modo a conferir sentido às suas ações políticas. cf. HEINZ, Flávio. O historiador e as elites – à guisa de introdução. In: HEINZ, Flávio (org.). *Por outra história das elites.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

[705] Os quadros completos contendo as informações do levantamento não exaustivo das biografias coletivas dos extratos superiores da Petrobras estão dispostos nos anexos deste estudo.

[706] ALVEAL CONTRERAS, Eldemira del Carmen. *Os desbravadores...* op. cit. p. 99.

> [A Sociedade de Economia Mista é] a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada por lei para a exploração de atividade econômica, sob a forma de sociedade anônima, *cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União ou a entidade da Administração Indireta*[707].

A Petrobras e suas subsidiárias, como já exposto, são Sociedades de Economia Mista. Entretanto, a grande maioria dos empreendimentos em que a Petroquisa tinha ações ordinárias[708] os capitais da estatal não chegaram a ser majoritários, sendo o restante da propriedade dividido com empresas privadas locais e estrangeiras. Esse fator caracteriza, *de jure*, aqueles empreendimentos nem como Sociedades de Economia Mista nem como empresas públicas, mas sim como como *privadas*. Porém, *de facto*, embora tivesse menos de 50% das ações na maioria dos casos, a subsidiária da Petrobras concentrava, sozinha, a maior parte do controle daqueles capitais, ao passo que o restante da propriedade era pulverizado em diversas empresas particulares (locais e estrangeiras). Esse fator delegava um peso decisivo da estatal na gestão dos negócios[709].

Conforme o aparato teórico que embasa esta tese, que percebe o Estado de modo *integral*, a separação entre a natureza estatal ou privada de determinado órgão é percebida enquanto um elemento formal, presente no nível da aparência. Essencialmente, as relações entre os capitais particulares e as entidades estatais são imbricadas de forma orgânica, complexa e muitas vezes contraditória.

No entanto, mesmo considerando o Estado de forma integral, é pertinente salientar que o seccionamento formal da natureza da propriedade das empresas analisadas tem a sua importância, sobretudo pelo fato de as estatais tenderem a estar imersas ao "jogo" político-institucional e serem sistematicamente alocadas no cerne dos planos econômicos. Dessa forma, a percepção de *empresa privada* aqui apreendida é assentada na compreensão *de facto* acerca do controle de determinado empreendimento.

---

[707] BRASIL. *Decreto-lei nº 200*, de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Brasília, DF, 1967. Disponível em: https://bit.ly/3u1VZTR. Acesso em: 23/09/2022. Grifos meus.

[708] De forma simplificada, os detentores de ações preferenciais têm preferência na distribuição de dividendos. Já aqueles que têm ações ordinárias não têm preferência na distribuição dos dividendos, mas têm poder de voto nas assembleias e, portanto, detém o controle da empresa de acordo com o volume de suas ações.

[709] cf. ALVEAL CONTRERAS, Eldemira del Carmen. *Os desbravadores...* op. cit. p. 121.

Desse modo, além das empresas públicas e Sociedades de Economia Mista, são aqui consideradas *empresas estatais* todas as coligadas[710] em que a Petroquisa concentrava, *sozinha*, um nível considerável de controle, enquanto as demais ações ordinárias eram distribuídas, em parcelas menores, a diversos capitais privados (locais e/ou estrangeiros). Já em empreendimentos em que a Petroquisa detivesse menos da metade das ações ordinárias e uma outra empresa privada concentrasse, sozinha, gama considerável da propriedade com direito a voto – como no caso da Norquisa -, essa companhia é aqui percebida como privada.

Partindo para a análise, comecemos por salientar que, com o advento da ditadura, o alto escalão da Petrobras continuou a ser regido e escolhido a partir do aparato disposto na Lei nº 2004/1953, arcabouço legal que estabeleceu a criação da Petrobras, suas competências e estrutura organizativa. Pelos dispositivos dessa lei, a escolha final dos principais cargos da estatal ficava sob responsabilidade da presidência da República, conforme disposições a seguir:

SEÇÃO IV
Da diretoria e do conselho fiscal da Petrobrás

Art. 19 A Sociedade será dirigida por um Conselho de Administração, com funções deliberativas, e uma Diretoria Executiva.

§ 1º O Conselho de Administração será constituído de:

a) 1 (um) Presidente nomeado pelo Presidente da República e demissível ad nutum com direito de veto sobre as decisões do próprio Conselho e da Diretoria Executiva.

b) 3 (três) Diretores nomeados pelo Presidente da República, com mandato de 3 (três) anos;

c) Conselheiros eleitos pelas pessoas jurídicas de direito público, com exceção da União em número máximo de 3 (três) e com mandato de 3 (três) anos;

d) Conselheiros eleitos pelas pessoas físicas e jurídicas de direito privado, em número máximo de 2 (dois) e com mandato de 3 (três) anos, cada parcela de 7,5 % (sete e meio por cento) do capital votante da Sociedade, subscrito pelas pessoas mencionadas nas letras c e d do § 1º.

§ 2º O número dos Conselheiros será fixado na proporção de um para cada parcela de 7,5% (sete e meio por cento) do capital votante da Sociedade, subscrito pelas pessoas mencionadas nas letras *c* e *d* do § 1º.

§ 3º A Diretoria Executiva compor-se-á do Presidente e dos 3 (três) Diretores nomeados pelo Presidente da República.

§ 4º É privativo dos brasileiros natos o exercício das funções de membro do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

§ 5º Do veto do Presidente ao qual se refere a letra a do § 1º, haverá recurso ex-officio para o Presidente da República, ouvido o Conselho Nacional do Petróleo.

§ 6º Os 3 (três) primeiros Diretores serão nomeados pelos prazos de respectivamente, 1 (um), 2 (dois) e 3 (três) anos, de forma a que anualmente termine o mandato de um Diretor[711].

[710] Conforme o Código Civil (Art. 1099), quando uma sociedade tem entre 10% e 50% das ações com direito a voto de uma empresa, esta última passa a ser coligada da primeira. BRASIL. *Código Civil Brasileiro e Legislação Correlata*. 2ª ed. Brasília: Senado Federal, 2008. Disponível em: https://bit.ly/3JkaiHn. Acesso em: 15/04/2024.

[711] BRASIL. Lei n. 2.004, de 3 de outubro de 1953. Dispõe sobre a Política Nacional do Petróleo e define as atribuições do Conselho Nacional do Petróleo, institui a Sociedade Anônima, e dá outras providências. Distrito Federal: presidência da República/Casa Civil, 1953.

Conforme a Seção IV da lei 2.004 de 1953 acima elencada, pode-se perceber o peso decisivo que o presidente da República detinha na escolha do alto escalão. A diretoria executiva tinha mandato de três anos e era composta por três membros, todos escolhidos pelo presidente da República. O Conselho de Administração era composto por até nove membros: os três diretores da companhia, o presidente - também escolhido pela presidência da República[712] –, três agentes escolhidos por pessoas jurídicas de direito público[713] que não a União, e dois pelos acionistas privados.

Quadro 2 - Presidentes da Petrobras e as suas ligações com empresas (estatais ou privadas) e organizações patronais (1964-1988)[714]

Nome/período em que atuou na presidência	**Civil/Militar**	**Empresas privadas ou organizações patronais em que atuou**	**Empresa estatal em que atuou**
Ademar de Queiroz (04/1964 - 06/1966)*	Militar	Direção da Bakol S.A.; Oxigênio S.A.; Oxigênio Nordeste S.A.; IPES	
Irnack Carvalho do Amaral (06/1966 - 03/1967)	Civil		
Arthur Duarte Candal da Fonseca (27/03/1967 - 24/03/1969)	Militar		
Waldemar Levy Cardoso (28/03/1969 - 30/10/1969)	Militar		
Ernesto Geisel (06/11/1969 - 06/07/1973)*	Militar	Norquisa; IPES	
Floriano Peixoto Faria Lima (17/07/1973 - 01/10/1974)*	Militar	União de Indústrias Petroquímicas S.A. (Unipar)	Vice-presidente da Petroquímica União S.A.

[712] Pelo fato de a Petrobras ser submetida ao MME, poder-se-ia conjecturar que o comandante daquela pasta tivesse inserção na definição da escolha dos presidentes da estatal. Aparentemente, não foi o que aconteceu. Segundo um dos próprios ministros de Minas e Energia da ditadura, Antonio Dias Leite, quase sempre a relação entre as lideranças da petrolífera e da pasta era pautada pelo litígio. O próprio Ernesto Geisel, como pré-requisito para assumir a presidência da companhia, exigiu que a sua gestão não tivesse nenhum tipo de subordinação ao MME, então liderado por Antonio Dias Leite. A relação entre as presidências da Petrobras e os ministros de Minas e Energia é um assunto que merece aprofundamento em posteriores investigações. cf. LEITE, Antonio Dias. *A energia do Brasil*. 3 ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro, 2014 [1997]. pp. 172-173; SUAREZ, Marcus Alban. *Petroquímica e tecnoburocracia. Capítulos do desenvolvimento capitalista no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1986. p. 85.

[713] Pessoas jurídicas de direito público são as instituições pertencentes à União, aos estados ou municípios, incluindo as autarquias. Muitos bancos públicos estaduais, por exemplo, tinham participação acionária na Petrobras.

[714] As linhas do quadro preenchidas na cor azul correspondem a nomes com passagem em empresas/organizações privadas.

Nome/período em que atuou na presidência	Civil/Militar	Empresas privadas ou organizações patronais em que atuou	Empresa estatal em que atuou
Araken de Oliveira (03/10/1974 - 13/03/1979)	Militar		
Shigeaki Ueki (23/03/1979 - 28/08/1984)*	Civil	Banco Moreira Sales; Cevekol Indústria e Comércio de Produtos Químicos S.A.; Bakol; Sadokin S.A.; Camargo Corrêa; Petroleum Finance Corporation; IPES	
Thelmo Dutra de Rezende (28/08/1984 - 19/03/1985)	Militar		
Hélio Beltrão (19/03/1985 - 15/05/1986)*	Civil	Companhia Brasileira de Participações - Cobrapar (*holding* do Grupo Ultra); Mesbla S.A.; Credibrás Financeira S.A.; Companhia de Cimento Portland Paraíso; Ultrapar Participações S.A.; presidente do Instituto Brasileiro do Petróleo (IBP) (1958-1962); IPES	Oxiteno S.A.; Companhia Petroquímica do Nordeste S.A. (Ciquine); Banco Nacional de Habitação (BNH); Itaipu Binacional; Companhia Siderúrgica Nacional
Ozires Silva (19/05/1986 - 21/06/1988)	Militar	Varig; Pele Nova Biotecnologia; Unimonte; Universidade São Judas; Membro do British Council; membro honorário Royal Air Squadron (Grã-Bretanha); membro da Royal Aeronautical Society (Grã-Bretanha); Membro da Real Academia Sueca de Engenharia	Embraer
Armando Guedes Coelho [interino] (21/06/1988 – 23/01/1989)*	Civil	Companhia Suzano de Papel e Celulose; ABIQUIM; Firjan	Fábrica Carioca de Catalisadores; Petroquímica União; Politeno; Polibrasil

* passagem pelo alto escalão de empresas privadas do ramo petroquímico.

Fontes: Relatórios de atividade da Petrobras; Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – CPDOC/FGV; Arquivo Nacional. Fundo Divisão de Informações da Petrobras; BORTONE, Elaine. O IPES e a ditadura empresarial-militar: os casos das estatais federais e da indústria farmacêutica. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2018; DREIFUSS, René Armand. *1964*: *A conquista do Estado*... op. cit.; AGÊNCIA Força Aérea. Tenente-coronel Ozires Silva, Oficial da FAB, completa 90 anos. Força Aérea Brasileira, 08/01/2021. Disponível em: https://bit.ly/3RUJa5v. Acesso em: 14/06/2023.

O *Quadro 2*, elenca os presidentes da Petrobras entre 1964 e 1988, discriminando a sua origem, civil ou militar, e também expõe as demais empresas (públicas ou privadas) em que o agente atuou. Os nomes preenchidos com a cor azul indicam os presidentes da companhia que

atuaram junto a empresas privadas e/ou organizações patronais de ação política (aparatos privados de hegemonia), antes e/ou depois de sua passagem pela liderança da estatal[715].

Em suma, é possível perceber que, dos 12 presidentes da Petrobras entre 1964 e 1988, mais da metade (sete, ou 58%) teve ligações com empresas privadas e/ou entidades de organização política da burguesia. Desses sete, apenas dois (Shigeaki Ueki e Hélio Beltrão) tinham passagem por empresas privadas *antes* de entrar na Petrobras. Ou seja, a maior parte desses agentes passou a integrar empresas privadas *depois* de ocuparem o cargo máximo da petrolífera.

Muitos dos que presidiram a Petrobras tiveram a sua trajetória demarcada por idas e vindas entre empresas estatais e privadas. Hélio Beltrão é o caso mais notório nesse sentido, tendo sido um eminente *intelectual orgânico* da burguesia. Ele, que presidiu a Petrobras entre março de 1985 e maio de 1986, tinha o histórico de atuação no alto escalão de diversas companhias privadas, como a Cobrapar (*holding* do Grupo Ultra), a varejista Mesbla S.A. e a Cia. de Cimentos Portland, e, também, em companhias estatais, como os conselhos administrativos da Companhia Siderúrgica Nacional (1978-1979) e da Itaipu Binacional (a partir de 1979). Beltrão também esteve ligado às indústrias petroquímicas, conforme será aprofundado adiante. O próprio grupo Ultra teve participações em empresas do ramo, como a Petroquímica União. Ele ainda teve atuação no comando de grupos econômicos que a Petroquisa concentrava, sozinha, percentual considerável de controle, como a Oxiteno S.A. e a Ciquine.

Além de Hélio Beltrão, outros agentes que passaram pela presidência da estatal atuaram no comando de outras estatais. Foram os casos de Floriano Peixoto Faria Lima, que foi vice-presidente da Petroquímica União S.A. na década de 1980; Ozires Silva, que presidiu a Embraer no início da década de 1990; e Armando Guedes Coelho, que atuou no alto escalão de diversas empresas petroquímicas, dentre elas pode-se destacar a Fábrica Carioca de Catalisador, empresa em que fez parte do corpo diretivo, cargo que assumiu logo após sair da Petrobras.

O *Quadro 2* também explicita uma grande profusão de membros das Forças Armadas na presidência da companhia, fator que evidencia a militarização da empresa e o seu caráter autocrático assentado na Doutrina de Segurança Nacional, conforme destacado neste capítulo.

[715] Uma exposição mais detida acerca da trajetória formativa e profissional de todos os presidentes da Petrobras ao longo da ditadura foi efetuada no capítulo 3.2.4 desta tese ("Qualificando a militarização da Petrobras (1964-1988)").

Além disso, também é possível notar o considerável entrelaçamento entre os militares, a Petrobras e as empresas privadas. Dos oito agentes castrenses que ocuparam a presidência da companhia no período, a metade (quatro) atuou junto a capitais particulares, antes ou depois de passar pela estatal. Cabe salientar, conforme destacou René Armand Dreifuss[716], que a participação de membros da caserna no corpo diretivo de empresas ou como acionista das mesmas contribuiu para a politização dos militares no período em tela. Ademais, dos doze presidentes da companhia, 1/3 (quatro) era civil, sendo que três destes passaram por empresas privadas.

Presidentes da Petrobras também estiveram vinculados a entidades patronais de ação política. Destacam-se os membros do IPES aqui já citados, Ademar de Queiroz, Ernesto Geisel e Hélio Beltrão – este último também tendo presidido o Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP) entre 1958 e 1962; Ozires Silva, que fez parte de aparatos privados de hegemonia britânicos da área da aviação[717]; e Armando Guedes Coelho, que passou a fazer parte do conselho da ABIQUIM após passagem pela Petrobras.

A estreita ligação com o empresariado privado também encampou a trajetória do corpo diretivo da Petrobras. Seguindo o mesmo método do *Quadro 2*, o *Quadro 3* elenca os 25 diretores da estatal que, conforme consta nos relatórios da empresa, ocuparam o posto entre 1964 e 1988, discriminando a sua origem, civil ou militar, e a sua passagem por empresas estatais ou particulares. A cor azul indica os membros da direção da empresa que passaram por corporações privadas ou aparatos privados de hegemonia, antes ou depois de assumir o posto na petrolífera.

Quadro 3 - Diretores da Petrobras e as suas ligações com empresas (estatais ou privadas) e organizações patronais (1964-1988)[718]

Nome/período em que atuou na diretoria	Militar/Civil	Empresas privadas ou organizações patronais em que atuou	Empresa/órgão estatal em que atuou
Adolpho Rocca Dieguez (1964 - 1970)*	Militar	Presidência da União de Indústrias Petroquímicas S.A. (Unipar). O grupo tinha participações na Petroquímica União S.A., Carbocloro S.A., Brasivil,	

[716] DREIFUSS, René A. *A conquista do Estado*... op. cit.

[717] Importante lembrar que Ozires Silva foi presidente da Embraer entre 1991 e 1994.

[718] As linhas preenchidas na cor azul correspondem a nomes com passagem em empresas/organizações privadas.

Nome/período em que atuou na diretoria	Militar/Civil	Empresas privadas ou organizações patronais em que atuou	Empresa/órgão estatal em que atuou
		Poliolefinas S.A., Empresa Brasileira de Tretâmeros e do Consórcio Paulista de Monômeros.	
Geonísio Carvalho Barroso (1964 - 1967)*	Civil	Dow Chemical (1979), Instituto Brasileiro do Petróleo (1962-1982)	
Leopoldo Américo Miguez de Mello (1964 - 1967; 1969 - 1975)*	Civil	Fundador do Instituto Brasileiro do Petróleo (IBP); vice-presidente da Associação Brasileira da Indústria Química (ABIQUIM) (1964-1967)	
Yvan Barreto de Carvalho (1967 -1970)	Civil	Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM)	
José Varonil de Albuquerque Lima (1967 - 1969)	Militar		Eletrobrás
Shigeaki Ueki (1969-1974)*	Civil	Banco Moreira Sales; Cevekol Indústria e Comércio de Produtos Químicos S.A.; Bakol; Sadokin S.A.; Camargo Corrêa; Petroleum Finance Corporation; IPES	
Haroldo Ramos da Silva (1969 - 1975)	Civil		
Floriano Peixoto Faria Lima (1969 - 1972)*	Militar	União das Indústrias Petroquímicas S.A. (Unipar)	Vice-presidente da Petroquímica União S.A.
Adolpho Barroso de Vasconcellos (1974 - 1977)	Militar	Navenorte; Estaleiros Associados do Brasil (Esabras)	
Celso de Azevedo Daltro Santos (1974 - 1977)	Militar		
Carlos Alberto Sholl Isnard (1974 - 1980)	Civil	General Eletric; Editora José Olímpio	
Orfila Lima dos Santos (1975 - 1984)	Civil		Presidência da Petroquímica União S.A.
José Marques Neto (1977 - 1981)	Civil		
Paulo Alcídio Gaissler Teixeira de Freitas (1977 - 1980)	Militar		
Paulo Vieira Belotti (1977 - 1989)	Civil	IPES	Companhia Pernambucana de Borracha (Coperbo); Companhia Petroquímica do Nordeste

Nome/período em que atuou na diretoria	Militar/Civil	Empresas privadas ou organizações patronais em que atuou	Empresa/órgão estatal em que atuou
			(Ciquine); Petroquímica de Camaçari (CPC)
Carlos Sant'Anna (1979 – 1982)	Civil	Libra Trade; Altman Consultoria e Representações; Orin Consultoria Ltda.	
Carlos Walter Marinho Campos (1979 - 1985)*	Civil	Du Pont	
Thelmo Dutra de Rezende (1979 - 1984)	Militar	Diretor da United Kingdom Mutual Steam Ship Assurance Association Limited	
Armando Guedes Coelho (1981 - 1987)*	Civil	Companhia Suzano de Papel e Celulose; ABIQUIM; Firjan	Fábrica Carioca de Catalisadores; Politeno; Polibrasil
Joel Mendes Rennó (1983-1986)*	Civil	AEG - Telefunken; Universidade Mackenzie; Consultor de empresas dos setores elétricos, de mineração e siderúrgico (1987-1992); proprietário de empresa de consultoria nos segmentos de petróleo, petroquímica e energia (a partir de março de 1999)	
Almir Saraceni (1984)	Militar		
Wagner Freire Oliveira e Silva (1985-1990)	Civil	Consultor privado de energia	
Maximiano Eduardo da Silva Fonseca (1985-1991)	Militar		
José Edilson de Melo Távora (1986 - 1989)*	Civil	Alcanorte	Cia. Nacional de Álcalis
Roberto Villa (1988 – 1989)*	Civil	Rio Polímeros	

* passagem pelo alto escalão de empresas privadas do ramo petroquímico.
Fontes: Relatórios de atividade da Petrobras; Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – CPDOC/FGV; Arquivo Nacional. Fundo Divisão de Informações da Petrobras; BORTONE, Elaine. O IPES e a ditadura empresarial-militar: os casos das estatais federais e da indústria farmacêutica. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2018; DREIFUSS, René Armand. 1964: A conquista do Estado... op. cit.; AGÊNCIA Força Aérea. Tenente-coronel Ozires Silva, Oficial da FAB, completa 90 anos. Força Aérea Brasileira, 08/01/2021. Disponível em: https://bit.ly/3RUJa5v. Acesso em: 14/06/2023.

Se a presidência da Petrobras durante a ditadura foi predominantemente ocupada por militares (8 de 12 membros), a diretoria da companhia foi marcadamente preenchida por civis

(16 das 25 cadeiras). Apesar disso, a presença de militares na diretoria da empresa está longe de ser desprezível, uma vez que, dos 25 diretores, 9 eram pertencentes às Forças Armadas.

Em relação aos civis que passaram pelo corpo diretivo da Petrobras, é importante realçar que a maioria deles tinha formação técnica, com destaque para a área de engenharia[719]. Entretanto, a grande maioria desses agentes também teve passagem pelas empresas privadas, o que viabiliza o enquadramento dos mesmos na concepção de *tecno-empresários* elaborada por René Dreifuss.

Dos 16 diretores civis, 13 (81%) atuaram junto a empresas particulares e/ou aparatos privados de hegemonia, antes ou depois de passarem pela direção da Petrobras. Em relação aos militares, dos 9 que ocuparam a direção da empresa, 4 (44%) passaram a atuar na iniciativa privada posteriormente. Ao todo, dos 25 diretores da Petrobras que ocuparam o posto durante a ditadura, civis e militares, 17 (ou 68%) tiveram passagem por empresas privadas e/ou entidades patronais de ação política.

Muitos dos diretores da Petrobras também tiveram passagem por empresas estatais. Foram os casos de José Varonil de Albuquerque Lima, que foi presidente interino da Eletrobrás em 1964; o aqui já mencionado Floriano P. Faria Lima, que foi vice-presidente da Petroquímica União; Paulo Vieira Belotti, que passou por uma série de companhias petroquímicas cujo controle era concentrado na Petroquisa (Coperbo, Ciquine e CPC), trajetória semelhante ao do aqui já mencionado Armando Guedes Coelho, que passou por empresas como a Fábrica Carioca de Catalisadores. Ainda é possível perceber que muitos dos diretores da Petrobras tiveram vínculos com aparatos privados de hegemonia, como foram os casos, por exemplo, de Shigeaki Ueki e Paulo Vieira Belotti, ambos vinculados ao IPES, assim como Leopoldo Américo M. de Mello e Armando Guedes Coelho, que foram membros da ABIQUIM. Vejamos como a situação se configurou em relação aos conselheiros da estatal do petróleo.

[719] Os diretores da Petrobras durante a ditadura que tiveram formação na área da Engenharia foram os seguintes: Geonísio Barroso, José Varonil de Albuquerque Lima, Yvan Barreto de Carvalho, Haroldo Ramos da Silva, Orfila Lima dos Santos, Paulo Vieira Belotti, Carlos Walter Marinho Campos, Armando Guedes Coelho, João Mendes Rennó, Wagner Freire Oliveira e Silva, José Edilson de Melo Távora, Roberto Villa. Desses doze, apenas dois não tiveram passagem por empresa privada e/ou entidade patronal de ação política ao longo de sua trajetória (José Varonil de Albuquerque Lima e Haroldo Ramos da Silva) (ver anexo 3).

Quadro 4 - Conselheiros da Petrobras e as suas ligações com empresas (estatais ou privadas) e organizações patronais (1964-1988)[720]

Nome/período em que atuou no Conselho	**Civil/Militar**	**Empresas privadas ou organizações patronais em que atuou**	**Empresa/órgão estatal em que atuou**
José Baptista Pereira (1956-1971)	Civil	Carbonífera Treviso S.A. (1954)	
Manoel da Costa Santos (1956 - 1971)	Civil	Arno S.A.; Fórum Roberto Simonsen; Fiesp/Ciesp; Ipes-SP; American Chamber of Commerce (AMCHAM); presidência da ABIEE (1963-1980)	
Osório da Rocha Diniz (1963 - 1966)	Civil	Associação Comercial de Minas Gerais	
Sylvio Fróes Abreu (1966 - 1969)	Civil	IPES	
Ademar de Queiroz (1969 - 1984)*	Militar	Direção da Bakal Petroquímica; Oxigênio S.A.; Oxigênio Nordeste S.A.; IPES	
Irnack Carvalho do Amaral (1969 - 1978)	Civil		
Waldemar Levy Cardoso (1971 - 1980; 1984 - 1985)	Militar		
Araken de Oliveira (1980 - 1986)	Militar		
Tancredo Augusto Tolentino Neves (1985 - 1991)	Civil		Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro
Aloysio Faria de Carvalho (1986 - 1992)	Civil		Companhia de Eletricidade de Brasília (CEB)

[720] As linhas preenchidas na cor azul correspondem a nomes com passagem em empresas/organizações privadas.

Nome/período em que atuou no Conselho	Civil/Militar	Empresas privadas ou organizações patronais em que atuou	Empresa/órgão estatal em que atuou
Márcio João de Andrade Fortes (1987 - 1990)	Civil	Antes e durante atuação no Conselho da Petrobras: Diretor, Empreendimentos Hoteleiros S.A., 1973-1987; Diretor, BAP - Administração de Bens Ltda., 1973-1987; membro do Conselho de Administração Banco Francês e Brasileiro S.A. (Crédit Lyonnais), 1981; membro do Conselho de Administração Labo Eletrônica S.A., 1983-1984; Presidente, Pedras de Maria Agropecuária, 1980-1987; Presidente da João Fortes Engenharia S.A., 1980-1987.	Embraer; Banco do Brasil; BNDES; BANERJ

* passagem pelo alto escalão de empresas privadas do ramo petroquímico.
Fontes: Relatórios de atividade da Petrobras; Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – CPDOC/FGV; Arquivo Nacional. Fundo Divisão de Informações da Petrobras; BORTONE, Elaine. O IPES e a ditadura empresarial-militar: os casos das estatais federais e da indústria farmacêutica. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2018; DREIFUSS, René Armand. 1964: A conquista do Estado... op. cit.

O *Quadro 4* segue o mesmo método expositivo dos dois anteriores e lista todos os conselheiros da Petrobras durante a ditadura. É possível perceber que, dos 11 que ocuparam o

Conselho durante o regime, 6 (54%) tiveram passagem por empresas privadas ou entidades patronais de ação política.

Nota-se que o Conselho da companhia também foi militarizado, sendo que, dos 11 conselheiros, 3 eram membros castrenses e 1 deles (o aqui já mencionado Ademar de Queiroz) teve passagem por grupo econômico de origem privada. Além do avanço castrense, também é possível perceber a inserção de quantidade significativa de engenheiros no Conselho, como nos casos de José Baptista Pereira, Irnack Amaral, Aloysio Carvalho e Márcio Fortes. Dos 8 civis, 5 tiveram atuação junto a empresa privada e/ou entidade patronal de ação política.

Alguns conselheiros tiveram passagem por empresas/entidades estatais. Foram os casos de Tancredo Augusto Tolentino Neves, filho de Tancredo Neves, que passou a ser diretor operacional agroindustrial do Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro em 1979; Aloysio Faria de Carvalho, que presidiu a Companhia de Eletricidade de Brasília (CEB) entre 1971 e 1979; e Márcio Fortes, um grande *intelectual orgânico* da burguesia, com passagem em empresas privadas de diversos ramos e que também atuou nos Conselhos de Administração da Embraer (a partir de 1979) e do Banco do Brasil (1987-1989), foi presidente do BNDES entre 1987 e 1989 e presidiu o BANERJ entre 1989 e 1991.

Considerando todas as presidências, as 11 cadeiras ocupadas no Conselho e as 25 cadeiras preenchidas na diretoria durante a ditadura – que perfaz um total de 48 postos – 30 (ou 62,5%) desses cargos foram ocupados por agentes que atuaram no alto escalão de grupos econômicos particulares e/ou tiveram ligações com aparatos privados de hegemonia. A maioria desses agentes passou a operar na iniciativa privada após passagem pela Petrobras. Esses fatores caracterizam um caso típico daquilo que alguns economistas e cientistas políticos[721] denominam de "porta giratória", que consiste no fato de agentes públicos saírem de seus cargos no Estado para integrar postos em empresas privadas ligadas às atividades que exerciam no setor público (ou o inverso). Nesses casos, os agentes passam a atuar em empresas particulares após ter tido acesso a informações privilegiadas, sensíveis ou sigilosas, o que contribui para a existência de favorecimentos indevidos em prejuízo das classes subalternas.

[721] cf. CODATO, Adriano et al. A porta giratória do Banco Central do Brasil. In: CODATO, Adriano; ALBUQUERQUE, Mateus de. *Os mandarins da República*: presidentes e diretores do Banco Central do Brasil. São Paulo: Almedina, 2023; STIGLITZ, Joseph E. *O mundo em queda-livre*: os Estados Unidos, o mercado livre e o naufrágio da economia mundial. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

As áreas de atuação na iniciativa privada pelas quais os agentes que passaram pela Petrobras se destinaram também é um elemento importante e merece atenção. A partir das informações presente nos quadros *Quadro* 2, *Quadro 3* e *Quadro* 4, pode-se perceber os seguintes segmentos econômicos pelos quais os conselheiros, diretores ou presidentes da Petrobras tiveram atuação: petroquímico, financeiro, naval, elétrico, comercial, mineração, aeroviário, tecnologia, educação, papel e celulose, engenharia, construção pesada, editorial, consultoria corporativa, têxtil e eletrodomésticos. A maior parte desses ramos, direta ou indiretamente, funcionava em atividades que operavam em consonância com os negócios da Petrobras ou suas subsidiárias durante a ditadura.

É possível identificar, no entanto, que o segmento petroquímico foi a área que abrigou parte esmagadora daqueles que comandaram a Petrobras e que tiveram passagem no alto escalão de outras empresas. Muitos desses agentes atuaram em companhias petroquímicas de origem estatal, nos termos postos no início desta subseção. Foram os casos de Floriano Peixoto Faria Lima (Petroquímica União), Hélio Beltrão (Oxiteno S.A., Ciquine), Armando Guedes Coelho (Fábrica Carioca de Catalisadores, Petroquímica União, Politeno, Polibrasil), Orfila Lima dos Santos (Petroquímica União) e Paulo Vieira Belotti (Coperbo, Ciquine e CPC).

Porém, mesmo a Petroquisa obtendo participações acionárias significativas em um enorme cabedal de empresas do segmento petroquímico, havia grupos econômicos que a estatal ou não tinha nenhuma participação acionária ou não concentrava, sozinha, parte expressiva das ações. É possível perceber agentes com passagem no comando da Petrobras ocupando cargos de ponta nessas empresas privadas do setor petroquímico. Os asteriscos em frente aos nomes presentes nos quadros 2, 3 e 4 indicam os agentes que tiveram passagem por empresas privadas do ramo petroquímico. Dos sete que passaram pela presidência da Petrobras entre 1964 e 1988 e que tiveram atuação junto a empresas privadas ou aparatos privados de hegemonia, apenas um (Ozires Silva) não teve vínculo com o setor petroquímico privado. Dos 16 diretores da petrolífera com passagem em empresas privadas, 9 deles atuaram no ramo petroquímico. No que tange ao Conselho, dos 6 membros que atuaram junto às iniciativas privadas, um passou por empresa petroquímica particular.

É válido elencar nomeadamente os agentes do alto escalão da Petrobras que atuaram no comando de empresas privadas do segmento petroquímico. Comecemos pela presidência. O primeiro a presidir a Petrobras na ditadura, Ademar de Queiroz, que foi um dos responsáveis por instaurar o aparato de segurança e vigilância na petrolífera, teve passagem pela Bakol S.A.,

Oxigênio S.A. e Oxigênio Nordeste S.A. após comandar a estatal do petróleo. O militar voltou para a Petrobras em 1968 como membro do Conselho de Administração, posto que ocupou até 1984. Ernesto Geisel saiu da presidência da estatal em julho de 1973 no processo de assunção à presidência da República e, após presidir o país (1974-1979), foi direto para a presidência da Norquisa, entidade constituída a partir dos capitais de 16 companhias particulares para privatizar a Petroquímica do Nordeste S.A. (Copene). Floriano Peixoto Faria Lima, que foi dirigente da Petrobras entre 1969 e 1972 e presidente da petrolífera entre 1973 e 1974, foi escolhido por Ernesto Geisel para governar o estado do Rio de Janeiro quando da fusão deste com o estado da Guanabara. Após sair do governo, foi atuar diretamente na presidência da União de Indústrias Petroquímicas S.A. (Unipar), cargo que ocupou entre 1979 e 1992. Shigeaki Ueki passou a ser membro do corpo diretivo da Petrobras em 1969, após ter passado pelas empresas Cevekol Indústria e Comércio de Produtos Químicos S.A. e pela Bakol. Em 1974 assumiu o Ministério das Minas e Energia, saindo deste posto para presidir a Petrobras, em março de 1979. Hélio Beltrão a partir de 1969 passou a ser vice-presidente da Companhia Brasileira de Participação (Cobrapar), *holding* do grupo Ultra que, à época, era associada à Phillips Petroleum Co. e tinha participação acionária na Petroquímica União. O empresário presidiu a Petrobras entre março de 1985 e maio de 1986, tendo ocupado pastas ministeriais anteriormente. Armando Guedes Coelho presidiu a Petrobras entre junho de 1988 e abril de 1989 e fez parte do conselho do aparato privado de hegemonia da indústria química, a Associação Brasileira da Indústria Química (ABIQUIM).

No que tange à diretoria da Petrobras, o coronel Adolpho Rocca Dieguez, que foi dirigente da estatal entre 1964 e 1969 e um dos arquitetos do aparato repressivo da petrolífera, assumiu a presidência da Unipar em 1970. Geonísio Barroso foi diretor da Petrobras entre 1964 e 1967. Entre 1967 e 1971, Barroso foi consultor técnico da estatal e, na década de 1970, foi vice-presidente da Braspetro e chefe da comissão de elaboração dos contratos com cláusula de risco. Em 1979 o engenheiro assumiu a presidência do Conselho de Administração da Dow Chemical, empresa química estadunidense, com atuações no segmento petroquímico. Leopoldo Américo Miguez de Melo, dirigente da Petrobras entre 1964 e 1967, participou da fundação do centro de pesquisa da estatal, que leva seu nome (Centro de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Leopoldo Américo Miguez de Melo – Cenpes), e foi vice-presidente da ABIQUIM enquanto atuava no alto escalão da Petrobras, entre 1964 e 1967. Carlos Walter Marinho Campos, geólogo da Petrobras desde 1954, teve passagem pela empresa estadunidense Du Pont

e dirigiu a estatal entre 1979 e 1985. O engenheiro Joel Mendes Rennó, após assumir diversos cargos no sistema Petrobras, como as vice-presidências da Braspetro e da Petroquisa, foi alocado para presidir a estatal do petróleo em 1983. Na década de 1990, Joel Rennó fundou empresa privada de consultoria que atuava nas áreas de petróleo, petroquímica e energia. O engenheiro José Edilson de Melo Távora, que havia sido deputado federal pela Arena (1967-1975), passou pela presidência da Alcanorte entre 1975 e 1979, ocupando a direção de engenharia da Petrobras entre 1986 e 1988. Roberto Villa, um engenheiro de Processamento que integrava o Cenpes, foi dirigente da Petrobras entre 1988 e 1989 e, após passagem pelo cargo, foi alocado na superintendência da Rio Polímeros.

Ao todo, considerando todos os 30 postos do primeiro escalão da Petrobras (presidências, diretoria e conselho) que foram ocupados por agentes com passagem por entidades particulares, 18 (ou 60%) deles foram preenchidos por pessoas que tiveram atuação junto ao segmento petroquímico privado. Em suma, a trajetória coletiva dos agentes que comandaram a Petrobras durante a ditadura indica haver uma forte ascendência do empresariado privado nos rumos da companhia. O desafio que emerge dessa constatação é perceber se e como o vínculo de classe daqueles agentes afetou as determinações das diretrizes da Petrobras e de suas subsidiárias ao longo do regime.

3.4.4 - A Petroquisa como uma condensadora dos interesses empresariais brasileiros

Em dezembro de 2023, houve o rompimento de uma das 35 minas de exploração de sal-gema da empresa Braskem, na cidade de Maceió, no estado de Alagoas. O desnivelamento do solo comprometeu 20% do território maceioense, implicando a evacuação imediata de, pelo menos, 5 mil famílias de suas casas, caracterizando o maior crime ambiental em solo urbano no Brasil[722].

Os alertas em relação aos riscos de explorar sal-gema na região vinham desde as primeiras empreitadas na área. Na década de 1980, professores da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), ativistas e moradores da região já denunciavam os riscos ambientais de exploração do insumo em Maceió. Mais recentemente, em 2010, já estavam publicadas as

[722] STROPASOLAS, Pedro. “Famílias de bairros vizinhos à mina da Braskem imploram por realocação”. *Brasil de Fato*, 08 dez. 2023. Disponível em: https://bit.ly/3zAtuyO. Acesso em: 02/07/2024.

primeiras pesquisas que comprovavam a possibilidade de ocorrência de uma catástrofe na cidade, estudos amplamente ignorados pelo grupo empresarial[723].

Atualmente, a estrutura de propriedade da Braskem é dividida entre a Novonor (ex-Odebrecht) (50,1%) e a Petrobras (47%), sendo o restante das ações ordinárias pulverizada na Bolsa de Valores. A mobilização de empresa pública para viabilizar a concentração de capitais privados em projetos petroquímicos com alto impacto ambiental não é fato recente. As raízes desse processo datam da época da ditadura.

A área onde ocorreram as fissuras e instabilidades do solo em Maceió foi originariamente explorada pela empresa Salgema Indústria S.A., criada em 1971. A companhia foi fundada sob propriedade do governo de Alagoas e, no decurso da ditadura, foi sendo parcialmente privatizada.

A Odebrecht, que tradicionalmente atua na área da construção pesada, ampliou as suas atividades para a petroquímica no final da década de 1970. Em 1978, foi criada a Nordeste Química S.A. (Norquisa) com os capitais de dezenas de grupos econômicos privados, sendo a empreiteira baiana uma das acionistas com direito a voto. A nova empresa foi fundada para comprar parte expressiva dos ativos da Copene, uma empresa estatal. Na mesma época, as duas companhias também participaram do processo de privatização da Salgema, que era a empresa central do polo cloroquímico de Alagoas, adquirindo participações minoritárias no empreendimento. Em todas essas companhias (Norquisa, Copene e Salgema), a subsidiária da Petrobras para o ramo petroquímico, a Petroquisa, também detinha parcela importante de ações ordinárias.

Entre as décadas de 1990 e 2000, o grupo Odebrecht passou a ser o maior proprietário da Copene e da Salgema e, em 2002, fundou a Braskem, com o grupo Mariani[724], figurando como a maior empresa do setor. A Petrobras também participou da fundação do novo grupo econômico, concentrando parcela expressiva das ações, ainda que de forma minoritária.

O caso do grupo Odebrecht brevemente destacado foi apenas um dos diversos episódios de empresas privadas que estiveram associadas à Petroquisa na época da ditadura e que, então, ganharam estofo para ampliar ainda mais os seus capitais a partir da década de 1990.

[723] "Desastre em Maceió: entenda o que provocou o rompimento de mina de sal-gema da Braskem. *O Globo*, 11 dez. 2023. Disponível em: https://bit.ly/3RUsbBb. Acesso em: 02/07/2024.

[724] Na ditadura, o grupo Mariani também detinha propriedade em importantes empresa petroquímicas, como a aqui já mencionada Norquisa.

Tendo em vista que o alto escalão da estatal esteve significativamente próximo das indústrias petroquímicas no regime ditatorial, conforme demonstrado anteriormente, este subcapítulo visa evidenciar que a Petroquisa não apenas se constituiu enquanto um pivô dos negócios do empresariado brasileiro do ramo petroquímico, mas que também esteve submetida às atuações de intelectuais orgânicos atuantes no setor.

Não pretendemos, desse modo, esmiuçar o desenvolvimento da integralidade das indústrias petroquímicas na ditadura. O objetivo, ao fundo, vai no sentido evidenciar que os rumos do sistema Petrobras estiveram profundamente imbuídos ao jogo político e aos interesses de parcelas importantes do empresariado brasileiro, diferentemente do que afirmou autores como Getúlio Carvalho.

3.4.4.1 – Um breve histórico sobre a Petroquisa e a indústria petroquímica na ditadura

Por ser uma empresa que produz um dos principais insumos energéticos do país - o petróleo e seus derivados - as atividades da Petrobras e a composição de preços de seus produtos comprometem a reprodução do conjunto da economia. Entretanto, houve setores empresariais que foram especialmente beneficiados com a expansão da petrolífera, particularmente as empreiteiras de obras públicas, a indústria de bens de capital e as empresas petroquímicas.

Em relação às empresas de obras públicas e às indústrias atuantes na produção de bens de capital, embora tenha ocorrido um beneficiamento expressivo de tais segmentos por conta das atividades da Petrobras, a relação era de relativa exterioridade. Ou seja, houve uma expansão dos negócios de tais frações industriais pelo fato de a Petrobras demandar produtos e serviços das mesmas, não havendo associações de propriedade entre as partes, como ocorreu no ramo petroquímico. Teçamos breves considerações sobre a relação daqueles dois segmentos da economia e a Petrobras na ditadura.

No que tange ao segmento da construção pesada, conforme consta em estudo do historiador Pedro Henrique Pedreira Campos[725], parte expressiva dos negócios daquela área passou a estar estreitamente ligada à expansão dos projetos da Petrobras. As empreiteiras e empresas de engenharia tinham a estatal como grande demandante de seus serviços, sobretudo a partir da chegada de Ernesto Geisel à presidência da petrolífera (1969-1973), momento que

[725] CAMPOS, Pedro H. P. *Estranhas catedrais*. As empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988. Niterói: Eduff, 2015. pp. 324-325.

ficou marcado pela construção do Edifício Sede da Petrobras pela empreiteira Norberto Odebrecht, na cidade do Rio de Janeiro. Além disso, a expansão de oleodutos, plataformas e refinarias no período aprofundava a galvanização financeira das empresas daquele ramo.

Já as indústrias do setor de bens de capital tinham as estatais como principais demandantes de seus produtos, sobretudo aquelas fabricantes de máquinas e equipamentos sob encomenda[726]. Ao analisarmos o anuário de 1974[727] de uma das principais entidades de ação coletiva do setor, a Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Indústria de Base (ABDIB), é possível perceber que, naquele ano, na soma de todas as 83 empresas associadas à entidade, pelo menos 58 delas atuavam fornecendo diretamente máquinas e equipamentos para os segmentos petrolífero, químico ou petroquímico, campos estes sob atuação expressiva da Petrobras.

No entanto, foi o segmento petroquímico a fração empresarial que teve os seus negócios interligados organicamente às atividades da Petrobras no decurso da ditadura. É evidente que há uma tendência natural de proximidade entre a Petrobras e a indústria petroquímica, haja vista que este setor necessita de insumos básicos como a nafta e o gás natural, produtos gerados pelas refinarias petrolíferas que a estatal detinha o monopólio. Entretanto, a Petrobras não atuou apenas como mera fornecedora de matérias-primas para as indústrias petroquímicas. A companhia foi a principal impulsionadora da ampliação do segmento no país, em um processo cujas fronteiras entre público e privado estiveram profundamente borradas.

O sistema produtivo das petroquímicas tem como insumos básicos a nafta e o gás natural, então produzidos majoritariamente pelas refinarias da Petrobras e, em menor medida, por unidades de refino privadas, constituídas antes da instituição do regime de monopólio estatal, em 1953. A produção petroquímica é dividida em três gerações, sendo a primeira considerada a petroquímica básica, que, a partir da nafta e do gás natural, fabrica insumos basilares da cadeia produtiva, como o eteno, buteno, propeno, butadieno, benzeno, dentre outros. A segunda geração é aquela que transforma os insumos da primeira em produtos básicos, como o PVC, polipropileno, polietilenos etc. Já a terceira geração é quando os materiais

[726] TADINI, Venilton. Perspectivas do setor de bens de capital sob encomenda no Brasil. Texto elaborado para apresentação no V Fórum Nacional, março/1993.

[727] ABDIB. *Anuário*, 1974.

produzidos pela segunda são transformados em produtos de consumo, como fibras têxteis, tubos, fios, calçados, tintas, pneus, embalagens e outros[728].

A subsidiária da Petrobras criada em 1967 para atuar no ramo petroquímico, a Petrobras Química S.A. (Petroquisa), operava, principalmente, na primeira geração, mas também teve importantes participações acionárias em companhias atuantes na segunda e terceira gerações, com destaque para as empresas pertencentes ao polo petroquímico de Camaçari, na Bahia. Ao longo do regime, a estatal e os demais dispositivos do Estado restrito foram direcionados para estimular os capitais do ramo, em um quadro no qual as indústrias petroquímicas brasileiras ainda eram incapazes de suprir com seus produtos o setor mais dinâmico da economia, aquele produtor de bens de consumo duráveis, forte demandante de petroquímicos[729].

Já em 1964 o governo Federal baixou um decreto que criou Grupos Executivos e reorganizou outros, instituindo a criação do Grupo Executivo da Indústria Química (GEIQUIM)[730] (decreto n. 53.975/64). O GEIQUIM absorveu os Grupos Executivos das Indústrias Farmacêuticas (GEIFAR) e da Indústria de Fertilizantes (GEIFERC). A medida legal instituiu como finalidade geral dos Grupos Executivos a promoção e orientação da "expansão e integração das Indústrias do respectivo setor, assim como o fomento à exportação de seus produtos"[731]. Como demonstra Elaine Bortone[732], o GEIQUIM refletia os interesses do empresariado privado do segmento, com forte inserção do IPES, entidade a qual pertencia o primeiro presidente do Grupo, Juvenal Osório Gomes.

Em fevereiro de 1965, outro decreto foi instituído pelo governo Federal, de modo a conceder uma série de incentivos à indústria química. No rol de concessões, destacou-se as facilidades e reduções tarifárias para máquinas e equipamentos para o setor, redução do imposto

[728] OLIVEIRA, Alberto. *A espacialização da petroquímica no Brasil*: economia, política industrial e determinantes locacionais. Rio de Janeiro: Ed. UFRRJ, 2010. p. 24.

[729] SUAREZ, Marcus Alban. A evolução da indústria petroquímica brasileira e o modelo tripartite de empresa. *Revista de Economia Política*, v. 3, nº 3, jul.-set./1983. p. 90.

[730] Na década de 1970, O GEIQUIM transformou-se em Grupo Setorial III (GS-III).

[731] BRASIL. Decreto n. 53.975, de 19 de junho de 1964. Reorganiza os Grupos Executivos subordinados à Comissão de Desenvolvimento Industrial e dá outras providências (art. 2º).

[732] BORTONE, Elaine. *O IPES e a ditadura empresarial-militar*... op. cit.

de renda no período inicial de operação das empresas, bem como alíquotas de importação que protegiam os produtos fabricados internamente[733].

Em 1965, os ipesianos Roberto Campos e Otávio Gouveia de Bulhões foram contrários a um projeto do GEIQUIM que previa o monopólio estatal na seara petroquímica. Em julho daquele ano, os ministros assinaram um decreto que garantiu a participação privada no segmento, o que inviabilizava de vez a extensão do monopólio da Petrobras para o ramo petroquímico[734].

No ano seguinte, em decreto que regulamentava as especificidades do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis, o governo estabeleceu isenção tributária a todas as matérias-primas utilizadas como insumo pela indústria petroquímica[735]. Esse conjunto de diretivas, estabelecidas no governo Castelo Branco, juntamente a outros aportes ao segmento, tiveram como "a joia da coroa" a criação da Petroquisa, em 1967, já no governo de Artur da Costa e Silva.

A criação da Petroquisa, primeira subsidiária da Petrobras, foi autorizada através do decreto nº 61.981, de 28 de dezembro de 1967, com obrigatoriedade de a estatal deter pelo menos 51% de seu capital votante[736]. A empresa foi fundada com o objetivo central de induzir e viabilizar a participação privada no ramo petroquímico, de modo a promover um processo de substituição de importações no segmento.

A principal forma de atuação da subsidiária consistiu em adquirir participação acionária em grupos privados, geralmente de forma minoritária ou paritária. Os projetos mais significativos do segmento no período da ditadura foram os polos petroquímicos, edificados nos estados de São Paulo, Bahia e Rio Grande do Sul. Cada polo possuía uma central de matérias-primas, junto à respectiva refinaria daquela região, responsável pela fabricação dos insumos de primeira geração, todas controladas pela Petroquisa. Já nos projetos de segunda e terceira gerações daqueles empreendimentos, a estatal atuou, geralmente, através de parcerias (*joint ventures*) com capitais privados. Grande parte dessas associações ocorria em formato

---

[733] BRASIL. Decreto n. 55.759, de 15 de fevereiro de 1965. Institui estímulos ao desenvolvimento da indústria química e dá outras providências.

[734] BORTONE, Elaine. *O IPES e a ditadura empresarial-militar*... op. cit. pp. 201-202.

[735] BRASIL. Decreto-lei n. 61, de 21 de novembro de 1966 (art. 10º).

[736] BRASIL. Decreto nº 61.981, 28 de dezembro de 1967. Estabelece condições para a expansão do parque petroquímico no país, e autoriza a criação de sociedade subsidiária da Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRÁS nos termos da lei n. 2004, de 3 de outubro de 1953 com esse mesmo objetivo (arts. 8º, 11º).

tripartite, que virou uma espécie de tradição no segmento a partir da década de 1970. Essa forma de sociedade distribuía a propriedade entre o empresariado privado local, as companhias particulares estrangeiras (que concentravam a tecnologia) e o capital estatal através da Petroquisa e, em menor medida, do BNDE[737].

Na época de criação da Petroquisa (1967) estavam em curso investimentos de mais de US$ 60 milhões por parte das empresas privadas do ramo petroquímico. Uma parcela dessas inversões era atrelada ao processo de construção do polo petroquímico de São Paulo. O principal componente do empreendimento paulista era a Petroquímica União (PQU), que foi fundada em 1967 e que era preparada para ser a central de matérias-primas que abasteceria o conjunto das demais companhias do complexo de São Paulo. O início das operações da PQU – e, consequentemente, do polo petroquímico paulista - ocorreu em 1972.

Inicialmente, a estrutura acionária da PQU era composta por ações do grupo Capuava – pertencente às famílias Soares Sampaio e Geyer e controladora da Refinaria União - e também envolvia a participação dos grupos Moreira Salles e Ultra. Até o fim dos anos de 1960, a companhia veio a reunir em sua estrutura de propriedade capitais privados multinacionais concentrados na Phillips Petroleum.

Dois dias após a criação da PQU, ainda em dezembro de 1967, parte das ações da central de matérias-primas do polo paulista foi adquirida pela Petroquisa. O corpo diretivo da PQU recorreu à International Finance Corporation, subsidiária do Banco Mundial, a fim de angariar financiamento ao projeto. A entidade financeira, além de conceder os empréstimos, adquiriu 10% do capital da PQU. Essa parceria com o organismo internacional foi percebida como uma forma de conseguir "enorme prestígio" ao empreendimento, segundo o diretor da Refinaria União, então presidente da PQU e ávido antagonista do monopólio estatal na área petrolífera, o químico Carlos Eduardo Paes Barreto[738]. Ainda na década de 1960, o grupo Monteiro Aranha também entrou no empreendimento.

Em 1968, os capitais da PQU eram distribuídos da seguinte maneira: Refinaria União (25%), Grupo Moreira Salles (25%), Petroquisa (25%), Grupo Pery Igel/Ultra (15%) e International Finance Corp. (10%). Refletindo a estrutura societária, o comando da empresa era constituído por Carlos Eduardo Paes Barreto (Refinaria União) na presidência e, como

[737] SUAREZ, Marcus Alban. A reestruturação petroquímica: causas e consequências. *Revista de Administração de Empresas*, v. 29, nº 3, jul.-set./1989. p. 32.

[738] BARRETO, Carlos Eduardo. *A saga do petróleo brasileiro, "a farra do boi"*. São Paulo: Nobel, 2001. p. 70.

diretores, Henning Boilesen[739] (grupo Ultra), Howard P. Dutemple (grupo Ultra), Homero Sousa e Silva (Grupo Moreira Salles), Michel Hartveld (grupo Moreira Salles), Reinaldo de Schiffino (Petroquisa) e Jaci Miranda (Petroquisa)[740].

No início dos anos de 1970 as debilidades financeiras e a escassa experiência do empresariado local no segmento petroquímico acarretaram o gradativo aumento da atuação e dos recursos da Petroquisa na PQU. As fragilidades da central de matérias-primas do polo paulista foram agravadas pela retirada dos capitais da Phillips Petroleum, que saiu do negócio para se concentrar em outro projeto petroquímico, a Ultrafértil. Como forma de salvar o projeto de consolidação da PQU, a Petroquisa adquiriu cerca de 70% das ações ordinárias do grupo, sendo o restante pertencente à União de Indústrias Petroquímicas S.A. (Unipar)[741], possibilitando, assim, a entrada de operação da unidade em 1972[742].

A constituição do polo petroquímico de São Paulo contou, ainda, com um movimento de apreensão de ações por parte da Petroquisa na Oxiteno, Polibrasil e Poliolefinas, com participações variando entre 28% e 33%. A Petroquisa também foi a principal viabilizadora dos complexos petroquímicos da Bahia e do Rio Grande do Sul, exercendo o controle *de facto* das duas centrais de matérias-primas, a Companhia Petroquímica do Nordeste S.A. (Copene) e a Companhia Petroquímica do Sul (Copesul), respectivamente[743].

A implantação dos polos petroquímicos teve os incentivos estatais como principal instrumento de financiamento, com aportes concedidos em âmbito federal e regional. Isenções fiscais, amortecimento de tributos, barreiras à importação de produtos do ramo e incentivos financeiros através dos bancos públicos – com destaque para o BNDE - constituíram as bases para a edificação daqueles empreendimentos. O polo baiano, por exemplo, recebeu financiamentos sobretudo do Fundo de Investimento do Nordeste (Finor), e também contou

[739] Henning Albert Boilesen era executivo do grupo Ultra. De origem dinamarquesa, teve forte atuação junto à Oban, assim como o proprietário do grupo, Pery Igel. Boilesen foi responsável pela importação de instrumentos de tortura e chegava a acompanhar pessoalmente as sevícias perpetradas contra os considerados desafetos pela ditadura. cf. MELO, Demian Bezerra de *et al*. "Civis que colaboraram com a ditadura". In: *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*. Vol. II. Brasília: CNV, 2014; *Cidadão Boilesen*. Direção: Chaim Litewski. Produção: Chaim Litewski, José Carlos Asbeg, Jorge José de Melo e Ojvind Kyro. São Paulo: Imovision, 2009.

[740] Revista da Associação Comercial, ano XXXII, n. 1014, dez/1968. pp. 10-11.

[741] Aspectos acerca da estratégia de acumulação da Unipar serão expostos adiante.

[742] ALVEAL CONTRERAS, Eldemira del Carmen. *Os desbravadores...* op. cit. p. 98.

[743] ALVEAL CONTRERAS, Eldemira del Carmen. *Os desbravadores...* op. cit. pp. 97-98.

com isenções de impostos efetuadas pelo estado da Bahia, além de deduções administradas pelo GEIQUIM e pela Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (Sudene)[744].

A Copene foi constituída em 1972, entrando em funcionamento em 1978, junto com dez outras indústrias do ramo, consolidando, assim, o polo petroquímico de Camaçari, na Bahia. Já a Copesul foi criada em 1976, entrando em operação em 1982, dando então início às atividades do polo petroquímico de Triunfo, no Rio Grande do Sul.

Segundo Alveal Contreras[745], a Petroquisa foi a "viga mestra" da estratégia de desenvolvimento da petroquímica brasileira durante a ditadura. Quase todos os empreendimentos petroquímicos eram ligados às centrais sob controle da estatal. Além disso, a subsidiária possuía participação equivalente ou minoritária em parte substantiva das empresas do ramo.

Dois elementos complementares garantiam o controle *de facto* da Petroquisa em parte majoritária dos empreendimentos petroquímicos, quais sejam: (1) o fato de as participações acionárias de seus sócios serem divididas entre distintos capitais locais e internacionais, ao passo que a Petroquisa, sozinha, concentrava considerável nível de propriedade; e (2) o estabelecimento de cláusula de unanimidade das partes em tomadas de decisões estratégicas. No que tange a este último quesito, essa cláusula foi colocada para os empreendimentos que a Petroquisa firmara *joint-ventures* tripartite, assim como nos casos em que a subsidiária era sócia minoritária. Desse modo, as decisões das empresas dos polos petroquímicos relacionadas a questões como o lançamento de novos títulos, alteração de estatuto, participação em outros empreendimentos, distribuição de dividendos etc. tinham um peso decisivo da Petroquisa[746].

Eldemira Alveal Contreras resume da seguinte maneira o poder de controle factual que a Petroquisa possuía frente às demais empresas que compunham os polos petroquímicos:

> No caso de haver divergência entre os sócios, o núcleo diretor da estatal [Petroquisa] *podia* fazer utilização de sua maior capacidade de imposição, proveniente, basicamente, do jogo de alterações nos preços relativos dos petroquímicos básicos que ela controlava, exercendo uma típica unilateralidade na relação de poder com os seus parceiros. Situada estrategicamente na base da cadeia petroquímica, a detenção do controle (preços e expedições) das matérias-primas para as *joint-ventures down*

[744] OLIVEIRA, Alberto. *A espacialização da petroquímica no Brasil*... op. cit. pp. 61-62; ALVEAL CONTRERAS, Eldemira del Carmen. *Os desbravadores*... op. cit. pp. 122-123; p. 123, nota de rodapé nº 19.

[745] ALVEAL CONTRERAS, Eldemira del Carmen. *Os desbravadores*... op. cit. p. 120.

[746] ALVEAL CONTRERAS, Eldemira del Carmen. *Os desbravadores*... op. cit. p. 121; p. 121, nota de rodapé nº 17.

> *stream*[747], outorgava potencialmente à Petroquisa ponderável mobilidade no jogo de pressões para obter anuência ou decisões favoráveis "consensuais" à sua estratégia empresarial[748].

O exercício proeminente do controle dos negócios petroquímicos por parte da Petroquisa esteve longe de significar a marginalização dos capitais privados, muito pelo contrário. O intenso crescimento dos empreendimentos petroquímicos, em um processo demarcado pela simultaneidade entre o início da construção de um novo polo e a consolidação do anterior, dificultava a participação das mesmas empresas locais no polo mais novo. Isso, inclusive, fez com que grandes grupos brasileiros até então alheios à petroquímica foram atraídos para o setor, como ocorreu com grupos econômicos como a Odebrecht, Mariani, Suzano Feffer e outros[749], que passaram a selar sociedade com empresas com alguma tradição no setor para atuar nos novos complexos petroquímicos[750].

Quadro 5 - Participações acionárias da Petroquisa (1986)

Empresa	**Estado**	**Participação acionária da Petroquisa (% de participação no capital votante)**
Acrinor – Acrinolitrila do Nordeste S.A.	Bahia	35%
CIQUINE – Companhia Petroquímica	Bahia	33,31%
Companhia Brasileira de Poliuretanos –	Bahia	16,17%*
Companhia Química do Recôncavo (CQR)	Bahia	36,87%*
COPENE – Petroquímica do Nordeste S.A.	Bahia	48,16%
CPC – Companhia Petroquímica Camaçari	Bahia	33,33%
DETEN – Detergentes do Nordeste S.A.	Bahia	35,63%
EDN - Estireno do Nordeste S.A.	Bahia	33,33%
METANOR S.A. – Metanol do Nordeste	Bahia	47,51%
Nitrocarbono S.A.	Bahia	24,63%
NITROCLOR – Produtos químicos S.A.	Bahia	18%
Polialden Petroquímica S.A.	Bahia	33,33%

[747] No ramo petroquímico, os segmentos *down stream* são aqueles pertencentes à segunda e terceira gerações.

[748] ALVEAL CONTRERAS, Eldemira del Carmen. *Os desbravadores...* op. cit. p. 121. Grifos da autora.

[749] A Odebrecht originariamente atua na área da construção pesada. O grupo Mariani atuava no setor financeiro e seu líder, Clemente Mariani, presidiu o Banco da Bahia até 1973. Ele também teve passagem por cargos no Estado restrito, como a presidência do Banco do Brasil (1954-1955) e o Ministério da Fazenda (1961). Já a família Feffer opera no ramo de papel e celulose.

[750] ALVEAL CONTRERAS, Eldemira del Carmen. *Os desbravadores...* op. cit. p. 120.

Empresa	Estado	Participação acionária da Petroquisa (% de participação no capital votante)
POLIPROPILENO S.A.	Bahia	42,86%
POLITENO – Indústria e Comércio S.A.	Bahia	30%
Pronor Petroquímica S.A.	Bahia	49,27%
Coperbo – Companhia Pernambucana de Borracha Sintética	Pernambuco	29,77%
Companhia Alagoas Industrial CINAL	Alagoas	23,03%
Salgema Indústria Química S.A.	Alagoas	28,01%
Petroquímica União S.A.	São Paulo	67,79%
Companhia Brasileira de Estireno	São Paulo	23,63%
Oxiteno S. A.: indústria e comércio	São Paulo	27,75%
Polibrasil S.A. – Indústria e Comércio	São Paulo	47,90%
Poliolefinas S.A.	São Paulo	28,07%
Cia. Nacional de Álcalis	Rio de Janeiro	92,01%
Petroflex Indústria e Comércio S.A.	Rio de Janeiro	100%
FCC – Fábrica Carioca de Catalisadores S.A.	Rio de Janeiro	40%
Nitriflex S.A. – Indústria e Comércio	Rio de Janeiro	40%
Copesul – Companhia Petroquímica do Sul	Rio Grande do Sul	61,70%
Petroquímica Triunfo S.A.	Rio Grande do Sul	46,12%
Polisul Petroquímica S.A.	Rio Grande do Sul	33,33%
PPH – Companhia Industrial de Polipropileno	Rio Grande do Sul	20%
Média da participação (considerando apenas capital votante)		40,4%

*% de participação no capital total, apenas sob a forma de ações preferenciais.
Fonte: adaptado de ALVEAL CONTRERAS, Eldemira del Carmen. *Os desbravadores...* op. cit. p. 99.

Como pode-se perceber a partir do *Quadro 5*, no período final da ditadura (1986) a Petroquisa possuía participação acionária em 29 companhias do ramo, geralmente de forma minoritária, mas com um nível de controle fortemente concentrado. Os capitais votantes da estatal nas empresas do ramo estiveram em torno de 40%, na média, e as indústrias estavam situadas sobretudo nos estados que abrigavam os polos petroquímicos (São Paulo, Bahia e Rio Grande do Sul) e no Rio de Janeiro. As empresas listadas no quadro também possuíam propriedade em outras empresas do segmento.

Antes da intensificação do processo de privatização do setor, em 1992, o sistema de empresas associadas à Petroquisa, direta ou indiretamente, representava 80% da indústria

petroquímica brasileira. Em muitos estudos especializados na temática[751] há consenso em relação à constatação de que o resultado da atuação da estatal serviu, sobretudo, para fortalecer os capitais locais (estatais e privados) do ramo petroquímico, de modo a contrabalançar os capitais estrangeiros atuantes nessa esfera, que eram predominantes no período inicial da ditadura.

Uma vez que, como constatado, a Petroquisa foi a "viga mestra" no desenvolvimento do segmento petroquímico brasileiro durante a ditadura, cabe indagar se o empresariado privado, ainda que tenha cumprido papel importante, esteve simplesmente a reboque da estratégia capitaneada pela estatal. A seguir, serão fornecidos aportes a fim de conceder respostas a essa indagação a partir do tensionamento das teses de dois estudos paradigmáticos sobre o tema.

Antes, porém, de prosseguirmos a análise é indispensável salientar que o funcionamento dos polos petroquímicos aqui mencionados foi acompanhado por forte atuação de redes de repressão e vigilância contra os trabalhadores. Esse fator, que não recebeu uma mera menção nos estudos aqui referenciados, é bem retratado na pesquisa realizada por Darliton Paranhos[752]. Analisando os operários do polo petroquímico de Camaçari, o autor destaca que a Divin-Petrobras e os sistemas de segurança das demais empresas que constituíam o complexo perseguiam rotineiramente os operários, sobretudo aqueles com atuação política. As arbitrariedades abrangeram, dentre outros fatores, infiltração nos sindicatos da categoria, colaboração das empresas com as entidades policiais e inserção dos nomes de trabalhadores em listas sujas.

3.4.4.2 - Tensionando as teses do "Leviatã produtivo" e da "tecnoburocracia" na caracterização da atuação da Petrobras no segmento petroquímico

[751] POÇAS, Bernardo Galheiro. *1964-1979*: a luta pela hegemonia... op. cit.; ALVEAL CONTRERAS, Edelmira del Carmen. *Os desbravadores*... op cit.; OLIVEIRA, Alberto. *A espacialização da petroquímica no Brasil*... op. cit.; SUAREZ, Marcus Alban. *Petroquímica e tecnoburocracia. Capítulos do desenvolvimento capitalista no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1986.

[752] PARANHOS, Darliton Sena. *Experiências de luta e conflitos de classe*: a trajetória de trabalhadores químicos e petroquímicos baianos e suas organizações (1963-1997). Dissertação de mestrado em História Social. Feira de Santana (BA): UEFS, 2011.

Um dos autores que possui uma interpretação importante em relação à evolução das indústrias petroquímicas na ditadura é Marcus Alban Suarez[753]. O pesquisador defende a tese de que empresas estatais como a Petroquisa geraram a assim chamada "tecnoburocracia", que, fundamentalmente, constituiu uma *nova classe*. Esta, por sua vez, possuía forte autonomia frente ao próprio Estado e disputava lucros e interesses com as burguesias. Nas palavras do autor:

> Ao ampliar-se para o setor produtivo, o Estado acaba desenvolvendo uma tecnoburocracia estatal, ou seja, um agrupamento de pessoas, de formação basicamente técnica, que detêm um imenso poder a partir dos cargos que ocupam na cúpula das estruturas burocráticas do setor e do aparato produtivo estatal. Embora subordinada formalmente ao Estado, a tecnoburocracia desenvolvida tem, através das empresas estatais, uma autonomia relativa que lhes permite atuar como uma classe na defesa de seus interesses próprios. A tecnoburocracia estatal não é, portanto, o Estado, mas uma nova classe que lhe disputa as *benesses* com as demais classes dominantes[754].

A concepção de tecnoburocracia de Suarez é pautada no estudo do economista Luís Carlos Bresser-Pereira[755]. Expressando essa influência, o autor destaca que a tecnoburocracia, diferentemente da burguesia, não é detentora do capital, logo, "não participa do excedente através de lucros, mas sim de ordenados (altos salários) e ganhos indiretos (todo o tipo de ganho que pode envolver desde a especulação a partir de informações privilegiadas e as mordomias, até a corrupção propriamente dita)"[756].

Suarez destaca, no entanto, que Bresser-Pereira concebe que o poder da "tecnoburocracia" é proveniente de sua capacidade técnica. De forma distinta, o autor realça que, na verdade, o poderio é oriundo da "estrutura burocrática" que a "tecnocracia" controla[757].

Ademais, Suarez explicita que a tecnoburocracia estatal tem a sua estratégia de crescimento pautada no "nacionalismo", e não no "estatismo", por conta da doutrina que estabeleceu o que denomina de "Estado militar" de 1964. Segundo o autor, o "autoritarismo militar justificava-se na ideologia da segurança nacional" de combate ao "comunismo" e "é essa ideologia que determina a adoção do nacionalismo, e não do estatismo, pela tecnoburocracia estatal". Ora, não vale a pena trazer grandes argumentos críticos acerca dessa

---

[753] SUAREZ, Marcus Alban. *Petroquímica e tecnoburocracia*... op. cit.; SUAREZ, Marcus Alban. A reestruturação petroquímica... op. cit.

[754] SUAREZ, Marcus Alban. *Petroquímica e tecnoburocracia*... op. cit. pp. 22-23. Grifo do autor.

[755] BRESSER-PEREIRA, Luís Carlos. *A sociedade estatal e a tecnoburocracia*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

[756] SUAREZ, Marcus Alban. *Petroquímica e tecnoburocracia*... op. cit. p. 23, nota de rodapé nº 3.

[757] SUAREZ, Marcus Alban. *Petroquímica e tecnoburocracia*... op. cit. p. 23, nota de rodapé nº 3.

percepção, mas basta notar que, pelo menos desde as décadas de 1930 e 1940 – e, portanto, antes mesmo de a "ideologia da segurança nacional" ser amplamente disseminada pelo país – as políticas econômicas estiveram fortemente projetadas para fomentar segmentos empresariais locais em conjunto com o setor produtivo estatal, naquilo que muitos autores denominam de "nacional-desenvolvimentismo". Ou seja, o "nacionalismo" ao invés do "estatismo" estava posto muito antes do início do "Estado militar". Sem contar que, como vimos, a Doutrina de Segurança Nacional – que o autor, aliás, não caracteriza -, vista por Suarez como garantidora do "nacionalismo", esteve longe de ter na ordem do dia estratégias de contraste aos capitais estrangeiros.

A despeito dessa questão, cabe destacar que, para Suarez, a "tecnoburocracia" que comandou a Petroquisa - que era "nacionalista", e não "estatista" - selava "alianças" com a burguesia local a fim de "conquistar o Estado" e, por conseguinte, repelir o capital multinacional. Nessa estratégia, a "tecnoburocracia estatal" assumiu protagonismo principal devido à "debilidade" [sic] da burguesia, angariando proventos para saciar o seu interesse enquanto classe autônoma, tendo os capitais locais como sócios menores[758].

Outro estudo paradigmático sobre a Petrobras e a petroquímica na ditadura é o aqui já citado livro de Edelmira Alveal Contreras. A autora percebe que a Petroquisa atuou como um "Leviatã produtivo", no sentido de operar como uma entidade "intermediadora" e "orientadora" da organização dos interesses empresariais, tendo como alvo prioritário a galvanização dos capitais de origem local[759]. Esse papel de intercessor efetuado pela Petroquisa é conjugado, em outras passagens, pela afirmativa de que a subsidiária se transformou em uma "organização *solidária* com o capital privado"[760].

Não há o objetivo, aqui, de trazer contrapontos peremptórios às teses dos autores supramencionados, até mesmo porque seus estudos têm grande relevância por destoar de parte expressiva das análises sobre a Petrobras, que analisam a estatal desconsiderando as atuações políticas do empresariado brasileiro. Além disso, as pesquisas de Suarez e Alveal Contreras trazem um arcabouço importante de informações sobre a temática averiguada. Assim, as partes subsequentes são dispostas, sobretudo, no intuito de conferir alguns importantes tensionamentos às linhas argumentativas daqueles autores a partir da perspectiva teórico-

[758] SUAREZ, Marcus Alban. *Petroquímica e tecnoburocracia*... op. cit. p. 24.

[759] ALVEAL CONTRERAS, Eldemira del Carmen. *Os desbravadores...* op. cit. p. 128.

[760] ALVEAL CONTRERAS, Eldemira del Carmen. *Os desbravadores...* op. cit. p. 132. Grifo meu.

metodológica do *Estado integral*. Nesse sentido, a perspectiva aqui adotada está bastante afinada à de Bernardo Poças[761], que estudou a temática a partir do mesmo aparato teórico-metodológico e trouxe importantes contribuições para essa área de estudos.

Na parte imediatamente anterior desta tese foi apresentado um resumo do desenvolvimento da indústria petroquímica na ditadura por uma perspectiva orientada a partir das políticas estatais e da Petroquisa. A seguir, serão elencados alguns episódios paradigmáticos que fazem a lógica inversa, destacando aspectos acerca do decurso de empresas/empresários privados e suas entidades organizativas para o segmento.

3.4.4.3 - Tentando alçar voos para além da associação com a Petroquisa: a Unipar e seus intelectuais orgânicos no processo de expansão ditatorial da petroquímica brasileira

No ano de 1969 o grupo Capuava, controlador da Refinaria União, constituiu a *holding* denominada União das Indústrias Petroquímicas S.A. (Unipar). O negócio foi firmado em associação com o grupo Moreira Salles e com a Hanna Mining, empresa estadunidense da área da mineração, que estava adentrando no ramo petroquímico. Posteriormente, Pery Igel, do grupo Ultra, também entrou no empreendimento. Quando a central de matérias-primas do polo petroquímico paulista, a Petroquímica União (PQU), começou a operar, em 1972, era a Unipar quem a controlava. Até a inserção proeminente da Petroquisa na PQU, em 1974, a liderança do segmento petroquímico brasileiro era concentrada na Unipar[762].

No que tange ao Capuava, o grupo era proprietário do Banco União Comercial (BUC), que teve Roberto Campos como presidente pouco tempo depois do *tecno-empresário* sair do Ministério do Planejamento, em março de 1967. Cabe relembrar que Campos foi atuar no BUC após ter formulado, junto a Otávio G. de Bulhões, dispositivos legais que inviabilizavam a Petrobras de obter o monopólio naquele segmento, algo que, evidentemente, agradou o grupo Capuava. Ademais, Campos foi, posteriormente, convidado a assumir um posto de primeiro escalão na Dow Chemical, conforme será destacado adiante. Esses episódios evidenciam que a passagem do *tecno-empresário* pelo Estado restrito teve boa repercussão no conjunto das indústrias petroquímicas, trajetória essa que constituiu uma espécie de "vitrine" profissional.

[761] POÇAS, Bernardo Galheiro. *1964-1979*: a luta pela hegemonia... op. cit.

[762] SUAREZ, Marcus Alban. *Petroquímica e tecnoburocracia*... op. cit. pp. 81-82.

Em 1974, a estratégia de acumulação do grupo Capuava esteve debilitada por conta da situação da Unipar. Naquele momento, a tentativa da *holding* de alçar um plano de ação tendo a Petroquisa como sócia menor já estava combalida, sobretudo por conta das retiradas dos capitais da Phillips Petroleum da PQU e das ações do grupo Moreira Salles da Unipar. A situação do grupo Capuava foi ainda mais agravada pelo controle de preços dos produtos petroquímicos estabelecidos pelo Conselho Interministerial de Preços (CIP). Nesse processo, o BUC declarou falência.

Em meio aos problemas de ordem financeira da Unipar, a Petroquisa salvaguardou o projeto do polo petroquímico paulista, assumindo o controle acionário da PQU. Em 1974, conforme já explicitado, a estrutura de propriedade da central de matérias-primas do complexo petroquímico de São Paulo passou a ser concentrada na subsidiária da Petrobras (70%), ao passo que a Unipar ficou com os outros 30% da propriedade. Por conta daqueles acontecimentos, Pery Igel, do grupo Ultra, afastou-se da administração efetiva da Unipar, cedendo sua parte no comando da *holding* ao engenheiro químico Michel Hartveld[763], que assumiu a vice-presidência. Hartveld também era diretor comercial da PQU[764].

Mesmo com as debilidades aqui mencionadas, a Unipar continuou tendo um peso significativo no ramo petroquímico. Além de concentrar parte expressiva da propriedade da PQU, o grupo também possuía participações acionárias em empresas de segunda geração do complexo paulista, como a Carbocloro, Poliolefinas, Brasivil e outras[765]. Ao longo da década de 1970, a empresa seguiu expandindo os seus negócios, investindo, em 1976, na Capuava Carbonos Industriais para a produção de negro fumo e constituindo as subsidiárias Unipar Comercial e Distribuidora, além da fundação, no mesmo ano, da Transquímica. Em 1979, a empresa adquiriu ações na Detergentes do Nordeste (Deten), atuante no polo de Camaçari, e fundou outra subsidiária, a Unipar Química, que incorporou a Empresa Brasileira de

[763] Michel Hartveld foi vice-presidente da Unipar entre 1969 e 1993 e diretor comercial da PQU entre 1968 e 1994. Na década de 1990, passou a integrar a diretoria do Instituto Brasileiro do Petróleo (IBP) (1994-2014) e foi alocado na presidência da Atofina Brasil, do grupo francês Total Energies (1998-2002). Informações retiradas do perfil do empresário presentes no Linkedin: https://bit.ly/49SGyMH. Acesso em: 23/04/2024.

[764] SUAREZ, Marcus Alban. *Petroquímica e tecnoburocracia*... op. cit. p. 99.

[765] Em meados da década de 1970, como já citado, foi criado o polo Petroquímico do Rio Grande do Sul, que entrou em operação em 1982. A Unipar também participou do empreendimento através de suas associadas, a Carbocloro, a Brasivil e a Poliolefinas. Informações retiradas do site da empresa. Ver: https://unipar.com/historia/. Acesso em: 24/04/2024.

Tetrâmero[766]. Indispensável relembrar que o coronel Adolpho Rocca Dieguez, que foi um dos diretores da Petrobras entre 1964 e 1969 - e que, portanto, esteva no alto escalão da petrolífera no processo de constituição da Petroquisa -, saiu do posto na estatal para tornar-se presidente da Unipar, em 1970[767].

Rocca Dieguez não foi o único intelectual orgânico a atuar no primeiro escalão da Unipar. Floriano Peixoto Faria Lima, que presidiu a Petrobras entre julho de 1973 e outubro de 1974, foi interventor federal no governo do Rio de Janeiro entre 1975 e 1979. Em agosto de 1979, cinco meses após sair do executivo estadual fluminense, passou a ocupar a presidência da Unipar, cargo que permaneceu até fevereiro de 1992[768].

Faria Lima assumiu o governo do Rio de Janeiro em março de 1974 e foi o responsável por estabelecer a fusão do estado da Guanabara com o estado do Rio de Janeiro. Em entrevista, o militar declarou que, durante a sua gestão, teve "muito boa" relação com a Federação das Indústrias do Estado da Guanabara (Fiega)[769], sendo "grande amigo" de dois líderes da entidade patronal, Mário Leão Ludolf e Artur João Donato. Na mesma ocasião, Faria Lima também destacou ter boas conexões com a Associação Comercial do Rio de Janeiro[770]. Vejamos mais de perto o perfil dos estimados parceiros de Faria Lima.

---

[766] Informações retiradas do site da empresa. Ver: https://unipar.com/historia/. Acesso em: 24/04/2024.

[767] Arquivo Nacional. Fundo Divisão de Informações da Petrobras. Notação: BR_RJANRIO_HF_0_ptr_002598.

[768] VELOSO, Verônica Pimenta. Verbete: Faria Lima. In: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da FGV. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Disponível em: https://bit.ly/49RVWbW. Acesso em: 23/04/2024.

[769] Da sua fundação, em 1937, até 1942, a federação patronal do empresariado industrial do Rio de Janeiro chamava-se Federação dos Sindicatos Industriais do Distrito Federal (FSIDF). A partir de 1942, a entidade alterou o seu nome para Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJ). Em 1955, a federação passou a ser denominada Federação das Indústrias do Distrito Federal (FIDF) e assim permaneceu até a criação do estado da Guanabara, em 1960, quando o nome da entidade passou a ser Federação das Indústrias do Estado da Guanabara (Fiega). Com a unificação do estado, em 1975 a organização patronal ganhou o nome que permanece até a atualidade, Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN). Informações retiradas de: DIAS, Sônia. Verbete: Mário Leão Ludolf. In: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da FGV. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. Disponível em: https://bit.ly/49mNcv2. Acesso em 24/04/2024

[770] FARIA LIMA, Floriano Peixoto. Entrevista concedida a Américo Freire, Marly Motta, Carlos Eduardo Sarmento, Celso Castro e Hildete Melo entre 7 de maio e 4 de setembro de 1997. In: MOTTA, Marly; SARMENTO, Carlos Eduardo. *A construção de um Estado*: a fusão em debate. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. p. 60, 88.

Conforme exposto no capítulo anterior, Mário Leão Ludolf[771] atuava desde a década de 1930 em entidades patronais da indústria fluminense, tendo sido contrário ao monopólio estatal na produção petrolífera[772]. Mário Ludolf começou a sua atuação empresarial na Companhia Cerâmica Brasileira, empresa de sua família, que passou a presidir ainda na década de 1930.

O empresário foi um componente fundamental para o avanço da organicidade dos capitais industriais do Rio de Janeiro, tendo sido um dos fundadores da Federação dos Sindicatos Industriais do Distrito Federal (FSIDF), em 1937. Entre as décadas de 1940 e 1950 foi representante do Sindicato das Indústrias de Cerâmica de Vidro na FIRJ. Entre 1969 e 1975, foi presidente da referida federação patronal do Rio de Janeiro, quando esta chamava-se Fiega, sendo reeleito para comandar a organização entre 1975 e 1980, já no processo de unificação do estado, quando o aparato burguês foi renomeado para Firjan.

O empresário teve atuação importante no ramo petrolífero. Entre 1944 e 1956 Mário Ludolf foi representante das entidades de classe da indústria no CNP, integrando o conselho deste órgão entre 1945 e 1956. Ele também atuou na Comissão de Constituição da primeira refinaria estatal, a Refinaria de Mataripe, construída entre 1947 e 1950, na cidade de São Francisco do Conde (BA)[773]. Ademais, Ludolf representou a Federação das Associações Comerciais do Brasil na Missão Abbink, em 1948, atuando nas subcomissões de combustíveis e investimentos.

Em 1975, quando presidia a Fiega e o CIRJ, Ludolf prestou depoimento na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que analisava a atuação das empresas multinacionais no país.

---

[771] As informações sobre Mário Ludolf foram retiradas de: DIAS, Sônia. Verbete: Mário Leão Ludolf. In: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da FGV. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. Disponível em: https://bit.ly/49mNcv2. Acesso em 24/04/2024

[772] Ver capítulo 2.4 desta tese ("O monopólio estatal do petróleo e o recrudescimento da luta de classes no Brasil (1945-1961)").

[773] Nota-se que a Refinaria de Mataripe entrou em operação em 1950, quando ainda não havia monopólio estatal do refino. Naquela época, parte dos que comandaram a construção da Refinaria de Mataripe era forte entusiasta da atuação de capitais privados no ramo do refino. Para além de Ludolf, o aqui já citado Carlos Eduardo Paes Barreto, por exemplo, que presidiu a PQU nos anos de 1960, era funcionário do CNP e secretário-geral da Comissão de Constituição da Refinaria de Mataripe. No final de 1953, contrariado pela criação da Petrobras, Barreto optou por sair do ramo estatal. É válido destacar que a referida comissão de construção também teve como membro Plínio Reis de Cantanhede, que veio a atuar no ramo siderúrgico, foi membro da ESG e era irmão de César Reis Cantanhede, que, por sua vez, era companheiro do líder do IPES, Paulo Assis Ribeiro, na Comércio Brasileiro de Produtividade (CBP). BARRETO, Carlos Eduardo. *A saga do petróleo brasileiro, "a farra do boi"*... op. cit. pp. 23-31; BORTONE, Elaine. *O IPES e a ditadura empresarial-militar*... op. cit. p. 185.

Na ocasião, o empresário explicitou que o capital estrangeiro era necessário para propiciar recursos financeiros e conhecimento nas áreas técnica, administrativa e comercial.

O outro empresário carioca amigo de Faria Lima, Artur João Donato[774], atuava na indústria naval. A partir de 1960 passou a presidir a empresa de sua família, a Indústrias Reunidas Caneco S.A., originariamente do ramo madeireiro e que logo ampliou suas atividades para a área da navegação. A *holding* controlava o Estaleiro Caneco, a Navegação Artur Donato Ltda. e a Companhia Industrial de Madeiras Barra de São Mateus. Donato presidiu a empresa familiar até 1990, quando passou a integrar o conselho administrativo da mesma. A partir de 1970, o empresário também foi alocado na presidência da Estaleiros Associados do Brasil (Esabras).

As evidências apontam que o empresário realmente tinha proximidade com Faria Lima. Foi sob indicação do então governador do Rio de Janeiro que, em abril de 1975, Artur João Donato passou a integrar a Junta Comercial do estado do Rio de Janeiro (Jucerja) como representante empresarial, posto que ocupou até 1979. Aliás, a relação entre os dois é uma boa chave para analisar, em pesquisas futuras, as vinculações entre a Petrobras e as indústrias navais durante a ditadura. Desde 1950 havia a Frota Nacional de Petroleiros (Fronape), que logo foi integrada na estrutura da Petrobras quando da sua fundação, em 1953. A Fronape, então, passou a deter o monopólio do transporte de petróleo e derivados pelo Brasil e pelo exterior, tendo sido habilitada para trasladar minérios e produtos químicos a partir de 1972. A indústria naval teve a Petrobras como forte demandante de suas embarcações. Ao longo do regime, foi possível perceber diversos militares da Marinha ocupando a diretoria de transportes da estatal, um deles com passagem na Esabras e na Navenorte, o que indica haver ligações do comando da estatal com as empresas privadas do ramo[775].

João Artur Donato teve forte atuação nos aparatos privados de hegemonia tanto do setor naval quanto de entidades que abrangiam outros segmentos da indústria. O empresário

[774] As informações de Artur João Donato foram retiradas de: MARQUES, Teresa Cristina. Verbete: Artur João Donato. In: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da FGV. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. Disponível em: https://bit.ly/3Ux3lct. Acesso em: 25/04/2024.

[775] Os militares da Marinha que ocuparam a diretoria de transportes da Petrobras ao longo da ditadura foram os seguintes: Floriano Peixoto Faria Lima, que não apenas ocupou a diretoria (1969-1977), mas também a presidência da estatal (1973-1974); Adolpho Barroso de Vasconcellos (1974-1977), que também teve passagem em empresas privadas do ramo, como a Esabras e Navenorte; Paulo Alcider Glaissler Teixeira de Freitas (1977-1980); Thelmo Dutra de Rezende (1979-1984); Almir Saraceni (1984) e Maximiano Eduardo da Silva Fonseca (1985-1991). Ver Quadro 1, Quadro 2 e Quadro 3.

presidiu, por diversos mandatos, o Sindicato Nacional da Indústria da Construção Naval – Sinaval (1961-1963; 1965-1967; 1970-1973). Donato também foi o sucessor de Mário Ludolf na presidência da Firjan/CIRJ, comandando a entidade entre 1980 e 1995. Além disso, teve passagem pela Sociedade Brasileira de Engenharia Naval e foi membro diretor de diversas organizações, como o Instituto de Desenvolvimento Econômico e Gerencial (IDEG) da Firjan, a Fundação Brasileira de Tecnologia da Soldagem, o Conselho Regional do Instituto Euvaldo Lodi e o Centro Internacional para Educação, Trabalho e Transferência de Tecnologia (CIET). Ele também foi membro do Conselho Empresarial de Assuntos Estratégicos da Associação Comercial do Rio de Janeiro, do Conselho Superior do Parque de Alta Tecnologia do Norte Fluminense, além de ter chefiado a delegação patronal do Brasil na Organização Internacional do Trabalho (OIT).

As inter-relações entre os empresários amigos de Faria Lima, as organizações que eles eram vinculados e a atuação profissional do militar é algo que merece pesquisas mais aprofundadas. De qualquer forma, não parece infundada a hipótese de que o direcionamento da atuação profissional de Faria Lima esteve sob influência das ações e perspectivas políticas de Artur João Donato, Mário Ludolf e seus aparatos privados de hegemonia, sobretudo quando o membro castrense atuou na presidência da Unipar (1979-1992). Aspectos acerca dos planos governamentais e empresariais para a área petroquímica no estado do Rio de Janeiro, no decurso da década de 1980, contribuem para a corroboração da referida hipótese, especialmente no que tange ao projeto "Opção Rio".

Em setembro de 1986, foi realizado o I Seminário Nacional de Comércio Exterior de Produtos Químicos e Petroquímicos, na Bahia. O evento demarcaria o lançamento oficial do programa de duplicação das instalações do polo petroquímico de Camaçari, intento carreado sobretudo pela Petroquisa. Ao ser ampliado, o empreendimento petroquímico baiano - que era o maior e o que detinha mais tecnologia - tinha o potencial de robustecer de forma significativa a concentração de capitais das empresas atuantes no complexo, o que poderia selar, de forma definitiva, a primazia daquele polo frente aos demais.

O lançamento do projeto, no entanto, foi travado devido à contraproposta estabelecida por Michel Hartveld, que, como já ressaltado, era vice-presidente da Unipar. O empresário sugeriu que os recursos que estavam previstos para Camaçari fossem direcionados para aquilo que ficou conhecido como "opção Rio". A proposta de Hartveld não sublinhava a questão regional, preferindo enfatizar elementos de ordem "técnica". Assim, o empresário destacava

que o fomento em questão teria mais viabilidade se fosse instituído no Rio de Janeiro, de modo a ter como insumo básico o gás natural proveniente das novas reservas da bacia de Campos. Essa era a alternativa à proposta baiana, que era embasada na nafta e gasóleo produzidos em Camaçari.

As polêmicas perduraram por meses e logo inflamaram as mobilizações político-partidárias. Na ocasião, Leonel Brizola governava o Rio de Janeiro e era um defensor da proposta de expansão do polo de Camaçari. A "opção Rio" foi transformada em um recurso "anti-Brizola" pela oposição, reunindo setores do PMDB, do PFL e do Planalto. A proposta fluminense também contou com o apoio de membros de escalões intermediários do BNDE e da Petroquisa. Marcus Suarez explicita que um desses agentes declarou que a expansão dos negócios petroquímicos no Rio de Janeiro significaria a abertura de cargos diretivos, diferentemente de Camaçari, que propiciaria cargos de menor escalão[776].

O resultado do imbróglio implicou a cessão por parte da Petroquisa e do governo Federal. A partir de 1987 foi proposto o desenvolvimento dos dois projetos, o que veio a ser uma das diretrizes do Programa Nacional de Petroquímica (PNP) do governo de José Sarney. Com a sucessão de Leonel Brizola por Moreira Franco no governo do Rio de Janeiro, em março de 1987, o projeto ganhou um novo fôlego, com a criação da Companhia do Polo Petroquímico do Rio de Janeiro, estabelecida no intuito de consolidar um polo petroquímico na cidade de Itaguaí. Porém, o projeto do novo governador não vingou, sobretudo pela falta de apoio do Planalto, que deu preferência aos estímulos direcionados aos polos de São Paulo e Rio Grande do Sul[777].

A Unipar, no entanto, não saiu prejudicada. A empresa ganhou a possibilidade de operar um projeto de polietileno na Bahia através da Poliolefinas, sua coligada[778].

Em todo esse processo, cabe pontuar, quem presidia a Unipar era Floriano Peixoto Faria Lima. No campo empresarial, uma entidade que atuou ativamente para o avanço do projeto petroquímico no Rio de Janeiro foi a Firjan, então liderada por Artur João Donato, que adotara uma estratégia de aproximar a Federação das indústrias atuantes no interior do estado[779].

---

[776] SUAREZ, Marcus Alban. A reestruturação petroquímica... op. cit. pp. 36-37.

[777] ESCOREL, Sarah; SOUSA, Luís Otávio; DANTAS, André. Verbete: Moreira Franco. In: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da FGV. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. Disponível em: https://bit.ly/3y4VZUw. Acesso em: 26/04/2024.

[778] SUAREZ, Marcus Alban. A reestruturação petroquímica... op. cit. p. 37.

[779] MARQUES, Teresa Cristina. Verbete: Artur João Donato... op. cit.

A dinâmica atuação de Adolpho Rocca Dieguez e Faria Lima na presidência da Unipar, bem como a relação dos mesmos com líderes empresariais, indica que tais agentes, dotados de informações e contatos políticos privilegiados, operaram no sentido de garantir e organizar os interesses materiais da fração empresarial atuante no ramo petroquímico. Esses aspectos evidenciam que os ex-agentes do primeiro escalão da petrolífera desempenharam o papel de verdadeiros *intelectuais orgânicos* da burguesia, nos termos destacados no primeiro capítulo desta tese. No entanto, no que tange à indústria petroquímica, nenhum intelectual orgânico atuou com tanto dinamismo quanto Hélio Beltrão, que foi o principal promotor dos negócios do grupo Ultra.

3.4.4.4 – As relações orgânicas entre o sistema Petrobras, o grupo Ultra e Hélio Beltrão, o "administrador anfíbio"

O grupo Ultra era pertencente à família Igel, sendo a distribuição de gás a sua principal área de atuação, ramo em que atuava através da Ultragaz, criada em 1937. A companhia foi fundada por Ernesto Igel, que, em 1959, empossou seu filho, Pery Igel, na presidência da empresa.

Com o processo brasileiro de expansão do segmento petroquímico após o golpe de 1964 o grupo Ultra passou a atuar em dois negócios, na Ultrafértil, em parceria com a Phillips Petroleum, e na PQU, através da Unipar. Diferentemente do Capuava, o Ultra não optou por privilegiar uma estratégia de acumulação com certa autonomia frente à Petroquisa, mas, pelo contrário, decidiu por aliar-se à estatal.

Ao passo que o grupo Capuava inseriu Roberto Campos para dirigir uma de suas propriedades como forma de alavancar os negócios, no grupo Ultra quem assumiu foi Hélio Pena Marcos Beltrão. Este havia comandado o Ministério do Planejamento entre 1967 e 1969, saindo do cargo para ocupar a vice-presidência da Companhia Brasileira de Participação (Cobrapar), empresa *holding* do grupo Ultra. Beltrão passou a ter uma posição de comando, uma vez que Pery Igel afastara-se da administração efetiva do grupo[780].

Conforme destacado anteriormente, ao longo de sua trajetória Hélio Beltrão atuou dinamicamente em diversos cargos no Estado restrito e em entidades privadas. A aqui já citada

[780] SUAREZ, Marcus Alban. *Petroquímica e tecnoburocracia*... op. cit. p. 101; VELOSO, Verônica Pimenta. Verbete: Hélio Beltrão... op. cit.

Reforma Administrativa teve os seus eixos basilares construídos no âmbito da CONSPLAN, que, por sua vez, tinha como integrantes membros do IPES, dentre os quais Hélio Beltrão. O dispositivo da Reforma que proveu à Petrobras e aos órgãos públicos maior autonomia frente às demais instâncias estatais – e, por conseguinte, maior aproximação entre estas e os capitais privados - foi pautado no princípio da descentralização administrativa, regra esta elaborada por Hélio Beltrão[781].

Ao sair do Planejamento e ir para o alto escalão do grupo Ultra Hélio Beltrão percebia que o segmento petroquímico ia ter um significativo crescimento. Assim, o ex-ministro concentrou os esforços da empresa para aquele ramo, retirando as participações acionárias do grupo na Ultralar, atuante na área de venda de eletrodomésticos.

Ao longo da ditadura, os negócios do grupo Ultra no ramo petroquímico foram robustecidos, em grande medida, por conta da aproximação da empresa com a Petroquisa. Durante a gestão de Beltrão, o Ultra vendeu suas participações na Ultrafértil e na PQU à estatal e também absorveu membros do sistema Petrobras em seu primeiro escalão, dentre os quais Fernando Adolpho Ribeiro Sandroni e Paulo Guilherme Aguiar da Cunha[782].

Fernando Sandroni era engenheiro eletricista, tendo iniciado sua carreira na Petrobras em 1962, onde foi professor nos cursos de pós-graduação para engenheiros da estatal. Na Petroquisa, integrou a equipe que planejou o polo petroquímico da Bahia, passando a fazer parte do corpo diretivo da Copene em 1974[783]. Já Paulo Cunha era formado em engenharia industrial e entrou na Petrobras no início da década de 1960. Em 1967 deixou o cargo na estatal para integrar os quadros do grupo Ultra, a convite de Pery Igel[784].

Na década de 1970 o Ultra firmou *joint venture* com a Petroquisa na Oxiteno, através do esquema tripartite. O empreendimento também contava com participações dos grupos locais Rosemberg e Monteiro Aranha, além da Halcon, empresa de origem estrangeira. A Oxiteno foi a única empresa do polo petroquímico paulista que veio a participar dos outros dois polos, o do Rio Grande do Sul e o da Bahia.

---

[781] BORTONE, Elaine. *A participação do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES)...* op. cit. p. 91.

[782] SUAREZ, Marcus Alban. *Petroquímica e tecnoburocracia*... op. cit. p. 102.

[783] Informações retiradas do site da Academia Brasileira de Engenharia: https://bit.ly/3Uk9qaQ. Acesso em: 04/05/2024.

[784] SCARAMUZZO, Mônica. "O estrategista Paulo da Cunha dá as cartas". *Valor Econômico*, 21 ago. 2012; Poder 360. "Morre o empresário Paulo Cunha, aos 82 anos". 03 jul. 2022. Ver: https://bit.ly/3wkUVeS. Acesso em: 04/05/2024.

O Ultra também teve no seu leque de propriedade empresas petroquímicas de menor porte, algumas sem a participação da Petroquisa, e também criou uma empresa de engenharia, a Ultratec, para atuar especificamente na estruturação de plantas de refino e petroquímica. O crescimento do grupo Ultra foi substantivamente financiado por aportes das agências do Estado, especialmente do BNDE e suas subsidiárias durante o II PND, com condições extremamente favoráveis. Esse processo de expansão fez com que a companhia chegasse no final da década de 1980 como a maior empresa privada da indústria química e um dos maiores grupos econômicos de origem local.

Hélio Beltrão não foi apenas um agente importante para a intensificação da concentração e centralização de capitais do grupo Ultra. O *tecno-empresário* foi um pivô para a expansão de toda a indústria petroquímica privada. Algo que evidencia isso foi a sua eleição como figura mais representativa do setor petroquímico em 1977 e 1978 pela Gazeta Mercantil, revista direcionada às burguesias. Uma das formas de tratamento da revista para com Beltrão era chamá-lo de "administrador anfíbio", alcunha instituída devido à sua atuação praticamente simultânea nos setores público e privado[785].

Em 1978, Beltrão foi eleito "Homem do Ano" pela Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos, dividindo o prêmio com David Rockefeller, escolhido como representante do empresariado estadunidense no mesmo ano. O então senador José Sarney, da ARENA, realçou que a escolha do *tecno-empresário* "orgulhava o país" e também a "classe empresarial brasileira", que tinha em Hélio Beltrão seu expoente máximo. O parlamentar ainda ressaltou que o empresário fora "responsável por inúmeras medidas administrativas e econômicas, que representam grande parte do chamado milagre brasileiro"[786]. Ao assumir a presidência do país, em março de 1985, Sarney alocou Hélio Beltrão na presidência da Petrobras. Antes disso, o *tecno-empresário* havia ocupado duas pastas ministeriais no governo de João B. Figueiredo, a Desburocratização (1979-1983) e a Previdência (1982-1983).

Após a ditadura, Beltrão seguiu atuando no conselho administrativo do grupo Ultra até a sua morte, em 1997. Atualmente, o posto segue sendo ocupado por seu filho, Hélio Coutinho

[785] SUAREZ, Marcus Alban. *Petroquímica e tecnoburocracia*... op. cit. p. 102.

[786] "Senador elogia a escolha de Beltrão como Homem do Ano". *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 18 mai. 1978. p. 7; "Beltrão é homem do ano nos EUA". *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 29 mai. 1978 p. 5.

Beltrão, articulador da extrema-direita, ex-executivo do Banco Garantia e fundador dos institutos Millenium e Mises Brasil[787].

Como pode-se perceber, os casos da Unipar e do grupo Ultra na ditadura evidenciam que os capitais privados de origem local estavam bem articulados politicamente através de seus intelectuais orgânicos. Essa forma de organização, no entanto, também abrangeu capitais de origem estrangeira. A seguir, serão traçadas algumas notas sobre as empresas petroquímicas multinacionais atuantes no Brasil ao longo do regime, com destaque para a norte-americana Dow Chemical.

3.4.4.5 – Capitais multinacionais na petroquímica: imprescindíveis mesmo quando marginalizados da institucionalidade estatal

Como destacado anteriormente, as políticas da ditadura para o segmento petroquímico acarretaram, sobretudo, a expansão dos empreendimentos de capitais de origem local (estatais e privados). Isso não significou, no entanto, a obliteração das empresas multinacionais pelas brasileiras. O que houve, na verdade, foi um maior equilíbrio na distribuição dos negócios e da propriedade, em um quadro em que, no início do regime, as companhias estrangeiras possuíam larga primazia.

Ao longo da ditadura, os aparatos tecnológicos das empresas que compunham os polos petroquímicos - apesar das nuances, a depender do período - seguiram concentrados nos capitais estrangeiros oriundos dos países do centro capitalista. A necessidade externa abarcava principalmente a importação de máquinas, equipamentos e projetos de engenharia, e a origem desses quesitos era, sobretudo, europeia, japonesa ou norte-americana.

O primeiro polo petroquímico, o de São Paulo, foi sendo firmado a partir de 1967 sem grandes distinções entre capitais locais e estrangeiros. Esse aspecto sofreu algumas alterações ao longo do regime, em compasso com as alterações no bloco no poder explicitadas anteriormente. Com a consolidação do polo baiano, cuja construção foi iniciada em 1972, já é possível perceber empenhos e incentivos fiscais para a aquisição de máquinas e equipamentos produzidos no Brasil.

[787] Sobre os aparatos privados de hegemonia da "nova direita" brasileira, ver: CASIMIRO, Flávio. *A nova direita no Brasil*: aparelhos de ação político-ideológica e a atualização das estratégias de dominação burguesa (1980-2014). Tese de doutorado em História. Niterói: UFF, 2016.

A tentativa de internalização de *expertise* foi ainda mais aprofundada no processo de firmamento do polo gaúcho, quando o governo privilegiou associações com empresas estrangeiras dispostas a oferecer transferência tecnológica. Além disso, houve esforços a fim de conceder prioridade a empresas locais para a realização dos projetos de engenharia. A implantação do polo de Triunfo (RS) foi iniciada em 1976, no bojo do II PND que, como será realçado adiante, teve o fomento às indústrias locais como um de seus principais objetivos. Nesse sentido, foram criados os Núcleos de Articulação com a Indústria (NAI), no intuito de promover a participação de empresas locais no fornecimento de máquinas e serviços para as unidades do polo nascente[788].

A situação das petroquímicas no Brasil ficou enlaçada a um cenário contraditório. De um lado, as debilidades do país em termos tecnológicos compeliam a absorção de capitais estrangeiros nos empreendimentos. Por outro, a configuração do bloco no poder, cuja composição abarcava nomes de peso do empresariado local – sobretudo a partir da década de 1970 – emperrava as tentativas das multinacionais de entabularem um projeto petroquímico com independência frente à Petroquisa.

Uma das empresas estrangeiras que tentou alçar uma estratégia alheia ao sistema Petroquisa foi a norte-americana Dow Chemical. A empresa passou a operar no Brasil na segunda metade da década de 1960. Em setembro de 1968 Roberto Campos foi convidado para presidir a companhia, invitação que declinou e, em contrapartida, sugeriu o nome de Golbery do Couto e Silva. O militar aceitou assumir o cargo, sendo contratado pela empresa americana como consultor ainda em 1968, mesmo ano que saiu do Tribunal de Contas da União (TCU). Quatro anos depois, em 1972, o militar tornou-se presidente da divisão da Dow no Brasil, recebendo o farto salário de 10 mil dólares[789].

Nos primeiros anos da década de 1970 a Dow Chemical encetou um projeto a fim de montar um polo petroquímico próprio no estado da Bahia. O empreendimento que objetivava viabilizar o novo polo era geralmente denominado de "projetão".

A Dow tinha suas instalações firmadas no Centro Industrial de Aratu (CIA), na Bahia. Na alçada do "projetão", a companhia teve um projeto de óxido de propeno aprovado e outro, de soda-cloro, inicialmente rejeitado por falta de matéria-prima (Sal-Gema) na região.

[788] OLIVEIRA, Alberto. *A espacialização da petroquímica no Brasil*... op. cit. pp. 61-63.

[789] GASPARI, Elio. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003 (versão e-book). p. 103.

Na mesma época, no início da década de 1970, havia em andamento a implantação de uma planta de soda-cloro em Alagoas por parte do grupo Salgema, empresa com participações acionárias, através do modelo tripartite, do BNDE, Dupont e do Evaldo Luz, líder de um grupo econômico familiar[790].

A Petrobras descobriu uma jazida de sal-gema em 1973, em Matarandiba, uma ilha relativamente próxima das instalações da Dow Chemical. José Carlos Assis[791] relata que a estatal "entregou de favor" a exploração da jazida para a Mineração Química do Nordeste S.A., subsidiária da Dow. Detendo, então, a sal-gema e declarando, falsamente, que não era viável o transporte de cloro do grupo Salgema para a planta de óxido da Dow, a empresa, então presidida por Golbery, ganhou a permissão do Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI) para a aprovação de seu projeto de soda-cloro[792].

Esse avanço da iniciativa sob única liderança da Dow gerou reação de outro grupo estrangeiro atuante no Brasil, a norte-americana DuPont. Antes da viabilização do empreendimento da Dow na Bahia a DuPont, por meio de seu principal executivo, Irving Shapiro, havia convencido o primeiro escalão de sua companhia que o modelo tripartite não seria alterado pelo governo e que seria mais viável aderir àquele paradigma a fim de conseguir inserção no mercado brasileiro. A DuPont aceitou contrariada, haja vista que pretendia tocar sozinha o projeto petroquímico de Alagoas, e entrou como sócia minoritária na Salgema, algo inédito em sua história. O fato de a estratégia da Dow fugir do modelo tripartite fez com que a DuPont, em retaliação, passasse a sabotar o andamento dos negócios da Salgema, gerando atrasos na expansão do empreendimento e fazendo com que quem carreasse o avanço da iniciativa fosse o outro sócio, o BNDE[793].

O Banco estatal, aliás, foi o principal financiador do "projetão", em operações com evidências de corrupção. Em outubro de 1978, o senador Roberto Saturnino Braga, do MDB fluminense, acusou Golbery de ter procurado o BNDE para angariar proventos para a Dow no final de 1973, quando o militar já estava convidado por Ernesto Geisel para assumir a chefia do Gabinete Civil no ano seguinte. Na mesma época, o general Hugo Abreu também fez acusações

[790] SUAREZ, Marcus Alban. *Petroquímica e tecnoburocracia*... op. cit. p. 109.

[791] ASSIS, José Carlos. *Os mandarins da República*: anatomia dos escândalos na administração pública, 1968-84. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984 (Coleção Estudos Brasileiros, v. 75). p. 143.

[792] ASSIS, José Carlos. *Os mandarins da República*... op. cit. pp. 143-144.

[793] ASSIS, José Carlos. *Os mandarins da República*... op. cit. pp. 145-146.

no mesmo sentido, destacando que o favorecimento da Dow na unidade de soda-cloro esteve vinculado ao tráfico de influência de Golbery em prol da multinacional. Golbery negou qualquer favorecimento indevido, Hugo Abreu foi preso em decorrência das denúncias e as instituições ditatoriais não deram andamento às investigações[794].

Cabe salientar, ainda, que, durante o governo Geisel, Golbery (na Casa Civil), Shigeaki Ueki[795] (Minas e Energia), Laerte Penchel (presidente interino do CNP) e José Carlos Freire (secretário-geral do Ministério da Fazenda) firmaram medidas legais a fim de conceder benefícios indevidos à Dow. Um dos casos consistiu na concessão de isenções de impostos nas importações de matérias-primas produzidas pela própria matriz da Dow, em prejuízo do balanço de pagamentos brasileiro e de empresas locais protegidas pelas legislações vigentes, como a Companhia Brasileira de Estireno (CBE). Através desse processo de superfaturamento, a Dow remeteu à sua sede US$ 5,6 milhões, pagando pelo insumo um preço muito acima da média internacional, e também deixou de arcar com os custos de US$ 16,8 milhões em tributos, batendo, assim, mais de US$ 22 milhões em fraudes[796].

Apesar das negociatas, a estratégia de implantação de um polo sob controle da Dow sucumbiu durante o governo Geisel, quando o MIC e o CDI – entidades que possuíam Paulo Vieira Belotti na secretaria-geral - emperraram qualquer avanço do "projetão". O Grupo Setorial III (ex-GEIQUIM), coordenado por Ronaldo Miragaya, também atuou para arquivar, sistematicamente, as demandas da Dow Chemical.

---

[794] ASSIS, José Carlos. *Os mandarins da República*... op. cit. pp. 144-145; RAMOS, Plínio de Abreu. Verbete: Golbery do Couto e Silva. In: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da FGV. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Disponível em: https://bit.ly/4dwmvGF. Acesso em: 07/05/2024. Sobre a corrupção na ditadura, ver: CAMPOS, Pedro H. P. A questão da "corrupção" e das denúncias de ilegalidade envolvendo agentes privados e o Estado durante o regime civil-militar de 1964. *Blog da Biblioteca Virtual do Pensamento Social*, 31 mar. 2024. Disponível em: https://bit.ly/3JRzSnt. Acesso em: 09/05/2024; ASSIS, José Carlos. *Os mandarins da República*... op. cit.; ASSIS, José Carlos. *A dupla face da corrupção*. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978 (Coleção Estudos Brasileiros, v. 78).

[795] Shigeaki Ueki também foi acusado de promover corrupção em outro episódio. No âmbito da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Petrobras, realizada em 1980, o deputado João Reis, do MDB, acusou Shigeaki Ueki de favorecer indevidamente o grupo Ralph Rosemberg quando era ministro de Minas e Energia (1974-1979). Ueki fez parte do primeiro escalão da Bakol, empresa do grupo Ralph Rosemberg, saindo do cargo para ocupar postos estatais, quais sejam, diretoria da Petrobras (1969-1974), ministério de Minas e Energia (1974-1979) e presidência da Petrobras (1979-1984). Ver: BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. *Diário da Câmara dos Deputados*, Brasília, ano XXV, suplemento ao nº 153, 02 dezembro 1980. p. 143.

[796] ASSIS, José Carlos. *Os mandarins da República*... op. cit. pp. 137-139.

Paulo Belotti e Ronaldo Miragaya eram agentes que atuavam no primeiro escalão da Petroquisa. O primeiro, engenheiro e colaborador do IPES[797], foi representante do BNDE no GEIQUIM a partir de 1964 e, nos anos de 1970, foi alocado na direção financeira da Petroquisa, assumindo a presidência da subsidiária em meados da mesma década, cargo que ocupou até 1978. Belotti também presidiu a Companhia Pernambucana de Borracha Sintética (Coperbo) a partir de dezembro de 1971; foi membro do conselho consultivo da Companhia Petroquímica do Nordeste (CIQUINE) a partir de 1970 e diretor-superintendente da Petroquímica de Camaçari (CPC), a partir de 1972, todas as empresas associadas à Petroquisa[798].

Já Ronaldo Miragaya foi dirigente da Petroquisa na década de 1970, deixando o cargo em maio de 1981 para assumir a Salgema Indústria Química S.A. e capitanear o processo de duplicação da planta desta companhia, em Maceió (AL). Naquele momento, a Salgema tinha como proprietárias a Copene (35,25 %), a Norquisa (34,53%) e a Petroquisa (30,22%). Em abril de 1985, a Empresa Petroquímica Brasileira (EPB), presidida pelo ex-ministro dos Transportes de João Figueiredo, Eliseu Rezende, comprou parte das ações dos três outros controladores, parcela de propriedade que foi expandida na década de 1990 no processo de liquidação dos capitais estatais na Salgema[799].

A Dow continuou seus intentos de angariar recursos estatais para seus empreendimentos alternando o órgão de fomento. A Comissão Especial para Concessão de Benefícios Fiscais à Exportação (Befiex) passou a ser o alvo da multinacional, que adequava os seus projetos à exportação com o objetivo de conseguir benefícios da entidade estatal. Durante o governo Geisel, porém, a estratégia até passava pela Befiex, que não tinha estrutura adequada para analisar projetos de grande porte, mas era barrada pelo CDI, que tinha a competência de chancelar os projetos aprovados pela Befiex.

Com a emergência de João B. Figueiredo à presidência, a Dow Chemical passou a ter Camilo Pena, ministro da Indústria e Comércio, como um aliado no governo. Nesse bojo, o Befiex passou a viabilizar projetos como o da Dow sem a chancela do CDI. Esse processo, no entanto, foi barrado por uma CPI - que pautava, dentre outros temas, o favorecimento indevido

[797] BORTONE, Elaine. *O IPES e a ditadura empresarial-militar*... op. cit. p. 468.

[798]Informativo Petrobras nº 28/77. In: Arquivo Nacional. Fundo da Divisão de Informações da Petrobras. Notação: br_rjanrio_hf_0_ptr_001569_d0001de0001.

[799] TICIANELI, Edberto. Salgema e o movimento de ampliação de 1985. *História de Alagoas*, 01 abr. 2019. Disponível em: https://bit.ly/4bwG1kN. Acesso em: 07/05/2024.

de empresas petroquímicas - e também pela crise internacional no segmento, fator que fez com a que a Dow abandonasse definitivamente o seu "projetão"[800].

No final da década de 1970, a Dow Chemical contou, ainda, com um outro intelectual orgânico de peso. Como retratado anteriormente, Geonísio Carvalho Barroso, após ter ocupado a diretoria da Petrobras entre 1964 e 1967, ser consultor técnico da estatal entre 1967 e 1971, vice-presidente da Braspetro a partir de 1972 e chefe da comissão de elaboração dos contratos de risco a partir de 1975, foi alocado na presidência do conselho de administração da Dow Chemical em 1979. O *tecno-empresário* também foi dirigente do IBP entre 1962 e 1982[801].

Quadro 6 – Lista não exaustiva das coligadas da Petroquisa nos polos petroquímicos (SP, BA e RS) associadas a capitais estrangeiros (1981)

Empresa	**Estado**	**Produto fabricado**	**Capitais proprietários**
Polipropileno	Bahia	Polipropileno	Petroquisa (30%); Imperial Chemical Industries (30%); Cevekol (20%); Suzano (10%)
Polailden	Bahia	Polietileno de alta densidade	Petroquisa (33,33%); Mitsubishi JAPONESA (33,33%); Conepar/Banco Econômico (33,33%)
Estireno do Nordeste	Bahia	Estireno	Petroquisa (33,33%); Foster Grant (33,33%); Bakolar (33.33%)
PPH	Rio Grande do Sul	Polipropileno	Hércules (38%); Petroquisa (19%); Petropar (38%); IFC/Banco Mundial (5%)
Polisul	Rio Grande do Sul	Polietileno de alta densidade	Ipiranga (36,1%); Hoescht (36,1%); Petroquisa (18%); IFC/Banco Mundial (9,8%)
Polibrasil	São Paulo	Polipropileno	Petroquisa (47,9%); Shell Brasil ANGLO-HOLANDESA (47,9%); Pronorte (4%)

[800] SUAREZ, Marcus Alban. *Petroquímica e tecnoburocracia*... op. cit. pp. 114-115.

[801] IBP. Relatório de Atividades – diversos anos. O nome dele consta na lista de diretores do IBP no relatório de atividades da entidade entre 1962 e 1981. Entretanto, no relatório de 1982 seu nome está riscado de forma manuscrita. Portanto, não é possível perceber se a sua atuação no IBP foi até 1982 ou até 1981. Deixemos 1982, pois, se há o seu nome listado, pressupõe-se que pelo menos em janeiro deste ano ele integrava a entidade.

Empresa	Estado	Produto fabricado	Capitais proprietários
Cia. Brasileira de Estireno	São Paulo	Estireno	Cia. Brasileira Plásticos Monsanto (33,22%); Huls do Brasil (28,05%); Petroquisa (23,04%); Indústrias Monsanto (15,07%)
Poliolefinas	São Paulo e Rio Grande do Sul	Polietileno de baixa densidade	Petroquisa (31,4%; National Distillers (31,5%); Unipar (31,5%); Banco Mundial (4,4%)

Fonte: Adaptado de: BARRETO, Carlos Eduardo Paes. *A saga do petróleo brasileiro*... op. cit. pp. 75-76.

Mesmo não integrando o cerne do bloco no poder e tendo empreendimentos atravancados – como no caso do "projetão" da Dow -, os capitais estrangeiros seguiram configurando-se enquanto pilares fundamentais na expansão e funcionamento dos polos petroquímicos. O *Quadro 6* elenca algumas das coligadas da Petroquisa associadas a empresas de origem estrangeira. Pode-se perceber que os capitais multinacionais tiveram atuação decisiva nos três polos petroquímicos (SP, BA e RS), algo que era viabilizado pela tradição de propriedade assentada no modelo tripartite. Todas as empresas eram originárias de países não-periféricos, como Estados Unidos (Foster Grant, Hércules, Monsanto e National Distillers), Alemanha (Hoescht e Huls), Grã-Bretanha (Imperial Chemical Industries), Japão (Mitsubishi) e uma anglo-holandesa (Shell).

Esses elementos evidenciam um importante episódio do caráter dependente do capitalismo brasileiro. As empresas estrangeiras, mesmo não obtendo primazia no direcionamento das políticas petroquímicas em grande parte da ditadura, não puderam ser prescindíveis, graças, sobretudo, à tecnologia concentrada nos grupos econômicos dos países centrais. Os anos de 1970 significaram uma significativa nacionalização tecnológica no segmento, fazendo com que o país chegasse na década de 1980 com as atividades de engenharia de detalhamento, construção civil e montagem industrial sendo executadas principalmente por companhias locais. No entanto, no que tange à Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), o país seguia extremamente dependente de fontes externas, acarretando a obstaculização do desenvolvimento autônomo das áreas mais avançadas da petroquímica, como a química fina[802].

[802] CANDAL, Arthur Pinto Ribeiro; SANDRONI, Adolpho Ribeiro. *Petroquímica*: álcool e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior/São Paulo: Associação Brasileira da Indústria Química e de Derivados (ABIQUIM), 1980. p. 45. A química fina é a área da química que lida com produtos que

Essa imprescindibilidade dos capitais estrangeiros, mesmo estando relativamente marginalizados do bloco no poder, também deve ser creditada aos intelectuais orgânicos que fizeram parte do cabedal de articulação política dessa parcela empresarial.

3.4.4.6 - A ampliação do Estado através da ACRJ e da ABIQUIM: mais uma etapa do empresariamento das políticas petroquímicas da ditadura

A validação dos interesses de capitais privados pelas políticas estatais não se deu apenas através da atuação de intelectuais orgânicos da burguesia. Em episódios importantes estes agentes atuaram junto a aparatos privados de hegemonia, que acompanharam de perto o processo de expansão das indústrias petroquímicas brasileiras e tiveram papel importante no direcionamento das medidas governamentais para o ramo. A seguir, serão elencados alguns episódios acerca dessas entidades, com destaque para a Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ) e a Associação Brasileira para a Indústria Química (ABIQUIM).

A Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ) e as políticas petroquímicas da ditadura

As medidas governamentais para o ramo petroquímico expostas anteriormente[803] eram chanceladas e/ou refletiam os anseios de entidades de ação coletiva do empresariado. A ACRJ foi uma grande entusiasta da ampliação da participação privada no setor através dos auxílios e associações com programas e capitais do Estado.

Em matéria da Revista da ACRJ intitulada "indústria petroquímica no Brasil", de fevereiro de 1966, a entidade saúda o decreto que criou o GEIQUIM (53.975/64) e também o que concedeu estímulos ao segmento (55.759/65)[804]. O texto da ACRJ realça, ainda, que, por conta de tais medidas, empresas do ramo previam fazer investimentos milionários no Brasil. E a matéria segue listando as companhias dispostas a fazer as inversões, quais sejam, a Refinaria União, Union Carbide, Ultrafértil, Fertinorte (controlada pela International Development Investmens, com sede nas Bahamas) e Alba[805].

---

requerem alto grau de pureza e que sejam isentos de contaminação. Os produtos desse ramo são direcionados para a confecção de produtos como remédios, vacinas, cosméticos, catalisadores, alimentos e outros.

[803] Ver capítulo 3.4.4 (Um breve histórico sobre a Petroquisa e a indústria petroquímica na ditadura).

[804] Revista da Associação Comercial, Ano XXVIII, n. 980, fev./1966. p. 34.

[805] Revista da Associação Comercial, Ano XXVIII, n. 980, fev./1966. p. 33.

A não extensão da monopolização estatal para a petroquímica foi tida pela ACRJ como um pressuposto para a manutenção daqueles investimentos. Isso ficou evidente quando, no início de 1967, foi derrubada a emenda do deputado Afonso de Oliveira, à época filiado ao MDB, que visava estender o monopólio da Petrobras para o ramo. Na ocasião, a ACRJ destacou que a derrocada do projeto de lei "significou o prosseguimento de investimentos para esse setor", que, àquela altura estava estimado em US$ 130 milhões só em São Paulo. Segundo a publicação da entidade, a aprovação da emenda significaria a paralisação das atividades e investimentos em andamento[806].

Em outra ocasião, a revista da Associação replicou matéria do Jornal do Brasil de 23 de outubro de 1967, que abordava aquilo que a ACRJ expressava ser uma grande debilidade para a manutenção de investimentos de mais de US$ 60 milhões em curso por parte de empresas petroquímicas privadas. Tratava-se da carência de nafta que tais entes privados se queixavam. A nafta tem como base de sua produção os combustíveis líquidos. Logo, a matéria do Jornal do Brasil endossava as reivindicações das petroquímicas privadas de que elas precisavam de um fornecimento próprio de combustíveis para garantir os seus empreendimentos. Esse fornecimento deveria ser efetuado por uma refinaria particular vinculada às empresas petroquímicas privadas aptas a fazerem as inversões.

Nesse sentido, a matéria expressava queixas de modo a realçar que as refinarias privadas no Brasil tinham uma cota de produção de combustíveis, tendo a Petrobras o monopólio. Quando aquela cota era ultrapassada o lucro correspondente ao excedente deveria ser direcionado à Petrobras. Os capitais particulares indicados no texto colocavam essa questão das cotas como um grande empecilho para a sustentação dos investimentos de 60 milhões de dólares em curso[807].

O papel da ACRJ para a garantia dos interesses das indústrias petroquímicas privadas não ficou simplesmente circunscrito em proferir os seus posicionamentos em relação às medidas estatais através de seu veículo de comunicação. Em reunião ordinária da Associação ocorrida em 09 de agosto de 1967, a entidade contou com a presença do marechal Maurell Filho e do general Arthur Duarte Candal Fonseca, presidentes do CNP e da Petrobras, respectivamente. Na ocasião, o presidente da ACRJ, Antônio Carlos do Amaral Osório, se

[806] Revista da Associação Comercial, Ano XXIX, n. 992, fev./1967. p. 42.

[807] Revista da Associação Comercial, ano XXXI, n. 1001, nov/1967. p. 23.

remeteu aos artigos 3 a 10 do Decreto-Lei nº 62/66, que tratavam do reajuste do balanço das empresas a partir de 1967. Osório enviara diretamente ao ministro da Fazenda um estudo acerca da regulamentação daquelas leis, e esperava "que o assunto [tivesse] solução rápida com o aproveitamento das sugestões enviadas"[808]. Esse episódio evidencia o alto grau de inserção política da ACRJ nas diretrizes governamentais.

Na mesma reunião com os líderes do CNP e da Petrobras, o aqui já mencionado Carlos Eduardo Paes Barreto, que era dirigente da Refinaria União (1967-1973)[809] e que viria ser presidente da Petroquímica União (PQU), apresentou um projeto do final da década de 1950 realizado pela Philips Petroleum Company, pela Ultragaz e pela refinaria de Capuava (Refinaria União) e então apresentado ao CNP. Por conta da situação de instabilidade da Refinaria União o projeto não havia sido levado adiante na década passada. Paes Barreto então resgatava o programa naquele evento, realizado em meados de 1967, que fazia projeções do mercado petroquímico brasileiro até 1975, no intuito de consolidar investimentos por parte das empresas privadas.

O grupo de empresas que visava estabelecer os empreendimentos abarcava a Philips Petroleum, a Ultragaz, a Refinaria União e o Grupo Moreira Salles. Paes Barreto denominou a união desses investimentos pretendidos de "Central Petroquímica".

Após destacar que esse conjunto de empresas visava investir um montante de US$ 62 milhões (40% de capitais próprios e 60% de financiamentos externos), a reportagem da revista da ACRJ resume a conclusão dos empresários: "[...] o Dr. Paes Barreto fez ver que a execução do mesmo [do projeto] constitui um ato de alto patriotismo e de segurança nacional, tendo em vista a posição do Brasil na América Latina". Por fim, o empresário fechou sua fala realçando que a PQU padecia da escassez de duas de suas principais matérias-primas, quais sejam, o gás natural e a nafta. A fala foi no sentido de sublinhar que havia a necessidade de se garantir os insumos para a consolidação dos investimentos de US$ 60 milhões, além dos incentivos até então estabelecidos[810].

Por fim, a sessão foi fechada por Ernani Pila, membro da ACRJ, que destacou que "só a partir de 1965 começou o governo brasileiro a definir-se claramente por uma política que, se

[808] Revista da Associação Comercial, ano XXX, n. 998, ago./1967. p. 13.

[809] Paes Barreto era bastante próximo de Paulo Fontainha Geyer, presidente da Refinaria União e uma liderança do IPES. cf. BORTONE, Elaine. *O IPES e a ditadura empresarial-militar*... op. cit. p. 377.

[810] Revista da Associação Comercial, ano XXX, n. 998, ago./1967. p. 14.

mantida, deverá certamente propiciar a abertura petroquímica pelo caminho indicado, tornando-se uma realidade brasileira a curto prazo". E, então, Ernani Pila lista aquilo que considera terem sido as principais medidas do governo para o incentivo da iniciativa privada no ramo petroquímico:

> 1. Definiu-se o governo claramente pela não estatização do setor petroquímico, separando-o nìtidamente [sic] da área do monopólio estatal do petróleo.
> 2. Possibilitou a produção nacional de matérias primas básicas e de produtos petroquímicos a preços de competição internacional, através das seguintes providências:
> a) – Eliminação de todos os ônus que incidiam sobre o preço do petróleo cru (taxas de 9% para o Fundo de Pesquisas Petrobrás e 20% de Imposto Único) pela sua transformação em parcela adicional de Ihpôsto [sic] Único sobre combustíveis.
> b) – Eliminação da participação da Petrobrás nos lucros líquidos das refinarias privadas, transformando-a também em parcela de Imposto Único sobre combustíveis.
> c) – Criação de uma série de incentivos financeiros e fiscais para a implantação e expansão da indústria petroquímica no País.
> 3. Permitiu a expansão das refinarias privadas para o fim específico da produção de matérias primas e derivados para uso petroquímico, incentivando-as, assim, a promoverem investimentos de grande vulto em benefício do País[811].

Como já salientado, essas políticas foram adotadas através de Resoluções do CNP, pelo Decreto-Lei nº 61, de 21 de novembro de 1966, e pelo Decreto-Lei nº 208, de 27 de fevereiro de 1967. Ernani Pila saúda essas medidas, destacando que elas podem ser a "base para o desenvolvimento da indústria petroquímica brasileira", mas reforça que esse "avanço" só seria possível se a Petrobras não expandisse o seu monopólio para o segmento petroquímico[812].

Quatro meses depois das manifestações de Ernani Pila na ACRJ foi criada a Petroquisa, cujas diretrizes eram direcionadas a viabilizar o sistema petroquímico brasileiro através da associação entre a estatal e os capitais privados do ramo (locais e estrangeiros). Cabe relembrar que a subsidiária da Petrobras foi consolidada a partir da garantia da não extensão do monopólio para o segmento petroquímico.

A concepção da Petroquisa nos moldes aqui destacados foi fortemente endossada pela ACRJ. Em dezembro de 1968, aclamando os investimentos que estavam consolidando o polo petroquímico paulista, o veículo oficial da entidade enfatizou a importância das medidas da ditadura para o ramo, com destaque para o decreto 61.981, de 28 de dezembro de 1967, que

[811] Revista da Associação Comercial, ano XXX, n. 998, ago./1967. p. 16.

[812] Revista da Associação Comercial, ano XXX, n. 998, ago./1967. p. 16.

determinou que o segmento petroquímico não fosse monopólio estatal. Outras três medidas oriundas daquele Decreto foram frisadas pela entidade, quais sejam: o indicativo estatal de maiores investimentos para a petroquímica, a fim de que a indústria brasileira gerasse preços competitivos frente ao mercado internacional; a garantia do fornecimento de nafta pela Petrobras, a preços de mercado internacionais; e a permissão da associação da Petrobras com empresas privadas, através da Petroquisa[813].

O forte apoio às políticas petroquímicas da ditadura por parcela do empresariado centrada na ACRJ prosseguiu durante o governo de Emílio Médici. Em outubro de 1970, em uma festa realizada no polo petroquímico de São Paulo, o presidente da Petroquímica União, Carlos Eduardo Paes Barreto, anunciou que havia 13 projetos pendentes de aprovação no MIC. Segundo Barreto, as inversões estavam ligadas aos complexos da Petroquímica União/Union Carbide/Petrobras e iriam gerar investimentos suplementares na ordem de US$ 204 milhões.

Estavam presentes no evento Ernesto Geisel, então presidente da Petrobras, Costa Cavalcanti, da pasta de Minas e Energia, assim como João Paulo dos Reis Velloso, então ministro do Planejamento. Paes Barreto, ressaltando que ocorreria uma grande expansão do segmento petroquímico entre 1971 e 1972, destacou que esse salto era possível não apenas porque a concorrência internacional provocava aquela ampliação, mas também devido à proteção alfandegária estabelecida pelo governo para garantir a competitividade do setor. No mesmo evento, Ernesto Geisel afirmou sempre ter sido contra o monopólio da Petrobras no segmento petroquímico e indicou a colaboração da estatal para o avanço do setor[814].

A estratégia de atuação da Petroquisa, galvanizando os proventos das companhias petroquímicas privadas e assegurando participação nestas quase sempre de forma minoritária, refletiu significativamente as demandas da ACRJ. Isso fica evidente em matéria denominada "Paulo Geyer vê interesse na associação do governo com as iniciativas particulares". Paulo Fontainha Geyer, líder do IPES, presidente da Refinaria União e eleito "homem de Visão 1969" pela revista empresarial "Visão", elogiou a decisão governamental de selar associação com a iniciativa privada para consolidar o polo petroquímico paulista. Na perspectiva do empresário, a fundação da Petroquisa foi a responsável por afastar a ameaça de o mercado petroquímico brasileiro ser tomado por capitais estrangeiros[815].

[813] Revista da Associação Comercial, ano XXXII, n, 1014, dez/1968. pp. 9-10.

[814] Revista da Associação Comercial, ano XXXIII, n. 1036, out/1970. p. 37.

[815] Revista da Associação Comercial, ano XXXII, n. 1025, nov/1969. p. 38.

Soa óbvio o apoio do líder da Refinaria União à forma de atuação da Petroquisa, haja vista que a empresa dividia capitais com a estatal na PQU. Mas o fato de o seu posicionamento ter sido replicado e endossado pela revista da ACRJ indica que uma porção significativa de empresários da entidade também aprovava a atuação da Petrobras naqueles moldes.

Um líder da ACRJ que certamente validou a parceria entre a subsidiária da Petrobras e os capitais privados petroquímicos foi o ipesiano e presidente de honra da Associação, Rui Gomes de Almeida. No final da década de 1960, o empresário era acionista do Banco Moreira Salles[816] - cuja *holding* participava da estrutura de propriedade da PQU junto com a Petroquisa, a Refinaria União (grupo Capuava), grupo Ultra e Phillips Petroleum – e também era membro do conselho consultivo da central de matérias-primas do polo petroquímico paulista (PQU). Além disso, Rui Gomes de Almeida ocupava posto no Estado restrito, sendo designado, em 24 de julho de 1969, membro da Comissão Consultiva de Política Industrial e Comercial por Edmundo de Macedo Soares, esguiano e ex-presidente da CNI (1964-1968), que então comandava o MIC[817].

A estruturação da indústria petroquímica pela ditadura assentou as "bandeiras" que Rui Gomes de Almeida vinha defendendo desde a década de 1950. Afinal, a defesa de um "nacionalismo sadio" – que suportava a presença do Estado na área petrolífera, mas sem sobrepor a atuação dos capitais privados (estrangeiros ou locais) – em consonância com uma política de segurança nacional que neutralizava o "perigo comunista"[818] estava consubstanciada na estratégia do regime para o desenvolvimento da petroquímica brasileira. Cabe sublinhar, ainda, que esses elementos também estiveram afinados às aspirações de Paulo Fontainha Geyer aqui destacadas.

Em síntese, pode-se perceber que Rui Gomes de Almeida acumulava, ao mesmo tempo, funções na Comissão Consultiva de órgão lotado na estrutura do MIC, no conselho consultivo da PQU, além de ser acionista de empresa do grupo Moreira Salles – que, por sua

[816] DOU, parte 1, suplemento, 17 out. 1967. p. 331.

[817] DOU, seção 1, parte 1, 24 jul. 1969. p. 6336; sobre Edmundo de Macedo Soares, ver: ABREU, Alzira Alves. Verbete: Edmundo de Macedo Soares. In: In: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da FGV. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Disponível em: https://bit.ly/3K2dx6H. Acesso em: 14/05/2024.

[818] Ver capítulos 2.4 ("O monopólio estatal do petróleo e o recrudescimento da luta de classes no Brasil (1945—1961)) e 2.6 ("A crise do "populismo" e o triunfo da Doutrina de Segurança Nacional: a Petrobras como um dínamo da contrarrevolução preventiva (1961-1964)).

vez, participava da propriedade da PQU -, tudo isso somado à sua trajetória enquanto liderança histórica e presidente de honra da ACRJ. Esses pontos, indicam que o empresário foi mais um intelectual orgânico do empresariado atuante no ramo petroquímico, fazendo com que o seu aparato privado de hegemonia tivesse forte ascendência em diretrizes econômicas do regime voltadas para aquele segmento.

Sobre a organicidade das empresas petroquímicas, também é válido pontuar alguns quesitos relacionados ao aparato privado de hegemonia criado especificamente para atuar na indústria química e petroquímica. Trata-se da Associação Brasileira da Indústria Química (ABIQUIM), fundada ainda no início da ditadura.

A ABIQUIM e as políticas petroquímicas da ditadura

A ABIQUIM também teve participação significativa na construção das políticas governamentais da ditadura. A entidade foi criada em junho de 1964, dois meses depois da fundação do GEIQUIM. A Associação tinha o objetivo de ser a interlocutora das empresas químicas e petroquímicas frente à definição das diretrizes estatais para o ramo.

Diversos grupos econômicos e membros que compunham a diretoria da entidade no início da ditadura tinham vínculos com o IPES. Das seis empresas que participaram da fundação da ABIQUIM[819], a Rhodia, a Union Carbide, a Squibb e a Alba eram financiadoras do IPES. Entre 1964 e 1967, o primeiro escalão da Associação contava com Ermírio Pereira de Moraes – proprietário do Grupo Votorantim, empresa financiadora do IPES – e Amaro Lanari Jr. – contribuinte do IPES e proprietário da Lanari S/A Indústria – como diretores suplentes. Além disso, o aqui já mencionado Carlos Eduardo Paes Barreto (Refinaria União) e Hernani Azevedo Silva (Cia. Brasileira de Estireno e Koppers Com. e Serviços Técnicos Ltda.) – que eram, respectivamente, diretor suplente e conselheiro fiscal da ABIQUIM - eram sócios de Paulo Fontainha Geyer, líder do IPES[820].

A ABIQUIM teve participação importante na construção das diretrizes políticas voltadas para os segmentos químicos e petroquímicos, tendo sido representante das indústrias do ramo no GEIQUIM. Além disso, no início da ditadura a entidade acompanhou de perto as

[819] As empresas eram as seguintes: Cia. Química Rhodia Brasileira, Química Industrial Brasileira S.A. (Quimbrasil), Indústria Química Girardi, Alba S.A., Union Carbide do Brasil e Squibb Indústria Química.

[820] BORTONE, Elaine. *O IPES e a ditadura empresarial-militar*... op. cit. pp. 376-377.

solicitações do setor junto à Comissão Nacional de Estímulo à Estabilização de Preços (CONEP) e atuou para modificar o imposto de importação junto ao Conselho de Política Aduaneira (CPA)[821].

Em seus primeiros anos, a ABIQUIM contava com 134 filiados, reunindo empresas estrangeiras (Bayer, DuPont, Hoechst, Alba, Union Carbide e outras) e também brasileiras (Petrobras, Ipiranga, Refinaria União, Manguinhos, dentre outras). No entanto, a década de 1960 foi marcada por uma atuação da entidade fortemente direcionada a defender os interesses das indústrias petroquímicas de segunda e terceira gerações, que eram dominadas por capitais estrangeiros. Algo que expressava essa primazia do empresariado forâneo era o fato de a entidade ter sido presidida por Júlio Sauerbronn de Toledo entre 1964 e 1971, que era representante da Rhodia, nome adotado no Brasil pelo grupo Rhône-Poulenc, baseado na França[822].

Conforme outrora realçado, até a inauguração do polo petroquímico paulista, em 1972, as políticas de substituição de importação para o segmento petroquímico ampliaram os negócios das empresas privadas sem grandes distinções quanto à origem do capital[823]. Os indícios aqui levantados apontam que a ABIQUIM teve papel importante para garantir a participação estrangeira nos projetos petroquímicos em voga naquele período. A entidade detinha capilaridade na própria Petrobras através de Leopoldo A. Miguez de Mello – que era dirigente da estatal e vice-presidente da ABIQUIM – e, além disso, a empresa representada pelo conselheiro fiscal Hernani Azevedo Silva, a Cia. Brasileira de Estireno (CBE)[824], passou a integrar o polo paulista.

No entanto, ao longo das décadas de 1970 e 1980, a expansão do sistema Petroquisa – que, por sua vez, carreou a ampliação relativa de capitais das empresas petroquímicas locais – esteve vinculada à inflexão do perfil da diretoria da ABIQUIM. Em 1971, a presidência da entidade passou a ser ocupada por um representante do empresariado local. Trata-se de Péricles Nestor Locchi, da companhia paulista Quimbrasil. Locchi foi sucedido por Edgardo de Azevedo Soares Júnior, que assumiu em 1973 e era vinculado à Eleikeroz, também originária de São

[821] BORTONE, Elaine. *O IPES e a ditadura empresarial-militar*... op. cit. p. 377.

[822] BORTONE, Elaine. *O IPES e a ditadura empresarial-militar*... op. cit. pp. 374-375; ALVEAL CONTRERAS, Edelmira del Carmen. *Os desbravadores*... op. cit. pp. 181-182.

[823] OLIVEIRA, Alberto de. *A espacialização da petroquímica no Brasil*... op. cit. pp. 57-58.

[824] Como destacado anteriormente, a CBE tinha a norte-americana Monsanto e a alemã Huls em sua estrutura de propriedade.

Paulo. Em 1977, o engenheiro Paulo Cunha assumiu o comando da entidade. Como destacado anteriormente, o *tecno-empresário* saiu dos quadros da Petrobras em 1967 para fazer parte do primeiro escalão do grupo Ultra. Ele seguiu na presidência da entidade até 1982, sendo alocado na vice-presidência da Associação[825].

O sucessor de Paulo Cunha na presidência da ABIQUIM foi o engenheiro Carlos Mariani Bittencourt, do grupo Mariani, cuja família controlava a Petroquímica da Bahia, integrada ao polo baiano. O *tecno-empresário* também fazia parte do conselho administrativo da Norquisa, grupo econômico criado para efetuar a privatização da Copene no final da década de 1970, que tinha Ernesto Geisel na presidência e que será recobrado no próximo subcapítulo. Na cerimônia de posse da diretoria que Mariani passou a comandar estavam presentes figuras como Hélio Beltrão, Ernesto Geisel, Luís Eulálio Bueno Vidigal, Manuel da Costa e outros, o que expressa a vinculação entre Mariani e o grande empresariado de origem local[826].

Membros com passagem pelo sistema Petrobras também integraram a ABIQUIM entre as décadas de 1970 e 1980. Destacam-se nomes como Arthur Candal da Fonseca, que presidiu a estatal entre 1967 e 1969 e que se tornou consultor permanente da Associação a partir de 1979, ou Otto Vicente Perroni, presidente da Petroquisa entre 1979 e 1982 e que veio a ser presidente da ABIQUIM entre 1985 e 1986[827].

Durante o governo de Ernesto Geisel, a ABIQUIM foi favorável ao modelo tripartite na petroquímica sob liderança da Petroquisa, sendo, desse modo, contrária à estratégia da Dow Chemical frisada anteriormente, que visava estabelecer um projeto petroquímico próprio[828]. A entidade apoiou quase que incondicionalmente a gestão de João B. Figueiredo, pelo menos até 1983, quando a Associação passou a criticar o governo por conta da crise econômica e também pelo abandono do Programa Nacional de Apoio à Química Farmacêutica (Profarma)[829].

---

[825] ALMEIDA, Hamilton. História da Química: Abiquim comemora 50 anos. *Química e Derivados,* 29 dez. 2014. Disponível em: https://www.quimica.com.br/abiquim-50-anos-fatos-que-marcaram-historia/. Acesso em: 15/05/2024; SCARAMUZZO, Mônica. "O estrategista Paulo da Cunha dá as cartas". *Valor Econômico,* 21 ago. 2012; Poder 360. "Morre o empresário Paulo Cunha, aos 82 anos". 03 jul. 2022. Disponível em: https://bit.ly/3wkUVeS. Acesso em: 04/05/2024.

[826] SUAREZ, Marcus Alban. *Petroquímica e tecnoburocracia*... op. cit. pp. 223-225.

[827] SUAREZ, Marcus Alban. *Petroquímica e tecnoburocracia*... op. cit. p. 159; informações sobre Otto Vicente Perrone retiradas do site da Academia Nacional de Engenharia, disponível em: https://anebrasil.org.br/patronos/otto-vicente-perrone/. Acesso em: 15/05/2024,

[828] ALVEAL CONTRERAS, Edelmira del Carmen. *Os desbravadores*... op. cit. pp. 116-117.

[829] SUAREZ, Marcus Alban. *Petroquímica e tecnoburocracia*... op. cit. pp. 222-223.

O Profarma visava a verticalização do segmento petroquímico de origem local para a química fina. Para isso, era planejada a gradativa nacionalização da produção de medicamentos, acompanhada pela substituição de importação das matérias-primas utilizadas. O projeto ficou engavetado ao longo do ano de 1983 e em 1984 já estava definitivamente abandonado. A extinção do programa significava um maior aprofundamento da inserção das empresas multinacionais no segmento, que já eram predominantes. Naquele momento, dos 600 laboratórios farmacêuticos atuantes no país, 80 eram dominados por capitais estrangeiros, que, por sua vez, controlavam 80% do faturamento do setor[830]. Mesmo nesse contexto, a ABIQUIM seguia pautando diversas reivindicações frente às políticas governamentais, como as diretrizes que redefiniam os preços dos produtos do ramo e denúncias em relação às interferências da Secretaria de Controle de Empresas Estatais (SEST)[831].

Considerações parciais

Esta subseção visou efetuar a exposição de alguns casos paradigmáticos que frisassem a relação entre intelectuais orgânicos, aparatos privados de hegemonia e o segmento petroquímico brasileiro no período da ditadura. A partir das informações levantadas foi possível perceber que os vínculos do alto escalão da Petrobras com as classes dominantes, evidenciados anteriormente, significaram a realização dos interesses materiais do empresariado privado pelas políticas do regime, sobretudo no que tange ao segmento petroquímico.

A criação da Petroquisa, em dezembro de 1967, foi fundamental naquele processo. A subsidiária da Petrobras adquiriu propriedade em parte acachapante das indústrias do ramo, geralmente em modelo tripartite, e capitaneou a consolidação dos três polos petroquímicos (SP, BA e RS) através do controle de propriedade de suas centrais de matérias-primas. Para as burguesias a criação da Petroquisa foi um grande negócio. Afinal, tratou-se de conceber uma empresa estatal dotada de recursos que nenhum capital particular era capaz de possuir, que era inviabilizada de deter monopólio na área petroquímica e que, como toda entidade estatal, tinha o direcionamento de suas diretrizes aberto às articulações das classes dominantes.

[830] Cf. "Só crescimento resolve, diz Passarinho". *Cidade de Santos*, 15 jun. 1984. p. 7; "Brasil cede mais no setor farmacêutico". *Cidade de Santos*, 18 jun. 1984. p. 4.

[831] ALVEAL CONTRERAS, Edelmira del Carmen. *Os desbravadores*... op. cit. p. 182.

Em relação à hipótese de Marcus Alban Suarez, é válido elencar alguns elementos que contribuem para o seu tensionamento. Como destacado, o autor argumenta que os agentes que ocuparam as instâncias estatais direcionadas para o desenvolvimento do ramo petroquímico faziam parte da "tecnoburocracia". Esses "tecnoburocratas" possuíam forte autonomia frente ao próprio Estado e agiam de forma independente em relação às classes dominantes, ainda que pudessem selar alianças com estas. Na concepção do autor, essa "nova classe" foi a pedra de toque do processo de evolução do segmento petroquímico na ditadura, detendo "hegemonia inconteste" frente aos militares e às burguesias (local e multinacional)[832].

Ao fundo, Marcus Suarez almeja evidenciar que a "tecnoburocracia estatal" brasileira – que era aquela que havia alcançado o seu "grau mais elevado" quando comparada à de outros países - era um componente elementar para a superação daquilo que, sem definir, denomina de "desenvolvimento capitalista dependente". Em sua concepção, naquele momento, em meados da década de 1980, o Brasil estava em um estágio avançado dessa superação devido à configuração de sua tecnoburocracia[833].

Em primeiro lugar, tendo-se em conta a afirmação de Suarez, cabe salientar a parca viabilidade da superação da dependência dos países periféricos em um contexto em que vigora o modo de produção capitalista em escala mundial. Como já destacaram diversos teóricos marxistas da dependência, a subsunção econômica dos países periféricos é um pressuposto basilar e estrutural para a reprodução capitalista dos países centrais[834].

Em segundo lugar, no que tange à tese de Suarez sobre a petroquímica brasileira durante a ditadura, os elementos dispostos neste subcapítulo visaram realçar que as relações entre o empresariado e agentes que ocuparam o Estado restrito – em particular, a Petrobras – foram mais orgânicas do que sugere o autor. Parte importante do alto escalão da Petrobras, da Petroquisa e de outros organismos estatais não apenas selaram *alianças* com empresas petroquímicas privadas, mas tiveram interesses materiais compartilhados com estas, atuando como intelectuais orgânicos do segmento.

---

[832] SUAREZ, Marcus Alban. *Petroquímica e tecnoburocracia*... op. cit. p. 26.

[833] SUAREZ, Marcus Alban. *Petroquímica e tecnoburocracia*... op. cit. p. 26.

[834] cf. MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência*... op. cit.; DOS SANTOS, Theotônio. El nuevo caracter de la dependencia. *Segunda reunión de la Asamblea General del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales* (CLACSO), Lima (Peru), out. 1968.

É pertinente destacar alguns breves elementos acerca dos estudos de caso apresentados anteriormente, uma vez que eles reforçam a perspectiva aqui defendida. Roberto Campos, Adolpho Rocca Dieguez e Floriano Peixoto Faria Lima saíram de cargos estatais estratégicos na área econômica ou petrolífera para atuar junto aos negócios do grupo Capuava – como o Banco União Comercial e a Unipar -, que, por sua vez, tinha participações acionárias no polo petroquímico de São Paulo. Hélio Beltrão construiu sua carreira dinamizando sua atuação entre o alto escalão de empresas privadas, como o grupo Ultra, e cargos estratégicos no Estado restrito, como os ministérios do Planejamento, da Desburocratização, Previdência e a própria presidência da Petrobras.

As empresas estrangeiras atuantes na petroquímica, mesmo sem deter proeminência no bloco no poder, também tinham seus intelectuais orgânicos. Golbery do Couto e Silva, por exemplo, saiu do TCU para integrar os quadros da norte-americana Dow Chemical, chegando à presidência da unidade brasileira da empresa em 1972. No governo Ernesto Geisel, iniciado em 1974, o militar retornou a um cargo estratégico no Estado restrito como ministro-chefe do Gabinete Civil.

Ao ter vínculo e proximidade com as empresas do ramo petroquímico, a tendência é que tais agentes, ao ocupar cargos no Estado, operassem no sentido de direcionar as políticas do regime em prol dos grupos econômicos com os quais tinham ligação. Um dos episódios emblemáticos nesse sentido foi o caso de Golbery do Couto e Silva, que, no governo Geisel, atuou junto a outros atores para conceder isenções fiscais ilegais à Dow Chemical, empresa que presidira.

Os intelectuais orgânicos da burguesia também atuavam junto a aparatos privados de hegemonia. Entidades como a ABIQUIM e a ACRJ tinham como membros agentes do sistema Petrobras ou acionistas de grupos econômicos sócios da estatal e sistematizavam demandas de modo a inseri-las nas diretrizes das políticas petroquímicas do regime.

As informações aqui apresentadas demonstram que a trajetória profissional de muitos dos assim chamados “tecnoburocratas” da petroquímica teve a atuação em empresas privadas do ramo como quesito *imprescindível*. Tendo isso em vista, não parece prudente considerar que esses agentes que ocupavam cargos-chave nas entidades formais do Estado tenham constituído uma classe autônoma frente às classes dominantes, conforme defende Marcus Suarez.

Ademais, os argumentos aqui destacados também evidenciam a limitação da concepção de Alveal Contreras que defende que a Petrobras e a Petroquisa foram

intermediadoras ou entidades *solidárias* aos interesses das empresas petroquímicas. Como aqui salientado de diversas formas, o empresariado do ramo tinha uma sistematizada organicidade política, em um quadro no qual a perspectiva que considera a Petrobras como um agente etéreo e exterior (um "Leviatã produtivo") às relações de classe se mostra descabida.

É verdade que os estudos de caso listados anteriormente não abarcam a totalidade das empresas petroquímicas atuantes no Brasil durante a ditadura. No entanto, julgamos que o fato de se tratar de episódios que abarcam intelectuais orgânicos e aparatos privados de hegemonia que estiveram no cerne da construção das políticas petroquímicas do regime seja suficiente para tensionar as consagradas teses de Marcus Suarez e Alveal Contreras aqui salientadas.

Além disso, as questões atinentes à petroquímica averiguadas neste subcapítulo também validam a perspectiva que enlaça o aparato analítico desta tese, que argumenta que os empresários foram um componente central da ditadura iniciada em 1964. É evidente que os militares tiveram papel imprescindível nas diversas facetas que sustentaram o regime, inclusive a nível econômico. No caso da petroquímica, pode-se perceber que um importante membro castrense, que foi um dos principais articuladores do golpe e da ditadura, Golbery do Couto e Silva, atuou junto ao primeiro escalão de uma grande empresa estrangeira do ramo. No entanto, a construção de outras esferas da política econômica e, mais especificamente, do sistema petroquímico brasileiro, teve uma miríade de empresários (ou *tecno-empresários*) como eixo basilar, o que nos permite afirmar que tais agentes se constituíram enquanto construtores da ditadura, junto aos militares.

Aliás, o complexo anticomunista ESG/IPES também teve os seus membros nas entidades estatais e/ou empresas atuantes no ramo petroquímico durante o regime. Destacaram-se nomes como Golbery do Couto e Silva, Roberto Campos, Hélio Beltrão, Floriano Peixoto Faria Lima, Paulo Belotti, Paulo Fontainha Geyer e Rui Gomes de Almeida, além das empresas e agentes ipesianos que compunham a ABIQUIM.

Em suma, a perspectiva aqui defendida é que as indústrias privadas atuantes na petroquímica durante a ditadura (estrangeiras ou locais) possuíam um importante cabedal de intelectuais orgânicos e agências de organização política. Isso significa que os tecno-empresários que atuaram em áreas-chave do Estado restrito para aquele ramo da economia atuaram no sentido de organizar os interesses materiais de classe de segmentos específicos da burguesia. Ou seja, a organicidade dos empresários aqui destacada significou a *condensação*

dos intentos daquela fração empresarial pelas políticas do Estado, sendo esta resultante da disputa política, nos termos de Nicos Poulantzas[835].

A seguir, serão evidenciados alguns episódios que retratam a vinculação entre segmentos empresariais e a internacionalização da Petrobras durante a ditadura. De forma mais específica, será abordado os casos de outras duas subsidiárias da estatal, a Braspetro e a Interbras.

3.4.5 – Braspetro e Interbras: a internacionalização de interesses empresariais brasileiros pela Petrobras

A Petrobras Internacional S.A. (Braspetro) foi criada em 1972, habilitada para pesquisar, explorar e produzir petróleo em outros países. Os principais objetivos da subsidiária era ampliar alternativas de suprimentos de petróleo e economizar divisas, além de favorecer a absorção de tecnologia no segmento de exploração.

Já nos seus primeiros anos, antes mesmo do choque do petróleo de 1973, a Braspetro fechou contratos de risco com o Irã, Egito, Argélia, Líbia e Filipinas. Por essa modalidade contratual, caso o petróleo não fosse descoberto os custos seriam integralmente da empresa operadora, mas, caso a empreitada tivesse sucesso, o petróleo seria de propriedade do governo do Estado de origem. Em contrapartida, a Petrobras teria o direito de comprar certo volume de óleo cru a preços preferenciais, enquanto durasse o contrato[836]. A experiência adquirida pela subsidiária em relação a esse tipo de negócio foi importante para a indução da internalização dessa modalidade em 1975, quando o governo aprovou a possibilidade de empresas estrangeiras explorarem petróleo no Brasil[837].

Nos primeiros sinais da crise do petróleo de 1973, a Petrobras passou a ser gradativamente mobilizada para aliviar a pressão no balanço de pagamentos decorrente do aumento dos preços internacionais do petróleo. Junto aos empreendimentos de pesquisa, exploração e produção, a Braspetro passou a atuar como "empresa comercial exportadora" (trading company) em 1974, implantando escritórios comerciais nos países em que atuava, de

[835] POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*... op. cit. pp. 147-148.

[836] TOSCANO, Daniella Maria Barandier. *A influência do sistema Petrobras sobre a ação externa do governo de Ernesto Geisel* (1974-1979). Curitiba: Juruá, 2011. p. 97.

[837] Sobre a Petrobras e os contratos de risco na ditadura, ver: SILVA, Flávia Ferreira da. *Capital internacional e a Petrobras na ditadura*... op. cit.

forma a viabilizar as exportações de serviços, produtos primários e manufaturados brasileiros[838]. O sucesso dessas operações viria contribuir para o lançamento de outra companhia dentro do sistema Petrobras, dessa vez atrelada à Braspetro, a Interbrás.

A Petrobras Comércio S.A. (Interbrás) foi criada em fevereiro de 1976 com o objetivo de estimular as exportações de produtos brasileiros. Em um momento de queda nas reservas internacionais brasileiras e déficit na balança comercial, muitos dos negócios fechados pela companhia eram realizados através do oferecimento dos produtos e serviços brasileiros como abatimento de parte do pagamento das importações de petróleo.

É válido destacar que esse momento mais pujante de atuação internacional da Petrobras, a partir de 1974, se deu atrelado a um redirecionamento da política externa brasileira. Sob a chancela de *pragmatismo ecumênico e responsável*, a atuação diplomática do ministro Azeredo da Silveira visou diversificar parcerias, mantendo relações com os países centrais, mas se aproximando de países africanos e, sobretudo, do Oriente Médio. Essa reorientação está atrelada à própria estratégia econômica brasileira, em um contexto em que o Ministério da Fazenda foi a pasta com a qual o Ministério das Relações Exteriores teve relações mais intensas[839]. Ademais, o abastecimento petrolífero era um assunto de primeira ordem na condução da política exterior da época[840].

Dada a debilidade em termos de pessoal, *expertise* internacional e/ou orçamento de muitas empresas brasileiras, a Interbrás atuava oferecendo estrutura adequada de comércio exterior. Seu objetivo basilar durante a ditadura foi viabilizar a introdução em mercados externos de produtos não tradicionais na pauta de exportações brasileiras. Junto a isso, a empresa visava a conquista de novos demandantes dos produtos nacionais de exportação[841].

Como estratégia de atuação, a Interbrás investia em duas frentes, a interna e a externa. Na primeira, a entidade buscava oferecer arranjos financeiros e operacionais às empresas estatais e privadas atuantes no Brasil, buscando viabilizar a exportação de seus produtos.

---

[838] SANTANA, Carlos. Interbrás: ficção e realidade. Rio de Janeiro: Assessoria de Promoções da Interbrás, 1984. p. 211.

[839] Essa afirmativa é do próprio Azeredo da Silveira, em entrevista à Matias Spektor. Ver: SPEKTOR, Matias (org.). *Azeredo da Silveira*: um depoimento. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. pp. 282-283

[840] Sobre a interface entre Petrobras e política externa brasileira, ver: TOSCANO, Daniella Maria Barandier. *A influência do sistema Petrobras*... op. cit. Sobre a política externa de Ernesto Geisel, ver: CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 4ª ed. revista e ampliada. Brasília: Editora da UNB, 2012. pp. 425-456.

[841] SANTANA, Carlos. Interbrás: ficção e realidade. op. cit. p. 213.

Na frente externa, a companhia atuava na manutenção e busca de clientes estrangeiros a fim de direcionar os produtos das empresas brasileiras. Sua atuação nessa dimensão também visava solucionar problemas em termos de transporte, distribuição, seguro, financiamento, marketing, dentre outros[842].

Durante a existência da Interbrás, entre 1976 e 1992, os produtos e serviços comercializados foram: café, grãos (soja e trigo), produtos químicos e petroquímicos (benzeno, etileno, cloreto de sódio, metanol, látex, resinas etc.), produtos industrializados (artigos esportivos, eletrodomésticos, materiais de construção, peças de veículos, sardinha em lata, carnes frescas e enlatadas, frango, camarão e lagosta congelados etc.), metais (alumínio, ferro, zinco etc.), produtos siderúrgicos (chapas, barras, tubos, cabos de aço etc.), serviços (agroindústria, agricultura, construção civil, obras de saneamento, telecomunicação, gerenciamento e transmissão de energia elétrica etc.), produtos especiais (concentrados de frutas, tecidos, cordas de cisão, fertilizantes, celulose e papel etc.), veículos (automóveis, caminhões e tratores) e bens de capital (máquinas pesadas)[843]. Em 1984, a companhia possuía uma rede operacional externa de médio porte, atuando em quase todos os continentes, com escritórios em três países do Oriente Médio, três na Europa Ocidental, três na Europa Oriental, três na América do Sul, dois na América do Norte, dois na Ásia e um na África[844].

Um dos grandes empreendimentos da subsidiária na década de 1970 foi a criação do projeto TAMA. No início de sua atuação internacional, a Braspetro vislumbrou a possibilidade de exportar eletrodomésticos brasileiros no mercado internacional. Com a criação da Interbrás, em 1976, o fomento desse plano ocorreu de modo a buscar um mercado-alvo como teste, evitando, dessa forma, os problemas logísticos de uma investida mais extensa.

Nesse período, a Nigéria se mostrava um mercado bastante promissor. O contexto de reconstrução pós-guerra do Biafra, em conjunto com o aumento internacional dos preços do petróleo, resultou em um crescimento expressivo de sua economia, tendo selado o aumento médio de 11% de seu PIB entre 1970 e 1974. Nesse processo, houve expressiva valorização salarial e o planejamento econômico do país tinha como uma de suas diretrizes a ampliação da eletricidade[845].

---

[842] SANTANA, Carlos. Interbrás: ficção e realidade. op. cit. pp. 213-214.

[843] TOSCANO, Daniella Maria Barandier. *A influência do sistema Petrobras*... op. cit. p. 102.

[844] SANTANA, Carlos. Interbrás: ficção e realidade. op. cit. p. 216.

[845] SANTANA, Carlos. Interbrás: ficção e realidade. op. cit. pp. 123-125.

Antes do fim de 1976, funcionários da Interbrás findaram um levantamento do mercado nigeriano de eletrodomésticos. Uma vez que as perspectivas eram bastante otimistas, a subsidiária efetuou sua inserção comercial no país através da criação de um aglomerado de empresas do ramo, que foram consubstanciadas em uma só marca, a TAMA.

O projeto TAMA reunia 21 empresas brasileiras, responsáveis pela fabricação de mais de cem produtos. O negócio se deu em associação com a empresa nigeriana Jobras Nigeria Limited, que ficou a cargo de comercializar os produtos na Nigéria. A partir de uma grande estratégia de difusão da marca no país africano, que chegou a reunir o jogador Pelé como garoto-propaganda, a empresa começou o envio de produtos a partir do final de 1978.

Entretanto, no mesmo período do início das operações o governo do país estabeleceu uma drástica política de austeridade, que contou com a contenção ao crédito e restrições expressivas às importações. Ainda que a empresa Jobras tenha angariado US$ 6,7 milhões pela venda dos eletrodomésticos da TAMA, o resultado foi negativo, perfazendo um prejuízo comercial de US$ 2,5 milhões. A partir de então, a TAMA teve que direcionar seus produtos para outros países do continente e para a América Latina[846].

Apesar de ter obtido um grau considerável de rentabilidade e uma participação significativa na composição da balança comercial brasileira, a Interbras passava por alguns percalços. A entidade estava sujeita às políticas de contenção de gasto público e à alta rotatividade de funcionários devido ao fato de seu pessoal ser atraído pelos melhores salários na iniciativa privada[847].

Apesar da maior proximidade comercial com os países africanos, as parcerias mais significativas da Petrobras ocorreram com o Oriente Médio. O grande potencial petrolífero desta região foi fundamental para suprir parte considerável da carência petrolífera brasileira, em acordos que pressupunham a contrapartida em serviços e produtos nacionais.

De modo geral, o resultado da investida junto aos países do Oriente Médio foi negativo para o Brasil. Apesar dos esforços de estímulo às exportações brasileiras para a região, a balança comercial nacional ficou deficitária. Enquanto as exportações brasileiras para a localidade saltaram de uma média de 1% referente aos anos de 1967-72 para 3% no período 1973-1978,

[846] SANTANA, Carlos. Interbrás: ficção e realidade. op. cit. pp. 124-139.

[847] TOSCANO, Daniella Maria Barandier. *A influência do sistema Petrobras*... op. cit. p. 103.

as importações de petróleo evoluíram em média 60% entre 1967 e 1972, e 86% entre 1973 a 1978[848].

A despeito do preço elevado do petróleo, foram diversas as razões para a falta de êxito em torno da parceria comercial com a região. Os motivos vão desde a falta de capacidade das indústrias brasileiras de confeccionarem os produtos em tempo hábil, ao suposto excesso de burocracia no Ministério das Relações Exteriores do qual se queixavam os empresários. No entanto, as tratativas da Braspetro/Interbrás com o Oriente Médio foram um grande negócio para um grupo reduzido de empresas, das quais cabe destacar o segmento automotivo, cujo maior expoente foi a Volkswagen, e a indústria da construção pesada, com favorecimento da empreiteira Mendes Jr.

Dentre os países do Oriente Médio, o maior parceiro comercial do Brasil na década de 1970 foi o Iraque. Já em janeiro de 1974, o país de Saddam Hussein indicava à diretoria da Braspetro interesse em comprar arroz e açúcar, adquirir carros da Volkswagen e executar projetos de construção civil[849]. Ao longo da década, o vínculo entre os dois países se estreitou gradativamente.

3.4.5.1 - Volkswagen, Mendes Jr. e a atuação da Petrobras no Iraque

Devido à crise petrolífera mundial, entre 1970 e 1980 a participação do Oriente Médio nas importações brasileiras saltou de 4,2% para 34%, sendo o petróleo iraquiano o principal item nessas transações. Considerado pelo ex-presidente João Batista Figueiredo como um "grande e bom amigo", a aproximação brasileira com Saddam Hussein evitou a estagnação energética brasileira[850].

Um grande feito da Braspetro no Iraque foi a descoberta do campo de Majnoon, no Sul do país, em 1973. A área prospectada pela estatal brasileira tinha capacidade equivalente a 10 bilhões de barris, o que representava cerca de US$ 70 bilhões. Há sondagens que indicam, no entanto, que a área total poderia ter até 50 bilhões de barris de óleo[851].

---

[848] TOSCANO, Daniella Maria Barandier. *A influência do sistema Petrobras*... op. cit. pp. 88-89.

[849] TOSCANO, Daniella Maria Barandier. *A influência do sistema Petrobras*... op. cit. p. 98.

[850] ATTUCH, Leonardo. *Saddam, o amigo do Brasil*: a história secreta da conexão Bagdá. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2003. p. 10.

[851] CHACEL, Cristina. *O tatu saiu da toca*: histórias da internacionalização da Petrobras. Rio de Janeiro: Petrobras, 2007. p. 32.

Contudo, embora o Brasil fosse visto pelos iraquianos como um parceiro, a dimensão da descoberta, que previa a produção de 2,5 milhões de barris por dia, aflorou os ímpetos nacionalistas do país, gerando um movimento de afastamento da Braspetro do campo enquanto concessionária de serviços. A partir de 1980, a Braspetro passou a ser prestadora de serviços da estatal Inoc, com toda a sua equipe trabalhando para os iraquianos[852].

Com o acirramento da guerra entre Irã e Iraque, a Braspetro teve de deixar de vez a região, que se localizava na fronteira entre os dois países. Contudo, o Brasil conseguiu negociar indenizações e ressarciu US$ 300 milhões de gastos nas pesquisas geológicas e também firmou um contrato de 150 mil barris de petróleo por dia por 15 anos[853].

A Interbrás visou incrementar produtos brasileiros nas relações de compra de petróleo com o Iraque e, para além disso, o governo de Saddam Hussein queria modernizar seu país, sendo crucial a instituição e expansão de projetos de infra-estrutura. Segundo o próprio Delfim Netto, em entrevista a Leonardo Attuch[854], a Mendes Jr. se conformou como um dos principais pilares da relação bilateral, sendo um "cartão de visita" do Brasil no Oriente Médio, de modo a amparar a sustentação das importações petrolíferas brasileiras.

A obra mais expressiva efetuada pela construtora brasileira no Iraque foi a ferrovia Bagdá-Akashat. Projetada para ter 553 quilômetros de extensão, a escolha pública da empreiteira para efetuar a obra contou com a participação de grandes empresas do ramo internacional, como a George Wimpey[855].

O processo de escolha para a construção da ferrovia contou com intensa mobilização de membros do Executivo brasileiro, como os contatos pessoais efetuados pelos então ministros de Minas e Energia e de Indústria e Comércio, Shigeaki Ueki e Ângelo Calmon de Sá, respectivamente. Além disso, o próprio Ernesto Geisel enviou uma carta para o governo de Saddam Hussein, realçando o histórico de parcerias entre os dois países, como a descoberta do campo de Majnoon.

Além do preço, um fator decisivo para a escolha da empresa para a execução da obra foi seus históricos de construções. Desse modo, Taha Yassim Ramadan, vice-presidente do

[852] CHACEL, Cristina. *O tatu saiu da toca*... op. cit. p. 42.

[853] ATTUCH, Leonardo. *Saddam, o amigo do Brasil*... op. cit. pp. 22-23.

[854] ATTUCH, Leonardo. *Saddam, o amigo do Brasil*... op. cit. p. 112.

[855] A empreiteira britânica George Wimpey chegou a oferecer 100 milhões de dólares para que o governo iraquiano a escolhesse para executar as obras da ferrovia Bagdá-Akashat. Ela foi imediatamente desclassificada. Ver: ATTUCH, Leonardo. *Saddam, o amigo do Brasil*... op. cit. p. 35.

Iraque, visitou o Brasil para analisar pessoalmente o portfólio da Mendes Jr. e, finalmente, em 2 de outubro de 1978, Bagdá fechou o contrato de US$ 1,2 bilhão com a construtora. É válido salientar que boa parte desses grandes projetos presentes no histórico da empresa se deu devido a seu vínculo estrito com o Estado durante a ditadura[856].

A construção da ferrovia reuniu 15 mil homens das mais diversas nacionalidades, como turcos, indianos e paquistaneses. Muitos dos trabalhadores brasileiros levaram suas famílias e os acampamentos da Mendes Jr. tinham o porte de uma cidade, com colégio particular, 50 mil refeições diárias com os mais diversos cardápios e TV a cabo. A execução da obra impulsionou outros ramos da economia, como a multinacional Mercedez-Benz, que vendeu mil caminhões para a empreiteira já no início das obras.

O vínculo da Volkswagen do Brasil com o Iraque e a Petrobras, por sua vez, foi permeado por uma complexa operação que envolvia um elaborado sistema logístico, compra de petróleo e venda de automóveis. Em um contexto de escassez de divisas e necessidade de suprimento do mercado petrolífero brasileiro, Wolfgang Sauer, então presidente da empresa automotiva, decidiu comprar o petróleo iraquiano de modo a vendê-lo para a Petrobras, em uma operação com moeda interna, e o pagamento do insumo para Bagdá seria efetuado com automóveis fabricados pela montadora[857].

Com intensa articulação da Interbrás e de Paulo Tarso Flecha e Lima, então chefe do Departamento de Promoção Comercial do Itamaraty, a Volkswagen conseguiu superar a resistência do governo iraquiano após elaborar minucioso projeto para comprovar a seguridade de transportar petróleo por 1,2 mil quilômetros, em um percurso que atravessava o Iraque e adentrava a Jordânia. Considerada pelo próprio Wolfgang Sauer, em entrevista a Leonardo Attuch[858], como o maior contrato mundial de exportação de automóvel da indústria automobilística, o negócio consistiu na venda de 170 mil Passats para o país de Saddam, e rendeu US$ 1,7 bilhão para a montadora. Cabe ressaltar que a operação logística envolveu também a compra de 3 mil veículos pesados, que foram fornecidos pela Mercedez-Benz.

O negócio internacional mais promissor da Petrobras na década de 1970 esteve estritamente atrelado à indústria automotiva e à empreiteira Mendes Jr. Contrariando um dos

[856] ATTUCH, Leonardo. *Saddam, o amigo do Brasil*... op. cit. pp. 31-32; CAMPOS, Pedro H. P. *Estranhas catedrais*... op. cit.

[857] ATTUCH, Leonardo. *Saddam, o amigo do Brasil*... op. cit. pp. 71-80.

[858] ATTUCH, Leonardo. *Saddam, o amigo do Brasil*... op. cit. p. 129.

preceitos basilares da Interbrás, que era conceder aportes de comercio exterior sobretudo às empresas de pequeno e médio porte, esses dois ramos produtivos já obtinham considerável grau de monopólio, conquistado, em grande medida, por sua articulação frente às políticas do Estado[859]. Além disso, é pertinente destacar que essas operações no Iraque indicam que foram principalmente as empresas pertencentes ao *pacto estrutural*, na definição de Carlos Lessa, que tiveram primazia no processo de internacionalização da Petrobras. Ou seja, mesmo não constando no cerne da estratégia econômica, essas companhias continuavam detendo hegemonia no decurso dos principais empreendimentos do país à época.

3.5 – A sustentação da Petrobras como um vetor da contrarrevolução preventiva brasileira: perseguição operária e privatização no período final da ditadura (1974-1988)

Conforme exposto anteriormente, em 1974 foi iniciado o período da ditadura que pode ser caracterizado como contrarrevolução democrática, nos termos propostos por Renato Lemos[860]. Nesse processo, os militares e as classes dominantes passaram a afeiçoar os parâmetros econômicos e políticos no intuito de garantir a replicação de sua dominação através da construção de um regime democrático limitado.

Dentre os elementos dessa transição contrarrevolucionária para a democracia esteve a combinação entre uma agenda de privatizações cada vez mais intensa e a manutenção da repressão típica da Doutrina de Segurança Nacional. Esses dois quesitos estiveram no centro do decurso histórico da Petrobras no período final da ditadura, sobretudo nos anos de 1980, e foram tensionados/combatidos pela classe trabalhadora, que estava em fase de reemergência no cenário político brasileiro.

Como já destacado na primeira seção desta tese, a contrarrevolução preventiva é um elemento constitutivo e estrutural que permeia a dominação burguesa no Brasil. O objetivo da parte final deste capítulo é gerar aportes a fim de evidenciar que a Petrobras, por continuar sendo uma empresa estratégica para a reprodução capitalista brasileira, seguiu sendo um importante vetor da contrarrevolução que assentou as bases do novo regime em construção.

[859] Sobre o processo de expansão das empreiteiras brasileiras no Brasil durante a ditadura, ver: CAMPOS, Pedro H. P. "*Estranhas catedrais*". As empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988. Niterói: Eduff, 2015. Sobre a indústria automotiva, ver: LUEDEMANN, Marta da Silveira. *Transformações na indústria*... op. cit.

[860] LEMOS, Renato L. do C. N. e. Contrarrevolução e ditadura... op. cit.

3.5.1 - Um panorama das diretrizes econômicas em contexto de acirramento da crise sistêmica (1974-1980)

A economia dos Estados Unidos terminava a década de 1960 premida por diversos ângulos. O principal gargalo para as contas públicas norte-americanas estava relacionado aos gastos militares com a Guerra Fria e a Guerra do Vietnã. Somava-se a esse quadro um aumento das verbas direcionadas à saúde e educação, no bojo da "Guerra à Pobreza", programa estabelecido pelo governo Lyndon Johnson. Como resultado desse processo, a economia estadunidense chegou em 1970 apresentando debilidades no balanço de pagamentos, déficit fiscal e pressões inflacionárias, o que acarretou o enfraquecimento do dólar.

Os acordos econômicos internacionais após a Segunda Guerra Mundial, instituídos na órbita de Bretton Woods, estabeleciam que a emissão de dólar por parte dos Estados Unidos deveria estar lastreada em sua reserva em ouro. No final dos anos de 1960, as frequentes emissões monetárias norte-americanas efetuadas a fim de sanear os gastos com os conflitos internacionais implicaram uma progressiva desconfiança mundial em relação à moeda americana. Essa suspeição foi agravada devido à denúncia feita em 1970 por Edward Durrell, um empresário de Ohio, que revelava que o país havia lançado mais dólares em circulação do que podia lastrear em ouro. Esse conjunto de fatores ensejou um colapso no sistema monetário internacional.

A desconfiança frente à moeda dos Estados Unidos e a denúncia de Durrell impulsionaram países como França, Alemanha e Grã-Bretanha a fazerem uma intensa troca de dólar por ouro. Esse movimento acarretou a sobrevalorização da moeda norte-americana, a estagnação econômica do país, a amplificação inflacionária e também acirrou o déficit em seu balanço de pagamentos. Como resposta à situação, o governo Richard Nixon, iniciado em janeiro de 1969, firmou, primeiramente, um aumento de 10% nas tarifas de importação. Em seguida, no dia 15 de agosto de 1971, aboliu a convertibilidade do dólar em ouro, o que se desdobrou em um processo no qual a moeda estadunidense transformou-se na divisa fiduciária internacional.

As medidas de desvalorização cambial dos Estados Unidos impactaram o preço internacional do petróleo. Em 1971 já era possível perceber uma elevação em 5% no preço do insumo. Somado a isso, em 1973 houve o primeiro choque do petróleo, que consistiu na elevação do preço do barril do óleo por parte dos países árabes membros da Organização dos

Países Exportadores de Petróleo (OPEP). A quadruplicação do valor do insumo foi efetuada em represália ao apoio dos Estados Unidos à Israel na Guerra do Yom Kippur[861].

Naquele momento, cerca de 60% do petróleo que abastecia o assim chamado "mundo ocidental" vinha do Oriente Médio e os países da região produtores do insumo passaram a concentrar uma gama significativa de dólares. Esse quadro contribuiu para a geração de um excesso de liquidez no mercado internacional, haja vista que a maior parte das vendas de petróleo por parte dos países da OPEP foi depositada em instituições financeiras europeias. Estas, por sua vez, passaram a redirecionar esses petrodólares em operações de crédito aos países da periferia que estavam em vias de aprofundar o desenvolvimento de seu capitalismo[862].

Foram os recursos do euromercado os principais motores financeiros que assentaram as bases do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) brasileiro, lançado no final de 1974. A dívida externa do país já havia sido acirrada no período do "milagre econômico", passando de US$ 3,8 bilhões em 1968 para US$ 12,6 bilhões em 1973. Nos demais anos da década de 1970, esses encargos foram aprofundados[863].

É nesse contexto internacional que Ernesto Geisel assumiu a presidência do país, em janeiro de 1974. Mesmo em meio aos efeitos deletérios oriundos do choque do petróleo e da consequente crise financeira internacional, os planejadores econômicos do governo consideravam que a crise seria passageira e fixaram linhas a fim de intensificar a industrialização brasileira.

O plano econômico do governo Geisel foi construído direcionado a cumprir três objetivos centrais: a manutenção do crescimento, o equilíbrio das contas externas e a contenção inflacionária. Uma das principais diretrizes do II PND foi a intensificação dos estímulos às empresas estatais, no intuito de erigir a indústria de base como setor industrial proeminente[864].

---

[861] Sobre os choques do petróleo, ver: VOIGT, Márcio Roberto. *O impacto dos choques petrolíferos na diplomacia brasileira*... op. cit.

[862] BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *A formação do império americano*: da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque. 4ª ed., revista e atualizada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014 [2005]. pp. 297-305.

[863] É importante destacar a qualificação da dívida externa ao longo da ditadura. Conforme explicita Carlos Rodrigues, grande parte dos recursos financeiros captados no exterior, ao invés de serem convertidos em gastos na produção, eram direcionados para a reserva internacional a fim de arcar com as despesas com juros. A década de 1970, dessa forma, significou a inserção definitiva da economia brasileira no circuito financeiro internacional. Ver: RODRIGUES, Carlos Henrique Lopes. *Imperialismo e empresa estatal no capitalismo dependente brasileiro* (1956-1998). São Paulo: Alameda, 2023. pp. 129-130.

[864] LESSA, Carlos. *A estratégia de desenvolvimento*: sonho e fracasso. Brasília: FUNCEP, 1988. pp. 115-151.

De acordo com Sebastião Velasco e Cruz[865], o planejamento econômico instaurado a partir de 1974 demarcou uma acentuada tentativa de inflexão frente à conformação do empresariado atuante no país no primeiro decênio da ditadura. Ernesto Geisel, através de um modelo de gestão mais centralizado[866], procurou intensificar a mudança que já ocorria no governo anterior de não conceder primazia econômica ao segmento de bens de consumo duráveis[867]. Foi firmada, então, uma tentativa de alterar o padrão de industrialização brasileiro, de modo a reordenar a política industrial, privilegiando os setores de insumos básicos e de bens de capital. Foi a ênfase nesses nichos, em compasso com a proteção e incentivo à indústria privada brasileira, que deu boa parte do tom do II PND[868].

Conforme realça Carlos Lessa[869], a tentativa do governo de Ernesto Geisel de erigir a proeminência política da indústria de base significava conceder centralidade a um segmento econômico que se situava às margens do *pacto estrutural*. Esse pacto era composto, em linhas gerais, por uma frente de interesses capitaneada pelos setores da engenharia e da indústria de construção civil, em conjunto com os investimentos de empresas estatais, como a Petrobras. Essas frações produtivas, por um lado, se articulavam com os diversos segmentos da indústria fornecedora de materiais, como aquelas pertencentes à indústria de base. Por outro lado, o

[865] CRUZ, Sebastião C. Velasco e. Estado e Planejamento no Brasil: 1974/1976. In: CRUZ, Sebastião C. Velasco e. *O presente como história*: economia e política no Brasil pós-64. Campinas: Unicamp, 1997.

[866] Ernesto Geisel afastou a figura do "super-ministro", como aquela percebida no ministro da Fazenda da gestão anterior (Delfim Netto), por exemplo. A partir de 1974, foi levada a cabo uma reconfiguração ministerial que encurtou a alçada dos ministérios e acentuou a centralização decisória. Além disso, os órgãos estaduais e municipais se tornaram meros entes executivos do poder central. Nesse sentido, destacaram-se medidas como a centralização dos proventos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM), em janeiro de 1975, que coibiu a autonomia legislativa estadual ou, ainda, a centralização a nível federal dos financiamentos de grandes empreendimentos que estavam na atribuição dos bancos de desenvolvimento estaduais. Ver: LESSA, Carlos. *A estratégia de desenvolvimento*... op. cit.

[867] Isso não significou a redução e tampouco o ocaso deste segmento. A indústria automotiva, por exemplo, teve notável crescimento, mesmo não estando inserida como prioritária no plano econômico de Ernesto Geisel. Se esse ramo produziu 416.089 veículos no auge do "milagre", em 1970, sua produtividade foi incrementada gradualmente ao longo da década, chegando em 1980 com 1.165.174 de unidades produzidas, além de empregar 133.683 trabalhadores. Ver: LUEDEMANN, Marta da Silveira. *Transformações na indústria brasileira mundial*: o caso do complexo automotivo no Brasil – 1990-2002. Tese de doutorado em Geografia Humana. São Paulo: USP, 2003, p. 316; LESSA, Carlos. *A estratégia de desenvolvimento*... op. cit. pp. 152-157.

[868] MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado e Economia no Brasil*: opções de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Graal, 1986. pp. 102-103.

[869] LESSA, Carlos. *A estratégia de desenvolvimento*... op. cit. pp. 138-148.

considerável nível de empregabilidade dos setores da construção contribuía para aquecer a demanda por bens de consumo duráveis.

Para Carlos Lessa, as contradições dessa estratégia, que pretendia privilegiar uma fração empresarial situada às margens do *pacto estrutural*, implicaram a derrocada do II PND já em 1976. O expoente desse fracasso se manifestou a partir das diversas declarações e contraposições dos empresários industriais em relação à política econômica e ao regime então vigente, conforme será retratado a seguir[870].

As indústrias de base não foram simplesmente contempladas de forma passiva pelas políticas em curso. Se nos períodos anteriores o setor já tinha uma considerável ascendência na definição das diretrizes econômicas do país, sobretudo através da ABDIB, no governo de Ernesto Geisel o segmento foi diretamente alocado em áreas estratégicas situadas no cerne da estrutura do Estado brasileiro, com destaque para o BNDE.

Já no início do governo Geisel os recursos provenientes do PIS/Pasep foram direcionados da Caixa Econômica Federal para a administração do BNDE, o que duplicou a sua capacidade financeira. De forma concomitante, foram criadas subsidiárias na alçada do banco de desenvolvimento, como a Investimentos Brasileiros S.A. (Ibrasa), Financiamento de Insumos Básicos S.A. (Fibase), Mecânica Brasileira S.A. (Embramec), além do fortalecimento do já existente Fundo de Investimento para a Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais (Finame). O intuito era direcionar esses organismos para privilegiar os financiamentos a empresas sediadas no Brasil. O conselho diretivo de todas essas novas entidades foi ocupado por empresários oriundos da indústria de base, como os líderes da ABDIB Paulo Villares (Indústrias Villares) e Cláudio Bardella (Bardella Indústria Mecânica), além de Giordano Romi (Indústrias Romi), Luís Eulálio Bueno Vidigal (Cobrasma), José Mindlin (Metal Leve), dentre outros[871].

Além do BNDE, outros dispositivos governamentais foram primordiais para a expansão dos negócios da indústria de bens de produção no Brasil naquele momento. Pode-se destacar medidas como a restrição às importações de similares brasileiros no âmbito da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (CACEX) ou a elevação dos níveis dos mínimos nacionais na fabricação de máquinas e equipamentos. Na segunda metade da década

[870] LESSA, Carlos. *A estratégia de desenvolvimento...* op. cit. pp. 115-125.

[871] BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. *Abdib e a política industrial do governo Geisel* (1974-1979). Texto de discussão apresentado ao Polis. Niterói: UFF, 2007. pp. 7-8.

de 1970, para a obtenção de aportes fiscais do Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI), chegou-se a exigir das empresas que 85% do conteúdo de suas mercadorias fossem produzidos internamente. Isso sem contar a tonificação da indústria de base no bojo das "grandes obras" da ditadura, como a ampliação da CSN, COSIPA e USIMINAS, a construção das hidrelétricas de Itaipu e Tucuruí, da Ferrovia do Aço, das usinas Angra II e III, dentre outras[872].

No final da década de 1970, a crise econômica brasileira foi combinada com críticas abertas às políticas governamentais por parte de expoentes da indústria de base. O aqui já mencionado Carlos Bardella, mesmo participando do conselho diretivo do maior banco público de financiamento em longo prazo da época, o BNDE, passou a reivindicar maior participação direta do setor privado nas instâncias de decisões governamentais, como os Conselhos de Desenvolvimento Industrial (CDI) e Desenvolvimento Econômico (CDE)[873].

As críticas às políticas governamentais do setor logo reuniram novos adeptos empresariais. O auge desse processo se deu com a elaboração do "Manifesto dos Oito", em junho de 1978, conflagrado pelos oito dos dez empresários mais representativos, segundo indicação da própria classe em consulta pública organizada pela Gazeta Mercantil[874]. A linha argumentativa do manifesto exortou valores que iriam adquirir grande ressonância na política brasileira a partir da década de 1980, quais sejam, a defesa do sistema de livre iniciativa e da economia de mercado. Segundo a reivindicação dos empresários, tais componentes deveriam ser promovidos por instituições capazes de garantir a "liberdade política"[875].

---

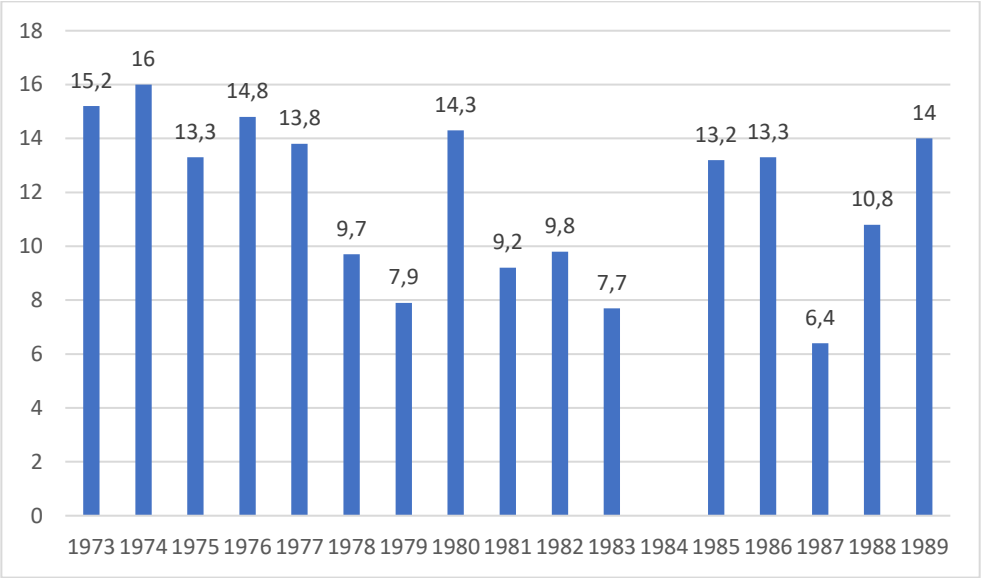
[872] TADINI, Venilton. Perspectivas do setor de bens de capital sob encomenda no Brasil. Texto elaborado para apresentação no V Fórum Nacional, março/1993. pp. 6-7.

[873] CODATO, Adriano. *Estrutura política e interesse de classe*: uma análise do sistema estatal pós-64 – o caso do Conselho de Desenvolvimento Econômico. Dissertação de mestrado em Ciência Política. Campinas: Unicamp, 1995. pp. 242-243.

[874] Os empresários escolhidos e que assinaram o documento, foram os seguintes: Cláudio Bardella (presidente do grupo Bardella e ex-presidente da ABDIB), Paulo Villares (diretor do grupo Villares Metal S.A. e ex-presidente do Instituto Braisleiro de Siderurgia), Antônio Ermírio de Moraes (presidente do Grupo Votorantim), José Mindlin (diretor da Fiesp e presidente da Metal Leve), Laerte Setúbal Filho (presidente do grupo Duratex), Jorge Gerdau Johampeter (diretor do Grupo Gerdau), Paulo Vellinho (diretor da Associação Brasileira da Indústria de Aparelhos Elétricos e Eletrônidos (ABINEE), vice-presidente da CNI e diretor do Grupo Springer/Admiral) e Severo Fagundes Gomes (ex-ministro da Agricultura (1966-1976) e da Indústria e Comércio (1974-1977) e também presidente do Grupo Parayba). Ver: SPORH, Martina. Documento dos Oito: estratégias de classe na transição política do regime empresarial-militar brasileiro. *Germinal*: marxismo e educação em debate, 16 (1), p. 167-183, 2024.

[875] CODATO, Adriano. *Estrutura política e interesse de classe*... op. cit. pp. 249-251; CRUZ, Sebastião Velasco e. *Empresariado e Estado na Transição Brasileira*... op. cit. p. 230.

Gráfico 2 - Taxa de lucro (lucro líquido/patrimônio líquido, %) industrial (500 maiores)*



* Não conseguimos os dados referentes ao ano de 1984.
Fonte: Tabela elaborada a partir dos dados disponíveis em: PINTO, Eduardo C. Nova República (1985-1989): transição democrática, crise da dívida externa, inflação, luta pela apropriação da renda e fim do desenvolvimentismo. Texto para discussão na Faculdade de Economia, UFRJ, nº 007, 2019. p. 6, 10.

Para além da retórica do empresariado, o seu descontentamento estava sedimentado na perda real de sua lucratividade. Como bem destaca Martina Spohr[876], esse posicionamento empresarial contra o governo, visto como progressista à época, foi estabelecido no intuito de garantir os seus interesses enquanto classe, em um momento de percepção empresarial da crise econômica do país. Nesse sentido, como pode-se perceber a partir do *Gráfico 2*, no ano de lançamento do documento (1978) a taxa de lucro das 200 maiores empresas do país foi de 9,7%, uma queda de mais de 4% frente ao ano anterior, sendo o menor número desde o início da série histórica elencada.

Esse arrefecimento na lucratividade acentuada do grande empresariado brasileiro estava vinculado a fatores exógenos e endógenos, que se complementavam. No campo internacional, a crise sistêmica do capitalismo na década de 1970 impactou sobremaneira os países de economia dependente, sobretudo por conta das bruscas elevações dos preços internacionais do petróleo e das taxas de juros dos EUA. Ademais, os países periféricos foram prejudicados pelo aumento generalizado dos valores dos bens produzidos no centro do capitalismo mundial, pela desaceleração do comércio internacional e pela diminuição de formas de financiamento mais

[876] SPORH, Martina. Documento dos Oito... op. cit. p. 168.

estáveis em benefício de outras mais onerosas[877].

No que tange ao âmbito interno, se Ernesto Geisel, ao assumir a presidência em 1974, após o primeiro choque do petróleo, não previa consequências drásticas em aprofundar a agenda desenvolvimentista, a conjuntura vigente nos anos finais daquela década era bastante distinta, visto que a crise era patente. Já no triênio 1976-1978, era possível perceber uma alteração nos rumos da política econômica. Isto porque a pressão política frente ao quadro de alta inflação e desequilíbrio no balanço de pagamentos induziu o governo a conter a expansão da base monetária através de forte elevação das taxas de juros. Tais medidas, entretanto, se mostraram ineficazes, dada a intensificação da especulação financeira com títulos públicos e privados e as instabilidades frente às finanças do Estado. O fundo público, por sua vez, estava cerceado por um intricado panorama que combinava a significativa elevação da dívida externa à forte massa de subsídios, conformando um movimento de instabilidade que viria se acirrar nos anos ulteriores[878].

Conforme já tratado anteriormente, mesmo em contexto adverso, a Petrobras seguiu expandindo as suas atividades e unidades de produção. Durante o governo de Ernesto Geisel, a estatal avançou nas pesquisas da Bacia de Campos, ampliando a produção da empresa, sendo o campo de Garoupa o mais promissor; expandiu a sua rede de refinarias; lançou o Programa Nacional do Álcool (Proálcool); fundou o pólo petroquímico do Brasil, instalado em Camaçari, em 1978; dentre outros feitos. A companhia também cumpriu papel importante nas tentativas de debelar a crise do balanço de pagamentos do país, sendo as suas subsidiárias atuantes no campo internacional (Braspetro e Interbrás) mobilizadas para produzir petróleo internacionalmente e também para fixar estratégias de economia de divisas a partir da exportação de mercadorias brasileiras em troca de óleo cru.

A seguir serão levantados aspectos acerca das mobilizações empresariais frente às políticas petrolíferas nos anos finais da ditadura. Nesse período, as privatizações reais ou aventadas foram sendo aprofundadas e a Petrobras esteve no alvo desse processo.

---

[877] CARNEIRO, Ricardo. *Desenvolvimento em Crise*: A economia brasileira no último quarto do século XX. São Paulo: Editora UNESP/IE – Unicamp, 2002. pp. 53-55.

[878] MACARINI, José P. Crise e política econômica: o governo Figueiredo (1979-1985). Texto para Discussão, IE/Unicamp, nº 144, 2008. pp. 2-3.

3.5.2 – As tentativas de privatização do Sistema Petrobras em um contexto de repressão militar e resistência operária (1979-1988)

O segundo choque do petróleo, de 1979, teve um impacto severamente deletério à balança comercial brasileira, que acumulou um saldo negativo de US$ 5,7 bilhões entre 1979 e 1980. Grande parte desse resultado esteve relacionado ao aumento do preço do barril do petróleo, que foi elevado de US$ 13,60 em 1978 para US$ 30,03 no ano subsequente. Naquele momento, 87% do petróleo utilizado no Brasil era importado.

A crise energética mundial também gerou uma queda na liquidez internacional, fator que, combinado à elevação da taxa de juros pelo Banco Central norte-americano, em 1979, acirrou a crise na dívida externa brasileira, que era lastreada, em grande parte, a taxas flutuantes. No biênio 1979-1980, a elevação dos empréstimos internacionais do país passou a ser insuficiente para arcar com os juros líquidos da dívida[879].

O endividamento externo brasileiro também vinha sofrendo uma gradativa estatização desde a década de 1970. Amparado em medidas estabelecidas desde os primeiros anos da ditadura - como a Lei 4.131/1964 e a Resolução 64 do Banco Central, de agosto de 1967 -, as entidades e empresas estatais foram absorvendo o endividamento externo privado, de modo a assumir custos relacionados a fatores como os juros e as desvalorizações cambiais. Em 1972, as empresas e instituições privadas concentravam 75,1% de toda a dívida externa brasileira, cenário que foi invertido oito anos depois, em 1980, quando o setor estatal passou a responder por 76,6% de todo o endividamento internacional do país[880].

Nesse contexto, o governo de João B. Figueiredo firmou uma estratégia econômica restritiva, sendo um dos maiores marcos nesse sentido o estabelecimento de um acordo com o FMI em 1983, cuja condicionalidade compeliu a elevação da taxa básica de juros no intento de conter o consumo e o investimento. Essa retenção monetária foi combinada a um ajuste exportador através de desvalorizações cambiais. O intuito autoproclamado era que, com as medidas de arrocho, o país retomaria o crescimento econômico e a geração de emprego e renda, mas o resultado real foi a escalada da recessão, acompanhada pela elevação

[879] RODRIGUES, Carlos Henrique Lopes. *Imperialismo e empresa estatal...* op. cit. p. 134.

[880] RODRIGUES, Carlos Henrique Lopes. *Imperialismo e empresa estatal...* op. cit. p. 139-140.

inflacionária e recrudescimento da dívida externa[881].

Em meio às constatações ortodoxas do governo, as empresas estatais foram colocadas no centro do ajuste econômico. O sistema produtivo do Estado foi identificado, equivocadamente, como desequilibrado por, supostamente, significar um excesso de gastos ao governo. Desse modo, as estatais foram proclamadas como as principais responsáveis pelo déficit nas contas públicas, pela inflação, pela elevação salarial acima da produtividade e pelas pressões inflacionárias[882].

Para combater os "excessos" das empresas estatais foi criada a Secretaria de Controle das Empresas Estatais (SEST), em outubro de 1979. A entidade era subordinada à Seplan, então comandada por Delfim Netto. A SEST passou a ser presidida por Nelson Mortada, do grupo Matarazzo, e a entidade passou a ser responsável, dentre outras atribuições, pela

> elaboração do orçamento das empresas estatais; financiamentos internos e externos; cortes; quadro de trabalhadores das empresas; salários; investimentos; e política de preços do setor [...]. Com todas essas atribuições, as empresas estatais passavam ao controle quase irrestrito da SEST. A secretaria ganhava mais poder do que o de vários ministérios, utilizando as empresas estatais como um instrumento macroeconômico de curto prazo para a promoção do ajuste estabelecido pela equipe econômica do governo[883].

No que tange ao quadro mais geral da luta de classes do período, é importante pontuar que, com exceção do ano de 1980, o agravamento da crise econômica brasileira conduziu à queda da lucratividade do empresariado entre 1978 e 1983 (gráfico 1). Esse fator, agregado ao aumento do poder de barganha da classe trabalhadora organizada, recrudesceu aquilo que Eduardo Costa Pinto[884] denominou de luta pela apropriação da renda. Esse fenômeno se constituiu pela dicotomia entre lucros e salários em um ambiente de transferência de excedentes para o exterior. A maior mobilização partidária e sindical dos operários pressionava pelo ajuste de sua remuneração, ao passo que as empresas perpassavam por um cenário de aumento em seus custos de produção devido à elevação dos preços dos insumos importados e à desvalorização cambial[885].

---

[881] PINTO, Eduardo C. Nova República (1985-1989): transição democrática, crise da dívida externa, inflação, luta pela apropriação da renda e fim do desenvolvimentismo. *Texto para discussão na Faculdade de Economia*, UFRJ, nº 007, 2019. p. 5.

[882] RODRIGUES, Carlos Henrique Lopes. *Imperialismo e empresa estatal...* op. cit. p. 149-150.

[883] RODRIGUES, Carlos Henrique Lopes. *Imperialismo e empresa estatal...* op. cit. p. 152-153.

[884] PINTO, Eduardo C. Nova República (1985-1989)... op cit.

[885] PINTO, Eduardo C. Nova República (1985-1989)... op cit. p. 11.

Com a ascensão de José Sarney à presidência, os problemas atinentes às privações da classe trabalhadora – sobretudo da fração não organizada -, combinados às exorbitantes taxas inflacionárias, agora percebidas como inercial, permaneceram. Em fevereiro de 1986, o governo instituiu o Plano de Estabilização Econômica, conhecido como Plano Cruzado. Em linhas gerais, pode-se destacar as seguintes medidas estabelecidas pelo novo programa: introdução de uma nova moeda, o cruzado, equivalente naquele momento a mil cruzeiros, e que se valorizaria com o passar dos dias; ajuste de todos os salários pela inflação média dos seis meses anteriores, acrescido de um abono real de 8%; indexação salarial, também conhecido como "gatilho salarial", que consistia em um mecanismo pelo qual toda vez que a inflação aumentasse em 20% a remuneração dos trabalhadores seria automaticamente reajustada pelo mesmo percentual; instituição do seguro-desemprego e do Índice de Preço ao Consumidor (IPC); além do congelamento geral de preços por tempo não definido[886].

O Plano Cruzado e os programas econômicos subsequentes (Cruzado II, Plano Bresser e Plano Verão), em geral, se caracterizaram enquanto saídas desenvolvimentistas fracassadas, que tentaram estabilizar os preços sem instituir arrochos salariais[887]. Um dos pontos fundamentais de todos esses programas foi o congelamento de preços, assunto especialmente caro no que tange à estratégia de acumulação da Petrobras.

Como será abordado adiante, o avanço de mobilizações de empresários e políticos em prol da privatização da economia também atingiu a Petrobras. Um dos argumentos centrais dos favoráveis às desestatizações era a caracterização das empresas estatais como deficitárias e "ineficientes". A seguir, serão elencados alguns fatores referentes ao modelo de autofinanciamento da Petrobras na década de 1980, de modo a explicitar a inviabilidade de enquadrar a estatal do petróleo nos moldes de uma empresa com debilidades financeiras ou operacionais naquele período. Esses elementos serão importantes para perceber com mais afinco os posicionamentos das classes dominantes em prol da venda dos ativos da Petrobras e a luta dos petroleiros contra esse movimento, assuntos estes que serão abordados posteriormente.

[886] BARBOSA, Fernando de Holanda. Verbete: Plano Cruzado. In: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da FGV. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Disponível em: bit.ly/3iZLM1m. Acesso em: 13/10/2022.

[887] PINTO, Eduardo C. Nova República (1985-1989)... op cit. p. 43.

3.5.2.1 – As estratégias financeiras da Petrobras frente à crise econômica dos anos de 1980

Conforme destacado anteriormente, o autofinanciamento de parte expressiva dos custos da Petrobras e as diretrizes dispostas na Reforma Administrativa de 1967 contribuíram para que a estatal detivesse uma significativa autonomia frente às demais instituições políticas do Estado restrito. Contudo, a política de preços administrados estabelecida pelo governo em meados da década de 1980 impactou a autonomia relativa da petrolífera. A relação entre esse instrumento macroeconômico e a estratégia de acumulação da estatal do petróleo é importante para compreender as razões pelas quais a empresa conseguiu manter as suas operações e seus investimentos, mesmo em um contexto econômico bastante desfavorável.

Antes de se debruçar sobre a condição específica da Petrobras, cabe salientar que, de modo geral, os preços administrados pelas empresas estatais, em qualquer sociedade capitalista, tendem a impactar diretamente o desempenho da acumulação privada. No que concerne à cristalização ou liberalização de preços, dinâmicas basilares da política econômica do governo Sarney, é pertinente destacar o dilema atinente a essa temática em relação à interface entre Petrobras e o empresariado privado. Por um lado, o congelamento de preços dos derivados de petróleo tendia a implicar em um rebaixamento da receita da estatal, o que poderia afetar o seu grau de investimento e/ou aumentar o seu endividamento. Por esse prisma, o encolhimento circunstancial de recursos para os investimentos da Petrobras impactaria diretamente a rentabilidade de setores industriais que compassavam a sua dinâmica de atuação com os negócios da estatal, como o segmento de bens de capital por encomenda, por exemplo.

Por outro lado, a liberalização de preços em um contexto de inflação acentuada causaria prejuízos a uma miríade de segmentos produtivos que seriam afetados, direta ou indiretamente, com a elevação do valor dos derivados de petróleo. Além disso, as classes trabalhadoras tenderiam a ser prejudicadas devido à corrosão de seu poder de compra, oriunda da consequente elevação dos custos de produtos básicos para a sua reprodução[888].

O cenário de crise e a contenção do valor dos produtos da Petrobras implicou em uma queda de suas receitas, que passaram de US$ 20 bilhões em 1980 para aproximadamente US$ 14 bilhões nos anos finais da mesma década[889]. Entre 1986 e 1987, o lucro líquido da estatal

[888] Ver ALVEAL CONTRERAS, Edelmira del Carmen. *Os desbravadores*... op. cit. Especialmente o capítulo 6 ("O "Canibalismo" da Política Macroeconômica e a Estratégia Defensiva da Petrobras").

[889] ALVEAL CONTRERAS, Edelmira del Carmen. *Os desbravadores*... op. cit. p. 156.

caiu 95%, chegando a US$100 milhões, apenas, neste último ano (*Gráfico 1*).

Como pode-se notar no *Gráfico 1*, a década de 1980 significou um forte rebaixamento na lucratividade da Petrobras, decorrente das turbulências externas e internas da economia aqui já destacadas. A estatal chegou em 1980 com um lucro líquido de US$ 630 milhões, caindo gradativamente até 1983, quando bateu US$ 334 milhões. Em 1984 a lucratividade subiu levemente para US$ 389 milhões, até ser catapultada de forma extraordinária nos anos de 1985 e 1986, quando alcançou US$ 1 bilhão e US$ 2 bilhões, respectivamente. Em seguida, há uma queda vertiginosa de 95% na lucratividade em 1987, quando comparada ao ano anterior, chegando ao valor de US$ 100 milhões, apenas, e US$ 303 milhões em 1988.

Como pode-se perceber, os anos de 1985 e 1986 foram exceção no que se refere à trajetória de lucros rebaixados da estatal durante a década de 1980. A lucratividade extraordinária da companhia se deu no bojo do efêmero processo de recuperação da economia estabelecido a partir do final de 1985. Em agosto deste ano, o presidente José Sarney substituiu Francisco Dornelles por Dilson Funaro na pasta da Fazenda. O novo ministro visou combater a inflação através do rebaixamento de juros real a curto prazo em um contexto de aumento salarial e aquecimento do mercado de trabalho. Em fevereiro de 1986, o governo implementou o Plano Cruzado que, dentre as suas medidas, instituiu a política de valorização da remuneração do trabalho, com instituição dos "gatilhos" salariais aqui já mencionados, e também congelou os preços, criando a Tabela da Superintendência Nacional de Abastecimento (Sunab)[890].

As políticas adotadas e o contexto econômico de 1985 e 1986 aqueceram o mercado de trabalho e os investimentos, o que elevou significativamente o Produto Interno Bruto (PIB), que havia ascendido de 5,4% em 1984 para 7,8% no ano subsequente, fechando 1986 em 7,5%[891]. A produtividade da indústria automotiva acompanhou o aquecimento da economia. Em 1985, o setor havia fabricado 11,8% a mais de automóveis quando comparado ao ano anterior. Em 1986, esse crescimento foi de 9,27%[892]. O comportamento da economia nesses

[890] PINTO, Eduardo Costa. Nova República (1985-1989): transição democrática, crise da dívida externa, inflação, luta pela apropriação da renda e fim do desenvolvimentismo. In: ARAÚJO, Victor L. de; MATTOS, Fernando Augusto M. de (orgs.). *A economia brasileira de Getúlio a Dilma* – novas interpretações. São Paulo: Hucitec, 2021. pp. 372-376.

[891] GIAMBIAGI, Fábio. et al. (orgs.). *Economia brasileira contemporânea* (1945-2010). 2ª ed. São Paulo: Elsevier Editora, 2011. p. 247.

[892] LUEDEMANN, Marta da Silveira. *Transformações na indústria brasileira mundial*: o caso do complexo automotivo no Brasil – 1990-2002. Tese de doutorado em Geografia Humana. São Paulo: USP, 2003. p. 316.

anos fez com que a Petrobras fechasse 1986 – ano em que bateu a lucratividade de US$ 2 bilhões – tendo um acréscimo de 11,7% no consumo de gasolina, 10,6% no de óleo diesel, 32,9% no de álcool e 8% no de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP). Ao todo, a demanda do mercado total da Petrobras em 1986 cresceu cerca de 63%[893].

A partir de 1987, no entanto, o congelamento de preços gerou uma crise de desabastecimento, a deterioração das contas externas se intensificou e a inflação seguiu sendo um grande percalço para a economia do país. Os planos econômicos estabelecidos (Bresser e Verão) combinaram medidas restritivas - como a elevação dos juros reais e redução das despesas - ao congelamento de salários e preços, e fracassaram. O resultado foi a queda do PIB - que chegou em 1988 batendo -0,1% - e a manutenção da inflação. Em relação à Petrobras, a política de congelamento de preços de seus produtos, bem como os subsídios à nafta produzida pela Petroquisa e ao álcool através do programa Proálcool, esgarçaram as contas da companhia[894]. Em 1987, a empresa fechou o seu exercício com um lucro líquido em torno de US$ 100 milhões, o menor resultado desde 1969 (*Gráfico 1*).

As políticas internas da Petrobras, no entanto, foram suficientes para que os seus resultados não fossem ainda piores durante a década de 1980. Quatro diretrizes atenuaram as consequências deletérias dos impactos provenientes do congelamento de preços a partir dos planos econômicos do governo Sarney.

A primeira delas esteve atrelada ao abrandamento dos subsídios à gasolina dentro do leque de produtos provenientes do refino. Nesse sentido, a Petrobras mantinha os preços congelados sobre os derivados destinados aos consumidores de baixa renda (GLP), aos consumidores industriais (óleo combustível e nafta) e ao setor de transportes (óleo diesel). Por outro lado, era aplicada uma política de sobrepreço à gasolina, perfazendo uma estratégia compensatória aos subsídios concedidos aos demais produtos resultantes do refino[895].

Uma segunda diretiva que reduziu os impactos do congelamento dos preços dos derivados nas contas da estatal foi o repasse de parte dos custos do petróleo aos consumidores e ao Tesouro Nacional. A diferença entre a taxa de câmbio oficial e a taxa considerada na

[893] Relatório de atividades da Petrobras, 1986. p. 8.

[894] CASTRO FILHO, Raimundo de A.; DIAS, José Luciano; NETO, Sydenham Lourenço. Verbete: Petrobras. In: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da FGV. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Disponível em: https://bit.ly/3vpkbzI. Acesso em: 26/06/2023.

[895] ALVEAL CONTRERAS, Edelmira del Carmen. *Os desbravadores*... op. cit. pp. 154-155.

estrutura de preços (dólar-petróleo) funcionava no valor dos derivados da seguinte maneira:

> [...] como um mecanismo atenuante dos impactos das variações do preço internacional da matéria-prima e da taxa oficial de câmbio sobre os preços domésticos dos derivados e, por extensão, de toda a economia. Isto significa que, apesar da sobrestimação dos custos decorrentes da política de preços adotada, o mecanismo do dólar-petróleo permite distribuir o ônus desta política entre o consumidor final e o Governo Federal[896].

O terceiro elemento consistia na própria estrutura conglomerada da Petrobras. O conjunto de subsidiárias do grupo acabou por gerar uma espécie de equilíbrio a eventuais flancos deficitários da empresa em um determinado período. Foi o caso, por exemplo, da Interbrás, que, nos anos de 1983, 1984 e 1985 compensou a queda de receitas da BR Distribuidora. Processo correlato aconteceu com a queda das receitas da Petrobrás Produtora (produção de óleo cru e refino) na segunda metade da década de 1980, compensada pelos negócios da mesma Interbrás e da BR Distribuidora[897].

O quarto quesito refere-se ao aprofundamento da produção interna de petróleo pela Petrobras. Isso se deu tanto pela prioridade dos governos em manter uma margem interna de segurança de abastecimento quanto pela atenuação da concorrência da estatal com as petrolíferas estrangeiras, dado o contexto de instabilidade do mercado internacional, demarcado, dentre outros fatores, pela queda abrupta do preço internacional do petróleo em 1985.

Além dos quatro elementos aqui destacados, a dimensão, escala operacional e importância qualitativa e quantitativa das inversões da Petrobras lhe conferia excepcional capacidade de autofinanciamento, mesmo em momentos de expansão de seus investimentos. No período entre 1980 e 1986, a receita operacional da empresa contribuiu com mais de 90% dos recursos totais. Essa característica era bastante atípica entre as empresas estatais, como a Eletrobrás e Siderbrás, visto que elas dependiam substancialmente de recursos de terceiros para a reprodução de seus capitais[898].

Por fim, e mais importante, cabe pontuar que a manutenção das receitas positivas da Petrobras esteve calcada no aprofundamento da exploração da força de trabalho. Como salientado anteriormente, na década de 1980 a estatal seguiu expandindo o seu parque

---

[896] HERMANN, Jennifer. *Projeto*: preços da energia no Brasil. Rio de Janeiro: Coppe/UFRJ, 1988, p. 14. *Apud* ALVEAL CONTRERAS, Eldemira del Carmen. *Os desbravadores*... op. cit. pp 156-157.

[897] ALVEAL CONTRERAS, Edelmira del Carmen. *Os desbravadores*... op. cit. pp. 156-157.

[898] ALVEAL CONTRERAS, Edelmira del Carmen. *Os desbravadores*... op. cit. p. 166.

produtivo, chegando a inaugurar uma nova refinaria em 1980 (a Henrique Lage, em São José dos Campos – SP), e expandindo a produção de óleo cru através da ampliação da exploração na Bacia de Campos. Entretanto, esse crescimento produtivo não foi convertido em aumentos salariais ou proventos aos trabalhadores da empresa. Em 1980, a produção de óleo e gás da Petrobras era de 272 m³ por empregado, ao passo que cinco anos depois, em 1985, a proporção era 671 m³ por trabalhador. No Grupo Petroquisa, a fabricação de insumos petroquímicos passou de 436 toneladas em 1980 para 584 toneladas por empregado em 1985[899].

Os fatores pelos quais a Petrobras assegurou a sua reprodução financeira lhe garantiram uma relativa autonomia frente à crise que se acirrou a partir do final da década de 1970. Essa característica foi importante para assegurar uma margem de atuação à empresa, permitindo a continuidade de seus investimentos, e, por conseguinte, mantendo aquecidos os negócios dos segmentos privados vinculados à estatal do petróleo.

Essa significativa eficiência financeira era um elemento que enfraquecia os intentos privatistas frente à Petrobras. Mesmo assim, a partir do final da década de 1970 foi possível perceber a efetivação de desestatizações parciais da estatal do petróleo, que só não avançou de forma mais incisiva devido às mobilizações dos trabalhadores da categoria.

3.5.2.2 - Um prenúncio do "neoliberalismo": a Petrobras em meio ao avanço das privatizações na década de 1980

Há um certo consenso na historiografia de que a virada latino-americana rumo ao assim chamado "neoliberalismo" não ocorreu antes da emergência do governo de Carlos Salinas, no México, em 1988, acompanhado de Carlos Menem, na Argentina, em 1989[900]. No Brasil, o início da consagração neoliberal em programa de governo geralmente é imputado à gestão de Fernando Collor de Mello, iniciada em março de 1990[901].

Sobre a caracterização das políticas econômicas de cunho "neoliberal", estamos de

[899] RODRIGUES, Carlos Henrique Lopes. *Imperialismo e empresa estatal...* op. cit. p. 190-192.

[900] Cf. ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. *Pós-neoliberalismo*: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

[901] cf. OLIVEIRA, Fabrício Augusto. *Política econômica, estagnação e crise mundial* (1980-2010). Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2012. p. 67.

acordo com a definição efetuada por Alfredo Saad-Filho e Lécio Morais[902], que frisa os seguintes elementos:

> [...] financeirização da produção, da ideologia e do Estado; integração internacional da produção ("globalização"); um papel proeminente do capital externo na integração global da produção e na estabilização do balanço de pagamentos; e uma combinação de políticas macroeconômicas baseada em políticas fiscais e monetárias contracionistas e em metas de inflação, na qual a manipulação das taxas de juros se torna a principal ferramenta de política econômica[903].

Um importante dínamo na disseminação do "neoliberalismo" na América Latina foram as diretrizes constituídas a partir do encontro ocorrido em novembro de 1989 nos Estados Unidos, organizado pelo Institute for International Economics, sob patrocínio do governo norte-americano, do FMI e do Banco Mundial. O objetivo era propor políticas econômicas para os países latino-americanos para que eles, supostamente, fossem inseridos na trilha de um "desenvolvimento sustentável". O documento oriundo do evento ficou conhecido como "Consenso de Washington", batizado pelo economista John Williamson, que foi o relator da reunião e o responsável por sintetizar os seus encaminhamentos. Ao fundo, os Estados Unidos estavam tentando estabelecer um programa para induzir a abertura econômica dos países da região, de modo a fortalecer a sua própria economia e aumentar a sua competitividade frente a outras potências comerciais, como Japão e Alemanha. As recomendações para os países latino-americanos - que logo tornaram-se coações por parte dos organismos internacionais - foram resumidas em dez pontos centrais: disciplina fiscal; redução dos gastos públicos; reforma tributária; juros de mercado; câmbio de mercado; liberalização comercial; investimento estrangeiro direto; privatização das estatais; desregulamentação; e direito à propriedade intelectual[904].

---

[902] SAAD-FILHO, Alfredo; MORAIS, Lecio. *Brasil*: neoliberalismo versus democracia. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 94.

[903] Esta é uma definição de caráter sócio-econômico do "neoliberalismo". Sabemos que este conceito é polissêmico e eivado de polêmicas, das quais fugiria dos limites desta pesquisa escrutinar. De qualquer forma, é importante salientar que há uma gama de autores que evidencia essa nova etapa do capitalismo, o "neoliberalismo", considerando as suas dimensões não apenas econômicas ou ideológicas, mas também os seus efeitos na produção de uma nova racionalidade, calcada na concorrência individual, que transforma todas as esferas da vida social. Ver: BROWN, Wendy. *El pueblo sin atributos*: La secreta revolución del neoliberalismo. Barcelona: Malpaso, 2016; DARDOT, Pierre; LAVAL, Cristian. *A nova razão do mundo*: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

[904] OLIVEIRA, Fabrício Augusto. *Política econômica, estagnação e crise mundial*... op. cit. pp. 65-66; SYMONIAK, Jason D. The Washington Consensus. *New Voices in public policy*, vol. V, 2011.

Ainda que seja realidade que a primazia das políticas econômicas de molde "neoliberal" tenha ocorrido, no Brasil, a partir dos anos de 1990, há de se considerar o caráter *histórico* e *processual* que lapidou os principais elementos que compuseram o receituário liberalizante daquele momento. Ou seja, alguns dos fatores centrais que vieram a engrenar o arcabouço neoliberal dos governos Collor e Fernando Henrique Cardoso já tinham profusão no período da ditadura, ainda que marginalmente. Essa concepção foi desenvolvida com maiores detalhes em 2020, por este que vos escreve, em artigo que evidencia que fatores como a defesa do "livre mercado" e a preferência de grandes grupos econômicos juridicamente produtivos de direcionarem seus excedentes em títulos da dívida, ao invés de novas inversões na *economia real*, ser algo que acontecia com significativa regularidade já entre as décadas de 1960 e 1970[905].

Nessa toada, as privatizações como estratégia macroeconômica para atenuar o déficit das contas públicas também entraram no cerne dos debates brasileiros no período ditatorial, mais precisamente a partir do final dos anos 1970. A crise econômica daquele momento, aqui já explicitada, ensejou ataques às estatais, sendo estas percebidas como responsáveis pelos "elevados gastos do Estado" e como irradiadoras do vetor inflacionário.

No início do governo ditatorial de Figueiredo foi baixado o Decreto nº 83.740, de 18 de julho de 1979, que estabeleceu o Programa Nacional de Desburocratização (PND), que era dirigido pela presidência da República e por um ministro extraordinário[906]. A medida objetivava, dentre outros fatores:

> [...] fortalecer o sistema de livre empresa, favorecendo a empresa pequena e média, que constituem a matriz do sistema, e consolidando a grande empresa privada nacional, para que ela se capacite, quando for o caso, a receber encargos e atribuições que se encontrem hoje sob a responsabilidade de empresas do Estado[907].

[905] Ver: ALMEIDA, Mônica Piccolo. A reestruturação do setor público brasileiro rumo às privatizações dos anos 1990. *Revista Anos 90*, v. 21, n. 39, p. 363-397, 2014; MOREIRA, João Paulo de Oliveira. *A construção do consenso privatista*: o Instituto Brasileiro de Siderurgia (IBS) e os seus agentes (1976-1990). Dissertação de mestrado em História. Niterói: UFF, 2014; CARVALHO, Julio C. P. Empresariado e ditadura: contribuições para uma análise de longo prazo do processo de neoliberalização brasileiro (1967-1978). *Marx e o Marxismo*, v. 8, n. 15, p. 313-334, jul-dez 2020; ALMEIDA, Valesca de Souza. O projeto de desestatização no governo Figueiredo (1979-1985). *Anpuh-RS. Anais do XVI Encontro Estadual de História Anpuh-RS*. Taquara (RS): Faccat, 2022.

[906] Os ministros extraordinários do programa foram Hélio Beltrão (18/07/1979 a 14/11/1982), João Geraldo Piquet Carneiro (14/11/1983 a 15/03/1985) e Paulo Lustosa (15/03/1986 a 14/02/1986).

[907] BRASIL. Decreto nº 83.740, de 18 de julho de 1979. Institui o Programa Nacional de Desburocratização e dá outras providências (art. 3º). Disponível em: https://bit.ly/4aYq8mj. cesso em: 11/06/2024.

Dois anos depois, foi instituído o Decreto nº 86.215, de 25 de julho de 1981, que estabelecia "normas para a transferência, transformação e desativação de empresas sob o controle do Governo Federal"[908]. A partir de então, as privatizações passaram a ser oficialmente programa de governo. Formalmente, apenas a ditadura chilena de Augusto Pinochet (1973-1990) tinha sistematizado as desestatizações dessa maneira. Com o aprofundamento das legislações privatizantes no Brasil, diversas empresas foram vendidas à iniciativa privada, como Riocell Administ S.A., do ramo de papel e celulose; Fábrica de Tecidos Dona Isabel; Cia. Brasileira de Cimento Portland Perus; Livraria José Olympio Editora S.A.; dentre outras[909].

No governo de José Sarney, as diretrizes legais para estimular as privatizações foram alargadas. Em novembro de 1985, o governo instituiu o Decreto nº 91.991, que tinha o objetivo de aprofundar as desestatizações e definir critérios para a venda de empresas sob controle direto ou indireto do governo federal. Para auxiliar o processo, o decreto criou o Conselho Interministerial de Privatização (CIP). A nova medida destacava que as privatizações deveriam ocorrer por meio da venda de ações na Bolsa de Valores, e, após efetuada a desestatização, não havia mais a obrigatoriedade de manter a companhia sob controle de capitais de origem brasileira[910].

Mesmo gozando de alta identidade política, nos termos aqui já destacados, a Petrobras não saiu incólume do avanço das privatizações. Frações empresariais, líderes políticos, bem como organismos financeiros como o BIRD e o FMI, objetivavam reduzir a estrutura econômica da estatal do petróleo. Alveal Contreras[911] identificou dois conjuntos empresariais que pressionavam e criticavam a estratégia de atuação da Petrobras, de modo a pleitear a sua privatização (total ou parcial) ainda durante a ditadura. O primeiro deles foram segmentos que tinham a sua acumulação dependente do desempenho da estatal. Dentre eles, se destacaram os consumidores de derivados de petróleo - como os empresários dos setores agrícola e de transporte -, que reivindicavam preços subsidiados frente às incertezas oriundas da crise econômica.

---

[908] BRASIL. Decreto nº 86.215, de 15 de junho de 1981. Fixa normas para a transferência, transformação e desativação de empresas sob controle do Governo Federal. Disponível em: https://bit.ly/3Xl9sm6. Acesso em: 11/06/2024.

[909] cf. RODRIGUES, Carlos Henrique Lopes. *Imperialismo e empresa estatal...* op. cit. pp. 229-234.

[910] cf. RODRIGUES, Carlos Henrique Lopes. *Imperialismo e empresa estatal...* op. cit. pp. 235-236.

[911] ALVEAL CONTRERAS, Edelmira del Carmen. *Os desbravadores...* op. cit. pp. 150-151.

O segundo segmento que contestava o caráter estatal da Petrobras agregava interesses de um conjunto de empresas cuja rota de atuação estava em franca competição com os negócios da companhia. Nesse agrupamento, destacaram-se as empresas internacionais do petróleo, sobretudo aquelas atuantes nas áreas de prospecção/exploração de óleo cru e distribuição interna de derivados, além dos atores vinculados ao Proálcool, como os usineiros.

Um fato curioso é que os setores industriais que tinham como principal eixo de rentabilidade os serviços prestados junto à expansão da petrolífera, como as frações dos ramos de engenharia pesada, de bens de capital e petroquímico, também passaram a pleitear a privatização da Petrobras, ainda que parcialmente[912]. Tendo em vista esse panorama, é importante analisar com maior atenção alguns detalhes acerca de como foi estabelecida as empreitadas em prol da desestatização da estatal do petróleo, de modo a identificar agentes e razões desse processo.

As privatizações são aqui consideradas como um elemento importante para qualificar o processo de contrarrevolução preventiva que revestiu a estratégia de dominação burguesa a partir do período final da ditadura (1974-1988). As desestatizações não apenas significavam a possibilidade de uma maior concentração e centralização de capitais por parte dos grupos econômicos privados, mas também desencadeavam o esmorecimento de uma fração da classe trabalhadora organizada que tinha notável relevância no combate ao avanço do capital em relação às questões atinentes à sua própria categoria e também a outras pautas relacionadas à grande política.

A seguir, serão levantados episódios que abarcam tanto as mobilizações das classes dominantes em prol da privatização da Petrobras na ditadura quanto as desestatizações envolvendo a estatal do petróleo que de fato aconteceram. Além das fontes secundárias, a análise que segue foi efetuada, em grande medida, em matérias do Jornal do Commercio do Rio de Janeiro da década de 1980, cujas edições estão disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Desse modo, a investigação possui limitações evidentes, uma vez que não se pode conceber que o veículo midiático analisado tenha pautado a integralidade de agentes e entidades que pleitearam a privatização da Petrobras. No entanto, a partir da miríade de posicionamentos encontrados e considerando o fato de o periódico ser voltado para as classes dominantes, julgamos que o levantamento seja um bom "termômetro" para evidenciar a

[912] ALVEAL CONTRERAS, Edelmira del Carmen. *Os desbravadores*... op. cit. pp. 150-151.

disposição de alguns dos principais atores e aparatos privados de hegemonia frente à desestatização da petrolífera.

Comecemos por tecer algumas considerações sobre as privatizações dos ativos da Petroquisa. Em seguida, serão evidenciados o avanço das aspirações privatizantes frente à *holding* Petrobras e também as lutas salariais e pela manutenção do monopólio estatal na produção petrolífera na Constituição de 1988.

3.5.2.2.1 – O ensaio privatizante da petroquímica brasileira em meio à ditadura

Conforme destacado anteriormente, a Petroquisa foi o pivô na consolidação do polo petroquímico de Camaçari, na Bahia. Tendo a sua construção iniciada em 1972, a subsidiária da Petrobras foi habilitada para deter o controle da propriedade da Companhia Petroquímica do Nordeste (Copene), central de matérias-primas do complexo nascente.

Em 1978, pouco antes da Copene entrar em operação, a controlada da Petrobras e as demais empresas do polo baiano estavam com um nível bastante elevado de endividamento, oriundo dos custos com infraestrutura e, sobretudo, por conta do segundo choque do petróleo. As empresas petroquímicas atuantes na segunda geração optaram por cobrir as suas dívidas com recursos oriundos do BNDE. Essa opção, no entanto, não era válida para a Copene pelo fato de ela ser controlada por uma estatal, a Petroquisa, que, por sua vez, estava concentrada na construção do polo petroquímico do Rio Grande do Sul. A solução adotada foi a privatização da central de matérias-primas do polo baiano, processo iniciado em 1978, com o lançamento no mercado financeiro de ações ordinárias e preferenciais, através do Programa Especial de Apoio à Capitalização da Empresa Privada Nacional (Procap).

A privatização da Copene foi encerrada em 1980, com a criação da Nordeste Química S.A. (Norquisa), uma *holding* que passou a deter 47,19% do controle do empreendimento, porcentagem praticamente equivalente àquela detida pela Petroquisa (48,16%). A Norquisa foi constituída a partir dos capitais de 16 empresas privadas de segunda geração e passou a ser presidida por Ernesto Geisel, que saiu da presidência do país para ingressar no comando do novo grupo econômico. Ao passo que a SEST restringia a atuação da subsidiária da Petrobras,

a Norquisa assumia o papel de implementar a estratégia de crescimento do sistema Petroquisa[913].

O alto escalão da Norquisa foi disposto da seguinte maneira:

Presidente: Ernesto Geisel

Conselho: composto pelos patriarcas familiares dos sete grupos privados: Ângelo Calmon de Sá (grupo Econômico), Carlos Mariani Bittencourt (grupo Mariani), José de Freitas Mascarenhas (grupo Rocha Miranda), Max Feffer (grupo Suzano-Feffer), Norberto Odebrecht (grupo Odebrecht), Pery Igel (grupo Ultra-Igel) e Ralph Rosemberg (grupo Cevekol-Rosemberg).

Diretoria: formada por membros com atuação no alto escalão da Petroquisa: Fernando A. Ribeiro Sandroni, Pedro Paulo da Poian e, a partir de 1983, Otto Vicente Perroni (vice-presidente da Petroquisa entre 1971 e 1982 e presidente da Copene entre 1972 e 2001).

A Norquisa também participou da privatização da Companhia Pernambucana de Borracha (Coperbo), detendo junto com a Conepar (holding do grupo Econômico) 52% do controle da empresa de borracha, até então controlada pela Petrobras. Na mesma época, a Salgema, que constituía o cerne do Polo Cloroquímico de Alagoas, também foi desestatizada. Os capitais votantes ficaram distribuídos entre a Copene (35,23%) - já privatizada -, a Norquisa (34,33%) e a Petroquisa (30,22%).

Como destacou Alveal Contreras[914], as reestruturações da propriedade da petroquímica brasileira a partir do final da década de 1970 fizeram com que a Petroquisa e a Norquisa se tornassem o eixo coordenador e orientador do crescimento da petroquímica no Nordeste, região que detinha o maior polo do país. Esse foi um caso intrincado e notório de *ampliação do Estado*, cuja Norquisa, empresa privada *de facto* e de *jure*, foi constituída sob controle administrativo de intelectuais orgânicos oriundos dos grupos econômicos da área e também por agentes advindos de instâncias estratégicas do Estado restrito, sendo o caso de Ernesto Geisel o mais significativo. Ademais, a nova empresa selou associação com a estatal da área, a Petroquisa, no maior empreendimento petroquímico do país. Esse processo foi crucial para que grupos econômicos representados no primeiro escalão da Norquisa – como a Odebrecht e o grupo Ultra – estivessem dotados de capacidade política e financeira para

[913] ALVEAL CONTRERAS, Eldemira del Carmen. *Os desbravadores...* op. cit. pp. 179-180.

[914] ALVEAL CONTRERAS, Eldemira del Carmen. *Os desbravadores...* op. cit. p. 181.

centralizar os seus capitais no momento de avanço definitivo das privatizações no setor, durante a década de 1990.

As desestatizações da década de 1990 começaram a ser aventadas e concretizadas no decênio anterior, durante o regime ditatorial, ainda que de forma atenuada. Para além da Copene, o sistema Norquisa adquiriu o controle da propriedade da Cia. Química do Recôncavo, em novembro de 1981, empresa então pertencente ao sistema Petroquisa. Em dezembro de 1982, a empresa presidida por Ernesto Geisel comprou da estatal a Cia. Pernambucana de Borracha (Coperbo), em parceria com a Conepar e Matanor. Em abril de 1983, a subsidiária da Petrobras também vendeu ações ordinárias da Nitriflex para a Itap S.A. Embalagens[915].

Nos anos subsequentes, as classes dominantes engrossaram o coro em prol da intensificação das privatizações da petroquímica brasileira. Em fevereiro de 1984, Jair Soares (PDS) e Cláudio Strassburguer (PDS) - governador e vice-governador do Rio Grande do Sul, respectivamente -, anunciaram que, atendendo às diretrizes da Seplan, iriam privatizar a Copesul, central de matérias-primas do polo gaúcho. A propriedade da Copesul estava cotada para ser transmitida às empresas de segunda e terceira gerações atuantes no polo, e também à Norquisa[916].

Os intentos desestatizantes frente à central de matérias-primas do polo petroquímico do Rio Grande do Sul não foram adiante no período da ditadura, processo que veio ocorrer em 1992. Neste ano, foram vendidas 52,2% das ações ordinárias da Copesul pertencentes à Petroquisa, que ficou com 15% da propriedade. A partir de então, a principal controladora da empresa passou a ser o Consórcio PPE, que reunia capitais da Poliolefinas, Polisul e Empetro. Pelo menos dois dos proprietários da Norquisa passaram a deter ações ordinárias na Copesul. A Odebrecht era a proprietária da Poliolefinas e o Grupo Econômico, de Ângelo Calmon de Sá, ex-ministro da Indústria e Comércio, passou a concentrar 4% das ações ordinárias[917].

---

915 ALMEIDA, Mônica Piccolo. A reestruturação do setor público brasileiro... op. cit. pp. 370-371; Datamec e Hotel da Praia em licitação. *Jornal do Commercio*, 15 a 16 de novembro de 1981. p. 3. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/364568_17/15645. Acesso em: 11/06/2024,

916 Privatização da Copesul trará capital. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 1984. p. 5. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/364568_17/35054. Acesso em: 06/06/2024.

917 BNDES. Programa Nacional de Desestatização: relatório de atividades 2004. Brasília: Ministério da Indústria e Comércio Exterior, 2004. Disponível em: https://bit.ly/3yQbqk5. Acesso em: 06/06/2024. p. 78.

Pouco mais de um ano após o anúncio do intento de privatizar a Copesul por parte do governo gaúcho, a desestatização da central de matérias-primas ganhou um novo defensor, dessa vez dentro do próprio Sistema Petrobras. Trata-se do vice-presidente da Petroquisa, Marcus Túlio Sampaio de Melo. Em depoimento datado de junho de 1985 realizado na CPI que investigava a atuação das empresas estatais, no Senado, Marcus Melo destacou ser necessária não apenas a venda da Copesul, mas também da Petroquímica União (central de matérias-primas do polo paulista) e da Petroflex (produtora de borracha sintética)[918]. Três anos mais tarde, em março de 1988, o sucessor de Marcus Melo, Tarcísio de Vasconcelos Maia, defendeu a venda dessas empresas e adicionou no balaio a Companhia Nacional de Álcalis[919].

Cláudio Strassburguer e Marcus Melo, nos episódios supracitados, destacavam que as privatizações eram necessárias para agilizar a capacidade de investimento das empresas petroquímicas que seriam vendidas e também para "liberá-las do estrito controle da Sest"[920]. Essa perspectiva retrata bem a forma como se deu o avanço do capital privado por entre as estratégias do Estado restrito naquele momento. Em um contexto em que as entidades estatais tinham os recursos para seus investimentos debilitados pela crise, o manejo das empresas públicas pela Sest – cujos membros defendiam rotineiramente as desestatizações – ensejava aspirações privatizantes.

O rebaixamento da lucratividade da Petrobras na década de 1980 é uma boa chave para compreender as razões pelas quais uma parcela importante do empresariado brasileiro atuante na petroquímica – que, até então, robustecia seus capitais "surfando na onda" dos investimentos no segmento, que eram capitaneados pela Petroquisa – passou a defender a privatização do setor. Em novembro de 1987 - ano em que o Brasil declarou a moratória do pagamento dos juros da dívida e que a estatal teve o menor lucro líquido em 17 anos -, Ozires Silva, que presidia a companhia, declarou que a situação de crise forçou a Petrobras a contrair empréstimos de curto prazo para garantir a importação de petróleo. A declaração de Ozires ocorreu em evento da CNI, que também contou com fala de Paulo Cunha, vice-presidente do grupo Ultra,

[918] Petroquisa contra controle defende desestatização. *Jornal do Commercio*, 12 de junho de 1985, p. 7. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/364568_17/47777. Acesso em: 07/06/2024.

[919] Petroquisa quer privatizar suas quatro empresas. *Jornal do Commercio*, 26 de março de 1988. p. 12 Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/364568_17/77016. Acesso em: 06/06/2024.

[920] Petroquisa contra controle defende a desestatização. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 12 de junho de 1985. p. 7. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/364568_17/47777. Acesso em: 06/06/2024.

destacando que a economia nacional não é prejudicial apenas para as empresas multinacionais, mas para as brasileiras também[921].

Até mesmo Aureliano Chaves - que integrava o setor mais conservador do PFL, mas tinha posturas "desenvolvimentistas", se declarando contrário à privatização da Petrobras[922] - se manifestou em prol das desestatizações no ramo petroquímico. Em maio de 1988, em almoço com 47 empresários da Firjan, o então ministro de Minas e Energia destacou que não iria desestatizar a Petrobras ou a maioria de suas subsidiárias, como a BR Distribuidora, mas que pretendia privatizar a PQU e a Petrofértil[923].

Figura 4 - Cartaz de divulgação do Seminário sobre o Polo Petroquímico do Rio de Janeiro (1988)

Fonte: Revista da Associação Comercial, ano XLIX, n. 1293, 1988. p. 4.

[921] Dívida preocupa Petrobras. *Jornal do Commercio*, 12 de novembro de 1987. p. 11. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/364568_17/73259. Acesso em: 06/06/2024.

[922] Ministro quer ouvir Congresso. *Jornal do Commercio*, 10 de agosto de 1985. p. 10. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/364568_17/49528. Acesso em: 06/06/2024.

[923] Petroquímica no setor privado. *Jornal do Commercio*, 15 de maio de 1988. p. 12. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/364568_17/78660. Acesso em: 06/06/2024,

O Seminário sobre o Polo Petroquímico do Rio de Janeiro, realizado entre os dias 11 e 12 de abril de 1988 para tratar do complexo ainda em planejamento, traz bons elementos para compreender as perspectivas do empresariado brasileiro atuante no setor acerca da situação da petroquímica do país. Como pode-se perceber no cartaz de divulgação elencado na Figura 4, o evento foi uma iniciativa da ACRJ, com o apoio da ABDIB, FACIARJ, Firjan, SIMME, SIQUIRJ e PLENINCO.

O rol de palestrantes retrata com fidedignidade a disposição da dominação empresarial no ramo petroquímico daquela época. Os convidados eram, predominantemente, vinculados a grupos econômicos de origem brasileira e/ou de empresas ou entidades estatais.

Parte expressiva dos palestrantes era ligada, atual ou pregressamente, à Petrobras. O grande destaque nesse sentido foi Ernesto Geisel (ex-presidente da Petrobras), mas também é possível destacar nomes como Paulo Belotti (vice-presidente da Petroquisa), Márcio Fortes (conselheiro da Petrobras), Ronaldo Miragaya (ex-diretor da Petroquisa), Hélio Meirelles (Petroquisa), Arthur Candal (ex-presidente da Petrobras), Otto Perroni (ex-diretor da Petroquisa), Rodrigo Thedim (Petroquisa), Percy Lousada de Abreu (diretor da Petroquisa), Nilson da Costa Freitas (Petroquisa) e Michel Hartveld (Petroquímica União).

Agentes que ocupavam ou tiveram passagem por cargos de alto escalão do Estado restrito a nível federal também fizeram parte do corpo de palestrantes. Pode-se perceber, nesse sentido, as presenças de José Hugo Castelo Branco (ministro da Indústria e Comércio), o próprio Ernesto Geisel (ex-presidente da República), Márcio Fortes (BNDES), Carlos Lessa (BNDES), Nelson Duplat (BNDES), Mauro Arruda (Instituto Nacional de Propriedade Industrial - INPI), Fábio Celso Guimarães (Financiadora de Estudos e Projetos – Finep), Ernesto Carrara (Conselho de Desenvolvimento Industrial – CDI) e Roberto Messias (Secretário Nacional de Meio Ambiente). As instituições de nível subnacional também estiveram representadas, com nomes como Victório Bhering Cabral (Secretaria de Estado de Infraestrutura e Cidades do Rio de Janeiro – SEIC), Carlos Henrique Mendes (Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Nova Iguaçu – SEMAM) e Haroldo Matos de Lemos (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano – SEDUR).

No que tange aos representantes das classes dominantes, a maioria dos agentes vinculada aos grupos econômicos era pertencente ao empresariado brasileiro, como Ernesto Geisel (Norquisa), Michel Hartveld (Unipar), José Angrisani (Cevekol), Eduardo Gouvêa Vieira (Ipiranga), Kurt Politizer (Indústria Química de Taubaté – IQT) e Ivan Garcia (White

Martins). A exceção foi Derek Parker, pertencente ao grupo Montreal, controlado por capitais belgas, atuante na área de montagem industrial. Ao longo da ditadura, a Montreal ampliou suas atividades para exploração de petróleo e exploração de ouro em Minas Gerais[924].

A reportagem do Jornal do Commercio frisa quatro falas emblemáticas do evento, quais sejam: a de Ernesto Geisel, que, como presidente da Norquisa, era um dos maiores representantes do empresariado brasileiro atuante na Petroquímica; a de Michel Hartveld, diretor de uma estatal, a PQU, e também da Unipar, empresa privada do ramo, aqui já apresentada; a de Carlos Mariani Bittencourt, presidente do principal aparato privado de hegemonia do setor, a Abiquim; e, por fim, Amílcar Pereira, técnico da Petroquisa. É válido elencar o conteúdo dos discursos de tais agentes.

Ernesto Geisel defendeu a participação de capitais estrangeiros no complexo petroquímico do Rio de Janeiro, destacando que as empresas forâneas deveriam atuar ao lado dos grupos nacionais e estatal. Geisel frisou que o novo polo teria de ser "essencialmente privado, com participação mínima do capital estatal".

A fala de Michel Hardvelt expôs um tom que indicou contraste à perspectiva de Geisel. O empresário anunciou o processo de venda das ações ordinárias da Hanna Corporation na Unipar, em favor do Grupo Geyer. Com essas reacomodações acionárias, Hardvelt sublinhou o fato de os capitais da Unipar passarem a ser 100% nacionais, com 70% da propriedade pertencente ao grupo Vila Velha (holding do Grupo Sampaio Geyer), 13% nas mãos da Odebrecht e 16% sob a alçada de outros acionistas.

A fala de Carlos Mariani Bittencourt, presidente da Abiquim, teve como eixo central a defesa da não pulverização dos capitais da indústria petroquímica. Essa campanha por uma maior centralização dos negócios e das ações das companhias do ramo - com destaque para aquelas atuantes nos polos petroquímicos – recebeu como justificativa o fato de que, a nível mundial, todas as políticas de empresas e governos para o ramo petroquímico irem no sentido de garantir a concentração no segmento. A bandeira concentracionista foi também defendida por Michel Hardvelt.

Já Amílcar Pereira, gerente técnico da Petroquisa, destacou que as debilidades tecnológicas e de engenharia básica eram o "calcanhar de Aquiles" da petroquímica brasileira. Segundo o técnico, em mais de 20 anos o setor não conseguira dominar a tecnologia referente

[924] CAMPOS, Pedro H. P. *Estranhas catedrais*... op. cit. p. 111.

aos projetos básicos de unidades petroquímicas. Frente à escalada de preços na importação de tecnologia, Amílcar Pereira defendeu que as empresas investissem em pesquisa e desenvolvimento.

Alguns meses depois, em junho de 1988, foi realizado o Seminário Internacional da indústria Petroquímica, realizado em Salvador. O evento reuniu representantes empresariais dos três polos petroquímicos em funcionamento, e também contou com a presença de Paulo Domingos Knippel Galetta, secretário-executivo do Conselho Federal de Desestatização da Seplan. Os empresários reunidos pleiteavam maiores condições para a realização dos investimentos privados no segmento. Para isso, seria fundamental a privatização da PQU, considerada elementar para a consolidação do polo do Rio de Janeiro.

No seminário também foram destacados três quesitos percebidos como importantes para viabilizar o processo de desestatização em voga: a mobilização da Petroquisa como aglutinadora e viabilizadora dos negócios dos capitais particulares; a venda de ativos de estatais; a transferência de serviços e obras públicas para o setor privado; e a desregulamentação de fatores econômicos como os preços. Dentre os participantes estavam Michel Hartveld (PQU), José Jucá Bezerra Neto (presidente da Copene, já privatizada), Eduardo Vieira (superintendente da área química das Empresas de Petróleo Ypiranga, companhia que nos anos 1990 se tornou uma das proprietárias da PQU pós-privatização), Victor Gradim (presidente das Empresas Petroquímicas do Brasil), Mônica Rosemberg (do Grupo Cevekol) e Paulo Galetta, da Seplan[925].

Em suma, considerando os episódios aqui elencados, é possível perceber, pelo menos, quatro grandes tendências em relação ao posicionamento político das classes dominantes atuantes no ramo petroquímico nos anos finais da ditadura:

1. Ainda que pudesse haver divergência sobre a inserção ou não de capitais estrangeiros no polo petroquímico nascente - como parece haver ao notar-se as posições contrastantes de Geisel e Hardvelt - os argumentos empresariais indicam que havia um certo consenso em prol da privatização do setor. Um elemento importante a ser percebido é que inexistiram manifestações articuladas das indústrias petroquímicas pela

[925] Petroquímica defende privatização imediata. *Jornal do Commercio*, 28 de junho de 1988. p. 11.

privatização da Petroquisa, mas sim da venda de algumas de suas ações em empresas importantes atuantes nos polos petroquímicos. Esse quesito será retomado adiante;

2. O empenho desestatizador contava com a participação direta de representantes do Estado restrito, como pode-se notar a partir da presença de membros ministeriais, secretarias e bancos públicos nos eventos citados;
3. O empresariado atuante no ramo reivindicava a manutenção da concentração de capitais no setor. Pode-se perceber esse posicionamento na postura de Michel Hardvelt – intelectual orgânico do segmento, atuando, simultaneamente, no alto escalão e uma estatal (PQU) e de uma empresa privada (Unipar)- e também na fala do presidente do principal APH do segmento, a Abiquim;
4. Mesmo com alto grau de centralização de capitais e vislumbrando expansões estratosféricas com a inauguração do novo polo e com as privatizações aventadas, o setor petroquímico brasileiro seguia dependente de tecnologia estrangeira, conforme a fala de Amílcar Pereira.

A partir de maio de 1988 as articulações empresariais em prol da privatização da petroquímica contribuíram para intensificar a venda de ativos da Petroquisa. Naquele mês, o Conselho de Administração da Petrobras autorizou a desestatização do Projeto Alcanorte, acatando recomendação do diretor financeiro da estatal, Paulo Belotti. A empresa estava em fase de implementação, no Rio Grande do Norte, e era configurada para produzir barrilha, insumo utilizado para a fabricação de vidros, detergentes, alumínio etc. A intenção era que a petrolífera mantivesse sob seu controle cerca de 50% do capital da Alcanorte, sendo o restante dividido entre capitais privados, de modo a conformar um modelo tripartite[926].

Quatro meses depois, em setembro de 1988, a estrutura acionária da Petroquisa sofreu a primeira privatização parcial. O Conselho administrativo da estatal do petróleo autorizou a Petroquisa a lançar US$ 300 milhões em ações no mercado financeiro. Até então, a propriedade da Petroquisa era integralmente da Petrobras[927].

[926] Petrobrás autoriza privatização do Projeto Alcanorte, *Jornal do Commercio*, 27 de maio de 1988. p. 12. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/364568_17/79090. Acesso em: 18/06/2024; Alcanorte já tem pretendentes à sua compra. *Jornal do Commercio*, 28 de maio de 1988. p. 9. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/364568_17/79123. Acesso em: 10/06/2024;

[927] Petroquisa quer US$ 300 milhões. *Jornal do Commercio*, 09 de setembro de 1988. p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/364568_17/82221. Acesso em: 13/06/2024.

As privatizações ocorridas nos anos de 1980 constituíram mais um episódio do encadeamento privatizante do setor, iniciado com a venda de ações da Copene para a Norquisa, em 1979. A desestatização esmagadora da petroquímica brasileira, no entanto, veio a ocorrer somente a partir dos anos de 1990, quando o processo de neoliberalização já estava sedimentado no país.

Após o ensaio privatista na ditadura, muitos dos grupos econômicos que tiveram intelectuais orgânicos atuando nos seminários aqui salientados ou que possuíam participação na estrutura de propriedade da Norquisa passaram a ser os grandes beneficiários da desestatização do setor ocorrida entre os governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso. Nesse período, a Petroquisa vendeu, total ou parcialmente, parte expressiva de suas ações ordinárias, transferindo para a iniciativa privada sua participação em 27 empresas petroquímicas. As reorganizações societárias implicaram a concentração do controle de propriedade daquelas companhias nas mãos de corporações como a Odebrecht, Unipar, Grupo Ultra, Suzano, Norquisa e outras[928].

No período final da ditadura, a privatização do sistema Petrobras foi contida não apenas pela ausência de um bloco no poder efetivo de feição neoliberal – como na década de 1990 -, mas, sobretudo, por conta da luta política dos trabalhadores da categoria. A seguir, serão evidenciadas as mobilizações de segmentos da classe dominante pela desestatização (integral ou parcial) da estatal do petróleo na década de 1980. Em seguida, serão levantados episódios que demonstram que as tentativas de privatizações e o avanço da exploração da força de trabalho da categoria petroleira foram acompanhados pela repressão típica da DSN, característica constitutiva do processo de contrarrevolução democrática do período.

3.5.2.2.2 – Quebrar o monopólio para "estabilizar" a economia: as mobilizações empresariais pela privatização do sistema Petrobras na década de 1980

No início da década de 1980, as articulações em prol da entrada de capitais privados na produção petrolífera brasileira estavam assentadas na pauta dos contratos de risco. Parte significativa do empresariado era a favor daquela modalidade contratual, que permitia a participação de capitais estrangeiros na prospecção de petróleo em áreas designadas pela Petrobras, conforme explicitado anteriormente. As mobilizações nesse sentido podem ser

[928] cf. BNDES. Programa Nacional de Desestatização... op. cit. pp. 77-88.

percebidas a partir de matéria realizada por Ronaldo Lappa e Victor Zappi, publicada no Jornal do Commercio em janeiro de 1980. Na ocasião, os entrevistadores enviaram questionamentos sobre economia e política para 11 lideranças empresariais, abarcando, sobretudo, agentes do comércio e da indústria.

Quadro 7 - Posicionamento de empresários sobre o monopólio estatal no petróleo e a presença das multinacionais no país

Nome	**Segmento de atuação (Indústria/comércio/ agropecuária)**	**Empresa e/ou entidade a que era vinculado**	**Favorável ao monopólio estatal na área petrolífera?**	**Favorável aos contratos de risco?**	**Favorável à entrada das multinacionais no país?**
Flávio Maranhão	Agropecuária	Pecuarista e diretor técnico da Confederação Nacional do Comércio (CNC)	Não	Sim	Sim
Haroldo de Barros Collares	Indústria	Presidente do Sindicato da Indústria Eletrônica e vice-presidente da Firjan	Sem resposta clara	Sim	Sem resposta clara
Jessé Pinto Freire	Comércio	Presidente da Confederação Nacional do Comércio	Sem resposta clara	Sim	Sim
Jorge Seguin	Indústria	Presidente do Sindicato das Indústrias de Mármore e Calçados	Sim	Sim	Sim
José Mário de Oliveira Ramos	Indústria	Sindicato das Indústrias de Material Plástico	Sem resposta clara	Sim	Sim
Mário Leão Ludolf	Indústria	Presidente da Firjan e do Cierj	Não	Sim	Sim

Nome	Segmento de atuação (Indústria/comércio/ agropecuária)	Empresa e/ou entidade a que era vinculado	Favorável ao monopólio estatal na área petrolífera?	Favorável aos contratos de risco?	Favorável à entrada das multinacionais no país?
Mozart Amaral	Comércio	Federação do Comércio Varejista/Sindicato dos Lojistas/Serviço Social do Comércio do Rio	Sim	Sim	Sem resposta clara
Paulo Mário Freire	Indústria	Diretor das empresas Alvorada e Paraíso, do setor de cimentos	Sim	Sim	Sem resposta clara
Ricardo Miranda	Comércio	Presidente do Conselho de Política Comercial da ACRJ e ex-presidente da Confederação Nacional do Comércio	Não	Sim	Sim
Sylvio Cunha	Comércio	Presidente do Clube de Diretores Lojistas do Rio de Janeiro	Não	Sim	Sim
Walter Gratz	Indústria	Presidente da Kabo-Indústria e Comércio S.A. e do Sindicato da Indústria Metalúrgica do RJ	Sem resposta clara	Sem resposta clara	Sem resposta clara

Fonte: LAPA, Ronaldo; ZAPPI, Victor. O pensamento político dos empresários. *Jornal do Commercio*, 27 a 28 de janeiro de 1980. pp. 9-11. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/364568_17/530. Acesso em: 11/06/2024. Elaboração própria.

O *Quadro 7* é uma compilação do posicionamento dos empresários entrevistados em relação aos assuntos que tangenciam a questão petrolífera brasileira. Dos 11 empresários, 5 eram do segmento industrial, ao passo que 3 atuavam no ramo comercial e 1 na agropecuária.

Flávio Maranhão, empresário pecuarista e diretor técnico da CNC, de forma curta e direta, declarou ser favorável aos contratos de risco e contrário ao monopólio. Considerava as empresas estatais desnecessárias e as multinacionais um mal necessário.

Haroldo de Barros Collares, presidente do Sindicato da Indústria Eletrônica e vice-presidente da Firjan, foi favorável aos contratos de risco, salientando que eles não implicavam a "perda de controle da Petrobras". Sobre as estatais e as multinacionais, declarou que "quando não desvirtuadas de seus objetivos têm representado um papel importante na vida econômica brasileira".

Jessé Pinto Freire, presidente da CNC, eleito senador pela Arena do Rio Grande do Norte, declarou que "os contratos de risco foram a solução que a realidade impôs ao Brasil. Trinta anos de monopólio sequer nos permitiram [ter] certeza quanto às nossas efetivas reservas petrolíferas". Também defendeu que as estatais deveriam atuar apenas em áreas relacionadas à segurança e ao "bem comum" e naturalizou a inserção de multinacionais na economia brasileira, destacando que não eram boas ou ruins, mas "uma realidade do nosso tempo".

Jorge Seguin, presidente do Sindicato das Indústrias de Mármore e Calçados, se colocou favorável à atuação estatal na produção petrolífera e também aos contratos de risco. Quanto às multinacionais atuarem no país, também considerou um "mal necessário".

José Mário de Oliveira Ramos, membro do Sindicato das Indústrias de Material Plástico, defendeu os contratos de risco como forma de ampliar a produção petrolífera brasileira. Também foi a favor da entrada de capitais estrangeiros no país, destacando que se as empresas multinacionais fossem "bem controladas" seriam "benéficas ao país".

Mário Leão Ludolf, presidente da Firjan e do Cierj, salientou ter sido sempre contra o monopólio estatal na produção petrolífera, desde antes do surgimento da Petrobras[929]. Destacou ser contrário "todo e qualquer exercício de atividade econômica pelo Estado, em razão de sua comprovada incapacidade gerencial". A exceção deveria ser concedida apenas para "algumas atividades de real e efetivo interesse público, que atingem e beneficiam toda a comunidade". Também se colocou favorável à atuação dos capitais multinacionais no país. Segundo Mário Ludolf, uma vez que as multinacionais estivessem "submetidas a uma adequada legislação e cuidadosa fiscalização pelo Governo, representam um fator absolutamente indispensável para a aceleração de nosso desenvolvimento econômico".

Mozart Amaral, presidente da Federação do Comércio Varejista, do Sindicato dos Lojistas e do Serviço Social do Comércio do Rio de Janeiro, foi favorável à entrada de capitais estrangeiros na prospecção, através dos contratos de risco, mas desde que não ferisse o

[929] Ver capítulo 2.4 desta tese ("O monopólio estatal do petróleo e o recrudescimento da luta de classes no Brasil").

monopólio. Na visão do empresário, os contratos de risco contribuíam para acelerar o ritmo da exploração petrolífera no país.

Paulo Mário Freire, diretor das empresas Alvorada e Paraíso, do setor de cimento, defendeu os contratos de risco por, supostamente, acelerar a pesquisa e desenvolvimento tecnológico no ramo petroquímico. Por outro lado, declarou ser favorável ao monopólio estatal por se tratar de um "bem estratégico e inerente à segurança nacional".

Ricardo Miranda, presidente do Conselho de Política Comercial da ACRJ e ex-presidente da CNC, defendeu os contratos de risco e destacou que o monopólio deveria ser "totalmente repensado". Era favorável às empresas estatais, desde que atuassem em áreas em que a iniciativa privada não detivesse condições de operar. Também acenou em prol da inserção das multinacionais no Brasil, sobretudo por conta da tecnologia que as empresas estrangeiras detêm. Considerou estas como "um mal necessário".

Sylvio Cunha, presidente do Clube de Diretores Lojistas do Rio de Janeiro, declarou ser contrário ao monopólio estatal na área petrolífera, por considerar que isso configurava um 'danoso privilégio' e foi favorável aos contratos de risco. Acenou positivamente em relação à existência de empresas estatais, mas somente em áreas em que as empresas privadas não tivessem capacidade de operar. Também foi a favor das multinacionais, destacando, no entanto, que elas deveriam ser "vigiadas para que se enquadrem dentro do nosso sistema econômico, inclusive gerando emprego".

Walter Gratz, presidente da Kabi-Indústria e Comércio S.A. e do Sindicato da Indústria Metalúrgica do Rio de Janeiro, destacou que o "monopólio estatal é uma necessidade para preservar os direitos do solo, desde que, naturalmente, voltados para os interesses da Nação". Declarou, no entanto, que "os privilégios de algumas estatais atrasam e dificultam a livre iniciativa".

Em suma, a despeito da falta de posicionamento claro em relação a alguns quesitos, pode-se perceber que todos os empresários entrevistados eram favoráveis aos contratos de risco. A maioria deles também era partidária à atuação de empresas estrangeiras na economia do país, tendo ressalvado, em alguns casos, que era necessário critérios de fiscalização e que as multinacionais eram um "mal necessário".

Ao longo da década de 1980, com o fracasso dos contratos de risco, o acirramento da crise e a intensificação de mobilizações que pleiteavam privatizações e maior abertura econômica, as reivindicações das classes dominantes passaram a envolver, cada vez mais, a

desestatização (total ou parcial) do sistema Petrobras. No início do governo de José Sarney, um dos ministros que mais lutava pelas desestatizações era Francisco Dornelles, que comandava a pasta da Fazenda.

Com graduação em Direito, especialização em finanças públicas na universidade de Nancy (França) e em tributação internacional pela Universidade de Harvard (EUA), Dornelles fez estágio no Departamento Fiscal da CNI no final da década de 1950, sendo então escolhido por seu tipo por parte de mãe[930], Tancredo Neves – então secretário de finanças de Minas Gerais –, para assumir a subchefia da Delegacia Fiscal do Estado de Minas Gerais no Rio de Janeiro. Entre o fim dos anos de 1970 e começo dos 1980 Dornelles foi representante do governo no GATT e membro do grupo de peritos da ONU sobre cooperação tributária internacional. Quando eleito através de votação indireta, Tancredo Neves o escolheu para comandar a pasta da Fazenda, assumindo e permanecendo no posto mesmo após a morte do político mineiro[931].

A equipe econômica que foi construída por Tancredo Neves envolvia, além de Dornelles, nomes como Antônio Carlos Lemgruber, na presidência do Banco Central, e Sebastião Vital, secretário-geral do Ministério da Fazenda. O grupo possuía uma orientação "monetarista", no sentido de priorizar o combate à inflação a partir de medidas como a elevação dos juros, restrições salariais e corte de gastos públicos, e acabou sendo "tolerado" pelo governo José Sarney[932].

Em 8 de agosto de 1985, Francisco Dornelles declarou ser favorável a uma intensa privatização da economia, em um quadro cujo Estado deveria concentrar suas atividades nas áreas da saúde, transporte e educação. Em seu posicionamento, estava, inclusive, a defesa da desestatização de grandes empresas que gozavam de equilíbrio financeiro, como a Eletrobrás e a Petrobras. A bandeira defendida por Dornelles logo contou com a adesão de Roberto Gusmão, da pasta da Indústria e Comércio[933].

---

[930] Também por parte de mãe, também era primo de segundo grau do ex-governador de Minas Gerais e ex-Senador Aécio Neves.

[931] VELASQUEZ, Musa Clara et al. Verbete: Francisco Dornelles. In: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da FGV. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Disponível em: https://bit.ly/3yWiLhX. Acesso em: 11/06/2024.

[932] SILVA Jr., Samuel Fernando da. *O Brasil diante do espelho*: autocracia burguesa e luta de classes na transição conservadora (1974-1988). Tese de doutorado em História. Marechal Cândido Rondon (PR): Unioeste, 2023. pp. 451-452.

[933] Sayad nem pensa nas grandes. *Jornal do Commercio*, 08 de agosto de 1985. p. 7. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/364568_17/49467. Acesso em: 11/06/2024.

Quadro 8 - Levantamento não exaustivo de empresários favoráveis à privatização da Petrobras (1985-1986)

Nome do empresário ou intelectual orgânico	**Setor empresarial a que esteve vinculado (indústria, comércio, financeiro)**	**Empresa ou APH em que esteve vinculado**	**Data em que se manifestou pela privatização da Petrobras**
Roberto Bonhausen	Financeiro	Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN)	09/08/1985
Guilherme Afif Domingos	Comércio	Associação Comercial de São Paulo (ACSP)	10/08/1985
Luís Eulálio Bueno Vidigal Filho	Indústria	Fiesp/CNI/Cobrasma/Sindicato da Indústria de Forjaria/Sindicato da Indústria de Peças para Automóveis e Similares	13/08/1985
Mário Henrique Simonsen	Financeiro/Industrial	Banco Bozano Simonsen, Mercedes-Benz, Grupo Monteiro Aranha, Consultec	18/08/1985
Paulo Setúbal Neto	Financeiro	Associação Brasileira de Companhias Abertas (Abrasca)/Duratex	23/08/1986
Roberto Campos	Financeiro/Industrial	IPES/Banco União Comercial (BUC)/Confederação Nacional do Comércio (CNC)/InvestBanco/Olivetti Brasil/Mercedes-Benz	Diversas datas

Fonte: Jornal do Commercio; Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro; DREIFUSS, René Armand. *1964*: a conquista do Estado... op. cit.

A conduta de Dornelles em relação à Petrobras foi acompanhada pela eclosão de uma série de manifestações empresariais que iam no mesmo sentido. A partir da pesquisa realizada no Jornal do Commercio, o *Quadro 8* expõe uma lista não exaustiva de empresários que se

posicionaram em defesa da privatização integral da Petrobras na década de 1980[934]. Foram identificadas as principais empresas ou aparatos privados de hegemonia que tais agentes tiveram ou tinham vínculo, bem como a data do pronunciamento em prol da desestatização da petrolífera.

Embalado pelas declarações do então ministro da Fazenda, a privatização acentuada da economia foi o ponto central da reunião organizada por Paulo Lustosa (ministro da Desburocratização) com empresários. Na ocasião, Roberto Bonhausen, presidente da Federação Brasileira de Bancos, e Guilherme Afif Domingos, presidente da Associação Comercial do Brasil, se mostraram favoráveis à perspectiva de Dornelles[935].

Naquele momento, parcelas importantes do empresariado brasileiro tinham posições análogas à de Dornelles, como a Fiesp. A partir de 1980, o surgimento de uma chapa opositora na Federação paulista tirou Theobaldo de Nigris da presidência, posto que ocupava desde 1967. A mudança do comando da entidade refletiu um redirecionamento político de parte do empresariado paulista em prol de uma maior liberalização econômica. No lugar de Theobaldo assumiu Luís Eulálio Bueno Vidigal Filho e, durante a sua gestão (1980-1986), a estabilização monetária e a defesa das privatizações foram pautas de destaque[936].

No mesmo mês das declarações de Dornelles aqui salientadas, Luís Eulálio Bueno Vidigal Filho destacou que as privatizações seriam positivas pois contribuiriam para o pagamento das supostas dívidas das estatais com o setor privado. O líder empresarial também defendeu que as desestatizações não deveriam passar pelo Congresso, o que indica a manutenção de práticas e valores ditatoriais por parte da entidade. Além disso, o empresário argumentou ser favorável à inserção de capitais estrangeiros no processo de privatização[937].

Mário Henrique Simonsen foi um dos principais intelectuais orgânicos da burguesia na construção da ditadura. Através de seu banco, o Bozano Simonsen, o empresário contribuiu com o IPES e também esteve na formulação dos principais projetos econômicos do governo

[934] A maioria dos empresários listados citaram diretamente a Petrobras ao defender as privatizações. Nos casos de Luís Eulálio Bueno Vidigal, não houve menção direta à estatal do petróleo, mas sim a defesa ampla e irrestrita da venda de todas as estatais.

[935] Privatização é tema de debate com empresários. *Jornal do Commercio*, 09 de agosto de 1985. p. 10. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/364568_17/49498. Acesso em: 11/06/2024.

[936] cf. BIANCHI, Álvaro. *O ministério dos industriais*: a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990. Tese de doutorado em Ciências Sociais. Campinas: Unicamp, 2004.

[937] Fiesp aconselha urgência no plano para privatizar. *Jornal do Commercio*, 13 de agosto de 1985. p. 6. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/364568_17/49624. Acesso em: 11/06/2024.

Castelo Branco. Com a emergência do ditador Costa e Silva à presidência do país, Simonsen foi atuar no alto escalão de grandes empresas, como a Mercedes-Benz e o Grupo Monteiro Aranha S.A., que tinha atuação em diversos ramos, como a petroquímica, a indústria automotiva e o financeiro. Em meados de agosto de 1985, em declaração ao Jornal do Commercio, Mário Simonsen defendeu tanto a entrada de capitais estrangeiros no país para, supostamente, fomentar o crescimento econômico, quanto a privatização integral de empresas como a Petrobras[938].

Paulo Setúbal Neto, da família Setúbal, proprietária do Itaú, era presidente da Associação Brasileira de Companhias Abertas (Abrasca). Em 23 de agosto de 1985, o empresário defendeu a privatização da Petrobras para, supostamente, sanear o déficit público[939].

Já Roberto Campos foi aquele que com mais frequência defendeu tanto a venda da Petrobras quanto a privatização da economia em termos gerais. Dentre os argumentos do então Senador pelo PDS que justificariam a venda das estatais está o fato de tais empresas serem "generosas nas mordomias, clubes e fundos de pensão". Campos também explicitou que as reservas de mercado do governo Sarney eram "xenófobas" e realçava que o setor produtivo do Estado ficava a mercê da "corrupção" e da "interferência política". O tecno-empresário também manifestou que as desestatizações contribuiriam para dirimir o déficit nas contas públicas. Um outro elemento destacado por Campos em sua defesa das privatizações foi que as estatais eram "ineficientes". Sobre a Petrobras, como nunca houve quesitos plausíveis que demonstrassem a sua falta de eficiência, Campos "saiu pela tangente". Ele declarou que, por ser monopólio, não há comparação para saber se, de fato, a petrolífera tem uma boa operacionalidade[940].

---

[938] A polêmica sobre o capital estrangeiro no Brasil. *Jornal do Commercio*, 18 a 19 de agosto de 1985. p. 8. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/364568_17/49784. Acesso em: 13/06/2024.

[939] Privatização da Petrobras. *Jornal do Commercio*, 23 de agosto de 1986. p. 6. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/364568_17/61099. Acesso em: 13/06/2024.

[940] Desemprego só cai com privatização. *Jornal do Commercio*, 17 de janeiro de 1984. p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/364568_17/34094. Acesso em: 13/06/2024; Campos afirma que o projeto não é sério. *Jornal do Commercio*, 05 de dezembro de 1985. p. 9. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/364568_17/53102. Acesso em: 13/06/2024; Cuidado com 'dias'!. *Jornal do Commercio*, 15 a 16 de dezembro de 1985. p. 7. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/364568_17/53102. Acesso em: 13/06/2024; Abaixo a República dos alvarás. *Jornal do Commercio*, 26 a 27 de janeiro de 1986. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/364568_17/54508. Acesso em: 13/06/2024; "Por um sopro de ar puro". *Jornal do Commercio*, 23 de dezembro de 1987. p. 7. "Desembarcando no mundo". *Jornal do Commercio*, 21 a 22 de agosto de 1988. p. 9. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/364568_17/81635. Acesso em: 13/06/2024.

De modo geral, o levantamento presente no *Quadro 8* indica que o coro mais denso em prol da privatização da Petrobras vinha de agentes atrelados aos grandes capitais e, sobretudo, àqueles vinculados ao capital financeiro. Não à toa a justificativa concebida por eles - mais precisamente Roberto Campos e Mário Simonsen - para que ocorresse a desestatização da Petrobras está relacionada às medidas de estabilização econômica, como a redução da dívida pública.

Como aqui já destacado, o "monetarismo" como conteúdo central do bloco no poder só veio a ser uma realidade na década de 1990, mas as articulações por parte dos adeptos das privatizações renderam alguns frutos às burguesias já no período da ditadura. Como será abordado adiante, até mesmo a Petrobras sofreu reveses em sua estrutura central de propriedade durante os anos de 1980.

Em meio à miríade de manifestações empresariais pela privatização da estatal do petróleo, ainda em agosto de 1985, Francisco Dornelles declarou que "seria um sonho" caso a Eletrobrás fosse privatizada para a Light e a Petrobras fosse vendida para grupos estrangeiros como a Shell, Texaco ou Esso. Segundo o então ministro da Fazenda, tais desestatizações gerariam recursos suficientes para resolver problemas sociais, como saúde, educação e transporte. Mesmo afirmando que seria "impossível" vender aquelas estatais, explicitou não ser "proibido sonhar"[941].

O aprofundamento da luta dos trabalhadores contra o esgarçamento salarial foi um importante fator que levou à queda de Francisco Dornelles. Em abril de 1985, os metalúrgicos do ABC paulista estavam em greve pela redução da jornada de trabalho para 40 horas e pelo reajuste real dos salários. Frente às mobilizações, o então ministro do Trabalho, Almir Pazzianoto, acenava acatar algumas das reivindicações. Dornelles, com seu viés contracionista, foi terminantemente contra o aumento das remunerações acima do INPC, alegando que a medida provocaria fortes impactos inflacionários. A celeuma desencadeou a criação de uma comissão interministerial para estudar a situação que, em meio às pressões operárias e à falta de base parlamentar contra o reajuste real, acabou decidindo, no mês de maio, pela valorização de 112% acima do índice inflacionário (INPC). Mesmo assim, o mínimo ficou 62,3% defasado em relação aos valores de 1960[942]. De qualquer modo, o resultado desgastou Dornelles.

---

[941] Vender a Petrobras é um "sonho impossível". *Jornal do Commercio*, 24 de agosto de 1985. p. 9. Acesso em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/364568_17/49971. Disponível em: 24/08/1985.

[942] SILVA Jr., Samuel Fernando da. *O Brasil diante do espelho*... op. cit. pp. 452-454.

Em agosto de 1985, o ministro da Fazenda foi para uma reunião com o FMI na França e o secretário-geral da pasta, Sebastião Vital, assumiu interinamente o ministério. No dia 20 daquele mês, em almoço promovido pela Federação dos Bancos, Vital criticou a condução econômica de Sarney, enfatizando que havia timidez em relação à austeridade que era defendida pela pasta. Os pronunciamentos de Vital logo geraram repercussões e controvérsias com outras alas da equipe governamental, como o Planejamento de João Sayad, e a sua demissão foi efetivada pela presidência no dia 23. Após retornar da viagem, Dornelles pediu exoneração no dia 26, debandada seguida pelo presidente do Banco Central, Antônio Carlos Lemgruber, e seus sete diretores, além de outros membros de instituições vinculadas à Fazenda[943].

No lugar de Dornelles foi alocado Dilson Funaro, amigo íntimo de João Sayad e que foi escolhido a partir da articulação dos setores "progressistas" do PMDB, mais especificamente Franco Montoro e Ulysses Guimarães. O novo ministro assumiu em 26 de agosto de 1985[944].

Dilson Funaro era um empresário do setor de bens de capital, tendo formado a Companhia Brasileira de Peças Industriais (Cobrapi) no final da década de 1950, companhia que em 1967 foi fundida com a Trol S.A. Indústria e Comércio, fabricante de plástico e brinquedos. Funaro passou a integrar a diretoria da Fiesp em 1977 e fez parte da chapa perdedora de Theobaldo de Nigris na eleição da Federação paulista de 1980. Ele também presidia o Sindicato da Indústria de Material Plástico de São Paulo[945].

A troca do comando da Fazenda foi um sinal da sobrevida do "desenvolvimentismo" econômico, que veio a ser obliterado na década de 1990. Dilson Funaro assumiu o cargo em meio à conduta da equipe de governo de tentar combinar o combate à inflação à manutenção de políticas de crescimento econômico, de modo a evitar o "risco de uma convulsão social"[946]. As mobilizações sociais das classes subalternas, conjugadas à postura de segmentos das classes dominantes contrários às políticas extremadas de liberalização econômica – como aquelas propostas por Dornelles –, impediram uma privatização mais intensa das estatais tidas como estratégicas, como a Petrobras.

---

[943] SILVA Jr., Samuel Fernando da. *O Brasil diante do espelho*... op. cit. pp. 451-452.

[944] SILVA Jr., Samuel Fernando da. *O Brasil diante do espelho*... op. cit. p. 453.

[945] MENESES, Mônica da Silva. Verbete: Dilson Funaro. In: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da FGV. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Disponível em: https://bit.ly/4ckXv43. Acesso em: 12/06/2024,

[946] SILVA Jr., Samuel Fernando da. *O Brasil diante do espelho*... op. cit. pp. 453-454.

A diretriz política da nova equipe econômica de atuar em prol da redução da taxa de juros e pela preservação dos gastos governamentais não significou o desaparecimento das pautas privatizantes do plano de governo. De forma distinta, em novembro de 1985 foi anunciada a criação da Secretaria Especial de Privatização, com João Sayad na presidência e Dilson Funaro na vice-presidência. O objetivo central do novo órgão era acelerar o processo de privatizações através da transferência do controle acionário de determinadas estatais[947].

As aspirações pelo enxugamento da propriedade das estatais pela via acionária atingiram em cheio a Petrobras. Em novembro de 1985 foram vendidas 5 bilhões de ações do BNDES na estatal do petróleo. Nas palavras de Adroaldo de Moura da Silva, então presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) - autarquia federal vinculada ao Ministério da Fazenda cujo objetivo básico é "defender o interesse do investidor" – a oferta das ações do BNDES na Petrobras foi um marco na história da CVM[948].

Em linhas gerais, na segunda metade da década de 1980, muitos dos segmentos empresariais com expressão política passaram a enredar uma estratégia que cercava a Petrobras por duas frentes distintas, ambas assentadas na privatização de sua estrutura de propriedade. O que distinguia um grupo do outro era a intensidade da desestatização. De um lado havia aqueles que lutavam pela venda do controle da *holding* para a iniciativa privada, como Francisco Dornelles e empresários vinculados ao capital financeiro. Por outro, havia os que defendiam o monopólio estatal do petróleo, mas pleiteavam uma desestatização parcial da petrolífera. Vejamos mais de perto atores e aspectos desse segundo grupo.

A defesa da manutenção do monopólio foi uma tônica até mesmo na Sest. Em agosto de 1985, em meio a reverberação das declarações privatizantes de Dornelles, o presidente da Secretaria, Henri Philippe Reichstul, declarou que empresas como a Petrobras, Siderbrás, Eletrobrás, Cia. Vale do Rio Doce, Telebrás e Eletrobrás não deveriam ser transferidas para o controle da iniciativa privada pelo fato de serem empresas "estratégicas". Na mesma ocasião, João Sayad, embora tenha realçado que 270 empresas que "passaram para o controle dos bancos

[947] Governo cria Conselho para desestatizar. *Jornal do Commercio*, 20 de novembro de 1985. p. 6. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/364568_17/52642. Acesso em: 12/06/2024.

[948] Normas para a venda de ações da Petrobras. *Jornal do Commercio*, 26 de novembro de 1985. p. 7. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/364568_17/52815. Acesso em: 12/06/2024; Adroaldo sai da CVM preocupado. *Jornal do Commercio*, 08 de abril de 1986. p. 17. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/364568_17/56832. Acesso em: 12/06/2024,

[públicos] [...] em virtude de dificuldades financeiras" estavam passíveis de serem vendidas, também defendeu a não privatização da Petrobras[949].

É importante sublinhar que a contrariedade às privatizações de João Sayad era circunscrita às empresas tidas como "estratégicas". Em relação à Petrobras, o então ministro do Planejamento limitava-se a defender o monopólio estatal. No infortunado mês de agosto aqui destacado, Sayad declarou concordar com a privatização intensa proposta por Dornelles, desestatização esta que, conforme já destacado, abrangia até mesmo as grandes empresas públicas, como a Siderbrás, Eletrobrás e a própria Petrobras. Sobre estas últimas, ele defendia a venda de suas ações na bolsa de valores, mas com a manutenção do controle nas mãos do Estado[950].

O ministro de Minas e Energia, Aureliano Chaves, teve conduta semelhante à de Sayad. No início do governo Sarney, em agosto de 1985, Chaves explicitou ser favorável à venda de determinadas empresas, mas declarou ser avesso à privatização da Petrobras e da Eletrobrás[951]. Conforme já destacado anteriormente, no final do governo, em maio de 1988, em almoço com empresários na Firjan, ele continuava destacando que não privatizaria a Petrobras ou a maioria de suas subsidiárias, mas que queria privatizar a PQU e a Petrofértil[952]. Ainda nessa toada de desestatização parcial em meio ao governo Sarney, a Sest e agentes atuantes no primeiro escalão do sistema Petrobras, como Paulo Belotti, explicitaram que havia a intenção de vender subsidiárias como a BR Distribuidora e a Petroquisa[953].

Houve também agentes políticos e empresariais que eram partidários ou condescendentes à venda de ações do sistema Petrobras em determinadas empresas, mas se contrapunham à privatização da estatal ou de suas subsidiárias. Dentre os adeptos dessa perspectiva, destacaram-se os que estavam vinculados às indústrias petroquímicas.

---

[949] Sayad nem pensa nas grandes. *Jornal do Commercio*, 08 de agosto de 1985. p. 7. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/364568_17/49467. Acesso em: 13/06/2024.

[950] Sayad quer estatais saneadas. *Jornal do Commercio*, 09 de agosto de 1985. p. 10. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/364568_17/49498. Acesso em: 13/06/2024.

[951] Ministro quer ouvir o Congresso. *Jornal do Commercio*, 10 de agosto de 1985. p. 10. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/364568_17/49528. Acesso em: 13/06/2024.

[952] Petroquímica no setor privado. *Jornal do Commercio*, 12 de maio de 1988. p. 12. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/364568_17/78660. Acesso em: 13/06/2024.

[953] Sest garante que privatização sai. *Jornal do Commercio*, 22 de novembro de 1985. p. 8. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/364568_17/52704. Acesso em: 13/06/2024; Petroquisa também abrirá. *Jornal do Commercio*, 27 de novembro de 1985. Caderno de negócios. p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/364568_17/52855. Acesso em: 13/06/2024.

No final de 1983, quando eram intensificadas as articulações e legislações para o avanço das privatizações, Ernesto Geisel, em resposta aos "banqueiros internacionais", defendeu a manutenção do monopólio estatal na produção petrolífera[954]. No fatídico mês de agosto de 1985, Hélio Beltrão, então na presidência da Petrobras, declarou que a estatal era contrária à expansão da negociação de ações no mercado financeiro. Em relação à defesa da privatização das estatais advogada por Francisco Dornelles e Roberto Gusmão, Beltrão lançou argumento que revela com fidedignidade a razão pela qual parte importante do empresariado brasileiro era contrário à privatização da Petrobras naquele momento. O "administrador anfíbio" disse que cabia às empresas privadas capitanear o "desenvolvimento" e as estatais deveriam ficar a cargo de viabilizar esse processo. Salientou, ainda que, por isso, "as empresas estatais devem ser mantidas, e a privatização de cada uma delas analisadas caso a caso".

Nos meses subsequentes, Hélio Beltrão seguiu proferindo manifestações que reforçavam tal conduta. Dois meses depois, em outubro de 1985, ele rebateu o argumento daqueles que defendiam que o monopólio do Estado prejudicava as empresas privadas, afirmando que a estatal do petróleo vinha mantendo relações estreitas com o empresariado privado "nacional"[955].

No mesmo período, Beltrão também salientou o fracasso dos contratos de risco. Segundo ele, desde a implantação dessa modalidade contratual (1975), as empresas contratadas investiram US$ 1,5 bilhão, enquanto a Petrobras, em um ano, investiu US$ 2 bilhões. Além disso, o então presidente da Petrobras destacou que o único sucesso oriundo dos contratos de risco foi a descoberta de gás na bacia de Santos[956]. Em outra ocasião, em evento com a presença de Saturnino Braga (prefeito do Rio), Mateus Schneider (presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobras - Aepet), Carlos Lessa (diretor do BNDES) e Jorge Bittar (presidente do sindicato dos engenheiros), Hélio Beltrão disse ser "inaceitável" as tentativas de privatização da Petrobras ou de suas subsidiárias[957].

---

[954] Geisel que monopólio e preservação da Petrobras. *Jornal do Commercio*, 19 de novembro de 1983. p. 7. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/364568_17/32746. Acesso em: 14/06/2024.

[955] Beltrão defende Petrobras do clientelismo. *Jornal do Commercio*, 10 de outubro de 1985. p. 11. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/364568_17/51435. Acesso em: 14/06/2024.

[956] Beltrão acha loucura privatizar a Petrobras. *Jornal do Commercio*, 25 de outubro de 1985. p. 11. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/364568_17/51889. Acesso em: 14/06/2024.

[957] Beltrão defende monopólio. *Jornal do Commercio*, 26 de janeiro de 1986. p. 11. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/364568_17/54239. Acesso em: 14/06/2024.

O posicionamento de Hélio Beltrão frente a privatização da Petrobras não era "jogo de cena". Como abordado anteriormente, os capitais privados atuantes na petroquímica – segmento no qual Hélio Beltrão possuía relações orgânicas através do grupo Ultra -, ainda que pleiteassem a venda de ações da Petroquisa em empresas estratégicas como a Copesul, naquele momento não sistematizaram movimentações em prol da privatização da Petroquisa e tampouco da *holding* Petrobras. Isso indica que a estatal do petróleo ainda era percebida como vital para a garantia dos investimentos e da expansão da petroquímica brasileira, viabilizando, por exemplo, projetos como o polo gaúcho ou o complexo fluminense, que "ficou no papel", mas estava em fase de planejamento.

Em fevereiro de 1987 iniciaram-se os trabalhos da Assembleia Nacional Constituintes (ANC), que durou até a promulgação da nova Carta, em 5 de outubro de 1988, e foi integrada por 487 deputados e 72 senadores. Parte importante do empresariado defendia que a "retirada do Estado" da economia fosse garantida em termos constitucionais.

Em levantamento realizado pelo Jornal do Commercio em abril de 1987, pode-se perceber distintos segmentos empresariais articulando-se a fim de restringir a atuação das estatais a partir dos preceitos da Constituição em construção. Luís Carlos Mandelli, presidente do Centro das Indústrias do Rio Grande do Sul (Ciergs), defendeu a privatização ou até mesmo a extinção de estatais que dessem prejuízo por dois exercícios seguidos. Amaury Temporal, presidente da Confederação das Associações Comerciais do Brasil (CACB), também atacou o papel do Estado na economia. Segundo o empresário, essa ideia seria a tônica do IV Congresso Nacional das Associações Comerciais, que contaria com a presença de José Sarney e do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães. A Fiesp, então presidida por Mário Amato – esguiano e integrante da fração patronal atuante no ramo de papel e celulose[958] - engrossou o coro da Ciergs e da CACB, defendendo que, na nova Constituição, o papel do Estado na economia deveria ser fortemente limitado, eliminando conceitos que a entidade considerava ambíguos, como "segurança nacional" e "interesses estratégicos"[959].

[958] Mário Amato era vice-presidente da Fiesp na chapa vencedora da eleição de 1980, encabeçada por Luís Eulálio Bueno Vidigal Filho. cf. XAVIER, Libânia. Verbete: Mário Amato. In: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da FGV. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Disponível em: https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/amato-mario. Acesso em: 14/06/2024.

[959] Sombra estatal na Constituinte. *Jornal do Commercio*, 12 a 13 de abril de 1987. p. 5. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/364568_17/66797. Acesso em: 14/06/2024.

Sobre a legislação que balizaria a exploração petrolífera na nova Carta, a principal controvérsia foi em relação à extensão do monopólio estatal para a distribuição de derivados de petróleo, preceito sistematicamente combatido pelas empresas estrangeiras – como a Esso e a Texaco – através de aparatos privados de hegemonia como a União Brasileira de Empresa (UB), também adepta do "livre mercado"[960]. A mobilização empresarial rendeu frutos, haja vista que os postos de combustíveis privados seguiram podendo atuar no país a partir dos preceitos constitucionais. Desse modo, a nova Constituição replicou os princípios da Lei 2004 de 1953, garantindo, através do artigo 177, o monopólio da União na pesquisa e lavra de petróleo, no refino, na importação, no transporte e na pesquisa.

No período da constituinte, ainda houve uma espécie de manobra para quebrar o monopólio estatal no petróleo. Em abril de 1988, enquanto ocorria a ANC, o governo enviou um Projeto de Lei para o Congresso, o PL 490, de autoria do ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, e do último ministro da Fazenda da década de 1980, o "monetarista" Maílson da Nóbrega. O projeto buscava regulamentar questões relacionadas ao sistema financeiro nacional e abarcava, dentre outros pontos, a criação de uma nova estrutura para a regulação e supervisão das instituições públicas responsáveis pelas finanças, a fim de aprimorar a "estabilidade" econômica do país. Acontece que a proposta possuía um "jabuti" que previa a privatização das empresas estatais que praticavam atividades monopolistas, o que significava a possibilidade de desestatização da Petrobras e Nuclebrás, únicas estatais detentoras de monopólio. Após mobilizações capitaneadas pelo então presidente da Petrobras, Ozires Silva, o trecho polêmico saiu da pauta[961].

Ainda naquele período, é curioso perceber o posicionamento da ESG sobre a questão econômica. Os militares ligados à Escola seguiam firmes à bandeira original da entidade de viabilizar a entrada de capitais estrangeiros no país, só que agora em um panorama capitalista que enredava a emergência do "neoliberalismo". Em setembro de 1987, em extensa entrevista realizada pelo Jornal do Commercio, o almirante Bernard David Blowe enfatizou que a ESG –

[960] DREIFUSS, René. *O jogo da direita na Nova República*. Petrópolis: Vozes, 1989. pp. 192-193.

[961] Ozires adverte sobre quebra do monopólio estatal. *Jornal do Commercio*, 12 de abril de 1988. p. 13. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/364568_17/77536. Acesso em: 14/06/2024; Sarney retira o projeto que afeta monopólio estatal. *Jornal do Commercio*, 13 de abril de 1988. p. 15. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/364568_17/77582. Acesso em: 14/06/2024.

entidade em que era diretor - era favorável às privatizações e à entrada de capitais multinacionais na economia brasileira[962].

Em suma, as articulações privatizantes por parte de segmentos da classe dominante nos anos finais da ditadura implicaram perdas acionárias importantes do sistema Petrobras. A desestatização da *holding* e subsidiárias da petrolífera não ocorreu, fundamentalmente, por conta das mobilizações de parte importante do empresariado brasileiro e por conta das lutas dos trabalhadores da categoria.

O posicionamento do almirante esguiano acima elencado é um bom indício para perceber que, naquele período, a combinação entre DSN e desenvolvimento das forças capitalistas continuavam a caminhar juntas. Ainda que o militar e parcelas empresariais não tenham selado a desestatização almejada naquele momento, a perseguição e intimidação às classes trabalhadores reemergentes seguiram sendo a tônica do processo de abertura. A seguir, serão destacados breves episódios que evidenciarão a luta operária por direitos e pela garantia da manutenção do monopólio estatal em meio à repressão do período final da contrarrevolução democrática.

3.5.2.2.3 - Mobilização sindical, repressão e a luta pelo monopólio: os petroleiros no âmago da contrarrevolução democrática

O acirramento da exploração da força de trabalho e as privatizações (reais ou aventadas) do sistema Petrobras no período final da ditadura foram acompanhados pela manutenção da estrutura de vigilância e violência da Petrobras e do Estado brasileiro, conforme salientado anteriormente[963]. Entretanto, o avanço do capital e a repressão assentada na DSN não fluíram sem resistência. Ao iniciar-se a fase da contrarrevolução democrática, embalados pelo achatamento salarial que acometia o conjunto da classe trabalhadora, os petroleiros passaram a (re)estruturar a luta e seus aparatos organizativos.

Em 1977, os trabalhadores da categoria realizaram um movimento pela reposição do índice inflacionário de 1973. Três anos depois, os trabalhadores da Refinaria do Planalto (Replan), em Paulínia (SP), fizeram greve de fome em meio a campanha salarial. Em 1978, as

[962] Discurso da ESG não é estatizante. *Jornal do Commercio*, 13 a 14 de setembro de 1987. p. 6. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/364568_17/71426. Acesso em: 14/06/2024.

[963] Ver capítulo 3.2.4 (“Qualificando a militarização da Petrobras (1964-1988)”).

mobilizações dos trabalhadores das refinarias de Paulínia (Replan), Capuava (Recap) e Cubatão (RPBC) conquistaram a redução do regime de trabalho para 42 horas semanais, tempo de trabalho que foi reduzido para 40 horas dois anos mais tarde[964]. A reivindicação da carga horária pelos trabalhadores da estatal do petróleo logo inflamou as reivindicações dos metalúrgicos de São Paulo[965].

As greves e mobilizações dos trabalhadores da Petrobras seguiram de modo intenso ao longo da década e foram acompanhadas pelas intimidações e perseguições das entidades estatais incutidas na DSN, como pode-se perceber em entrevista de Germino Borges, operário da RLAM e dirigente da chapa que ganhou as eleições do Sindipetro em 1982. O trabalhador retratou que, quando ganhou o pleito sindical, o superintendente de Recursos Humanos, Normélio Moura da Costa - um civil que atuava no cargo desde a década de 1970 -, tentou fazer um movimento de aproximação com a sua gestão. Quando o operário rechaçou a investida do superintendente, este respondeu que, na refinaria, "tinha um tipo de paz, e a paz que tinha era a "paz romana", ou seja, aquela paz imposta, que ele impunha ali". E Germino respondeu: "olha, isso não vai perdurar, porque os trabalhadores, você sabe, uma hora essa pressão vai explodir". Um elemento emblemático explicitado por Borges sobre o chefe, conhecido por sua postura autoritária ("linha dura"), era que ele ostentava um diploma da ESG na parede atrás de sua mesa como forma de intimidação[966].

Em 5 de julho de 1983, os trabalhadores da Replan decidiram realizar uma paralisação para o dia seguinte, em protesto às medidas econômicas estabelecidas a partir da cartilha do FMI. No dia 7 do mesmo mês, cerca de 2.200 operários de Mataripe (RLAM), na Bahia, aderiram à greve. No mesmo dia, o ministro do Trabalho, Murilo Macedo, assentado no decreto nº 1.632/78 que designava as áreas da Petrobras como essenciais à "segurança nacional", sindicato dos trabalhadores da Replan, algo que também o ocorreu com o Sindipetro baiano[967].

Como reação à repressão aos trabalhadores do petróleo, os operários do ABC paulista, encabeçados pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, organizaram um

[964] Informações retiradas do site do Sindipetro-MG: https://sindipetro.org/sindipetro-mg/. Acesso em: 14/06/2024.

[965] SILVA Jr., Samuel Fernando da. *O Brasil diante do espelho*... op. cit. p. 312.

[966] BORGES, Germino. Entrevista concedida a Alex Ivo, Carlos Freitas e Márcia Misi em 28/07/2022, no âmbito do projeto "A responsabilidade de empresas por violações de direitos durante a ditadura", organizado pelo CAAF/Unifesp em parceria com o MPF.

[967] O Sindipetro-BA talvez tenha sido um dos únicos sindicatos a sofrer três intervenções ao longo da ditadura (1964, 1978 e 1983).

amplo movimento paredista. Em solidariedade aos trabalhadores do petróleo, pautando a valorização salarial e a contraposição ao pacote econômico do governo, 50 mil metalúrgicos realizaram piquetes e interromperam as atividades das principais indústrias automotivas. Esse movimento foi a primeira greve de grandes proporções após 1968, e colocou os petroleiros no centro do chamado Novo Sindicalismo[968].

No dia 8 de julho, Murilo Macedo decretou a intervenção no sindicato dos Metalúrgicos, medida estabelecida antes mesmo de a greve ter a sua legalidade julgada pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT). O pretexto para a coibição do exercício sindical foi que o movimento grevista havia se "partidarizado". O II Exército esteve sob regime de sobreaviso contra a paralização dos petroleiros paulistas. Junto a isso, o então presidente da Petrobras, Shigeaki Ueki, iniciou o processo de demissão sumária dos petroleiros envolvidos com a greve. Murilo Macedo, em comentário à imprensa, declarou que "Ueki demite, Murilo intervém e II Exército de prontidão". No meio empresarial, teve destaque o posicionamento do presidente da Fiesp, Luís Eulálio Bueno Vidigal Filho – que viria defender a privatização das estatais, conforme aqui já elencado -, que criticou a "partidarização" da mobilização e, falando em nome da entidade, declarou a greve como ilegal[969]. Os fatores elementares da ditadura seguiam amplamente disseminados, diferentemente do débil argumento de autores que defendem que a ditadura aberta foi encerrada em 1978, com a suspensão dos atos institucionais[970].

Nenhuma das reivindicações dos petroleiros foram atendidas. Em reunião com o diretor de pessoal, Darci Siqueira, o único compromisso que os trabalhadores conseguiram foi que não houvesse demissão em massa por conta da greve. Esse indicativo foi logo foi combatido por outros membros do primeiro escalão da Petrobras. Armando Guedes Coelho, então diretor industrial e que viria a presidir a empresa em junho de 1988, declarou que se houvesse a reversão das demissões, "novas greves surgiriam". Ao final, 127 trabalhadores de Paulínia e 180 de Mataripe foram dispensados[971].

Com a emergência do governo de José Sarney, para além da inserção e manutenção de militares afinados à DSN em postos de alto comando, membros de perfil autoritário também

[968] cf. LUCENA, C. A. *Tempos de destruição*: educação, trabalho e indústria do petróleo no Brasil. Campinas: Editores Associados, Uberlândia, EDUFU, 2004; BRANT, Vinícius Caldeira (coord.). *Paulínia*: petróleo e política. São Paulo: CEBRAP, 1990; MOURA, Mariluce. *et al. Petrobras 50 anos*... op. cit. pp. 175–176.

[969] SILVA Jr., Samuel Fernando da. *O Brasil diante do espelho*... op. cit. pp. 358-359.

[970] Ver: REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*... op. cit.

[971] SILVA Jr., Samuel Fernando da. *O Brasil diante do espelho*... op. cit. pp. 362.

foram inseridos na estrutura da Petrobras. Destacou-se, nesse sentido, a inserção de José Edilson de Melo Távora na diretoria da petrolífera.

Em maio de 1986, sindicatos e associações de trabalhadores de empresas estatais denunciaram que José Távora teve "gerência desastrosa e autoritária na Alcanorte e na Petrobras Mineração [Petromisa], e sua conduta ética e moral é frequentemente questionada pela imprensa". O engenheiro era amigo de longa data da família Sarney, desde os tempos da UDN (mais de 40 anos), sendo padrinho de batismo do filho do então presidente da República. José Edilson era acusado de favorecer indevidamente a construtora Norberto Odebrecht quando esteve à frente da Petromisa, em negócio atrelado ao Projeto Potássio, em Sergipe. Sem grandes requisitos técnicos, Távora foi escolhido como diretor de produção mesmo já tendo dez candidatos cotados para o cargo, sendo que todos eram do grupo que se revezavam no comando da estatal[972].

Ao longo do governo Sarney, diversas mobilizações petroleiras e do restante da classe trabalhadora organizada foram firmadas reivindicando justeza nas valorizações salariais e contra as privatizações. Mais uma vez, a série de atos e reivindicações foi acompanhada pela severa repressão ditatorial do Estado brasileiro.

Naquele momento, também havia um movimento paredista promovido pelos trabalhadores da BR Distribuidora, reivindicando 85% de reposição salarial. A mobilização dos trabalhadores era agravada pelo fato de o governo ter aumentado o preço do botijão de gás, que foi de Cz$ 31 para Cz$ 50. Como resposta, Presidente do CNP, general Roberto França Domingues, enviou telex ao governador de São Paulo, André Franco Montoro, para que este mobilizasse a Polícia Militar para reprimir os operários em greve[973].

No bojo da greve de outras categorias, em 9 de março de 1987 os petroleiros de várias refinarias do país organizaram uma vigília pelo fato de a Petrobras não ter aceitado a reivindicação salarial da categoria. Mal as movimentações foram estabelecidas, Aureliano Chaves e Ozires Silva – ministro das Minas e Energia e presidente da Petrobras, respectivamente – ordenaram a ocupação de nove refinarias pelo Exército. Na Replan, em

[972] Sindicato não quer Távora na Petrobras. Jornal do Brasil, 25 de maio de 1986, primeiro caderno. p. 29. Disponível em: https://bit.ly/4emUdPk. Acesso em: 14/06/2024; Petrobrás remaneja cargos para dar posse a José Távora". Jornal do Brasil, 1º caderno, 04/06/1986, p. 23; A nomeação de Edilson Távora". Correio Braziliense, 27 de maio de 1986, p. 2. Disponível em: https://bit.ly/3VK5zpz. Acesso em: 14/06/2024.

[973] CNP solicita ação militar. *Jornal do Commercio*, 20 de fevereiro de 1987. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/364568_17/65122. Acesso em: 14/06/2024.

Paulínia, foram enviados 21 tanques blindados, a tropa de choque da polícia paulista, mil soldados da Polícia Militar e das Forças Armadas e agentes da Polícia Federal. Todo esse aparato foi direcionado para coibir a vigília de 1400 trabalhadores do turno da manhã.

Leônidas Pires Gonçalves, ministro do Exército, destacou que a intervenção militar nas unidades da Petrobras era "exclusivamente preventiva", de modo a preservar o patrimônio da União. Um trabalhador da Refinaria de Capuava (Recap), em Mauá (SP), declarou que, em mais de 30 anos de empresa, nunca havia visto "tamanha repressão, verificada não apenas através da presença das tropas do Exército, mas também pela forma com que a empresa tratou a reivindicação dos petroleiros"[974].

Com o início da ANC, os trabalhadores da área do petróleo e as demais organizações operárias encetaram um sistemático movimento pela garantia do monopólio estatal na nova Carta constitucional em construção. Em fevereiro de 1987, centrais sindicais e outras entidades dos trabalhadores enviam ao governo Sarney pauta unitária listando reivindicações. Dentre estas, constava a preservação das estatais e a contraposição às estatizações[975].

No final do mesmo ano, Antônio Maciel Netto, presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobras (Aepet), e Barbosa Lima Sobrinho, presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), construíram uma carta contra a quebra do monopólio e contra os contratos de risco para a constituinte. Segundo a matéria, "os funcionários da Petrobrás saíram vitoriosos". Isto porque o relator Bernardo Cabral incluiu o artigo 199 no segundo substitutivo da Comissão de Sistematização da Constituinte, que garantia acatava as pautas da Aepet e da ABI. A luta pela manutenção dos preceitos constitucionais conquistados, no entanto, prosseguiu[976].

Antônio Maciel e Moyses Bentes, presidente da Associação Profissional dos Geólogos do Estado do Rio de Janeiro (APGRJ), enviaram carta de reivindicações aos constituintes, em junho de 1988. A pauta principal foi a aprovação do artigo que consolidaria o monopólio estatal do petróleo[977].

---

[974] SILVA Jr., Samuel Fernando da. *O Brasil diante do espelho*... op. cit. pp. 522-523.

[975] Trabalhadores querem respostas. *Jornal do Commercio*, 20 de fevereiro de 1987. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/364568_17/65122. Acesso em: 14/06/2024.

[976] Monopólio estatal tem defensores. *Jornal do Commercio*, 8 a 9 de novembro de 1987. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/364568_17/73135. Acesso em: 14/06/2024.

[977] Aepet pressiona constituintes para manter monopólio. *Jornal do Commercio*, 30 de junho de 1988. p. 15. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/364568_17/73135. Acesso em: 14/06/2024.

No mês seguinte, mais uma vez, a Aepet e ABI se mobilizaram em prol da manutenção do primeiro parágrafo do artigo 183, já aprovado pelos constituintes, que garantia o monopólio estatal do petróleo e abolia os contratos de risco. Também eram favoráveis à legislação o então prefeito do Rio de Janeiro, Saturnino Braga, o ministro de Minas e Energia, Aureliano Chaves, e o ex-secretário geral do Partido Comunista Brasileiro (PCB), Luís Carlos Prestes[978].

Como aqui já destacado, o monopólio foi conquistado na constituinte, assim como o fim dos contratos de risco na produção petrolífera. Os anos finais do regime ditatorial que perdurou, de fato, até 1988, foi permeado por uma intensa luta dos petroleiros. Mesmo em uma transição construída "pelo alto", a categoria conseguiu tensionar pautas importantes de modo a conferir ganhos reais à classe trabalhadora. A manutenção de uma intensa rede de repressão contra os operários é um importante sintoma que acompanha o perfil contrarrevolucionário preventivo do processo de avanço capitalista no Brasil.

Na década de 1990, os combustíveis fósseis seguiram sendo uma das principais fontes de energia no mundo. A detenção das reservas de petróleo e gás continuaram a ser um elemento estratégico para o desenvolvimento capitalista de todo o globo. Esses elementos, somados ao argumento aqui reiterado de que a contrarrevolução preventiva é um fator estrutural do capitalismo brasileiro, fazem com que a Petrobras siga no âmago de todo esse processo até a atualidade.

[978] Associação defende monopólio. *Jornal do Commercio*, 30 de julho de 1988. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/364568_17/80918. Acesso em: 14/06/2024.

Conclusão

A lista das 500 maiores empresas atuantes no Brasil promovida pela Fundação Getúlio Vargas (FGV)[979] em 1988 traz alguns elementos emblemáticos se formos pensar em um balanço do papel da Petrobras para o capitalismo brasileiro durante a ditadura. Assim como praticamente todos os anos desde 1970, a estatal do petróleo figurou como a maior empresa do país em 1988. Mesmo obtendo seu segundo pior lucro líquido desde 1973 (*Gráfico 1*), os demais requisitos avaliados[980] faziam com que a petrolífera chegasse à liderança da lista, dentre empresas públicas e privadas.

Considerando apenas as empresas privadas, quem liderou o ranking naquele ano foi a Companhia Petroquímica do Nordeste (Copene). Conforme destacado no terceiro capítulo, a Norquisa foi constituída em 1979 a partir dos capitais de diversos grupos econômicos particulares, que formaram o empreendimento sobretudo para adquirir o controle da Copene. Para além dos representantes dos capitais privados, o alto escalão da nova empresa foi ocupado por agentes que tiveram intensa atuação no comando do sistema Petrobras, como tecno-empresários da Petroquisa. Dentre esses atores, o que mais se destacou foi Ernesto Geisel, que saiu do comando da estatal do petróleo para a presidência do país e, logo após seu mandato, assumiu o mais importante posto na Norquisa. Ainda sobre a lista das 500 maiores, as três empresas privadas que ficaram atrás da Copene foram a Andrade Gutierrez, Camargo Correa e Norberto Odebrecht, companhias que tinham parte importante de sua dinâmica de acumulação lastreada em obras realizadas pela Petrobras e suas subsidiárias.

Esses elementos evidenciam que, mesmo com a vigência do monopólio estatal do petróleo, os capitais privados foram severamente robustecidos pelos negócios da Petrobras durante a ditadura. O objetivo central desta tese foi demonstrar que esse processo de beneficiamento econômico empresarial não ocorreu de forma meramente passiva. Agentes afeiçoados e/ou vinculados a capitais particulares estiveram nas entranhas da administração da estatal do petróleo ao longo do regime. Essa *conquista da Petrobras* estabelecida junto com os militares, a partir de 1964, esteve assentada nos princípios da Doutrina de Segurança Nacional,

[979] As 500 maiores do Brasil (suplemento especial de conjuntura econômica). *Conjuntura Econômica*, vol. 42, nº 8. Rio de Janeiro: IBRE/FGV, 1988. Disponível em: https://bit.ly/3RxlWmS. Acesso em: 16/06/2024.

[980] Além do lucro líquido, a avaliação envolvia: vendas, ativos imobilizados, patrimônio líquido, e capital realizado. Apesar da lucratividade reduzida quando comparado a outros anos, o lucro líquido da Petrobras figurou como o sétimo maior do país. As 500 maiores do Brasil... op. cit. p. 6.

em um movimento que combinava a indução à concentração de capitais privados à inviabilização, a partir de práticas repressivas, de qualquer forma de ascendência operária frente aos rumos da empresa.

Em linhas gerais, todos esses fatores foram levantados amparados na hipótese de que a Petrobras passou a ser um dos vetores da contrarrevolução preventiva brasileira e que a sua estrutura de funcionamento deve ser enquadrada nos termos de uma ampliação do Estado. O segundo capítulo desta tese foi construído a fim de analisar as formas pelas quais a Petrobras foi se constituindo enquanto uma das indutoras da contrarrevolução preventiva.

Estando em *autonomia relativa* frente às burguesias até 1945, as políticas petrolíferas passaram a ser gradativamente permeadas pelas mobilizações sociais com o término do Estado Novo (1945). Em um primeiro momento, no governo de Eurico G. Dutra, o bloco civil-militar multinacional e associado passou a ter maior ascendência política, conseguindo entabular um processo que quase quebrou o monopólio estatal com o "Estatuto do Petróleo" de 1947. A reação ao projeto gerou uma ampla campanha social no movimento "O petróleo é nosso", quando trabalhadores, estudantes, políticos e frações militares passaram a se articular de diversas formas para garantir a exclusividade do Estado na produção petrolífera, em um processo que desembocou na criação da Petrobras, em outubro de 1953.

Ainda que de forma nuançada, a criação da estatal do petróleo era reprovada pelas diversas frações do empresariado, sendo os segmentos industriais e comerciais atuantes no Rio de Janeiro aqueles que atacaram com maior ênfase o projeto, conjugando tal contraposição às suas críticas ao varguismo. Ao longo das décadas de 1950 e 1960, em um contexto internacional de Guerra Fria e eclosão de movimentos revolucionários e de libertação nacional pelo mundo, a luta de classes no Brasil foi sendo acirrada, e a Petrobras não cumpriu papel secundário nesse movimento.

No final da década de 1950 emergiam novas organizações políticas - urbanas e rurais - vinculadas às classes subalternas, pleiteando a expansão de direitos. Foi naquele período que surgiram os primeiros sindicatos dos petroleiros, na Bahia. Em contrapartida, as burguesias também complexificavam os seus aparatos privados de hegemonia, em um processo no qual o bloco multinacional e associado cada vez mais era incutido na ideologia de combate aos "inimigos" internos, atrelada à Doutrina de Segurança Nacional.

Com a ascensão de João Goulart à presidência, em setembro de 1961, as organizações operárias e a ampliação de direitos foram sendo aprofundadas. Esses quesitos, conjugados à

crise política e econômica do momento, logo foram sendo combatidos pelo bloco multinacional e associado, que relatava estar em curso uma ameaça ao capitalismo, mesmo o movimento estando desprovido, de fato, de conteúdo eminentemente revolucionário. A crise então instituída aprofundou a contrarrevolução preventiva tocada pelas classes dominantes e a Petrobras foi sendo, cada vez mais, inserida no cerne desse processo. Naquele período, as mobilizações dos trabalhadores da categoria petroleira foram alastradas e intensificadas, reivindicando maiores direitos e a ampliação do monopólio estatal para o refino e a petroquímica. O ponto culminante que consumou a Petrobras enquanto um dos principais vetores do movimento contrarrevolucionário do momento foi o anúncio, por parte de João Goulart, da encampação das refinarias privadas de petróleo no Comício da Central, em 13 de março de 1964. A medida do então presidente – que refletia demandas históricas da categoria petroleira do país - acentuou de forma decisiva a percepção das classes dominantes brasileiras e estrangeiras de que as relações sociais que davam o tom de funcionamento da Petrobras poderiam constituir não apenas uma perda de capitais, mas desencadear um ataque ao próprio estatuto capitalista da propriedade privada. Juntamente aos ditames dispostos na Constituição de 1946, controlar a Petrobras era tido como uma forma de salvaguardar o próprio capitalismo brasileiro.

O terceiro capítulo destacou como, já nos primeiros momentos após o golpe de 1964, o funcionamento da Petrobras passou a ser assentado em dois elementos fundamentais. O primeiro deles consistiu em uma militarização de tipo ditatorial, assentada na DSN, com a profusão de militares da Escola Superior de Guerra pela estrutura da companhia e a consequente instituição de uma rede repressiva no interior da empresa. Já nos primeiros meses do regime, os petroleiros sofreram intervenção sindical, houve demissão em massa e casos relatados de tortura no interior das instalações da Petrobras. Esses são elementos cristalinos que contribuem para contrastar a interpretação historiográfica de que a "ditadura escancarada" começaria, efetivamente, apenas com a instituição do AI-5, em dezembro de 1968[981].

O segundo quesito foi a cadência orgânica desses militares, e demais agentes que passaram a comandar a petrolífera, com capitais privados e aparatos privados de hegemonia. Esse fator contrasta com a perspectiva dos autores que advogam ter havido, com o golpe, a instauração de uma elite tecnocrática (ou "tecnoburocrática") por entre a administração da

[981] Ver: GASPARI, Élio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

estatal, agentes esses supostamente apartados do "jogo" político proeminente antes da emergência da ditadura.

Nesse sentido, cabe destacar que, direta e/ou indiretamente, a Petrobras alavancou os capitais de uma gama de frações empresariais ao longo do regime. O mapeamento da trajetória de todo o alto escalão da Petrobras (presidência, conselho e direção) na ditadura (1964-1988) indicou que grande parte dos agentes saiu da companhia para atuar na indústria petroquímica. Esse dado e o fato de a Petrobras passar a selar parceria na propriedade das indústrias petroquímicas do país junto aos capitais privados compeliu a análise da tese a se concentrar nesse segmento da economia.

O levantamento das biografias coletivas dos membros do alto escalão da Petrobras explicitou que 60% dos agentes que ocuparam tais postos e que possuíam algum vínculo com empresas privadas tiveram o segmento petroquímico como área de atuação. Desse modo, diversos intelectuais orgânicos vinculados ao setor, civis e militares, como Hélio Beltrão, Roberto Campos, Ernesto Geisel, Floriano Peixoto Faria Lima e tantos outros, passaram a atuar sistematicamente para validar os interesses da petroquímica privada por meio das políticas da Petrobras.

Com a análise detalhada desse processo, pretendemos contribuir para o fortalecimento da interpretação historiográfica inaugurada por René Dreifuss[982], que demonstra que a ditadura foi eminentemente construída não apenas por militares, mas também por membros das classes dominantes. Conforme salientado na parte introdutória e no terceiro capítulo, uma série de estudos vem demonstrando que os empresários e suas entidades de ação coletiva estiveram nas entranhas tanto do aparato repressivo quanto das diretrizes gerais do regime inaugurado em 1964, como as políticas econômica, agrária e de habitação, por exemplo. O entrelaçamento entre membros da burguesia e a Petrobras, fartamente exposto aqui nesta tese, visa contribuir para futuras abordagens que visem mobilizar o aparato *empresarial-militar* não apenas para indicar o conteúdo do regime, mas para transmutá-lo em ferramental teorético.

No final do terceiro capítulo, foram expostos episódios que explicitam que as classes dominantes passaram a reivindicar – e, por vezes, conquistar – o aprofundamento das privatizações das estatais brasileiras. A bandeira da desestatização foi sendo gradativamente mobilizada contra a Petrobras a partir dos anos de 1980. Considerando as privatizações como

[982] DREIFUSS, René A. *1964*: a conquista do Estado... op. cit.

um componente importante do processo de contrarrevolução preventiva que lastreou o movimento de abertura política, foram evidenciados episódios que envolveram a privatização parcial do sistema Petrobras na ditadura. As vendas ou tentativas de oferta dos ativos da estatal do petróleo foram contrapostas pelos trabalhadores organizados, que conjugavam a pauta anti-privatista às reivindicações por ampliação de direitos. A repressão assentada nos contornos da DSN, como de praxe, foi a tônica do Estado frente aos episódios de greve da categoria, elemento que indica a importância que a estatal tinha para as burguesias

Mesmo não conseguindo quebrar o monopólio estatal na produção petrolífera na Constituição de 1988, as classes dominantes atreladas à Petrobras – com destaque para o segmento petroquímico – conseguiram angariar um grau de concentração que as tornaram habilitadas a aumentar a sua escala produtiva com as privatizações dos anos de 1990. Muitas das empresas beneficiadas pela associação com a Petroquisa na ditadura, como o grupo Ultra, a Odebrecht e a Suzano, estiveram no cerne das desestatizações ocorridas entre os governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso.

As relações sociais que sustentaram o funcionamento da Petrobras na década de 1990 seguiram sendo um importante difusor da contrarrevolução preventiva brasileira. O acirramento das liberalizações e o maior avanço do capital financeiro, que demarcaram aquela década, tiveram implicações importantes na estratégia de funcionamento da empresa e na condição de trabalho de seus operários. As políticas econômicas da primeira metade dos anos de 1990 corroeram os salários da classe trabalhadora em geral e dos petroleiros, em particular. Esse quadro induziu a deflagração de duas greves em 1994 (setembro e novembro) e uma em maio de 1995. A última greve juntou a campanha salarial com a contraposição às privatizações em voga, reivindicando a defesa do patrimônio público e da soberania nacional[983].

Com duração de 30 dias, a greve foi realizada com a mobilização conjunta de outras categorias, como a dos eletricitários, telefônicos e ferroviários. Com acirrada campanha midiática contrária e sob forte repressão do Estado, o movimento foi considerado ilegal pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), que impôs multa de R$ 100 mil por cada dia não trabalhado para cada sindicato. Além das dívidas que praticamente inviabilizaram o normal

[983] ROMÃO, Frederico. A greve do fim do mundo: petroleiros 1995. A expressão fenomênica da crise fordista no Brasil. *Tese de doutorado em Sociologia* - Unicamp, Campinas, 2006. p. 355.

funcionamento sindical da categoria após as paralisações, milhares de trabalhadores da estatal foram punidos, a maioria com suspensões, e mais de 70 operários foram demitidos[984].

O regime recém-instituído mostrava-se permeado pela expansão, a "toque de caixa", da reprodução capitalista, em um processo carreado pelas liberalizações e privatizações e, por conseguinte, pela intensificação das expropriações. O acossamento às classes trabalhadoras desnudava a permanência de resquícios de aspectos basilares da ditadura - como condutas lastreadas pela DSN - e, consequentemente, fazia com que a democracia nascente tivesse um perfil restritivo. Nesse movimento, o petróleo seguia sendo o principal insumo energético do mundo, a Petrobras continuava a ser uma das maiores empresas do país – carreando parte fundamental dos investimentos (Formação Bruta de Capital Fixo) –, além de seguir tendo forte identidade política e uma categoria de trabalhadores fortemente mobilizada. Em outros termos, a estatal do petróleo seguia no cerne do capitalismo brasileiro enquanto um importante vetor da contrarrevolução preventiva que lastreia a dominação burguesa no país.

Em 1995 a quebra do monopólio estatal no ramo petrolífero foi aprovada pelo Congresso Nacional, mas a regulamentação da nova legislação só ocorreu dois anos depois, em parte por conta das mobilizações dos trabalhadores. Em agosto de 1997, foi promulgada a Lei n. 9.478 que, na prática, aboliu a exclusividade da Petrobras na realização da exploração, transporte, pesquisa e produção de petróleo. Nesse processo também houve a desregulamentação do setor petrolífero através da criação da Agência Nacional de Petróleo (ANP), o que extinguiu a função regulatória que a estatal exercia no mercado brasileiro. A referida lei também alterou substancialmente a estrutura acionária da Petrobras, que chegou em 2003 com dois terços de seus capitais privados e com 40% de suas ações negociadas na bolsa de Nova York[985]. A partir de então, a estatal passou a refletir decisivamente a fase do capitalismo em que o capital monetário enseja um maior acirramento da exploração da força de trabalho, calcado na lógica de reprodução via mercado de títulos e valorização do dinheiro via juros, dividendos ou ganhos na bolsa de valores[986].

---

[984] cf. ROMÃO, Frederico. A greve do fim do mundo... op. cit. pp. 347-419.

[985] MOURA, Mariluce *et al*. *Petrobras 50 anos...* op. cit.

[986] cf. DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. A finança capitalista: relações de produção e relações de classe. In: BRUNHOFF, Suzanne de et al (orgs.). *A finança capitalista*. São Paulo: Alameda, 2010; HUSSON, Michel. Finança, hiperconcorrência e reprodução do capital. In: BRUNHOFF, Suzanne de et al (orgs.). *A finança capitalista*. São Paulo: Alameda, 2010.

A lógica da financeirização aprofunda não apenas a exploração da força de trabalho, mas também as expropriações primárias e secundárias. No caso da Petrobras, há um agravante especial, haja vista que a empresa é uma produtora de combustíveis fósseis, o maior promotor de gases do efeito estufa. Em maio de 2024, essa tragédia ambiental produzida pela acumulação capitalista desencadeou chuvas torrenciais no Rio Grande do Sul, que alagaram 463 cidades, atingiram 2,6 milhões de pessoas, deixaram milhares de desabrigados e mataram 157 pessoas[987].

O fatídico episódio do Rio Grande do Sul desnuda a intrínseca contradição entre a manutenção da existência humana e a acumulação capitalista. Como destaca Luiz Marques[988], não há como efetivar qualquer tipo de "transição energética" em uma sociedade expansiva por definição, na qual o principal corolário de sustentação é o "crescimento do PIB". Em 2023, foi efetuado um levantamento que estimou que o total de reservas de petróleo no mundo totalizava 1,6 trilhão de barris. No mesmo ano, a ANP divulgou estudo que indicava haver, no Brasil, 22,7 bilhões de barris de reservas provadas e prováveis. Mesmo estando comprovado que a queima de combustíveis tem o potencial de elevar a temperatura do planeta, não há nenhum indicativo de que tais reservas não serão exploradas. No caso brasileiro, recentemente a Petrobras vem travando luta com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais (Ibama) para produzir petróleo na Amazônia, ignorando os alertas de especialistas e lideranças indígenas de que a empreitada desestabilizará a biodiversidade e os modos de vida da população da região.

A partir da segunda metade da década passada, a financeirização e a viabilização da entrada de capitais estrangeiros na produção petrolífera brasileira veio constituindo as novas facetas da apropriação da Petrobras por interesses privados. O golpe que destituiu Dilma Rousseff da presidência, em 2016 – que teve a "Operação Lava-Jato" e, por conseguinte, a Petrobras no cerne do processo – implicou um maior avanço dos capitais multinacionais frente ao setor energético do país.

Em novembro de 2016, três meses após Dilma ser retirada da presidência, foi aprovado o projeto de lei de autoria do então ministro das Relações Exteriores e senador licenciado, José Serra, que desobrigava a Petrobras de ser a operadora única do pré-sal, permitindo que as

[987] SANTOS, Igor Felippe. Tragédia no Rio Grande do Sul: é preciso apontar as causas e responsáveis. *Brasil de Fato*, 23 de maio de 2024. Disponível em: https://bit.ly/3XmDypb. Acesso em: 17/06/2024.

[988] MARQUES, Luiz. Não há transição energética numa sociedade do crescimento. In: PRAUN, Luci et al. (orgs.). Petrobras e petroleiros na ditadura: trabalho, repressão e resistência. São Paulo: Boitempo, 2024.

reservas também fossem exploradas por capitais privados, locais ou estrangeiros[989]. A ascensão do governo de Jair Bolsonaro, por sua vez, foi acompanhada pelo aprofundamento de privatizações totais ou parciais de algumas unidades da Petrobras. Em 2019, foi vendida a BR Distribuidora, a refinaria de Pasadena, no Texas, e a Transportadora Associada de Gás (TAG). Em julho de 2021, foi finalizada a privatização da Gaspetro, distribuidora de gás natural. Em dezembro do mesmo ano, a RLAM foi vendida para o fundo Mubadala, dos Emirados Árabes, com preço abaixo de seu valor de mercado, conforme consta em avaliação do Tribunal de Contas da União (TCU)[990].

Resumindo a conclusão desta tese a partir do ferramental teórico-metodológico disposto no primeiro capítulo, pode-se afirmar que, durante a ditadura empresarial-militar, a Petrobras foi submetida a uma ampliação seletiva do Estado e que as relações sociais em seu entorno passaram a constituir, efetivamente, um dos vetores da contrarrevolução preventiva brasileira. O resultado foi o fortalecimento de frações importantes da burguesia local, que afiaram a sua concentração e centralização de capitais de modo a se tornarem aptas a reproduzir os seus interesses materiais e a sua dominação política na fase neoliberal do capitalismo brasileiro. Como sustentáculo de todo esse processo estiveram as expropriações, a repressão, a vigilância, a perseguição e o acirramento da exploração da força de trabalho, em um quadro no qual a categoria petroleira não se furtou em seguir lutando pela ampliação dos direitos sociais, mesmo em contexto severamente adverso. Todos esses aspectos, dentro de suas especificidades, continuam a ser replicados pelas estruturas do capitalismo brasileiro e agravados pelas "feridas abertas" atinentes à ausência de acerto de contas com o passado ditatorial.

Agenda de pesquisa para estudos futuros

[989] BRASIL. Câmara dos deputados. Câmara desobriga de operação exclusiva na exploração do pré-sal. *Portal da Câmara*, 09 nov. 2016. Disponível em: https://www.camara.leg.br/noticias/502166-camara-desobriga-petrobras-de-operacao-exclusiva-na-exploracao-do-pre-sal/. Acesso em: 17/06/2024.

[990] ROUBICEK, Marcelo. O que muda com a privatização da BR Distribuidora. *Nexo Jornal*, 05 de agosto de 2019. Disponível em: https://www.nexojornal.com.br/expresso/2019/08/05/O-que-muda-com-a-privatiza%C3%A7%C3%A3o-da-BR-Distribuidora. Acesso em: 17/06/2024; ALEGRETTI, Laís. Após lucro recorde puxado por venda de gasodutos, o que mais está na fila de privatização na Petrobras. *BBC News Brasil*, 05 de agosto de 2019. Disponível em: http://twixar.me/FC0m. Acesso em: 17/06/2024; PETROBRAS. Concluímos a venda da TAG. *Petrobras*. Fatos e dados, 13 de junho de 2019. Disponível em: https://petrobras.com.br/fatos-e-dados/concluimos-a-venda-da-tag.ht. Acesso em: 17/06/2024.

A Petrobras, no período da ditadura, passou por um amplo processo de verticalização produtiva, abrindo subsidiárias para atuar em diversos ramos, como distribuição, mineração e petroquímica. Além disso, as suas instalações passaram a estar distribuídas por quase todas as regiões do país. Frente a essas constatações, somadas à opção por uma abordagem marxista do tema – que não circunscreve a análise a seus elementos institucionais –, assumir escolhas e, consequentemente, as lacunas do estudo foi um movimento inevitável.

A primeira lacuna foi anunciada na parte introdutória do estudo. Trata-se de análise que considere as relações entre os EUA, as companhias petrolíferas estrangeiras e a Petrobras no período da ditadura. Ainda que consideremos que o empresariado brasileiro tenha conseguido obter maior ascendência nas instituições estatais atreladas às políticas petrolíferas do período em questão, os capitais ou interesses externos cumpriram papel importante em momentos decisivos.

O não exercício dessa abordagem que abarque os capitais estrangeiros fez com que deixássemos de fora, por exemplo, os desdobramentos da publicação do relatório produzido por Walter Link, um geólogo estadunidense contratado por Juracy Magalhães – presidente da Petrobras em 1954 – para realizar estudos sobre os potenciais petrolíferos do país. Um dos eixos do resultado do estudo, publicizado no início da década de 1960, realçava a inexistência de reservas de petróleo na bacia amazônica, o que gerou grande celeuma no cenário político, com agentes nacionalistas acusando o estudo de favorecer os interesses imperialistas. Independentemente da veracidade ou grau de confiança do relatório, valeria a pena seguir esmiuçando as relações de Walter Link com os segmentos energéticos brasileiros. O geólogo retornou a seu país de origem ainda nos anos de 1960, mas seguiu enlaçando relações com autoridades brasileiras. Um indício encontrado nesse sentido foi um telegrama enviado por Link ao então presidente da Petrobras, Floriano Peixoto Faria Lima, em junho de 1974, documento no qual o geólogo solicitava ao líder da petrolífera brasileira considerar a possibilidade de empresas estrangeiras explorarem petróleo no Brasil[991].

Ainda sobre a relação sobre os interesses imperialistas frente às políticas petrolíferas nacionais, um assunto que merece maiores estudos são os contratos com cláusulas de risco. Instaurados a partir 1975 pelo governo de Ernesto Geisel, o tema foi bem abordado por diversos

[991] Telegrama de Walter Link a Floriano Peixoto Faria Lima, junho a agosto de 1974. Fundação Getúlio Vargas. Centro de Documentação em História do Brasil. Arquivo Faria Lima, notação FL1969.11.28, fls. 6, 6A1, 6A2.

autores, como Fausto Cupertino[992] e Flávia Silva[993]. Porém, como destaca a autora deste último estudo, há uma grande dificuldade de conseguir com o governo Federal ou com a Petrobras cópias dos contratos firmados entre a estatal do petróleo e as empresas estrangeiras. Mesmo acionando a Lei de Acesso à Informação a pesquisadora conseguiu uma quantidade pequena do que foi solicitado. Entrave semelhante passou Vitor Góis[994], que pesquisou os contratos de risco para averiguar a relação entre a Petrobras e as empresas estrangeiras a ela associada em questões relacionadas às violações dos territórios indígenas no Amazonas devido às prospecções de petróleo na região.

Um caminho ainda inexplorado para pesquisar o tema dos contratos de risco está atrelado à documentação da embaixada dos Estados Unidos no Brasil, publicizada pelo portal Wikileaks. O assunto era tão caro às autoridades norte-americanas, que a embaixada possuía uma etiqueta temática na sistematização de suas correspondências denominada "Shigeaki Ueki", que era ministro das Minas e Energia no contexto de implementação daqueles contratos[995]. O percurso de introjeção dos contratos de exploração de petróleo nessa modalidade foi acompanhado passo a passo pela entidade. Um dos fatos instigantes que localizei foi a disposição de assessoramento da embaixada americana para com as petrolíferas estadunidenses[996] e o mapeamento que a entidade fez dos parlamentares brasileiros pró e contra os contratos de risco em 1975, chegando a expor um tom elogioso ao deputado Jarbas Passarinho, da ARENA[997]. Seria interessante analisar mais de perto essas relações.

Ainda sobre a questão da relação dos capitais estrangeiros com o segmento petrolífero brasileiro, seria pertinente averiguar pelo menos mais dois elementos. O primeiro deles trata da dependência brasileira de pesquisa e tecnologia no ramo. Conforme explicitado no terceiro capítulo, diversos autores destacam que em momentos importantes do avanço do sistema Petrobras, como os avanços no setor petroquímico, houve fundamental dependência de quesitos

---

[992] CUPERTINO, Fausto. *Os contratos de risco e a Petrobrás*... op. cit.

[993] SILVA, Flávia F. da. *Capital internacional e a Petrobras na ditadura*... op. cit.

[994] GÓIS, Vitor Cerqueira. *Povos indígenas isolados e hidrocarbonetos*... op. cit.

[995] Todos os telegramas da embaixada norte-americana no Brasil com a etiqueta "Shigeaki Ueki" podem ser acessados em: https://bit.ly/3XmoEiq. Acesso em: 27/08/2024.

[996] First reactions on "risk" contracts. Wikileaks Public Library of US Diplomacy, n. 1975RIODE03399_b., Rio De Janeiro, 21 out. 1975. Disponível em: https://bit.ly/3Z0tens. Acesso em: 27/08/2024.

[997] Build-up to October 9 announcement on risk contracts. *Wikileaks Public Library of US Diplomacy*, n. 1975RIODE03292_b., Rio de Janeiro, 10 out. 1975. Disponível em: https://bit.ly/3yZOeQL. Acesso em: 10 fev. 2022.

como projetos de engenharia, *know how*, máquinas e equipamentos dos países centrais. Uma pesquisa que analise as diferentes facetas do conglomerado Petrobras, seu centro de pesquisas (Cenpes) e as relações com empresas e entidades estrangeiras nos parece uma agenda fundamental para compreender o progresso do setor no período da ditadura. Henrique Nogueira Marins[998] vem desempenhando estudo sobre o tema em seu mestrado, talvez os resultados de seu trabalho mostrem alguns quesitos importantes sobre o tema.

O outro elemento relacionado à relação entre o imperialismo e as políticas petrolíferas brasileiras está vinculado ao setor da distribuição de combustíveis e derivados. Esse eixo ficou de fora do monopólio no momento da criação da Petrobras e é um ramo que os capitais estrangeiros têm histórica e expressiva atuação desde o início do século XX. A empresa Esso, por exemplo, vinculada à Standard Oil Company, teve forte atuação econômica, política e midiática no país ao longo de todo o século XX, detendo, inclusive, um programa periódico de rádio na Rádio Nacional[999] e um concurso de premiação de matérias jornalísticas. Mesmo com a criação da BR Distribuidora, em 1971, tais companhias seguiram tendo forte atuação no cenário brasileiro. Caberia aprofundar estudos sobre tais companhias e as políticas energéticas do país no período da ditadura, inclusive para perceber se houve relutância por parte de tais grupos econômicos para com a criação da subsidiária da Petrobras no ramo da distribuição aqui mencionada (BR Distribuidora).

O projeto inicial da pesquisa de doutorado visava analisar, especificamente, a relação entre o empresariado e a Braspetro. Como o(a) leitor(a) pode perceber, há uma subseção sobre o tema no terceiro capítulo, mas que circunscreve a análise sobre a internacionalização da Petrobras via Braspetro e as empresas privadas no Iraque. O ideal para um projeto de pesquisa de maior fôlego sobre o tema seria averiguar documentações oficiais e realizar entrevistas em países que receberam as operações da Petrobras, como Angola, Egito e Líbia, além de esmiuçar

[998] Um dos trabalhos do autor pode ser conferido em: MARINS, Henrique. O Petróleo entre o desenvolvimento e a ditadura: o papel do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Petrobras no Governo Geisel. In: Anais do XV Congresso Brasileiro de História Econômica e 16ª Conferência Internacional de História de Empresas. São Paulo: Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, Osasco (SP), 2023. Disponível em: https://bit.ly/3z7FkRb. Acesso em: 28/08/2024.

[999] No decurso de minha pesquisa, quando eu considerava analisar as relações entre as companhias estrangeiras e as políticas petrolíferas brasileiras, entrei em contato com a Empresa Brasileira de Comunicação (EBC) e descobri que eles têm os programas do Repórter Esso, transmitido na Rádio Nacional, disponíveis para consulta em seu acervo. É possível obter agendamento para consulta e acessar outras informações através de e-mail (centraldepesquisas@ebc.com.br) e no site da entidade (https://www.ebc.com.br/).

os documentos do Ministério das Relações Exteriores do país, em Brasília. A política externa em geral e, por conseguinte, a internacionalização da Petrobras, é tradicionalmente vista de forma insulada, como se fosse a parte do Estado mais apartada das relações sociais. O empenho por parte do complexo Braspetro/Interbras/MRE na elaboração de programas e projetos que beneficiaram as companhias privadas atuantes no Brasil, ao longo da ditadura, indica uma vinculação entre tais órgãos e os interesses privados que merece maior atenção.

Sobre o segmento petroquímico na ditadura, poderia traçar diversas possibilidades de pesquisa, mas enfatizo uma em específico, que consiste na disputa regional do empresariado atuante no segmento. Conforme exposto nesta tese, a Petrobras capitaneou, associada a empresas privadas, a construção de três complexos petroquímicos de grande monta pelo país (SP, BA e RS). Junto a isso teve início o projeto de implantação de um polo do setor no estado do Rio de Janeiro. Todo esse movimento foi permeado por disputas intra-burguesas para que a expansão produtiva do segmento fosse realizada em localidades que mais determinada fração. Os imbróglios sobre se deveria haver investimentos para a expansão do complexo de Camaçari ou se os esforços deveriam ser concentrados na criação do polo fluminense foi um exemplo aqui abordado paradigmático nesse sentido. Tais lutas entre frações empresariais pode nos ajudar a compreender os seccionamentos mais gerais da classe dominante brasileira no período em questão.

Por fim, mas não menos importante, uma agenda de pesquisa importante consiste em analisar com maior profundidade as relações entre os grupos econômicos privados que estiveram junto ao sistema Petrobras na ditadura e o processo de neoliberalização dos anos de 1990. Como exposto ao longo das partes finais do terceiro capítulo, muitos agentes políticos e econômicos começaram a se mobilizar para a privatização (total ou parcial) da Petrobras na década de 1980, ainda na ditadura, inclusive atores do ramo petroquímico, que haviam sido fartamente beneficiados pela forte atuação do Estado (no caso, da Petroquisa) no segmento. Caberia verificar como esses entes, que não foram apenas beneficiários, mas que colaboraram para a construção da ditadura (como aqueles do grupo Ultra, como Pery Igel e Hélio Beltrão), seguiram acumulando capitais e se beneficiando das privatizações na década de 1990, de modo a concatenar suas atuações no período da ditadura e da ‘democracia neoliberal’.

Tratando o assunto supramencionado em outros termos, podemos perceber que parte significativa das demandas de empresários e políticos na década de 1980 – como a quebra do monopólio estatal no petróleo e o aprofundamento da privatização da petroquímica – foi

firmada com as políticas neoliberais da década de 1990. Algumas perguntas importantes que podem ser feitas nesse sentido seria: quais as frações da classe dominante que mais se beneficiaram com essas medidas liberalizantes da década de 1990? Como se deu sua articulação política para a realização da reestruturação do setor? E, por fim, quais foram as vinculações entre os empresários e APH's que construíram e/ou se beneficiaram da neoliberalização do segmento na década de 1990 e a ditadura encerrada no decênio anterior? A resposta de tais questionamentos poderiam evidenciar importantes aspectos acerca tanto da continuidade dos entes econômicos da ditadura na cena política dos anos 1990, quanto da histórica vinculação entre dominação burguesa e autocracia, só que, agora, em uma democracia liberal.

Referências bibliográficas:

Fontes primárias:

Arquivos públicos:

Arquivo Nacional. Fundos: Divisão de Informações da Petrobras; Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais; Conselho de Segurança Nacional.

Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Fundo: Serviço Nacional de Informação.

Fundação Getúlio Vargas. Centro de Documentação em História do Brasil.

National Archives and Records Administration.

Entrevistas:

BORGES, Germino. Entrevista concedida a Alex Ivo, Carlos Freitas e Márcia Misi em 28/07/2022, no âmbito do projeto "A responsabilidade de empresas por violações de direitos durante a ditadura", organizado pelo CAAF/Unifesp em parceria com o MPF.

LOPES, Raimundo. Entrevista concedida a Alex Ivo e Carlos Freitas em 26/08/2022, no âmbito do projeto "A responsabilidade de empresas por violações de direitos durante a ditadura", organizado pelo CAAF/Unifesp em parceria com o MPF.

FARIA LIMA, Floriano Peixoto. Entrevista concedida a Américo Freire, Marly Motta, Carlos Eduardo Sarmento, Celso Castro e Hildete Melo entre 7 de maio e 4 de setembro de 1997. In: MOTTA, Marly; SARMENTO, Carlos Eduardo. *A construção de um Estado*: a fusão em debate. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

SANTANA, Carlos. Entrevista concedida a Cláudia Maria Cavalcanti de Barros Guimarães, Zairo Cheibub e José Luciano de Mattos Dias. *Serviço de Comunicação Social da Petrobras/Cpdoc-FGV*, Rio de Janeiro, jun./1988.

Filmes e documentários:

Cidadão Boilesen. Direção: Chaim Litewski. Produção: Chaim Litewski, José Carlos Asbeg, Jorge José de Melo e Ojvind Kyro. São Paulo: Imovision, 2009.

Livros e publicações de empresas, associações, sindicatos e órgãos governamentais:

ABDIB. Anuário, 1974.

ABDIB. Anuário, 1980.

BNDES. Programa Nacional de Desestatização: relatório de atividades 2004. Brasília: Ministério da Indústria e Comércio Exterior, 2004. Disponível em: https://bit.ly/3yQbqk5.

Relatório de Atividades da Petrobras (diversas edições)

Relatório de Atividades do Instituto Brasileiro do Petróleo (diversas edições)

Revista da Associação Comercial (diversas edições)

SANTANA, Carlos. *Interbrás*: ficção e realidade. Rio de Janeiro: Assessoria de Promoções da Interbrás, 1984.

Obras de referência:

Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas.

Jornais, revistas e periódicos:

BBC News Brasil

Brasil de Fato

Cidade de Santos

Conjuntura Econômica (IBRE/FGV)

Correio da Manhã

Diário de Notícias

Estadão

Esquerda Online

Folha de São Paulo

Jornal do Brasil

Jornal do Commercio

Nexo Jornal

O Globo

Poder 360

Revista das Classes Produtoras (diversas edições)

Revista Visão. Quem é quem na economia brasileira (diversas edições).

Suno

Tribuna da Imprensa

Uol

Valor Econômico

Relatórios:

PRAUN, Luci et al. *Responsabilidade de empresas por violações a direitos durante a ditadura*: caso Petrobras. Relatório final de pesquisa. São Paulo: CAAF-Unifesp/MPF, 2023.

Fontes secundárias:

Bibliografias específicas sobre petróleo ou Sistema Petrobras (livros, capítulos de livro, artigos, teses e dissertações):

ALVEAL CONTRERAS, Edelmira del Carmen. *Os desbravadores*: a Petrobrás e a construção do Brasil industrial. Rio de Janeiro, RJ: Relume Dumará : ANPOCS, 1993.

BARRETO, Carlos Eduardo. *A saga do petróleo brasileiro, "a farra do boi"*. São Paulo: Nobel, 2001.

BERCOVICI, Gilberto. *Direito econômico do petróleo e dos recursos minerais*. São Paulo: Quartier Latin, 2011.

BRANT, Vinícius Caldeira (coord.). *Paulínia*: petróleo e política. São Paulo: CEBRAP, 1990.

CARVALHO, Daniel Alencar. *Monteiro Lobato, "general do petróleo"*: controvérsias científicas, ficções e futuros em disputa na campanha pró-petróleo (1931-1941). Tese de doutorado em História. Fortaleza: UFC, 2021.

CARVALHO, Getúlio. *Petrobrás*: do monopólio aos contratos de risco. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1977.

CUPERTINO, Fausto. *Os contratos de risco e a Petrobrás* (O petróleo é nosso, o risco é deles?). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

CHACEL, Cristina. *O tatu saiu da toca*: histórias da internacionalização da Petrobras. Rio de Janeiro: Petrobras, 2007.

COHN, Gabriel. *Petróleo e nacionalismo*. São Paulo: Editora Unifesp, 2017 [1968]. (Referências).

DALLA COSTA, Armando. Petrobras e sua experiência de internacionalização. In: Dalla Costa, Armando. *Internacionalização de empresas. Teoria e experiências*. Curitiba: Juruá, 2011.

DALLA COSTA, Luiz Allencar. *A indústria do petróleo*: disputa por territórios cada vez mais profundos. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

DIAS, José L. de M.; QUAGLINO, Maria Ana. *A questão do Petróleo no Brasil*: uma história da Petrobras. Rio de Janeiro: CPDOC/Petrobras, 1993.

FREITAS, Carlos. A repressão de Estado aos sindicatos e sindicalistas baianos na ditadura de 1964: os casos dos petroleiros e bancários. *Revista Continentes* (UFRRJ), ano 9, n. 16, 2020.

FREITAS, Carlos. O manejo do direito pela ditadura empresarial-militar: o caso do FGTS na Petrobras. In: PRAUN, Luci et al. Petrobras e petróleo na ditadura: trabalho, repressão e resistência. São Paulo: Boitempo, 2024.

FUSER, Igor. *Energia e Relações internacionais.* São Paulo: Saraiva, 2013.

GÓIS, Vitor Cerqueira. *Povos indígenas isolados e hidrocarbonetos*: a atuação da Petrobras no Vale do Javari nas décadas de 1970 e 1980. Dissertação de mestrado em Geografia. Porto Velho: Universidade Federal de Rondônia (UNIR), 2022.

IVO, Alex. *Uma história em verde, amarelo e* negro: classe operária, trabalho e sindicalismo na indústria do petróleo (1949-1964). Dissertação de mestrado em História Social. Salvador: UFBA, 2008.

IVO, Alex. *O sindicalismo petroleiro e a questão nacional, entre a democracia e a ditadura* (Bahia, 1957 – 1968). Tese de doutorado em História Social. Salvador: UFBA, 2019.

LUCENA, C. A. *Tempos de destruição*: educação, trabalho e indústria do petróleo no Brasil. Campinas: Editores Associados, Uberlândia, EDUFU, 2004 .

MANGABEIRA, Francisco. *Imperialismo, petróleo, Petrobras.* Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964.

MARINHO Jr., Ilmar P. *Petróleo*: política e poder. Um novo choque do petróleo? Rio de Janeiro, José Olympio, 1989.

MARINS, Henrique. O Petróleo entre o desenvolvimento e a ditadura: o papel do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Petrobras no Governo Geisel. In: Anais do XV Congresso Brasileiro de História Econômica e 16ª Conferência Internacional de História de Empresas. São Paulo: Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, Osasco (SP), 2023.

MARQUES, Luiz. Não há transição energética numa sociedade do crescimento. In: PRAUN, Luci et al. (orgs.). *Petrobras e petroleiros na ditadura*: trabalho, repressão e resistência. São Paulo: Boitempo, 2024.

MATTOS, Wilson Roberto de et al. *50 anos de história da Refinaria Landulpho Alves*. Salvador: Solisluna Design e Editora, 2000.

MOURA, Gerson. *A campanha do petróleo*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MOURA, Mariluce *et al*. *Petrobras 50 anos*: uma construção da inteligência brasileira. Rio de Janeiro: Petrobras, 2003.

PRAUN, Luci et al. *Responsabilidade de empresas por violações a direitos durante a ditadura*: caso Petrobras. Relatório final de pesquisa. São Paulo: CAAF-Unifesp/MPF, 2023.

PRAUN, Luci et al. (orgs.). *Petrobras e petroleiros na ditadura*: trabalho, repressão e resistência. São Paulo: Boitempo, 2024.

PRAUN, Luci; COSTA, Cláudia. Pistas sobre a estrutura e as ações de repressão do Estado brasileiro no pós 1964 e sua configuração no interior da Petrobras. *Revista do Arquivo*, v.2, p. 2-20, 2016.

PRAUN, Luci; COSTA, Cláudia. Nem episódicas, nem acidentais: ditadura brasileira, estrutura repressiva e violações de direitos na Petrobras. In: PRAUN, Luci et al. (orgs.). *Petrobras e petroleiros na ditadura*: trabalho, repressão e resistência. São Paulo: Boitempo, 2024.

PRAUN, Luci; FREITAS, Carlos. Tecituras da colaboração empresarial-militar: regime fabril, comunidades de informações e listas sujas. In: PRAUN, Luci et al. (orgs.). *Petrobras e petroleiros na ditadura*: trabalho, repressão e resistência. São Paulo: Boitempo, 2024.

PRAUN, Luci; IVO, Alex. Às margens do controle? Ciclo de lutas de 1967-1968, recomposição da ação sindical petroleira e seus desfechos pós AI-5. In: PRAUN, Luci et al. (orgs.). *Petrobras e petroleiros na ditadura*: trabalho, repressão e resistência. São Paulo: Boitempo, 2024.

SILVA, Flávia F. da. *Capital internacional e a Petrobras na ditadura*: um estudo a partir dos 'contratos de risco' (1964-1984). Dissertação de mestrado em Desenvolvimento Econômico. Campinas: Unicamp, 2018.

SILVA, Flávia F da. Apontamentos sobre a Petrobras sob a ditadura militar de 1964: as lutas dos trabalhadores do petróleo e o monopólio estatal nos limites da Doutrina do Desenvolvimento com Segurança (1962-1975). In: *Anais do XI Encontro de Pós-graduação em História Econômica & 9ª Conferência Internacional de História de Empresas,* Campinas, 2022.

SIQUEIRA, Thiago Vasquinho. *Petróleo e poder*: as estratégias do partido do ouro negro no Brasil (1957-1997). Tese de doutorado em Educação. Rio de Janeiro: UFRJ, 2021.

SIQUEIRA, Thiago Vasquinho. A pedagogia política da burguesia do petróleo na ditadura e as entranhas do tripé da industrialização. *Revista Germinal*: marxismo e educação em debate, v. 16, n.1, p. 341-363, 2024.

TOSCANO, Daniella Maria Barandier. *A influência do sistema Petrobras sobre a ação externa do governo de Ernesto Geisel* (1974-1979). Curitiba: Juruá, 2011.

Demais bibliografias (livros, capítulos de livro, artigos, teses e dissertações):

ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. O nacionalismo popular e a crise do populismo no início dos anos 60. *Lutas Sociais,* n. 11/12, p. 98-108, jun./2004.

ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. *Ideologia nacional e nacionalismo*. 2 ed. São Paulo: Educ, 2014.

ALMEIDA, Mônica Piccolo. A reestruturação do setor público brasileiro rumo às privatizações dos anos 1990. *Revista Anos 90,* v. 21, n. 39, p. 363-397, 2014.

ALMEIDA, Valesca de Souza. O projeto de desestatização no governo Figueiredo (1979-1985). *Anpuh-RS. Anais do XVI Encontro Estadual de História Anpuh-RS*. Taquara (RS): Faccat, 2022.

ALVES, José Cláudio Souza. *Dos barões ao extermínio*: uma história da violência na Baixada Fluminense. 2ª edição, revista e ampliada. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil*: 1964 - 1984. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. *Pós-neoliberalismo*: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo; RIDENTI, Marcelo. Operários e estudantes contra a ditadura: 1968 no Brasil. *Revista Mediações*, v. 12, n. 2, p. 78-79, jul./dez. 2007.

ARAUJO, Victor L. A macroeconomia do governo Costa e Silva (1967-1969). Niterói: Universidade Federal Fluminense/Faculdade de Economia, Texto para Discussão n. 336, 2018.

ASSIS, José Carlos. *A dupla face da corrupção*. Rio de Janeiro: 1978 (Coleção Estudos Brasileiros, v. 78).

ASSIS, José Carlos. *Os mandarins da República*: anatomia dos escândalos na administração pública, 1968-84. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984 (Coleção Estudos Brasileiros, v. 75).

ATTUCH, Leonardo. *Saddam, o amigo do Brasil*: a história secreta da conexão Bagdá. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2003.

AZEVEDO AMARAL, Antônio J. "O exército e a educação nacional". *Nação Armada,* n. 16, março 1941

AZEVEDO AMARAL, Antônio J. *O Estado autoritário e a realidade nacional*. Brasília: UnB, 1981.

BACHA, Edmar L. Hierarquia e remuneração gerencial. In: TOLIPAN, R.; TINELLI, A. C. (Org.). *A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento.* 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

BALESTRO, Mayara. *Agenda conservadora, ultraliberalismo e "guerra cultural"*: "Brasil Paralelo" e a hegemonia das direitas no Brasil contemporâneo (2016-2020). Dissertação de mestrado em História. Marechal Cândido Rondon – PR: Unioeste, 2021.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Carteis e desnacionalização:* a experiência brasileira, 1964-1974. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart*: as lutas sociais no Brasil (1961-1964). 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978a.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil* (dois séculos de história). 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1978b [1973].

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Formação do império americano*: da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque. 4ª ed., revista e atualizada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014 [2005].

BARONE, R. S.; BASTOS, P. P. Z.; MATTOS. F. A. M. A distribuição de renda durante o "milagre econômico" brasileiro: um balanço da controvérsia. Texto para Discussão, IE/Unicamp, n. 251, 2015.

BARONE, R. S.; BASTOS, P. P. Z.; MATTOS. F. A. M. O "debate pioneiro" sobre distribuição de renda no Brasil: como o padrão de acumulação gestado no governo militar de 1964 afetou o perfil distributivo da economia brasileira. In: BRANDÃO, Rafael Vaz da BRANDÃO, Rafael; CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; MARTINS, Monica de Souza Nunes (org.). *Política Econômica nos Anos de Chumbo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

BIANCHI, Álvaro. *O ministério dos industriais*: a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990. Tese de doutorado em Ciências Sociais. Campinas: Unicamp, 2004.

BOITO Jr., Armando. *O golpe de 1954. A burguesia contra o populismo*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BOITO JR., Armando. As bases políticas do neodesenvolvimentismo [2014]. In: BOITO JR., Armando. Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT. São Paulo: Editora Unesp/Campinas: Editora Unicamp, 2018.

BORTONE, Elaine. *A participação do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) na construção da reforma administrativa na ditadura civil-militar* (1964-1968). Dissertação de mestrado em Administração. Niterói: UFF, 2013.

BORTONE, Elaine. *O IPES e a ditadura empresarial-militar: os casos das estatais federais e da indústria farmacêutica*. Tese de doutorado em História. Rio de Janeiro: UFRJ, 2018.

BOSCHI, Renato R. *Elites industriais e democracia* (Hegemonia burguesa e mudança política no Brasil). Rio De Janeiro: Graal, 1979.

BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. *Abdib e a política industrial do governo Geisel* (1974-1979). Texto de discussão apresentado ao Polis. Niterói: UFF, 2007.

BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. *O negócio do século*: o acordo de cooperação nuclear Brasil – Alemanha. Rio de Janeiro: Editora Autografia, 2017.

BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e Capital Monopolista*: a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.CAMPOS, Pedro H. P. Ditadura e classes sociais

no Brasil: as organizações empresariais e de trabalhadores da indústria da construção durante o regime civil-militar (1964-1988). *Outros Tempos*, [*s. l.*], v. 16, n. 27, p. 67–91, 2019.

BRESSER-PEREIRA, Luís Carlos. *A sociedade estatal e a tecnoburocracia*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BROWN, Wendy. *El pueblo sin atributos*: La secreta revolución del neoliberalismo. Barcelona: Malpaso, 2016.

CAMPOS, Pedro H. P. *Estranhas catedrais*. As empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988. Niterói: Eduff, 2015.

CAMPOS, Pedro H. P. "Empresariado e ditadura no Brasil: o estado atual da questão e o caso dos empreiteiros de obras públicas", *In: Revistas Transversos*, nº 12, p. 335-358, 2018.

CAMPOS, Pedro H. P. A questão da "corrupção" e das denúncias de ilegalidade envolvendo agentes privados e o Estado durante o regime civil-militar de 1964. *Blog da Biblioteca Virtual do Pensamento Social*, 31 mar. 2024.

CAMPOS, Pedro H. P.; BRANDÃO, Rafael Vaz da M. A construção da hidrelétrica de Itaipu durante a ditadura: violações de direitos e favorecimento a grandes grupos econômicos. *Projeto História*, v. 77, p. 7-34, 2023.

CANDAL, Arthur Pinto Ribeiro; SANDRONI, Adolpho Ribeiro. *Petroquímica*: álcool e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior/São Paulo: Associação Brasileira da Indústria Química e de Derivados (ABIQUIM), 1980.

CARNEIRO, Ricardo. *Desenvolvimento em Crise*: A economia brasileira no último quarto do século XX. São Paulo: Editora UNESP/IE – Unicamp, 2002.

CARVALHO, Julio C. P. Empresariado e ditadura: contribuições para uma análise de longo prazo do processo de neoliberalização brasileiro (1967-1978). *Marx e o Marxismo*, v. 8, n. 15, p. 313-334, jul-dez 2020.

CASIMIRO, Flávio. *A nova direita no Brasil*: aparelhos de ação político-ideológica e a atualização das estratégias de dominação burguesa (1980-2014). Tese de doutorado em História. Niterói: UFF, 2016.

CASTRO, Antônio Barros de; SOUZA, Francisco Eduardo Pires de. *A Economia Brasileira em Marcha Forçada*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 4ª ed. revista e ampliada. Brasília: Editora da UNB, 2012.

CODATO, Adriano. *Estrutura política e interesse de classe*: uma análise do sistema estatal pós-64 – o caso do Conselho de Desenvolvimento Econômico. Dissertação de mestrado em Ciência Política. Campinas: Unicamp, 1995.

CODATO, Adriano et al. A porta giratória do Banco Central do Brasil. In: CODATO, Adriano; ALBUQUERQUE, Mateus de. *Os mandarins da República*: presidentes e diretores do Banco Central do Brasil. São Paulo: Almedina, 2023.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci*: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1989 [1981].

COVRE, Maria de Lourdes M. *A Fala dos Homens*. *Análise do pensamento tecnocrático.* 1964-1981. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CRUZ, André Kaysel Velasco e. *Entre a nação e a revolução*: o marxismo de matriz comunista e o nacionalismo popular no Peru e no Brasil (1928-1964). Tese de doutorado em Ciência Política. São Paulo: USP, 2014.

CRUZ, Sebastião C. Velasco e. *Empresariado e Estado na transição brasileira*: um estudo sobre a economia política do autoritarismo (1974-1977). Campinas/São Paulo: EdUnicamp/Fapesp, 1995.

CRUZ, Sebastião C. Velasco e. Estado e Planejamento no Brasil: 1974/1976. In: CRUZ, Sebastião C. Velasco e. *O presente como história*: economia e política no Brasil pós-64. Campinas: Unicamp, 1997.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Cristian. *A nova razão do mundo*: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELGADO, Guilherme. *Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio*. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

DIAS, Edmundo Fernandes. Hegemonia: racionalidade que se faz história. In: DIAS, Edmundo Fernandes et al. *O outro Gramsci*. São Paulo: Xamã, 1996.

DOS SANTOS, Theotônio. El nuevo caracter de la dependencia. *Segunda reunión de la Asamblea General del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales* (CLACSO), Lima (Peru), out. 1968.

DRAIBE, Sonia M. *Rumos e metamorfoses*: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930 - 1960. 2a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004 [1985].

DREIFUSS, René Armand. *1964*: A conquista do Estado. Ação Política, poder e golpe de classe. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

DREIFUSS, René Armand. *O jogo da direita na Nova República*. Petrópolis: Vozes, 1989.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. A finança capitalista: relações de produção e relações de classe. In: BRUNHOFF, Suzanne de et al (orgs.). *A finança capitalista*. São Paulo: Alameda, 2010.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. *A crise do neoliberalismo*. São Paulo: Boitempo, 2014.

DUSSELL, Enrique. "5 Tesis Sobre El Populismo". Conferência proferida na Universidad Autonoma Metropolitana do México (UAM), campus Iztapalapa, 2007.

FERNANDES, Florestan. A *revolução burguesa no Brasil*: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

FICO, Carlos. *O grande irmão*: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FIGUEIREDO, Argelina. *Democracia ou reformas?* Alternativas democráticas à crise política, 1961-1964. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

FIGUEIREDO, Lucas. *Lugar nenhum*: militares e civis na ocultação dos documentos da ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2015 (Coleção Arquivos da Repressão no Brasil).

FONTES, Virgínia M. *O Brasil e o capital-imperialismo*: teoria e história. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Editora UFRJ, 2010 (Pensamento crítico, v. 15).

FONTES, Virgínia. O capital, frações, tensões e composições. In: CAMPOS, Pedro H. P.; BRANDÃO, Rafael V. da M. (orgs.). *Dimensões do empresariado brasileiro*: história, organização e ação política. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

FORTES, Alexandre. Formação de classe e participação política: E. P. Thompson e o populismo. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 17, n. 31, p. 173-195, jul. 2010.

FURTADO, Celso. *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968 [1966].

GALVÃO, Elisandra. A ação política da Confederação Nacional de Agricultura (CNA) na ditadura militar. In: CAMPOS, Pedro Henrique P.; BRANDÃO, Rafael Vaz da M.; ab Renato Luís do C. N (orgs.). *Empresariado e ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2020.

GALVÃO, Elisandra. Mobilizações do empresariado rural no pré-1964. *Germinal*: marxismo e educação em debate, 16 (1), p. 184-207, 2024.

GASPARI, Elio. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003 (versão e-book).

GIAMBIAGI, Fábio. et al. (orgs.). *Economia brasileira contemporânea* (1945-2010). 2ª ed. São Paulo: Elsevier Editora, 2011.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Vol. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GRAMSCI, Antonio. *Escritos políticos*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 3. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

HARVEY, David. *O novo imperialismo.* 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005 [2003].

HEINZ, Flávio. O historiador e as elites – à guisa de introdução. In: HEINZ, Flávio (org.). *Por outra história das elites.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

HOBBES, Thomas. *Leviatã, ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*. 2 ed. São Paulo: Martin Claret, 2012.

HOBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismos desde 1780*: programa, mito e realidade. 6 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2013 [1990].

HUSSON, Michel. Finança, hiperconcorrência e reprodução do capital. In: BRUNHOFF, Suzanne de et al (orgs.). *A finança capitalista*. São Paulo: Alameda, 2010.

IANNI, Octávio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

IANNI, Octávio. *Formação do Estado populista na América Latina.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991 [1975].

IANNI, Octávio. *A ditadura do grande capital.* São Paulo: Expressão Popular, 2019 [1981].

JOFFILY, Mariana. O aparato repressivo: da arquitetura ao desmantelamento. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil*: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014 (versão e-book).

KALECKI, Michal. *As equações marxistas de reprodução e a economia moderna*. In: MIGLIOLI, Jorge (Org.). *Crescimento e ciclo das economias capitalistas*. São Paulo: Hucitec, 1977.

KANAAN, Gabriel L. *Sob as asas da águia*: a burguesia brasileira e o capital-imperialismo – de Lula a Bolsonaro (2003-2023). Tese de doutorado em História Social. Niterói: UFF, 2023.

KUNHAVALIK, José Pedro. *Os militares e o conceito de nacionalismo*: disputas retóricas na década de 1950 e início dos anos 1960. Tese de doutorado em Sociologia Política. Florianópolis: UFSC, 2009.

LAFER, Celso. *O sistema político brasileiro.* São Paulo: Editora Perspectiva, 1975.

LANGONI, Carlos. *Distribuição de renda e desenvolvimento econômico do Brasil.* 2. ed. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1973.

LARA-RESENDE, A. Estabilização e reforma*: 1964-1967*. In: ABREU, M. P. (Org) *A ordem do progresso*: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

LEAL, Murilo et al. *Cobrasma*. In: CAAF/Unifesp (org.). Projeto "A responsabilidade de empresas por violações de direitos durante a ditadura" – Informe público. São Paulo: Unifesp, 2023. Disponível em: https://bit.ly/3PtdHXN. Acesso em: 16/03/2024.

LEMOS, Renato L. do C. N. Militares e política, uma discussão de paradigmas. In: CHAGAS, Fabíola Maria da Silva et al. (orgs.). *A guerra e a formação dos Estados nacionais contemporâneos*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013.

LEMOS, Renato L. do C. N. e. Contrarrevolução e ditadura: ensaio sobre o processo político brasileiro pós-1964. *Marx e marxismo,* v. 2, n. 2, jan/jul 2014.

LEMOS, Renato L. do C. N. e. O Grupo Permanente de Mobilização Industrial (GPMI) e o regime ditatorial no Brasil pós-1964. *In*: MARTINS, Mônica de S. N.; CAMPOS, Pedro H. P.; BRANDÃO, Rafael V. da M. Política econômica dos anos de chumbo. Rio De Janeiro: Consequência, 2018.

LEMOS, Renato L. do C. A aliança empresarial-militar no Brasil: anticomunismo e segurança nacional (1949-1964). In: CAMPOS, Pedro H. P.; BRANDÃO, Rafael V. da M.; LEMOS, Renato L. do C. *Empresariado e ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

LENTZ, Rodrigo. *República de Segurança Nacional*. São Paulo: Expressão Popular/Fundação Rosa Luxemburgo, 2022.

LEOPOLDI, Maria A. P. *Política e interesses na industrialização brasileira*: as associações industriais, a política econômica e o Estado. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

LESSA, Carlos. *A estratégia de desenvolvimento*: sonho e fracasso. Brasília: FUNCEP, 1988.

LOUREIRO, Felipe P. *Empresários, trabalhadores e grupos de interesse*: a política econômica nos governos Jânio Quadros e João Goulart, 1961-1964. Tese de doutorado em História Econômica. São Paulo: USP, 2012.

LUEDEMANN, Marta da Silveira. *Transformações na indústria brasileira mundial*: o caso do complexo automotivo no Brasil – 1990-2002. Tese de doutorado em Geografia Humana. São Paulo: USP, 2003.

LUPATINI, Márcio. Notas sobre expropriação na "odisseia" do capital. In: BOSCHETTI, Ivanete (org.). *Expropriação e direitos no capitalismo*. São Paulo: Cortez Editora, 2018.

LUXEMBURGO, Rosa. *A acumulação de capital*: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970 [1913].

MACARINI, José P. A política econômica do governo Médici: 1970-1973. *Nova Economia*, vol. 15, n° 3, 2005.

MACARINI, José P. A política bancária do regime militar: o projeto de conglomerado (1967-1973). *Economia e Sociedade* (Unicamp), v. 16, p. 343-369, 2007.

MACARINI, José P. Crise e política econômica: o governo Figueiredo (1979-1985). Texto para Discussão, IE/Unicamp, nº 144, 2008.

MACIEL, David. *A argamassa da ordem*: da Ditadura Militar à Nova República (1974-1985). São Paulo: Xamã Editora, 2004.

MACIEL, David. *De Sarney à Collor*: reformas políticas, democratização e crise (1985-1990). São Paulo: Alameda/Funape, 2012.

MACIEL, David. Revolução burguesa e autocracia no Brasil. In: BATISTA, Alexandre Blankl et al (orgs.). *Estado, poder e revolução*: reflexões de um mundo em crise. Porto Alegre: FCM, 2019.

MAGALHÃES, Viviane de F. *Antônio Delfim Netto*: trajetória acadêmica, interface junto ao empresariado e atuação como ministro da ditadura de um intelectual orgânico da burguesia (1948-1974). Dissertação de mestrado em História. Seropédica: UFRRJ, 2019.

MARINGONI, Gilberto. Parte II: o personagem e as ideias. In: TEIXEIRA, Aloísio; MARINGONI, Gilberto; GENTIL, Denise. *Desenvolvimento*: o debate pioneiro de 1944-1945/Ensaios e comentários de Aloísio Teixeira, Gilberto Maringoni e Denise Gentil. Brasília: IPEA, 2010.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência*. Petrópolis: Editora Vozes; Buenos Aires: Clacso, 2000 [1973].

MARTINS, José de Souza. *O cativeiro da terra.* 9 ed., revista e ampliada. São Paulo: Contexto, 2010 [1979].

MARTINS FILHO, João R. A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 23, n. 67, p. 39-50, 2008.

MARTINS FILHO, João R. *O Palácio e a caserna*: a dinâmica militar das crises política da Ditadura (1964-1969). 2 ed. São Paulo: Alameda, 2019 [1995].

MARX, Karl. *O Capital*: crítica da economia política. Livro I (tomo 1). São Paulo: Abril Cultural ("Os Economistas"), 1996a [1867].

MARX, Karl. *O Capital*: crítica da economia política. Livro I (tomo 2). São Paulo: Abril Cultural ("Os Economistas"), 1996b [1867].

MARX, Karl. *O Capital*: crítica da economia política. Livro II: o processo de circulação de capitais. São Paulo: Boitempo, 2014.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã* (Feuerbach). São Paulo: Hucitec, 1991.

MATTOS, Marcelo Badaró. Continuidades e rupturas no movimento sindical brasileiro: o impacto da ditadura militar. In: MATTOS, Marcelo Badaró; VEGA, Rubén (orgs.). *Trabalhadores e ditaduras*: Brasil, Espanha e Portugal. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MATTOS, Marcelo Badaró. Estado e formas de dominação no Brasil contemporâneo. In: MATTOS, Marcelo Badaró (org.). Estado e formas de dominação no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

MELO, Demian. *Crise orgânica e ação política da classe trabalhadora*: a primeira greve geral nacional (5 de julho de 1962). Tese de doutorado em História. Niterói: UFF, 2013.

MELO, Demian *et al*. "Civis que colaboraram com a ditadura". In: *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*. Vol. II. Brasília: CNV, 2014.

MELO, Demian. O golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão. In: MELO, Demian (org.). *A miséria da historiografia*: uma crítica ao revisionismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MELO, Demian. A primeira greve nacional da classe trabalhadora brasileira: 5 de julho de 1962. *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 8, n. 16, p. 131-147, jul./dez. 2016.

MELO, Demian; HOEVELER, Rejane C. Muito além da conspiração: uma reavaliação crítica da obra de René Dreifuss. *Tempos Históricos*, vol. 18, p. 13-43, 1º semestre de 2014.

MELLO NETO, David Maciel. "Esquadrão da Morte", "Grupos de Extermínio" e os Movimentos Sociais: Mudanças em uma Categoria da "Violência Urbana". *Revista Antropolítica*, nº 52, p. 322-347, 2º quadrimestre 2021.

MENDONÇA, Sonia R. de. *Estado e economia no Brasil*: opções de desenvolvimento. 3 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

MENDONÇA, Sonia R. Estado e poder no Brasil: abordagens teórico-metodológicas. *ANPUH. Anais do XXII Simpósio Nacional de História*. João Pessoa (PB): UFPB, 2003.

MENDONÇA, Sonia R. de. *O patronato rural no Brasil recente* (1964-1993). Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2010

MENDONÇA, Sonia R. de. O Estado Ampliado como ferramenta metodológica. *Marx e o marxismo*, v.2, n. 2, jan/jun 2014.

MENDONÇA, Sonia R. de; FONTES, Virgínia. História e teoria política. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2012.

MENDONÇA, Sonia. O "sistema" Abag e a supremacia burguesa no Brasil (1993-2013). In: CAMPOS, Pedro H. P.; BRANDÃO, Rafael V. da M. (orgs.). *Dimensões do empresariado brasileiro*: história, organização e ação política. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

MENEZES, Fernando D. *Enunciados sobre o futuro*: ditadura militar, Transamazônica e a construção do "Brasil Grande". Dissertação de mestrado em História. Brasília: UnB, 2007.

MIGUEZ, Thiago de H. L. Bens de capital. In: PUGA, Fernando Pimentel; CASTRO, Lavínia Barros de (Orgs.). *Visão 2035*: Brasil, país desenvolvido: agendas setoriais para alcance da meta. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2018.

MINELLA, Ary Cesar. Bancos e banqueiros durante os 'anos de chumbo'. In: BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta; CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; MARTINS, Monica de Souza Nunes (org.). *Política Econômica nos Anos de Chumbo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

MORAES, Rafael. O governo Castello Branco e o empresariado industrial paulista: as bases do "milagre". In: Anais do X Congresso Brasileiro de História Econômica e da XI Conferência Internacional de História das Empresas, v. 1. Juiz de Fora: ABPHE/UFJF, 2013.

MORAIS, Taís; SILVA, Eumano. *Operação Araguaia*: os arquivos secretos da guerrilha. São Paulo: Geração Editorial, 2005.

MOREIRA, João Paulo de Oliveira. *A construção do consenso privatista*: o Instituto Brasileiro de Siderurgia (IBS) e os seus agentes (1976-1990). Dissertação de mestrado em História. Niterói: UFF, 2014.

MOURA, Clóvis. O racismo como arma ideológica de dominação. *Revista Princípios*, n. 34, 1994.

MOURA, Clóvis. *Sociologia do negro brasileiro*. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 2019 [1988].

MOURÃO FILHO, Olympio. *Memórias*: a verdade de um revolucionário. Porto Alegre: L&PM, 1978 (apresentação e arquivo de Hélio Moura). (Versão e-book).

NETTO, José Paulo. *Pequena história da ditadura brasileira* (1964-1985). São Paulo, SP: Cortez Editora, 2014.

OLIVEIRA, Alberto. *A espacialização da petroquímica no Brasil*: economia, política industrial e determinantes locacionais. Rio de Janeiro: Ed. UFRRJ, 2010.

OLIVEIRA, Eliezer Rizzo de. Conflitos militares e decisões políticas sob a presidência do general Geisel (1974-1979). In: ROUQUIÉ, Alain (coord.). *Os partidos militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1980.

OLIVEIRA, Fabrício A. de. Política fiscal e política monetária no Brasil: o estrangulamento imposto pela dívida externa. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, nov. 1990.

OLIVEIRA, Fabrício A. *Política econômica, estagnação e crise mundial* (1980-2010). Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2012.

OLIVEIRA, Francisco. Crítica à razão dualista/O Ornitorrinco. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

PARANHOS, Darliton Sena. *Experiências de luta e conflitos de classe*: a trajetória de trabalhadores químicos e petroquímicos baianos e suas organizações (1963-1997). Dissertação de mestrado em História Social. Feira de Santana (BA): UEFS, 2011.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil.* São Paulo: Ed. Ática, 1990.

PEREIRA, João Márcio Mendes. *O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro* (1944-2008). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

PEREIRA, João Márcio Mendes. Banco Mundial, reforma dos Estados e ajustes das políticas sociais na América Latina. *Ciência & Saúde Coletiva*, 23(7), p. 2187-2196, 2018.

PESTANA, Marco M. *Ampliação seletiva do Estado e remoções de favelas no Rio de Janeiro*: embates entre empresariado do setor imobiliário e movimento de favelados (1957-1973). Tese de doutorado em História. Niterói: UFF, 2018.

PINTO, Eduardo C. Nova República (1985-1989): transição democrática, crise da dívida externa, inflação, luta pela apropriação da renda e fim do desenvolvimentismo. Texto para discussão na Faculdade de Economia, UFRJ, nº 007, 2019.

POÇAS, Bernardo Galheiro. *1964-1979*: a luta pela hegemonia na petroquímica brasileira. Dissertação de mestrado em História. Niterói: UFF, 2013.

POULANTZAS, Nicos. *O poder político e classes sociais*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1977.

POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

PRADO JR., Caio. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966.

RAMOS, Alberto Guerreiro. *A crise do poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2000.

RIBEIRO, Thiago R. M. *Das missões à comissão: ideologia e projeto desenvolvimentista nos trabalhos da "Missão Abbink" (1948) e da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos*. Dissertação de mestrado. Niterói: UFF, 2012.

RIDENTI, Marcelo. Esquerdas armadas urbanas: 1964-1974. In: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão (orgs.). *História do marxismo no Brasil*. Volume 6: partidos e movimentos após os anos 1960. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

ROCHA, João Cezar de C. Brasil Paralelo: autorretrato involuntário? *Rascunho*, ed. 245, set. 2020. Disponível em: https://bit.ly/4amTnQn. Acesso em: 07/04/2024.

RODRIGUES, Carlos Henrique Lopes. *Imperialismo e empresa estatal no capitalismo dependente brasileiro* (1956-1998). São Paulo: Alameda, 2023.

ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samanta. *A construção social dos regimes autoritários*. *Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010

ROLLEMBERG, Denise; CORDEIRO, Janaína. Apresentação. In: ROLLEMBERG, Denise; CORDEIRO, Janaína (orgs.). *Por uma revisão crítica*: ditadura e sociedade no Brasil. Salvador: Sagga, 2021.

ROMÃO, Frederico. A greve do fim do mundo: petroleiros 1995. A expressão fenomênica da crise fordista no Brasil. *Tese de doutorado em Sociologia* - Unicamp, Campinas, 2006.

SAAD-FILHO, Alfredo; MORAIS, Lecio. *Brasil*: neoliberalismo versus democracia. São Paulo: Boitempo, 2018.

SILVA, Ana Beatriz. *O desgaste e a recuperação dos corpos para o capital*: acidentes de trabalho, prevencionismo e reabilitação profissional durante a ditadura militar brasileira (1964-1985). Tese de doutorado em História. Recife: UFPE, 2016.

SILVA, Marcelo A. de C. *As práticas de normalização da violência operacionalizadas pela Volkswagen do Brasil na ditadura militar brasileira* (1964-1985). Tese de doutorado em Administração. Rio de Janeiro: PUC, 2018.

SILVA Jr., Samuel Fernando da. *O Brasil diante do espelho*: autocracia burguesa e luta de classes na transição conservadora (1974-1988). Tese de doutorado em História. Marechal Cândido Rondon (PR): Unioeste, 2023.

SILVA, Vicente Gil da. *Planejamento e organização da contrarrevolução preventiva no Brasil*: atores e articulações transnacionais (1936-1964). Tese de doutorado em História Social. Rio de Janeiro: UFRJ, 2020.

SIMON, Herbert A. *Models of man, Social and Rational*. Nova Iorque: John Wiley & Sons, 1957.

SINGER, Paul. Desenvolvimento e repartição da renda no Brasil. In: TOLIPAN, R.; TINELLI, A. C. (Org.). *A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento.* 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SPOHR, Martina. *American way of business:* empresariado brasileiro e norte-americano no caminho do golpe empresarial-militar de 1964. Tese de doutorado em História Social. Rio de Janeiro: UFRJ, 2016.

SPORH, Martina. Documento dos Oito: estratégias de classe na transição política do regime empresarial-militar brasileiro. *Germinal*: marxismo e educação em debate, 16 (1), p. 167-183, 2024.

STEPAN, Alfred. *Os militares na política*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

STIGLITZ, Joseph E. *O mundo em queda-livre*: os Estados Unidos, o mercado livre e o naufrágio da economia mundial. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SUAREZ, Marcus Alban. A evolução da indústria petroquímica brasileira e o modelo tripartite de empresa. *Revista de Economia Política*, v. 3, nº 3, jul.-set./1983.

SUAREZ, Marcus Alban. *Petroquímica e tecnoburocracia. Capítulos do desenvolvimento capitalista no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1986

SUAREZ, Marcus Alban. A reestruturação petroquímica: causas e consequências. *Revista de Administração de Empresas*, v. 29, nº 3, jul.-set./1989.

SUGIMOTO, Luiz. O golpe que deu Ibope. *Jornal da Unicamp*, edição 204, 24/02 a 12/03 de 2003. Disponível em: https://www.unicamp.br/unicamp_hoje/ju/fevereiro2003/ju204g03.html. Acesso em: 23/02/2024.

SYMONIAK, Jason D. The Washington Consensus. *New Voices in public policy*, vol. V, 2011.

TADINI, Venilton. Perspectivas do setor de bens de capital sob encomenda no Brasil. Texto elaborado para apresentação no V Fórum Nacional, março/1993.

TAVARES, Anderson. *O Estado ampliado*: formas de representação do setor industrial e o capitalismo brasileiro (1955-1962). Dissertação de mestrado em História. Niterói: UFF, 2014.

TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de Importações ao capitalismo financeiro, ensaios sobre a economia brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

TAVARES, Maria da Conceição. *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*. Tese de livre-docência em Economia. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1974.

TAVARES, Maria da C.; SERRA, José [1970]. Além da estagnação. In: TAVARES, Maria C. *Da substituição de Importações ao capitalismo financeiro, ensaios sobre a economia brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

VALLE, Maria R. do. *O diálogo é a violência*: movimento estudantil e ditadura militar em 1968. Dissertação de mestrado em Educação. Campinas: Unicamp, 1997.

VASCONCELOS, Cláudio B. de. *Repressão a militares na ditadura pós-1964*. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça, Arquivo Nacional, 2018.

VASCONCELOS, Cláudio B. Os tecnoempresários, a ESG e a ditadura. In: CAMPOS, Pedro H. P.; BRANDÃO, Rafael V. da M.; LEMOS, Renato L. do C. *Empresariado e ditadura no Brasil*. 1 ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

VIANNA, Oliveira. *Problema de política objetiva.* São Paulo: Nacional, 1930.

VIANNA, Oliveira. *O idealismo da Constituição*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1939.

VOIGT, Márcio Roberto. *O impacto dos choques petrolíferos na diplomacia brasileira* (1969-1985). Tese de doutorado em Ciência Política. Porto Alegre: UFRGS, 2010.

WEFFORT, Francisco. "Bases Sociais do Populismo em São Paulo". *In. Civilização Brasileira.* N. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

WEFFORT, Francisco. Origens do sindicalismo populista no Brasil (a conjuntura de após-Guerra). *Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 4, p. 66-105, abr./jun. 1973.

WEFFORT, F. C. *O populismo na política brasileira*. 5. ed. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Paz e Terra, 2003 [1978].

WOOD, Ellen. O império do capital. São Paulo: Boitempo, 2014.

Anexos

Anexo 1 – Quadro de integrantes do Centro Nacional de Estudos e Defesa do Petróleo (1949)

Nome	Função no CEDPEN
Engenheiro Luís Hildebrando de B. Horta Barbosa	Presidente
Senador Matias Olímpio	Vice-presidente
Deputado Eusébio Rocha	Vice-presidente
D. Alice Tibiriçá	Vice-presidente
Dr. Abel Chermont	Vice-presidente
Capitão de corveta Alfredo de Morais Filho	Vice-presidente
Professor Henrique Miranda	Secratário Geral
Jornalista Jair Pereira de Amorim	1º Secretário
Economista Darcilio Arruda da Conceição	2º Secretário
Professor Bayard Demaria Boiteux	1º Tesoureiro
D. Consuelo Távora Filha	2ª Tesoureira
Coronel Felicíssimo Cardoso	Bibliotecário
D. Nuta Bartlet James	Conselho consultivo
Coronel Hildebrando Pelágio	Conselho consultivo
Dr. Hélio Pires Ferreira	Conselho consultivo
Jornalista Nilo da Silveira Weneck	Conselho consultivo
Engenheiro Fernando Luís Lobo Carneiro	Conselho consultivo
Jornalista Gentil Noronha	Conselho consultivo
Dra. Maria Augusta Tibiriçá	Conselho consultivo
José Mascarenhas Sampaio	Conselho consultivo
Zumalá Bonoso	Conselho consultivo
Dr. Alberto Pizarro Jacobina	Conselho consultivo
João de Barros	Conselho consultivo
Professor Pylades Gam	Conselho consultivo
Engenheiro Hugo Régis dos Reis	Conselho consultivo
Capitão Antônio José Fernandes	Conselho consultivo
Dr. Roberto Gusmão	Conselho consultivo
Francisco Potiguar Dymacau	Conselho consultivo
Engenheiro Eudoro Prado Lopes	Conselho consultivo
Dr. Arquimedes Pinto Amando	Conselho consultivo
Dr. Rubens Descartes de Garcia Paula	Conselho consultivo
D. Branca Fialho	Conselho consultivo
Dra. Maria Diana Brito	Conselho consultivo
D. Maria Helena Figueiredo	Conselho consultivo
Dr. Pedro de Alcântara Tocci	Conselho consultivo

Nome	Função no CEDPEN
Jornalista Luís Inácio Domingues	Conselho consultivo
D. Maria Portugal Milward	Conselho consultivo
Dr. Caetano Magalhães	Conselho consultivo
Pergentino Alves	Conselho consultivo

Fonte: adaptado de "Nota oficial do Centro Nacional de Estudos e Defesa do Petróleo". *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 21 jan. 1949, primeira seção – quinta página.

Anexo 2 – Presidentes da Petrobras (1964-1988)

Nome/período de duração da presidência/civil ou militar	**Atividades exercidas antes de entrar na presidência da Petrobras**	**Atividades exercidas após a passagem pela presidência da Petrobras**	**Formação**
Ademar de Queiroz (07/04/1964 - 30/06/1966) - Militar	Integrante da Comissão de Estudos para a Indústria Militar Brasileira na Europa (1934); membro do estado-maior da Artilharia Divisionária da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária na FEB; Comandante da 9ª Região Militar (1958-1961); Comandante da 1ª Divisão de Infantaria (RJ) (1961-1963); Dirigente da Artilharia da Costa e Antiaérea (1963-1964)	Ministério da Guerra (01/07/1966 - 15/03/1967); Conselheiro da Petrobras (1970-1984)Direção da Bakol Petroquímica; Conselho de adm. da Petrobras; Oxigênio S.A.; Oxigênio Nordeste S.A.	Escola Militar do Realengo (1917-1921); Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Vila Militar (1929); Escola de Estado-Maior do Exército; Escola Superior de Guerra
Irnack Carvalho do Amaral (30/06/1966 - 17/03/1967) - Civil	Engenheiro do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil (RJ) (1932-1934); engenheiro-chefe da equipe de prospecção da Divisão de Fomento da Produção Mineral (1935-1938); assistente especial de Horta Barbosa no CNP (1938-1939); chefe da seção de geofísica da Divisão de Fomento da Produção Mineral (1941-1951); membro da Comissão Mista Brasileiro-Americana de Estudos Econômicos (1948); representante do Depto. Nacional de Produção Mineral junto às autoridades dos EUA (1949-1950); diretor da divisão de fomento do Depto. Nacional de Produção Mineral (1951-1953); diretor da Petrobras (1954-1957); engenheiro de minas da Divisão de Fomento da Produção Mineral (1957-1958); representante da Divisão de Fomento da Produção Mineral no Conselho Nacional de Energia Nuclear (1958-1961); direção da divisão de fomento do Depto. Nacional de Produção Mineral (1958-?); consultor do BNDE (1958-?); diretor da Petrobras (04/1961-09/1963); membro do Conselho Consultivo da Comissão do Plano Nacional do Carvão.	Conselheiro da Petrobras (1969-1975)	Formação em engenharia de minas e engenharia civil pela Escola de Minas de Ouro Preto (1931);

Nome/período de duração da presidência/civil ou militar	Atividades exercidas antes de entrar na presidência da Petrobras	Atividades exercidas após a passagem pela presidência da Petrobras	Formação
Arthur Duarte Candal da Fonseca (27/03/1967 - 24/03/1969) - Militar	Comando da 2ª. Companhia Independente de Transmissões (MS) (1937-1946); Comando do 7º Batalhão de Engenharia (PE) (1947-1952); Comando do 3º Batalhão Rodoviário (RS) (09/1952-1955); Instrutor-Chefe dos cursos de engenharia e comunicação da ECEME (1955); Chefia da 1ª Seção do EME (1955); Chefe da Divisão de Planejamento da Diretoria Geral de Ensino do Exército (1957); Comandante do Batalhão de Serviços e Engenharia (PB)(1962); Comando do 1º Grupamento de Engenharia de Construção (PB)(1964); Representante do EMFA no conselho deliberativo da Sudene (1964); Comando do colégio militar do RJ (1965); Comando da 5ª Região Militar e da 5ª Divisão de Infantaria (PR)(1966); Chefia do Dpto. de Estudos da ESG em conjunto com o comando interino da Escola (1966-1967).	Comando do IV Exército (09/1969-01/1971); Chefe do Dpto. de Serviços Gerais do Exército (01/1971-04/1972); Chefia da EMFA (05/1972 - 01/1974); Parati Desenvolvimento Turístico	Escola Militar do Realengo (1925-1929); Curso da Escola de Comunicação do Exército (1932); Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (1935); Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME)(1940); Curso de comando e estado-maior, em Fort Leavenworth, nos EUA (1946); Curso de classificação de pessoal do Exército (1950); Escola Superior de Guerra (ESG) (1962);
Waldemar Levy Cardoso (03/1969 - 11/1969) - Militar	Comando da 2ª Bateria do 4º Regimento de Artilharia Montada (11/1930 - 10/1932); diretor do Departamento das Municipalidades do Estado de SP (06/1931 - 05/1932); Instrutor do curso de aperfeiçoamento de sargentos (03/1934 - 09/1934); chefe da 1ª Seção do Estado-Maior Regional (EMR) da 4ª Região Militar (MG) (01/1938 - 04/1938); Comandante do 2º Regimenro de Artilharia da guarnição de Uruguaiana (RS) (03/1940 - 1941); chefia da 3ª seção do Estado-Maior do Exército (EME) (01/1943 - 01/1944); chefia do gabinete do EME (01/1944 - 04/1944); comandante do 2º Grupo de Obuses Auto-Rebocados (01/1944), condição na qual integrou a FEB (09/1944 - 08/1945), retornando ao EME (12/1945 - 05/1948); comandante do 5º Regimento de Artilharia Montada (RS) (06/1948 - 03/1949); chefe de gabinete do ministro da Guerra, Canrobert Pereira da Costa (03/1949 - 01/1951); EME (01/1951); adido militar nas embaixadas do Brasil na Espanha e na França (04/1951 - 03/1953); 2ºRegimento de Obuses 105 (07/1953); comandante do 2º Regimento de Obuses 105 (09/1953 - 08/1954); chefe do Estado-Maior da Zona Militar Centro (09/1954 - 01/1957); chefia do gabinete do ministro da Guerra, gal. Henrique Teixeira Lott (01/1957 - 03/1960); comando interino da 2ª RM (03/1960 - 04/1964?); chefe do Departamento de Provisão Geral do Exército (04/1964 - 10/1966?).	Conselheiro da Petrobras (1971-1980); Consultor do Conselho de Administração da Petrobras (1980)	Escola Militar do Realengo (04/1918-03/1921); Escola de Artilharia do RJ (1933 - ?); Escola do Estado-Maior (02/1935 - 12/1937);

Nome/período de duração da presidência/civil ou militar	Atividades exercidas antes de entrar na presidência da Petrobras	Atividades exercidas após a passagem pela presidência da Petrobras	Formação
Ernesto Geisel (06/11/1969 - 06/07/1963) - Militar	Chefe da secretaria geral do Conselho de Segurança Nacional (1946-1947); adjunto do Estado-Maior das Forças Armadas (1950); membro permanente da Escola Superior de Guerra (1952); subchefe do Gabinete Militar do presidente João Café Filho, tendo ficado sob a chefia direta de Juaréz Távora, titular do Gabinete (02/1955 - 05/1955); Superintendente-geral da Refinaria Presidente Bernardes (09/1955 - 01/1956); chefia da Seção de Informações do Estado-Maior do Exército (EME) (1957); representante do Ministério da Guerra no Conselho Nacional do Petróleo (CNP) (1957-1958 e 1959-1961); chefe do Gabinete Militar do gov. Castelo Branco (1964-1967); ministro do Superior Tribunal Militar (STM) (1967-1969);	Presidência da República (1974-1979); Presidência da empresa privada de química fina Norquisa (06/1980 - 04/1990)	Colégio Militar de Porto Alegre (1921-1924); Escola militar do Realengo (1925-1928); Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) (1938); Escola de Estado-Maior do Exército (1941-1943); estágiono Army Command and General Staff College, em Fort Leavenworth, Estados Unidos (1945);
Floriano Peixoto Faria Lima (17/07/1973 - 01/10/1974) - Militar	Guarda-marinha (04/1935 - 11/1941); comandante do caça submarino Javari na II Guerra Mundial (03/1945 - 11/1945); ajudante de ordens do chefe do Estado-Maior da Armada (EMA), vice-almirante José Maria Neiva (11/1945 - 06/1946); comandante da Escola de Aprendizes de Marinheiro (1956-1958); instrutor e chefe do Dpto. de Operações da Escola de Guerra Naval (1958-1959); comandante do contratorpedeiro *Mariz e Barros* (1960); instrutor e encarregado da Divisão de Operações da Escola de Guerra Naval (09/1960 - 01/1961); subchefe da Marinha no Gabinete Militar da Presidênca da República, sendo encarregado da Comissão de Marinha Mercante (02/1961 - 09/1961); chefia da 1ª Seção do Estado-Maior das Forças Armadas (11/1961 - 09/1962); comandante do cruzador *Barroso* (12/1964 - 01/1966); subchefe do gabinete do ministro da Marinha, Zilmar de Araripe Azevedo (01/1966 - 11/1966); adido naval junto às embaixadas do Brasil em Washington e em Ottawa (01/1967 - 01/1969); subchefia de organização do EMA (04/1969 - 06/1969); vice-chefe de organização do EMA, acumulando o cargo anterior (06/1969 - 11/1969); Diretor de transportes da Petrobras (1969 - 1972)	Governador do Rio de Janeiro (1975-1979); presidente da União de Indústrias Petroquímicas S.A. (Unipar) (08/1979 - 02/1992); Vice-presidente da Petroquímica União	Curso de comando da Escola de Guerra Naval (10/1954 - 05/1955); curso superior de comando na Escola de Guerra Naval; cursou a Escola Superior de Guerra (09/1962 - 12/1964);

Nome/período de duração da presidência/civil ou militar	Atividades exercidas antes de entrar na presidência da Petrobras	Atividades exercidas após a passagem pela presidência da Petrobras	Formação
Araken de Oliveira (03/10/1974 - 13/03/1979) - Militar	Oficial de tiros do primeiro grupo de Obuses na FEB (1944-45); chefe de gabinete do presidente do CNP, marechal Levi Cardoso (1967-1969); presidente do CNP (1969-1974).		Escola militar do Realengo (1928-1932); cursou o Command and General Staff Officer Course (Kansas-EUA) (1939-1945); curso de planejamento de empresas na PUC-Rio (1967-?); Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais; Escola de Comando; Escola do Estado-Maior do Exército; Escola Superior de Guerra (ESG)
Shigeaki Ueki (23/03/1979 - 28/08/1984) - Civil	Escriturário no Banco Moreira Sales (hoje Unibanco); contador de custos em laboratório farmacêutico; consultor de empresas comerciais nas áreas de café solúvel, têxtil, petroquímica e indústria elétrica; assessor do Ministério da Indústria e Comércio na gestão de Paulo Egydio Martins (gov. Castelo Branco); vice-presidente da Bakol e da Cevekol Indústria e Comércio (1967-1968); componente das delegações brasileiras da Alalc e da OEA; Diretor de comercialização e relações internacionais da Petrobras (1969 - 1974); Presidência da Petrobras Distribuidora; Presidente da Braspetro; Integrante do Conselho de Empresas Subsidiárias e Associadas à Petrobras; Direção da indústria de lâmpadas Sadokin S.A.; ministro de Minas e Energia (1974-1979)	Presidente executivo da construtora Camargo Corrêa (1985); presidente do Conselho da Petroleum Finance Corporation, em Washington, D.C.	Escola Técnica de Comércio Brás Cubas (Mogi das Cruzes-SP); bacharelado em direito pela Faculdade de Direito da PUC-São Paulo (1959); Ciências Contábeis na Fundação Álvares Penteado; cursos de especialização em: org. e superintendência de empresas, projetos industriais, mercado financeiro, contabilidade e custos de produção
Thelmo Dutra de Rezende (28/08/1984 - 19/03/1985) - Militar	Integrante do Conselho de Segurança Nacional (CSN) (1964-1974); instrutor da Escola de Guerra Naval (1967 e 1969); oficial do Estado-Maior da Esquadra, com atuação no gabinete do ministro da Marinha; subchefe do gabinete militar do governo de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974); pertenceu ao Serviço Nacional de Informação (SNI) durante o governo de Ernesto Geisel (1974-1979), tendo sido subordinado do gal. João Baptista Figueiredo; diretor da Petrobras (1979-1985); conselheiro das subsidiárias Braspetro, BR Distribuidora, Petroquisa, Petrofertil, Interbrás e Petromisa.		Escola de Guerra Naval (1943); estagiário da Escola Superior de Guerra, diplomado em 1977.

Nome/período de duração da presidência/civil ou militar	Atividades exercidas antes de entrar na presidência da Petrobras	Atividades exercidas após a passagem pela presidência da Petrobras	Formação
Hélio Beltrão (19/03/1985 - 15/05/1986) - Civil	Funcionário público no Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (IAPI) (1936); chefe do Serviço de Comunicações e do gabinete da presiência do IAPI (1937-1941); diretor dos Serviços Gerais de Administração do IAPI (1941-1945); procurador-geral e chefe da divisão jurídica do IAPI (1945-1946); chefe de gabinete e da assessoria técnica do presidente do CNP (1953); diretor da Petrobras (1954-1956); secretário do Interior e do Planejamento do estado da Guanabara, gestão Carlos Lacerda (1960-1965); integrante do Conselho Administrativo do BNH (1966-1969); ministro do Planejamento (1967-1969); membro do Conselho Monetário Nacional (a partir de 1967); enquanto min. do Planejamento: integrou o Conselho Interministerial de Preços (CIP) (a partir de agosto de 1967), a coordenação do Grupo de Trabalho da Reforma Agrária (a partir de setembro de 1967) e instalou a Comissão Consultiva para o Planejamento Energético (1969); integrou o Conselho de Desenvolvimento Comercial (a partir de julho de 1969); vice-presidente da Companhia Brasileira de Participação (Cobrapar), empresa holding do Grupo Ultra, associado à Phillips Petroleum Co. (a partir de 1969); diretor da Mesbla S.A. (a partir de 1969); vice-presidente da Companhia de Cimento Portland Paraíso (a partir de 1971); membro do conselho administrativo da Itaipu Binacional (a partir de 1978); membro do conselho administrativo da CSN (1978-1979); ministro da Desburocratização (1979-1983); ministro da Previdência Social (1982-1983); membro do Conselho de Adminsitração da Oxiteno do Nordeste S.A. (1983-1985).	Membro do Conselho de Administração da Oxiteno (1986), membro do Conselho de Administração da Ultrapar Participações S.A. (1986), membro do Conselho de Administração da Companhia Petroquímica do Nordeste S.A. (1986 - 1995). Membro do conselho de administração da Guanabara Química Industrial (Getec) (anos 1990).	Bacharelado em Direito pela Universidade do Rio de Janeiro (atual UFRJ)
Ozires Silva (19/05/1986 - 21/06/1988) - Militar	Líder do Departamento de Aeronaves do Centro Técnico da Aeronáutica (CTA) (1962); Presidente da Embraer (1969-1986)	Ministro da Infraestrutura (1990-1991); presidente da Embraer (1991-1994); presidente da Varig (2000-2002); criador da Pele Nova Biotecnologia (2003); reitor da Unimonte (Grupo Ânima Educação) (2008-2018); presidente do Conselho Estratégico da Universidade São Judas (2018-);	Engenharia Aeronáutica no Instituto Técnológico de Aviação (ITA) (1958-1962);

Nome/período de duração da presidência/civil ou militar	Atividades exercidas antes de entrar na presidência da Petrobras	Atividades exercidas após a passagem pela presidência da Petrobras	Formação
Armando Gudes Coelho [interino] (21/06/1988 – 23/01/1989) - Civil	Engenheiro de processo na RLAM (a partir de 1964); instrutor na cadeira de ensaios e especificações de produtos de petróleo do Centro de Aperfeiçoamento e Pesquisa de Petróleo (Cenap-BA); professor da cadeira de operações unitárias II (Cenap-BA); integrou a divisão de refinação do Departamento Industrial (1967-1968); chefe do setor de suprimento de combustíveis da divisão de derivados e produtos químicos do Departamento Comercial (1968-1969); superintendente-geral adjunto do Departamento Comercial (1974); Superintendente-geral do Departamento Comercial (1977); diretor da Petrobras (1981-1987); presidente da Petroquisa (a partir de 1982); presidente da Interbrás (1985); presidente da Petrobras Distribuidora (1986); presidente da Petrobras (06/1988 - 01/1989)	Presidente do conselho consultivo e posteriormente diretor superintendente da Fábrica Carioca de Catalisadores (1989-1990); diretor da divisão petroquímica da Companhia Suzano de Papel e Celulose (1990); membro dos conselhos de administração da ABIQUIM, Politeno, Petroflex, Polibrasil, Polipropileno, e Petroquímica União; presidente do conselho empresarial de energia da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan).	Químico industrial e Engenheiro Químico pela Escola Nacional de Química da Universidade do Brasil (1963);

Fontes: DHBB/CPDOC – FGV: Arquivo Nacional. Fundo: Divisão de Informações da Petrobras; outras fontes citadas ao longo da tese.

Anexo 3 – Diretores da Petrobras (1964-1988)

Nome/período de duração da direção/Civil ou militar	Outros cargos exercidos na Petrobras	Atividades exercidas antes de entrar na Petrobras	Atividades exercidas após a passagem pela Petrobras	Formação
Adolpho Rocca Dieguez (04/1964 - 1969) - Militar	Superintendente da Refinaria Presidente Bernardes (1956-1959)	Comandante do 23º Batalhão de Fortaleza	Presidência da União de Indústrias Petroquímicas S.A. (07/1970). O grupo tinha participações na Petroquímica União S.A., Carbocloro S.A., Brasivil, Poliolefinas S.A., Empresa Brasileira de Tretâmeros e do Consórcio Paulista de Monômeros	Realizou todos os cursos do Exército e também o da ESG. Foi instrutor em diversas Escolas do Exército, como a Escola Militar, a de Aperfeiçoamento de Oficiais e a Escola de Comando e Estado-Maior
Geonísio Carvalho Barroso (1965 - 11/04/1967) - Civil	Chefe da Superintendência Regional da Bahia (1954-1961); presidência (20/02/1961 - 05/01/1962); consultor técnico da Petrobras (1967-1971); vice-presidência executiva da Braspetro (1972-?); chefe da comissão de elaboração dos contratos de risco (1975-?)	No Conselho Nacional do Petróleo (CNP): Engenheiro residente no campo de Candeias (1946-1948); chefe da parte técnica dos trabalhos de perfuração e prosução da Superintendência Regional da Bahia; (1948-1951); chefe do setor de produção (1951-1954)	Presidência do conselho de administração da Dow Chemical (1979); professor da cadeira de produção no curso de engenharia da escola politécnica da UnB.	Escola Nacional de Engenharia (1934-1939); curso de aperfeiçoamento em engenharia do Petróleo na Universidade da Califórnia

Nome/período de duração da direção/Civil ou militar	Outros cargos exercidos na Petrobras	Atividades exercidas antes de entrar na Petrobras	Atividades exercidas após a passagem pela Petrobras	Formação
José Varonil de Albuquerque Lima (1967 - nov/1969) - Militar		Membro do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (CNAEE) da presidência da República; membro do Grupo de Trabalho de Energia Elétrica do Conselho de Desenvolvimento da presidência da República; presidente interino da Eletrobrás (11/04/1964 - 27/05/1964); Escola Técnica do Exército; Conselho Nacional de Economia.		Engenheiro formado pela Escola Técnica do Exército
Yvan Barreto de Carvalho (1967 - nov/1969) - Civil		Estagiário no CNP (1942); Superintendente Petrobras-Bahia; chefe do escritório da Petrobras em Nova Iorque;	Presidente da Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais (1975-1979); Diretor-Geral do Departamento de Produção Mineral (DNPN) (1971-1974 e 1979-1985); membro do Group of Experts on Mineral and Energy Exploration in Development Countries da ONU (1978); presidente do IGC Brasil	Engenheiro civil pela Escola Politécnica do Estado da Bahia; estagiário da Escola Superior de Guerra, indicado pela Petrobras

Nome/período de duração da direção/Civil ou militar	Outros cargos exercidos na Petrobras	Atividades exercidas antes de entrar na Petrobras	Atividades exercidas após a passagem pela Petrobras	Formação
Leopoldo Américo Miguez de Mello (1965 - 11/04/1967; 1969 - 1975) - Civil	Participou da implantação da Fábrica de Borracha Sintética; Participou da implantação do centro de pesquisa da Petrobras que leva o seu nome, o Centro de Pesquisas, Desenvolvimento e Inovação Leopoldo Américo Miguez de Melo (Cenpes).	Conselho Nacional do Petróleo; professor na Escola Nacional de Química da Universidade do Brasil		Escola Química Industrial da Universidade do Brasil (UFRJ) (1935);

Nome/período de duração da direção/Civil ou militar	Outros cargos exercidos na Petrobras	Atividades exercidas antes de entrar na Petrobras	Atividades exercidas após a passagem pela Petrobras	Formação
Shigeaki Ueki (1969-1974) - Civil	presidência da Petrobras (1979-1984); presidência da Petrobras Distribuidora S.A.; integrante do Conselho de Empresas Subsidiárias e Associadas à Petrobras; presidência da Braspetro	Escriturário no Banco Moreira Sales (hoje Unibanco); contador de custos em laboratório farmacêutico; consultor de empresas comerciais nas áreas de café solúvel, têxtil, petroquímica e indústria elétrica; assessor do Ministério da Indústria e Comércio na gestão de Paulo Egydio Martins (gov. Castelo Branco); vice-presidente da Bekol e da Cevekol Indústria e Comércio (1967-1968); componente das delegações brasileiras da Alalc e da OEA; Direção da indústria de lâmpadas Sadokin S.A.; ministro de Minas e Energia (1974-1979)	Presidente executivo da construtora Camargo Corrêa (1985); presidente do Conselho da Petroleum Finance Corporation, em Washington, D.C.	Escola Técnica de Comércio Brás Cubas (Mogi das Cruzes-SP); bacharelado em direito pela Faculdade de Direito da PUC-São Paulo (1959); Ciências Contábeis na Fundação Álvares Penteado; cursos de especialização em: org. e superintendência de empresas, projetos industriais, mercado financeiro, contabilidade e custos de produção

Nome/período de duração da direção/Civil ou militar	Outros cargos exercidos na Petrobras	Atividades exercidas antes de entrar na Petrobras	Atividades exercidas após a passagem pela Petrobras	Formação
Haroldo Ramos da Silva (1969 - 1975) - Civil	Engenheiro Chefe do Campo de Produção de Aratú-BA (1952); Engenheiro Assistente do campo de produção de Candeias - BA (1953-1960); Engenheiro Chefe do Departamento de Petróleo da Região de Produção da Bahia (1960-1963); Assistente Técnico do diretor da Petrobras, Francisco de Paula Medeiros (1964); Assistente Técnico do diretor da Petrobras, Geonísio Barroso (1964-1965); Superintendente Geral do Departamento de Exploração e Peodução (1968 e permanece até a data de expedição do currículo, em 19 de fevereiro de 1975). Empregado pela Petrobras como Engenheiro de Produção II (f. 25).	Funcionário do Conselho Nacional do Petróleo (1950-1952)		Engenharia Civil pela Universidade Politécnica da Bahia (1945-1949); Pós-graduação em Engenharia do Petróleo na University of Southern California (1952-1953)

Nome/período de duração da direção/Civil ou militar	Outros cargos exercidos na Petrobras	Atividades exercidas antes de entrar na Petrobras	Atividades exercidas após a passagem pela Petrobras	Formação
Floriano Peixoto Faria Lima (1969 - 1972) - Militar	Presidente da Petrobras (17/07/1973 - 01/10/1974)	Guarda-marinha (04/1935 - 11/1941); comandante do caça submarino Javari na II Guerra Mundial (03/1945 - 11/1945); ajudante de ordens do chefe do Estado-Maior da Armada (EMA), vice-almirante José Maria Neiva (11/1945 - 06/1946); comandante da Escola de Aprendizes de Marinheiro (1956-1958); instrutor e chefe do Dpto. de Operações da Escola de Guerra Naval (1958-1959); comandante do contratorpedeiro *Mariz e Barros* (1960); instrutor e encarregado da Divisão de Operações da Escola de Guerra Naval (09/1960 - 01/1961); subchefe da Marinha no Gabinete Militar da Presidênca da República, sendo encarregado da Comissão de Marinha Mercante (02/1961 - 09/1961); chefia da 1ª Seção do Estado-Maior das Forças Armadas (11/1961 - 09/1962); comandante do cruzador *Barroso* (12/1964 - 01/1966); subchefe do gabinete do ministro da Marinha, Zilmar de Araripe Azevedo (01/1966 - 11/1966); adido naval junto às embaixadas do Brasil em Washington e em Ottawa (01/1967 - 01/1969); subchefia de organização do EMA (04/1969 - 06/1969); vice-chefe de organização do EMA, acumulando o cargo anterior (06/1969 - 11/1969).	Governador do Rio de Janeiro (1975-1979); presidente da União de Indústrias Petroquímicas S.A. (Unipar) (08/1979 - 02/1992); Vice-presidente da Petroquímica União	Curso de comando da Escola de Guerra Naval (10/1954 - 05/1955); curso superior de comando na Escola de Guerra Naval; cursou a Escola Superior de Guerra (09/1962 - 12/1964);

Nome/período de duração da direção/Civil ou militar	Outros cargos exercidos na Petrobras	Atividades exercidas antes de entrar na Petrobras	Atividades exercidas após a passagem pela Petrobras	Formação
Adolpho Barroso de Vasconcellos (1974 - 1977) - Militar	Prestou serviços de forma autônoma para a Frota Nacional de Petroleiros (Fronape)	Integrante do Escritório Técnico de Planejamento (1965); companhia de navegação "NAVENORTE" (1968); eleito suplente do Conselho Fiscal da Associação dos Diplomados pela ESG (ADESG) (1970); Secretário Executivo da ESABRAS (Estaleiros Brasileiros Associados) (1974); foi cogitado para representante do Ministério dos Transportes na Empresa Brasileira de Reparos Navais S.A. (1974)		Na Escola Naval: curso acadêmico, curso preliminar, curso de comando e Estado Maior, cirso superior. Também poddui o Curso Superior do Estado Maior para Oficiais Estrangeiros do U.S. Naval War College, curso de Opinião Pública e Relações Públicas na Puc, Curso Superior da Escola Superior de Guerra (ingressou em 1964), Curso de Introdução ao PERT [?] e outros (fl. 20)

Nome/período de duração da direção/Civil ou militar	Outros cargos exercidos na Petrobras	Atividades exercidas antes de entrar na Petrobras	Atividades exercidas após a passagem pela Petrobras	Formação
Celso de Azevedo Daltro Santos (04/1974 - 1976) - Militar		Adjunto da Divisão de Assuntos Militares da Escola Superior de Guerra; Adjunto da Divisão Executiva do Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra; Comandante da Escola de Educação Física do Exército; Adido Militar, Naval e Aeronáutico da embaixada do Braisl na República Federal da Alemanha; Comandante da Artilharia Divisionária da 5ª DI; Diretor de Armamento e Mnição; Diretor Geral de Comunicações; Secretário Geral do Exército; **como** Capitão, fez parte da FEB, Campanha da Itália; membro da Delegação brasileira na Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos.		Colégio Militar do Rio de Janeiro; Escola Militar de Realengo (turma 193?); Especialização nas seguintes Escolas: Escola de Educação Física do Exército, Escola de Estado Maior do Exército e Escola Superior de Guerra
Carlos Alberto Sholl Isnard (1974 - 1980) - Civil	Diretor da Área Financeira a partir de 22/03/1974 [parece que entrou já neste cargo e nesta data]	Na General Electric foi: gerente de Orçamento, Gerente de Sistemas de Informações, Gerente de Contabilidade Geral e Fiscal, gerente de Contabilidade de Contas, gerente de Projetos Financeiros, Professor dos cursos de Administração Financeira; na Editora José Olímpio foi: coordenador dos setores de marketing e administração, e participou da implantação do Centro de Processamento de Dados (f. 13).		Faculdade Nacional de Ciências Econômicas na Universidade do Rio de Janeiro; especialização em Business Training Course, curso oferecido pela General Electric para universitários

Nome/período de duração da direção/Civil ou militar	Outros cargos exercidos na Petrobras	Atividades exercidas antes de entrar na Petrobras	Atividades exercidas após a passagem pela Petrobras	Formação
Orfila Lima dos Santos (14/03/1975 - 1984) - Civil	Chefe da obra de construção do oleoduto Rio-Belo Horizonte; Chefe do Serviço Regional de armazenamento e transporte do óleo e gás da Petrobras na Bahia; chefe da Divisão de oleodutos da Região de Produção da Bahia; Chefe dos Serviços Técnicos da Planta de Fasolina Natual na Bahia; Superintendente-Geral do Departamento de Transporte; Chefe do Grupo Executivo de Obras Prioritárias (GEOP), órgão instinto de 1969 até 31/12/1972; assistente do diretor Faria Lima a partir de 08/02/1973; Assistente do chefe do Serviço do Serviço de Planejamento (SERPLAN) (06/02/1973); assessor do presidente da Petrobras (12/07/1973);	Engenheiro do Conselho Nacional do Petróleo a partir de 1950; Presidência da Petroquímica União (08/1973 - (fl.6)		Engenheiro Químico Industrial; realizou curso de Gerência e Economia do Petróleo em Illinois (7 a 19/04/1973) (fl. 7); treinamento em engenharia de produção de petróleo no campo petrolífero de Ventura, na California; treinamento em engenharia de oleodutos no Texas; Viagem de estudos e observações no Lago Macaibo (Venezuela), Golfo do México, no Japão e outros países europeus; curso de Engenharia de Produção de Petróleo na University of Southern California; Curso de Tecnologia de Oleodutos do Petroleum Extension Service na University of Texas (fils 4-5).

Nome/período de duração da direção/Civil ou militar	Outros cargos exercidos na Petrobras	Atividades exercidas antes de entrar na Petrobras	Atividades exercidas após a passagem pela Petrobras	Formação
José Marques Neto (1977 - 1981) - Civil	Engenheiro de Produçao no campo de Água Grande, na Bahia (1957); chefe do serviço de perfuração do Serviço Regional do Maranhão (1958); trabalhou no Serviço Regional do Nordeste (1959-1962); chefe do Serviço Nacional do Nordeste (1962-1965); até 1968, seria chefe, depois superintendente-adjunto e depois superintendente da Divisão de Produção da Região de Produção do Nordeste; Superintendente da Região de Produção do Nordeste (RPNE) (1968-1977).			Administração de Empresas pela Universidade Federal da Bahia; pós-graduação em perfuração e produção no Centro de Aperfeiçoamento e Pesquisas de Petróleo (CENAP)
Paulo Alcídio Gaissler Teixeira de Freitas (1977 - 1980) - Militar	Chefe de engenharia da Frota Nacional de Petroleiros (Fronape) (04/1959); encarregado da Divisão de Manutenção da Fronape; chefe da Divisão de Cargas e Terminais da Fronape; chefe da Divisão de Manutenção da Fronape; chefe do Depto. de tráfego da Fronape; Superintendente de Operações da Fronape; Superintendente da Fronape (1970).			

Nome/período de duração da direção/Civil ou militar	Outros cargos exercidos na Petrobras	Atividades exercidas antes de entrar na Petrobras	Atividades exercidas após a passagem pela Petrobras	Formação
Paulo Vieira Belotti (1977 - 1989) - Civil	Diretor Econômico-Financeiro da Petroquisa a partir de março de 1970	Funcionário do Banco do Brasil desde 1952; Engenheiro para priojetos industriais do BNDE a partir de 1956. Cargos no BNDE: chefe do Setor de Indústrias Químicas e outras (1958); chefe da Divisão de Indústrias do BNDE (1962); representante do BNDE no Grupo das Indústrias Químicas - GEIQUIM a partir de 1964; presidente da Companhia Pernambucana de Borracha Sintética - COPERBO, a partir de dezembro de 1971; membro do Conselho Consultivo da Companhia Petroquímica do Nordeste (CIQUINE) a partir de dezembro de 1970; Diretor-Superintendente da Petroquímica de Camaçari (CPC)(empresas associada à Petroquisa), a partir de 1972; secretário-geral do Ministério da Indústria e do Comércio (03/1974 - 02/1977); presidente da Comissão Nacional do Álcool (1975 - 02/1977); presidente do Comitê Brasileiro-Boliviano de Cooperação Econômica e Técnica (COBBET) a partir de 1974.		Engenheiro Civil pela Escola Nacional de Engenharia da Universidadeo do Brasil; bacharel em Matemática pela Faculdade de Filosofia do Estado da Guanabara

Nome/período de duração da direção/Civil ou militar	Outros cargos exercidos na Petrobras	Atividades exercidas antes de entrar na Petrobras	Atividades exercidas após a passagem pela Petrobras	Formação
Carlos Sant'Anna (1979 - 1982) - Civil	Prestador de Serviços para a Petrobras (1958); Secretário da Comissão de Abastecimento de Petróleo (1961-1964); chefe do Escritório Comercial de Petróleo e Derivados (1962-1964); chefe da Assessoria Técnica do Departamento Comercial (1965-1968); Superintendente-geral do Departamento Comercial (1968-1972); diretor da Petrobras Internacional S.A. (Braspetro) (1972-1976); vice-presidente da Petrobrás Comercio Internacional S.A. (Interbrás) (1976-1986 e 1989-; presidente da Petrobras Distribuidora S.A. (1982-1986); presidente da Petrobras (1989-1990);	Professor em colégios e na antiga Faculdade Nacional de Filosofia; assistente-técnico no Serviço Nacional de Recenseamento e Estatística do IBGE; redator-publicista da Sociedade de Cultura Artística do Rio de Janeiro; redator responsável pela divulgação das atividades do Departamento Nacional de Produção Mineral do Ministério da Agricultura.	Diretor-presidente da Libra Trade (1990-1991); diretor da Altman Consultoria e Representações (1991-1993); criador e diretor-presidente da Orin - consultoria Ltda. (1993-até a atualidade?)	Geógrafo e historiador formado pela antiga Faculdade Nacional de Filosofia, atual Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ

Nome/período de duração da direção/Civil ou militar	Outros cargos exercidos na Petrobras	Atividades exercidas antes de entrar na Petrobras	Atividades exercidas após a passagem pela Petrobras	Formação
Carlos Walter Marinho Campos (1979 - 1985) - Civil	Geólogo pela Petrobras a partir de 1954; chefe de campo na Região de Produção da Bahia (07/1958 - 07/1960); Assistente de Geólogo de Distrito na Superintendência Regional da Amazônia; (07/1960 - 12/1961); Geólogo de Distrito da Região de Exploração do Norte (01/1962 - 07/1964); Interventor substituto na unidade da Petrobras da região do Amazonas (1964) (Campos, 1988, p. 78) Superintendente da Região de Exploração do Norte a partir de 17/07/1964 até 1967; Assistente do Superintendente-Geral no Departamento de Exploração e Produção no RJ (03/1967); Chefe da Divisão de Exploração do Departamento de Exploração e Produção (09/1967);	Du Pont; Geólogo no Conselho Nacional de Petróleo (1953-1956)		Engenharia de Minas e Metalurgia pela Escola Nacional de Minas e Matalurgia, Ouro Preto (MG) (15-03-1947 - 20-12-1952); pós-graduação pela Colorado School of Mines and Golden (06/1956 - 07/1958); curso de "novas técnicas de exploração" pela Universidade de Tulsa (Oklahoma/USA) (06/1962); Curso INSUMAR - Fundação de Estudos do Mar; Curso de atualização em técnicas exploratórias;

Nome/período de duração da direção/Civil ou militar	Outros cargos exercidos na Petrobras	Atividades exercidas antes de entrar na Petrobras	Atividades exercidas após a passagem pela Petrobras	Formação
Thelmo Dutra de Rezende (1979 - 1984) - Militar	Integrante do Conselho de adrministração; conselheiro da Braspetro, Petrobras Distribuidora, Petroquisa, Petrofertil, Interbrás e Petromisa; presidente da Petrobras (28/08/1984 - 19/03/1985)	Integrante do Conselho de Segurança Nacional (CSN) (1964-1974); Instrutor da Escola de Guerra Naval (1967-1969); oficial do Estado-Maior da Esquadra, tendo trabalhado no gabinete do ministro da Marinha; Subchefe do Gabinete Militar (1969-1974); Comandante-em-chefe da Esquadra como subchefe do estado-maior; oficial de operações; Comandante de Controle Naval do Tráfego Marítimo (02/04/1975); controlador da Área Marítima do Atlântico Sul; subchefe do Comando de Operações Navais; subchefe do Estado-Maior da Armada; membro do Serviço Nacional de Informações (SNI) (1974-1979).	Diretor da United Kingdom Mutual Steam Ship Assurance Association Limited; membro do International General Committee do Bureau Veritas; membro do Brazil Committee do Lloyd's Register of Shipping [NÃO DÁ PARA SABER SE FOI DEPOIS DE SER PRESIDENTE DA PETROBRAS]	Curso preliminar de comando, curso de comando e estado-maior, curso superior de guerra naval, todos pela Escola de Guerra Naval (EGN) (1943 e sgs.); Escola Superior de Guerra (diplomado em 1977).

Nome/período de duração da direção/Civil ou militar	Outros cargos exercidos na Petrobras	Atividades exercidas antes de entrar na Petrobras	Atividades exercidas após a passagem pela Petrobras	Formação
Armando Guedes Coelho - Diretor (1981 - 1987) - Civil	Engenheiro de processo na RLAM (a partir de 1964); instrutor na cadeira de ensaios e especificações de produtos de petróleo do Centro de Aperfeiçoamento e Pesquisa de Petróleo (Cenap-BA); professor da cadeira de operações unitárias II (Cenap-BA); integrou a divisão de refinação do Departamento Industrial (1967-1968); chefe do setor de suprimento de combustíveis da divisão de derivados e produtos químicos do Departamento Comercial (1968-1969); superintendente-geral adjunto do Departamento Comercial (1974); Superintendente-geral do Departamento Comercial (1977); presidente da Petroquisa (a partir de 1982); presidente da Interbrás (1985); presidente da Petrobras Distribuidora (1986); presidente da Petrobras (06/1988 - 01/1989)		Presidente do conselho consultivo e posteriormente diretor superintendente da Fábrica Carioca de Catalisadores (1989-1990); diretor da divisão petroquímica da Companhia Suzano de Papel e Celulose (1990); membro dos conselhos de administração da ABIQUIM, Politeno, Petroflex, Polibrasil, Polipropileno, e Petroquímica União; presidente do conselho empresarial de energia da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan).	Químico industrial e Engenheiro Químico pela Escola Nacional de Química da Universidade do Brasil (1963);

Nome/período de duração da direção/Civil ou militar	Outros cargos exercidos na Petrobras	Atividades exercidas antes de entrar na Petrobras	Atividades exercidas após a passagem pela Petrobras	Formação
Joel Mendes Rennó (1983-1986) - Civil	Diretor e, posteriormente, vice-presidente executivo da Braspetro; Vice-presidente executivo da Petroquisa; paralelemente ao cargo na Petroquisa, foi membro do Conselho de Administração, diretor de produção, além de diretor executivo (1983-1986); presidente da Petrobras (18/11/1992 - 08/03/1999)	Funcionário da empresa AEG-Telefunken; assessor da diretoria do Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE) de São Paulo; chefe do Gabinete do Secretário de Obras do Estado; assistente executivo de planejamento da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo; assistente do presidente da Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL, então subsidiária da Eletrobrás); professor da cadeira Estações Geradoras no curso de engenharia da Universidade Mackenzie (SP); assessor técnico especial do ministro de Minas e Energia, Shigeaki Ueki (a partir de 1975) (na pasta, acompanhou os trabalhos da Companhia Vale do Rio Doce, da Petrobras e da Eletrobrás); presidente da CVRD (04/1978 - 03/1979).	Consultor de empresas dos setores elétricos, de mineração e siderúrgico (1987-1992); proprietário de empresa de consultoria nos segmentos de petróleo, petroquímica e energia (a parir de março de 1999).	Engenharia Elétrica e Mecânica pela Escola Federal de Engenharia de Itajubá (MG) (1960)

Nome/período de duração da direção/Civil ou militar	Outros cargos exercidos na Petrobras	Atividades exercidas antes de entrar na Petrobras	Atividades exercidas após a passagem pela Petrobras	Formação
Almir Saraceni (12/09/1984) - Militar	Chefe de Gabinete do almirante Thelmo Dutra de Rezende na diretoria de Transportes da Petrobras	Chefe de máquinas do Grupo de Manutenção do NT "Ilha Grande" (08/1959 - 01/1960)ç membro da diretoria de Engenharia da Marinha (07/01/1960 - 09/03/1960); membro da Subdiretoria de Engenharia Naval (07/01/1960 - 09/03/1960); membro da Diretoria do Pessoal da Marinha (09/03/1960 - 28/07/1960); membro da Diretoria de Hidrografia e Navegação (28/07/1960; 29/07/1960); Chefe do Departamendo de Hidrografia (29/07/1960 - 23/12/1960); ministrou curso de especialização de máquinas para oficiais (23/12/1960 - 22/09/1961 e 06/11/1961 - 08/10/1962); comando da Força de Patrulha Costeira do Sul (08/10/1962 - 08/10/1962); Encarregado da Divisão "M" no Rebocator "Triunfo" (08/10/1962 - 07/05/1963); membro da Diretoria do pessoal da Marinha (07/05/1963 - 25/06/1963); Ajudante do Departamento de Alunos e Imediato do Corpo de Alunos no Colégio Naval (27/06/1963 - 13/04/1964); Comando-em-chefe da esquadra (13/04/1964); Encarregado do Grupo de Eletricidade e do Grupo de Propulsão no porta-aviões NAeL "Minas Gerais" (13/04/1964 - 02/09/1966); Centro de Informações da Marinha (02/09/1966 - 25/02/1969); Comando da Força de Transporte da Marinha (25/02/1969 - 19/03/1969); Comando da Força de Transporte da Marinha (05/09/1969 - 23/12/1969);		Curso de oficial de Controle de Avarias; curso de especialização de máquinas para oficiais; curso de assuntos básicos por correspondência da Escola de Guerra Naval; curso de ações de superfície; curso de comando e Estado-Maior da Escola de Guerra Naval; Técnico de Administração

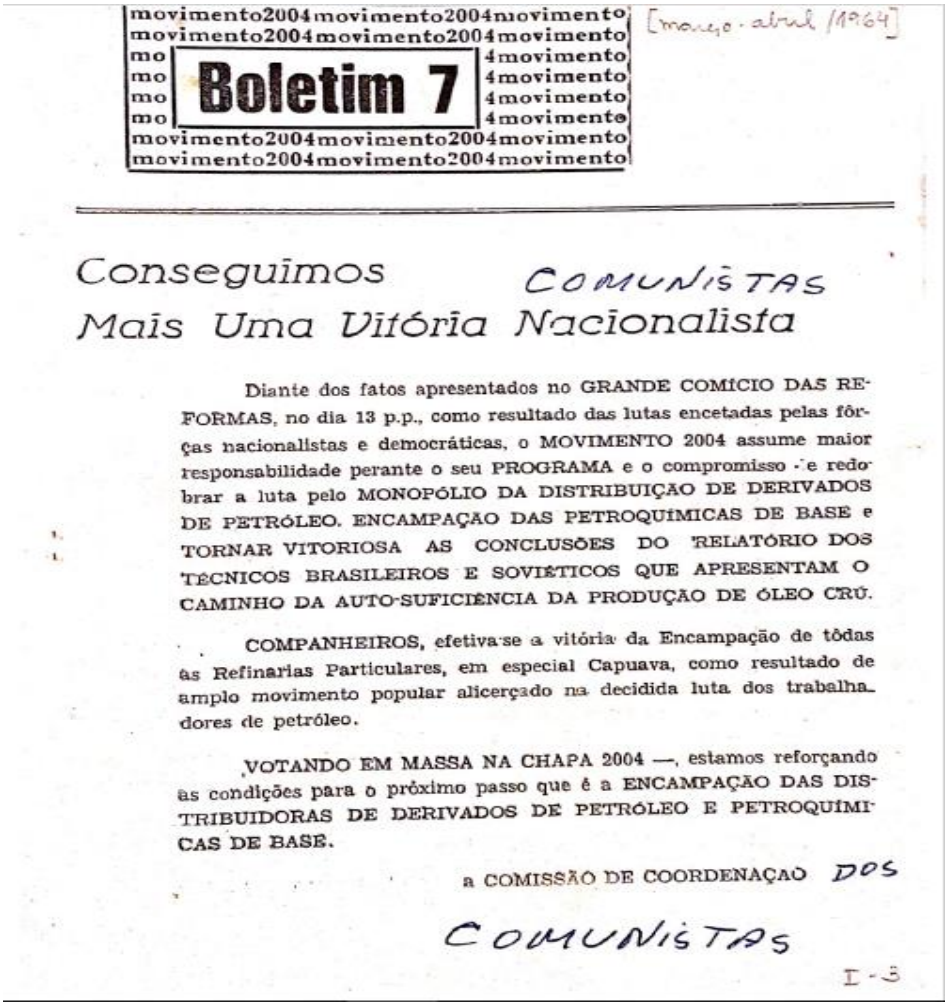
Nome/período de duração da direção/Civil ou militar	Outros cargos exercidos na Petrobras	Atividades exercidas antes de entrar na Petrobras	Atividades exercidas após a passagem pela Petrobras	Formação
		oficial de informações no Centro de Informações da Marinha (23/12/1969 - 09/06/1970); Diretoria do Pessoal Militar da Marinha (09/06/1970 - 30/06/1970); encarregado da Divisão de Contra-Informações e assessor da subchefia de Informações do Estado-Maior da Armada (30/06/1970 - 20/08/1971); Comando Naval de Brasília (20/08/1971); Gabinete do ministro da Marinha (20/08/1971); Serviço Nacional de Informações (20/08/1971 - 24/05/1974); Escola de Guerra Naval (29/05/1974 - 24/06/1975); Comando Naval de Brasília (24/06/1975 - 11/07/1975); comando-em-chefe da Esquadra (11/07/1975 - 11/07/1975); Comando da Força de Contratorpedeiros (11/07/1975 - 13/07/1975); Comandante do Contratorpedeiro "Mato Grosso" (14/07/1975 - 18/03/1977); Comando de Operações Navais (21/03/1977 - 16/03/1979)		
Wagner Freire Oliveira e Silva (1985-1990) - Civil	Chefe do Setor de Geofísica I da Divisão de Exploração (DIVEX) do Departamento de Exploração e Produção (DEXPRO); Vice-presidente da Braspetro (1983-1985)	Estatístico no antigo Ministério de Viação e Obras Públicas (01/1957 - 12/1957); escriturário do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI) (12/1952 - 12/1956)	Consultor privado de energia	Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil (1953-1957)

Nome/período de duração da direção/Civil ou militar	Outros cargos exercidos na Petrobras	Atividades exercidas antes de entrar na Petrobras	Atividades exercidas após a passagem pela Petrobras	Formação
Maximiano Eduardo da Silva Fonseca (1985-1991) - Militar		Auxiliar da Divisão de Hisdrografia da Diretoria de Hidrografia e Navegação (1949-1951); Comandante do Centro de Reservistas Navais na Base Naval de Natal (1951); comandante do Navio Hidrográfico Rio Branco (1951-1953); Diretoria de Hidrografia e Navegação (1953-1954); comandante do Navio-Hidrográfico Caravelas (1957-1958); membro da Comissão de Construção do Navio-Hidrográfico Sirius, no Japão (1959); instrutor na Escola d Aperfeiçoamento de Oficiais na Diretoria de Hidrografia e Navegação (1960-1963); comandante do Navio-Hidrográfico Canopus (1963-1964);Delegado da Capitania dos Portos em Porto Alegre (1964-1966); comandante do Centro de Sinalização Náutica e Reparos Almirante Moraes Rego; membro do Estado-Maior da Junta Interamericana de Defesa em Washington (até 1969); comandante do Navio Ocieanográfico Almirante Saldanhia (1969); diretor de Administração da Marinha (1969-1975); Comando do I Distrito Naval (RJ) (1975-1976); Diretor-Geral de Material da Marinha (1977-1979); presidente do Clube Naval (11/061977-01/03/1979); ministro da Marinha (1979-1984)		Escola Naval do Rio de Janeiro (1937-1941); curso de Hidrografia e Navegação para oficiais (1948-1949); estágio em Serviços Cartográficos nos EUA (1954); Curso preliminar de Comando na Escola de Guerra Naval (1956); curso de Comando na Escola de Guerra Naval (1959); curso Superior de Comando na Escola de Guerra Naval (1962); estágios de aperfeiçoamento nos serviços hidrográficos norte-americanos

Nome/período de duração da direção/Civil ou militar	Outros cargos exercidos na Petrobras	Atividades exercidas antes de entrar na Petrobras	Atividades exercidas após a passagem pela Petrobras	Formação
José Edilson de Melo Távora (1986 - 1988) - Civil	Presidente da Petromisa (1979-1985)	Departamento Nacional de Obras Contra a Seca, distrito Fortaleza (ingresso em 1947); representante do Ceará no conselho consultivo da Companhia Hidroelétrica de São Francisco (1955 - ?); secretário de Agricultura do Ceará; secretário de Viação e Obras Públicas do Ceará; engenheiro-chefe de setores técnicos do Departamento de Estradas de Rodagem (DER) do Ceará; engenheiro do quadro permanente do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER); deputado Federal pelo Ceará pela legenda Coligação Democrática (UDN, PSP, PTN, PRP e PR) (1959-1962); deputado Federal pela legenda União pelo Ceará (UDN e PSD) (1963-1966); deputado Federal pela Arena (1967-1975); predidência da Companhia Nacional de Álcalis e da Alcanorte (1975-1979)		Escola Politécnica da Bahia; Engenheiro civil pela Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil (turma formada em 1945)
Roberto Villa (1988 - 1989) - Civil	Engenheiro de Processamento, lotado no Cenpes	Professor no Instituto Gav-Lussac, em Niterói (1965-1968)	Superintendente da Rio Polímeros	Escola Nacional de Química na Universidade do Brasil; Curso de engenharia de processamento pela Petrobras (1968)

Fontes: DHBB/CPDOC – FGV: Arquivo Nacional. Fundo: Divisão de Informações da Petrobras; outras fontes citadas ao longo da tese.

Anexo 4 – Panfleto da campanha de chapa para a eleição do Sindipetro-Caxias presente no arquivo de Arthur Levy [continua]



movimento2004movimento2004movimento
movimento2004movimento2004movimento
mo 4movimento
mo **Boletim 7** 4movimento
mo 4movimento
mo 4movimento
movimento2004movimento2004movimento
movimento2004movimento2004movimento

[março - abril /1964]

Conseguimos Mais Uma Vitória Nacionalista

COMUNISTAS

Diante dos fatos apresentados no GRANDE COMÍCIO DAS REFORMAS, no dia 13 p.p., como resultado das lutas encetadas pelas fôrças nacionalistas e democráticas, o MOVIMENTO 2004 assume maior responsabilidade perante o seu PROGRAMA e o compromisso de redobrar a luta pelo MONOPÓLIO DA DISTRIBUIÇÃO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO. ENCAMPAÇÃO DAS PETROQUÍMICAS DE BASE e TORNAR VITORIOSA AS CONCLUSÕES DO RELATÓRIO DOS TÉCNICOS BRASILEIROS E SOVIÉTICOS QUE APRESENTAM O CAMINHO DA AUTO-SUFICIÊNCIA DA PRODUÇÃO DE ÓLEO CRÚ.

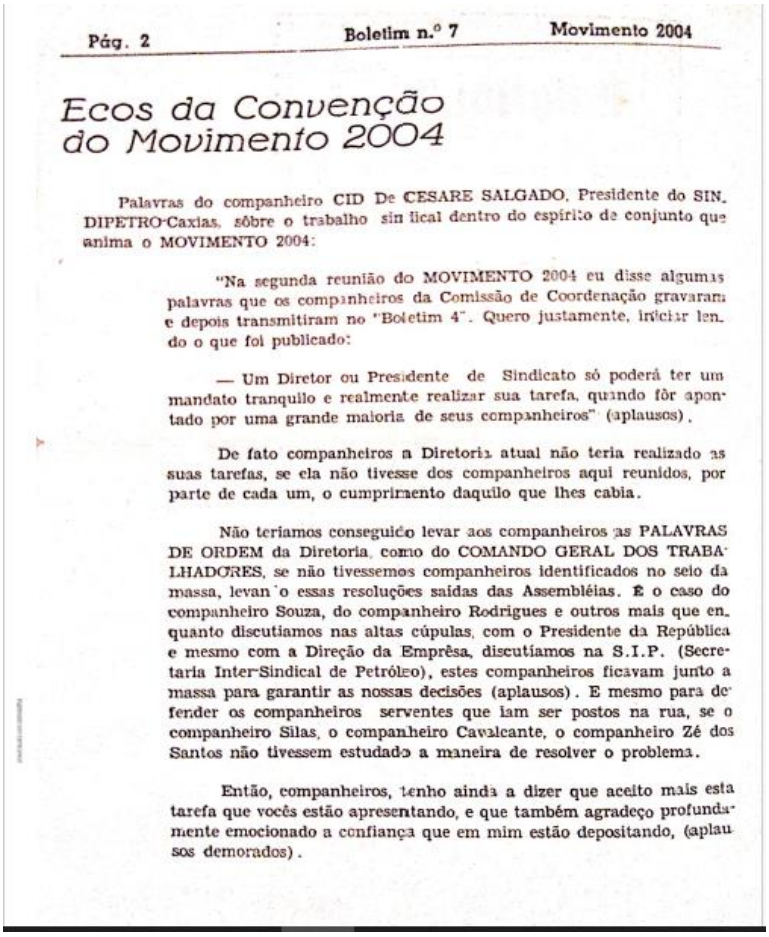
COMPANHEIROS, efetiva-se a vitória da Encampação de tôdas as Refinarias Particulares, em especial Capuava, como resultado de amplo movimento popular alicerçado na decidida luta dos trabalhadores de petróleo.

VOTANDO EM MASSA NA CHAPA 2004 —, estamos reforçando as condições para o próximo passo que é a ENCAMPAÇÃO DAS DISTRIBUIDORAS DE DERIVADOS DE PETRÓLEO E PETROQUÍMICAS DE BASE.

A COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DOS COMUNISTAS

I-3

Anexo 4 – Panfleto da campanha de chapa para a eleição do Sindipetro-Caxias presente no arquivo de Arthur Levy [continua]



Pág. 2 Boletim n.º 7 Movimento 2004

Ecos da Convenção do Movimento 2004

Palavras do companheiro CID De CESARE SALGADO, Presidente do SINDIPETRO-Caxias, sôbre o trabalho sindical dentro do espírito de conjunto que anima o MOVIMENTO 2004:

"Na segunda reunião do MOVIMENTO 2004 eu disse algumas palavras que os companheiros da Comissão de Coordenação gravaram e depois transmitiram no "Boletim 4". Quero justamente, iniciar lendo o que foi publicado:

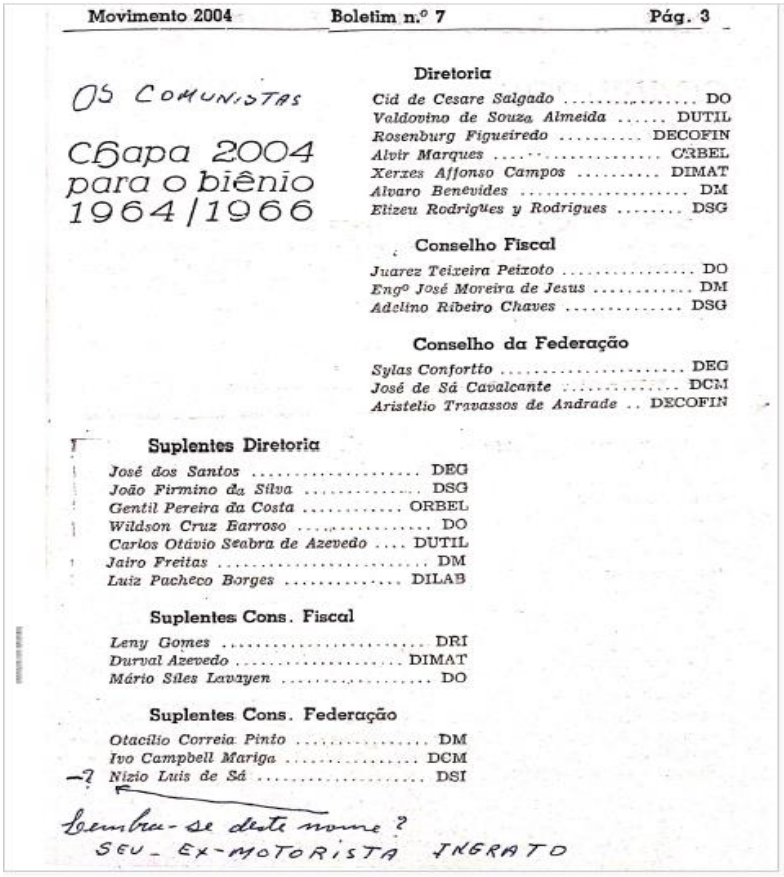
— Um Diretor ou Presidente de Sindicato só poderá ter um mandato tranquilo e realmente realizar sua tarefa, quando fôr apontado por uma grande maioria de seus companheiros" (aplausos).

De fato companheiros a Diretoria atual não teria realizado as suas tarefas, se ela não tivesse dos companheiros aqui reunidos, por parte de cada um, o cumprimento daquilo que lhes cabia.

Não teríamos conseguido levar aos companheiros as PALAVRAS DE ORDEM da Diretoria, como do COMANDO GERAL DOS TRABALHADORES, se não tivessemos companheiros identificados no seio da massa, levando essas resoluções saídas das Assembléias. É o caso do companheiro Souza, do companheiro Rodrigues e outros mais que enquanto discutiamos nas altas cúpulas, com o Presidente da República e mesmo com a Direção da Emprêsa, discutíamos na S.I.P. (Secretaria Inter-Sindical de Petróleo), estes companheiros ficavam junto a massa para garantir as nossas decisões (aplausos). E mesmo para defender os companheiros serventes que iam ser postos na rua, se o companheiro Silas, o companheiro Cavalcante, o companheiro Zé dos Santos não tivessem estudado a maneira de resolver o problema.

Então, companheiros, tenho ainda a dizer que aceito mais esta tarefa que vocês estão apresentando, e que também agradeço profundamente emocionado a confiança que em mim estão depositando, (aplausos demorados).

Anexo 4 – Panfleto da campanha de chapa para a eleição do Sindipetro-Caxias presente no arquivo de Arthur Levy [continua]



Movimento 2004 Boletim n.º 7 Pág. 3

OS COMUNISTAS

CHapa 2004
para o biênio
1964/1966

Diretoria

Cid de Cesare Salgado ..... DO
Valdovino de Souza Almeida ..... DUTIL
Rosenburg Figueiredo ..... DECOFIN
Alvir Marques ..... ORBEL
Xerxes Affonso Campos ..... DIMAT
Alvaro Benevides ..... DM
Elizeu Rodrigues y Rodrigues ..... DSG

Conselho Fiscal

Juarez Teixeira Peixoto ..... DO
Engº José Moreira de Jesus ..... DM
Adelino Ribeiro Chaves ..... DSG

Conselho da Federação

Sylas Confortto ..... DEG
José de Sá Cavalcante ..... DCM
Aristelio Travassos de Andrade .. DECOFIN

Suplentes Diretoria

José dos Santos ..... DEG
João Firmino da Silva ..... DSG
Gentil Pereira da Costa ..... ORBEL
Wildson Cruz Barroso ..... DO
Carlos Otávio Seabra de Azevedo .... DUTIL
Jairo Freitas ..... DM
Luiz Pacheco Borges ..... DILAB

Suplentes Cons. Fiscal

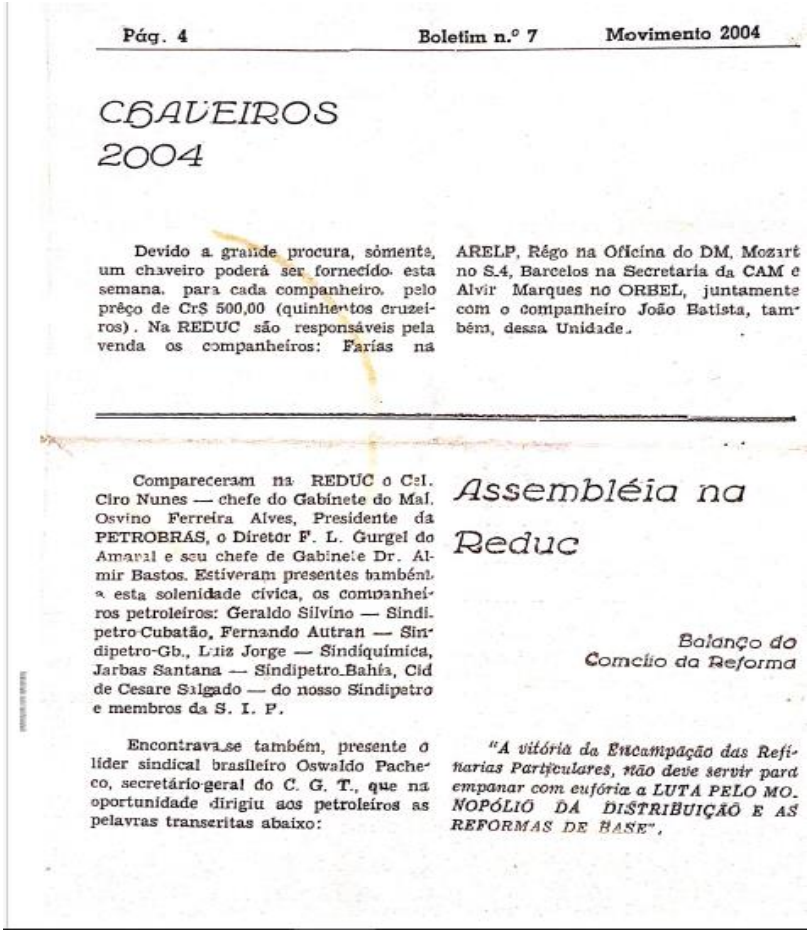
Leny Gomes ..... DRI
Durval Azevedo ..... DIMAT
Mário Siles Lavayen ..... DO

Suplentes Cons. Federação

Otacílio Correia Pinto ..... DM
Ivo Campbell Mariga ..... DCM
Nizio Luis de Sá ..... DSI

—? Lembra-se deste nome?
SEU EX-MOTORISTA INGRATO

Anexo 4 – Panfleto da campanha de chapa para a eleição do Sindipetro-Caxias presente no arquivo de Arthur Levy [fim]



Pág. 4 Boletim n.º 7 Movimento 2004

CHAVEIROS 2004

Devido a grande procura, sòmente um chaveiro poderá ser fornecido esta semana, para cada companheiro, pelo prêço de Cr$ 500,00 (quinhentos cruzeiros). Na REDUC são responsáveis pela venda os companheiros: Farías na ARELP, Rêgo na Oficina do DM, Mozart no S.4, Barcelos na Secretaria da CAM e Alvir Marques no ORBEL, juntamente com o companheiro João Batista, também, dessa Unidade.

Assembléia na Reduc

Compareceram na REDUC o Cel. Ciro Nunes — chefe do Gabinete do Mal. Osvino Ferreira Alves, Presidente da PETROBRÁS, o Diretor F. L. Gurgel do Amaral e seu chefe de Gabinete Dr. Almir Bastos. Estiveram presentes também a esta solenidade cívica, os companheiros petroleiros: Geraldo Silvino — Sindipetro-Cubatão, Fernando Autran — Sindipetro-Gb., Luiz Jorge — Sindiquímica, Jarbas Santana — Sindipetro-Bahia, Cid de Cesare Salgado — do nosso Sindipetro e membros da S. I. P.

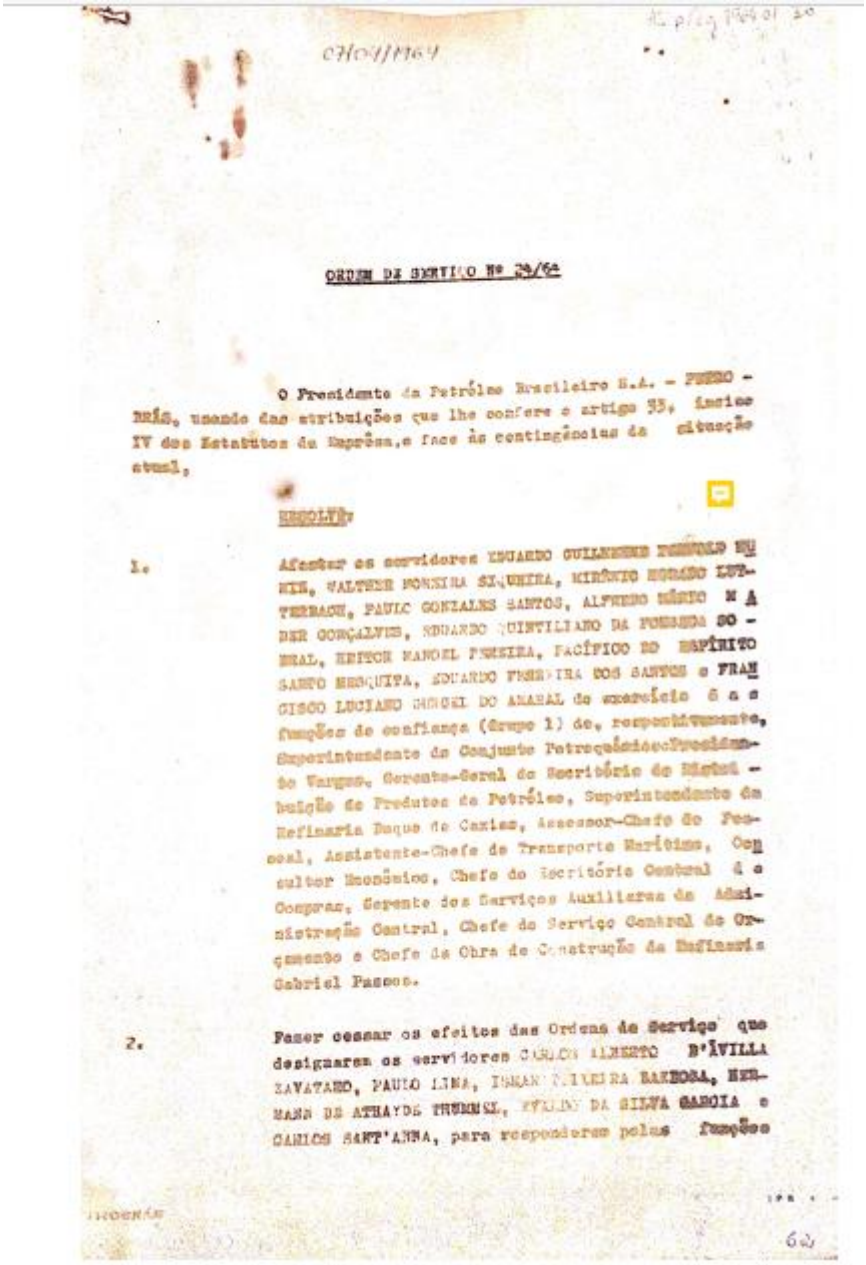
Encontrava-se também, presente o líder sindical brasileiro Oswaldo Pacheco, secretário-geral do C. G. T., que na oportunidade dirigiu aos petroleiros as palavras transcritas abaixo:

Balanço do Comício da Reforma

"A vitória da Encampação das Refinarias Particulares, não deve servir para empanar com euforia a LUTA PELO MONOPÓLIO DA DISTRIBUIÇÃO E AS REFORMAS DE BASE".

Fonte: "Boletim 7 – conseguimos mais uma vitória nacionalista". Fundação Getúlio Vargas. Centro de Documentação em História do Brasil. Arquivo Arthur Levy, notação AL p/da 1964.01.30. fl. I-3.

Anexo 5 – Ordem de serviço nº 24/64, que trata do afastamento de funcionários da Petrobras que exerciam "funções de confiança" (07/04/1964) (continua)



07/04/1964

ORDEM DE SERVIÇO Nº 24/64

O Presidente da Petróleo Brasileiro S.A. - PETRO - BRÁS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 33, inciso IV dos Estatutos da Emprêsa, e face às contingências da situação atual,

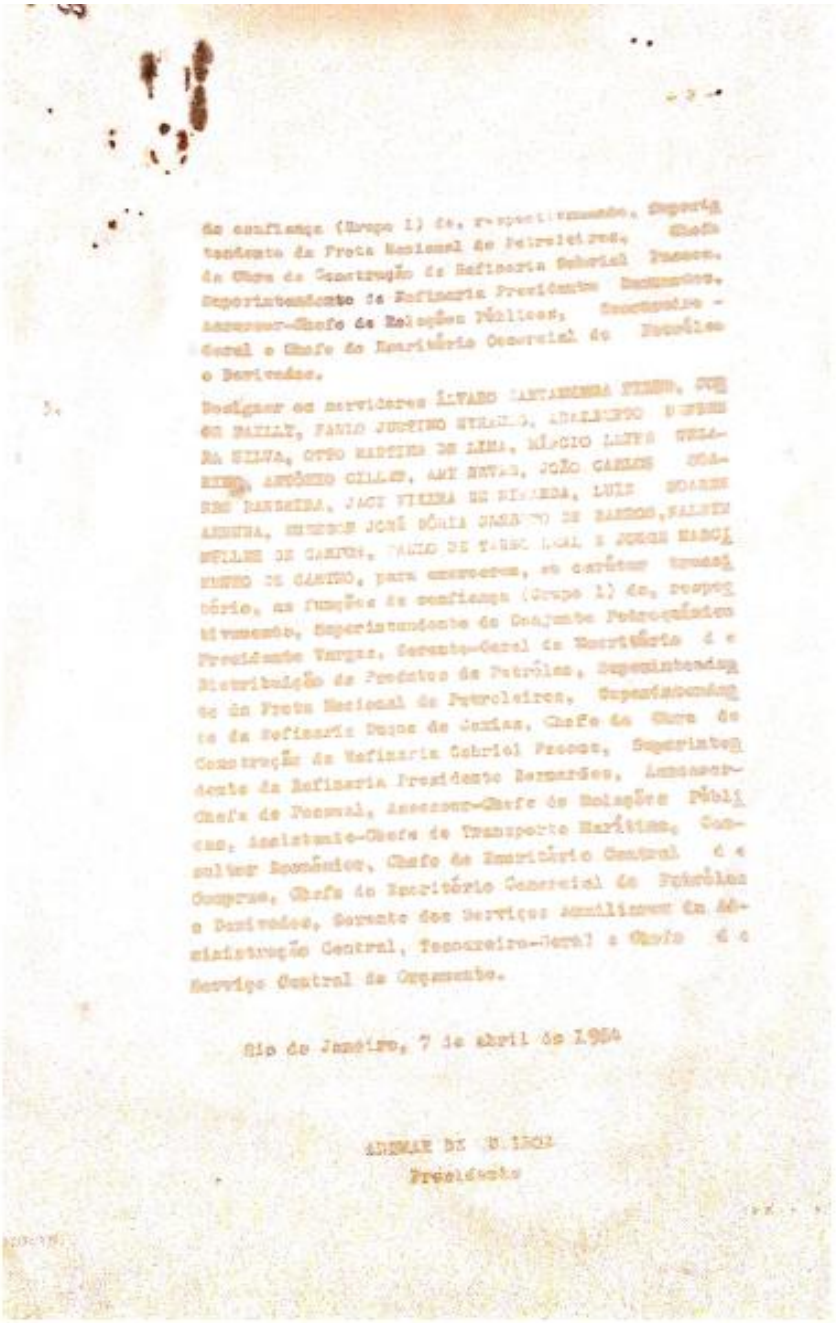
RESOLVE:

1. Afastar os servidores EDUARDO GUILHERME FERNOLD MUNIZ, WALTHER MOREIRA SIQUEIRA, MIRÊNIO MORADO LUTTERBACH, PAULO GONZALES SANTOS, ALFREDO MÁRIO MADER GONÇALVES, EDUARDO QUINTILIANO DA FONSECA SOBRAL, HEITOR MANOEL PEREIRA, PACÍFICO DO ESPÍRITO SANTO MESQUITA, EDUARDO FERREIRA DOS SANTOS e FRANCISCO LUCIANO GURGEL DO AMARAL do exercício das funções de confiança (Grupo 1) de, respectivamente, Superintendente do Conjunto Petroquímico Presidente Vargas, Gerente-Geral do Escritório de Distribuição de Produtos de Petróleo, Superintendente da Refinaria Duque de Caxias, Assessor-Chefe do Pessoal, Assistente-Chefe de Transporte Marítimo, Consultor Econômico, Chefe do Escritório Central de Compras, Gerente dos Serviços Auxiliares da Administração Central, Chefe do Serviço Central de Orçamento e Chefe da Obra de Construção da Refinaria Gabriel Passos.

2. Fazer cessar os efeitos das Ordens de Serviço que designaram os servidores CARLOS ALBERTO D'ÁVILLA ZAVATARO, PAULO LIMA, ISMAR PEIXEIRA BARBOSA, HERMANN DE ATHAYDE THUMMEL, EVALDO DA SILVA GARCIA e CARLOS SANT'ANNA, para responderem pelas funções

62

Anexo 5 (continuação) – Ordem de serviço nº 24/64, que trata do afastamento de funcionários da Petrobras que exerciam "funções de confiança" (07/04/1964)



- 3 -

de confiança (Grupo 1) de, respectivamente, Superintendente da Frota Nacional de Petroleiros, Chefe da Obra de Construção da Refinaria Gabriel Passos, Superintendente da Refinaria Presidente Bernardes, Assessor-Chefe de Relações Públicas, Secretário-Geral e Chefe do Escritório Comercial de Petróleo e Derivados.

5. Designar os servidores ÁLVARO SANTAMARINA FILHO, JORGE FAILLY, PAULO JUSTINO STRAUSS, ADALBERTO [illegible] DA SILVA, OTTO MARTINS DE LIMA, MÁRCIO LEITE VELARINO, ANTÔNIO GILLET, ANY NEVES, JOÃO CARLOS SOARES BANDEIRA, JACY VIEIRA DE [illegible], LUIZ SOARES ARRUDA, [illegible] JOSÉ SÓRIA [illegible] DE BARROS, [illegible] MELLES DE CAMPOS, PAULO DE TARSO LEAL E JORGE NASCIMENTO DE CASTRO, para exercerem, ao caráter transitório, as funções de confiança (Grupo 1) de, respectivamente, Superintendente do Conjunto Petroquímico Presidente Vargas, Gerente-Geral do Escritório de Distribuição de Produtos de Petróleo, Superintendente da Frota Nacional de Petroleiros, Superintendente da Refinaria Duque de Caxias, Chefe da Obra de Construção da Refinaria Gabriel Passos, Superintendente da Refinaria Presidente Bernardes, Assessor-Chefe de Pessoal, Assessor-Chefe de Relações Públicas, Assistente-Chefe de Transporte Marítimo, Consultor Econômico, Chefe do Escritório Central de Compras, Chefe do Escritório Comercial de Petróleo e Derivados, Gerente dos Serviços Auxiliares da Administração Central, Tesoureiro-Geral e Chefe do Serviço Central de Orçamento.

Rio de Janeiro, 7 de abril de 1964

ADEMAR DE [illegible]
Presidente

Fonte: “Ordem de serviço nº 24/64”. Fundação Getúlio Vargas. Centro de Documentação em História do Brasil. Arquivo Arthur Levy, notação AL p/cg 1964.01.30. fls. 62-63.